ISSN 1677-7042

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 94 Brasília - DF, quinta-feira, 20 de maio de 2021 SEÇÃO 1

## Sumário

Atos do Poder Judiciário ..... 1
Atos do Poder Legislativo ..... 3
Atos do Congresso Nacional ..... 3
Presidência da República ..... 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ..... 14
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações ..... 17
Ministério das Comunicações ..... 17
Ministério da Defesa ..... 18
Ministério do Desenvolvimento Regional ..... 21
Ministério da Economia ..... 22
Ministério da Educação ..... 171
Ministério da Infraestrutura ..... 172
Ministério da Justiça e Segurança Pública ..... 176
Ministério do Meio Ambiente ..... 192
Ministério de Minas e Energia ..... 195
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos ..... 200
Ministério das Relações Exteriores ..... 201
Ministério da Saúde ..... 201
Ministério do Turismo ..... 224
Ministério Público da União ..... 225
Tribunal de Contas da União ..... 226
Poder Legislativo ..... 226
Poder Judiciário ..... 227
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ..... 228

Esta edição completa do DOU é composta de 232 páginas

## Atos do Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### PLENÁRIO

**DECISÕES**
**Ação Direta de Inconstitucionalidade e**
**Ação Declaratória de Constitucionalidade**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

**Julgamentos**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.146** **(1)**

ORIGEM : ADI - 10201 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : ALEXANDRE ISSA KIMURA (123101/SP)

**Decisão:** Após o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), que julgava improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 2.4.2021 a 12.4.2021.

**Decisão**: O Tribunal, por maioria, declarou o prejuízo da ação, em face da perda superveniente de seu objeto, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Marco Aurélio (Relator), que julgava improcedente o pedido formulado. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.281** **(2)**

ORIGEM : ADI - 5281 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP
ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Emenda nº 94/2015 à Constituição de Rondônia, pela qual acrescentado o parágrafo único ao art. 99 dessa Constituição, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.324** **(3)**

ORIGEM : ADI - 5324 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Emenda nº 94/2015 à Constituição de Rondônia, pela qual acrescentado o parágrafo único ao art. 99 dessa Constituição, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.464** **(4)**

ORIGEM : ADI - 5464 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE
ADV.(A/S) : THIAGO LUIZ ISACKSSON D'ALBUQUERQUE (20792/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP
ADV.(A/S) : CAIO CESAR BRAGA RUOTOLO (140212/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DE SAO PAULO
ADV.(A/S) : ROMEU BUENO DE CARVALHO (112133/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SESCON-SP
ADV.(A/S) : LUCAS MICHERIF DE MORAES (347668/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA
ADV.(A/S) : ARIENE D'ARC DINIZ E AMARAL (20928/DF)
ADV.(A/S) : CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES (91152/RJ)
AM. CURIAE. : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE. : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
AM. CURIAE. : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AM. CURIAE. : ESTADO DO MARANHAO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARANA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANA
AM. CURIAE. : ESTADO DA PARAIBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE. : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AM. CURIAE. : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S) : FERNANDO CESAR THIAGO DE MELLO (0063608/RJ) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : MARCELO FERNANDO NOVAES MOREIRA (131462/RJ)
ADV.(A/S) : MARY HELLEN NASCIMENTO DA SILVA (172652/RJ)
ADV.(A/S) : RENATA ALEXANDRINO REIS (0135381/RJ)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FECOMÉRCIO/RS
ADV.(A/S) : RAFAEL PANDOLFO (39171/RS)

**Decisão**: Após o voto do Ministro Dias Toffoli, Presidente e Relator, que, preliminarmente, rejeitava os embargos de declaração e, na sequência, referendava a cautelar e convertia seu julgamento em definitivo de mérito para julgar procedente o pedido formulado na ação direta, pediu vista antecipada dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falou, pelo requerente, o Dr. Marcus Vinícius Furtado Coêlho. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Rosa Weber. Plenário, 7.11.2018.

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, julgou prejudicados a ação direta e os embargos de declaração opostos contra a decisão em que deferida, *ad referendum* do Plenário, a medida cautelar pleiteada, ficando esclarecido que deve ser observado o decidido nos autos da ADI nº 5.469/DF, nos termos do voto reajustado do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava procedente o pedido. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

AVISO

Foi publicada em 19/5/2021 a edição extra nº 93-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.018** **(5)**

ORIGEM : 6018 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
**RELATOR : MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S) : ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE ASFALTOS
ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA ROCHOLI (64679/BA, 41451/DF, 32972/ES, 72002/MG, 43604/PE, 125215/RJ, 270651/SP)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** Após os votos dos Ministros Edson Fachin (Relator), Rosa Weber e Alexandre de Moraes, que julgavam improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.019** **(6)**

ORIGEM : 6019 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS - ABCR
ADV.(A/S) : GUSTAVO BINENBOJM (83152/RJ)
ADV.(A/S) : ALICE BERNARDO VORONOFF DE MEDEIROS (139858/RJ)
ADV.(A/S) : ANDRÉ RODRIGUES CYRINO (123111/RJ)
ADV.(A/S) : RAFAEL LORENZO-FERNANDEZ KOATZ (122128/RJ)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA E INDÚSTRIA DE BASE - ABDIB
ADV.(A/S) : MARICÍ GIANNICO (149850/SP)

**Decisão**: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta, declarando a inconstitucionalidade do art. 10, I, da Lei nº 10.177/1998 do Estado de São Paulo, nos termos do voto do Ministro Roberto Barroso, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, que, preliminarmente, não conheciam da ação e, no mérito, julgavam improcedente o pedido. O Ministro Marco Aurélio (Relator) também julgava procedente o pedido, mas ficou parcialmente vencido por declarar a inconstitucionalidade do dispositivo ante a existência de vícios formal e material. Por fim, quanto à modulação dos efeitos da decisão, o julgamento foi suspenso para colheita, em assentada posterior, dos votos dos ministros que ficaram vencidos no mérito. Falaram: pela requerente, o Dr. Gustavo Binenbojm; e, pelo interessado Governador do Estado de São Paulo, o Dr. Andre Brawerman, Procurador do Estado. Plenário, Sessão Virtual de 2.4.2021 a 12.4.2021.

**Decisão:** Em continuidade de julgamento, o Tribunal, por maioria, modulou os efeitos da decisão, para que: (i) sejam mantidas as anulações já realizadas pela Administração até a publicação da ata do julgamento de mérito desta ação direta (23.04.2021), desde que tenham observado o prazo de 10 (dez) anos; (ii) seja aplicado o prazo decadencial de 10 (dez) anos aos casos em que, em 23.04.2021, já havia transcorrido mais da metade do tempo fixado na lei declarada inconstitucional (aplicação, por analogia, do art. 2.028 do Código Civil); e (iii) para os demais atos administrativos já praticados, seja o prazo decadencial de 5 (cinco) anos contado a partir da publicação da ata do julgamento de mérito desta ação (23.04.2021), nos termos do voto do Ministro Roberto Barroso, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Marco Aurélio (Relator). O Ministro Nunes Marques acompanhou o Ministro Roberto Barroso com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.580** **(7)**

ORIGEM : 6580 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S) : PARTIDO LIBERAL (PL) - DIRETÓRIO NACIONAL
ADV.(A/S) : MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA (12330/DF, 1565A/MG) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 9.023, de 25.9.2020, do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Edson Fachin. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.612** **(8)**

ORIGEM : 6612 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
**RELATORA : MIN. ROSA WEBER**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei nº 11.038, de 02 de dezembro de 2019, do Estado de Mato Grosso, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.720** **(9)**

ORIGEM : 6720 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ALAGOAS
**RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT
ADV.(A/S) : ANTONIO MALVA NETO (34121/DF)
AM. CURIAE. : UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE
ADV.(A/S) : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF, 7040/O/MT)
ADV.(A/S) : ALBERTO BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (21144/DF, 7234/O/MT)

**Decisão:** Após o voto do Ministro Roberto Barroso (Relator), que propunha o referendo da cautelar deferida, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.721** **(10)**

ORIGEM : 6721 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
**RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S) : ANTONIO MALVA NETO (34121/DF)
AM. CURIAE. : UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE
ADV.(A/S) : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF, 7040/O/MT)
ADV.(A/S) : ALBERTO BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (21144/DF, 7234/O/MT)

**Decisão:** Após o voto do Ministro Roberto Barroso (Relator), que propunha o referendo da cautelar deferida, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.722** **(11)**

ORIGEM : 6722 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
**RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS ¿ UNALE
ADV.(A/S) : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF, 7040/O/MT)
ADV.(A/S) : ALBERTO BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (21144/DF, 7234/O/MT)
AM. CURIAE. : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S) : ANTONIO MALVA NETO (34121/DF)
AM. CURIAE. : SOLIDARIEDADE
ADV.(A/S) : ALYSSON SOUSA MOURAO (18977/DF)
ADV.(A/S) : RODRIGO MOLINA RESENDE SILVA (28438/DF)

**Decisão:** Após o voto do Ministro Roberto Barroso (Relator), que propunha o referendo da cautelar deferida, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.727** **(12)**

ORIGEM : 6727 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO-CONSIF
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS STURZENEGGER (1942-A/DF, 201395/MG, 29258/SP)
ADV.(A/S) : RICARDO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER (19535/DF, 249225/SP)
ADV.(A/S) : LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS (41952/DF)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto da Relatora. Falou, pela requerente, o Dr. Ricardo Luiz Blundi Sturzenegger. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

**AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.682** **(13)**

ORIGEM : 6682 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
AGTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTACAO DE MERCADORIAS EM GERAL E LOGISTICA
ADV.(A/S) : KOWALSKY DO CARMO COSTA RIBEIRO (60765/DF, 33710/GO)
AGDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, conheceu do agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL**

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

SAVIO LUCIANO DE ANDRADE FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

**SEÇÃO 1** • Publicação de atos normativos
**SEÇÃO 2** • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
**SEÇÃO 3** • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

**EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.252** **(14)**

ORIGEM : 6252 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**
EMBTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
EMBDO.(A/S) : ASSOCIACAO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - ANAPE
ADV.(A/S) : VICENTE MARTINS PRATA BRAGA (19309/CE, 51599/DF, 43637/PE)
ADV.(A/S) : CARLOS FREDERICO BRAGA MARTINS (48750/DF, 1404 - A/RN)

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, negou provimento aos embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Dias Toffoli, que dava parcial provimento ao recurso. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

**Acórdãos**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.591** **(15)**

ORIGEM : ADI - 5591 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : YURI CARAJELESCOV (131223/SP)

**Decisão:** Após o voto da Ministra Cármen Lúcia (Relatora), que julgava procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "*o Delegado Geral da Polícia Civil*" contida no inc. II do art. 74 da Constituição do Estado de São Paulo, na redação originária e após a alteração pela Emenda Constitucional n. 21/2006, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 25.10.2019 a 4.11.2019.

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "o Delegado Geral da Polícia Civil" contida no inc. II do art. 74 da Constituição de São Paulo, na redação originária e após a alteração pela Emenda Constitucional nº 21/2006, nos termos do voto da Relatora, vencidos, parcialmente, os Ministros Edson Fachin e Roberto Barroso. Plenário, Sessão Virtual de 12.3.2021 a 19.3.2021.

**EMENTA:** *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA N. 21/2006 À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. PREVISÃO DE FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO A DELEGADO-GERAL DE POLÍCIA CIVIL POR CRIMES COMUNS E DE RESPONSABILIDADE: INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AÇÃO DIRETA PROCEDENTE.*

***1.*** *Na organização do Judiciário estadual as competências de seus órgãos são limitadas pelos princípios da Constituição da República. Ausência de fundamento constitucional de instituição de foro para estabelecer privilégios processuais. Princípio da igualdade.*

***2.*** *Afronta ao inc. VII do art. 129 da Constituição da República, pelo qual o controle externo da atividade policial é função institucional do Ministério Público.*

***3.*** *Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente para declarar inconstitucional a expressão "o Delegado Geral da Polícia Civil" posta no inc. II do art. 74 da Constituição do Estado de São Paulo.*

**DECISÕES**
**Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

**Julgamentos**

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 803** **(16)**

ORIGEM : 803 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
**RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
AGTE.(S) : PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - PROS
ADV.(A/S) : ROBSON HALLEY COSTA RODRIGUES (27422/CE, 67827/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPU
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IPU

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

# Atos do Poder Legislativo

## LEI Nº 14.152, DE 19 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a extensão do prazo de validade de prescrições médicas e de pedidos de exames complementares de diagnóstico emitidos para gestantes e puérperas, e sobre o acesso facilitado a cuidados intensivos e à internação em leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) enquanto perdurar a pandemia de covid-19.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a extensão do prazo de validade de prescrições médicas e de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, bem como sobre o acesso facilitado a cuidados intensivos e à internação em leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) enquanto perdurar a pandemia de covid-19.

Art. 2º As prescrições médicas e os pedidos para a realização de exames diagnósticos complementares previstos para o adequado acompanhamento da saúde, no período do pré-natal e do puerpério, poderão, a critério médico, ser válidos durante todo o período da gravidez e/ou do puerpério em que foi realizada a prescrição ou o pedido, podendo ser utilizados formulários em meio eletrônico.

Art. 3º Até a declaração oficial do término da emergência de saúde pública no Brasil decorrente da pandemia de covid-19, as gestantes e as puérperas devem ter acesso facilitado a cuidados intensivos e à internação em leitos de UTI.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de maio de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
*Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes*
*Damares Regina Alves*

# Atos do Congresso Nacional

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2021

**O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.040, de 29 de março de 2021**, publicada, no Diário Oficial da União no dia 30, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 19 de maio de 2021
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 2021

**O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021**, publicada no Diário Oficial da União no dia 31, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R$ 5.324.320.142,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 19 de maio de 2021
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

# Presidência da República

## DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 210, de 19 de maio de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.814.

Nº 211, de 19 de maio de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 66.

Nº 212, de 19 de maio de 2021. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.152, de 19 de maio de 2021.

Nº 213, de 19 de maio de 2021. Encaminhamento ao Congresso Nacional de renovações das autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 779, de 17 de setembro de 2014 - Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista, no município de Pedrinhas Paulista - SP;

2 - Portaria nº 739, de 9 de junho de 2015 - Associação Comunitária Novo Amanhecer - ACNA, no município de Brotas de Macaúbas - BA;

3 - Portaria nº 3.598, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Esperança de Iguatemi - ACEI, no município de Iguatemi - MS;

4 - Portaria nº 3.603, de 19 de agosto de 2015 - Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo, no município de Campo Redondo - RN;

5 - Portaria nº 3.632, de 19 de agosto de 2015 - Associação Beneficente Cultural Comunitária de Brasilândia de Minas, no município de Brasilândia de Minas - MG;

6 - Portaria nº 4.373, de 21 de setembro de 2015 - Associação Beneficente Social de Santo Estevão, no município de Santo Estevão - BA;

7 - Portaria nº 79, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL, no município de Lucrécia - RN;

8 - Portaria nº 135, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Moriah (Moriah FM), no município de Jales - SP;

9 - Portaria nº 148, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI, no município de Diamantina - MG;

10 - Portaria nº 159, de 1º de fevereiro de 2016 - Sociedade Educadora Patuense, no município de Patu - RN;

11 - Portaria nº 241, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Urtigão, no município de São João da Urtiga - RS;

12 - Portaria nº 691, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba, no município de Joinville - SC;

13 - Portaria nº 728, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural de Comunicação de Governador Valadares Minas Gerais, no município de Governador Valadares - MG;

14 - Portaria nº 1.907, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes, no município de Vicência - PE;

15 - Portaria nº 2.182, de 7 de junho de 2017 - Associação Livre Comunitária de Capoeiras, no município de Capoeiras - PE;

16 - Portaria nº 2.194, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Guaraci, no município de Guaraci - SP;

17 - Portaria nº 2.195, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Liberdade, no município de Ipuã - SP;

18 - Portaria nº 2.202, de 7 de junho de 2017 - Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá - Ceará, no município de Pacujá - CE;

19 - Portaria nº 2.476, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina - CE, no município de Ibiapina - CE;

20 - Portaria nº 2.484, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Comunitária de Itapagipe, no município de Itapagipe - MG;

21 - Portaria nº 2.486, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão, no município de Cachoeira Paulista - SP;

22 - Portaria nº 2.736, de 7 de junho de 2017 - Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista, no município de Cascavel - CE;

23 - Portaria nº 3.001, de 7 de junho de 2017 - Associação dos Moradores da Vila Gavioli de Ribeirão Claro, no município de Ribeirão Claro - PR;

24 - Portaria nº 3.004, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Base Vila São Francisco, no município de Laranjeiras do Sul - PR;

25 - Portaria nº 3.048, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Vale do Groaíras, no município de Groaíras - CE;

26 - Portaria nº 3.166, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Bairro da Capela, no município de Vinhedo - SP;

27 - Portaria nº 3.172, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária São Pedro de Alcântara de Ubajara, no município de Ubajara - CE;

28 - Portaria nº 3.175, de 28 de setembro de 2017 - Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral, no município de Sobral - CE;

29 - Portaria nº 4.501, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Barros Cassal - ASCOBAC, no município de Barros Cassal - RS; e

30 - Portaria nº 5.466, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária Ágape Mantenense de Radiodifusão, no município de Mantena - MG.

Nº 214, de 19 de maio de 2021. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R$ 584.265.195,00, para os fins que especifica".

Nº 215, de 19 de maio de 2021. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações, do Meio Ambiente, da Defesa, do Desenvolvimento Regional e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 1.095.575.217,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº 216, de 19 de maio de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.157.

## CASA CIVIL

## COMITÊ GESTOR DA ICP-BRASIL

### RESOLUÇÃO CG ICP-BRASIL Nº 185, DE 18 DE MAIO DE 2021

Aprova a versão revisada e consolidada do documento Critérios e Procedimentos para Realização de Auditorias nas Entidades da ICP-Brasil - DOC-ICP-08.

**A COORDENADORA DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6°, §1°, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária, realizada em sessão por videoconferência em 18 de maio de 2021,

CONSIDERANDO a determinação estabelecida pelo Decreto n° 10.139, de 28 de novembro de 2019, para revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, resolveu:

Art. 1º Esta Resolução aprova a versão revisada e consolidada do documento Critérios e Procedimentos para Realização de Auditorias nas Entidades da ICP-Brasil.

Art. 2º Fica aprovada a versão 5.0 do documento DOC-ICP-08 - Critérios e Procedimentos para Realização de Auditorias nas Entidades da ICP-Brasil.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Resolução n° 44, de 18 de abril de 2006;

II - a Resolução n° 72, de 18 de novembro de 2009;

III - a Resolução n° 114, de 30 de setembro de 2015;

IV - a Resolução n° 119, de 06 de julho de 2017;

V - a Resolução n° 130, de 19 de setembro de 2017;

VI - a Resolução n° 145, de 07 de novembro de 2018; e

VII - a Resolução n° 155, de 03 de dezembro de 2019.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1° de junho de 2021.

JULIANA RIBEIRO SILVEIRA

ANEXO

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS NAS ENTIDADES DA ICP-BRASIL

DOC-ICP-08

Versão 5.0

18 de maio de 2021

CONTROLE DE ALTERAÇÕES

| Ato que aprovou a alteração | Item alterado | Descrição da alteração |
|---|---|---|
| Resolução CG ICP-Brasil nº 185, de 18.05.2021<br>Versão 5.0 | | Revisão e consolidação conforme o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. |
| Resolução nº 155, de 03.12.2019<br>Versão 4.7 | 3.1 | Alteração nas previsões de entidades para execução de auditorias. |
| Resolução nº 151, de 30.05.2019<br>Versão 4.6 | 1.4, 2.1, 3.1, 4, 5, 6.1.1, 6.1.12, 7.1, 7.7, 8.2, 9.6 e 9.10 | Simplificação dos processos da ICP-Brasil. |
| Resolução nº 145, de 07.11.2018<br>Versão 4.5 | 7.5 | Altera item que trata de requisitos para auditoria independente. |
| Resolução nº 132, de 10.11.2017<br>Versão 4.4 | 1.1, 2, 3.1, 4.1, 4.2, 5.5, | Institui o Prestador de Serviço de Confiança. |
| Resolução nº 130, de 06.07.2017<br>Versão 4.3 | 5.2."c" e 5.3 | Ajuste nos critérios do Plano Anual de Auditoria Operacional para AR e suas instalações técnicas. |
| Resolução nº 119, de 06.07.2017<br>Versão 4.2 | 4.2 e 6.1.1 | Aprova a obrigatoriedade de realização de auditorias WebTrust e de implementação de respostas OCSP para certificados do tipo SSL/TLS. |
| Resolução n° 114, de 30.09.2015<br>Versão 4.1 | 2.a, 3.1(tabela), 4.1.a, 4.5.a, 5.4 (novo) | Estabelece o funcionamento do sistema biométrico da ICP-Brasil. |
| Resolução nº 72, de 18.11.2009<br>Versão 4.0 | Diversos | Revogada pela Resolução 56. |
| Resolução nº 56, de 19.11.2008<br>Versão 3.0 | 1.5, 2.2, 2.4, 3.1, 3.7, 5.2, 5.3, 5.4, 7.3, 8.1, 8.2, 8.3, 8.4, 8.5, 8.6, 9.5 | Inclusão de referências a Autoridades de Carimbo de Tempo |
| Resolução nº 44, de 18.04.2006<br>Versão 2.0 | Diversos | Criação do DOC-ICP-08, consolidando documentos anteriores. |
| Resolução nº 24, de 28.08.2003<br>Versão 1.0 | | Criação do DOC-ICP-08, consolidando documentos anteriores, revogada pela Resolução 44. |

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

| SIGLA | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| ABR | Auditoria Baseada em Risco |
| AC | Autoridade Certificadora |
| AC RAIZ | Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil |
| ACT | Autoridade de Carimbo de Tempo |
| AR | Autoridade de Registro |
| AUDIBRA | Instituto dos Auditores Internos do Brasil |
| CFC | Conselho Federal de Contabilidade |
| CG ICP-Brasil | Comitê Gestor da ICP-Brasil |
| CGAFI | Coordenação Geral de Auditoria e Fiscalização |
| CGU | Controladoria Geral da União |
| CISA | *Certified Information System Auditor* |
| CISM | *Certified Information Security Manager* |
| CISSP | *Certified Information Systems Security Professional* |
| CNAI | Cadastro Nacional de Auditores Independentes |
| CNPJ | Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas |
| COBIT | *Control Objectives for Information and related Technology* |
| COSO | *Committee of Sponsoring Organizations* |
| CRE | Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários |
| DAFN | Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização |
| DOU | Diário Oficial da União |
| FGTS | Fundo de Garantia do Tempo de Serviço |
| IBRACON | Instituto dos Auditores Independentes do Brasil |
| ICP-BRASIL | Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira |
| IIA | *The Institute of Internal Auditors* |
| ISACA | *Information Systems Audit and Control Association* |
| PAF | Processo Administrativo de Fiscalização |
| PC | Política de Certificado |
| PDF | *Portable Document Format* |
| PLAAO | Plano Anual de Auditoria Operacional |
| PSBio | Prestador de Serviço Biométrico |
| PSC | Prestadores de Serviço de Confiança |
| PSCert | Prestadores de Serviço de Certificação |
| PSS | Prestadores de Serviço de Suporte |
| RF | 0BRelatório de Fiscalização |
| SHA | *Secure Hash Algorithm* |
| SICAF | Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores |
| TCU | Tribunal de Contas da União |

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Este documento regula, no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, as atividades de auditoria a serem realizadas em sua cadeia de certificação digital.

1.2 O código de ética e os princípios éticos para o exercício das atividades de auditoria interna e independente estabelecidos pelos diversos órgãos reguladores ou de classe (TCU, CGU, CFC, CVM, IBRACON, ISACA, AUDIBRA e IIA) integram, para todos os fins, este normativo. As demais normas emitidas pelos citados órgãos serão observadas naquilo em que não conflitarem com este documento.

1.3 No presente documento o conceito de METODOLOGIA de auditoria se refere a todo o instrumental necessário à realização de trabalhos de auditoria como: manuais, roteiros, papéis de trabalho, mapa de riscos, procedimentos, técnicas, formulários, relatórios e modelos.

1.4 Toda correspondência tratada neste documento deve ser formalizada, preferencialmente, por meio de correio eletrônico, em formato PDF, com assinatura digital ICP-Brasil da autoridade competente. Os arquivos devem ter calculados os respectivos hashes, com algoritmo SHA-1, cujos valores serão relacionados em arquivo no formato texto puro (extensão TXT), contendo o nome do arquivo e o respectivo *hash*, separados por ponto e vírgula (;).

1.5 Todas as comunicações e requerimentos à AC Raiz deverão ser encaminhados por intermédio da cadeia de AC, ou candidatos à AC, operacionalmente vinculados. Inicia-se a tramitação pela AC de nível imediatamente superior ao do interessado. A tramitação prossegue, a partir daí, respeitando a hierarquia de AC, até chegar à AC Raiz.

1.6 As notificações e intimações de que trata este documento serão realizadas, preferencialmente, por correio eletrônico assinado digitalmente, ou, na sua impossibilidade, por ofício da autoridade competente.

2 TIPOS DE AUDITORIA

2.1 As auditorias são classificadas em PRÉ-OPERACIONAIS e OPERACIONAIS, a saber:

a) Pré-operacionais: são as auditorias realizadas antes do início das atividades do candidato a Prestador de Serviço de Certificação (PSCert), quer seja Autoridade Certificadora (AC), Autoridade de Carimbo do Tempo (ACT), Autoridade de Registro (AR), Prestador de Serviço de Suporte (PSS), Prestador de Serviço Biométrico (PSBio) ou PSC de Assinatura Digital e Armazenamento de Chaves Criptográficas; e

b) Operacionais: são as auditorias realizadas anualmente, considerado o ano civil, em todos os PSCerts para manutenção do credenciamento junto à ICP-Brasil. Tais auditorias ocorrerão a partir do primeiro ano civil seguinte à data da publicação no DOU do credenciamento do PSCert.

3 ENTIDADES QUE PODEM REALIZAR AUDITORIAS

3.1 As auditorias na cadeia da ICP-Brasil são realizadas exclusivamente pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) ou por entidades credenciadas para o fim, observada a seguinte tabela:

| ENTIDADE | EXECUTOR DA AUDITORIA | |
|---|---|---|
| | Pré-operacional | Operacional |
| AC Raiz | Comitê Gestor da ICP-Brasil ou seus prepostos, formalmente designados | Comitê Gestor da ICP-Brasil ou seus prepostos, formalmente designados |
| AC de 1º Nível, e seus PSS | ITI/DAFN/CGAFI | Empresa de Auditoria Independente credenciada junto ao ITI |
| AC subsequente e seus PSS | ITI/DAFN/CGAFI | Empresa de Auditoria Independente credenciada junto ao ITI |
| ACT | ITI/DAFN/CGAFI | Empresa de Auditoria Independente credenciada junto ao ITI |
| AR | AC ou PSS credenciados junto ao ITI<br>Empresa de Auditoria Independente credenciada junto ao ITI | Auditoria Interna da respectiva AR credenciada junto ao ITI<br>AC ou PSS credenciados junto ao ITI<br>Empresa de Auditoria Independente credenciada junto ao ITI |
| AR no Exterior | ITI/DAFN/CGAFI ou, a seu critério, AC ou PSS credenciados junto ao ITI | AC credenciada junto ao ITI<br>Auditoria Interna da respectiva AR credenciada junto ao ITI<br>Empresa de Auditoria Independente credenciada junto ao ITI |
| PSBio | ITI/DAFN/CGAFI | Empresa de Auditoria Independente credenciada junto ao ITI |
| PSC de Assinatura Digital e Armazenamento de Chaves Criptográficas | ITI/DAFN/CGAFI | Empresa de Auditoria Independente, credenciada junto ao ITI |

3.1.1 A AC de 1º nível é aquela cujo certificado é emitido pela AC Raiz e AC subsequente é aquela cujo certificado não é emitido pela AC Raiz.

3.2 O ITI poderá, a seu exclusivo critério ou por determinação do Comitê Gestor, executar auditorias pré-operacionais e operacionais em quaisquer das entidades integrantes ou candidatas a integrar a ICP-Brasil, utilizando servidores do quadro próprio do ITI/DAFN/CGAFI, devidamente qualificados.

3.3 As auditorias operacionais realizadas pelo ITI com base na prerrogativa do item anterior, não suprem a exigência de realização de auditoria operacional a ser realizada em conformidade com o item 2.1."b" acima.

4 CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE E ÓRGÃOS DE AUDITORIA INTERNA

4.1 São dois (2) os tipos de entidades credenciadas para realizar auditoria na cadeia da ICP-Brasil:

a) Tipo 1: entidades autorizadas a realizar auditoria em AC, ACT, AR, PSBio, PSC de Assinatura Digital e/ou Armazenamento de Chaves Criptográficas, com respectivos PSSs. Este tipo é destinado às empresas de auditoria independente cadastradas junto ao CNAI.

b) Tipo 2: entidades autorizadas a realizar auditoria somente em AR. Este tipo é destinado às empresas enquadradas na alínea anterior e às unidades de Auditoria Interna formalmente instituídas.

4.2 As entidades de auditoria independente candidatas a realizar trabalhos de auditoria na cadeia da ICP-Brasil indicarão o tipo a que pleiteiam e apresentarão o formulário ADE-ICP-08.A[1], anexando:

a) documentação demonstrando que a estrutura organizacional e a metodologia de auditoria são claras e, formalmente definidas, para permitir a realização de trabalhos de auditoria;

b) documentação indicando que o sistema de controle de qualidade formalmente estabelecido atende às normas profissionais vigentes e são adotados procedimentos que garantam o seu cumprimento na realização dos trabalhos de auditoria;

c) comprovação de constituição legalmente registrada, onde conste a atividade de auditoria de sistemas ou de tecnologia da informação no objeto social da candidata;

d) comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

e) comprovação de inscrição estadual e municipal, relativo ao domicílio sede da candidata;

f) certidões negativas de débito junto as fazendas Federal, Estadual e Municipal; inclusive Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

g) certidão negativa de falência e de recuperação judicial;

h) certidão negativa de execução patrimonial;

i) declaração de que não está cumprindo nenhuma penalidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;

j) declaração de que não foi declarada inidônea nas esferas de Governo Federal, Estadual e Municipal;

k) currículo dos sócios, dos diretores e dos responsáveis técnicos que integram o quadro de auditores com poderes para emitir e assinar relatório de auditoria em nome da candidata;

l) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica, que comprove a execução de serviços em auditoria de software ou de sistemas de informação, bem como comprove a quantidade de horas de serviços de auditoria prestada;

m) rol dos trabalhos realizados nos últimos 2 (dois) anos, contendo tabela indicando:

i. a classificação dos serviços realizados;

ii. a quantidade de auditores alocados em cada serviço; e

iii. a quantidade de horas de auditoria em cada trabalho.

n) cópia de dois trabalhos de auditoria realizados em ambiente de TI, que tenham sido realizados nos dois últimos anos, contendo relatórios e respectivos papéis de trabalho;

i. caso a empresa esteja impedida de apresentar a documentação por força de sigilo profissional, poderá dar vistas ao ITI aos dois últimos trabalhos; ou,

ii. apresentar relatório de avaliação executado por outra empresa de auditoria, no programa de avaliação pelos pares, denominado Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE).

o) comprovação de inscrição no CNAI - Cadastro Nacional de Auditores Independentes; e

p) comprovação de licenciamento WebTrust, para entidades interessadas em realizar auditorias do Tipo 1.

4.3 As entidades de auditoria interna candidatas a realizar trabalhos de auditoria na cadeia da ICP-Brasil só poderão pleitear o credenciamento para o tipo 2 e apresentarão o formulário ADE-ICP-08.B[2], anexando:

a) a documentação estabelecida nas alíneas "a", "b", "k", "m" e "n" do item 4.2 anterior;

b) comprovação de estar formalmente constituída, com vinculação direta ao principal órgão administrador ou controlador da empresa onde estiver inserida ou instituída por força de dispositivo legal.

4.4 As unidades de auditoria interna credenciadas só poderão realizar trabalhos de auditoria no âmbito da própria empresa onde inseridas, isto é, que possuam o mesmo CNPJ ou radical de CNPJ.

4.5 As empresas de auditoria independente autorizadas a realizar auditorias no âmbito da ICP-Brasil atenderão aos seguintes requisitos mínimos, que serão avaliados e considerados quando do exame do pedido de credenciamento:

a) para o tipo 1: experiência comprovada de pelo menos 2 (dois) anos em:

i. áreas de segurança da informação (ambiente físico e lógico), criptografia, infraestrutura de chaves públicas, segurança patrimonial e sistemas de processamento eletrônico de informações;

ii. utilização de pelo menos um dos padrões de auditoria reconhecidos internacionalmente, como por exemplo: COBIT, "Webtrust", ABR ou COSO;

iii. caso de PSBio, áreas de sistema biométrico (ambientes físicos e lógicos), criptografia, segurança patrimonial, protocolos de comunicação em rede e sistemas de processamento eletrônico de informações.

b) para o tipo 2: deverão possuir corpo técnico de auditores com experiência comprovada de pelo menos 2 (dois) anos em:

i. segurança da informação, segurança patrimonial e nível básico de sistemas de processamento eletrônico de informações;

ii. utilização de pelo menos um dos padrões reconhecidos internacionalmente de avaliação gerencial ou de gestão, como por exemplo: COBIT, COSO ou ABR.

4.6 Para as empresas de auditoria candidatas ao credenciamento para o tipo 1, é desejável que o corpo técnico de auditores possua alguma certificação internacional (CISA-*Certified Information System Auditor*; CISM-*Certified Information Security Manager*, CISSP-*Certified Information Systems Security Professional*, etc).

4.7 O pedido de credenciamento deve ser encaminhado ao Protocolo Geral da AC Raiz, assinado pela entidade candidata, anexando os arquivos eletrônicos, conforme item 1.4.

4.8 O ITI poderá solicitar a complementação da documentação, só voltando a ser contado o prazo a partir do recebimento do que for solicitado.

4.9 Se a solicitação não for atendida em até 15 (quinze) dias, o processo será arquivado, mediante despacho fundamentado da DAFN.

4.10 A documentação apresentada pela candidata para credenciamento constituirá processo específico, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, exceto quanto à eventual documentação de auditorias realizadas, que será considerada confidencial, ficando à disposição apenas dos próprios solicitantes do credenciamento.

4.11 Sobre o pedido de credenciamento ou de renovação, o Diretor da DAFN, por meio de despacho fundamentado, poderá:

a) deferir o pedido;

b) notificar a candidata para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, complementar a documentação apresentada;

c) indeferir o pedido se, vencido o prazo da alínea "b", não forem cumpridas as exigências constantes da notificação retromencionada; e

d) indeferir o pedido que não atenda aos requisitos técnicos estabelecidos.

4.12 O credenciamento será publicado no Diário Oficial da União - DOU e será renovado a cada cinco (5) anos, a contar da data da publicação do respectivo credenciamento ou renovação.

4.13 Nas renovações, mediante solicitação à DAFN, a entidade de auditoria anexará a mesma documentação apresentada para o credenciamento inicial, podendo, para os documentos que não sofreram alteração desde o último deferimento, serem substituídos por declaração expressa do Representante Legal, sob as penas da lei. Nestes casos, serão renovadas as certidões negativas fisco tributárias exigíveis.

4.14 As empresas cadastradas no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, registro oficial do Poder Executivo Federal, poderão, para fins de comprovação da situação tributária federal, apresentar seu extrato em substituição às respectivas certidões negativas exigíveis, que será complementado pelas certidões estaduais e municipais exigíveis, se for o caso.

4.15 Qualquer alteração ocorrida, quer seja em atos constitutivos, estatuto, contrato social, organograma ou vinculação da entidade, quer seja dos dirigentes ou da equipe técnica de auditores, será submetida imediatamente ao conhecimento da DAFN, mediante formalização protocolada no Protocolo Geral da AC Raiz e que fará parte do processo de credenciamento da respectiva entidade de auditoria. Nestes casos será reavaliada a manutenção das condições exigidas para o credenciamento, observadas as regras para as renovações, podendo ser dispensada a apresentação de certidões ainda não exigíveis.

4.16 A apresentação de documentos para fins de credenciamento ou descredenciamento será sempre por meio eletrônico, com assinatura digital da cadeia da ICP-Brasil.

4.17 É responsabilidade das entidades de auditoria credenciadas a solicitação à AC Raiz da atualização de seus dados e certidões no Cadastro de Entidades de Auditoria Credenciadas, observando o item 1.4.

4.18 A entidade de auditoria credenciada poderá solicitar o descredenciamento à AC Raiz, a qualquer tempo.

4.19 Indeferido o pedido de credenciamento ou de renovação de credenciamento, a DAFN notificará diretamente ao interessado, por meio de ofício, procedendo aos ajustes cabíveis nos registros de empresas de auditoria credenciadas.

4.20 A AC Raiz deverá, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do deferimento do credenciamento, da renovação ou do recebimento do pedido de descredenciamento, atualizar o Cadastro de Auditorias Independentes, disponível no endereço http://www.iti.gov.br.

5 PLANO ANUAL DE AUDITORIA OPERACIONAL (PLAAO)

5.1 Cada AC e ACT protocolará no Protocolo Geral da AC Raiz, até o dia 15 (quinze) de dezembro de cada ano, para conhecimento da DAFN, seu PLAAO para o ano civil seguinte, contemplando todos os PSCerts diretamente subordinados (AC subsequente e AR), por meio do formulário ADE-ICP-08-C[3].

5.2 As auditorias operacionais serão realizadas anualmente nos seguintes PSCerts:

a) AC credenciada e respectivos PSSs;

b) ACT credenciada e respectivos PSSs;

c) AR credenciada.

5.3 Cada PSBio protocolará no Protocolo Geral da AC Raiz, até o dia 15 (quinze) de dezembro de cada ano, para conhecimento da DAFN, seu PLAAO para o ano civil seguinte, contemplando os PSSs subordinados, por meio do formulário ADE-ICP-08-C[3].

5.4 Cada PSC de Assinatura Digital e/ou Armazenamento de Chaves Criptográficas protocolará no Protocolo Geral da AC Raiz, até o dia 15 (quinze) de dezembro de cada ano, para conhecimento da DAFN, seu PLAAO para o ano civil seguinte, por meio do formulário ADE-ICP-08.C [3].

6 REALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS

6.1 Aspectos gerais da realização das auditorias

6.1.1 As auditorias têm por objetivo avaliar se os processos, procedimentos, atividades e controles estão em conformidade com as respectivas Políticas, Declaração de Práticas, Política de Segurança e demais normas e procedimentos estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. O documento ADE-ICP-08-E[4] detalha os processos que compõem a cadeia de certificação e deverá nortear as auditorias realizadas na cadeia da ICP-Brasil. Adicionalmente, as auditorias do tipo 1 também devem avaliar os princípios e critérios definidos pelo *WebTrust*.

6.1.2 Cada PSCert manterá dossiê de auditoria, preferencialmente em meio digital, organizado e constituído de pastas, contendo cada uma:

a) os relatórios de auditoria pré e operacionais,

b) as evidências de regularização das não conformidades identificadas e apontadas em relatórios de auditoria,

c) as correspondências trocadas sobre a regularização de inconformidades.

6.1.3 Os relatórios de auditoria deverão concluir sobre os processos e procedimentos de responsabilidade do PSCert sob avaliação, manifestando sobre a suficiência dos controles executados para mitigação dos riscos existentes, devendo observar os Critérios para Emissão de Parecer de Auditoria na ICP-Brasil definidos por Instrução Normativa da AC Raiz.

6.1.4 A entidade de auditoria, no exercício de suas atividades no âmbito da ICP-Brasil, deve cumprir e fazer cumprir, por seus prepostos e empregados, as normas da ICP-Brasil, observadas ainda as normas para o exercício da profissão de auditor independente ou interno, conforme o caso.

6.1.5 As auditorias serão executadas em conformidade e aderência com a metodologia que deu base ao credenciamento da entidade responsável pela execução da auditoria.

6.1.6 Os serviços de auditoria serão executados diretamente pela entidade de auditoria credenciada junto à ICP-Brasil, vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços.

6.1.7 O auditor, no exercício de suas funções, terá livre acesso a todas as dependências da entidade auditada, assim como aos documentos e registros indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhe podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, documentos, acessos ou informações.

6.1.8 A entidade auditada deve fornecer ao auditor todos os elementos e condições necessárias ao perfeito desempenho de suas funções.

6.1.9 Os Papeis de Trabalho, registros e demais elementos materiais que deram subsídio à elaboração dos relatórios ficarão sob a guarda da entidade executante da auditoria, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos. A AC Raiz, a qualquer tempo e a seu critério, poderá solicitar cópia do material, fixando prazo para entrega, preferencialmente por meio eletrônico, observado o item 1.4.

6.1.10 O relatório final de auditoria será emitido com a seguinte destinação:

a) original, entidade auditada;

b) cópia, AC subordinante, se for o caso, ou a ACT responsável;

c) cópia à AC de primeiro nível, se for o caso; e

d) cópia, ITI.

6.1.11 A cópia do relatório de auditoria destinada ao ITI será entregue à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização do ITI, observado item 1.4, diretamente pela entidade de auditoria. pré-relatórios ou relatórios parciais não devem ser encaminhados ao ITI.

6.1.12 No caso de uma AC optar por auditar com seus profissionais suas ARs, deverá observar o disposto nos itens acima, excetuados os itens 6.1.5 e 6.1.6.

6.2 Aspectos específicos das auditorias pré-operacionais

6.2.1 Também nos relatórios de auditoria pré-operacional, serão emitidos conceitos de auditoria para os candidatos a PSCert em conformidade com os Critérios para Emissão de Parecer de Auditoria na ICP-Brasil definidos por Instrução Normativa da AC Raiz.

6.2.2 Nos casos em que for identificada qualquer não conformidade, o relatório de auditoria só será encaminhado ao ITI após a certificação, pela entidade de auditoria, da regularização das inconformidades encontradas. A entidade de auditoria deverá anexar as evidências das regularizações ao relatório de auditoria pré-operacional.

6.3 Aspectos específicos das auditorias operacionais

6.3.1 O relatório de auditoria conterá avaliação do PSCert e respectivos PSSs, podendo estender-se às ARs vinculadas - quando se tratar de auditoria em AC -, e conceituará o PSCert auditado, em conformidade com os Critérios para Emissão de Parecer de Auditoria na ICP-Brasil definidos por Instrução Normativa da AC Raiz.

6.3.2 Considerando o nível de exposição aos riscos, a entidade de auditoria poderá excluir processos ou subprocessos das avaliações de auditoria, de forma justificada. Tais exclusões e justificativas constarão do corpo do relatório de auditoria ou de anexo específico, a critério da entidade de auditoria e em conformidade com a metodologia apresentada quando do credenciamento da entidade de auditoria.

6.3.3 Nas auditorias operacionais nas ACs, o relatório de auditoria deverá informar se são atendidos os critérios de realização de auditorias operacionais nas ARs subordinadas e se são adotados controles para acompanhamento daquelas auditorias.

7 RELAÇÃO ENTRE OS AUDITORES INDEPENDENTES E AS ENTIDADES AUDITADAS

7.1 Aplica-se ao auditor independente, no que couber, as regras de suspeição e impedimento estabelecidas nos artigos 134 e 135 do Código de Processo Civil; além das demais normas para o exercício da profissão de auditor independente ou interno.

7.2 A empresa de Auditoria Independente ou qualquer de seus auditores serão declarados impedidos de realizar auditoria, quando:

a) houver motivo íntimo declarado;

b) for amigo íntimo ou inimigo capital de membros da entidade auditada;

c) for credor ou devedor da entidade auditada ou de um de seus membros;

d) tiver recebido, nos últimos 5 (cinco) anos, da entidade auditada, pagamentos referentes à prestação de serviços, excetuando-se os recebimentos de valores referentes à prestação de auditoria;

e) tiver interesse no resultado da auditoria a ser realizada; e

f) houver relacionamento, de fato ou de direito, como cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, com algum dos membros da entidade auditada, em linha direta ou na colateral até o terceiro grau.

7.2.1 Entende-se como membros da entidade auditada todas as pessoas que de alguma forma participem do capital social ou tenham influência na gestão do PSCert auditado.

7.3 A empresa de auditoria independente e respectivos auditores que participarem dos trabalhos de auditoria no âmbito da ICP-Brasil, firmarão declaração, sob as penas da lei, de que não se enquadram em qualquer das causas de impedimento tratadas neste documento.

7.4 As declarações previstas neste documento constarão como anexos obrigatórios ao relatório de auditoria a ser entregue ao ITI.

7.5 Exceto quanto às entidades de Auditoria Interna, será obrigatória a rotação integral da equipe de auditoria (responsável técnico, diretor, gerente e qualquer outro integrante) e recomendada a rotação das empresas de Auditoria Independente a intervalos menores ou iguais a cinco (5) anos consecutivos, observado o intervalo mínimo de três (3) anos para o retorno.

7.6 As entidades de auditoria independente contratadas por entes da administração pública direta ou indireta (Federal, Estadual ou Municipal) que estejam impedidas do rodízio previsto no item anterior, por força de dispositivo legal, para atenderem a rotatividade estabelecida, quando completarem os cinco anos e durante os próximos três anos dos prazos estabelecidos no item anterior, deverão submeter seus trabalhos à revisão por outra entidade de auditoria, que emitirá relatório circunstanciado sobre a correta aplicação das normas profissionais e técnicas utilizadas nestes trabalhos, encaminhando-o ao ITI.

7.7 Ocorrendo o impedimento da entidade de auditoria, esta deverá concluir os trabalhos cujas atividades de campo já tenham iniciado, estando impedida de iniciar novos trabalhos de campo.

7.7.1 Eventuais relatórios de auditoria recebidos em desacordo com o item 7.7 serão sumariamente arquivados e não terão nenhuma validade perante o ITI, no que se refere ao cumprimento da obrigatoriedade de realização de auditorias.

8 ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AUDITORIA PELO ITI

8.1 O relatório de auditoria será analisado pela Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização da AC Raiz, que poderá solicitar esclarecimentos ou documentos complementares aos executantes da auditoria ou aos respectivos PSCerts auditados.

8.2 A documentação de auditoria será avaliada em comparação com a metodologia de auditoria aprovada no credenciamento da entidade de auditoria, exceto quando realizado por AC ou PSS diretamente em suas ARs.

8.3 Se, a qualquer tempo, a Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização constatar que o relatório de auditoria entregue apresenta incorreções, omissões ou descumprimento de norma profissional de auditoria, comunicará o fato à entidade que executou a auditoria. Neste caso, a entidade de auditoria deverá justificar as incorreções no prazo de 15 (quinze) dias da data do recebimento da notificação.

8.4 Caso a entidade de auditoria não apresente as justificativas ou estas sejam consideradas insatisfatórias, bem como em caso de reincidência no mesmo ou em outro PSCert, o Diretor da DAFN poderá aplicar penalidades, observado o disposto no item 9.13.

9 NÃO CONFORMIDADES EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA

9.1 Cabe à entidade auditada cumprir, no prazo estipulado no relatório de auditoria, as recomendações para corrigir as não conformidades com a legislação ou com as políticas, normas, práticas e regras estabelecidas. Tais regularizações serão comunicadas formalmente à entidade a que se vincula o PSCert auditado, na data de vencimento do prazo concedido no relatório de auditoria.

9.2 Cabe à entidade subordinante do PSCert controlar o cumprimento das recomendações de auditoria das entidades vinculadas, comunicando ao ITI o não cumprimento de recomendações de auditoria, mantendo registros formais do acompanhamento.

9.3 Caso qualquer recomendação não seja cumprida no prazo estabelecido no relatório de auditoria, o PSCert subordinante comunicará o fato ao ITI, anexando cópia de correspondências trocadas, evidências da inconformidade e das ações adotadas até o momento para mitigação do risco envolvido. Essa comunicação será preferencialmente por correio eletrônico assinado por representante legal do PSCert com certificado da ICP-Brasil, observando item 1.4.

9.4 O cumprimento e efetivação das recomendações de auditoria e de sugestões de melhoria acaso existentes no relatório de auditoria, devem ser objeto de análise e manifestação na auditoria subsequente.

9.5 As entidades encarregadas da execução das auditorias manifestarão sobre o atendimento das recomendações da auditoria imediatamente anterior, em documento anexo ao relatório de auditoria a ser emitido.

9.6 No ITI, os casos de não conformidade que ensejaram recomendações à entidade auditada serão acompanhados pela área de auditoria e incluídos nos planos de trabalho de auditorias posteriores na mesma entidade.

9.7 Cabe à AC Raiz tomar todas as medidas cabíveis a fim de garantir a segurança e a confiabilidade da ICP-Brasil, podendo descredenciar a entidade auditada, mediante decisão motivada.

9.8 Se a entidade auditada for considerada INACEITÁVEL o ITI suspenderá imediatamente suas operações até que as não conformidades sejam solucionadas.

9.9 A entidade cujo conceito atribuído seja cinco (5) - INACEITÁVEL - em duas auditorias operacionais consecutivas, poderá ser descredenciada da ICP-Brasil.

9.10 Na ocorrência do descredenciamento mencionado no item 9.10, a entidade não poderá ter um novo pedido de credenciamento aceito pelo ITI pelo período mínimo de dois (2) anos.

9.11 O descredenciamento será publicado no Diário Oficial da União, em consonância com os demais procedimentos de descredenciamento descritos nas normas da ICP-Brasil.

9.12 Toda vez que um PSCert receber um conceito 3 ou 4 no relatório de auditoria operacional, poderá sofrer penalidades.

9.13 A aplicação de penalidades deve ser precedida de processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observados os critérios e o procedimento estabelecidos no DOC-ICP-09 [5].

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O Diretor da DAFN, em casos de iminente dano irreparável ou de difícil reparação a terceiros, suspenderá cautelarmente, no todo ou em parte, a emissão de certificado e/ou carimbo do tempo pelo respectivo PSCert, podendo a suspensão ser também estendida ao PSCert de nível imediatamente subsequente ou superior àquele.

10.2 É de inteira responsabilidade da entidade de auditoria credenciada a veracidade das informações e documentos apresentados ao ITI.

10.3 A não declaração de fato superveniente que possa desconstituir o teor de documentação já apresentada ou a falsa declaração, pela entidade credenciada ou por qualquer dos auditores que realizaram a auditoria, sujeita-os às penalidades cabíveis.

10.4 A empresa estrangeira que não tenha filial ou representante legal no país atenderá às exigências estabelecidas mediante a apresentação de documentos equivalentes autenticados pelo respectivo consulado e traduzido por tradutor juramentado.

11 DOCUMENTOS REFERENCIADOS

11.1 O documento abaixo é aprovado por Resolução do Comitê Gestor da ICP-Brasil, podendo ser alterado, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio http://www.iti.gov.br publica a versão mais atualizada desse documento e a resolução que o aprovou.

| REF. | NOME DO DOCUMENTO | CÓDIGO |
|---|---|---|
| [5] | CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL<br>Aprovado pela Resolução nº 25, de 24 de outubro de 2003. | DOC-ICP-09 |

11.2 Os documentos abaixo são aprovados pela AC Raiz, podendo ser alterados, quando necessário, mediante publicação de uma nova versão no sítio http://www.iti.gov.br.

| REF. | NOME DO DOCUMENTO | CÓDIGO |
|---|---|---|
| [1] | Formulário SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESA DE AUDITORIA ESPECIALIZADA E INDEPENDENTE | ADE-ICP.08.A |
| [2] | Formulário SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE ÓRGÃO DE AUDITORIA INTERNA | ADE-ICP.08.B |
| [3] | Modelo de PLAAO - PLANO ANUAL DE AUDITORIA OPERACIONAL | ADE-ICP.08.C |
| [4] | Descrição dos PROCESSOS DAS ENTIDADES DA ICP-BRASIL | ADE-ICP.08.E |

**RESOLUÇÃO CG ICP-BRASIL Nº 186, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Aprova a versão revisada e consolidada do documento Critérios e Procedimentos para Fiscalização das Entidades Integrantes da ICP-Brasil - DOC-ICP-09.

**A COORDENADORA DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 6°, §1°, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária, realizada em sessão por videoconferência em 18 de maio de 2021,

CONSIDERANDO a determinação estabelecida pelo Decreto n° 10.139, de 28 de novembro de 2019, para revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, resolveU:

Art. 1º Esta Resolução aprova a versão revisada e consolidada do documento Critérios e Procedimentos para Fiscalização das Entidades Integrantes da ICP-Brasil.

Art. 2º Fica aprovada a versão 4.0 do documento DOC-ICP-09 - Critérios e Procedimentos para Fiscalização das Entidades Integrantes da ICP-Brasil, anexa a esta Resolução.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Resolução n° 45, de 18 de abril de 2006;

II - a Resolução n° 57, de 28 de novembro de 2008; e

III - a Resolução n° 126, de 13 de setembro de 2017.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1° de junho de 2021.

JULIANA RIBEIRO SILVEIRA

ANEXO

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL

DOC-ICP-09

Versão 4.0

18 de maio de 2021

CONTROLE DE ALTERAÇÕES

| Ato que aprovou a alteração | Item alterado | Descrição da alteração |
|---|---|---|
| Resolução CG ICP-Brasil nº 186, de 18.05.2021<br>Versão 4.0 | | Revisão e consolidação conforme o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. |
| Resolução nº 151, de 30.05.2019<br>Versão 3.4 | 1.1 | Simplificação do Processos da ICP-Brasil. |
| Resolução nº 132, de 10.11.2017<br>Versão 3.3 | 1.1.j | Conceito de Prestador de Serviço de Confiança. |
| Resolução nº 126, de 13.09.2017<br>Versão 3.2 | 6.4 | Ajuste da referência para os critérios de aplicação de penalidades por não conformidade em auditorias operacionais. |
| Resolução nº 114, de 30.09.2015<br>Versão 3.1 | 1.1,j | Estabelece o funcionamento do sistema biométrico da ICP-Brasil. |
| Resolução nº 57, de 19.11.2008<br>Versão 3.0 | 1.1.j, 8.1 | Inclusão de referências a Autoridades de Carimbo do Tempo |
| Resolução nº 45, de 18.04.2006<br>Versão 2.0 | Diversos | Consolidação de documentos anteriores. |
| Resolução nº 25, de 24.10.2003<br>Versão 1.0 | | Criação do DOC-ICP |

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

| SIGLA | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| AC | Autoridade Certificadora |
| AC RAIZ | Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil |
| ACT | Autoridade de Carimbo do Tempo |
| AFC | Ação de Fiscalização de Certificação |
| AIC | Auto de Infração de Certificação |
| AR | Autoridade de Registro |
| CG ICP-Brasil | Comitê Gestor da ICP-Brasil |
| DOU | Diário Oficial da União |
| ICP-Brasil | Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira |
| NFC | Notificação da Fiscalização de Certificação |
| PAF | Processo Administrativo de Fiscalização |
| PAS | Processo Administrativo Sancionador |
| PC | Política de Certificado |
| PFC | Procedimento de Fiscalização de Certificação |
| PSC | Prestador de Serviço de Confiança |
| PSCert | Prestador de Serviço de Certificação |
| RF | Relatório de Fiscalização |
| RIC | Requisição de Informações Complementares |
| TF | Termo de Fiscalização |
| TFC | Termo de Fiscalização Complementar |
| TFE | 0BTermo de Fiscalização Extensivo |
| TFF | Termo de Fiscalização Final |
| TFI | Termo de Fiscalização Inicial |

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Para os fins deste documento, entende-se como:

a) AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO (AFC) - Procedimentos preparatórios, levantamento de informações, ações presenciais ou à distância, levantamento de evidências, pedidos de complementação de informações através do documento REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (RIC) [1] e atividades do fiscal que devem estar relatadas no documento RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO (RF) [5].

b) AUTORIDADE OUTORGANTE - Autoridade competente e empossada no cargo de Coordenador Geral de Auditoria e Fiscalização, sendo, pela legislação, autorizado a praticar todos os atos necessários à realização do Procedimento de Fiscalização de Certificação (PFC) e que expede documentos relativos ao mesmo.

c) AUTO DE INFRAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO (AIC) [2] - Documento preenchido pelo Fiscal da ICP-Brasil ao constatar infração por Prestador de Serviço de Certificação (PSCert) durante a fiscalização.

d) FISCAL DA ICP-BRASIL - Servidor lotado na Coordenação Geral de Auditoria e Fiscalização e no exercício das funções de fiscal, conforme indicado no documento TERMO DE FISCALIZAÇÃO (TF) [3].

e) FISCALIZAÇÃO - Atividade de controle e inspeção sistemática, programada ou a qualquer tempo, do cumprimento das resoluções, normas, procedimentos e atividades dos PSCerts com a finalidade de examinar se as operações de cada um deles, isolada ou conjuntamente, se mantêm em conformidade com suas Declarações de Práticas, Políticas e com as Resoluções e normas gerais estabelecidas para as entidades integrantes da ICP-Brasil.

f) INFRAÇÃO:

i. não atendimento a qualquer disposição legal da ICP-Brasil ou normas complementares estabelecidas pela AC Raiz;

ii. não conformidade constatada a partir de fiscalização; e

iii. obstrução, omissão ou má-fé por parte do PSCert tendente a prejudicar a ação fiscalizadora da AC Raiz.

g) NOTIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO (NFC) [4] - Documento pelo qual a Autoridade Outorgante dá ciência à entidade fiscalizada e a sua responsável hierárquica para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.

h) OBJETO DA FISCALIZAÇÃO - Descrição do ponto de controle sob verificação. É um item das resoluções, um conjunto de itens, ou itens de resoluções associados.

i) PRESTADOR DE SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO (PSCert) - Qualquer entidade credenciada para operar na ICP-Brasil, como: as Autoridades Certificadoras (ACs); as Autoridades de Registro (ARs); as Autoridades de Carimbo do Tempo (ACTs), os Prestadores de Serviço de Suporte (PSSs), os Prestadores de Serviço Biométrico (PSBios), os Prestadores de Serviço de Confiança de Assinatura Digital e/ou Armazenamento de Chaves Criptográficas (PSCs); ou entidade vinculada, como os Laboratórios de Ensaios e Auditoria (LEAs) e outros que executem ou determinem a execução de itens de certificação presentes nas resoluções da ICP-Brasil.

j) PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO (PFC) - Conjunto de ações que objetivam a verificação do cumprimento das normas, por parte das entidades credenciadas na ICP-Brasil, incluídos os atos administrativos de início, finalização e comunicação de fiscalizações realizadas e dadas como conformes.

k) PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO (PAF) - Processo onde são arquivados todos os documentos e relatórios relativos ao Procedimento de Fiscalização de Certificação.

l) PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR (PAS) - Processo administrativo instaurado pela AC Raiz, que tem por objetivo a apuração de irregularidades previamente identificadas e, eventualmente, a aplicação das sanções cabíveis, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

m) RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO (RF) - Documento no qual o fiscal descreve o que constatou no Prestador de Serviço de Certificação, como foram as atividades e suas prescrições, subsidia o TFF e retrata todo a AFC, atividades executadas e constatações obtidas pelo Fiscal da ICP-Brasil.

n) REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (RIC) [1] - Documento no qual o fiscal ou auditor solicita informações complementares necessárias à condução do processo de fiscalização ou auditoria.

o) TERMO DE FISCALIZAÇÃO (TF) - Documento-base para a fiscalização e que indica a sua finalidade. Pode ser um TERMO DE FISCALIZAÇÃO INICIAL (TFI), TERMO DE FISCALIZAÇÃO EXTENSIVO (TFE), TERMO DE FISCALIZAÇÃO COMPLEMENTAR (TFC) ou TERMO DE FISCALIZAÇÃO FINAL (TFF).

1.2 No que se refere aos prazos citados neste documento, entende-se que:

a) Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento;

b) Os prazos só se iniciam ou vencem do dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou devam ser praticados os atos.

2 OBJETIVO DA FISCALIZAÇÃO

2.1 O objetivo da fiscalização é verificar a conformidade dos processos, procedimentos e atividades dos PSCerts com suas Declarações de Práticas, Políticas e com as Resoluções e normas gerais estabelecidas para as entidades integrantes da ICP-Brasil.

3 PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO

3.1 O PFC iniciar-se-á através de planejamento de fiscalização semestral, recomendação obtida em Relatórios de Auditoria (pré-operacionais ou operacionais), por denúncia feita por usuário de certificação digital da ICP-Brasil ou por constatação de ameaça à confiabilidade da ICP-BRASIL.

3.2 O PFC alcançará o exame de documentos, ambientes físico e lógico do PSCert, bem como seu próprio pessoal, podendo acarretar a aplicação de uma ou mais penalidades.

3.3 A AFC será realizada pela AC Raiz por intermédio de seus fiscais.

3.4 O objeto da AFC estará associado a atividades diretamente vinculadas ao ciclo de vida dos certificados digitais da ICP-Brasil. Em caso de denúncia, por solicitação do Presidente da AC Raiz ou do Secretário-Executivo do Comitê Gestor da ICP-Brasil a fiscalização poderá atuar sobre qualquer item ou regulamento previstos nas resoluções em vigor.

3.5 A AFC será instaurada mediante ordem específica denominada TFI.

3.6 No caso de flagrante constatação de irregularidade ou qualquer outra prática de infração às normas da ICP-Brasil, em que o retardo do início do procedimento coloque em risco a segurança ou confiabilidade dessa infraestrutura, pela possibilidade de subtração de prova ou outro risco de eliminação ou dificuldades na obtenção de evidências que comprovem a irregularidade, a fiscalização será iniciada por fiscal habilitado e a Autoridade Outorgante terá prazo de 5 (cinco) dias para lavrar o TF.

3.7 Em caso de impedimento da realização da AFC por parte do fiscal designado no TF, este poderá ser substituído ou ter a cooperação de outro fiscal, sendo que, em ambos os casos, deverá sempre haver um fiscal principal responsável pela AFC identificado no PAF.

3.8 Durante o AFC, o fiscal poderá emitir Autos de Infração de Certificação (AIC), quantos forem necessários, e cópia do mesmo deverá ser enviada para a AC responsável pelo pedido de credenciamento do PSCert fiscalizado.

3.9 Uma AFC deverá conter prazo de execução, que poderá ser de até 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, por ato da Autoridade Outorgante, a requerimento do fiscal responsável ou por motivo superveniente devidamente apresentado e descrito no PAF.

3.10 Será dada publicidade ao PFC, no momento da abertura, por meio de um resumo do mesmo, contendo o número do Processo Administrativo de Fiscalização (PAF), a sigla do PSCert e o objeto do PFC.

3.11 O PFC se extingue:

a) pelo término do mesmo, registrado em TF específico; ou

b) pelo encerramento do prazo da AFC a que se refere o item 3.9.

3.12 Será dada publicidade do encerramento do PFC, acrescentando-se aos dados referenciados no item 3.10 o resultado da fiscalização.

4 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO

4.1 Cada PFC ensejará a abertura de um PAF, que seguirá os procedimentos estabelecidos neste documento e observará os regulamentos de Processo Administrativo da AC Raiz.

4.2 Todos os documentos do PFC, inclusive o próprio PAF, poderão ser suportados por mídia magnética desde que assinados eletronicamente por intervenientes devidamente qualificados e autorizados para responderem pela Fiscalização e pelos PSCerts.

5 DOCUMENTOS DO PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO

5.1 O Termo de Fiscalização deve conter:

a) a numeração de identificação e controle sequencial e com ano de referência;

b) tipo da TF (Inicial, Complementar, Extensivo ou Final);

c) os dados identificadores do PSCert;

d) o objeto do procedimento de fiscalização;

e) o prazo para a realização da AFC;

f) o nome e a matrícula do fiscal responsável pela execução da fiscalização;

g) o nome e o número do telefone do Coordenador de Fiscalização; e

h) o nome, a matrícula e a assinatura da autoridade outorgante e, na hipótese de delegação de competência, a indicação do respectivo ato.

i) O TF será emitido, observadas suas respectivas atribuições regimentais, pelo Coordenador-Geral de Auditoria e Fiscalização e nos impedimentos eventuais e temporários pelo seu substituto.

5.2 O TF deverá ter os seguintes destinatários:

a) Prestador de Serviço de Certificação (PSCert) a ser fiscalizado;

b) Processo Administrativo de Fiscalização (PAF); e

c) Prestador de Serviço de Certificação (PSCert) de primeiro nível, responsável pelo pedido de credenciamento do PSCert a ser fiscalizado, quando for o caso.

5.3 Todo Procedimento de Fiscalização de Certificação deverá ter, obrigatoriamente, um Termo de Fiscalização Inicial (TFI) e um Termo de Fiscalização Final (TFF). Adicionalmente, poderá ter um ou mais Termos de Fiscalização Complementares (TFC) e Termos de Fiscalização Extensivos (TFE).

a) O Termo de Fiscalização Complementar (TFC) deve ser incorporado ao TFI para o mesmo PSCert e com objeto de fiscalização diferenciado;

b) O Termo de Fiscalização Extensivo (TFE) dever ser incorporado ao TFI para um PSCert diferente mas com objeto relacionado ao objeto do TFI original;

c) O Termo de Fiscalização Final deve ser usado para encerrar todo procedimento aberto e executado por um TFI.

5.4 Havendo necessidade de realizar fiscalização em objeto e entidades diferentes o fiscal deve solicitar a abertura de um novo TF.

5.5 O AIC é um documento informativo, dirigido ao PSCert, de uma infração verificada pelo fiscal.

5.6 A AFC e as diligências realizadas em virtude de cada TF serão registradas em RF com os mesmos dados que identificam o TF no que se refere à entidade fiscalizada.

5.7 Apontada alguma irregularidade no RF, o PSCert será notificado pela autoridade que expediu o TFI, através de uma NFC, fixando-se prazo de 15 (quinze) dias para que o PSCert fiscalizado apresente, diretamente e formalmente, justificativa à AC Raiz naquilo que foi arguido.

5.8 Caso o PSCert não apresente, tempestivamente, justificativa, será expedida uma NFC à AC responsável pelo pedido de credenciamento do PSCert fiscalizado, sem prejuízo do regular seguimento do PFC.

5.9 Após análise da justificativa apresentada, a Autoridade Outorgante poderá, mediante uma NFC, determinar que o PSCert sane as irregularidades no prazo que fixar.

5.10 Após sanadas as irregularidades, o PSCert deverá comunicar à Autoridade Outorgante as soluções adotadas.

5.11 Finalizadas as etapas referidas nos itens anteriores, sanadas ou não as irregularidades, a Autoridade Outorgante elaborará relatório conclusivo, no qual poderá recomendar ao Diretor da DAFN o arquivamento ou a aplicação de penalidade com a indicação das irregularidades e seu enquadramento normativo, bem como outras providências que considerar cabíveis.

5.12 Recebido o relatório, o Diretor da DAFN decidirá fundamentadamente, no prazo de 20 (vinte) dias, determinando as providências necessárias.

5.13Um Aviso de Encerramento deverá ser enviado aos interessados para dar ciência do encerramento da fiscalização.

6 PENALIDADES

6.1 Por infração, a entidade fiscalizada ficará sujeita às seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:

a) advertência;

b) restrição da realização de determinadas atividades ou modalidades de operação relacionadas ao objeto da fiscalização até que sejam sanadas as irregularidades apontadas no RF;

c) proibição de credenciamento de novas PC ou de novas vinculações até que sejam sanadas as irregularidades apontadas no RF;

d) suspensão temporária da emissão de novos certificados por prazo determinado ou até que sejam sanadas as irregularidades apontadas no RF; e

e) descredenciamento.

6.2 As penalidades poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

6.3 A aplicação de uma penalidade não impede a aplicação de outra mais grave em caso de seu descumprimento.

6.4 Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza, a gravidade da infração cometida, a reincidência e a relevância do serviço para o ciclo de vida do certificado da ICP-Brasil, estando essa aplicação regulamentada por instrução normativa da AC Raiz que defina os Critérios para Aplicação de Penalidades na ICP-Brasil.

6.5 Constitui infração sujeita a penalidade negar ou dificultar o acesso a instalações, sistemas de dados, de registros e de informações, bem como omitir, não exibir ou não fornecer documentos, ativos, registros de sistemas, inclusive em meio eletrônico, nos prazos, nas formas e nas condições estabelecidos pelo CG DA ICP-Brasil, no exercício da atividade de fiscalização.

7 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DOS RECURSOS

7.1 Todas as penalidades serão aplicadas pelo Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização (DAFN), com base em processo que assegure a ampla defesa e o contraditório, quer se trate de PSCert ou de entidade de auditoria credenciada.

7.2 Acolhido o relatório de fiscalização indicando as supostas irregularidades, o Diretor da DAFN determinará a notificação da entidade envolvida, quer se trate de PSCert ou de entidade de auditoria credenciada.

7.3 A entidade acusada será notificada pelo Diretor da DAFN, cujo ofício listará os fatos e as normas descumpridas.

7.4 A entidade notificada terá o prazo de até 10 (dez) dias da data do recebimento da notificação da DAFN, prorrogável por igual período a pedido da interessada, para protocolar defesa, apresentando as justificativas e documentação que julgar necessária, bem como indicando as provas que pretenda produzir.

7.5 Recebida a defesa, e produzidas as provas eventualmente necessárias, o Diretor da DAFN decidirá, fundamentadamente, pelo arquivamento do processo ou pela aplicação de uma ou mais penalidades, conforme item 6.1.

7.6 Da decisão que impõe qualquer penalidade cabe recurso no prazo de 20 (vinte) dias.

7.7 O recurso será dirigido ao Diretor da DAFN, que se não reconsiderar no prazo de 5 (cinco dias) o encaminhará ao Diretor Presidente para julgamento do recurso.

7.8 Caso não seja apresentado recurso contra a decisão do Diretor da DAFN, a penalidade será publicada no DOU.

7.9 O Diretor-Presidente do ITI decidirá, com base em despacho fundamentado, em 20 (vinte) dias da data da interposição do recurso contra aplicação de penalidade, podendo solicitar, caso julgue necessário, parecer da Procuradoria Federal Especializada do ITI para subsidiar a decisão.

7.10 As penalidades aplicadas serão publicadas no DOU.

7.11 Os recursos interpostos contra as decisões não gozarão de efeito suspensivo, nos termos da Lei nº 9.784/99, art. 61.

7.11.1 A autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo em caso de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução da penalidade.

7.12 A AC Raiz poderá, por meio de instrução normativa, regulamentar o processo administrativo sancionador, observado as disposições deste documento.

8 DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A AC Raiz, por intermédio de seus gestores administrativos, garantirá o pleno e inviolável exercício das atribuições do fiscal responsável pela execução do PFC.

8.2 O Diretor da DAFN, em casos de iminente dano irreparável ou de difícil reparação a terceiros, suspenderá cautelarmente, no todo ou em parte, a emissão de certificado e/ou carimbo do tempo pelo respectivo PSCert, podendo a suspensão ser também estendida ao PSCert de nível imediatamente subsequente ou superior àquele.

9 DOCUMENTOS REFERENCIADOS

9.1 Os documentos abaixo são aprovados pela AC Raiz, podendo ser alterados, quando necessário, mediante publicação de uma nova versão no sítio http://www.iti.gov.br.

| REF. | NOME DO DOCUMENTO | CÓDIGO |
|---|---|---|
| [1] | REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (RIC) | ADE-ICP-09.A |
| [2] | AUTO DE INFRAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO (AIC) | ADE-ICP-09.B |
| [3] | TERMO DE FISCALIZAÇÃO (TF) | ADE-ICP-09.C |
| [4] | NOTIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO (NFC) | ADE-ICP-09.D |
| [5] | RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO (RF) | ADE-ICP-09.E |

**RESOLUÇÃO CG ICP-BRASIL Nº 187, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Aprova a versão revisada e consolidada do documento Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital na ICP-Brasil DOC-ICP-10.

**A COORDENADORA DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 6°, §1°, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária, realizada em sessão por videoconferência em 18 de maio de 2021,

CONSIDERANDO a determinação estabelecida pelo Decreto n° 10.139, de 28 de novembro de 2019, para revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, resolveU:

Art. 1º Esta Resolução aprova a versão revisada e consolidada do documento Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital na ICP-Brasil.

Art. 2º Fica aprovada a 4.0 do documento DOC-ICP-10 - Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital na ICP-Brasil, anexa a esta Resolução.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Resolução n° 96, de 27 de setembro de 2012;

II - a Resolução n° 127, de 13 de setembro de 2017; e

III - a Resolução n° 140, de 03 de julho de 2018.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1° de junho de 2021.

JULIANA RIBEIRO SILVEIRA

ANEXO

REGULAMENTO PARA HOMOLOGAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL NA ICP-BRASIL

DOC-ICP-10

Versão 4.0

18 de maio de 2021

CONTROLE DE ALTERAÇÕES

| Resolução que aprovou a alteração | Item alterado | Descrição da alteração |
|---|---|---|
| Resolução CG ICP-Brasil nº 187, de 18.05.2021 Versão 4.0 | | Revisão e consolidação conforme o Decreto n° 10.139, de 28 de novembro de 2019. |
| Resolução nº 155, de 03.12.2019 Versão 3.3 | 2.1 e 2.2 | Delimitação do escopo do uso dos Certificados de Conformidade junto ao Inmetro. |
| Resolução nº 140, de 03.07.2018 Versão 3.2 | 1.3.13, 2.3.2, 2.3.2.2, 2.3.2.3, 3.1.4 e 3.2.1 | Inclui as instituições previamente designadas ou acreditadas pelo Inmetro a operar no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC no conceito de Laboratórios de Ensaios e Auditoria - LEA |
| Resolução nº 127, de 13.09.2017 Versão 3.1 | 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4, 4.2.5, 4.2.6, 4.2.7 e 4.2.8.1 | Adequação do uso da Marca ICP-Brasil. Passou a referenciar o Manual de Uso da Marca da ICP-Brasil. |
| Resolução nº 96, de 27.09.2012 Versão 3.0 | 1.1, 1.3, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 3.1, 3.2, 3.3, 4.1, 4.2 | Implementação do Programa de Avaliação da Conformidade de Produtos para equipamentos de Certificação Digital, na ICP-Brasil. |
| Resolução nº 80, de 28.05.2010 Versão 2.0 | Todo | Aprimora e atualiza o processo de homologação de sistemas e equipamentos. |
| Resolução nº 36, de 21.10.2004 Versão 1.0 | Todo | Aprova o regulamento para homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil. |

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

| SIGLA | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| AC RAIZ | Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil |
| CATI | Comitê da Área de Tecnologia da Informação |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CONMETRO | Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial |
| e-PING | Certificado de Atributo Vinculado ao Certificado Digital |
| ICP-Brasil | Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira |
| INMETRO | Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia |
| ITI | Instituto Nacional de Tecnologia da Informação |
| LEA | Laboratório de Ensaios e Auditoria |
| OCP | Organismo de Certificação de Produto |
| PAC | Programa de Avaliação da Conformidade |
| RAC | Requisitos de Avaliação da Conformidade |
| SBAC | Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade |
| SINMETRO | Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Visão geral

1.1.1 Este Regulamento tem por finalidade estabelecer as regras e os procedimentos gerais que deverão ser observados nos processos de homologação dos sistemas e equipamentos de que trata.

1.1.2 A homologação ora regulamentada tem por objetivo asseverar a plena aderência dos sistemas e equipamentos avaliados aos padrões e especificações técnicas mínimos estabelecidos nas normas editadas ou adotadas pela ICP-Brasil, tendo como enfoque específico a garantia da interoperabilidade desses sistemas e equipamentos e a confiabilidade dos recursos de segurança da informação por eles utilizados.

1.2 Princípios

1.2.1 O presente Regulamento é regido pelos seguintes princípios:

a) facilitar a inserção do Brasil em acordos internacionais de reconhecimento mútuo em matéria de Certificação Digital;

b) observar, quando couber, quanto às matérias pertinentes, as premissas, as políticas e as especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação no Governo Federal, definidas pela arquitetura e-PING - Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico;

c) promover a isonomia no tratamento dispensado às partes interessadas na homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital;

d) dar o devido tratamento sigiloso às informações técnicas disponibilizadas pelas partes interessadas por força deste Regulamento;

e) adotar, para os equipamentos de certificação digital, a avaliação da conformidade realizada pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, que atua em conformidade às políticas do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro e às práticas internacionais, promovendo competitividade, concorrência justa e proteção à saúde e à segurança do cidadão e ao meio ambiente.

1.3 Definições

1.3.1 Para os efeitos deste Regulamento aplicam-se as seguintes definições:

a) Homologação: processo que consiste no conjunto de ações realizadas de acordo com este Regulamento e com as demais normas editadas ou adotadas pela ICP-Brasil, que, se plenamente atendido, resultará na expedição de ato pelo qual, na forma e nas hipóteses previstas, a entidade responsável pela condução do referido processo reconhecerá o Laudo ou Certificado de Conformidade emitido para um dado sistema ou equipamento de certificação digital avaliado, outorgando à parte interessada autorização de uso do Selo de Homologação e do correspondente número de identificação do sistema ou equipamento homologado, conforme definido no item 4. deste Regulamento;

b) Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC: Sistema criado pelo Conmetro, como um subsistema do Sinmetro, destinado ao desenvolvimento e coordenação das atividades de avaliação da conformidade no seu âmbito;

c) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro: autarquia federal e órgão executivo central do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-Sinmetro, sendo o gestor dos programas de Avaliação da Conformidade;

d) Avaliação da Conformidade: conjunto de ensaios com o objetivo de verificar se os padrões e especificações técnicas mínimos aplicáveis a um determinado sistema ou equipamento de certificação digital estão atendidos. No âmbito do SBAC, a avaliação da conformidade é um processo sistematizado, com regras pré-definidas, devidamente acompanhado e avaliado, de forma a propiciar adequado grau de confiança de um produto, processo, serviço ou profissional, atendendo a requisitos pré-estabelecidos em normas ou regulamentos;

e) Laudo de Conformidade: documento emitido pelo Laboratório de Ensaios e Auditoria ao final da avaliação da conformidade, na forma prevista neste Regulamento, que atestará se um dado sistema ou equipamento, devidamente identificado, está ou não em conformidade com as normas editadas ou adotadas pela ICP-Brasil;

f) Certificado de Conformidade: emissão de uma afirmação, baseada numa decisão feita após a análise crítica, de que o atendimento aos requisitos especificados foi demonstrado. No âmbito do SBAC é emitido por um OCP e ocorre ao final da avaliação da conformidade, que atestará se um dado equipamento, devidamente identificado, está ou não em conformidade com as normas editadas ou adotadas pela ICP-Brasil;

g) Ensaio: procedimento técnico realizado em conformidade com as normas aplicáveis, que objetiva analisar um ou mais requisitos técnicos de um dado sistema ou equipamento;

h) Terceira parte: pessoa ou instituição que age com total independência de fabricantes, desenvolvedores, representantes comerciais, prestadores de serviços de certificação digital e de potenciais compradores de sistemas e equipamentos de certificação digital;

i) Sistemas de Certificação Digital: todo e qualquer programa de computador, ainda que embarcado, que compõe meio necessário ou suficiente à realização de Certificação Digital;

j) Equipamentos de Certificação Digital: todo e qualquer aparelho, dispositivo ou elemento físico que compõe meio necessário ou suficiente à realização de Certificação Digital;

k) Organismo de Certificação de Produto - OCP: organismo que conduz o processo de Certificação e concede o Certificado de Conformidade no âmbito do SBAC de produtos nas áreas voluntária e compulsória, com base em normas nacionais, regionais e internacionais ou em requisitos técnicos expedidos por um agente regulador;

l) Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC: Regulamento do SBAC que estabelece requisitos para o processo de avaliação da conformidade para um determinado setor;

m) Laboratório de Ensaios e Auditoria - LEA: são instituições previamente designadas ou acreditadas pelo Inmetro a operar no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, aptas a realizar os ensaios exigidos nas avaliações de conformidade e a emitir os correspondentes laudos de conformidade;

n) Programa de Avaliação da Conformidade - PAC: Trata-se de regulamento do SBAC para aferir a conformidade de produtos, e demandado por órgão ou agente regulador público;

o) Fornecedor de Equipamentos ou Sistema de Certificação Digital: é a pessoa jurídica titular dos direitos de propriedade intelectual dos Equipamentos ou Sistemas de Certificação Digital Padrão ICP-Brasil objetos da certificação. No caso de pessoa jurídica não sediada no Brasil, esta deve se fazer representar por pessoa física, constituída como seu procurador, devidamente qualificado e domiciliado no Brasil, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente; e

p) Parte interessada: é o titular de um determinado sistema ou equipamento de certificação digital que tem legitimidade para pleitear sua homologação junto ao ITI.

2 DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 Obrigatoriedade

2.1.1 Os órgãos e entidades integrantes da ICP-Brasil somente poderão utilizar sistemas e equipamentos de certificação digital já homologados ou certificados nos termos deste Regulamento.

2.1.2 Os órgãos e entidades integrantes da ICP-BRASIL somente poderão adquirir equipamentos de certificação digital com homologação válida junto à ICP-Brasil ou que estejam com Certificados de Conformidade válidos junto ao Inmetro, nos termos deste regulamento.

2.1.3 Novos certificados digitais somente poderão ser emitidos em equipamentos já homologados pela ICP-Brasil ou que estejam com Certificados de Conformidade válidos junto ao Inmetro.

2.1.4 Equipamentos que já possuem certificados digitais gerados continuam válidos até o vencimento do certificado.

2.1.5 O Comitê Gestor da ICP-Brasil aprovará cronograma com a determinação dos termos iniciais de obrigatoriedade da utilização de sistemas e equipamentos homologados.

2.2 Aplicabilidade

2.2.1 Os sistemas listados a seguir e equipamentos não contemplados no Programa Inmetro de Avaliação da Conformidade -PAC para Equipamentos de Certificação Digital estão sujeitos ao processo de homologação para efeitos do que prevê este Regulamento:

a) Sistemas de assinatura eletrônica, sistemas de autenticação de assinaturas eletrônicas, sistemas de sigilo de dados, sistemas de carimbo de tempo (*Time-Stamping*) e sistemas de sincronismo de tempo, bem como sistemas de autoridades certificadoras, sistemas de autoridades de registro, ou quaisquer outros que façam uso daqueles sistemas na forma de sub-rotinas ou subfunções.

2.3 Entidades do processo de homologação

2.3.1 Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

2.3.1.1 O ITI, AC Raiz da ICP-Brasil, é a entidade responsável pela condução dos processos de homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital no âmbito da ICP-Brasil, observado o disposto neste Regulamento e demais normas editadas ou adotadas pela ICP-Brasil.

2.3.1.2 Para o desempenho de sua atribuição na condução dos processos de homologação de equipamentos de certificação digital, o ITI se valerá do processo de avaliação da conformidade no Programa de Avaliação da Conformidade para Equipamentos de Certificação Digital Padrão ICP-Brasil, utilizando-se da infraestrutura do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, operacionalizado pelo Inmetro.

2.3.2 Laboratório de Ensaios e Auditoria - LEA

2.3.2.1 Os Laboratórios de Ensaios e Auditoria são instituições previamente designadas ou acreditadas pelo Inmetro a operar no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, aptas a realizar os ensaios exigidos nas avaliações de conformidade e a emitir os correspondentes laudos de conformidade, na forma prevista neste Regulamento, que embasarão a tomada de decisão por parte do ITI quanto à homologação ou não de um sistema.

2.3.3 Parte interessada

2.3.3.1 O titular de um determinado sistema ou equipamento de certificação digital terá legitimidade para pleitear sua homologação junto ao ITI.

2.3.3.2 Quando o titular não tiver sede e administração no País deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e aqui domiciliado, com poderes para representá-lo administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações judiciais ou intimações administrativas em seu nome.

2.3.4 Organismo de Certificação de Produto - OCP

2.3.4.1 Organização acreditada pelo Inmetro que conduz o processo de Avaliação da Conformidade, no âmbito do SBAC, e emite o Certificado de Conformidade de produtos, com base em normas nacionais, regionais e internacionais ou em requisitos técnicos expedidos por agente regulador do setor a que se aplica o PAC.

2.3.5 Laboratórios acreditados

2.3.5.1 Entidade pública, privada ou mista, acreditada pelo Inmetro de acordo com os critérios por ele estabelecidos, com base nos princípios e políticas adotadas no âmbito do SBAC, para a realização de ensaios sob a condução de um OCP.

2.4 Normas suplementares aplicáveis

2.4.1 Compete ao ITI editar normas suplementares a este Regulamento que, em função das especificidades dos sistemas e equipamentos passíveis de homologação previstos no item 2.2 deste Regulamento, estabelecerão os requisitos técnicos e procedimentais a serem observados nos respectivos processos de homologação.

2.4.2 Tais normas deverão estabelecer de forma específica e pormenorizada os procedimentos administrativos a serem observados, bem como os respectivos padrões e especificações técnicas mínimos para os sistemas e equipamentos de que tratam, podendo, inclusive, estabelecer quais procedimentos técnicos deverão ser observados na realização dos ensaios durante a avaliação da conformidade.

2.4.3 Estas normas suplementares para homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital no âmbito da ICP-Brasil serão aprovadas e expedidas por meio de instruções normativas da autoridade máxima do ITI. Tal competência é derivada das atribuições regimentais do ITI, em especial a de executar as normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

2.4.4 O ITI, na elaboração destas instruções normativas, levará em consideração, quando couber, as especificações constantes das versões disponíveis da arquitetura e-PING.

2.4.5 O ITI poderá, a qualquer tempo, alterar as instruções normativas por ele editadas, com o fito de adequar e atualizar os padrões e especificações técnicas mínimos estabelecidos para os sistemas e equipamentos de certificação digital de que tratam, bem como os prazos, procedimentos burocráticos e ensaios que deverão ser observados nos pertinentes processos de homologação.

2.4.6 As instruções normativas aqui referidas, bem como suas posteriores alterações serão divulgadas pelo ITI no Diário Oficial da União e em seu sítio na internet.

2.4.7 Só estarão efetivamente em condição de homologados, aqueles sistemas e equipamentos cuja regulamentação já tenha sido editada e publicada pelo ITI.

3 DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO

O processo de homologação dos sistemas e equipamentos de que trata este Regulamento será composto das fases descritas a seguir. Durante sua execução, deverá ser observado, além do disposto neste Regulamento, o que constar nas instruções normativas específicas editadas pelo ITI.

3.1 Instrução inicial do processo junto ao ITI

3.1.1 A parte interessada em pleitear a homologação de um dado sistema ou equipamento de certificação digital no âmbito da ICP-Brasil deverá entregar o respectivo Laudo ou Certificado de Conformidade do sistema ou equipamento, acompanhado da devida documentação, no local, na quantidade e na forma definidos pelo normativo específico para o sistema ou equipamento objeto da homologação.

3.1.2 A documentação mínima a ser exigida nesta fase do processo de homologação será:

a) "Termo de Propriedade Intelectual" devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da parte interessada, de acordo com modelo aprovado por Instrução Normativa do ITI e disponibilizado em seu sítio na internet;

b) documentos comprobatórios de que a parte interessada está regularmente estabelecida segundo as leis brasileiras, ou de que possui procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, conforme disposto no item 2.3.3 deste Regulamento;

c) documentos comprobatórios da representação regular da parte interessada;

d) Laudo ou Certificado de Conformidade obtido junto ao LEA ou OCP acreditado, respectivamente; e

e) "Termo de Sigilo" devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da parte interessada de acordo com os modelos definidos.

3.1.3 Após conferido, identificado e aceito todo o material entregue, o ITI deverá expedir um protocolo de recebimento, onde conste o número do respectivo processo de homologação e a data prevista para sua deliberação.

3.2 Avaliação da conformidade

3.2.1 Avaliação da conformidade pelo LEA

3.2.1.1 A parte interessada deverá obter o Laudo de Conformidade junto a um dos LEAs no âmbito da ICP Brasil.

3.2.1.2 Do Laudo de Conformidade

3.2.1.2.1 O Laudo de Conformidade deverá ser enviado ao ITI e à parte interessada.

3.2.1.2.2 Constarão do Laudo de Conformidade, no mínimo, as seguintes informações:

a) toda aquela necessária à inequívoca identificação, especificação e descrição do sistema objeto da homologação e do respectivo número do processo;

b) citar toda a legislação aplicada durante a realização da correspondente avaliação da conformidade;

c) descrever, detalhadamente, todos os requisitos avaliados e os respectivos resultados obtidos, incluindo a indicação dos ensaios e sob que condições foram aplicados;

d) identificar, claramente, quais requisitos são obrigatórios e quais são opcionais para a respectiva homologação;

e) apresentar, em detalhe, quando for o caso, todos os itens não conformes, com a indicação das discrepâncias encontradas;

f) atestar se o sistema objeto da correspondente avaliação está ou não em conformidade com a legislação aplicável; e

g) data da emissão do respectivo laudo de conformidade, identificação(ões) e assinatura(s) do(s) responsável(eis) técnico(s) pelos ensaios e do(s) representante(s) legal(ais) do LEA.

3.2.2 Avaliação da conformidade pelo SBAC/Inmetro

3.2.2.1 A parte interessada deverá obter o Certificado de Conformidade junto a um OCP acreditado no âmbito do SBAC.

3.2.2.2 Do Certificado de Conformidade

3.2.2.2.1 O Certificado de Conformidade deverá ser encaminhado ao ITI e deverá estar de acordo com o estabelecido no RAC para Equipamento de Certificação Digital Padrão ICP-Brasil normatizado pelo Inmetro.

3.3 Homologação pelo ITI

3.3.1 Uma vez instruído o processo de homologação, conforme item 3.1, o ITI procederá a sua análise e, a partir de então, tomará sua decisão quanto à homologação do sistema ou equipamento correspondente.

3.3.2 Do deferimento da homologação

3.3.2.1 No caso do Laudo ou Certificado de Conformidade atestar a conformidade de todos os requisitos obrigatórios para um dado sistema ou equipamento, a homologação constituirá Ato Declaratório do Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas do ITI, que será publicado no Diário Oficial da União, e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) toda aquela necessária à inequívoca identificação, especificação e descrição do sistema ou equipamento homologado;

b) o respectivo número do processo de homologação e o correspondente número de identificação de sistema ou equipamento homologado; e

c) declaração expressa de que o sistema ou equipamento objeto do ato declaratório está homologado pelo ITI, em estrita observância à legislação aplicável, devendo, inclusive, explicitar toda a legislação aplicada durante o processo de homologação.

3.3.2.2 A partir da publicação do ato declaratório de homologação, a parte interessada estará autorizada a usar o Selo de Homologação, acompanhado do correspondente número de identificação do sistema ou equipamento homologado, na forma prevista no item 4 deste Regulamento.

3.3.3 Do indeferimento da homologação

3.3.3.1 O ITI indeferirá a homologação de um dado sistema ou equipamento sempre que o correspondente Laudo ou Certificado de Conformidade apontar a não conformidade de qualquer dos requisitos obrigatórios para um dado sistema ou equipamento.

3.3.4 Da notificação da parte interessada

3.3.4.1 Em qualquer das situações possíveis, quais sejam deferimento ou indeferimento da homologação, o ITI deverá notificar a parte interessada por ofício da autoridade competente, expedido por meio físico ou eletrônico assinado digitalmente.

3.3.5 Validade da homologação

3.3.5.1 O prazo de validade da homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital será indeterminado, desde que mantidas as características originais do sistema ou equipamento avaliado e homologado.

3.3.5.2 Qualquer alteração, ameaça ou atualização em sistemas ou equipamentos já homologados deve ensejar novo processo de avaliação da conformidade e consequentemente a realização de nova homologação.

3.3.6 Da suspensão da homologação

3.3.6.1 O ITI poderá declarar a suspensão da homologação por ele expedida, observadas as disposições constantes deste Regulamento.

3.3.6.2 Caberá a suspensão da validade da homologação sempre que ocorrer uma das seguintes hipóteses:

a) quando a parte interessada fizer uso da homologação para divulgação de característica(s) do sistema ou equipamento homologado, que não tenham sido objeto de avaliação da conformidade;

b) quando a parte interessada fizer uso de qualquer forma de divulgação promocional da homologação de sistemas ou equipamentos que permita induzir a terceiros ter sido homologado um sistema ou equipamento diverso do efetivamente homologado;

c) quando a parte interessada fizer uso da homologação de sistema ou equipamento que sofreu alterações posteriores em seu projeto ou em seu processo de desenvolvimento ou fabricação, sem passar por nova homologação, conforme disposto no item 3.3.5 deste Regulamento;

d) quando houver inobservância do disposto no item 2.3.3 quanto à manutenção de procurador devidamente qualificado e domiciliado no País;

e) quando da constatação pelo ITI de qualquer irregularidade no processo de homologação, que não se enquadre em nenhuma das hipóteses previstas no item 3.3.7 deste Regulamento; e

f) quando forem identificadas não-conformidades pendentes de regularização durante a avaliação de manutenção ou de recertificação, conforme estabelecido no Programa de Avaliação de Conformidade de Equipamentos de Certificação Digital padrão ICP-Brasil regulamentado no âmbito do SBAC.

3.3.6.2.1 O ato de suspensão deverá ser fundamentado, indicando as providências a serem adotadas pelo notificado, e conterá expressamente o prazo de suspensão, que deverá ser de até 180 (cento e oitenta) dias. Conceder-se-á ao ato de suspensão da homologação a mesma publicidade dada ao ato de sua concessão.

3.3.6.2.2 A suspensão vigorará enquanto não forem adotadas as providências previstas no ato de suspensão ou até o prazo especificado. Decorrido o prazo de suspensão, sem que se verifique a completa e tempestiva adoção das providências para sanar as irregularidades detectadas ou sem a apresentação de justificativa aceita pelo ITI, será cancelada a homologação, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação aplicável

3.3.6.2.3 O ITI deverá notificar à parte interessada a sua decisão de suspensão da validade de homologação de sistema ou equipamento de certificação digital no prazo máximo de 10 (dez) dias, por ofício da autoridade competente, expedido por meio físico ou eletrônico assinado digitalmente.

3.3.7 Do cancelamento da homologação

3.3.7.1 O ITI poderá declarar o cancelamento da homologação por ele expedida, observadas as disposições constantes deste Regulamento.

3.3.7.2 Caberá o cancelamento da validade da homologação sempre que ocorrer uma das seguintes hipóteses:

a) quando da ocorrência de fraude ou falsidade nas declarações ou documentos apresentados no processo de homologação;

b) quando da constatação de discrepância relevante e injustificada entre os resultados dos ensaios realizados nas amostras do sistema ou equipamento avaliado e os obtidos em eventuais avaliações posteriores;

c) quando da prática de qualquer ato em desconformidade com o ato de declaração de suspensão da homologação;

d) no caso da decorrência do prazo de suspensão da homologação, sem que se verifique a completa e tempestiva adoção de providências para sanar as irregularidades apontadas ou sem a apresentação de justificativa aceita pelo ITI;

e) no caso de reincidência em qualquer das hipóteses previstas no item 3.3.6 deste Regulamento;

f) quando não for realizada a avaliação de manutenção ou recertificação em sistemas ou equipamentos homologados que se enquadram no Programa de Avaliação da Conformidade, no âmbito do SBAC; e

g) a pedido da parte interessada na homologação.

3.3.7.3 O ato de cancelamento da homologação deverá ser fundamentado e terá a mesma publicidade dada ao ato de sua concessão.

3.3.7.4 O ITI deverá notificar à parte interessada a sua decisão de cancelamento da validade de homologação de sistema ou equipamento de certificação digital, no prazo máximo de 10 (dez) dias, por ofício da autoridade competente, expedido por meio físico ou eletrônico assinado digitalmente.

3.3.7.5 O ITI poderá, a qualquer tempo, diante da demonstração de risco à segurança de informações de usuários, determinar o cancelamento da homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital. Neste caso, o ITI dará ampla divulgação ao fato, alertando o público em geral quanto aos riscos da continuidade na utilização do sistema ou equipamento em questão.

3.3.8 Dos recursos em face das decisões

3.3.8.1 Caberá recurso das decisões proferidas pelo ITI quanto ao indeferimento, suspensão ou cancelamento de homologação, na forma prevista em instrução normativa editada pelo ITI.

3.3.9 Dos atos da parte interessada

3.3.9.1 Salvo quando previsto de forma diversa nesta Resolução, os atos das partes interessadas poderão ser praticados pelo procurador a que se refere o item 2.3.3 ou por mandatário com poderes específicos para a condução do processo de homologação.

4 SELO DE HOMOLOGAÇÃO

4.1 Do uso do Selo de Homologação

4.1.1 Os sistemas e equipamentos homologados pelo ITI serão identificados como tal pelo uso do Selo de Homologação e correspondente número de identificação da homologação, de forma legível e indelével, conforme modelo e instruções insertos no item 4.2 deste Regulamento.

4.1.2 Para os sistemas e equipamentos nos quais seja insuficiente o espaço para a colocação do Selo de Homologação e do correspondente número de identificação da homologação, deverá ser providenciada sua aposição no manual de operação destinado ao usuário e na embalagem do sistema ou equipamento.

4.1.3 No caso de cancelamento ou suspensão da homologação, o responsável pelo sistema ou equipamento se obriga a cessar, imediatamente após a publicação dos atos de cancelamento ou suspensão, a utilização do Selo de Homologação e do correspondente número de identificação da homologação.

4.1.4 O direito de uso da identificação da homologação não pode ser transferido ou cedido a terceiros, salvo na continuidade do uso por sucessão reconhecida pelo ITI, conforme previsto no item 5 deste Regulamento.

4.1.5 Admite-se o uso conjunto do Selo de Homologação ICP-Brasil com o selo de identificação da conformidade do Inmetro, conforme estabelecido no Programa de Avaliação de Conformidade de Equipamentos de Certificação Digital padrão ICP-Brasil regulado no âmbito do SBAC.

4.2 Das especificações do Selo de Homologação

4.2.1 Selo de Homologação

4.2.1.1 Para questões relacionadas à composição gráfica, grade de construção, tipografia, composição de cores, monocromia e condições de redução do Selo de Homologação, devem ser observadas as instruções contidas no Manual de uso da marca ICP-Brasil.

4.2.2 Da identificação da homologação

4.2.2.1 A identificação da homologação de um sistema ou equipamento de certificação digital é composta das seguintes informações:

a) Selo de Homologação, conforme disposto Manual de uso da marca ICP-Brasil; e

b) Número de Identificação do sistema ou equipamento homologado, composto de Z-HHHH-AA-XXXX/YY, onde:

Z: identifica o nível de segurança de homologação (NSH) do sistema ou equipamento com um caractere numérico.

HHHH: identifica a homologação do sistema ou equipamento por meio de numeração sequencial com 4 caracteres.

AA: identifica o ano da emissão da homologação com 2 caracteres numéricos.

XXXX: identifica o número da instrução normativa específica aplicada à homologação com 4 caracteres numéricos.

YY: indica o ano da edição da instrução normativa específica aplicada à homologação com 2 caracteres numéricos.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A homologação ora regulamentada não exime o usuário de um dado sistema ou equipamento de certificação digital homologado da responsabilidade de somente utilizá-lo enquanto apresentar desempenho e confiabilidade compatíveis com a legislação vigente.

5.2 Não serão considerados para efeito de homologação, equipamentos recondicionados ou reformados mesmo que, para tanto, tenham sido submetidos a processo industrial.

5.3 Admite-se a transferência da titularidade dos sistemas e equipamentos homologados, desde que o ITI seja formalmente comunicado do fato através de documentação comprobatória dessa transferência, acompanhada de declaração emitida por aqueles a quem os referidos direitos tenham sido transmitidos asseverando que os sistemas ou equipamentos anteriormente homologados não sofreram nenhuma alteração quanto às características técnicas que os levaram a ser homologados pelo ITI, sendo, nestes casos, transferidos por sucessão os direitos e deveres originalmente relativos à homologação.

5.4 A relação dos OCP acreditados no âmbito do SBAC deverá ser consultada no sítio do Inmetro.

5.5 O ITI manterá sempre atualizadas e disponíveis ao público em geral, em seu sítio na internet, as informações, de caráter não confidencial, relativas aos processos de homologação, em especial:

a) o inteiro teor deste Regulamento, bem como das instruções normativas específicas aplicáveis aos processos de homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital no âmbito da ICP-Brasil;

b) listagem contendo todos os sistemas e equipamentos homologados, bem como todas as informações necessárias a sua inequívoca identificação, especificação e descrição; e

c) relação dos laboratórios de ensaios e auditoria.

5.6 Os formulários, instruções e disposições suplementares serão objeto de atos a serem editados pelo ITI.

**RESOLUÇÃO CG ICP-BRASIL Nº 188, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Altera os Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas das Autoridades de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil - DOC-ICP-12, aprovado pela Resolução n° 172, de 17 de agosto de 2020.

**A COORDENADORA DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 6°, §1°, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária, realizada em sessão por videoconferência em 18 de maio de 2021,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do procedimento de Sincronismo e Auditora realizado pelos Sistemas de Auditoria e Sincronismo - SAS, resolveu:

Art. 1º Esta Resolução altera o documento Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas das Autoridades de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil - DOC-ICP-12, aprovado pela Resolução n° 172, de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º O Anexo da Resolução n° 172 (DOC-ICP-12 - Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas das Autoridades de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil) passa a vigorar com as seguintes alterações:

"....

2.1.2 ....

....

e) a exatidão do carimbo do tempo com relação à FCT;

....

6.5.3 Características do SCT

6.5.3.1 O Sistema de Carimbo do tempo é um sistema de hardware e software que executa a geração de carimbos do tempo, atendendo às especificações descritas nesta seção. A responsabilidade pelo atendimento é do fabricante do SCT.

6.5.3.2 O SCT deve manter sincronizado o seu relógio interno com a fonte confiável do tempo (FCT). A avaliação da manutenção desse sincronismo é realizada pela Entidade Auditoria do Tempo (EAT).

6.5.3.3 MSC associado ao SCT é aquele que, conectado de forma segura ao SCT, seja situado internamente ou externamente a este, armazena as chaves criptográficas usadas para assinaturas digitais, como por exemplo em carimbos do tempo.

6.5.3.4 Qualquer MSC associado externamente a um SCT deverá estar instalado e operando no mesmo nível 4 de acesso físico do SCT.

6.5.3.5 O SCT deve garantir que a emissão dos carimbos do tempo será feita em conformidade com o tempo constante do seu relógio interno e que a assinatura digital do carimbo do tempo será feita por um MSC associado.

6.5.3.6 Neste item da DPCT, devem ser definidas as características dos SCTs utilizados pela ACT. O SCT deve possuir como características mínimas:

a) emitir os carimbos do tempo na mesma ordem em que são recebidas as requisições;

b) permitir gerenciamento e proteção de chaves privadas;

c) utilizar certificado digital válido emitido por AC credenciada pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil;

d) permitir identificação e registro de todas as ações executadas e dos carimbos do tempo emitidos;

e) garantir a irretroatividade na emissão de carimbos do tempo;

f) prover meios para que a EAT possa auditar e sincronizar o seu relógio interno;

g) garantir que o acesso da EAT seja realizado através de autenticação mútua entre o SCT e o SAS, utilizando certificados digitais;

h) possuir certificado de especificações emitido pelo fabricante;

i) somente emitir carimbo do tempo se:

i. possuir alvará vigente emitido pela EAT, a fim de garantir que a precisão do sincronismo do seu relógio esteja de acordo com o relógio da FCT;

ii. for assinado por certificado digital válido emitido por AC credenciada na ICP-Brasil.

6.5.4 Ciclo de Vida de Módulos Criptográficos Associados aos SCTs

6.5.4.1 Neste item da DPCT, devem ser descritos os requisitos e procedimentos necessários à segurança dos módulos criptográficos dos SCTs durante todo o seu ciclo de vida. Particularmente, a ACT deve garantir que a instalação e ativação de um módulo criptográfico sejam feitas somente pelo pessoal formalmente designado, envolvendo mais de uma pessoa simultaneamente, em ambiente seguro.

6.5.5 ....

6.5.5.1 ....

a) os valores de tempo utilizados pelo SCT na emissão de carimbos do tempo sejam rastreáveis até a hora da FCT;

....

...." (NR)

Art. 3º Fica aprovada a versão 2.1 do documento DOC-ICP 12 - Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas das Autoridades de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil.

Parágrafo único. A identificação da versão deverá ser alterada no preâmbulo e incluída no controle de versões do anexo da Resolução n° 172, de 17 de agosto de 2020.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1° de junho de 2021.

JULIANA RIBEIRO SILVEIRA

**RESOLUÇÃO CG ICP-BRASIL Nº 189, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Aprova os Relatórios de Auditoria Independente realizada no ambiente operacional da AC Raiz e seu Prestador de Serviço de Suporte.

**A COORDENADORA DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 6°, §1°, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária, realizada em sessão por videoconferência em 18 de maio de 2021, resolveu:

Art. 1º Ficam aprovados os Relatórios de Conformidade e os Relatórios de Asseguração do ambiente operacional da Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz), bem como seu prestador de serviço de suporte, elaborados pela empresa de auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes S/S, baseada nos normativos vigentes, denominados DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02, e documentos **Webtrust**, em conformidade com a Resolução n° 159, de 07 de fevereiro de 2020, referentes ao período auditado de 09 de setembro de 2019 a 08 de setembro de 2020.

§ 1º Os documentos denominados Relatório de Asseguração Razoável, referente aos normativos ICP-Brasil DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02, e Parecer do Auditor Independente, referente aos documentos **Webtrust**, em suas versões em português e inglês, encontram-se disponibilizados no sítio http://www.iti.gov.br.

§ 2º Os selos **Webtrust for Certification Authorities**, **SSL Baseline Requirements, SSL Extended Validation** *e* **Code Signing** encontram-se disponíveis somente por meio do site do ITI.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1° de junho de 2021.

JULIANA RIBEIRO SILVEIRA

**RESOLUÇÃO CG ICP-BRASIL Nº 190, 18 DE MAIO DE 2021**

Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil.

**A COORDENADORA DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6°, §1°, inc. III, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4°, da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária realizada em sessão por videoconferência em 18 de maio de 2021, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 3°, inciso X, do Decreto n° 6.605, de 14 de outubro de 2008, segundo o qual compete ao Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil aprovar seu regimento interno, resolveu:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Resolução n° 120, de 06 de julho de 2017;

II - a Resolução n° 137, de 08 de março de 2018; e

II - a Resolução n° 176, de 21 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1° de junho de 2021.

ULIANA RIBEIRO SILVEIRA

ANEXO I

CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

Seção I
O Comitê

Art. 1º O Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil, instituído pela Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e regulamentado pelo Decreto nº. 6.605, de 14 de Outubro de 2008, exerce a função de autoridade gestora de políticas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, vinculado à Casa Civil da Presidência da República.

Parágrafo único. O CG ICP-Brasil tem por finalidade atuar na formulação e controle da execução das políticas públicas relacionadas à ICP-Brasil, inclusive nos aspectos de normatização e nos procedimentos administrativos, técnicos, jurídicos e de segurança, que formam a cadeia de confiança da ICP-Brasil.

Art. 2º O CG ICP-Brasil é composto por 12 (doze) membros, sendo cinco representantes da sociedade civil, integrantes de setores interessados, e sete representantes dos seguintes órgãos, indicados por seus titulares:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

III - Secretaria de Governo da Presidência da República;

IV - Ministério da Justiça e Segurança Pública;

V - Ministério da Economia;

VI - Ministério das Relações Exteriores; e

VII - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

§ 1° Os membros do CG ICP-Brasil serão designados pelo Presidente da República e, em seus impedimentos ou ausências, serão substituídos pelos seus respectivos suplentes.

§ 2° Os representantes da sociedade civil serão designados para períodos de 2 (dois) anos, permitida a recondução, por iguais e sucessivos períodos.

§ 3° São convidados para participar das reuniões, em caráter permanente, 2 (dois) representantes indicados pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, sem direito a voto.

§ 4° Poderão ser convidados para participar das reuniões, a juízo do seu Coordenador ou do próprio CG ICP-Brasil, técnicos e especialistas de áreas afins.

Art. 3º A participação no CG ICP-Brasil é de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 4º O CG ICP-Brasil possui a seguinte estrutura:

I - Plenário;

II - Secretaria Executiva.

Parágrafo único. A coordenação do CG ICP-Brasil compete ao seu Coordenador, atribuição exercida pelo representante da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 5º Compete ao CG ICP-Brasil:

I - coordenar o funcionamento da ICP-Brasil;

II - estabelecer a política, os critérios e as normas técnicas para o credenciamento das Autoridades Certificadoras - AC, Autoridades de Registro - AR, Autoridades de Carimbo de Tempo - ACT e demais prestadores de serviço de suporte e entidades integrantes da ICP-Brasil, em todos os níveis da cadeia de certificação;

III - estabelecer a política de certificação e as regras operacionais da AC Raiz;

IV - auditar e fiscalizar a AC Raiz e os seus prestadores de serviço de suporte;

V - estabelecer e aprovar diretrizes e normas técnicas para a formulação de políticas de certificado (regras operacionais) e definir níveis da cadeia de certificação;

VI - credenciar e autorizar o funcionamento das AC, das AR, das ACT e demais prestadores de serviço de suporte e entidades integrantes da ICP-Brasil, bem como autorizar a AC Raiz a emitir seus certificados;

VII - identificar e avaliar as políticas de infraestruturas de certificação externas, negociar acordos de certificação bilateral, de certificação cruzada, regras de interoperabilidade e outras formas de cooperação internacional, certificar, quando for o caso, sua compatibilidade com a ICP-Brasil, observado o disposto em tratados, acordos ou atos internacionais;

VIII - aprovar as normas para homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital no âmbito da ICP-Brasil;

IX - atualizar, ajustar e revisar os procedimentos e as práticas estabelecidas para a ICP-Brasil, de modo a garantir sua compatibilidade e promover a atualização tecnológica do sistema e a sua conformidade com as políticas de segurança; e

X - aprovar seu regimento interno e posteriores emendas.

Parágrafo único. O CG ICP-Brasil poderá delegar atribuições à Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil.

Seção II
Do Coordenador

Art. 6º A coordenação do Comitê Gestor da ICP-Brasil será exercida pelo representante da Casa Civil da Presidência da República.

§ 1° São atribuições do Coordenador:

I - dirigir os trabalhos do CG ICP-Brasil;

II - presidir as sessões presenciais do Plenário;

III - conduzir as deliberações e a votação, e anunciar o seu resultado;

IV - assinar as decisões do CG ICP-Brasil e determinar a sua publicação;

V - representar o Comitê perante os Poderes da República e demais autoridades;

VI - alterar as datas das reuniões previamente aprovadas pelo Comitê, havendo motivo justificável;

VII - convocar as reuniões, ordinárias e extraordinárias; e

VIII - atuar como interlocutor entre o Comitê, a sociedade civil e o governo.

§ 2° O Coordenador poderá, quando necessário, delegar atribuições ao Secretário-Executivo.

§ 3° Na hipótese de ausência do Coordenador titular e de seu suplente, a coordenação será exercida pelo Secretário-Executivo do CG ICP-Brasil.

Seção III
Da Secretaria Executiva

Art. 7º Compete à Secretaria Executiva do CG ICP-Brasil:

I - prestar assistência direta e imediata ao Coordenador do CG ICP-Brasil;

II - encaminhar aos membros e demais participantes as convocações das reuniões do CG ICP-Brasil;

III - planejar, organizar e preparar as reuniões, designando, inclusive, o modo e, quando o caso, o local de sua realização;

IV - elaborar, previamente a cada reunião, lista com a confirmação de presença dos convocados;

V - confeccionar e dar publicidade às atas das reuniões realizadas;

VI - fazer publicar, por determinação do coordenador, as deliberações do Comitê;

VII - receber as proposições dos membros do CG ICP-Brasil e encaminhá-las ao Plenário ou outros órgãos, para apreciação;

VIII - coordenar e acompanhar a implementação das deliberações e diretrizes fixadas pelo CG ICP-Brasil;

IX - prover os trabalhos de secretaria técnica e administrativa do CG ICP-Brasil;

X - coordenar os grupos de trabalho técnico instituídos pelo CG ICP-Brasil; e

XI - cumprir outras atribuições que lhe forem conferidas por delegação do CG ICP-Brasil ou do Coordenador.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva do Comitê Gestor da ICP-Brasil será exercida pelo Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI, que receberá desta Autarquia todo o apoio necessário ao exercício de suas funções, inclusive no que se refere aos cargos de assessoria e ao apoio técnico e administrativo.

Seção IV
Dos Grupos de Trabalho Técnicos

Art. 8º O CG ICP-Brasil poderá instituir grupos de trabalho técnicos, não deliberativos, com o objetivo de assessorar no cumprimento das suas competências.

§ 1° Os grupos de trabalho técnicos de que trata o caput:

I - serão instituídos por meio de Resolução do CG ICP-Brasil;

II - terão sua composição, seu objetivo, sua motivação, o prazo de sua duração e seu produto final determinados no ato de sua instituição;

III - serão compostos por, no máximo, sete membros;

IV - terão caráter temporário e duração não superior a um ano;

V - estarão limitados a, no máximo, três em operação simultânea.

§ 2° O Secretário-Executivo do CG ICP-Brasil será o Coordenador-Geral dos grupos de trabalho técnicos.

§ 3° A coordenação de grupo de trabalho técnico poderá ser delegada a servidor do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, por meio de portaria do Diretor-Presidente do ITI.

§ 4° A participação nos grupos de trabalho técnicos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO II
DAS REUNIÕES

Seção I
Disposições Gerais

Art. 9º O Plenário do CG ICP-Brasil reunir-se-á ordinariamente, uma vez a cada semestre, ou extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação prévia, na forma prevista neste Regimento.

§ 1°As reuniões ocorrerão em sessão presencial ou eletrônica (sessão virtual ou sessão por videoconferência).

§ 2° Não havendo questões a serem submetidas à deliberação, a reunião ordinária poderá deixar de ser realizada, hipótese em que a sua não realização deverá ser comunicada aos membros e participantes.

Art. 10. A convocação será encaminhada aos membros e participantes pelo Secretário-Executivo, por meio eletrônico, observados os seguintes prazos:

I - com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, quando se tratar de sessão presencial;

II - com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, quando se tratar de sessão eletrônica (sessão virtual ou sessão por videoconferência).

§ 1° Em casos excepcionais ou urgentes, devidamente justificados pelo Secretário Executivo, os prazos a que se referem o **caput** poderão ser reduzidos para até 3 (três) dias úteis.

§ 2° Do ato convocatório constará a pauta com as matérias a serem objeto de deliberação, bem como a data e o horário de abertura da sessão e, quando se tratar de reunião presencial, o local em que ocorrerá, além de outros documentos necessários à deliberação.

§ 3° Os membros do CG ICP-Brasil deverão comunicar à Secretaria Executiva os endereços eletrônicos, e eventuais alterações, para os quais as convocações e demais comunicações serão encaminhadas.

Art. 11. Os membros do CG ICP-Brasil poderão propor matérias a serem submetidas à deliberação do CG ICP-Brasil.

§ 1° As propostas deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva do CG ICP-Brasil, acompanhada de justificativa, contendo as razões para a proposta, e a fundamentação técnica mínima necessária à sua apreciação.

§ 2° O Secretário-Executivo opinará acerca da submissão ou não da matéria ao Plenário, podendo encaminhar a proposta aos órgãos técnicos do ITI para manifestação, submetendo, em seguida, ao Coordenador, para decisão.

Art. 12. As sessões serão públicas, podendo ser transmitidas em tempo real, permitida a participação nas discussões apenas aos membros integrantes do CG ICP-Brasil, aos membros convidados permanentes do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e àqueles convocados na forma do § 4° do art. 2° deste Regimento.

Art. 13. Terão direito a voto no CG ICP-Brasil os seus membros designados ou, em caso de ausência ou impedimento do titular, os seus suplentes.

Art. 14. Todas as deliberações do CG ICP-Brasil serão aprovadas por meio de resoluções.

Parágrafo único. As resoluções serão assinadas pelo Coordenador, publicadas no Diário Oficial da União e disponibilizadas na página eletrônica do ITI.

Seção II
Da Sessão Presencial

Art. 15. A sessão considerar-se-á instalada, em primeira chamada, com a presença de, no mínimo, sete representantes com direito a voto. Em segunda chamada, após trinta minutos, será declarada aberta a reunião com qualquer número de presentes.

§ 1° O quórum de deliberação do CG ICP-Brasil é de sete representantes e o quórum de aprovação de deliberações é de maioria simples, em turno único.

§ 2° Para aferição do quórum, não serão computados as entidades ou órgãos sem direito a voto, ou aqueles para os quais não tiverem sido designados representantes.

§ 3° Em caso de empate, a proposta posta à votação será considerada rejeitada.

Art. 16. As reuniões serão presididas pelo Coordenador, ou seu suplente e, nas suas ausências, pelo Secretário-Executivo.

Art. 17. As sessões presenciais obedecerão a seguinte ordem:

I - abertura e pronunciamento inicial;

II - deliberação e votação da ordem do dia;

III - questões de ordem geral; e

IV - pronunciamento final e encerramento.

Art. 18. Na hora e local designados, e verificada a presença do quórum mínimo de membros presentes, o Coordenador declarará aberta a sessão e tecerá as considerações preliminares que julgar pertinentes acerca das questões a serem postas em votação e/ou outras matérias e avisos que entender pertinentes.

Parágrafo único. O Coordenador poderá, a seu exclusivo critério, conceder a palavra ao Secretário- Executivo, ou a qualquer dos membros que manifestem interesse em se pronunciar inicialmente.

Art. 19. Aberta a sessão e feitos os pronunciamentos iniciais, o CG ICP-Brasil passará a deliberar acerca das matérias constantes da ordem do dia.

§ 1° A deliberação das questões constantes da ordem do dia obedecerá à seguinte sequência:

I - apresentação da proposta;

II - deliberações; e

III - votação.

§ 2° A ordem dos trabalhos poderá ser invertida, bem como poderá ser retirada de pauta qualquer das matérias constantes da ordem do dia, de forma justificada, a critério do Coordenador, ou a pedido de qualquer de seus membros, mediante concordância da maioria dos membros presentes.

Art. 20. O Coordenador especificará a proposta a ser debatida e dará a palavra ao responsável pela sua apresentação.

Parágrafo único. Poderão participar da apresentação servidores do ITI, especialistas e técnicos convidados em função da matéria constante da pauta.

Art. 21. Após a apresentação, o Coordenador colocará a matéria para discussão do CG ICP-Brasil.

§ 1° Cabe ao Coordenador conceder a palavra aos membros que a requerem, bem como organizar e intermediar as discussões.

§ 2° A pedido do membro e a critério do Coordenador, poderá ser concedido direito a voz a pessoa presente na reunião.

Art. 22. Findadas as discussões, o Coordenador colocará a matéria à votação, colhendo os votos de cada um dos membros presentes.

§ 1° A votação será individual e os votos serão proferidos oralmente.

§ 2° Qualquer dos membros poderá, a seu exclusivo critério e após proferir o seu voto, apresentar justificativa escrita do voto, o qual será anexado à ata da reunião.

§ 3° O membro presente à reunião que precise se retirar antes de encerrada poderá, excepcionalmente, deixar voto escrito com o Coordenador.

§ 4° Uma vez colocada a matéria à votação, o voto apresentado na forma do §3° será lido por quem o Coordenador designar, sendo contabilizado para todos os fins de direito, e será anexado à ata da reunião.

§ 5° Caso não seja possível a participação do titular e de seu suplente, o membro titular poderá indicar outro membro como seu representante, desde que outorgada procuração, assinada digitalmente, que contenha o assunto referente da pauta e o teor do voto, que constará na ata da reunião.

§ 6° Colhidos todos os votos, o Coordenador proclamará o resultado.

§ 7° O resultado constará da ata, que indicará os votos favoráveis e contrários.

Art. 23. Exauridas as matérias constantes da ordem do dia, poderão, a critério do Coordenador, ser tratadas outras matérias de caráter não deliberativo.

Art. 24. Não havendo outras discussões a serem realizadas, ou concluídas estas, o Coordenador fará o pronunciamento final e declarará encerrada a reunião.

Parágrafo único. O Coordenador poderá, a seu exclusivo critério, conceder a palavra ao Secretário-Executivo, ou a qualquer dos membros que manifestem interesse em se pronunciar.

Art. 25. Das reuniões serão lavradas atas que informarão o local e a data de sua realização, nomes dos conselheiros presentes e demais participantes e convidados, resumo dos assuntos apresentados, debates ocorridos e as deliberações tomadas.

§ 1° As atas serão confeccionadas preferencialmente em documento eletrônico e serão assinadas pelo responsável pela sua lavratura e pelo Secretário-Executivo.

§ 2° Após assinada, a ata será encaminhada, por correio eletrônico, a todos os membros do CG ICP-Brasil, para aprovação, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 3° Não havendo oposição, a ata será considerada aprovada.

§ 4° Havendo oposição, o Secretário Executivo decidirá, fazendo as alterações cabíveis, no caso de acolhimento, ou consignando a impugnação, no caso de rejeição.

§ 5° A versão final da ata será assinada e encaminhada aos membros do CG ICP-Brasil, bem como publicada na página eletrônica do ITI.

Seção III
Das Sessões Eletrônicas
(Sessão Virtual e Sessão por Videoconferência)

Art. 26. As reuniões do Comitê Gestor poderão ser realizadas por meio eletrônico, em sessões virtuais ou em sessões por videoconferência, previamente convocadas na forma do art. 12.

Art. 27. As sessões eletrônicas virtuais serão realizadas da seguinte forma:

I - aberta a sessão, no dia e hora previamente fixado, os representantes do CG ICP-Brasil terão o prazo comum de 10 (dez) dias úteis, para encaminhar manifestação sobre a(s) questão(ões) constante(s) da ordem do dia, com o(s) respectivo(s) voto(s).

II - havendo manifestação de ao menos 4 (quatro) representantes pela submissão da matéria à sessão presencial, esta será automaticamente incluída em pauta na sessão presencial ou na sessão eletrônica por videoconferência seguinte, restando prejudicada a deliberação ou votação na sessão virtual sobre aquele tema.

III - decorrido o prazo sem manifestações suficientes para recusa da proposta, e não se verificando a hipótese prevista no inciso II deste artigo, a matéria reputar-se-á aprovada.

IV - quando a manifestação for encaminhada por membro suplente do CG ICP-Brasil, este deverá deixar consignado em sua manifestação que está deliberando em razão da ausência do titular.

V - findo prazo a que se refere o inciso I será lavrada ata contendo o resumo das deliberações e decisões tomadas, a qual será assinada e submetida pelo Secretário-Executivo aos membros participantes, para aprovação, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

VI - não havendo oposição motivada, a ata será considerada aprovada.

VII - havendo oposição, o Secretário-Executivo decidirá, fazendo as alterações cabíveis, no caso de acolhimento, ou consignando a impugnação, no caso de rejeição, e encaminhando, em qualquer dos casos, a nova versão aos membros participantes.

Art. 28. As sessões eletrônicas por videoconferência serão realizadas observado o quanto segue:

I - a Secretaria-Executiva do CG ICP-Brasil fornecerá suporte técnico aos participantes, a fim de viabilizar a realização de sessões por videoconferência.

II - ocorrendo dificuldades de ordem técnica que impeçam a interlocução entre os participantes, sem que seja possível a rápida solução do problema, o Coordenador deliberará sobre o adiamento da sessão.

III - aplica-se às Plenárias por Videoconferência, no que couber, o disposto no Capítulo II, Seção II - Da Sessão Presencial, do Regimento Interno deste Comitê.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante deliberação da maioria simples de seus membros.

Art. 30. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Coordenador, ouvida a Secretaria Executiva.

# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## GABINETE DA MINISTRA

### PORTARIA Nº 130, DE 18 DE MAIO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, e o que consta do Processo nº 21000.017188/2017-51, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa nº 6, de 3 de abril de 2019, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º Todo torneio leiteiro deve estar sob a responsabilidade de um responsável técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) do Estado." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

## SECRETARIA EXECUTIVA

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO MARANHÃO

## SERVIÇO DE INSPEÇÃO, FISCALIZAÇÃO E SANIDADE VEGETAL

### PORTARIA Nº 44, DE 19 DE MAIO DE 2021

A CHEFE DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO, FISCALIZAÇÃO E SANIDADE VEGETAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais e tendo em vista a Portaria nº 3.401, de 06/11/2019, publicada no DOU nº 216, Seção 2, de 07.11.2019, e ainda, o que consta do Processo nº 21022.022968/2021-41, resolve:

Art. 1º - Credenciar a empresa S F DE OLIVEIRA EPP - VITAL CONTROLE DE PRAGAS, CNPJ nº 12.165.341/0001-04, sob nº BR MA 803, localizada à RUA D, QUADRA D, Nº 10, PRIMAVERA, TURU, CEP 65.066-623, São Luís - MA, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos e subprodutos, madeira e seus produtos, e embalagens e suportes de madeira, executar os seguintes tratamentos: Fumigação em Porões de Navio (FPN) com fosfina; Fumigação em Contêineres (FEC) com fosfina e brometo de metila, Fumigação em Silos Herméticos (FSH) com fosfina e Fumigação em Câmara de Lona (FCL) com fosfina e brometo de metila.

Art. 2º - O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de 12 (doze) meses, e, em não se constatando nenhuma irregularidade neste período, nova portaria será publicada convertendo em definitivo este credenciamento pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA SPONHOLZ BELMINO

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARÁ

### PORTARIA Nº 57, DE 17 DE MAIO DE 2021

O SUPERINDENTENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 277 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13/04/2018, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, o art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2020, e o que consta do Processo nº 21030.000251/2007-91, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da Empresa Exportação Materiais e Alimentos do Pará LTDA - EMAPA, CNPJ Nº 04.988.598/0001-20, Inscrição Estadual Nº 15.082.360-6, localizada na Foz do Rios Marajozinho e Afuá/PA, na qualidade de empresa prestadora de serviços de Tratamento Fitossanitário com Fins Quarentenários, no Trânsito Internacional Vegetais e suas partes, para executar os seguintes tratamentos:

¸SECAGEM EM ESTUFA (KD)

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de 5 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Inspeção, Fiscalização e Sanidade Vegetal - SIFISV/DDA/SFA/PA-MAPA.

LUIZ PINTO DE OLIVEIRA

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ

### PORTARIA Nº 11, DE 18 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da PORTARIA Nº 561, DE 11 DE ABRIL DE 2018, publicada no DOU no dia 13 de abril de 2018, Portaria SE/MAPA nº 326 de 09 de março de 2018, publicada no DOU no dia 19 de março de 2018, tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.014326/2020-59, resolve:

Art. 1° Credenciar sob o número BR PR 804 a empresa JEYMISSON BUENO DE MELO, CNPJ 13.446.391/0001-14, localizada na Rua Charles Louis Jean Renaud, n° 53, Jardim Carvalho, Ponta Grossa - PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamentos nas modalidades de:

Tratamento Térmico (HT)

Fumigação em Contêineres (FEC - fosfina)

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade provisória por 01 (um) ano, podendo ser renovado, mantido o mesmo número de credenciamento inicial, devendo a Empresa requerer a renovação por meio da apresentação de requerimento encaminhado ao Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal do Paraná em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do mesmo.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLEVERSON FREITAS

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

### PORTARIA Nº 105, DE 13 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e com base no que determina o Art. 75 do Decreto 5741 de 30 de março de 2006 e no Art. 3º da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 06, de 16/01/2018 que aprova as Diretrizes Gerais para Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21042.011053/2020-91, resolve:

HABILITAR no Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE os Médicos Veterinários relacionados no anexo I, que contém os nomes e respectivos números de registro no CRMV, para execução das atividades pertinentes ao Controle e Erradicação do Mormo, consoante às normas dispostas nas legislações vigentes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

ANEXO I

MÉDICOS VETERINÁRIOS APROVADOS EM CAPACITAÇÃO EAD PARA HABILITAÇÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE EQUÍDEA

| NOME | CRMV PRIMÁRIO | UF |
|---|---|---|
| BETINA CAPELETTI | 19291 | RS |
| DOMÊNICO WEBER CHAGAS | 12418 | RS |
| FRANCISCO OCTAVIO PEDROSO MACIEL DA SILVA | 19207 | RS |
| JEAN MUSSOI WEIGERT | 14556 | RS |
| PÂMELA JAQUELINE SECCO CABREIRA | 19256 | RS |

## SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

## DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

## COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

### DECISÃO Nº 53, DE 19 DE MAIO DE 2021

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao art. 46 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a) o ARQUIVAMENTO do pedido de proteção da cultivar de espichadeira (Solanum glaucophyllum Desf.) denominada Hervit 153, protocolo nº 21806.000231/2020-70, apresentado por Herbonis AG, da Suíça, com base no disposto no §5º, do art. 18, da Lei nº 9.456, de 1997.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

## INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

### PORTARIA Nº 704, DE 17 DE MAIO DE 2021

Institui fluxo interno para tratamento de denúncias e comunicações anônimas de irregularidade no âmbito do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária - Incra.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, c/c o art. nº 108, IV, alíneas "d" e "f", e art. 110, XX do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 531, de 23 de março de 2020; considerando o disposto nos Capítulos III e IV da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, na Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, no Decreto nº10.153, de 3 de dezembro de 2019, no Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019, na Portaria CGU nº 581, de 09 de março de 2021, na Instrução Normativa CGU nº 7, de 8 de maio de 2019; e considerando o contido no processo administrativo 54000.023635/2021-47; resolve:

Art. 1º Estabelecer o fluxo e os procedimentos a serem observados na tramitação e no tratamento de denúncias e comunicações anônimas de irregularidade no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - denúncia: relato que indica a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos de apuração competentes;

II - comunicação anônima de irregularidade: informação anônima acerca de suposta prática de irregularidade ou de ato ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos de apuração competentes;

III - pseudonimização: tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro; e

IV - elemento de identificação: qualquer dado ou informação que permita a associação direta ou indireta do denunciante à denúncia por ele realizada.

Art. 3º A Ouvidoria é a unidade responsável pelo recebimento, cadastro, análise preliminar e distribuição de denúncias no âmbito do Incra.

Art. 4º A Ouvidoria garantirá ao denunciante a possibilidade de:

I - formular a denúncia por qualquer meio existente, inclusive oralmente, hipótese na qual será reduzida a termo;

II - ter acesso livre e gratuito a meios e canais oficiais de recebimento de denúncia, vedada a cobrança de taxas ou de emolumentos; e

III - conhecer os trâmites para fazer uma denúncia, com a disponibilidade da informação em transparência, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 2011.

§ 1º As denúncias recebidas por qualquer unidade do Incra, inclusive pelos órgãos apuratórios, deverão ser encaminhadas, no prazo de até 5 (cinco) dias, à Ouvidoria, para inserção no Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal - SisOuv.

§ 2º Na hipótese da denúncia ser recebida em meio físico, e-mail, telefone, presencialmente, ou qualquer outro meio de atendimento, a Ouvidoria promoverá, após autorização expressa do denunciante, a sua inserção no SisOuv.

§ 3º Caso o denunciante não apresente autorização a que se refere o §2º no prazo de 20 (vinte) dias, a Ouvidoria, após análise preliminar, registrará no SisOuv como comunicação anônima de irregularidade, sendo precedida a sua pseudominização.

§ 4º Todas as unidades, inclusive os órgãos apuratórios, deverão suprimir de seus sítios eletrônicos oficiais, bem como de qualquer outro meio de comunicação por eles adotados, a indicação de outros canais de recebimento de denúncias, salvo aqueles previstos em lei específica.

§ 5º Os sítios eletrônicos das unidades descritas no §4º deverão conter links de redirecionamento do usuário à página do canal exclusivo de denúncia no SisOuv.

Art. 5º Quando a denúncia ou comunicação anônima de irregularidade envolver matéria alheia ou estranha às competências institucionais do Incra, a Ouvidoria, respeitado o prazo de 30 (trinta) dias para resposta, deverá:

I - no caso de denúncia:

a) reencaminhar ao órgão destinatário, quando o órgão ou entidade competente para tratar o assunto integrar a Rede Nacional de Ouvidorias; ou

b) responder ao interessado, quando não for possível identificar o órgão ou entidade competente para tratar o assunto ou, ainda, quando, mesmo identificado, o órgão ou entidade competente não integrar a Rede Nacional de Ouvidorias.

II - no caso de comunicação anônima de irregularidade:

a) reencaminhar ao órgão destinatário, quando o órgão ou entidade competente para tratar o assunto integrar a Rede Nacional de Ouvidorias; ou

b) arquivar a comunicação anônima de irregularidade quando não for possível identificar o órgão ou entidade competente para tratar o assunto ou, ainda quando, mesmo identificado, o órgão ou entidade competente não integrar a Rede Nacional de Ouvidorias.

Art. 6º Na análise preliminar de denúncias e comunicação anônimas de irregularidade, a Ouvidoria deverá coletar elementos necessários para atuação e realizar a adequação, quando cabível, da tipologia e do assunto ou serviço indicado pelo manifestante.

§ 1º Na análise preliminar de denúncias ou de comunicação anônima de irregularidade, observada a competência do Incra, deverá ser avaliada a existência de requisitos mínimos de autoria, materialidade e relevância que amparem a apuração da denúncia pela Autarquia.

§ 2º A denúncia e a comunicação anônima de irregularidade somente serão consideradas habilitadas quando existentes os requisitos a que se refere o §1º.

§ 3º A denúncia e a comunicação anônima de irregularidade poderão ser encerradas quando os fatos relatados forem de competência de órgão ou entidade não pertencente ao Poder Executivo Federal.

§ 4º A denúncia poderá ser encerrada, excepcionalmente, em circunstâncias necessárias à proteção integral ao denunciante, devidamente justificadas no histórico da manifestação e comunicadas ao denunciante.

§ 5º Quando a denúncia for encerrada na forma no §3º, será dada ciência ao denunciante.

Art. 7º Os registros anônimos ou quaisquer outras notícias de irregularidades de que não se possa conhecer a autoria, serão recepcionados como comunicação anônima de irregularidade, descrito no inciso II do art. 2º desta Portaria.

Parágrafo único. As comunicações anônimas de irregularidades serão apresentadas, preferencialmente, em meio eletrônico, por meio do SisOuv.

Art. 8º Não será recusado o recebimento de denúncia formulada nos termos da Lei nº 13.460, de 2017, e do Decreto nº 10.153, de 2019, sob pena de apuração de responsabilidade do agente público que a recusou.

Art. 9º A Ouvidoria, após análise preliminar das denúncias e comunicações anônimas de irregularidade, as encaminhará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, conforme o caso, aos seguintes órgãos de apuração:

I - à Corregedoria-Geral -- CGE ou às Seções de Correição, quando se tratar de infrações disciplinares, conforme a competência da autoridade instauradora a que estas estejam vinculadas;

II - à Comissão de Ética - CE, quando se tratar de desvio ético, nos termos do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994;

III - à Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra - PFE/Incra para encaminhamento à Procuradoria-Geral Federal, quando se tratar de denúncias que envolvam Procuradores Federais, dada a competência exclusiva para análise e manifestação em matéria disciplinar, contida no inciso VI, do §2º do art. 11, da Lei nº 10.480/2002.

IV - à Presidência do Incra, quando se tratar de procedimento de apuração de responsabilidade de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; ou

V - ao órgão finalístico ou unidade interna responsável, quando se tratar de competência de apuração ou de verificação do cumprimento de política pública correspondente.

§ 1º Quando os fatos relatados nas denúncias indicarem a necessidade de atuação perante a Controladoria-Geral da União - CGU, com vistas a possível ação de controle interno, as denúncias e comunicações anônimas de irregularidade deverão ser submetidas simultaneamente à Auditoria Interna - AUD.

§ 2º Quando identificada a competência concorrente para apuração ou a necessidade de conhecimento da denúncia por mais de um dos órgãos ou unidades elencados no caput, a denúncia será encaminhada, concomitantemente, aos respectivos órgãos de apuração.

§ 3º As denúncias ou comunicações anônimas de irregularidade que não se referirem à competência institucional dos órgãos de apuração deverão ser devolvidas à Ouvidoria em até 5 (cinco) dias, contados da data do seu recebimento.

§ 4º A Ouvidoria contará com o apoio dos órgãos mencionados no caput para dirimir eventuais dúvidas quanto ao encaminhamento da denúncia.

§ 5º As denúncias ou comunicações anônimas de irregularidade que indicarem possível infração disciplinar cometida por servidor público deverão ser encaminhadas à CGE, que ficará responsável pelo encaminhamento aos demais órgãos de apuração, no caso de competência concorrente.

§ 6º No caso da denúncia ou comunicação anônima de irregularidade que verse, ainda que potencialmente, sobre irregularidade cometida por Procurador Federal, esta deverá ser encaminhada apenas à unidade descrita no inciso III, conforme competência legal, que ficará responsável pelo encaminhamento ao órgão com competência exclusiva para apuração.

Art. 10. A Ouvidoria deverá apresentar resposta conclusiva ao denunciante no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa expressa.

§ 1º Entende-se por conclusiva a resposta que contenha informação sobre o encaminhamento da denúncia aos órgãos de apuração competentes e procedimentos a serem adotados ou, ainda, sobre seu arquivamento, na hipótese da denúncia não ser conhecida, exceto o previsto no § 5º do art. 18 do Decreto nº 9.492, de 2018.

§ 2º Será dado tratamento de denúncia à comunicação anônima de irregularidade, dispensada a produção de resposta conclusiva.

Art. 11. A Ouvidoria ou os órgãos responsáveis pela apuração indicados no art. 9º poderão solicitar ao denunciante que complemente as informações prestadas na denúncia, quando os elementos apresentados não forem suficientes para análise.

§ 1º As solicitações de complementação de informações deverão ser atendidas pelo denunciante no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do seu recebimento, nos termos do § 2º do art. 18 do Decreto nº 9.492, de 2018.

§ 2º Não serão admitidos pedidos de complementação de informações sucessivos, exceto se decorrente da necessidade de elucidação de novos fatos ou documentação apresentados.

§ 3º O pedido de complementação de informações suspende, por uma única vez, o prazo previsto no art. 10 desta Portaria, que será retomado a partir da resposta do denunciante.

§ 4º A falta da complementação da informação pelo denunciante no prazo estabelecido no §1º deste artigo, acarretará o não conhecimento da denúncia e seu consequente arquivamento, sem a produção de resposta conclusiva.

Art. 12. O denunciante terá seus elementos de identificação preservados desde o recebimento da denúncia, nos termos do Decreto nº 10.153, de 2019 e da Lei n. 12.527, de 2011.

§ 1º A Ouvidoria adotará as medidas necessárias à salvaguarda da identidade do denunciante e à proteção das informações recebidas.

§ 2º A proteção à identidade independe de prévia habilitação da denúncia pela Ouvidoria.

Art. 13. O compartilhamento dos elementos de identificação do denunciante poderá ser realizado sob as seguintes hipóteses:

I - mediante consentimento do titular, nos casos em que haja a necessidade de reencaminhamento da denúncia para outras unidades de Ouvidoria;

II - para cumprimento de ordem judicial; ou

III - mediante requerimento dos órgãos de apuração, quando indispensável à análise dos fatos relatados na denúncia.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I, a Ouvidoria deverá solicitar o consentimento do denunciante para o compartilhamento de seus elementos de identificação, o qual terá o prazo de 20 (vinte) dias para se manifestar.

§ 2º A ausência de manifestação do denunciante será considerada negativa de consentimento, para todos os efeitos.

§ 3º Na hipótese de negativa ou decorrido o prazo previsto no §1º sem manifestação, a Ouvidoria deverá realizar a pseudonimização da denúncia antes de reencaminhar para o órgão competente.

§ 4º No procedimento de pseudonimização, a Ouvidoria deverá suprimir os elementos de identificação que permitam a associação da denúncia a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida no SisOuv.

Art. 14. Para fins desta Portaria, constituem-se elementos de identificação do denunciante:

I - os dados cadastrais;

II - os atributos genéticos; e

III - os atributos biométricos.

§ 1º Além dos elementos de identificação indicados no caput, o procedimento de pseudonimização deverá se estender à descrição do fato e seu anexos, observando-se os seguintes procedimentos:

I - nos casos em que houver registros fotográficos ou fonográficos, deverá ser verificada a existência de dados biométricos do denunciante, tais como voz ou imagem que permitam identificá-lo; e

II - na descrição do fato e no texto de documentos anexos, deverá ser verificada a existência de narrativas em primeira pessoa que associem o denunciante a indivíduos, locais, tempos ou fatos específicos.

§ 2º Constituem meios de pseudonimização, dentre outros:

I - a produção de extrato;

II - a produção de versão tarjada; e

III - a redução a termo de gravação ou relato descritivo de imagem.

§ 3º As denúncias que demandarem trabalho desproporcional para a sua pseudonimização poderão ser encaminhadas aos órgãos de apuração sem seus anexos, com indicação de que os documentos estão sob a guarda da Ouvidoria e que se encontram disponíveis mediante solicitação formal, nos termos do Decreto nº 10.153, de 2019.

§ 4º Na hipótese prevista no § 2º do art. 31, da Portaria CGU nº 581, de 2021, a necessidade de conhecer a identidade do denunciante será declarada pelo órgão de apuração, quando for indispensável à análise dos fatos narrados na denúncia, devendo a Ouvidoria transferir o sigilo, que, ressalvado expresso consentimento do denunciante, ficará responsável por restringir o acesso às informações pessoais ou que permitam a identificação a terceiros.

§ 5º O servidor que divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação pessoal ou à informação sigilosa, sujeitar-se-á à responsabilização civil, penal e administrativa nos termos da lei.

Art. 15. A fim de cumprir requisitos de segurança e rastreabilidade, o envio de denúncias para os órgãos de apuração será realizado, sempre que possível, por intermédio do módulo de triagem e tratamento da Plataforma Fala.BR, ou por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, quando necessário.

Parágrafo único. Somente poderá ser usado para tratamento de denúncia com elementos de identificação do denunciante, sistema informatizado que possua controle de acesso que registre os nomes dos agentes públicos que acessem as denúncias, com as respectivas datas e horário de acesso e o correspondente endereço de protocolos de internet utilizado.

Art. 16. Fica revogada a Portaria Incra nº 1.831, de 20 de novembro de 2018.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de junho de 2021.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS

### RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA Nº 69/2007, de 21 de dezembro de 2007, publicada no D.O.U. 246, seção 1, em 24 de dezembro de 2007, que criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE NOVO TEMPO ILHA JACURATU, Código SIPRA AM0117000, Município de Iranduba/AM, onde se lê "...522,6981 ha (quinhentos e vinte e dois hectares, setenta e nove ares e oitenta e um centiares)" leia-se "533,8715 ha (quinhentos e trinta e três hectares, oitenta e sete ares e quinze centiares)".

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO
## COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

### RESOLUÇÃO Nº 779, DE 19 DE MAIO DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, e o Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITRO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 19 (dezenove) de maio de 2021;

Considerando o contido nos processos abaixo relacionados.

| | TÍTULOS | | |
|---|---|---|---|
| INTERESSADOS | CPF | PROCESSO | ENDEREÇO |
| David Del Sarto<br>Maria Aparecida de Oliveira Perseghini Del Sarto | 098.202.481-91<br>151.844.631-00 | 54.700.000.314/2013-77 | GLEBA 2 Reserva A Lote nº 30 - 420 |
| Francisco Antônio Perius<br>Emília Erna Back Perius | 260.248.700-78<br>027.965.081-70 | 21.400.003.506/1995-81 | GLEBA 3 Reserva G Lote nº 24/25 - 729/730 |
| Cristina Hideko Fukushima | 287.081.721-53 | 54.700.001.276/2014-51 | GLEBA 3 Reserva G Lote nº 64 - 652 |
| José Morais | 721.777.308-30 | 54.700.000.498/1900-16 | GLEBA 3 Reserva G Lote nº 75 - 669 |
| Lusimaria Martins de Moura | 144.649.001-78 | 54.000.194.355/2018-17 | GLEBA 3 Reserva J Lote nº 770 |
| Antônio Eliziário da Cunha | 184.103.591-20 | 54.700.000.207/2017-72 | GLEBA 3 Reserva J Lote n° 789 |
| Terezinha Carvalho Silva | 001.754.016-08 | 54.000.141.386/2018-75 | GLEBA 3 Reserva L Lote nº 744-D |
| Helena das Graças Carvalho Lage Brandão<br>Lucas Lage Brandão | 114.666.001-44<br>183.575.397-34 | 54.000.141.471/2018-33 | GLEBA 3 Reserva L Lote nº 744-E |
| Madalena Carvalho de Araújo<br>Manoel Lopes de Araújo | 722.872.171-34<br>096.532.791-49 | 54.000.141.304/2018-92 | GLEBA 3 Reserva L Lote nº 744-F |
| Wanderson Antunes Carvalho<br>Lilian Silva Pereira | 565.087.511-15<br>798.632.561-53 | 54.700.001.444/2010-84 | GLEBA 3 Reserva L Lote nº 744-G |
| Antônio Elias de Carvalho | 308.275.741-34 | 54.700.001.572/2010-28 | GLEBA 3 Reserva L Lote nº 744-H |
| Irene Antunes Alves de Carvalho<br>Francisco Alves de Carvalho | 236.924.056-34<br>084.775.901-68 | 54.000.141.340/2018-56 | GLEBA 3 Reserva L Lote nº 744-I |

Art. 1º decide, aprovar a liberação de todos os Títulos relacionados, com intuito de promover a regularização fundiária.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS

Coordenador

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-13/n° 025 de 22 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União n° 189 de 02 de outubro de 2009, na Seção 01, página 75, que criou o Projeto de desenvolvimento sustentável - PDS NOVA ALIANÇA, código SIPRA MT0838000, localizado no município de Gaúcha do Norte-MT, onde se lê ... com área de 2.449,1874 há (duas mil quatrocentos e quarenta e nove hectares dezoito ares e setenta e quatro centiares), leia-se ... com área de 2.433,1948 ha. (dois mil quatrocentos e trinta e três hectares, dezenove ares e quarenta e oito centiares).

# Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 4.806, DE 19 DE MAIO DE 2021

Tornar sem efeito a Portaria Interministerial nº 4.792, de 17 de maio de 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria Interministerial nº 4.792, de 17 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 93, Seção 1, página 144, de 19 de maio de 2021 (Processo nº 01250.049657/2019-12).

MARCOS CESAR PONTES

### PORTARIA Nº 4.807, DE 19 DE MAIO DE 2021

Tornar sem efeito a Portaria Interministerial nº 4.793, de 17 de maio de 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria Interministerial nº 4.793, de 17 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 93, Seção 1, página 144, de 19 de maio de 2021 (Processo nº 01245.001278/2020-46).

MARCOS CESAR PONTES

### RETIFICAÇÃO

Na publicação do DOU Nº 93, de 19 de maio de 2019, Seção 1, pág. 143, que Dispõe sobre os critérios e procedimentos para emissão, extensão, revisão, suspensão, reativação, renovação e cancelamento do Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa - CIAEP das instituições que produzem, mantém ou utilizam animais em atividades de ensino ou pesquisa científica, a vinculação dos centros públicos ou privados que utilizam animais em atividades de ensino a instituições credenciadas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimental Animal - Concea,

onde se lê: RESOLUÇÃO GM Nº 50, DE 13 DE MAIO DE 2021,

leia-se: RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 50, DE 13 DE MAIO DE 2021.

## COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

### EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.492/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 241ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 06 de maio de 2021, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01200.001179/2013-51

Requerente: Dow AgroSciences Industrial Ltda.

CQB: 107/99

Assunto: Isenção de plano de monitoramento pós-liberação comercial

A CTNBio, após análise do pedido de isenção de plano de monitoramento pós-liberação comercial do milho geneticamente modificado DAS-40278-9 x NK603, deliberou pelo DEFERIMENTO conforme esse parecer técnico. Diante do exposto e considerando os critérios contidos na Resolução Normativa 24 da CTNBio, é possível concluir que a presente proposta isenção de plano de monitoramento atende ao disposto na Resolução Normativa 24 de 09 de janeiro de 2020. A CTNBio decidiu pelo deferimento do pedido Isenção de Plano de monitoramento pós liberação comercial do milho DAS-40278-9 x NK603. Esta aprovação não exime a requerente do atendimento do parágrafo 4º do Art. 9º da RN24, qual seja "A requerente deverá informar à CTNBio, eventual risco não negligenciável resultante da liberação comercial do OGM no prazo de 30 dias úteis, após a identificação do fato."

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

Este é um extrato do Parecer Técnico da CTNBio. Sua íntegra, assim como todos os documentos referentes à solicitação, constam do processo armazenado na CTNBio. Informações complementares poderão ser solicitadas através do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, pelo sítio eletrônico https://esic.cgu.gov.br/.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da CTNBio

## SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

### PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 4.796, DE 17 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.005738/2021-96, de 30 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedida à empresa DC Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 05.593.282/0001-00, pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 101, de 28 de fevereiro de 2007, publicada no D.O.U. de 02 de março de 2007, em razão do decurso do prazo de suspensão da habilitação previsto na Portaria MCTI nº 3.269, de 04 de setembro de 2020, publicada no D.O.U. de 09 de setembro de 2020, sem o devido adimplemento das obrigações, nos termos do art. 36, § 4º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 2º Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

### PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 4.797, DE 17 DE MAIO DE 2021

Alteração de razão social em Portaria que habilita empresa à fruição do incentivo de que trata o art. 4º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º e o parágrafo único do art. 6º do Decreto no 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei no 13.969, de 26 de dezembro de 2019, o contido no Processo MCTI nº 01250.022592/2020-93, de 25 de maio de 2020, e

Considerando que a empresa Dynamox Soluções Criativas Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 09.008.497/0001-69, é titular dos direitos e obrigações decorrentes da seguinte Portaria:

| Portaria MCTI nº | Data | Publicação no D.O.U. |
|---|---|---|
| 3.981 | 27/10/2020 | 09/11/2020 |

Considerando que a empresa Dynamox Soluções Criativas Ltda. alterou sua denominação social para Dynamox S.A., mantido o CNPJ/ME sob o nº 09.008.497/0001-69, sem que tal alteração tenha acarretado solução de continuidade da sociedade ou das suas atividades, ou qualquer alteração nos seus direitos e obrigações sociais, inclusive os decorrentes da Portaria MCTI acima indicada, conforme consta da documentação juntada ao Processo acima referido, já devidamente registrada nos órgãos próprios, resolve:

Art. 1º Fica alterada a denominação social de Dynamox Soluções Criativas Ltda. para Dynamox S.A., CNPJ/ME nº 09.008.497/0001-69, a partir da data em que se efetivou a alteração da denominação social da empresa, na seguinte Portaria MCTI:

| Portaria MCTI nº | Data | Publicação no D.O.U. |
|---|---|---|
| 3.981 | 27/10/2020 | 09/11/2020 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados todos os atos praticados pela empresa Dynamox S.A., CNPJ/ME nº 09.008.497/0001-69, em decorrência da alteração da denominação social, desde a data em que esta se operou.

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

# Ministério das Comunicações

## SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

### PORTARIAS DE 14 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou nº 562, de 22 de dezembro de 2011 e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade cassação ou cassação, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

| N° do Processo | Entidade | Serviço | Município | UF | Sanção | Valor (R$) | Enquadramento Legal | Portaria | Embasamento da Portaria de Multa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 53900.020270/2014 | Sociedade Rádio Cultura De Jaguarão Ltda | OM | Santa Vitória do Palmar | RS | Cassação | - | Art. 12, §§3º e 5º, da Lei nº 236/67. | Portaria DEIRF n° 2109 de 14/05/2021 | Portaria MC n° 112/2013 |
| 53900.020271/2014 | Radio Caçapava Ltda | OM | Caçapava do Sul | RS | Cassação | - | Art. 12, §§3º e 5º, da Lei nº 236/67. | Portaria DEIRF n° 2128 de 14/05/2021 | Portaria MC n° 112/2013 |
| 53504.013641/2014 | Rádio Fm Rainha Das Serras Ltda | FM | Espírito Santo do Pinhal | SP | Multa | 76.155,21 | Art. 55, parágrafo único, c/c art. 122, item 27, do Decreto n° 52.795/63. | Portaria DEIRF n° 2195 de 14/05/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011 |

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 1603/2021/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Conhecer e dar parcial provimento ao recurso administrativo interposto pela entidade, abaixo relacionada, bem como alterar o valor da multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

| N° do Processo | Entidade | Serviço | Município | UF | Sanção | Valor (R$) | Enquadramento Legal | Portaria | Embasamento da Portaria de Multa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 53000.062575/2013 | Fundação Educativa Andradense | RTV | Andradas | MG | Multa | 1.669,76 | Art. 31 c/c 32 do Decreto nº 5.371/05 | Portaria DEIRF n° 2168 de 14/05/2021 | Portaria MC n° 112/2013 |

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

## DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

### PORTARIA Nº 2.461, DE 14 DE MAIO DE 2021

O CORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pela Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade, abaixo relacionada, a penalidade de advertência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

| N° do Processo | Entidade | Serviço | Município | UF | Sanção | Enquadramento Legal | Portaria | Embasamento da Portaria de Multa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 53542.003744/2017 | Rádio Cultural Do Araguaia Ltda - Me | OM | Jussara | GO | Advertência | Art. 5º, parágrafo único, da Portaria MC 26/96. | Portaria CGFM n° 2461 de 14/05/2021 | Portaria MC n° 112/2013 |

TÁCIO NEVES FROTA SOUZA

# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## CONSELHO DIRETOR

### RESOLUÇÃO Nº 745, DE 18 DE MAIO DE 2021

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o inciso I do § 1º do art. 158 da Lei nº 9.472, de 1997, que prevê a destinação de radiofrequências para fins exclusivamente militares;

CONSIDERANDO o resultado de reunião entre representantes da Anatel e das Forças Armadas, em atendimento ao § 2º do art. 158 da Lei 9.472/1997;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 39 e 78 da Lei nº 9.472/1997, no que concerne a documentos cuja divulgação possa violar a segurança do país;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, § 2º, inciso II, do Regulamento de Uso do Espectro, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO deliberação tomada por meio do Circuito Deliberativo nº 88, de 18 de maio de 2021;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.011175/2021-19, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Resolução Confidencial nº 646, de 22 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2014, Seção 1, Página 79, que destina canais de radiofrequências para fins exclusivamente militares.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da publicação de seu Extrato no Diário Oficial da União.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

### ATO Nº 3.488, DE 18 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53516.009590/2021-25:

Expede à NORMANDO NELSON ZITTA JUNIOR, CPF nº ***.644.639-**, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

### ATO Nº 3.539, DE 19 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53516.009606/2021-08:

Expede à ATER CARLOS CRISTOFOLI, CPF nº ***.998.089-**, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

### ATOS DE 19 DE MAIO DE 2021

Outorga às entidades abaixo relacionadas autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 3.540 - Processo nº 53516.009206/2021-94: CONDOMINIO DE PRODUTORES RURAIS DE CANA-DE-ACUCAR - AGROCANA, CNPJ nº 30.202.653/0001-14.

Nº 3.541 - Processo nº 53516.009589/2021-09: RENATO MARCOS SILVA BRAGA, CPF nº ***.835.629-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS
## UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### ATO Nº 3496, DE 18 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53548.000186/2021-19.

Expede autorização à FENIX COMERCIO ATACADISTA DE CEREAIS EIRELI, CNPJ nº 29.014.055/0001-32, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

## SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

### ATO Nº 3.543, DE 19 DE MAIO DE 2021

Aprova os requisitos técnicos e operacionais de condições de uso da subfaixa 24,25 - 27,5 GHz por estações no Serviço Móvel Pessoal - SMP, no Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, no Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e no Serviço Limitado Privado - SLP, na forma do Anexo I a este Ato.

Este Ato entra em vigor em 1º de junho de 2021. Processo 53500.064041/2020-10.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

### ATO Nº 3.544, DE 19 DE MAIO DE 2021

Aprova o requisito de distância máxima de coordenação entre estações terrestres operando além do mar territorial, dentro da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), com relação a sistemas terrestres em solo, nas faixas de frequências de 450 MHz a 3,7 GHz.

Parágrafo único. Este requisito não se aplica a estações a bordo de embarcações comerciais estrangeiras em passagem inocente pelo Brasil, conforme definida na Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço Eletrônico da Anatel. Processo 53500.040875/2020-21.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

## GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

### ATO Nº 3.365, DE 13 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53500.026631/2011-45.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 09/02/2021, a autorização outorgada à SISTEMAX TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, CNPJ nº 04.958.374/0001-75, para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, adaptada para autorização para prestação de Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por meio do Ato nº 4334, de 13/08/2020.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

### ATOS DE 14 DE MAIO DE 2021

Nº 3.368 - Processo nº 53500.023521/2021-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DJALMA MARINHO, CNPJ 07.185.524/0001-43, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Parelhas/RN.

Nº 3.415 - Processo nº 53500.030336/2021-65. declara extinta, por renúncia, a partir de 07/05/2021, a autorização outorgada à REDETELL TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 08.271.594/0001-87, por intermédio do Ato n° 4334, de 13/08/2020 (SEI 5864225), para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

### ATOS DE 17 DE MAIO DE 2021

Nº 3.441 - Processo nº 53500.031407/2021-47. Expede autorização à F. R. PANTOJA EIRELI, CNPJ/MF nº 22.625.015/0001-88, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.442- Processo nº 53500.031631/2021-39. Expede autorização à Maqcampo Solucoes Agricolas S.A., CNPJ nº 00.970.771/0003-73, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.470 - Processo nº 53500.029893/2021-33. declara extinta, por renúncia, a partir de 06/05/2021, a autorização outorgada a SILVIO CARDOSO DE LIMA, CNPJ nº 17.687.447/0001-83, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020 (SEI 5864225), para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.487 - Processo nº 53500.028034/2021-27. declara extinta, por renúncia, a partir de 29/04/2021, a autorização outorgada à BVB TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 25.258.092/0001-35, para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, adaptada para autorização para prestação de Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito por meio do Ato nº 4334, de 13/08/2020.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

### ATO Nº 3.546, DE 19 DE MAIO DE 2021

Autoriza PY2 RADIOSOM INSTALAÇOES COMERCIO IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA ME, CNPJ nº 11.061.010/0001-53, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Petrópolis/RJ, no período de 28/05/2021 a 30/05/2021.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

# Ministério da Defesa

## SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### PORTARIA SEORI/SG-MD N° 2.235, DE 18 DE MAIO DE 2021

Revoga a Portaria nº 604/SEORI/MD, de 6 de junho de 2016.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32, incisos XI e XII, do Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, observado o disposto no inciso II do art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60580.000017/2021-48, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 604/SEORI/MD, de 6 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 108, Seção 1, página 11, de 8 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

## COMANDO DA AERONÁUTICA
## DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
## INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

### PORTARIAS DE 30 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 257/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ALDEIA MATAWARÉ, situado no Município de Almeirim, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900075/2021-78. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 258/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto MATEUS - CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE SANTA IZABEL/PA, situado no Município de Santa Izabel do Pará, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900068/2021-76. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 259/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto DOLCE VITA PRAIA MORRO DE SÃO PAULO BA, situado no Município de Cairu, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900176/2021-59. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO Cel Eng

### PORTARIA Nº 260/SAGA, DE 7 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HELICENTRO MORUMBI, situado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.009736/2013-07. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO Cel Eng

### PORTARIAS DE 7 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 261/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FLYONE ELDORADO DO SUL, situado no Município de Eldorado do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67613.900794/2020-28. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 264/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PASSAGEM FUNDA, situado no Município de Correntina, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67612.900868/2020-36. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 267/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AGROPECUÁRIA IMPERIAL, situado no Município de Cassilândia, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900567/2020-01. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO Cel Eng

### PORTARIAS DE 7 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 262/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PARAÍSO, situado no Município de Porto Esperidião, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900099/2021-27. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 263/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo PISTA SÃO BENTO, situado no Município de Itaituba, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900089/2021-91. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 265/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto JC, situado no Município de Osasco, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.900279/2021-99. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 266/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AGROPECUÁRIA VR, situado no Município de Campo Novo do Parecis, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900001/2021-31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO Cel Eng

### PORTARIAS DE 10 MAIO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 268/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto REDE DOR SÃO LUIZ CAMPINAS, situado no Município de Campinas, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.900206/2017-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 271/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo COMANDANTE WALTÉRCIO BARROSO FONSECA, situado no Município de Salinas da Margarina, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.019112/2014-09. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO Cel Eng

### PORTARIAS DE 10 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 269/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HOSPITAL GERAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS, situado no Município de Lages, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900845/2019-88. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 270/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA IGUAÇU, situado no Município de Aquidauana, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900193/2020-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 272/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA MARISTELA, situado no Município de Tremembé, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.900181/2020-91. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO Cel Eng

### PORTARIAS DE 11 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 273/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PANAMÁ, situado no Município de Sapezal, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900056/2021-41. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 274/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA BAÚ, situado no Município de Cáceres, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900054/2021-52. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 276/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA MATO GROSSO, situado no Município de Campos de Júlio, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900100/2021-13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 277/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto MARINA PORTO IMPERIAL, situado no Município de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67617.900171/2021-04. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 278/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ÁGUA AZUL, situado no Município de Itaituba, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900101/2021-68. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO Cel Eng

### PORTARIA Nº 275/SAGA, DE 11 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto DEL REY, situado no Município de Salvador, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900071/2016-32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO Cel Eng

### PORTARIA Nº 279/SAGA, DE 12 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto BARROCO LOPES, situado no Município de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67613.900027/2021-08. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO Cel Eng

### PORTARIAS DE 12 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 280/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto VIVO, situado no Município de Santana de Parnaíba, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901205/2017-93. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 281/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto COPOBRAS, situado no Município de São Ludgero, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900648/2020-01. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br/aga).

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO Cel Eng

## COMANDO DA MARINHA

## GABINETE DO COMANDANTE

### PORTARIA MB/MD Nº 18, DE 18 DE MAIO DE 2021

Aprova as Normas do Sistema de Controle Interno da Marinha (SCIMB)

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, de acordo com o art. 26, § 1º e inciso XIV, do Anexo I do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar as Normas do SCIMB, que a esta acompanham.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 45/MB, de 24 de janeiro de 2013, conforme consta do anexo da Portaria nº 285/MB, de 28 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 187, de 29 de setembro de 2020, seção 1, Página 15.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de junho de 2021.

ALMIR GARNIER SANTOS

ANEXO

MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA MARINHA DO BRASIL (SCIMB)
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Do Propósito

Art. 1º Estabelecer normas para o funcionamento do SCIMB, em consonância com o previsto nos Art. 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCIPEF), e Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Parágrafo único. Além dos dispositivos supramencionados, estas normas estão alinhadas às boas práticas previstas na Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 10 de maio de 2016, do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União (CGU), que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, e na Instrução Normativa (IN) nº 3, de 09 de junho de 2017, do Ministério da Transparência e CGU, que aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

Dos Objetivos

Art. 2º São os seguintes os objetivos do SCIMB:

I - subsidiar o exercício do Comando/Direção Superior da Marinha do Brasil (MB);

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

III - contribuir com a melhoria da gestão e da qualidade do gasto público;

IV - propiciar aderência do gasto aos objetivos estratégicos da MB;

V - contribuir para a consecução do dever constitucional de prestar contas;

VI - avaliar o cumprimento de metas e execução de programas de governo;

VII - subsidiar os órgãos responsáveis pelo ciclo de gestão governamental, quais sejam, o Conselho do Plano Diretor (COPLAN) e o Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR);

VIII - dar suporte à missão, à continuidade e à sustentabilidade institucional, para o atingimento dos objetivos estratégicos da MB; e

IX - assegurar que as informações produzidas sejam íntegras e confiáveis à tomada de decisões superiores, ao cumprimento de obrigações de transparência e à prestação de contas.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS
Da Estrutura

Art. 3º O SCIMB está estruturado para executar atividades de controle dos atos de gestão praticados, inclusive quanto a riscos e integridade, bem como prestar apoio ao SCIPEF e ao Tribunal de Contas da União (TCU) no exercício de sua missão institucional.

Art. 4º O SCIMB está estruturado conforme a seguir:

I - Estado-Maior da Armada (EMA):

a) como Órgão de Direção Geral, supervisionar e monitorar ações para atingir os objetivos estratégicos da MB;

b) estabelecer e implementar, no âmbito da MB, a Política de Gestão de Riscos e o Plano de Integridade;

c) atender as demandas oriundas de órgãos extra-MB, que exercem atividades de controle, em coordenação com os Órgãos de Direção Setorial (ODS) e o Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR), quando envolverem mais de um ODS; e

d) acompanhar as demandas oriundas de órgãos extra-MB, que exercem atividades de controle, que forem de responsabilidade específica de um ODS;

II - ODS:

a) assessorar o EMA nos assuntos afetos ao controle interno, a nível setorial, por meio de suas Diretorias Especializadas (DE) e Assessorias de Controle Interno (ACI);

b) atender as demandas oriundas de órgãos extra-MB, que exercem atividades de controle, em coordenação com o CCIMAR, quando afetas somente ao Setor; e

c) acompanhar as demandas oriundas de órgãos extra-MB, que exercem atividades de controle, em coordenação com o CCIMAR, que se refiram ao Setor;

III - Secretaria-Geral da Marinha (SGM), além das atribuições relacionadas no inciso II, atuar como Órgão Central do SCIMB, provendo assessoria e orientação aos demais integrantes do Sistema, no tocante as atividades relacionadas com:

a) orçamento, economia e finanças, patrimônio, sistemas digitais administrativos e contabilidade; e

b) normatização das atividades de controle interno, visando à otimização do fluxo de informações e a integração dos sistemas corporativos operados pelas DE do Setor SGM;

IV - Diretoria de Administração da Marinha (DAdM): assessorar as Organizações Militares (OM) nos assuntos afetos a licitações, acordos e atos administrativos;

V - Diretoria de Finanças da Marinha (DFM): atuar como Unidade Setorial, responsável pelas atividades de Administração Financeira, Contabilidade e Custos na MB;

VI - Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha (DGOM): atuar como Unidade Setorial, responsável pelas atividades relacionadas ao Orçamento na MB;

VII - CCIMAR: atuar como Unidade Setorial de Controle Interno da MB, responsável pelas atividades nas áreas de controle interno da gestão, auditoria, consultoria, análise e prestação de contas;

VIII - OM da MB: responsáveis pelo controle interno sobre suas atividades administrativas e operacionais, com a participação de seus Agentes Responsáveis e Conselhos de Gestão;

IX - Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR): assessorar o Comandante da Marinha (CM), exercendo o mais elevado nível de controle da execução do Plano de Ação (PA), no âmbito da Administração Naval;

X - Conselho do Plano Diretor (COPLAN): assessorar o CM no trato dos assuntos relacionados com o Ciclo de Planejamento do Sistema do Plano Diretor (SPD), coadunando-se como mais um dos níveis de controle interno previstos pela Administração Naval; e

XI - ACI: criadas com o propósito de aperfeiçoar o controle interno da gestão nas OM e entidades vinculadas à MB.

Modelo de Três Linhas de Defesa

Art. 5º O SCIMB alinha-se ao modelo de "Três Linhas de Defesa", o qual deve comunicar, de maneira clara, as responsabilidades de todos os envolvidos, provendo uma atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas, como disposto na IN nº 3, de 09 de junho de 2017, do Ministério da Transparência e CGU.

Art. 6º A "Primeira Linha de Defesa", composta por todas as OM da MB, é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da OM. Contempla os controles internos, que devem ser instituídos e mantidos pelos Agentes Responsáveis (Ordenador de Despesa, Agente Fiscal e Gestores) e o Conselho de Gestão, durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de suporte.

Art. 7º A "Segunda Linha de Defesa" é composta pelo EMA, ODS, representados pelas suas ACI, e suas respectivas DE. Tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar as atividades de supervisão e de monitoração das ações desenvolvidas no âmbito da "Primeira Linha de Defesa", que incluem o gerenciamento de riscos, integridade, conformidade, controle orçamentário-financeiro, operacional, orientação e treinamento.

Parágrafo único. O COFAMAR e o COPLAN também integram a "Segunda Linha de Defesa".

Art. 8º A "Terceira Linha de Defesa" é representada pelo CCIMAR, que tem por atribuição prestar serviços de auditoria e consultoria, com base nos pressupostos de independência, autonomia técnica e objetividade, visando preservar e adicionar valor às OM e melhorar seus processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O Chefe do Estado-Maior da Armada e o Secretário-Geral da Marinha emitirão as instruções complementares que se fizerem necessárias.

Art. 10. Os ODS, no âmbito de suas áreas de atuação, poderão emitir instruções complementares a respeito da implementação de controles internos da gestão e do gerenciamento de riscos, inclusive os que envolvem integridade, disciplinando os seus processos e observando a coerência com a legislação em vigor.

ALEXANDRINO MACHADO NETO
Diretor do Centro de Controle Interno da Marinha

### PORTARIA MB/MD Nº 19, DE 18 DE MAIO DE 2021

Aprova o Estatuto de Auditoria Interna da Marinha do Brasil.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, de acordo com o art. 26, § 1º e inciso XIV, do Anexo I do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar o Estatuto da Auditoria Interna da Marinha do Brasil, que a esta acompanha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de junho de 2021.

ALMIR GARNIER SANTOS

ANEXO

MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
ESTATUTO DA AUDITORIA INTERNA DA MARINHA DO BRASIL
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Da Definição, do Propósito e da Missão

Art. 1º Define-se Auditoria Interna Governamental, no âmbito da Marinha do Brasil (MB), como uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada com o propósito de adicionar valor aos processos e operações das Organizações Militares (OM). Mediante uma abordagem sistemática e disciplinada, auxilia na realização dos objetivos estratégicos e operacionais, com foco na verificação e melhora da eficácia dos processos de Governança, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

Parágrafo Único. A atividade de Auditoria Interna Governamental na MB é exercida pelo Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR).

Art. 2º A missão do CCIMAR é assessorar o Comandante da Marinha (CM) e executar as atividades de Auditoria Interna Governamental, a fim de aprimorar o Controle Interno, preservar e agregar valor à gestão da MB.

Art. 3º Compete ao CCIMAR prestar o apoio ao Controle Externo, no exercício de sua missão institucional, conforme disposto no Inciso IV, do Art. 74, da Constituição Federal de 1988. Este apoio operacionaliza-se por meio da cooperação na troca de informações e de experiências, bem como na execução de ações integradas, sendo essas compartilhadas ou complementares.

Dos Princípios Fundamentais

Art. 4º São os seguintes os princípios fundamentais a serem observados pelos auditores internos no exercício de suas atividades:

I - demonstrar integridade;

II - demonstrar competência e zelo profissional devido;

III - ser objetivo e livre de influências indevidas;

IV - estar alinhado com as estratégias, objetivos e riscos da organização;

V - estar devidamente posicionado e com recursos apropriados;

VI - demonstrar qualidade e melhoria contínua;

VII - comunicar-se com eficácia;

VIII - prestar avaliações baseadas em riscos;

IX - ser perspicaz, proativo e focado no futuro;

X - promover a melhoria organizacional; e

XI - manter a confidencialidade e respeitar o valor e a propriedade das informações que recebe.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS
Da Independência e Objetividade

Art. 5º A atividade de auditoria interna deve ser independente, estando livre de interferências na determinação do escopo, na execução dos trabalhos e na comunicação dos seus resultados.

Art. 6º Os auditores internos têm o dever de informar sobre eventuais situações de conflito de interesses, existentes ou supervenientes, que possam comprometer a objetividade no desenvolvimento dos seus trabalhos.

Art. 7º Os auditores internos deverão avaliar objetivamente as evidências levantadas, com vistas a fornecer opiniões ou conclusões isentas na execução de suas atividades.

Art. 8º A fim de contribuir com a independência e objetividade da auditoria interna, é vedado aos auditores internos em exercício no CCIMAR:

I - implementar controles internos da gestão e gerenciar a execução da Política de Gestão de Riscos e do Programa de Integridade, no âmbito das unidades auditadas; e

II - exercer atividades próprias e típicas de gestão, ou outras que possam comprometer a sua atuação, tais como: participar de comissões de licitação, de sindicância, de processos administrativos disciplinares, de processos administrativos de responsabilização, de perícias, de avaliação de bens ou em outras assemelhadas, salvo aquelas constituídas no âmbito da própria unidade de auditoria interna.

Da Organização e da Estrutura de Reporte

Art. 9º O CCIMAR, por ser órgão de assistência direta e imediata do CM, está subordinado diretamente ao Gabinete do Comandante da Marinha (GCM), situação que possibilita a atividade de Auditoria Interna Governamental cumprir todas as suas responsabilidades livre de interferências. Assim, os auditores internos do CCIMAR, no exercício de suas funções, possuem livre acesso às instalações físicas das unidades auditadas, informações, registros, bancos de dados, sistemas relevantes e pessoas necessárias à condução dos trabalhos de auditoria.

Art. 10. As práticas profissionais empregadas para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria devem estar alinhadas, no que couber, às orientações constantes nas Normas e Manuais Técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU) e às boas práticas elencadas no Código de Ética, Princípios Fundamentais e Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna do Instituto dos Auditores Internos do Brasil.

Parágrafo Único. As normas e orientações técnicas da CGU destinam-se a orientar tecnicamente e contribuir para uniformizar os entendimentos e práticas relacionadas à Auditoria Interna Governamental. Nesse sentido, o CCIMAR tem autonomia, no que se refere à definição de seus métodos de trabalho, aqueles que sejam mais adequados ao ambiente interno e cumprimento de sua missão.

Art. 11. As responsabilidades funcionais e administrativas do CCIMAR estão definidas nos Art. 70 e 74 da Constituição Federal de 1988; no Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCIPEF); na Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal,

de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal; no Decreto nº 95.480 de 13 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a Ordenança Geral do Serviço da Armada; e nas disposições constantes no Regulamento da Organização Militar aprovado pela Portaria nº 188/MB, de 1º de julho de 2020.

Art. 12. Os trabalhos de auditoria devem ser realizados dentro de um prazo razoável, definido de acordo com o escopo do trabalho, e conforme seu planejamento baseado em riscos.

Art. 13. Os assuntos inerentes à atividade de Auditoria Interna Governamental serão reportados diretamente ao CM, enfatizando as exposições significativas a riscos e as questões referentes ao controle e governança da MB, dentre outros temas considerados relevantes.

Da Autoridade e da Responsabilidade

Art. 14. O CCIMAR tem a responsabilidade de assegurar que os trabalhos de auditoria sejam realizados em observância aos princípios elencados no art. 4º.

Art. 15. Entende-se trabalho de avaliação como a obtenção e a análise de evidências, com o objetivo de fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria. Abrange os seguintes tipos:

I - Auditoria de Acompanhamento da Gestão: destina-se a examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão praticados pelos responsáveis pela administração de valores e bens da MB ou a ela confiados, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial. Implica visita formal dos auditores internos à OM, para análise e avaliação dos atos de gestão praticados pelos seus Agentes Responsáveis, evidenciando aspectos positivos, sugerindo a adoção de boas práticas administrativas e apontando possíveis discrepâncias e irregularidades;

II - Auditoria Operacional ou de Desempenho: visa obter e avaliar evidências a respeito da economicidade, eficiência, eficácia e da efetividade das atividades operacionais de um objeto de auditoria, bem como verificar se os objetivos estabelecidos vêm sendo alcançados. Na MB, a Auditoria Operacional ou de Desempenho envolve o exame e a avaliação de programas e projetos governamentais, de processos e de atividades das OM;

III - Auditoria de Conformidade: objetiva obter e avaliar evidências para verificar se as atividades de um objeto de auditoria selecionado obedecem às condições, regras e aos regulamentos a ele aplicáveis. Na MB, compreende o trabalho de Auditoria Contínua. A Auditoria Contínua consiste em uma técnica de auditoria que realiza testes utilizando bases de dados informatizadas, mediante ferramentas de extração, análise e mineração de dados, com base na avaliação de riscos e controles internos. Efetua avaliação a distância, com agilidade e tempestividade, de um universo de operações realizadas até o momento, por meio de cruzamento de dados oriundos de sistemas estruturantes, em uso na MB, conforme parâmetros pré-definidos.

IV - Auditoria de Avaliação da Gestão: objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas referentes ao exercício financeiro do ano anterior. Os procedimentos específicos para elaboração dos processos de contas e execução das Auditorias de Avaliação da Gestão são definidos anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio de Decisão Normativa; e

V - Auditoria Especial: é conduzida mediante aprovação do CM, para o exame de fatos ou situações relevantes de natureza incomum ou extraordinária, que demonstrem, inicialmente, indícios ou evidências de possível irregularidade ou ilegalidade.

Art. 16. Entende-se trabalho de consultoria como atividade de Auditoria Interna Governamental que consiste em assessoramento, aconselhamento e serviços relacionados, prestados em decorrência de solicitação da Alta Administração Naval, da unidade auditada ou por necessidade identificada pelo CCIMAR, cuja natureza e escopo são acordados previamente e que se destinam a adicionar valor e a aperfeiçoar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e a implementação de controles internos na organização.

§1º Os trabalhos de consultoria devem ser consistentes com os valores, estratégias e objetivos da MB e estar relacionados aos processos de Governança, de Gerenciamento de Riscos e de Controles Internos. Abrange os seguintes tipos:

I - Assessoramento/Aconselhamento: caracteriza-se pela proposição de orientações em resposta a questões formuladas pela Alta Administração Naval;

II - Treinamento: decorre da identificação, pelos auditores ou pelos gestores, de oportunidades ou de necessidades de melhoria em processos de trabalho que podem ser proporcionadas por meio de atividades de capacitação conduzidas pelo CCIMAR; e

III - Facilitação: caracteriza-se pela facilitação de discussões sobre temas relacionados à Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos, tendo por base os conhecimentos adquiridos pelos auditores internos.

§2º Cabe ao CCIMAR estabelecer as técnicas e procedimentos apropriados para a realização dos trabalhos de consultoria que poderão, preferencialmente, estar previstos no Plano de Auditoria Interna (PAINT). O propósito, escopo, prazos, formas de comunicação e monitoramento dos resultados dos trabalhos devem ser acordados previamente entre o CCIMAR, a unidade auditada e a Alta Administração Naval.

Art. 17. O auditor interno tem a responsabilidade de buscar conhecimentos específicos e estar predisposto a identificar potenciais riscos de não-conformidades, bem como verificar se a organização auditada possui controles para tratamento desses riscos. Caso durante os trabalhos de auditoria sejam identificados indícios suficientes de irregularidades, tais fatos deverão ser comunicados aos agentes responsáveis pela organização auditada e ao Comando Imediatamente Superior.

Art. 18. O Sistema de Controle Interno da Marinha do Brasil (SCIMB) alinha-se ao modelo de "Três Linhas de Defesa", o qual deve comunicar, de maneira clara, as responsabilidades de todos os envolvidos, provendo uma atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas, como disposto na IN nº 3, de 09 de junho de 2017, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Parágrafo Único. O CCIMAR atua como "Terceira Linha de Defesa" no contexto da MB e deverá interagir com a "Primeira e a Segunda Linha de Defesa" da gestão, buscando apoiar suas respectivas estruturas, provendo avaliações e fomentando a mentalidade de controle interno na MB.

Art. 19. Na elaboração do PAINT, cabe ao CCIMAR as seguintes atividades:

I - elaborar o PAINT baseado em risco, de forma a garantir que os trabalhos sejam concentrados nos objetos de auditoria com maior exposição a ameaças que possam afetar o alcance dos objetivos estratégicos da MB;

II - apresentar a proposta do PAINT, contendo os recursos necessários ao seu cumprimento, para aprovação do CM;

III - monitorar a execução do PAINT e comunicar periodicamente ao CM sobre o andamento dos trabalhos e as possíveis intercorrências ou situações relevantes ocorridas, que possam impactar o resultado do trabalho; e

IV - monitorar o atendimento das recomendações de Controle Interno emitidas às unidades auditadas, assim como acompanhar as recomendações dos Órgãos de Controle Externo.

Art. 20. As informações sobre a execução do PAINT e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria devem ser apresentados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT). Na elaboração do RAINT, cabe ao CCIMAR prestar as seguintes informações ao CM:

I - quantitativo de trabalhos de auditoria interna realizados, não realizados, não concluídos e realizados sem previsão no PAINT;

II - acompanhamento das recomendações emitidas;

III - descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos, na organização do CCIMAR e na realização das auditorias;

IV - ações de capacitação realizadas;

V - análise consolidada acerca do nível de maturação dos processos de Governança, de Gerenciamento de Risco e de Controles Internos da MB, com base nos trabalhos realizados;

VI - benefícios financeiros e não financeiros decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício; e

VII - análise consolidada dos resultados do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), aplicado no CCIMAR.

Do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade

Art. 21. O CCIMAR deverá instituir e manter um PGMQ, com o objetivo de promover a avaliação e a melhoria contínua dos processos de trabalho, dos produtos emitidos, da eficácia e da eficiência da atividade de auditoria interna governamental.

Art. 22. O PGMQ deve ser implementado por meio de avaliações internas e externas, as quais devem ser devidamente documentadas, a saber:

I - as avaliações internas devem incluir o monitoramento contínuo do desempenho da atividade de auditoria interna e autoavaliações ou avaliações periódicas realizadas por outras organizações com conhecimento suficiente das práticas de auditoria interna governamental; e

II - as avaliações externas devem ocorrer, no mínimo, uma vez a cada cinco anos, e ser conduzidas por avaliador, equipe de avaliação ou outra Unidade de Auditoria Interna Governamental qualificados e independentes ou por meio de autoavaliação, desde que submetida a uma validação externa independente.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 23. O CCIMAR deverá zelar pela manutenção das competências técnicas necessárias para a realização dos trabalhos de auditoria. Deverá ser incluída no PAINT a necessidade de capacitação anual dos auditores internos governamentais, de forma a permitir o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos, de suas habilidades e de outras competências, por meio do desenvolvimento profissional contínuo.

Art 24. Este Estatuto poderá ser revisto a cada dois anos, a contar da data de sua aprovação.

ALEXANDRINO MACHADO NETO
Diretor do Centro de Controle Interno da Marinha

# Ministério do Desenvolvimento Regional

## SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

### PORTARIA Nº 971, DE 19 DE MAIO DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Eldorado dos Carajás - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção II, Edição 223, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Eldorado dos Carajás - PA, no valor de R$ 301.716,00 (trezentos e um mil setecentos e dezesseis reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.006185/2021-36.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

### PORTARIA Nº 972, DE 19 DE MAIO DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Jacareacanga - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção II, Edição 223, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Jacareacanga - PA, no valor de R$ 854.716,80 (oitocentos e cinquenta e quatro mil setecentos e dezesseis reais e oitenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.006287/2021-51.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

**PORTARIA Nº 973, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Novo Progresso - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção II, Edição 223, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Novo Progresso - PA, no valor de R$ 436.274,36 (quatrocentos e trinta e seis mil duzentos e setenta e quatro reais e trinta e seis centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.006219/2021-92.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

**PORTARIA Nº 974, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Cerro Largo - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção II, Edição 223, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Cerro Largo - RS, no valor de R$ 76.953,00 (setenta e seis mil novecentos e cinquenta e três reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.006119/2021-66.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

**PORTARIA Nº 975, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Óbidos - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção II, Edição 223, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Óbidos - PA, no valor de R$ 907.482,00 (novecentos e sete mil quatrocentos e oitenta e dois reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.005982/2021-04.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

## AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

### SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

**ATOS DE 18 DE MAIO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que o DIRETOR DA ÁREA DE REGULAÇÃO, OSCAR CORDEIRO NETTO, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 809 - J.M. DA SILVA CONSULTORIA DE ASSISTENCIA AGROPECUARIA, rio Parnaíba, Município de Nazária/PI, aquicultura.

Nº 810 - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE, Açude Boqueirão de Parelhas, Município de PARELHAS/RN, abastecimento público.

Nº 811 - COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO, Açude Engenheiro Severino Guerra, Município de Belo Jardim/PE, abastecimento público

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

# Ministério da Economia

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

### 1ª SEÇÃO

### 2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

Dia 8 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): AILTON NEVES DA SILVA

1 - Processo nº: 13807.001369/2002-76 - Recorrente: ACI WORLDWIDE (BRASIL) LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13502.720470/2011-45 - Recorrente: NOLANDIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10980.929867/2009-52 - Recorrente: TERRA NOVA EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10980.929179/2009-92 - Recorrente: TERRA NOVA EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10980.919590/2012-55 - Recorrente: KIRTON VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10980.912472/2012-16 - Recorrente: KIRTON VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10580.907350/2012-11 - Recorrente: RAVENALA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10580.907349/2012-96 - Recorrente: RAVENALA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10580.901220/2017-89 - Recorrente: RAVENALA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 8 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): AILTON NEVES DA SILVA

10 - Processo nº: 10530.721017/2016-35 - Recorrente: A C AMAZONAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 13628.720346/2016-78 - Recorrente: ABREU & LIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 13161.723267/2018-13 - Recorrente: CARRANCA COMERCIO DE PEDRAS E MAT DE CONSTRUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL ZEDRAL

13 - Processo nº: 10880.654736/2011-59 - Recorrente: ARGEPLAN ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 11080.730495/2012-11 - Recorrente: COUNTRELLI COMERCIO DE CALCADOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10580.906264/2011-18 - Recorrente: GR6 PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 11080.730493/2012-21 - Recorrente: JBTELLI COMERCIO DE CALCADOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 11065.724598/2012-30 - Recorrente: LAMEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 9 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RAFAEL ZEDRAL

18 - Processo nº: 18470.908553/2011-01 - Recorrente: LIDER RIO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 13005.721692/2013-58 - Recorrente: MARCELO E SONIA KIST COMERCIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10880.917700/2010-19 - Recorrente: NEW WAY COMUNICACAO E MERCHANDISING LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 11080.734067/2012-67 - Recorrente: PROMACO-PROCESSAMENTO E MATERIAIS DE COMPUTACAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 13005.721691/2013-11 - Recorrente: SANTOS & PASSOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 13888.903326/2012-46 - Recorrente: SOLUCAO SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 15983.720415/2011-15 - Recorrente: INSTITUTO EDUCACIONAL JOAQUIM NABUCO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 15983.720414/2011-71 - Recorrente: INSTITUTO EDUCACIONAL JOAQUIM NABUCO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 9 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO

26 - Processo nº: 18186.727009/2018-33 - Recorrente: ACESSO E SOLUCOES EM AUTOMACAO INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10730.723238/2016-91 - Recorrente: AGT POP COMERCIO DE ROUPAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 12539.720052/2018-44 - Recorrente: ALADDIN PRESENTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10830.725282/2015-27 - Recorrente: ASAHARU KIYUNA AQUECEDORES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 13053.720155/2018-20 - Recorrente: BARRETO & OST LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 16587.720047/2019-06 - Recorrente: BRASINHA RESTAURANTE E CHURRASCARIA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10821.720086/2019-07 - Recorrente: CONSOLIDAR SEM BARREIRAS EDUCACAO INCLUSIVA NOS NEGOCIOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 13654.720477/2018-08 - Recorrente: DANIEL EDUARDO CATANZARO LACRETA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 10 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO

34 - Processo nº: 18470.730073/2019-77 - Recorrente: DC MELO PRESTACAO DE SERVICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10640.723299/2015-87 - Recorrente: DENTAL MINEIRA ARTIGOS ODONTOLOGICOS - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 13942.720118/2019-88 - Recorrente: ELETRONICA KADU SOM EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 13052.720100/2018-20 - Recorrente: GUINCHOS ID LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 13063.720361/2018-11 - Recorrente: IMIGRANTE COMERCIO DE ARTIGOS DE DECORACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10880.726189/2015-44 - Recorrente: J.S VICTOR MODAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 13951.720304/2017-46 - Recorrente: M W ENGENHARIA & CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10640.723445/2012-21 - Recorrente: MASSAS AMIGAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 10 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO

42 - Processo nº: 10880.733382/2017-01 - Recorrente: MILLENA BOLSAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 13971.721175/2019-37 - Recorrente: MILTON RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 13746.720381/2018-11 - Recorrente: MSH MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10480.906078/2010-18 - Recorrente: PETROGAL BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10920.721002/2019-26 - Recorrente: RESTAURANTE ARENA GRILL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10134.720811/2019-87 - Recorrente: RONALDO PLANETA LIVROS E PAPELARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 13609.903717/2009-54 - Recorrente: SAYONARA COMERCIO DE PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10680.723589/2014-73 - Recorrente: STG SERVICOS TECNICOS EM GUINDASTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 19985.724535/2016-37 - Recorrente: VERTICAL COMERCIO DE CONFECCOES - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

AILTON NEVES DA SILVA
Presidente da Turma

## 3ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

Dia 8 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): BARBARA SANTOS GUEDES

1 - Processo nº: 10384.901359/2011-53 - Recorrente: ORTOCLINICA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA S/C e Interessado: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13896.900338/2011-39 - Recorrente: ABS - ADVANCED BUSINESS SOLUTIONS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 12719.720732/2019-21 - Recorrente: FRANCIELE CRISTINA NERES GAZZONI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 13766.721397/2012-17 - Recorrente: ENCOPEL COMERCIO DE EMBALAGENS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 13811.721123/2013-16 - Recorrente: PANIFICADORA JOIA DO MUTINGA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 11080.742760/2019-80 - Recorrente: J P CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 12719.721069/2019-81 - Recorrente: ZANETE BACK LANCHONETE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 18186.722149/2018-15 - Recorrente: TEAM EVENTOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 13896.902053/2010-51 - Recorrente: ABS - ADVANCED BUSINESS SOLUTIONS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 12448.930667/2012-19 - Recorrente: BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10384.901358/2011-17 - Recorrente: ORTOCLINICA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA S/C e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 8 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): BARBARA SANTOS GUEDES

12 - Processo nº: 11080.922362/2011-98 - Recorrente: UNIMED CENTRO SUL SOCIEDADE COOP DE TRAB MEDICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10880.900400/2011-73 - Recorrente: ARQUITRAMA FEIRAS E EXPOSICOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 13896.902052/2010-15 - Recorrente: ABS - ADVANCED BUSINESS SOLUTIONS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10880.940940/2010-17 - Recorrente: 7COMM INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 18470.900414/2010-40 - Recorrente: ARTPLAN COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 18470.903210/2012-22 - Recorrente: ARTPLAN COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10880.900493/2010-55 - Recorrente: TAQUARI PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10865.903485/2012-11 - Recorrente: COPPERFIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 13896.902051/2010-62 - Recorrente: ABS - ADVANCED BUSINESS SOLUTIONS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10855.900934/2009-92 - Recorrente: NIPRO MEDICAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10855.900095/2009-11 - Recorrente: NIPRO MEDICAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 9 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MAURITANIA ELVIRA DE SOUSA MENDONCA

23 - Processo nº: 10983.904079/2017-33 - Recorrente: ANJO QUIMICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10380.000641/00-18 - Recorrente: COIGRA CONSTRUTORA E IMOBILIARIA GENTIL ROCHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10980.721729/2010-61 - Recorrente: DENTAL UNI - COOPERATIVA ODONTOLOGICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10980.901316/2006-81 - Recorrente: DYNEA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10920.001181/2008-29 - Recorrente: GABRIELA REFOSCO RAMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10680.931688/2009-60 - Recorrente: HIDROMIG LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10630.900534/2013-06 - Recorrente: INDUSTRIAS TUDOR M. G. DE BATERIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10980.901039/2011-74 - Recorrente: IVAI ENGENHARIA DE OBRAS SOCIEDADE ANONIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10980.929202/2009-49 - Recorrente: IVAI ENGENHARIA DE OBRAS SOCIEDADE ANONIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 11080.910888/2012-14 - Recorrente: SALCOM TELECOMUNICACOES E TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 9 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MAURITANIA ELVIRA DE SOUSA MENDONCA

33 - Processo nº: 10380.901984/2010-54 - Recorrente: SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10380.902616/2012-95 - Recorrente: SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10380.908424/2012-92 - Recorrente: SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10380.914196/2011-17 - Recorrente: SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10875.903131/2016-81 - Recorrente: SK FABRICACAO E COMERCIO DE PRODUTOS DE PAPEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10830.903843/2010-21 - Recorrente: SUPERMERCADO PISTONI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARMEN FERREIRA SARAIVA

39 - Processo nº: 10540.723080/2018-59 - Recorrente: CAIXA ESCOLAR DA CRECHE ESCOLA LAR DA CRIANCA MEIMEI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 13839.000717/2010-21 - Recorrente: FIPAVA TELECOMUNICACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 13984.901021/2010-40 - Recorrente: GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 13839.003423/2010-51 - Recorrente: METALURGICA FAVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 10 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CARMEN FERREIRA SARAIVA

43 - Processo nº: 15211.720088/2018-17 - Recorrente: MUNICIPIO DE SANTA EFIGENIA DE MINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 15211.720089/2018-53 - Recorrente: MUNICIPIO DE SANTA EFIGENIA DE MINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 15211.720090/2018-88 - Recorrente: MUNICIPIO DE SANTA EFIGENIA DE MINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 15211.720091/2018-22 - Recorrente: MUNICIPIO DE SANTA EFIGENIA DE MINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 15211.720092/2018-77 - Recorrente: MUNICIPIO DE SANTA EFIGENIA DE MINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 15211.720093/2018-11 - Recorrente: MUNICIPIO DE SANTA EFIGENIA DE MINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 15211.720094/2018-66 - Recorrente: MUNICIPIO DE SANTA EFIGENIA DE MINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 15211.720105/2018-16 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO JACURI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 15211.720106/2018-52 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO JACURI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 15211.720109/2018-96 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO JACURI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 15211.720110/2018-11 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO JACURI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 15211.720111/2018-65 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO JACURI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 15211.720112/2018-18 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO JACURI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 10 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CARMEN FERREIRA SARAIVA

56 - Processo nº: 12448.907355/2013-84 - Recorrente: PCHPAR - PCH PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 11080.917007/2011-05 - Recorrente: PETROQUIMICA TRIUNFO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 13984.900890/2010-57 - Recorrente: PONTO CERTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 13896.906648/2011-67 - Recorrente: PRIME INFORMATICA ALPHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 13896.912082/2012-93 - Recorrente: PRIME INFORMATICA ALPHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10665.901155/2015-90 - Recorrente: RENOVADORA SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10880.915682/2012-94 - Recorrente: SANTANA COMERCIO DE PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10768.013057/90-07 - Recorrente: SAO JORGE ASSESSORIA E PARTICIPACOES S C LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10880.686013/2009-02 - Recorrente: TEMON TECNICA DE MONTAGENS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10735.907873/2011-75 - Recorrente: TRIARQ CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10735.907874/2011-10 - Recorrente: TRIARQ CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARMEN FERREIRA SARAIVA
Presidente da Turma

## 4ª CÂMARA
## 1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

Dia 8 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

1 - Processo nº: 13984.722088/2019-58 - Recorrente: SIERRA LAGES HOTEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13748.720397/2019-86 - Recorrente: H C ACADEMIA DE GINASTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 13005.724884/2019-10 - Recorrente: IVANA GOMES DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 11516.723716/2018-22 - Recorrente: DISTRIBUIDORA BRONZE EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10880.951714/2010-53 - Recorrente: HAGANA SEGURANCA LIMITADA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10880.927777/2010-99 - Recorrente: HAGANA SEGURANCA LIMITADA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10880.927776/2010-44 - Recorrente: HAGANA SEGURANCA LIMITADA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10880.927775/2010-08 - Recorrente: HAGANA SEGURANCA LIMITADA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10880.927774/2010-55 - Recorrente: HAGANA SEGURANCA LIMITADA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10880.927773/2010-19 - Recorrente: HAGANA SEGURANCA LIMITADA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 8 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

11 - Processo nº: 10880.940964/2010-68 - Recorrente: MEGBENS ADMINISTRACAO DE BENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10880.903052/2011-96 - Recorrente: MEGBENS ADMINISTRACAO DE BENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10783.901097/2010-43 - Recorrente: SPASSU TECNOLOGIA E SERVICOS S. A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10540.723125/2018-95 - Recorrente: CAIXA ESCOLAR DA ESCOLAR MUNICIPAL CONQUISTA CRIANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10540.723123/2018-04 - Recorrente: CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL CASSIANO DOS SANTOS SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): SERGIO ABELSON

16 - Processo nº: 10880.959663/2012-70 - Recorrente: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 12448.926624/2012-21 - Recorrente: STX DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10680.903069/2011-08 - Recorrente: ELETRONET MATERIAIS ELETRICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10680.903068/2011-55 - Recorrente: ELETRONET MATERIAIS ELETRICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 9 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): SERGIO ABELSON

20 - Processo nº: 10120.900997/2015-81 - Recorrente: BOM SUCESSO AGROINDUSTRIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10875.907959/2012-84 - Recorrente: GUARULHOS COMERCIO DE SUCATAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 13116.720345/2013-51 - Recorrente: JK - PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 16624.001898/2010-16 - Recorrente: DOMINIUM MATERIAIS HIDRAULICOS E FERRAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 11080.739753/2018-10 - Recorrente: PRODASEG - SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 13338.720043/2019-63 - Recorrente: CERAMICA ALCOBACA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 15504.722323/2018-91 - Recorrente: BREAD INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 13768.000032/2010-65 - Recorrente: SIMOES MELO TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 9 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DAYAN DA LUZ BARROS

28 - Processo nº: 10242.000142/00-70 - Recorrente: SIMONETTO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 16327.903083/2009-94 - Recorrente: BANESTADO CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10880.923827/2010-69 - Recorrente: SASTE COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 13884.901870/2010-21 - Recorrente: P & J SISTEMAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10880.928619/2010-56 - Recorrente: J.N.S. ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 11065.902910/2011-51 - Recorrente: CALCADOS BOTTERO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10855.906015/2011-47 - Recorrente: FACTOR BANK DO BRASIL FOMENTO COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10880.973384/2011-38 - Recorrente: ARREPAR PARTICIPACOES S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10880.995076/2011-63 - Recorrente: LIFE COMISSARIA DE DESPACHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 13629.902372/2011-06 - Recorrente: RODOVIARIO JOB LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 10 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DAYAN DA LUZ BARROS

38 - Processo nº: 10880.995074/2011-74 - Recorrente: LIFE COMISSARIA DE DESPACHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10880.995075/2011-19 - Recorrente: LIFE COMISSARIA DE DESPACHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10675.900925/2012-15 - Recorrente: KYROS CONSULTORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 11020.902812/2012-11 - Recorrente: STEELINJECT - INJECAO DE ACOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10680.910944/2012-81 - Recorrente: H H PICCHIONI S A CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10680.910569/2012-79 - Recorrente: H H PICCHIONI S A CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10293.900198/2012-81 - Recorrente: UNIAO EDUCACIONAL DO NORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10293.900196/2012-91 - Recorrente: UNIAO EDUCACIONAL DO NORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10293.900197/2012-36 - Recorrente: UNIAO EDUCACIONAL DO NORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 10 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DAYAN DA LUZ BARROS

47 - Processo nº: 16682.903461/2012-96 - Recorrente: CNO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 16682.904673/2012-91 - Recorrente: CNO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10880.977675/2012-86 - Recorrente: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10880.996874/2012-93 - Recorrente: DIAGEO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 11030.905184/2016-31 - Recorrente: LONGO SERVICOS DIVERSOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10935.722360/2019-97 - Recorrente: S. D. W. SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

SERGIO ABELSON
Presidente da Turma

## PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

**PORTARIA PGFN Nº 5.963, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Delega ou subdelega competências do Procurador-Geral da Fazenda Nacional relativas a manifestações jurídicas e dispõe sobre a tramitação de processos administrativos cujo objeto é a atuação consultivo-jurídica.

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 179 do Anexo I do Decreto n° 9.745, de 8 de abril de 2019 e o inciso XVIII do art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda n° 36, de 24 de janeiro de 2014,resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° Esta Portaria dispõe sobre:

I - a delegação ou subdelegação de competências do Procurador-Geral da Fazenda Nacional relativas a manifestações jurídicas e demais atos de cunho finalístico-jurídico; e

II - a tramitação de processos administrativos cujo objeto é a atuação consultivo-jurídica do Órgão Central da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

CAPÍTULO II

DAS DELEGAÇÕES

Art. 2° Fica delegada ao Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional a competência para:

I - aprovar manifestação jurídica, em última instância, com que esteja de acordo o Procurador-Geral Adjunto de Consultoria de Pessoal, Normas e Patrimônio, em atos que devam ser submetidos à assinatura do Ministro de Estado da Economia, exceto em casos de sanção e veto;

II - aprovar manifestação jurídica, em última instância, com que esteja de acordo o Procurador-Geral Adjunto de Consultoria de Produtividade, Competitividade e Comércio Exterior, referente a resoluções do Comitê Executivo de Gestão da CAMEX - GECEX/CAMEX;

III - promover a convocação da assembleia geral de acionistas de que trata o art. 9º, III, do Decreto nº 89.309, de 18 de janeiro de 1984, o art. 21, §1º, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, ou o art. 3º do Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018; e

IV - subdelegar a atribuição de alienar ações da União depositadas no Programa Nacional de Desestatização.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que a excepcional relevância da matéria assim o recomende, serão submetidas à apreciação do Procurador-Geral da Fazenda Nacional as manifestações jurídicas previstas no presente artigo.

Art. 3° Fica delegada ao Procurador-Geral Adjunto de Consultoria de Contratos e Disciplina a competência para aprovar, em última instância, manifestação jurídica expedida por unidades a ele tecnicamente vinculadas em atos que devam ser submetidos à assinatura do Ministro de Estado da Economia.

Art. 4° Fica delegada ao Procurador-Geral Adjunto de Consultoria Fiscal, Financeira, Societária e Econômico-Orçamentária a competência para aprovar, em última instância, manifestação jurídica referente a resoluções do Conselho Monetário Nacional.

Art. 5° Fica delegada ao Procurador-Geral Adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS a competência para assinar os Convênios previstos no art. 41, §3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

Art. 6° Fica delegada aos Procuradores-Gerais Adjuntos a competência para aprovar, em última instância, as manifestações jurídicas acerca de decisões de recursos administrativos interpostos em face de ato de Secretários Especiais.

CAPÍTULO III

DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DA ATIVIDADE DE CONSULTORIA JURÍDICA

Art. 7º Compete aos Procuradores-Gerais Adjuntos aprovar manifestação jurídica, em última instância, a respeito de consultas e atos, inclusive normativos, a serem editados pelo Secretário-Executivo, pelos Secretários Especiais e autoridades de nível hierárquico inferior.

§1º Nas situações indicadas no caput, quando houver necessidade de manifestação de mais de uma área da PGFN, o processo será encaminhado ao seu destino pelo Gabinete do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, que fará consolidação simples dessas manifestações, por intermédio de Despacho de Consolidação, salvo quando se tratar de expedientes com prazo judicial em curso.

§2º Na hipótese do parágrafo anterior, tratando-se de expediente com prazo judicial em curso, cada Procuradoria-Geral Adjunta deve remeter a sua análise diretamente ao destinatário, sendo desnecessária a consolidação das manifestações pelo Gabinete do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

§3º Nas hipóteses em que a excepcional relevância da matéria assim o recomende, serão submetidas pelos Procuradores-Gerais Adjuntos à apreciação do Procurador-Geral da Fazenda Nacional as manifestações jurídicas previstas no caput, seguindo-se a elaboração da respectiva Nota de Consolidação caso tenha havido a manifestação de mais de uma área.

Art. 8º Quando uma Procuradoria-Geral Adjunta ou Coordenação-Geral identificar a necessidade de manifestação de outra área da PGFN em determinada matéria, o processo será encaminhado, conforme o caso, diretamente à unidade jurídica competente, por meio de despacho ou envio eletrônico do processo, mediante tratativas previamente realizadas.

§1º O mesmo procedimento previsto no caput será adotado caso a Procuradoria-Geral Adjunta ou Coordenação-Geral verifique a necessidade de manifestação de alguma Secretaria Especial.

§2º Quando a Procuradoria-Geral Adjunta não se considerar competente e verificar, mediante tratativas prévias, que outra ou outras áreas também não se consideram competentes, deverá procurar dirimir o conflito perante o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, de forma a não se incluir nos autos, antes de finalizado o encaminhamento da questão, manifestações de mera ausência de competência.

§3º Caracterizado, por qualquer meio, conflito positivo de competência sobre o mesmo tópico, as Procuradorias-Gerais Adjuntas envolvidas deverão adotar o mesmo procedimento do §2º no que cabível.

Art. 9º Serão encaminhadas pelas Procuradorias-Gerais Adjuntas diretamente à Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro de Estado da Economia, via Nota Informativa, as respostas às solicitações de avaliação preliminar da PGFN em relação a propostas de ato normativo em tramitação no Congresso Nacional.

Parágrafo Único. A Nota Informativa, documento que veicula orientação jurídica de caráter preliminar e sumário, deverá conter informação sobre essa condição e de que não vincula manifestações futuras.

Art. 10. As conclusões da manifestação jurídica produzida deverão ser claras, objetivas e apresentadas ao final da respectiva peça, sendo vedada a adoção de cláusulas genéricas de remissão a ressalvas ou apontamentos lançados na fundamentação, sem a adequada especificação do item a que se referem.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. As delegações e subdelegações previstas nesta Portaria ficam afastadas quando se tratar de matéria cuja relevância assim o recomende.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 13. Fica revogada a Portaria PGFN n° 9.446, de 7 de abril de 2020.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor em 01 de junho de 2021.

RICARDO SORIANO DE ALENCAR

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

### CIRCULAR Nº 33, DE 19 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, considerando o estabelecido no Art. 2º da Resolução CAMEX nº 82, de 17 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 18 de outubro de 2017, que homologou compromisso de preços, nos termos constantes dos Anexos I e II da Resolução nº 82, de 2017, para amparar as importações brasileiras de ácido cítrico, citrato de sódio, citrato de potássio, citrato de cálcio e suas misturas, comumente classificados nos itens 2918.14.00 e 2918.15.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, fabricado pelas empresas COFCO Biochemical (Anhui), COFCO Biochemical (Maanshan) Co. Ltd. e RZBC (Juxian) Co. Ltd. e exportado para o Brasil diretamente ou via trading company RZBC Import & Export., torna público que:

1. De acordo com o item C do Anexo I e com o item 3 do Anexo II da Resolução CAMEX nº 82, de 2017, os preços de exportação CIF serão corrigidos trimestralmente com base na variação da média do preço do açúcar nº 11 na Bolsa de Futuros de Nova Iorque (ICE), do trimestre imediatamente posterior ao último ajuste em relação ao trimestre imediatamente anterior ao referido ajuste, conforme fórmula de ajuste constante nos itens supracitados.

2. Sendo assim, o ajuste aplicado em maio de 2021 foi determinado pela variação da média de preços do açúcar do trimestre fevereiro-março-abril/2021, que alcançou 15,68 US$ cents/lb (quinze centavos de dólares estadunidenses e sessenta e oito décimos por libra peso), em relação à média de preços do trimestre novembro-dezembro/2020 e janeiro/2021, que chegou a 13,86 US$ cents/lb (treze centavos de dólares estadunidenses e oitenta e seis décimos por libra peso).

3. Observada a fórmula de ajuste, chegou-se a um fator de correção de 1,05260073, aplicado sobre o preço dos compromissos de preços firmados.

4. Dessa maneira, deverão ser observados preços CIF não inferiores a US$ 1.171,26/t (mil, cento e setenta e um dólares estadunidenses e vinte e seis centavos por tonelada) para mercadorias desembaraçadas ao amparo do compromisso.

5. Esta Circular entra em vigor em um prazo de 10 (dez) dias a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCAS FERRAZ

### CIRCULAR Nº 34, DE 19 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999, e tendo em vista o que consta do Processo SEI/ME 19972.100766/2021-67 e da Nota Técnica nº 24/2021/CGIP/SDCOM/SECEX, de 17 de maio de 2021, elaborada pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público - SDCOM desta Secretaria, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração interposto pela Associação Brasileira do Alumínio (ABAL), objeto do processo SEI/ME 19972.100766/2021-67, em face da Circular SECEX nº 25, de 12 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2021, que decidiu pelo não início de avaliação de interesse público em relação ao direito antidumping em vigor aplicado sobre as importações brasileiras de magnésio metálico, comumente classificadas nos subitens 8104.11.00 e 8104.19.00 da NCM, originários da China.

Art. 2º Encaminhar o pleito da ABAL, na forma de recurso administrativo, à autoridade superior, nos termos do parágrafo 1º do artigo 56 da Lei no 9.784, de 29 janeiro de 1999.

LUCAS FERRAZ

## SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

## SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

### PORTARIA SPU/ME Nº 5.237, DE 6 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo art. 1º, inciso I, e art. 3º- A da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e considerando a deliberação do Comitê Central de Alienação de Imóveis da União - CCA, criado pela Portaria ME nº 55, de 2 de julho de 2019, constante de Ata de Reunião (SEI 15694928), realizada em 12 de maio de 2021, que faz parte do Processo Administrativo SEI nº 10154.143034/2019-14, resolve:

Art. 1º Autorizar as Superintendências do Patrimônio da União em São Paulo e Rio de Janeiro a realizar os procedimentos para alienação onerosa dos bens a seguir discriminados, mediante venda, precedida de licitação, na modalidade concorrência pública eletrônica, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e nas demais normas aplicáveis.

| UF | Município | Logradouro | Matrícula | Cartório | Descrição | Metragem |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RJ | Rio de Janeiro | Rua Prudente de Morais, 1440/1001 | 116.916 | 5º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro | Apartamento | 168,00 m² |
| SP | São Paulo | Rua Engenheiro Guimarães Valadão, nº 46, Cidade Jardim | 42.150 - Livro 2 | 18 Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo | Terreno e Benfeitoria | Área Terreno: 500,25 m² Área Construída: 419,00 m² |

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BAPTISTA DE SOUZA E SÁ NETO

## SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

### PORTARIA Nº 5.807, DE 14 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SERGIPE, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 15, Inciso VI, da Portaria SPU n° 83 de 28 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 03/09/2019, e tendo em vista o disposto no Art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo Art. 33 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, assim como os elementos que integram o processo nº 04906.000414/2019-12, resolve:

Art. 1º - Autorizar o MUNICÍPIO DE PIRAMBU/SE, CNPJ **.*95.039/0001-**, com sede administrativa localizada na Rua Genivaldo Moura da Silva. Nº 85 - Centro - Pirambu/SE, a executar as obras de Reforma e Revitalização da Orla - Trecho 4, localizado na Rua Maria Alaíde Oliveira, Centro, Zona Urbana do município de Pirambu/SE, abrangendo uma área de 1.204,86 m², com Coordenadas Geográficas UTM WGS 84 24S : 8.812.007,50m N e 735.069,22m E , de acordo com o projeto aprovado no Programa de Apoio a Infraestrutura Turística do Ministério do Turismo, conforme Contrato de Repasse nº 1056477-35/2016 871853/2018/MTUR/CAIXA realizado entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Pirambu.

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º consistem na execução dos serviços de Reforma/Revitalização da da Orla - Trecho 4 do município de Pirambu, composto de: construção de um passeio em concreto, com ciclovia e equipamentos urbanos, pequena estrutura de contenção, bem como a urbanização local com o plantio de arvores e arbustos.

Art. 3º - É fixado o prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação deste ato, para que O MUNICÍPIO DE PIRAMBU inicie as obras referidas nos Art. 1º e 2º, e de 3 (três) anos para a conclusão das mesmas, podendo, a juízo e critério do mérito de conveniência desta Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, ser prorrogado por igual e único período.

Art. 4º -As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso e ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes, aprovações de projetos, pagamentos de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra;

Art. 5º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente, em especial os artigos 7º, 8º e 9º da Lei 12.651 de 2012 que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por esta legislação;

Art. 6º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 7º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a fixação de uma placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União, na forma da Portaria nº (citar número e data desta Portaria).

Art. 8º - Responderá o MUNICÍPIO DE PIRAMBU, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria;

Art. 9º - A Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo;

Art. 10 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NIELSON TÔRRES NEVES DE CARVALHO

## SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

### PORTARIA FAZENDA/ME Nº 5.933, DE 18 DE MAIO DE 2021

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 221.093.401.241,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE FAZENDA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020, alterada pela Portaria ME nº 2.158, de 24 de fevereiro de 2021, e tendo em vista as autorizações constantes no art. 4º, caput, inciso VI, alínea "a", da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, e no inciso I do § 3º do art. 23 e no § 2º do art. 44, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 221.093.401.241,00 (duzentos e vinte e um bilhões, noventa e três milhões, quatrocentos e um mil, duzentos e quarenta e um reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO FUNCHAL

ANEXOS

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 81.794.899 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 79.374.999 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 79.374.999 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 79.374.999 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.419.900 |
| 04 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 2.419.900 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.419.900 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 81.794.899 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 81.794.899 |

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 154.028.228 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 106.030.659 |
| 06 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 106.030.659 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 106.030.659 |
| 06 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 4.182.144 |
| 06 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 2.603.348 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.603.348 |
| 06 301 | 0032 212B 5664 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF | | | | | | | 1.578.796 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.578.796 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 43.815.425 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 43.815.425 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 43.815.425 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 110.212.803 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 43.815.425 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 154.028.228 |

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 3.639.697 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 3.611.355 |
| 04 122 | 0032 20TP 5664 | Ativos Civis da União - Em Brasília - DF | | | | | | | 3.611.355 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.611.355 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 28.342 |
| 04 301 | 0032 212B 5664 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF | | | | | | | 28.342 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 28.342 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.639.697 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.639.697 |

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20927 - Fundo de Imprensa Nacional
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 16.107.756 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 8.058.311 |
| 04 122 | 0032 20TP 5664 | Ativos Civis da União - Em Brasília - DF | | | | | | | 8.058.311 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.058.311 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 287.907 |
| 04 301 | 0032 212B 5664 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF | | | | | | | 287.907 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 287.907 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.761.538 |
| 09 272 | 0032 0181 5664 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF | | | | | | | 7.761.538 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.761.538 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.346.218 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.761.538 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 16.107.756 |

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 799.918.551 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 433.191.513 |
| 20 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 433.191.513 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 433.191.513 |
| 20 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 17.074.380 |
| 20 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 14.609.899 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.609.899 |
| 20 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 2.464.481 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.464.481 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 349.652.658 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 349.652.658 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 349.652.658 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 450.265.893 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 349.652.658 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 799.918.551 |

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 7.426.291 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 7.167.832 |
| 18 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 7.167.832 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.167.832 |
| 18 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 258.459 |
| 18 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 258.459 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 258.459 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.426.291 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.426.291 |

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 108.983.287 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 108.983.287 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 108.983.287 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 108.983.287 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 221.088.729 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 221.088.729 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 221.088.729 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 26.320.366 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 194.768.363 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 221.088.729 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 108.983.287 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 330.072.016 |

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.081.042.772 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.057.096.735 |
| 20 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.057.096.735 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.057.096.735 |
| 20 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 23.946.037 |
| 20 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 23.946.037 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 23.946.037 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.081.042.772 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.081.042.772 |

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 290.329.063 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 276.950.724 |
| 20 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 276.950.724 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 276.950.724 |
| 20 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 13.378.339 |
| 20 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 13.378.339 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 13.378.339 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 290.329.063 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 290.329.063 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 302.926.394 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 129.514.892 |
| 19 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 129.514.892 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 129.514.892 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 4.098.463 |
| 19 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 4.098.463 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.098.463 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 169.313.039 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 169.313.039 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 169.313.039 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 133.613.355 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 169.313.039 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 302.926.394 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 44.125.947 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 21.910.380 |
| 19 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 21.910.380 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.910.380 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 675.986 |
| 19 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 675.986 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 675.986 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 21.539.581 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 21.539.581 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.539.581 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 218.264 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 218.264 |
| 28 846 | 0901 0005 0053 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal | | | | | | | 218.264 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 218.264 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 22.804.630 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 21.539.581 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 44.344.211 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 179.451.257 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 120.087.228 |
| 19 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 120.087.228 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 120.087.228 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.864.342 |
| 19 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.864.342 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.864.342 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 56.499.687 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 56.499.687 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 56.499.687 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 21.717.421 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 21.717.421 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 21.717.421 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.053.394 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 664.027 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 144.668.991 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 56.499.687 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 201.168.678 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 4.138.430 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 4.040.576 |
| 19 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 4.040.576 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.040.576 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 97.854 |
| 19 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 97.854 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 97.854 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.138.430 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.138.430 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 15.777.536 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 15.775.250 |
| 19 122 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 15.775.250 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.775.250 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.286 |
| 19 301 | 0032 212B 0043 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 2.286 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.286 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.777.536 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.777.536 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25101 - Ministério da Economia - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.164.144.609 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.346.592.181 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.346.592.181 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.346.592.181 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 817.552.428 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 817.552.428 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 817.552.428 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.346.592.181 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 817.552.428 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.164.144.609 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.146.916.558 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.146.916.558 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.146.916.558 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.146.916.558 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.146.916.558 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.146.916.558 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 97.668 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 97.668 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 97.668 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 97.668 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 97.668 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 97.668 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 713.243.686 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 404.347.233 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 404.347.233 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 404.347.233 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 8.976.862 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 8.976.862 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.976.862 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 299.919.591 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 299.919.591 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 299.919.591 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 35.175.223 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 35.175.223 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 35.175.223 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 17.885.060 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 17.290.163 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 448.499.318 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 299.919.591 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 748.418.909 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 11.835.226 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.835.226 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 11.835.226 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.835.226 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 193.449 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 193.449 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 193.449 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 193.449 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 193.449 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.835.226 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.028.675 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 363.336 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 363.336 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 363.336 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 363.336 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 363.336 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 363.336 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 14.272.422 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 14.272.422 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 14.272.422 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.272.422 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 1.259.685 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 1.259.685 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.259.685 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.259.685 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.259.685 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 14.272.422 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.532.107 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25296 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 65.082.414 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 47.384.531 |
| 22 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 47.384.531 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 47.384.531 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 17.697.883 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 17.697.883 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 17.697.883 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 5.134.844 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 5.134.844 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 5.134.844 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.423.070 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 711.774 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 52.519.375 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 17.697.883 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 70.217.258 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25297 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 15.925.077 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 15.925.077 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 15.925.077 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.925.077 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 13.026.019 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 13.026.019 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 13.026.019 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 738.310 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 12.287.709 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 13.026.019 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 15.925.077 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 28.951.096 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25298 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 6.653.423 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.653.423 |
| 09 272 | 0032 0181 0010 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Norte | | | | | | | 6.653.423 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.653.423 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 906.800.081 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 906.800.081 |
| 28 846 | 0901 0005 0010 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Norte | | | | | | | 906.800.081 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.772.542 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 898.027.539 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 906.800.081 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.653.423 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 913.453.504 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25299 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 19.600.556 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 11 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 12.389.604 |
| 11 122 | 0032 20TP 0035 | Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 12.389.604 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 12.389.604 |
| 11 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 323.077 |
| 11 301 | 0032 212B 0035 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | | | | | 323.077 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 323.077 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.887.875 |
| 09 272 | 0032 0181 0035 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 6.887.875 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.887.875 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 179.408 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 179.408 |
| 28 846 | 0901 0005 0035 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo | | | | | | | 179.408 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 179.408 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.892.089 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.887.875 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.779.964 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25300 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 71.948.739 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 36.222.101 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 36.222.101 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 36.222.101 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 545.151 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 545.151 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 545.151 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 35.181.487 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 35.181.487 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 35.181.487 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 154.753 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 154.753 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 154.753 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 154.753 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 36.922.005 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 35.181.487 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 72.103.492 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25301 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 493.837.993 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 273.271.248 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 273.271.248 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 273.271.248 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 15.370.338 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 15.370.338 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.370.338 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 205.196.407 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 205.196.407 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 205.196.407 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 48.816.488 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 48.816.488 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 48.816.488 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 45.746.866 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.069.622 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 337.458.074 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 205.196.407 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 542.654.481 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25302 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 12.913.547 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 11.266.872 |
| 04 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 11.266.872 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.266.872 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 367.109 |
| 04 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 367.109 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 367.109 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.279.566 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 1.279.566 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.279.566 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 68.452 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 68.452 |
| 28 846 | 0901 0005 0053 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal | | | | | | | 68.452 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 68.452 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.702.433 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.279.566 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.981.999 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25303 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 982.714.035 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 982.714.035 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 982.714.035 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 982.714.035 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 1.502.249.656 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 1.502.249.656 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 1.502.249.656 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.235.627.314 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 266.622.342 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.484.963.691 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.484.963.691 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25917 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 74.577.031 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 74.577.031 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 74.577.031 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 74.577.031 |
| | 2214 | Nova Previdência | | | | | | | 124.635.024.718 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 271 | 2214 0E81 | Benefícios Previdenciários Urbanos | | | | | | | 97.837.023.439 |
| 09 271 | 2214 0E81 0001 | Benefícios Previdenciários Urbanos - Nacional | | | | | | | 97.837.023.439 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 31.537.578.753 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 817.628.486 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 14.284.880.709 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 300 | 6.848.805.413 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 351 | 18.714.552.179 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 353 | 7.889.531.456 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 388 | 17.744.046.443 |
| 09 271 | 2214 0E82 | Benefícios Previdenciários Rurais | | | | | | | 26.798.001.279 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 271 | 2214 0E82 0001 | Benefícios Previdenciários Rurais - Nacional | | | | | | | | 26.798.001.279 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 154 | | 12.653.666.558 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 180 | | 67.208.633 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 186 | | 357.864.882 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 353 | | 4.625.586.984 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 354 | | 6.371.550.114 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 363 | | 37.365.285 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 380 | | 98.982.894 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 386 | | 2.585.775.929 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 124.709.601.749 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 124.709.601.749 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 127.166.219 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 91.048.024 |
| 12 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 91.048.024 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 91.048.024 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 36.118.195 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 36.118.195 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 36.118.195 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 91.048.024 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 36.118.195 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 127.166.219 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 26.039.974 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 368 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 16.491.049 |
| 12 368 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 16.491.049 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 16.491.049 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 9.548.925 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 9.548.925 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 9.548.925 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 16.491.049 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 9.548.925 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 26.039.974 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 15.921.786 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 368 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 9.796.463 |
| 12 368 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 9.796.463 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 9.796.463 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.125.323 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 6.125.323 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.125.323 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.796.463 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.125.323 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.921.786 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 139.495.768 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 368 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 90.942.031 |
| 12 368 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 90.942.031 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 90.942.031 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 48.553.737 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 48.553.737 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 48.553.737 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 90.942.031 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 48.553.737 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 139.495.768 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 44.750.638 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 44.242.172 |
| 12 364 | 0032 20TP 0020 | Ativos Civis da União - Na Região Nordeste | | | | | | | 44.242.172 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 44.242.172 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 508.466 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 272 | 0032 0181 0020 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste | | | | | | | | 508.466 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 508.466 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 44.242.172 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 508.466 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 44.750.638 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 181.441.675 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 141.701.643 |
| 12 364 | 0032 20TP 0027 | Ativos Civis da União - No Estado de Alagoas | | | | | | | 141.701.643 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 141.701.643 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 39.740.032 |
| 09 272 | 0032 0181 0027 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas | | | | | | | 39.740.032 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 39.740.032 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 141.701.643 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 39.740.032 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 181.441.675 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 345.454.848 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 239.982.205 |
| 12 364 | 0032 20TP 0029 | Ativos Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 239.982.205 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 239.982.205 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 105.472.643 |
| 09 272 | 0032 0181 0029 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 105.472.643 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 105.472.643 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 239.982.205 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 105.472.643 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 345.454.848 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 298.940.427 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 215.622.032 |
| 12 364 | 0032 20TP 0023 | Ativos Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 215.622.032 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 215.622.032 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 83.318.395 |
| 09 272 | 0032 0181 0023 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 83.318.395 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 83.318.395 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 215.622.032 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 83.318.395 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 298.940.427 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 208.441.862 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 160.428.485 |
| 12 364 | 0032 20TP 0032 | Ativos Civis da União - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 160.428.485 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 160.428.485 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 48.013.377 |
| 09 272 | 0032 0181 0032 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 48.013.377 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 48.013.377 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 160.428.485 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 48.013.377 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 208.441.862 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 330.814.377 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 265.129.506 |
| 12 364 | 0032 20TP 0052 | Ativos Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 265.129.506 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 265.129.506 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 65.684.871 |
| 09 272 | 0032 0181 0052 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 65.684.871 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 65.684.871 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 265.129.506 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 65.684.871 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 330.814.377 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | R P | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 435.240.459 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 301.811.809 |
| 12 364 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 301.811.809 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 301.811.809 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 133.428.650 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 133.428.650 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 133.428.650 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 301.811.809 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 133.428.650 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 435.240.459 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | R P | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 190.897.997 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 152.740.630 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 152.740.630 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 152.740.630 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 38.157.367 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 38.157.367 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 38.157.367 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 152.740.630 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 38.157.367 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 190.897.997 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | R P | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 437.218.751 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 305.759.822 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 305.759.822 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 305.759.822 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 131.458.929 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 131.458.929 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 131.458.929 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 305.759.822 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 131.458.929 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 437.218.751 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | R P | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 302.132.691 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 238.390.491 |
| 12 364 | 0032 20TP 0015 | Ativos Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 238.390.491 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 238.390.491 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 63.742.200 |
| 09 272 | 0032 0181 0015 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 63.742.200 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 63.742.200 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 238.390.491 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 63.742.200 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 302.132.691 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | R P | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 366.919.285 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 264.621.314 |
| 12 364 | 0032 20TP 0025 | Ativos Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 264.621.314 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 264.621.314 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 102.297.971 |
| 09 272 | 0032 0181 0025 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 102.297.971 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 102.297.971 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 264.621.314 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 102.297.971 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 366.919.285 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 316.167.099 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 221.681.687 |
| 12 364 | 0032 20TP 0041 | Ativos Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 221.681.687 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 221.681.687 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 94.485.412 |
| 09 272 | 0032 0181 0041 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 94.485.412 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 94.485.412 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 221.681.687 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 94.485.412 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 316.167.099 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 335.588.368 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 253.900.466 |
| 12 364 | 0032 20TP 0026 | Ativos Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 253.900.466 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 253.900.466 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 81.687.902 |
| 09 272 | 0032 0181 0026 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 81.687.902 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 81.687.902 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 253.900.466 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 81.687.902 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 335.588.368 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 346.172.915 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 243.517.789 |
| 12 364 | 0032 20TP 0024 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 243.517.789 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 243.517.789 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 102.655.126 |
| 09 272 | 0032 0181 0024 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 102.655.126 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 102.655.126 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 243.517.789 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 102.655.126 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 346.172.915 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 409.431.390 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 293.054.923 |
| 12 364 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 293.054.923 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 293.054.923 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 116.376.467 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 116.376.467 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 116.376.467 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 293.054.923 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 116.376.467 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 409.431.390 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 682.610.636 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 482.955.227 |
| 12 364 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 482.955.227 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 482.955.227 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 199.655.409 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 199.655.409 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 199.655.409 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 482.955.227 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 199.655.409 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 682.610.636 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 346.817.564 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 255.776.872 |
| 12 364 | 0032 20TP 0042 | Ativos Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 255.776.872 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 255.776.872 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 91.040.692 |
| 09 272 | 0032 0181 0042 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 91.040.692 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 91.040.692 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 255.776.872 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 91.040.692 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 346.817.564 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 262.403.425 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 197.723.013 |
| 12 364 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 197.723.013 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 197.723.013 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 64.680.412 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 64.680.412 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 64.680.412 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 197.723.013 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 64.680.412 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 262.403.425 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 159.692.058 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 133.108.177 |
| 12 364 | 0032 20TP 0026 | Ativos Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 133.108.177 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 133.108.177 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 26.583.881 |
| 09 272 | 0032 0181 0026 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 26.583.881 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 26.583.881 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 133.108.177 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 26.583.881 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 159.692.058 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 162.124.444 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 131.512.700 |
| 12 364 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 131.512.700 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 131.512.700 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 30.611.744 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 30.611.744 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 30.611.744 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 131.512.700 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 30.611.744 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 162.124.444 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 54.160.377 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 49.790.936 |
| 12 364 | 0032 20TP 0014 | Ativos Civis da União - No Estado de Roraima | | | | | | | 49.790.936 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 49.790.936 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 4.369.441 |
| 09 272 | 0032 0181 0014 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima | | | | | | | 4.369.441 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.369.441 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 49.790.936 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.369.441 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 54.160.377 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 86.720.476 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 85.405.903 |
| 12 364 | 0032 20TP 0017 | Ativos Civis da União - No Estado do Tocantins | | | | | | | 85.405.903 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 85.405.903 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.314.573 |
| 09 272 | 0032 0181 0017 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins | | | | | | | 1.314.573 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.314.573 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 85.405.903 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.314.573 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 86.720.476 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 156.712.647 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 128.108.650 |
| 12 364 | 0032 20TP 0025 | Ativos Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 128.108.650 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 128.108.650 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 28.603.997 |
| 09 272 | 0032 0181 0025 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 28.603.997 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 28.603.997 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 128.108.650 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 28.603.997 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 156.712.647 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 54.247.454 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 46.874.759 |
| 12 364 | 0032 20TP 0015 | Ativos Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 46.874.759 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 46.874.759 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.372.695 |
| 09 272 | 0032 0181 0015 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 7.372.695 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.372.695 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 46.874.759 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.372.695 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 54.247.454 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 81.709.298 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 61.365.851 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 61.365.851 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 61.365.851 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 20.343.447 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 20.343.447 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 20.343.447 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 61.365.851 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 20.343.447 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 81.709.298 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 68.657.816 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 66.586.486 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 66.586.486 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 66.586.486 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.071.330 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.071.330 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.071.330 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 66.586.486 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.071.330 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 68.657.816 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 95.343.132 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 76.096.405 |
| 12 363 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 76.096.405 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 76.096.405 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 19.246.727 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 19.246.727 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 19.246.727 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 76.096.405 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 19.246.727 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 95.343.132 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 112.079.999 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 94.380.726 |
| 12 363 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 94.380.726 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 94.380.726 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 17.699.273 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 17.699.273 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 17.699.273 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 94.380.726 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 17.699.273 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 112.079.999 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 244.880.795 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 223.107.859 |
| 12 364 | 0032 20TP 0041 | Ativos Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 223.107.859 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 223.107.859 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 21.772.936 |
| 09 272 | 0032 0181 0041 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 21.772.936 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.772.936 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 223.107.859 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 21.772.936 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 244.880.795 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 57.629.518 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 52.325.606 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 52.325.606 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 52.325.606 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 5.303.912 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 5.303.912 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.303.912 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 52.325.606 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.303.912 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 57.629.518 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 51.068.785 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 42.293.435 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 42.293.435 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 42.293.435 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 8.775.350 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 8.775.350 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.775.350 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 42.293.435 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.775.350 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 51.068.785 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 231.299.790 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 175.652.111 |
| 12 364 | 0032 20TP 0035 | Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 175.652.111 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 175.652.111 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 55.647.679 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 272 | 0032 0181 0035 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 55.647.679 |
| | | | | | | | | | 55.647.679 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 175.652.111 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 55.647.679 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 231.299.790 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 86.523.751 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 72.947.013 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 72.947.013 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 72.947.013 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 13.576.738 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 13.576.738 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 13.576.738 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 72.947.013 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 13.576.738 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 86.523.751 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 65.965.640 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 60.264.022 |
| 12 364 | 0032 20TP 0024 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 60.264.022 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 60.264.022 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 5.701.618 |
| 09 272 | 0032 0181 0024 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 5.701.618 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.701.618 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 60.264.022 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.701.618 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 65.965.640 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 79.654.203 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 79.310.962 |
| 12 364 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 79.310.962 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 79.310.962 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 343.241 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 343.241 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 343.241 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 79.310.962 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 343.241 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 79.654.203 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 37.896.797 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 37.896.797 |
| 12 364 | 0032 20TP 0041 | Ativos Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 37.896.797 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 37.896.797 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 37.896.797 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 37.896.797 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 68.421.532 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 60.342.286 |
| 12 364 | 0032 20TP 0011 | Ativos Civis da União - No Estado de Rondônia | | | | | | | 60.342.286 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 60.342.286 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 8.079.246 |
| 09 272 | 0032 0181 0011 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia | | | | | | | 8.079.246 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.079.246 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 60.342.286 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.079.246 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 68.421.532 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 95.062.733 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 76.933.126 |
| 12 364 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 76.933.126 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 76.933.126 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 18.129.607 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 18.129.607 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 18.129.607 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 76.933.126 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 18.129.607 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 95.062.733 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 165.758.683 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 139.826.538 |
| 12 364 | 0032 20TP 0013 | Ativos Civis da União - No Estado do Amazonas | | | | | | | 139.826.538 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 139.826.538 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 25.932.145 |
| 09 272 | 0032 0181 0013 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas | | | | | | | 25.932.145 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 25.932.145 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 139.826.538 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 25.932.145 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 165.758.683 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 401.447.754 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 325.867.282 |
| 12 364 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 325.867.282 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 325.867.282 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 75.580.472 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 75.580.472 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 75.580.472 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 325.867.282 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 75.580.472 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 401.447.754 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 177.345.293 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 143.201.154 |
| 12 364 | 0032 20TP 0021 | Ativos Civis da União - No Estado do Maranhão | | | | | | | 143.201.154 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 143.201.154 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 34.144.139 |
| 09 272 | 0032 0181 0021 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão | | | | | | | 34.144.139 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 34.144.139 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 143.201.154 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 34.144.139 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 177.345.293 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 109.772.951 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 85.872.180 |
| 12 364 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 85.872.180 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 85.872.180 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 23.900.771 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 23.900.771 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 23.900.771 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 85.872.180 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 23.900.771 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 109.772.951 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 237.268.754 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 184.606.804 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 184.606.804 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 184.606.804 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 52.661.950 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 52.661.950 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 52.661.950 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 184.606.804 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 52.661.950 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 237.268.754 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 81.641.844 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 68.214.571 |
| 12 364 | 0032 20TP 0012 | Ativos Civis da União - No Estado do Acre | | | | | | | 68.214.571 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 68.214.571 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 13.427.273 |
| 09 272 | 0032 0181 0012 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre | | | | | | | 13.427.273 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 13.427.273 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 68.214.571 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 13.427.273 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 81.641.844 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 219.282.900 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 177.135.691 |
| 12 364 | 0032 20TP 0051 | Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 177.135.691 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 177.135.691 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 42.147.209 |
| 09 272 | 0032 0181 0051 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 42.147.209 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 42.147.209 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 177.135.691 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 42.147.209 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 219.282.900 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 98.059.641 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 81.438.638 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 81.438.638 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 81.438.638 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 16.621.003 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 16.621.003 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 16.621.003 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 81.438.638 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 16.621.003 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 98.059.641 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 169.714.022 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 131.326.466 |
| 12 364 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 131.326.466 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 131.326.466 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 38.387.556 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 38.387.556 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 38.387.556 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 131.326.466 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 38.387.556 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 169.714.022 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 200.516.595 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 168.023.785 |
| 12 364 | 0032 20TP 0022 | Ativos Civis da União - No Estado do Piauí | | | | | | | 168.023.785 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 168.023.785 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 32.492.810 |
| 09 272 | 0032 0181 0022 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí | | | | | | | 32.492.810 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 32.492.810 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 168.023.785 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 32.492.810 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 200.516.595 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 150.332.082 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 124.706.403 |
| 12 364 | 0032 20TP 0035 | Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 124.706.403 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 124.706.403 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 25.625.679 |
| 09 272 | 0032 0181 0035 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 25.625.679 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 25.625.679 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 124.706.403 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 25.625.679 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 150.332.082 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 156.152.156 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 132.970.550 |
| 12 364 | 0032 20TP 0028 | Ativos Civis da União - No Estado de Sergipe | | | | | | | 132.970.550 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 132.970.550 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 23.181.606 |
| 09 272 | 0032 0181 0028 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe | | | | | | | 23.181.606 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 23.181.606 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 132.970.550 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 23.181.606 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 156.152.156 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 196.841.398 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 144.480.462 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 144.480.462 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 144.480.462 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 52.360.936 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 52.360.936 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 52.360.936 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 144.480.462 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 52.360.936 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 196.841.398 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 189.544.742 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 152.344.763 |
| 12 364 | 0032 20TP 0054 | Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 152.344.763 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 152.344.763 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 37.199.979 |
| 09 272 | 0032 0181 0054 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 37.199.979 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 37.199.979 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 152.344.763 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 37.199.979 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 189.544.742 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 29.812.136 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 26.412.850 |
| 12 364 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 26.412.850 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 26.412.850 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.399.286 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 3.399.286 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.399.286 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 26.412.850 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.399.286 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 29.812.136 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 54.612.006 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 48.360.762 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 48.360.762 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 48.360.762 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.251.244 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 6.251.244 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.251.244 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 48.360.762 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.251.244 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 54.612.006 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 47.397.840 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 45.919.837 |
| 12 364 | 0032 20TP 0016 | Ativos Civis da União - No Estado do Amapá | | | | | | | 45.919.837 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 45.919.837 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.478.003 |
| 09 272 | 0032 0181 0016 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá | | | | | | | 1.478.003 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.478.003 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 45.919.837 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.478.003 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 47.397.840 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 22.004.202 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 20.612.115 |
| 12 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 20.612.115 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 20.612.115 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.392.087 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 1.392.087 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.392.087 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.612.115 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.392.087 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 22.004.202 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 22.493.633 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 18.761.203 |
| 12 364 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 18.761.203 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 18.761.203 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.732.430 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 3.732.430 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.732.430 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.761.203 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.732.430 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 22.493.633 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 22.619.545 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 13.184.167 |
| 12 364 | 0032 20TP 0026 | Ativos Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 13.184.167 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 13.184.167 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 9.435.378 |
| 09 272 | 0032 0181 0026 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 9.435.378 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 9.435.378 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 13.184.167 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 9.435.378 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 22.619.545 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 14.429.136.317 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 26.051.832 |
| 12 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 26.051.832 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 26.051.832 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 12 847 | 0032 00SB | Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Novo FUNDEB | | | | | | | 14.391.348.503 |
| 12 847 | 0032 00SB 0001 | Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Novo FUNDEB - Nacional | | | | | | | 14.391.348.503 |
| | | | F | 3 | 1 | 30 | 8 | 100 | 12.343.301.831 |
| | | | F | 3 | 1 | 30 | 8 | 108 | 1.064.854.953 |
| | | | F | 3 | 1 | 30 | 8 | 336 | 983.191.719 |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.735.982 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 11.735.982 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.735.982 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.417.400.335 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.735.982 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.429.136.317 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 56.552.499 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 53.823.950 |
| 12 364 | 0032 20TP 0054 | Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 53.823.950 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 53.823.950 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.728.549 |
| 09 272 | 0032 0181 0054 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 2.728.549 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.728.549 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 53.823.950 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.728.549 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 56.552.499 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 74.583.002 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 73.085.588 |
| 12 364 | 0032 20TP 0029 | Ativos Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 73.085.588 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 73.085.588 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.497.414 |
| 09 272 | 0032 0181 0029 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.497.414 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.497.414 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 73.085.588 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.497.414 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 74.583.002 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 73.966.251 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 73.329.688 |
| 12 364 | 0032 20TP 0035 | Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 73.329.688 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 73.329.688 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 636.563 |
| 09 272 | 0032 0181 0035 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 636.563 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 636.563 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 73.329.688 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 636.563 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 73.966.251 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 5.199.160 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 5.199.160 |
| 09 272 | 0032 0181 0027 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas | | | | | | | 5.199.160 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.199.160 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.199.160 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.199.160 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.286.110 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.286.110 |
| 09 272 | 0032 0181 0029 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.286.110 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.286.110 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.286.110 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.286.110 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 6.630.363 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.630.363 |
| 09 272 | 0032 0181 0023 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 6.630.363 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.630.363 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.630.363 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.630.363 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26363 - Maternidade-Escola Assis Chateaubriand
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 3.834.980 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.834.980 |
| 09 272 | 0032 0181 0023 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 3.834.980 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.834.980 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.834.980 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.834.980 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 6.906.291 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.906.291 |
| 09 272 | 0032 0181 0032 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 6.906.291 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.906.291 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.906.291 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.906.291 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 702.047 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 702.047 |
| 09 272 | 0032 0181 0052 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 702.047 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 702.047 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 702.047 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 702.047 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.477.244 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.477.244 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.477.244 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.477.244 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.477.244 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.477.244 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26368 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 14.873.947 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 14.873.947 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 14.873.947 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.873.947 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 14.873.947 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.873.947 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.271.611 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.271.611 |
| 09 272 | 0032 0181 0015 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 2.271.611 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.271.611 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.271.611 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.271.611 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26370 - Hospital Universitário Bettina Ferro Souza

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 431.767 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 431.767 |
| 09 272 | 0032 0181 0015 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 431.767 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 431.767 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 431.767 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 431.767 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 11.719.570 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.719.570 |
| 09 272 | 0032 0181 0025 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 11.719.570 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.719.570 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.719.570 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.719.570 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 228.684 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 228.684 |
| 09 272 | 0032 0181 0041 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 228.684 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 228.684 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 228.684 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 228.684 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 14.637.034 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 14.637.034 |
| 09 272 | 0032 0181 0026 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 14.637.034 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.637.034 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 14.637.034 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.637.034 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 239.780 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 239.780 |
| 09 272 | 0032 0181 0024 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 239.780 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 239.780 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 239.780 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 239.780 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.129.724 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.129.724 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.129.724 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.129.724 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.129.724 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.129.724 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 10.697.581 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 10.697.581 |
| 09 272 | 0032 0181 0042 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 10.697.581 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.697.581 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.697.581 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.697.581 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26387 - Hospital Universitário de Santa Maria
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 8.225.454 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 8.225.454 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 8.225.454 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.225.454 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.225.454 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.225.454 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.464.065 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.464.065 |
| 09 272 | 0032 0181 0025 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 1.464.065 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.464.065 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.464.065 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.464.065 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.453.681 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.453.681 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.453.681 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.453.681 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.453.681 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.453.681 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26392 - Hospital Universitário Getúlio Vargas
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 4.306.281 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 4.306.281 |
| 09 272 | 0032 0181 0013 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas | | | | | | | 4.306.281 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.306.281 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.306.281 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.306.281 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26393 - Hospital Universitário de Brasília
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 208.453 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 208.453 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 208.453 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 208.453 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 208.453 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 208.453 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26395 - Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.313.985 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.313.985 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 2.313.985 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.313.985 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.313.985 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.313.985 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26396 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 12.590.404 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 12.590.404 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 12.590.404 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 12.590.404 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 12.590.404 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.590.404 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 246.566 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 246.566 |
| 09 272 | 0032 0181 0022 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí | | | | | | | 246.566 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 246.566 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 246.566 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 246.566 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.407.035 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.407.035 |
| 09 272 | 0032 0181 0028 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe | | | | | | | 1.407.035 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.407.035 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.407.035 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.407.035 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 98.115.935 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 87.336.803 |
| 12 363 | 0032 20TP 0027 | Ativos Civis da União - No Estado de Alagoas | | | | | | | 87.336.803 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 87.336.803 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 10.779.132 |
| 09 272 | 0032 0181 0027 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas | | | | | | | 10.779.132 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.779.132 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 87.336.803 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.779.132 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 98.115.935 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 86.470.770 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 79.115.971 |
| 12 363 | 0032 20TP 0013 | Ativos Civis da União - No Estado do Amazonas | | | | | | | 79.115.971 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 79.115.971 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.354.799 |
| 09 272 | 0032 0181 0013 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas | | | | | | | 7.354.799 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.354.799 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 79.115.971 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.354.799 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 86.470.770 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 78.127.552 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 76.139.879 |
| 12 363 | 0032 20TP 0029 | Ativos Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 76.139.879 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 76.139.879 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.987.673 |
| 09 272 | 0032 0181 0029 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.987.673 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.987.673 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 76.139.879 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.987.673 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 78.127.552 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 174.321.350 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 161.874.764 |
| 12 363 | 0032 20TP 0023 | Ativos Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 161.874.764 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 161.874.764 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 12.446.586 |
| 09 272 | 0032 0181 0023 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 12.446.586 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 12.446.586 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 161.874.764 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 12.446.586 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 174.321.350 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 159.214.653 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 141.984.173 |
| 12 363 | 0032 20TP 0032 | Ativos Civis da União - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 141.984.173 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 141.984.173 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 17.230.480 |
| 09 272 | 0032 0181 0032 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 17.230.480 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 17.230.480 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 141.984.173 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 17.230.480 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 159.214.653 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 71.530.340 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 67.486.717 |
| 12 363 | 0032 20TP 0052 | Ativos Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 67.486.717 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 67.486.717 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 4.043.623 |
| 09 272 | 0032 0181 0052 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 4.043.623 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.043.623 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 67.486.717 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.043.623 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 71.530.340 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 142.825.386 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 134.632.433 |
| 12 363 | 0032 20TP 0021 | Ativos Civis da União - No Estado do Maranhão | | | | | | | 134.632.433 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 134.632.433 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 8.192.953 |
| 09 272 | 0032 0181 0021 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão | | | | | | | 8.192.953 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.192.953 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 134.632.433 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.192.953 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 142.825.386 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 99.520.730 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 92.010.554 |
| 12 363 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 92.010.554 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 92.010.554 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.510.176 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 7.510.176 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.510.176 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 92.010.554 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.510.176 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 99.520.730 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 64.064.560 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 61.465.200 |
| 12 363 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 61.465.200 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 61.465.200 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.599.360 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.599.360 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.599.360 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 61.465.200 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.599.360 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 64.064.560 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 70.024.236 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 62.778.401 |
| 12 363 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 62.778.401 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 62.778.401 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.245.835 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 7.245.835 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.245.835 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 62.778.401 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.245.835 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 70.024.236 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 62.675.814 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 56.469.535 |
| 12 363 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 56.469.535 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 56.469.535 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.206.279 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 6.206.279 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.206.279 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 56.469.535 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.206.279 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 62.675.814 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 56.837.474 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 52.534.874 |
| 12 363 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 52.534.874 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 52.534.874 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 4.302.600 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 4.302.600 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.302.600 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 52.534.874 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.302.600 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 56.837.474 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 102.359.491 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 92.708.539 |
| 12 363 | 0032 20TP 0051 | Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 92.708.539 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 92.708.539 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 9.650.952 |
| 09 272 | 0032 0181 0051 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 9.650.952 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 9.650.952 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 92.708.539 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 9.650.952 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 102.359.491 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 49.976.199 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 49.758.472 |
| 12 363 | 0032 20TP 0054 | Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 49.758.472 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 49.758.472 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 217.727 |
| 09 272 | 0032 0181 0054 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 217.727 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 217.727 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 49.758.472 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 217.727 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 49.976.199 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 104.537.194 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 94.837.552 |
| 12 363 | 0032 20TP 0015 | Ativos Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 94.837.552 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 94.837.552 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 9.699.642 |
| 09 272 | 0032 0181 0015 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 9.699.642 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 9.699.642 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 94.837.552 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 9.699.642 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 104.537.194 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | R P | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 132.519.558 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 118.579.804 |
| 12 363 | 0032 20TP 0025 | Ativos Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 118.579.804 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 118.579.804 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 13.939.754 |
| 09 272 | 0032 0181 0025 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 13.939.754 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 13.939.754 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 118.579.804 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 13.939.754 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 132.519.558 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | R P | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 128.738.655 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 110.447.478 |
| 12 363 | 0032 20TP 0026 | Ativos Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 110.447.478 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 110.447.478 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 18.291.177 |
| 09 272 | 0032 0181 0026 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 18.291.177 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 18.291.177 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 110.447.478 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 18.291.177 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 128.738.655 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | R P | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 110.807.003 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 105.760.665 |
| 12 363 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 105.760.665 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 105.760.665 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 5.046.338 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 5.046.338 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.046.338 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 105.760.665 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.046.338 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 110.807.003 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | R P | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 71.339.540 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 68.490.383 |
| 12 363 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 68.490.383 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 68.490.383 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.849.157 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 2.849.157 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.849.157 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 68.490.383 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.849.157 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 71.339.540 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | R P | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 49.694.570 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 48.788.232 |
| 12 363 | 0032 20TP 0011 | Ativos Civis da União - No Estado de Rondônia | | | | | | | 48.788.232 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 48.788.232 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 906.338 |
| 09 272 | 0032 0181 0011 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia | | | | | | | 906.338 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 906.338 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 48.788.232 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 906.338 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 49.694.570 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 91.837.858 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 87.992.914 |
| 12 363 | 0032 20TP 0042 | Ativos Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 87.992.914 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 87.992.914 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.844.944 |
| 09 272 | 0032 0181 0042 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 3.844.944 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.844.944 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 87.992.914 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.844.944 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 91.837.858 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 63.286.930 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 55.328.514 |
| 12 363 | 0032 20TP 0028 | Ativos Civis da União - No Estado de Sergipe | | | | | | | 55.328.514 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 55.328.514 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.958.416 |
| 09 272 | 0032 0181 0028 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe | | | | | | | 7.958.416 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.958.416 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 55.328.514 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.958.416 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 63.286.930 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 58.352.428 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 57.684.924 |
| 12 363 | 0032 20TP 0017 | Ativos Civis da União - No Estado do Tocantins | | | | | | | 57.684.924 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 57.684.924 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 667.504 |
| 09 272 | 0032 0181 0017 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins | | | | | | | 667.504 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 667.504 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 57.684.924 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 667.504 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 58.352.428 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 27.974.328 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 27.974.328 |
| 12 363 | 0032 20TP 0012 | Ativos Civis da União - No Estado do Acre | | | | | | | 27.974.328 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 27.974.328 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 27.974.328 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 27.974.328 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26426 - Instituto Federal do Amapá
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 23.177.787 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 23.177.787 |
| 12 363 | 0032 20TP 0016 | Ativos Civis da União - No Estado do Amapá | | | | | | | 23.177.787 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 23.177.787 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 23.177.787 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 23.177.787 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 145.515.460 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 134.103.124 |
| 12 363 | 0032 20TP 0029 | Ativos Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 134.103.124 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 134.103.124 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.412.336 |
| 09 272 | 0032 0181 0029 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 11.412.336 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.412.336 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 134.103.124 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.412.336 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 145.515.460 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 55.695.997 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 55.297.268 |
| 12 363 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 55.297.268 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 55.297.268 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 398.729 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 398.729 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 398.729 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 55.297.268 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 398.729 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 55.695.997 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 112.446.686 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 102.282.325 |
| 12 363 | 0032 20TP 0052 | Ativos Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 102.282.325 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 102.282.325 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 10.164.361 |
| 09 272 | 0032 0181 0052 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 10.164.361 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.164.361 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 102.282.325 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.164.361 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 112.446.686 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 44.635.065 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 42.705.606 |
| 12 363 | 0032 20TP 0026 | Ativos Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 42.705.606 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 42.705.606 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.929.459 |
| 09 272 | 0032 0181 0026 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 1.929.459 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.929.459 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 42.705.606 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.929.459 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 44.635.065 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 107.809.036 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 100.378.076 |
| 12 363 | 0032 20TP 0022 | Ativos Civis da União - No Estado do Piauí | | | | | | | 100.378.076 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 100.378.076 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.430.960 |
| 09 272 | 0032 0181 0022 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí | | | | | | | 7.430.960 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.430.960 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 100.378.076 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.430.960 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 107.809.036 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 103.384.392 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 102.239.953 |
| 12 363 | 0032 20TP 0041 | Ativos Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 102.239.953 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 102.239.953 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.144.439 |
| 09 272 | 0032 0181 0041 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 1.144.439 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.144.439 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 102.239.953 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.144.439 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 103.384.392 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 100.069.924 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 91.188.297 |
| 12 363 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 91.188.297 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 91.188.297 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 8.881.627 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 8.881.627 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.881.627 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 91.188.297 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.881.627 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 100.069.924 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 93.450.904 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 79.950.535 |
| 12 363 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 79.950.535 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 79.950.535 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 13.500.369 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 13.500.369 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 13.500.369 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 79.950.535 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 13.500.369 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 93.450.904 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 149.170.637 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 137.454.297 |
| 12 363 | 0032 20TP 0024 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 137.454.297 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 137.454.297 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.716.340 |
| 09 272 | 0032 0181 0024 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 11.716.340 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.716.340 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 137.454.297 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.716.340 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 149.170.637 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 106.193.002 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 94.590.846 |
| 12 363 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 94.590.846 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 94.590.846 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.602.156 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 11.602.156 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.602.156 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 94.590.846 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.602.156 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 106.193.002 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 31.002.045 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 28.170.867 |
| 12 363 | 0032 20TP 0014 | Ativos Civis da União - No Estado de Roraima | | | | | | | 28.170.867 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 28.170.867 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.831.178 |
| 09 272 | 0032 0181 0014 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima | | | | | | | 2.831.178 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.831.178 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 28.170.867 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.831.178 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.002.045 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 150.573.278 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 137.807.343 |
| 12 363 | 0032 20TP 0042 | Ativos Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 137.807.343 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 137.807.343 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 12.765.935 |
| 09 272 | 0032 0181 0042 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 12.765.935 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 12.765.935 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 137.807.343 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 12.765.935 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 150.573.278 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 227.600.999 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 216.557.294 |
| 12 363 | 0032 20TP 0035 | Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 216.557.294 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 216.557.294 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.043.705 |
| 09 272 | 0032 0181 0035 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 11.043.705 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.043.705 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 216.557.294 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.043.705 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 227.600.999 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 58.100.353 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 57.894.168 |
| 12 364 | 0032 20TP 0040 | Ativos Civis da União - Na Região Sul | | | | | | | 57.894.168 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 57.894.168 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 206.185 |
| 09 272 | 0032 0181 0040 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Sul | | | | | | | 206.185 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 206.185 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 57.894.168 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 206.185 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 58.100.353 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 43.251.924 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 42.702.955 |
| 12 364 | 0032 20TP 0015 | Ativos Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 42.702.955 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 42.702.955 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 548.969 |
| 09 272 | 0032 0181 0015 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 548.969 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 548.969 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 42.702.955 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 548.969 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 43.251.924 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 29.024.548 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 29.024.548 |
| 12 364 | 0032 20TP 0020 | Ativos Civis da União - Na Região Nordeste | | | | | | | 29.024.548 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 29.024.548 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 29.024.548 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 29.024.548 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 24.414.722 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 24.414.722 |
| 12 364 | 0032 20TP 0029 | Ativos Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 24.414.722 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 24.414.722 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.414.722 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.414.722 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 31.446.133 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 31.446.133 |
| 12 364 | 0032 20TP 0015 | Ativos Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 31.446.133 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 31.446.133 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 31.446.133 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.446.133 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 25.377.750 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 25.377.750 |
| 12 364 | 0032 20TP 0023 | Ativos Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 25.377.750 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 25.377.750 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 25.377.750 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 25.377.750 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 24.407.454 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 24.242.876 |
| 12 364 | 0032 20TP 0029 | Ativos Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 24.242.876 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 100 | 24.194.620 |
| | | | F | 1 | 1 | 91 | 8 | 100 | 48.256 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 164.578 |
| 09 272 | 0032 0181 0029 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 164.578 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 164.578 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.242.876 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 164.578 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.407.454 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 113.560.303 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 86.176.069 |
| 06 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 86.176.069 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 86.176.069 |
| 06 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 6.503.359 |
| 06 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 6.503.359 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.503.359 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 20.880.875 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 20.880.875 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 20.880.875 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 92.679.428 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 20.880.875 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 113.560.303 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 21.178.929 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 17.792.279 |
| 04 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 17.792.279 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 17.792.279 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 717.147 |
| 04 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 717.147 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 717.147 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.669.503 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.669.503 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.669.503 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.509.426 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.669.503 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 21.178.929 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 984.618.630 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 663.070.299 |
| 06 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 663.070.299 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 663.070.299 |
| 06 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 33.230.212 |
| 06 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 33.230.212 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 33.230.212 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 288.318.119 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 288.318.119 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 288.318.119 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 696.300.511 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 288.318.119 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 984.618.630 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.567.241.960 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.145.141.629 |
| 06 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.145.141.629 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.145.141.629 |
| 06 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 34.523.338 |
| 06 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 29.277.479 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 29.277.479 |
| 06 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 5.245.859 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.245.859 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 387.576.993 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 387.576.993 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 387.576.993 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.179.664.967 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 387.576.993 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.567.241.960 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 101.133.619 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 67.991.564 |
| 14 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 67.991.564 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 67.991.564 |
| 14 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.607.690 |
| 14 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.607.690 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.607.690 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 29.534.365 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 29.534.365 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 29.534.365 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 46.770.276 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 46.770.276 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 46.770.276 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 40.166.680 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.603.596 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 118.369.530 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 29.534.365 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 147.903.895 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 4.283.603 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 4.132.971 |
| 14 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 4.132.971 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.132.971 |
| 14 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 150.632 |
| 14 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 150.632 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 150.632 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 298.147 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 298.147 |
| 28 846 | 0901 0005 0053 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal | | | | | | | 298.147 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 75.704 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 222.443 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.581.750 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.581.750 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 46.800.127 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 25 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 29.516.528 |
| 25 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 29.516.528 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 29.516.528 |
| 25 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.308.283 |
| 25 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 1.308.283 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.308.283 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 15.975.316 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 15.975.316 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.975.316 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 30.824.811 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 15.975.316 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 46.800.127 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 128.210.155 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 124.098.397 |
| 22 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 124.098.397 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 124.098.397 |
| 22 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 4.111.758 |
| 22 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 4.111.758 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.111.758 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 128.210.155 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 128.210.155 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.858.110 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 25 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 11.483 |
| 25 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 11.483 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.483 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.846.627 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 2.846.627 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.846.627 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 1.302.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 1.302.000 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 1.302.000 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.302.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.313.483 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.846.627 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.160.110 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 882.689 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 25 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.136 |
| 25 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 2.136 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.136 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 880.553 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 880.553 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 880.553 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.136 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 880.553 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 882.689 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 27.937.255 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 25 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 27.230.161 |
| 25 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 27.230.161 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 27.230.161 |
| 25 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 707.094 |
| 25 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 707.094 |
| F | | | | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 707.094 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 27.937.255 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 27.937.255 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32396 - Agência Nacional de Mineração - ANM
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 69.802.524 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 56.089.555 |
| 22 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 56.089.555 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 56.089.555 |
| 22 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.090.801 |
| 22 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 2.090.801 |
| F | | | | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.090.801 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.622.168 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 11.622.168 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.622.168 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 831.350 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 831.350 |
| 28 846 | 0901 0005 0053 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal | | | | | | | 831.350 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 603.237 |
| F | | | | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 228.113 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 59.011.706 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.622.168 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 70.633.874 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32397 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 87.709.926 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 84.810.614 |
| 19 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 84.810.614 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 84.810.614 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.899.312 |
| 19 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.899.312 |
| F | | | | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.899.312 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 87.709.926 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 87.709.926 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32398 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 75.106.295 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 73.772.072 |
| 19 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 73.772.072 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 73.772.072 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.334.223 |
| 19 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.334.223 |
| F | | | | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.334.223 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 75.106.295 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 75.106.295 |

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 568.429.228 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 07 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 421.633.673 |
| 07 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 421.633.673 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 421.633.673 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 07 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 80.465.140 |
| 07 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.049.355 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.049.355 |
| 07 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 77.415.785 |
| F | | | | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 77.415.785 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 66.330.415 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 66.330.415 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 66.330.415 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 502.098.813 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 66.330.415 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 568.429.228 |

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.440.183 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 07 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 2.136.260 |
| 07 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 2.136.260 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.136.260 |
| 07 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 85.883 |
| 07 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 85.883 |
| F | | | | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 85.883 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 218.040 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 218.040 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 218.040 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.222.143 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 218.040 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.440.183 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 57.340.045 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 57.340.045 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 57.340.045 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 57.340.045 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 57.340.045 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 57.340.045 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 251.983.722 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 251.983.722 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 251.983.722 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 251.983.722 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 251.983.722 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 251.983.722 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 28.050.822 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 28.050.822 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 28.050.822 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 28.050.822 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 28.050.822 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 28.050.822 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 952.726.093 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 952.726.093 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 952.726.093 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 952.726.093 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 952.726.093 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 952.726.093 |

ÓRGÃO: 37000 - Controladoria-Geral da União

UNIDADE: 37101 - Controladoria-Geral da União - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PR | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 261.684.368 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 218.909.214 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 218.909.214 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 218.909.214 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.574.990 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.574.990 |
| F | | | | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.574.990 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 39.200.164 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 39.200.164 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 39.200.164 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 222.484.204 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 39.200.164 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 261.684.368 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura

UNIDADE: 39101 - Ministério da Infraestrutura - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PR | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 544.227.653 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 66.004.823 |
| 26 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 66.004.823 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 66.004.823 |
| 26 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.446.500 |
| 26 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 3.446.500 |
| F | | | | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.446.500 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 474.776.330 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 474.776.330 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 474.776.330 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 69.451.323 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 474.776.330 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 544.227.653 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura

UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PR | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 37.115.843 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 35.061.281 |
| 26 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 35.061.281 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 35.061.281 |
| 26 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.054.562 |
| 26 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 2.054.562 |
| F | | | | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.054.562 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 37.115.843 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 37.115.843 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura

UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PR | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 28.176.331 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 24.448.709 |
| 26 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 24.448.709 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 24.448.709 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.727.622 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 3.727.622 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.727.622 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 303.123 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 303.123 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 303.123 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 303.123 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.751.832 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.727.622 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 28.479.454 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 12.024.358 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 10.612.545 |
| 26 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 10.612.545 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.612.545 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.411.813 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.411.813 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.411.813 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.612.545 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.411.813 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.024.358 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 188.158.281 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 147.755.030 |
| 26 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 147.755.030 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 147.755.030 |
| 26 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 4.743.507 |
| 26 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 4.743.507 |
| F | | | | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.743.507 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 35.659.744 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 35.659.744 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 35.659.744 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 64.553.041 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 64.553.041 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 64.553.041 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 9.593.764 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 54.959.277 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 217.051.578 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 35.659.744 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 252.711.322 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39253 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 11.485.126 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 11.179.291 |
| 26 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 11.179.291 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.179.291 |
| 26 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 305.835 |
| 26 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 305.835 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 305.835 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.485.126 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.485.126 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 109.050.990 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 102.414.287 |
| 26 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 102.414.287 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 102.414.287 |
| 26 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.740.410 |
| 26 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 2.456.696 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.456.696 |
| 26 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 283.714 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 283.714 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.896.293 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 3.896.293 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.896.293 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 105.154.697 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.896.293 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 109.050.990 |

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 142.366.125 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 24 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 85.317.659 |
| 24 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 85.317.659 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 85.317.659 |
| 24 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.132.746 |
| 24 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 2.132.746 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.132.746 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 54.915.720 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 54.915.720 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 54.915.720 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 87.450.405 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 54.915.720 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 142.366.125 |

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 6.375.948 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 24 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.705.601 |
| 24 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 2.705.601 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.705.601 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.670.347 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 3.670.347 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.670.347 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 1.924.089 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 1.924.089 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 1.924.089 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 977.242 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 946.847 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.629.690 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.670.347 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.300.037 |

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41260 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 264.787 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 24 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 264.787 |
| 24 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 264.787 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 264.787 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 264.787 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 264.787 |

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41261 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 119.685.447 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 24 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 112.656.806 |
| 24 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 112.656.806 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 112.656.806 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 7.028.641 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 7.028.641 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.028.641 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 119.685.447 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 119.685.447 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 31.249.885 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 27.455.028 |
| 18 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 27.455.028 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 27.455.028 |
| 18 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.210.875 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.210.875 |
| | | | | | | | | | 1.210.875 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.583.982 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 2.583.982 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.583.982 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 28.665.903 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.583.982 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.249.885 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 242.518.418 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 139.132.407 |
| 18 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 139.132.407 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 139.132.407 |
| 18 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 5.172.834 |
| 18 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 5.172.834 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.172.834 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 98.213.177 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 98.213.177 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 98.213.177 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 46.767.679 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 46.767.679 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 46.767.679 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 40.108.005 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.659.674 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 191.072.920 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 98.213.177 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 289.286.097 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 10.507.571 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 7.376.909 |
| 18 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 7.376.909 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.376.909 |
| 18 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 247.803 |
| 18 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 247.803 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 247.803 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.882.859 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.882.859 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.882.859 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 258.973 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 258.973 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 258.973 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 258.973 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.883.685 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.882.859 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.766.544 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 100.132.211 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 80.956.484 |
| 18 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 80.956.484 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 80.956.484 |
| 18 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.056.764 |
| 18 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.056.764 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.056.764 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 16.118.963 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 16.118.963 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 16.118.963 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 1.513.401 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 1.513.401 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 1.513.401 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 452.556 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.060.845 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 85.526.649 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 16.118.963 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 101.645.612 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 62.670.095 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 59.067.415 |
| 05 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 59.067.415 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 59.067.415 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 871.792 |
| 05 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 871.792 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 871.792 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.730.888 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 2.730.888 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.730.888 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 59.939.207 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.730.888 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 62.670.095 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 4.867.181.650 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 191.762.378 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 191.762.378 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 191.762.378 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 120.965.212 |
| 05 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 105.606.228 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 105.606.228 |
| 05 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 15.358.984 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.358.984 |
| 05 122 | 0032 214H | Inativos Militares das Forças Armadas | | | | | | | 2.180.535.445 |
| 05 122 | 0032 214H 0001 | Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional | | | | | | | 2.180.535.445 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.180.535.445 |
| 05 122 | 0032 2867 | Ativos Militares das Forças Armadas | | | | | | | 2.181.287.692 |
| 05 122 | 0032 2867 0001 | Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional | | | | | | | 2.181.287.692 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.181.287.692 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 192.630.923 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 192.630.923 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 192.630.923 |
| | 0999 | Reserva de Contingência | | | | | | | 184.457.678 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0Z01 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária | | | | | | | 184.457.678 |
| 99 999 | 0999 0Z01 0001 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional | | | | | | | 184.457.678 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 184.457.678 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.859.008.405 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 192.630.923 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.051.639.328 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 9.503.048.119 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 169.289.207 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 169.289.207 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 169.289.207 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 244.561.224 |
| 05 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 244.561.224 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 244.561.224 |
| 05 122 | 0032 214H | Inativos Militares das Forças Armadas | | | | | | | 3.553.606.724 |
| 05 122 | 0032 214H 0001 | Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional | | | | | | | 3.553.606.724 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.553.606.724 |
| 05 122 | 0032 2867 | Ativos Militares das Forças Armadas | | | | | | | 5.340.796.833 |
| 05 122 | 0032 2867 0001 | Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional | | | | | | | 5.340.796.833 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.340.796.833 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 194.794.131 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 194.794.131 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 194.794.131 |
| | 0999 | Reserva de Contingência | | | | | | | 444.841.401 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0Z01 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária | | | | | | | 444.841.401 |
| 99 999 | 0999 0Z01 0001 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional | | | | | | | 444.841.401 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 444.841.401 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.753.095.389 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 194.794.131 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.947.889.520 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 5.332.831.613 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 162.627.359 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 162.627.359 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 162.627.359 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 143.060.861 |
| 05 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 119.379.828 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 119.379.828 |
| 05 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 23.681.033 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 23.681.033 |
| 05 122 | 0032 214H | Inativos Militares das Forças Armadas | | | | | | | 2.390.077.357 |
| 05 122 | 0032 214H 0001 | Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional | | | | | | | 2.390.077.357 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.390.077.357 |
| 05 122 | 0032 2867 | Ativos Militares das Forças Armadas | | | | | | | 2.469.995.771 |
| 05 122 | 0032 2867 0001 | Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional | | | | | | | 2.469.995.771 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.469.995.771 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 167.070.265 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 167.070.265 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 167.070.265 |
| | 0999 | Reserva de Contingência | | | | | | | 211.565.697 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0Z01 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária | | | | | | | 211.565.697 |
| 99 999 | 0999 0Z01 0001 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional | | | | | | | 211.565.697 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 211.565.697 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.377.327.045 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 167.070.265 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.544.397.310 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 476.198 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 448.267 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 448.267 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 448.267 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 27.931 |
| 05 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 27.931 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 27.931 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 128.589 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 128.589 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 128.589 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 128.589 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 604.787 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 604.787 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 30.637.847 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 26.978.382 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 26.978.382 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 26.978.382 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.659.465 |
| 05 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.659.465 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.659.465 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 4.744.727 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 4.744.727 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 4.744.727 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.744.727 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 35.382.574 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.382.574 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52222 - Fundação Osório
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 3.915.085 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 2.726.014 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 2.726.014 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.726.014 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 162.579 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 05 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 162.579 |
| | | | | | | | | | 162.579 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.026.492 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.026.492 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.026.492 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 168.458 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 168.458 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 168.458 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 168.458 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.057.051 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.026.492 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.083.543 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 537.944 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 175.995 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 175.995 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 175.995 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 5.789 |
| 05 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 5.789 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.789 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 356.160 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 356.160 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 356.160 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 181.784 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 356.160 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 537.944 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 110.955.004 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 106.973.246 |
| 05 122 | 0032 20TP 0035 | Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 106.973.246 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 106.973.246 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.981.758 |
| 05 301 | 0032 212B 0035 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | | | | | 3.981.758 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.981.758 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 110.955.004 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 110.955.004 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 5.706.691 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 5.706.691 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 5.706.691 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.706.691 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.706.691 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.706.691 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 43.838.129 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 40.773.401 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 40.773.401 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 40.773.401 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.968.898 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.968.898 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.968.898 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.095.830 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.095.830 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.095.830 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 42.742.299 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.095.830 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 43.838.129 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 159.763.940 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 155.616.310 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 155.616.310 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 155.616.310 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 4.147.630 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 4.147.630 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.147.630 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 159.763.940 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 159.763.940 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 10.023.475 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 8.363.682 |
| 04 122 | 0032 20TP 6000 | Ativos Civis da União - Na Amazônia Legal | | | | | | | 8.363.682 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.363.682 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 306.174 |
| 04 301 | 0032 212B 6000 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Amazônia Legal | | | | | | | 306.174 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 306.174 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.353.619 |
| 09 272 | 0032 0181 6000 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Amazônia Legal | | | | | | | 1.353.619 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.353.619 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.669.856 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.353.619 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.023.475 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 10.159.794 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 8.628.672 |
| 04 122 | 0032 20TP 0020 | Ativos Civis da União - Na Região Nordeste | | | | | | | 8.628.672 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.628.672 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 421.241 |
| 04 301 | 0032 212B 0020 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste | | | | | | | 421.241 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 421.241 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.109.881 |
| 09 272 | 0032 0181 0020 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste | | | | | | | 1.109.881 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.109.881 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 562.945 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 562.945 |
| 28 846 | 0901 0005 0020 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste | | | | | | | 562.945 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 499.309 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 63.636 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.612.858 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.109.881 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.722.739 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 125.310.206 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 30.542.397 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 30.542.397 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 30.542.397 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.911.361 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.911.361 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.911.361 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 92.856.448 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 92.856.448 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 92.856.448 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 41.647.677 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 41.647.677 |
| 28 846 | 0901 0005 0020 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste | | | | | | | 41.647.677 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 29.186.846 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 12.460.831 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 74.101.435 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 92.856.448 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 166.957.883 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 3.203.897 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 3.056.327 |
| 04 122 | 0032 20TP 0050 | Ativos Civis da União - Na Região Centro-Oeste | | | | | | | 3.056.327 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.056.327 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 147.570 |
| 04 301 | 0032 212B 0050 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Centro-Oeste | | | | | | | 147.570 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 147.570 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.203.897 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.203.897 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 48.051.110 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 44.212.854 |
| 15 122 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 44.212.854 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 44.212.854 |
| 15 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.838.256 |
| 15 301 | 0032 212B 0043 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 3.838.256 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.838.256 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 48.051.110 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 48.051.110 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53209 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 226.493.674 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 213.699.786 |
| 15 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 213.699.786 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 213.699.786 |
| 15 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 12.793.888 |
| 15 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 12.793.888 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 12.793.888 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 226.493.674 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 226.493.674 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53210 - Agência Nacional de Águas - ANA

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 28.908.568 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 27.595.763 |
| 18 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 27.595.763 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 27.595.763 |
| 18 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 571.942 |
| 18 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 571.942 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 571.942 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 740.863 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 740.863 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 740.863 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 333.820 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 333.820 |
| 28 846 | 0901 0005 0053 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal | | | | | | | 333.820 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 333.820 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 28.501.525 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 740.863 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 29.242.388 |

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 60.356 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 23 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 60.356 |
| 23 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 60.356 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 60.356 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 60.356 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 60.356 |

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54202 - Fundação Casa de Rui Barbosa
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 9.218.731 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 5.976.607 |
| 13 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 5.976.607 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.976.607 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 186.424 |
| 13 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 186.424 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 186.424 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.055.700 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 3.055.700 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.055.700 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.163.031 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.055.700 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.218.731 |

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54203 - Fundação Biblioteca Nacional - BN
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 15.365.440 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 9.759.362 |
| 13 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 9.759.362 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 9.759.362 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 256.507 |
| 13 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 256.507 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 256.507 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 5.349.571 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 5.349.571 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.349.571 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 284.660 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 284.660 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 284.660 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 284.660 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.300.529 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.349.571 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.650.100 |

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54204 - Fundação Cultural Palmares
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.228.926 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.809.356 |
| 13 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 1.809.356 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.809.356 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 101.978 |
| 13 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 101.978 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 101.978 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 317.592 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 317.592 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 317.592 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.911.334 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 317.592 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.228.926 |

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54205 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 10.662.304 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 5.347.162 |
| 13 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 5.347.162 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.347.162 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 359.506 |
| 13 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 359.506 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 359.506 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 4.955.636 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 4.955.636 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.955.636 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 387.024 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 387.024 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 387.024 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 387.024 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.093.692 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.955.636 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.049.328 |

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54206 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 45.567.850 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 29.358.614 |
| 13 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 29.358.614 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 29.358.614 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.771.518 |
| 13 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.771.518 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.771.518 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 14.437.718 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 14.437.718 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.437.718 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 7.292.165 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 7.292.165 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 7.292.165 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.292.165 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 38.422.297 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 14.437.718 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 52.860.015 |

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54207 - Agência Nacional do Cinema - ANCINE
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 25.377.373 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 24.305.183 |
| 13 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 24.305.183 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 24.305.183 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 729.960 |
| 13 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 729.960 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 729.960 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 342.230 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 342.230 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 342.230 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 111.109 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 111.109 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 111.109 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 111.109 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 25.146.252 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 342.230 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 25.488.482 |

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54208 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 18.235.691 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 13.878.938 |
| 13 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 13.878.938 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 13.878.938 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 763.654 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 13 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 763.654 |
| | | | | | | | | | 763.654 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.593.099 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 3.593.099 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.593.099 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.642.592 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.593.099 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.235.691 |

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania

UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 85.167.142 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 76.959.212 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 76.959.212 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 76.959.212 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.240.574 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.240.574 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.240.574 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.967.356 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 6.967.356 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.967.356 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 78.199.786 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.967.356 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 85.167.142 |

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 223.173.313 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 223.173.313 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 223.173.313 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 223.173.313 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 223.173.313 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 223.173.313 |

ÓRGÃO: 60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República

UNIDADE: 60101 - Gabinete da Vice-Presidência da República

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 3.322.545 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 3.251.052 |
| 04 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 3.251.052 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.251.052 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 71.493 |
| 04 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 71.493 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 71.493 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.322.545 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.322.545 |

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União

UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 962.189.483 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 822.270.403 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 822.270.403 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 822.270.403 |
| 03 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 14.940.960 |
| 03 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 14.940.960 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.940.960 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 124.978.120 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 124.978.120 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 124.978.120 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 837.211.363 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 124.978.120 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 962.189.483 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 445.685.833 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 220.000.000 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | | | | | 220.000.000 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 120.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 100.000.000 |
| 28 846 | 0901 00QY | Acordos referentes a passivos atuariais de estatais dependentes | | | | | | | 225.685.833 |
| 28 846 | 0901 00QY 0001 | Acordos referentes a passivos atuariais de estatais dependentes - Nacional | | | | | | | 225.685.833 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 225.685.833 |
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 151.134.620 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 0265 | Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991) | | | | | | | 151.134.620 |
| 28 846 | 0909 0265 0001 | Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991) - Nacional | | | | | | | 151.134.620 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 151.134.620 |
| | 0999 | Reserva de Contingência | | | | | | | 1.382.512.953 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0Z01 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária | | | | | | | 1.382.512.953 |
| 99 999 | 0999 0Z01 0001 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional | | | | | | | 1.382.512.953 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.382.512.953 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.979.333.406 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.979.333.406 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 19.171.134.403 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 17.294.573.481 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 17.294.573.481 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.703.792.113 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 12.590.781.368 |
| 28 846 | 0901 0625 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor | | | | | | | 1.876.560.922 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional | | | | | | | 1.876.560.922 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 930.020.192 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 946.540.730 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 19.171.134.403 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.171.134.403 |

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.154.166.954 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 28 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 30.561.639 |
| 28 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 30.561.639 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 30.561.639 |
| 28 122 | 0032 218I | Ativos Civis dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara | | | | | | | 446.233.966 |
| 28 122 | 0032 218I 0001 | Ativos Civis dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional | | | | | | | 446.233.966 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 446.233.966 |
| 28 122 | 0032 218J | Ativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara | | | | | | | 82.649.392 |
| 28 122 | 0032 218J 0001 | Ativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional | | | | | | | 82.649.392 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 82.649.392 |
| 28 122 | 0032 218K | Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara | | | | | | | 283.025.313 |
| 28 122 | 0032 218K 0001 | Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional | | | | | | | 283.025.313 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 283.025.313 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 311.696.644 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 311.696.644 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 311.696.644 |
| | 0903 | Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica | | | | | | | 2.122.439.078 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 845 | 0903 00SE | Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios nos Termos do Acordo nos Autos da ADO nº 25 | | | | | | | 2.122.439.078 |
| 28 845 | 0903 00SE 0001 | Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios nos Termos do Acordo nos Autos da ADO nº 25 - Nacional | | | | | | | 2.122.439.078 |
| | | | F | 3 | 1 | 30 | 0 | 100 | 1.122.439.078 |
| | | | F | 3 | 1 | 40 | 0 | 100 | 1.000.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.964.909.388 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 311.696.644 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.276.606.032 |

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1031 | Agropecuária Sustentável | | | | | | | 763.849.343 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 20 608 | 1031 0281 | Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) | | | | | | | 196.769.946 |
| 20 608 | 1031 0281 0001 | Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional | | | | | | | 196.769.946 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 196.769.946 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20 605 | 1031 0294 | Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) | | | | | | | 88.625.469 |
| 20 605 | 1031 0294 0001 | Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional | | | | | | | 88.625.469 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 88.625.469 |
| 20 605 | 1031 0611 | Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995, nº 9.866, de 1999, nº 10.437, de 2002, e nº 11.775, de 2008) | | | | | | | 478.453.928 |
| 20 605 | 1031 0611 0001 | Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995, nº 9.866, de 1999, nº 10.437, de 2002, e nº 11.775, de 2008) - Nacional | | | | | | | 478.453.928 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 478.453.928 |
| | 2211 | Inserção Econômica Internacional | | | | | | | 90.574.131 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 23 693 | 2211 0267 | Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) | | | | | | | 90.574.131 |
| 23 693 | 2211 0267 0001 | Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional | | | | | | | 90.574.131 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 90.574.131 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 854.423.474 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 854.423.474 |

ÓRGÃO: 81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
UNIDADE: 81101 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 20.174.414 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 19.953.876 |
| 14 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 19.953.876 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 19.953.876 |
| 14 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 220.538 |
| 14 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 220.538 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 220.538 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.174.414 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.174.414 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93102 - Recursos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social(25917)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 74.577.031 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 74.577.031 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 74.577.031 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 74.577.031 |
| | 2214 | Nova Previdência | | | | | | | 124.635.024.718 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 271 | 2214 0E81 | Benefícios Previdenciários Urbanos | | | | | | | 97.837.023.439 |
| 09 271 | 2214 0E81 0001 | Benefícios Previdenciários Urbanos - Nacional | | | | | | | 97.837.023.439 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 97.837.023.439 |
| 09 271 | 2214 0E82 | Benefícios Previdenciários Rurais | | | | | | | 26.798.001.279 |
| 09 271 | 2214 0E82 0001 | Benefícios Previdenciários Rurais - Nacional | | | | | | | 26.798.001.279 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 26.798.001.279 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 124.709.601.749 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 124.709.601.749 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93103 - Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social(55901)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 223.173.313 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 223.173.313 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 223.173.313 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 223.173.313 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 223.173.313 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 223.173.313 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93104 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia(74101)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1031 | Agropecuária Sustentável | | | | | | | 763.849.343 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 20 608 | 1031 0281 | Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) | | | | | | | 196.769.946 |
| 20 608 | 1031 0281 0001 | Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional | | | | | | | 196.769.946 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 196.769.946 |
| 20 605 | 1031 0294 | Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) | | | | | | | 88.625.469 |
| 20 605 | 1031 0294 0001 | Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional | | | | | | | 88.625.469 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 88.625.469 |
| 20 605 | 1031 0611 | Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995, nº 9.866, de 1999, nº 10.437, de 2002, e nº 11.775, de 2008) | | | | | | | 478.453.928 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20 605 | 1031 0611 0001 | Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995, nº 9.866, de 1999, nº 10.437, de 2002, e nº 11.775, de 2008) - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 478.453.928 |
| | | | | | | | | | 478.453.928 |
| | 2211 | Inserção Econômica Internacional | | | | | | | 90.574.131 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 23 693 | 2211 0267 | Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) | | | | | | | 90.574.131 |
| 23 693 | 2211 0267 0001 | Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 90.574.131 |
| | | | | | | | | | 90.574.131 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 854.423.474 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 854.423.474 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93105 - Recursos do Ministério da Economia - Administração Direta(25101)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.164.144.609 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.346.592.181 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.346.592.181 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.346.592.181 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 817.552.428 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 817.552.428 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 817.552.428 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.346.592.181 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 817.552.428 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.164.144.609 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93106 - Recursos do Ministério da Cidadania - Administração Direta(55101)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0032 | | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 85.167.142 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 76.959.212 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 76.959.212 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 76.959.212 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.240.574 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.240.574 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.240.574 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.967.356 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 6.967.356 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 6.967.356 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 78.199.786 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.967.356 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 85.167.142 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93175 - Recursos da Presidência da República(20101)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 81.794.899 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 79.374.999 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 79.374.999 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 79.374.999 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.419.900 |
| 04 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 2.419.900 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.419.900 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 81.794.899 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 81.794.899 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93176 - Recursos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN(20118)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 154.028.228 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 106.030.659 |
| 06 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 106.030.659 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 106.030.659 |
| 06 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 4.182.144 |
| 06 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 2.603.348 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.603.348 |
| 06 301 | 0032 212B 5664 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF | | | | | | | 1.578.796 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.578.796 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 43.815.425 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 43.815.425 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 43.815.425 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 110.212.803 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 43.815.425 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 154.028.228 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93177 - Recursos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI(20204)

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 3.639.697 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 3.611.355 |
| 04 122 | 0032 20TP 5664 | Ativos Civis da União - Em Brasília - DF | | | | | | | 3.611.355 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.611.355 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 28.342 |
| 04 301 | 0032 212B 5664 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF | | | | | | | 28.342 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 28.342 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.639.697 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.639.697 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93178 - Recursos da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC(41261)

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 119.685.447 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 24 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 112.656.806 |
| 24 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 112.656.806 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 112.656.806 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 7.028.641 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 7.028.641 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 7.028.641 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 119.685.447 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 119.685.447 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93179 - Recursos do Fundo de Imprensa Nacional(20927)

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 16.107.756 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 8.058.311 |
| 04 122 | 0032 20TP 5664 | Ativos Civis da União - Em Brasília - DF | | | | | | | 8.058.311 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 8.058.311 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 287.907 |
| 04 301 | 0032 212B 5664 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF | | | | | | | 287.907 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 287.907 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.761.538 |
| 09 272 | 0032 0181 5664 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF | | | | | | | 7.761.538 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 7.761.538 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.346.218 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.761.538 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 16.107.756 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93180 - Recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta(22101)

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | PRP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 799.918.551 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 433.191.513 |
| 20 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 433.191.513 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 433.191.513 |
| 20 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 17.074.380 |
| 20 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 14.609.899 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 14.609.899 |
| 20 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 2.464.481 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.464.481 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 349.652.658 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 349.652.658 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 349.652.658 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 450.265.893 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 349.652.658 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 799.918.551 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93181 - Recursos do Serviço Florestal Brasileiro - SFB(22106)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 7.426.291 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 7.167.832 |
| 18 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 7.167.832 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 7.167.832 |
| 18 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 258.459 |
| 18 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 258.459 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 258.459 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.426.291 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.426.291 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93182 - Recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA(22201)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 108.983.287 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 108.983.287 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 108.983.287 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 108.983.287 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 221.088.729 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 221.088.729 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 221.088.729 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 26.320.366 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 194.768.363 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 221.088.729 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 108.983.287 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 330.072.016 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93183 - Recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA(22202)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.081.042.772 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.057.096.735 |
| 20 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.057.096.735 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.057.096.735 |
| 20 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 23.946.037 |
| 20 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 23.946.037 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 23.946.037 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.081.042.772 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.081.042.772 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93184 - Recursos da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB(22211)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 290.329.063 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 276.950.724 |
| 20 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 276.950.724 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 276.950.724 |
| 20 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 13.378.339 |
| 20 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 13.378.339 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 13.378.339 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 290.329.063 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 290.329.063 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93185 - Recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta(24101)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 302.926.394 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 129.514.892 |
| 19 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 129.514.892 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 129.514.892 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 4.098.463 |
| 19 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 4.098.463 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.098.463 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 169.313.039 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 169.313.039 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 169.313.039 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 133.613.355 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 169.313.039 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 302.926.394 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93186 - Recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(24201)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 44.125.947 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 21.910.380 |
| 19 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 21.910.380 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 21.910.380 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 675.986 |
| 19 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 675.986 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 675.986 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 21.539.581 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 21.539.581 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 21.539.581 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 218.264 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 218.264 |
| 28 846 | 0901 0005 0053 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal | | | | | | | 218.264 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 218.264 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 22.804.630 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 21.539.581 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 44.344.211 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93187 - Recursos da Comissão Nacional de Energia Nuclear(24204)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 179.451.257 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 120.087.228 |
| 19 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 120.087.228 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 120.087.228 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.864.342 |
| 19 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.864.342 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.864.342 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 56.499.687 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 56.499.687 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 56.499.687 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 21.717.421 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 21.717.421 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 21.717.421 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 21.053.394 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 664.027 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 144.668.991 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 56.499.687 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 201.168.678 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93188 - Recursos da Agência Espacial Brasileira(24205)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 4.138.430 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 4.040.576 |
| 19 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 4.040.576 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.040.576 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 97.854 |
| 19 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 97.854 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 97.854 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.138.430 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.138.430 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93189 - Recursos do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC(24209)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 15.777.536 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 15.775.250 |
| 19 122 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 15.775.250 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 15.775.250 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.286 |
| 19 301 | 0032 212B 0043 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 2.286 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.286 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.777.536 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.777.536 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93190 - Recursos da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL(41231)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 6.375.948 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 24 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.705.601 |
| 24 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 2.705.601 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.705.601 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.670.347 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 3.670.347 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.670.347 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 1.924.089 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 1.924.089 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 1.924.089 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 977.242 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 946.847 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.629.690 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.670.347 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.300.037 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93191 - Recursos da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil(25103)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.146.916.558 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.146.916.558 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.146.916.558 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.146.916.558 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.146.916.558 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.146.916.558 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93192 - Recursos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional(25104)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 97.668 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 97.668 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 97.668 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 97.668 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 97.668 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 97.668 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93193 - Recursos do Banco Central do Brasil(25201)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 713.243.686 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 404.347.233 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 404.347.233 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 404.347.233 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 8.976.862 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 8.976.862 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 8.976.862 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 299.919.591 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 299.919.591 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 299.919.591 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 35.175.223 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 35.175.223 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 35.175.223 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 17.885.060 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 17.290.163 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 448.499.318 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 299.919.591 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 748.418.909 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93194 - Recursos da Comissão de Valores Mobiliários(25203)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 11.835.226 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.835.226 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 11.835.226 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 11.835.226 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 193.449 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 193.449 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 193.449 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 193.449 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 193.449 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.835.226 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.028.675 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93195 - Recursos da Superintendência Nacional de Previdência Complementar(25206)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 363.336 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 363.336 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 363.336 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 363.336 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 363.336 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 363.336 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93196 - Recursos da Superintendência de Seguros Privados(25208)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 14.272.422 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 14.272.422 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 14.272.422 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 14.272.422 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 1.259.685 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 1.259.685 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.259.685 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.259.685 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.259.685 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 14.272.422 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.532.107 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93197 - Recursos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro(25296)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 65.082.414 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 47.384.531 |
| 22 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 47.384.531 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 47.384.531 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 17.697.883 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 17.697.883 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 17.697.883 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 5.134.844 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 5.134.844 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 5.134.844 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.423.070 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 711.774 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 52.519.375 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 17.697.883 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 70.217.258 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93198 - Recursos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI(25297)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 15.925.077 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 15.925.077 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 15.925.077 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 15.925.077 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 13.026.019 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 13.026.019 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 13.026.019 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 738.310 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 12.287.709 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 13.026.019 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 15.925.077 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 28.951.096 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93199 - Recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA(25298)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E SF | G ND | R P | M OD | I U | F TE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 6.653.423 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.653.423 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 272 | 0032 0181 0010 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Norte | | | | | | | 6.653.423 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 6.653.423 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 906.800.081 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 906.800.081 |
| 28 846 | 0901 0005 0010 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Norte | | | | | | | 906.800.081 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 8.772.542 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 898.027.539 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 906.800.081 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.653.423 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 913.453.504 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93200 - Recursos da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho(25299)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 19.600.556 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 11 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 12.389.604 |
| 11 122 | 0032 20TP 0035 | Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 12.389.604 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 12.389.604 |
| 11 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 323.077 |
| 11 301 | 0032 212B 0035 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | | | | | 323.077 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 323.077 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.887.875 |
| 09 272 | 0032 0181 0035 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 6.887.875 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 6.887.875 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 179.408 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 179.408 |
| 28 846 | 0901 0005 0035 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo | | | | | | | 179.408 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 179.408 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.892.089 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.887.875 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.779.964 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93201 - Recursos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada(25300)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 71.948.739 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 36.222.101 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 36.222.101 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 36.222.101 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 545.151 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 545.151 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 545.151 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 35.181.487 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 35.181.487 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 35.181.487 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 154.753 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 154.753 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 154.753 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 154.753 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 36.922.005 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 35.181.487 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 72.103.492 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93202 - Recursos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(25301)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 493.837.993 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 273.271.248 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 273.271.248 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 273.271.248 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 15.370.338 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 15.370.338 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 15.370.338 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 205.196.407 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 205.196.407 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 205.196.407 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 48.816.488 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 48.816.488 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 48.816.488 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 45.746.866 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.069.622 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 337.458.074 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 205.196.407 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 542.654.481 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93203 - Recursos da Fundação Escola Nacional de Administração Pública(25302)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 12.913.547 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 11.266.872 |
| 04 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 11.266.872 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 11.266.872 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 367.109 |
| 04 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 367.109 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 367.109 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.279.566 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 1.279.566 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.279.566 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 68.452 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 68.452 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 68.452 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 68.452 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.702.433 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.279.566 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.981.999 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93204 - Recursos do Instituto Nacional do Seguro Social(25303)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 982.714.035 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 982.714.035 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 982.714.035 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 982.714.035 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 1.502.249.656 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 1.502.249.656 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 1.502.249.656 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.235.627.314 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 266.622.342 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.484.963.691 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.484.963.691 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93205 - Recursos do Ministério da Educação - Administração Direta(26101)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 127.166.219 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 91.048.024 |
| 12 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 91.048.024 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 91.048.024 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 36.118.195 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 36.118.195 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 36.118.195 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 91.048.024 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 36.118.195 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 127.166.219 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93206 - Recursos do Instituto Nacional de Educação de Surdos(26104)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 26.039.974 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 368 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 16.491.049 |
| 12 368 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 16.491.049 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 16.491.049 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 9.548.925 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 9.548.925 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 9.548.925 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 16.491.049 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 9.548.925 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 26.039.974 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93207 - Recursos do Instituto Benjamin Constant(26105)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 15.921.786 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 368 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 9.796.463 |
| 12 368 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 9.796.463 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 9.796.463 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.125.323 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 6.125.323 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 6.125.323 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.796.463 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.125.323 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.921.786 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93208 - Recursos do Colégio Pedro II(26201)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 139.495.768 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 368 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 90.942.031 |
| 12 368 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 90.942.031 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 90.942.031 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 48.553.737 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 48.553.737 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 48.553.737 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 90.942.031 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 48.553.737 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 139.495.768 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93209 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco(26230)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 44.750.638 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 44.242.172 |
| 12 364 | 0032 20TP 0020 | Ativos Civis da União - Na Região Nordeste | | | | | | | 44.242.172 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 44.242.172 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 508.466 |
| 09 272 | 0032 0181 0020 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste | | | | | | | 508.466 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 508.466 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 44.242.172 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 508.466 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 44.750.638 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93210 - Recursos da Universidade Federal de Alagoas(26231)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 181.441.675 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 141.701.643 |
| 12 364 | 0032 20TP 0027 | Ativos Civis da União - No Estado de Alagoas | | | | | | | 141.701.643 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 141.701.643 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 39.740.032 |
| 09 272 | 0032 0181 0027 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas | | | | | | | 39.740.032 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 39.740.032 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 141.701.643 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 39.740.032 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 181.441.675 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93211 - Recursos da Universidade Federal da Bahia(26232)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 345.454.848 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 239.982.205 |
| 12 364 | 0032 20TP 0029 | Ativos Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 239.982.205 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 239.982.205 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 105.472.643 |
| 09 272 | 0032 0181 0029 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 105.472.643 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 105.472.643 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 239.982.205 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 105.472.643 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 345.454.848 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93212 - Recursos da Universidade Federal do Ceará(26233)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 298.940.427 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 215.622.032 |
| 12 364 | 0032 20TP 0023 | Ativos Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 215.622.032 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 215.622.032 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 83.318.395 |
| 09 272 | 0032 0181 0023 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 83.318.395 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 83.318.395 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 215.622.032 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 83.318.395 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 298.940.427 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93213 - Recursos da Universidade Federal do Espírito Santo(26234)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 208.441.862 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 160.428.485 |
| 12 364 | 0032 20TP 0032 | Ativos Civis da União - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 160.428.485 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 160.428.485 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 48.013.377 |
| 09 272 | 0032 0181 0032 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 48.013.377 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 48.013.377 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 160.428.485 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 48.013.377 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 208.441.862 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93214 - Recursos da Universidade Federal de Goiás(26235)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 330.814.377 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 265.129.506 |
| 12 364 | 0032 20TP 0052 | Ativos Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 265.129.506 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 265.129.506 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 65.684.871 |
| 09 272 | 0032 0181 0052 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 65.684.871 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 65.684.871 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 265.129.506 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 65.684.871 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 330.814.377 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93215 - Recursos da Universidade Federal Fluminense(26236)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 435.240.459 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 301.811.809 |
| 12 364 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 301.811.809 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 301.811.809 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 133.428.650 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 133.428.650 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 133.428.650 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 301.811.809 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 133.428.650 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 435.240.459 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93216 - Recursos da Universidade Federal de Juiz de Fora(26237)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 190.897.997 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 152.740.630 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 152.740.630 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 152.740.630 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 38.157.367 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 38.157.367 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 38.157.367 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 152.740.630 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 38.157.367 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 190.897.997 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93217 - Recursos da Universidade Federal de Minas Gerais(26238)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 437.218.751 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 305.759.822 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 305.759.822 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 305.759.822 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 131.458.929 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 131.458.929 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 131.458.929 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 305.759.822 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 131.458.929 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 437.218.751 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93218 - Recursos da Universidade Federal do Pará(26239)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 302.132.691 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 238.390.491 |
| 12 364 | 0032 20TP 0015 | Ativos Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 238.390.491 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 238.390.491 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 63.742.200 |
| 09 272 | 0032 0181 0015 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 63.742.200 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 63.742.200 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 238.390.491 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 63.742.200 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 302.132.691 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93219 - Recursos da Universidade Federal da Paraíba(26240)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 366.919.285 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 264.621.314 |
| 12 364 | 0032 20TP 0025 | Ativos Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 264.621.314 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 264.621.314 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 102.297.971 |
| 09 272 | 0032 0181 0025 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 102.297.971 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 102.297.971 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 264.621.314 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 102.297.971 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 366.919.285 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93220 - Recursos da Universidade Federal do Paraná(26241)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 316.167.099 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 221.681.687 |
| 12 364 | 0032 20TP 0041 | Ativos Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 221.681.687 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 221.681.687 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 94.485.412 |
| 09 272 | 0032 0181 0041 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 94.485.412 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 94.485.412 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 221.681.687 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 94.485.412 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 316.167.099 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93221 - Recursos da Universidade Federal de Pernambuco(26242)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 335.588.368 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 253.900.466 |
| 12 364 | 0032 20TP 0026 | Ativos Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 253.900.466 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 253.900.466 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 81.687.902 |
| 09 272 | 0032 0181 0026 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 81.687.902 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 81.687.902 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 253.900.466 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 81.687.902 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 335.588.368 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93222 - Recursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte(26243)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 346.172.915 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 243.517.789 |
| 12 364 | 0032 20TP 0024 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 243.517.789 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 243.517.789 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 102.655.126 |
| 09 272 | 0032 0181 0024 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 102.655.126 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 102.655.126 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 243.517.789 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 102.655.126 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 346.172.915 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93223 - Recursos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul(26244)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 409.431.390 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 293.054.923 |
| 12 364 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 293.054.923 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 293.054.923 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 116.376.467 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 116.376.467 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 116.376.467 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 293.054.923 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 116.376.467 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 409.431.390 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93224 - Recursos da Universidade Federal do Rio de Janeiro(26245)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 682.610.636 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 482.955.227 |
| 12 364 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 482.955.227 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 482.955.227 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 199.655.409 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 199.655.409 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 199.655.409 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 482.955.227 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 199.655.409 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 682.610.636 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93225 - Recursos da Universidade Federal de Santa Catarina(26246)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 346.817.564 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 255.776.872 |
| 12 364 | 0032 20TP 0042 | Ativos Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 255.776.872 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 255.776.872 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 91.040.692 |
| 09 272 | 0032 0181 0042 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 91.040.692 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 91.040.692 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 255.776.872 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 91.040.692 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 346.817.564 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93226 - Recursos da Universidade Federal de Santa Maria(26247)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 262.403.425 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 197.723.013 |
| 12 364 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 197.723.013 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 197.723.013 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 64.680.412 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 64.680.412 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 64.680.412 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 197.723.013 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 64.680.412 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 262.403.425 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93227 - Recursos da Universidade Federal Rural de Pernambuco(26248)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 159.692.058 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 133.108.177 |
| 12 364 | 0032 20TP 0026 | Ativos Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 133.108.177 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 133.108.177 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 26.583.881 |
| 09 272 | 0032 0181 0026 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 26.583.881 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 26.583.881 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 133.108.177 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 26.583.881 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 159.692.058 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93228 - Recursos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro(26249)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 162.124.444 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 131.512.700 |
| 12 364 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 131.512.700 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 131.512.700 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 30.611.744 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 30.611.744 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 30.611.744 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 131.512.700 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 30.611.744 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 162.124.444 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93229 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Roraima(26250)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 54.160.377 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 49.790.936 |
| 12 364 | 0032 20TP 0014 | Ativos Civis da União - No Estado de Roraima | | | | | | | 49.790.936 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 49.790.936 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 4.369.441 |
| 09 272 | 0032 0181 0014 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima | | | | | | | 4.369.441 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.369.441 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 49.790.936 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.369.441 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 54.160.377 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93230 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Tocantins(26251)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 86.720.476 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 85.405.903 |
| 12 364 | 0032 20TP 0017 | Ativos Civis da União - No Estado do Tocantins | | | | | | | 85.405.903 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 85.405.903 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.314.573 |
| 09 272 | 0032 0181 0017 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins | | | | | | | 1.314.573 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.314.573 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 85.405.903 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.314.573 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 86.720.476 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93231 - Recursos da Universidade Federal de Campina Grande(26252)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 156.712.647 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 128.108.650 |
| 12 364 | 0032 20TP 0025 | Ativos Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 128.108.650 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 128.108.650 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 28.603.997 |
| 09 272 | 0032 0181 0025 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 28.603.997 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 28.603.997 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 128.108.650 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 28.603.997 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 156.712.647 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93232 - Recursos da Universidade Federal Rural da Amazônia(26253)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 54.247.454 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 46.874.759 |
| 12 364 | 0032 20TP 0015 | Ativos Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 46.874.759 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 46.874.759 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.372.695 |
| 09 272 | 0032 0181 0015 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 7.372.695 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 7.372.695 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 46.874.759 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.372.695 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 54.247.454 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93233 - Recursos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro(26254)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 81.709.298 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 61.365.851 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 61.365.851 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 61.365.851 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 20.343.447 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 20.343.447 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 20.343.447 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 61.365.851 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 20.343.447 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 81.709.298 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93234 - Recursos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri(26255)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 68.657.816 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 66.586.486 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 66.586.486 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 66.586.486 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.071.330 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.071.330 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.071.330 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 66.586.486 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.071.330 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 68.657.816 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93235 - Recursos do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca(26256)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 95.343.132 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 76.096.405 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 363 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | | 76.096.405 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | | 76.096.405 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | | 19.246.727 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | | 19.246.727 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | | 19.246.727 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 76.096.405 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 19.246.727 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 95.343.132 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93236 - Recursos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais(26257)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 112.079.999 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 94.380.726 |
| 12 363 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 94.380.726 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 94.380.726 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 17.699.273 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 17.699.273 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 17.699.273 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 94.380.726 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 17.699.273 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 112.079.999 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93237 - Recursos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná(26258)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 244.880.795 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 223.107.859 |
| 12 364 | 0032 20TP 0041 | Ativos Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 223.107.859 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 223.107.859 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 21.772.936 |
| 09 272 | 0032 0181 0041 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 21.772.936 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 21.772.936 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 223.107.859 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 21.772.936 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 244.880.795 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93238 - Recursos da Universidade Federal de Alfenas(26260)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 57.629.518 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 52.325.606 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 52.325.606 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 52.325.606 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 5.303.912 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 5.303.912 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 5.303.912 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 52.325.606 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.303.912 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 57.629.518 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93239 - Recursos da Universidade Federal de Itajubá(26261)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 51.068.785 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 42.293.435 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 42.293.435 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 42.293.435 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 8.775.350 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 8.775.350 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 8.775.350 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 42.293.435 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.775.350 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 51.068.785 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93240 - Recursos da Universidade Federal de São Paulo(26262)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 231.299.790 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 175.652.111 |
| 12 364 | 0032 20TP 0035 | Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 175.652.111 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 175.652.111 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 55.647.679 |
| 09 272 | 0032 0181 0035 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 55.647.679 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 55.647.679 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 175.652.111 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 55.647.679 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 231.299.790 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93241 - Recursos da Universidade Federal de Lavras(26263)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 86.523.751 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 72.947.013 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 72.947.013 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 72.947.013 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 13.576.738 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 13.576.738 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 13.576.738 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 72.947.013 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 13.576.738 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 86.523.751 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93242 - Recursos da Universidade Federal Rural do Semi-Árido(26264)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 65.965.640 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 60.264.022 |
| 12 364 | 0032 20TP 0024 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 60.264.022 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 60.264.022 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 5.701.618 |
| 09 272 | 0032 0181 0024 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 5.701.618 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 5.701.618 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 60.264.022 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.701.618 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 65.965.640 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93243 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Pampa(26266)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 79.654.203 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 79.310.962 |
| 12 364 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 79.310.962 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 79.310.962 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 343.241 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 343.241 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 343.241 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 79.310.962 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 343.241 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 79.654.203 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93244 - Recursos da Universidade Federal da Integração Latino Americana(26267)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 37.896.797 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 37.896.797 |
| 12 364 | 0032 20TP 0041 | Ativos Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 37.896.797 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 37.896.797 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 37.896.797 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 37.896.797 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93245 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Rondônia(26268)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 68.421.532 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 60.342.286 |
| 12 364 | 0032 20TP 0011 | Ativos Civis da União - No Estado de Rondônia | | | | | | | 60.342.286 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 60.342.286 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 8.079.246 |
| 09 272 | 0032 0181 0011 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia | | | | | | | 8.079.246 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 8.079.246 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 60.342.286 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.079.246 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 68.421.532 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93246 - Recursos da Fundação Universidade do Rio de Janeiro(26269)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 95.062.733 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 76.933.126 |
| 12 364 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 76.933.126 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 76.933.126 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 18.129.607 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 18.129.607 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 18.129.607 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 76.933.126 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 18.129.607 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 95.062.733 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93247 - Recursos da Fundação Universidade do Amazonas(26270)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 165.758.683 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 139.826.538 |
| 12 364 | 0032 20TP 0013 | Ativos Civis da União - No Estado do Amazonas | | | | | | | 139.826.538 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 139.826.538 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 25.932.145 |
| 09 272 | 0032 0181 0013 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas | | | | | | | 25.932.145 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 25.932.145 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 139.826.538 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 25.932.145 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 165.758.683 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93248 - Recursos da Fundação Universidade de Brasília(26271)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 401.447.754 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 325.867.282 |
| 12 364 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 325.867.282 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 325.867.282 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 75.580.472 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 75.580.472 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 75.580.472 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 325.867.282 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 75.580.472 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 401.447.754 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93249 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Maranhão(26272)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 177.345.293 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 143.201.154 |
| 12 364 | 0032 20TP 0021 | Ativos Civis da União - No Estado do Maranhão | | | | | | | 143.201.154 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 143.201.154 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 34.144.139 |
| 09 272 | 0032 0181 0021 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão | | | | | | | 34.144.139 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 34.144.139 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 143.201.154 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 34.144.139 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 177.345.293 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93250 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Rio Grande(26273)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 109.772.951 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 85.872.180 |
| 12 364 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 85.872.180 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 85.872.180 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 23.900.771 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 23.900.771 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 23.900.771 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 85.872.180 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 23.900.771 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 109.772.951 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93251 - Recursos da Universidade Federal de Uberlândia(26274)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 237.268.754 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 184.606.804 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 184.606.804 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 184.606.804 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 52.661.950 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 52.661.950 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 52.661.950 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 184.606.804 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 52.661.950 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 237.268.754 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93252 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Acre(26275)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 81.641.844 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 68.214.571 |
| 12 364 | 0032 20TP 0012 | Ativos Civis da União - No Estado do Acre | | | | | | | 68.214.571 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 68.214.571 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 13.427.273 |
| 09 272 | 0032 0181 0012 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre | | | | | | | 13.427.273 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 13.427.273 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 68.214.571 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 13.427.273 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 81.641.844 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93253 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso(26276)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 219.282.900 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 177.135.691 |
| 12 364 | 0032 20TP 0051 | Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 177.135.691 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 177.135.691 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 42.147.209 |
| 09 272 | 0032 0181 0051 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 42.147.209 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 42.147.209 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 177.135.691 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 42.147.209 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 219.282.900 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93254 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Ouro Preto(26277)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 98.059.641 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 81.438.638 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 81.438.638 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 81.438.638 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 16.621.003 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 16.621.003 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 16.621.003 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 81.438.638 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 16.621.003 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 98.059.641 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93255 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Pelotas(26278)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 169.714.022 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 131.326.466 |
| 12 364 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 131.326.466 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 131.326.466 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 38.387.556 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 38.387.556 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 38.387.556 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 131.326.466 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 38.387.556 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 169.714.022 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93256 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Piauí(26279)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 200.516.595 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 168.023.785 |
| 12 364 | 0032 20TP 0022 | Ativos Civis da União - No Estado do Piauí | | | | | | | 168.023.785 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 168.023.785 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 32.492.810 |
| 09 272 | 0032 0181 0022 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí | | | | | | | 32.492.810 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 32.492.810 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 168.023.785 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 32.492.810 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 200.516.595 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93257 - Recursos da Fundação Universidade Federal de São Carlos(26280)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 150.332.082 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 124.706.403 |
| 12 364 | 0032 20TP 0035 | Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 124.706.403 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 124.706.403 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 25.625.679 |
| 09 272 | 0032 0181 0035 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 25.625.679 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 25.625.679 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 124.706.403 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 25.625.679 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 150.332.082 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93258 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Sergipe(26281)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 156.152.156 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 132.970.550 |
| 12 364 | 0032 20TP 0028 | Ativos Civis da União - No Estado de Sergipe | | | | | | | 132.970.550 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 132.970.550 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 23.181.606 |
| 09 272 | 0032 0181 0028 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe | | | | | | | 23.181.606 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 23.181.606 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 132.970.550 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 23.181.606 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 156.152.156 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93259 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Viçosa(26282)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 196.841.398 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 144.480.462 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 144.480.462 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 144.480.462 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 52.360.936 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 52.360.936 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 52.360.936 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 144.480.462 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 52.360.936 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 196.841.398 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93260 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul(26283)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 189.544.742 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 152.344.763 |
| 12 364 | 0032 20TP 0054 | Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 152.344.763 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 152.344.763 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 37.199.979 |
| 09 272 | 0032 0181 0054 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 37.199.979 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 37.199.979 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 152.344.763 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 37.199.979 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 189.544.742 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93261 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre(26284)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 29.812.136 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 26.412.850 |
| 12 364 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 26.412.850 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 26.412.850 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.399.286 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 3.399.286 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.399.286 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 26.412.850 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.399.286 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 29.812.136 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93262 - Recursos da Fundação Universidade Federal de São João del-Rei(26285)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 54.612.006 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 48.360.762 |
| 12 364 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 48.360.762 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 48.360.762 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.251.244 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 6.251.244 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 6.251.244 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 48.360.762 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.251.244 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 54.612.006 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93263 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Amapá(26286)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 47.397.840 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 45.919.837 |
| 12 364 | 0032 20TP 0016 | Ativos Civis da União - No Estado do Amapá | | | | | | | 45.919.837 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 45.919.837 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.478.003 |
| 09 272 | 0032 0181 0016 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá | | | | | | | 1.478.003 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.478.003 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 45.919.837 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.478.003 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 47.397.840 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93264 - Recursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(26290)

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 22.004.202 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 20.612.115 |
| 12 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 20.612.115 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 20.612.115 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.392.087 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 1.392.087 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.392.087 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.612.115 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.392.087 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 22.004.202 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93265 - Recursos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(26291)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 22.493.633 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 18.761.203 |
| 12 364 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 18.761.203 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 18.761.203 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.732.430 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 3.732.430 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.732.430 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.761.203 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.732.430 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 22.493.633 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93266 - Recursos da Fundação Joaquim Nabuco(26292)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 22.619.545 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 13.184.167 |
| 12 364 | 0032 20TP 0026 | Ativos Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 13.184.167 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 13.184.167 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 9.435.378 |
| 09 272 | 0032 0181 0026 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 9.435.378 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 9.435.378 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 13.184.167 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 9.435.378 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 22.619.545 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93268 - Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação(26298)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 14.429.136.317 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 26.051.832 |
| 12 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 26.051.832 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 26.051.832 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 12 847 | 0032 00SB | Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Novo FUNDEB | | | | | | | 14.391.348.503 |
| 12 847 | 0032 00SB 0001 | Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Novo FUNDEB - Nacional | | | | | | | 14.391.348.503 |
| | | | F | 3 | 1 | 30 | 8 | 944 | 14.391.348.503 |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.735.982 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 11.735.982 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 11.735.982 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.417.400.335 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.735.982 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.429.136.317 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93269 - Recursos da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados(26350)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 56.552.499 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 53.823.950 |
| 12 364 | 0032 20TP 0054 | Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 53.823.950 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 53.823.950 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.728.549 |
| 09 272 | 0032 0181 0054 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 2.728.549 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.728.549 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 53.823.950 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.728.549 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 56.552.499 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93270 - Recursos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia(26351)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 74.583.002 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 73.085.588 |
| 12 364 | 0032 20TP 0029 | Ativos Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 73.085.588 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 73.085.588 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.497.414 |
| 09 272 | 0032 0181 0029 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.497.414 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.497.414 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 73.085.588 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.497.414 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 74.583.002 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93271 - Recursos da Fundação Universidade Federal do ABC(26352)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 73.966.251 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 73.329.688 |
| 12 364 | 0032 20TP 0035 | Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 73.329.688 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 73.329.688 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 636.563 |
| 09 272 | 0032 0181 0035 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 636.563 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 636.563 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 73.329.688 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 636.563 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 73.966.251 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93272 - Recursos do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes(26358)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 5.199.160 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 5.199.160 |
| 09 272 | 0032 0181 0027 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas | | | | | | | 5.199.160 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 5.199.160 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.199.160 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.199.160 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93273 - Recursos do Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia(26359)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.286.110 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.286.110 |
| 09 272 | 0032 0181 0029 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.286.110 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.286.110 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.286.110 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.286.110 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93274 - Recursos do Hospital Universitário Walter Cantídio(26362)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 6.630.363 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.630.363 |
| 09 272 | 0032 0181 0023 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 6.630.363 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 6.630.363 |

| | |
|---|---|
| TOTAL - FISCAL | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | 6.630.363 |
| TOTAL - GERAL | 6.630.363 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93275 - Recursos da Maternidade-Escola Assis Chateaubriand(26363)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 3.834.980 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.834.980 |
| 09 272 | 0032 0181 0023 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 3.834.980 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.834.980 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.834.980 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.834.980 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93276 - Recursos do Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais(26364)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 6.906.291 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.906.291 |
| 09 272 | 0032 0181 0032 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 6.906.291 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 6.906.291 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.906.291 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.906.291 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93277 - Recursos do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás(26365)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 702.047 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 702.047 |
| 09 272 | 0032 0181 0052 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 702.047 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 702.047 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 702.047 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 702.047 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93279 - Recursos do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora(26367)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.477.244 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.477.244 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.477.244 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.477.244 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.477.244 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.477.244 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93280 - Recursos do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais(26368)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 14.873.947 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 14.873.947 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 14.873.947 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 14.873.947 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 14.873.947 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.873.947 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93281 - Recursos do Hospital Universitário João de Barros Barreto(26369)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.271.611 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.271.611 |
| 09 272 | 0032 0181 0015 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 2.271.611 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.271.611 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.271.611 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.271.611 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93282 - Recursos do Hospital Universitário Bettina Ferro Souza(26370)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 431.767 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 431.767 |
| 09 272 | 0032 0181 0015 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 431.767 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 431.767 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 431.767 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 431.767 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93283 - Recursos do Hospital Universitário Lauro Wanderley(26371)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 11.719.570 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.719.570 |
| 09 272 | 0032 0181 0025 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 11.719.570 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 11.719.570 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.719.570 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.719.570 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93284 - Recursos do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná(26372)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 228.684 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 228.684 |
| 09 272 | 0032 0181 0041 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 228.684 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 228.684 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 228.684 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 228.684 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93285 - Recursos do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco(26373)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 14.637.034 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 14.637.034 |
| 09 272 | 0032 0181 0026 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 14.637.034 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 14.637.034 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 14.637.034 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.637.034 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93286 - Recursos do Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte(26374)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 239.780 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 239.780 |
| 09 272 | 0032 0181 0024 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 239.780 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 239.780 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 239.780 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 239.780 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93287 - Recursos do Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro(26378)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.129.724 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.129.724 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.129.724 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.129.724 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.129.724 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.129.724 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93289 - Recursos do Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago(26386)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 10.697.581 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 10.697.581 |
| 09 272 | 0032 0181 0042 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 10.697.581 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 10.697.581 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.697.581 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.697.581 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93290 - Recursos do Hospital Universitário de Santa Maria(26387)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 8.225.454 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 8.225.454 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 8.225.454 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 8.225.454 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.225.454 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.225.454 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93291 - Recursos do Hospital Universitário Alcides Carneiro(26388)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.464.065 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.464.065 |
| 09 272 | 0032 0181 0025 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 1.464.065 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.464.065 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.464.065 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.464.065 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93293 - Recursos do Hospital Universitário Gaffree e Guinle(26391)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.453.681 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.453.681 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.453.681 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.453.681 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.453.681 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.453.681 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93294 - Recursos do Hospital Universitário Getúlio Vargas(26392)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 4.306.281 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 4.306.281 |
| 09 272 | 0032 0181 0013 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas | | | | | | | 4.306.281 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.306.281 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.306.281 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.306.281 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93295 - Recursos do Hospital Universitário de Brasília(26393)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 208.453 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 208.453 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 208.453 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 208.453 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 208.453 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 208.453 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93297 - Recursos do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.(26395)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.313.985 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.313.985 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 2.313.985 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.313.985 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.313.985 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.313.985 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93298 - Recursos do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia(26396)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 12.590.404 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 12.590.404 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 12.590.404 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 12.590.404 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 12.590.404 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.590.404 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93301 - Recursos do Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí(26399)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 246.566 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 246.566 |
| 09 272 | 0032 0181 0022 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí | | | | | | | 246.566 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 246.566 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 246.566 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 246.566 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93302 - Recursos do Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe(26400)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.407.035 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.407.035 |
| 09 272 | 0032 0181 0028 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe | | | | | | | 1.407.035 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.407.035 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.407.035 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.407.035 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93304 - Recursos do Instituto Federal de Alagoas(26402)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 98.115.935 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 87.336.803 |
| 12 363 | 0032 20TP 0027 | Ativos Civis da União - No Estado de Alagoas | | | | | | | 87.336.803 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 87.336.803 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 10.779.132 |
| 09 272 | 0032 0181 0027 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas | | | | | | | 10.779.132 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 10.779.132 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 87.336.803 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.779.132 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 98.115.935 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93305 - Recursos do Instituto Federal do Amazonas(26403)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 86.470.770 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 79.115.971 |
| 12 363 | 0032 20TP 0013 | Ativos Civis da União - No Estado do Amazonas | | | | | | | 79.115.971 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 79.115.971 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.354.799 |
| 09 272 | 0032 0181 0013 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas | | | | | | | 7.354.799 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 7.354.799 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 79.115.971 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.354.799 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 86.470.770 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93306 - Recursos do Instituto Federal Baiano(26404)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 78.127.552 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 76.139.879 |
| 12 363 | 0032 20TP 0029 | Ativos Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 76.139.879 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 76.139.879 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.987.673 |
| 09 272 | 0032 0181 0029 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.987.673 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.987.673 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 76.139.879 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.987.673 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 78.127.552 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93307 - Recursos do Instituto Federal do Ceará(26405)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 174.321.350 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 161.874.764 |
| 12 363 | 0032 20TP 0023 | Ativos Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 161.874.764 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 161.874.764 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 12.446.586 |
| 09 272 | 0032 0181 0023 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 12.446.586 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 12.446.586 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 161.874.764 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 12.446.586 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 174.321.350 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93308 - Recursos do Instituto Federal do Espírito Santo(26406)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 159.214.653 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 141.984.173 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 363 | 0032 20TP 0032 | Ativos Civis da União - No Estado do Espírito Santo | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 141.984.173 |
| | | | | | | | | | 141.984.173 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 17.230.480 |
| 09 272 | 0032 0181 0032 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 17.230.480 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 17.230.480 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 141.984.173 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 17.230.480 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 159.214.653 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93309 - Recursos do Instituto Federal Goiano(26407)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 71.530.340 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 67.486.717 |
| 12 363 | 0032 20TP 0052 | Ativos Civis da União - No Estado de Goiás | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 67.486.717 |
| | | | | | | | | | 67.486.717 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 4.043.623 |
| 09 272 | 0032 0181 0052 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 4.043.623 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.043.623 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 67.486.717 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.043.623 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 71.530.340 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93310 - Recursos do Instituto Federal do Maranhão(26408)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 142.825.386 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 134.632.433 |
| 12 363 | 0032 20TP 0021 | Ativos Civis da União - No Estado do Maranhão | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 134.632.433 |
| | | | | | | | | | 134.632.433 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 8.192.953 |
| 09 272 | 0032 0181 0021 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão | | | | | | | 8.192.953 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 8.192.953 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 134.632.433 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.192.953 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 142.825.386 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93311 - Recursos do Instituto Federal de Minas Gerais(26409)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 99.520.730 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 92.010.554 |
| 12 363 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 92.010.554 |
| | | | | | | | | | 92.010.554 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.510.176 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 7.510.176 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 7.510.176 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 92.010.554 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.510.176 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 99.520.730 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93312 - Recursos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais(26410)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 64.064.560 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 61.465.200 |
| 12 363 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 61.465.200 |
| | | | | | | | | | 61.465.200 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.599.360 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.599.360 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.599.360 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 61.465.200 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.599.360 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 64.064.560 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93313 - Recursos do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais(26411)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 70.024.236 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 62.778.401 |
| 12 363 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 62.778.401 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 62.778.401 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.245.835 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 7.245.835 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 7.245.835 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 62.778.401 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.245.835 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 70.024.236 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93314 - Recursos do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais(26412)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 62.675.814 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 56.469.535 |
| 12 363 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 56.469.535 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 56.469.535 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 6.206.279 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 6.206.279 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 6.206.279 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 56.469.535 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.206.279 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 62.675.814 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93315 - Recursos do Instituto Federal do Triângulo Mineiro(26413)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 56.837.474 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 52.534.874 |
| 12 363 | 0032 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 52.534.874 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 52.534.874 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 4.302.600 |
| 09 272 | 0032 0181 0031 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 4.302.600 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.302.600 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 52.534.874 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.302.600 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 56.837.474 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93316 - Recursos do Instituto Federal do Mato Grosso(26414)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 102.359.491 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 92.708.539 |
| 12 363 | 0032 20TP 0051 | Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 92.708.539 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 92.708.539 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 9.650.952 |
| 09 272 | 0032 0181 0051 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 9.650.952 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 9.650.952 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 92.708.539 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 9.650.952 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 102.359.491 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93317 - Recursos do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul(26415)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 49.976.199 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 49.758.472 |
| 12 363 | 0032 20TP 0054 | Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 49.758.472 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 49.758.472 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 217.727 |
| 09 272 | 0032 0181 0054 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 217.727 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 217.727 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 49.758.472 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 217.727 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 49.976.199 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93318 - Recursos do Instituto Federal do Pará(26416)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 104.537.194 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 94.837.552 |
| 12 363 | 0032 20TP 0015 | Ativos Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 94.837.552 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 94.837.552 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 9.699.642 |
| 09 272 | 0032 0181 0015 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 9.699.642 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 9.699.642 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 94.837.552 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 9.699.642 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 104.537.194 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93319 - Recursos do Instituto Federal da Paraíba(26417)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 132.519.558 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 118.579.804 |
| 12 363 | 0032 20TP 0025 | Ativos Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 118.579.804 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 118.579.804 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 13.939.754 |
| 09 272 | 0032 0181 0025 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 13.939.754 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 13.939.754 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 118.579.804 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 13.939.754 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 132.519.558 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93320 - Recursos do Instituto Federal de Pernambuco(26418)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 128.738.655 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 110.447.478 |
| 12 363 | 0032 20TP 0026 | Ativos Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 110.447.478 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 110.447.478 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 18.291.177 |
| 09 272 | 0032 0181 0026 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 18.291.177 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 18.291.177 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 110.447.478 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 18.291.177 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 128.738.655 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93321 - Recursos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul(26419)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 110.807.003 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 105.760.665 |
| 12 363 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 105.760.665 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 105.760.665 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 5.046.338 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 5.046.338 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 5.046.338 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 105.760.665 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.046.338 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 110.807.003 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93322 - Recursos do Instituto Federal Farroupilha(26420)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 71.339.540 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 68.490.383 |
| 12 363 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 68.490.383 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 68.490.383 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.849.157 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 2.849.157 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.849.157 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 68.490.383 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.849.157 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 71.339.540 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93323 - Recursos do Instituto Federal de Rondônia(26421)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 49.694.570 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 48.788.232 |
| 12 363 | 0032 20TP 0011 | Ativos Civis da União - No Estado de Rondônia | | | | | | | 48.788.232 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 48.788.232 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 906.338 |
| 09 272 | 0032 0181 0011 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia | | | | | | | 906.338 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 906.338 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 48.788.232 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 906.338 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 49.694.570 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93324 - Recursos do Instituto Federal Catarinense(26422)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 91.837.858 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 87.992.914 |
| 12 363 | 0032 20TP 0042 | Ativos Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 87.992.914 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 87.992.914 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.844.944 |
| 09 272 | 0032 0181 0042 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 3.844.944 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.844.944 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 87.992.914 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.844.944 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 91.837.858 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93325 - Recursos do Instituto Federal de Sergipe(26423)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 63.286.930 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 55.328.514 |
| 12 363 | 0032 20TP 0028 | Ativos Civis da União - No Estado de Sergipe | | | | | | | 55.328.514 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 55.328.514 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.958.416 |
| 09 272 | 0032 0181 0028 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe | | | | | | | 7.958.416 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 7.958.416 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 55.328.514 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.958.416 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 63.286.930 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93326 - Recursos do Instituto Federal do Tocantins(26424)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 58.352.428 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 57.684.924 |
| 12 363 | 0032 20TP 0017 | Ativos Civis da União - No Estado do Tocantins | | | | | | | 57.684.924 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 57.684.924 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 667.504 |
| 09 272 | 0032 0181 0017 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins | | | | | | | 667.504 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 667.504 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 57.684.924 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 667.504 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 58.352.428 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93327 - Recursos do Instituto Federal do Acre(26425)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 27.974.328 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 27.974.328 |
| 12 363 | 0032 20TP 0012 | Ativos Civis da União - No Estado do Acre | | | | | | | 27.974.328 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 27.974.328 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 27.974.328 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 27.974.328 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93328 - Recursos do Instituto Federal do Amapá(26426)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 23.177.787 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 23.177.787 |
| 12 363 | 0032 20TP 0016 | Ativos Civis da União - No Estado do Amapá | | | | | | | 23.177.787 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 23.177.787 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 23.177.787 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 23.177.787 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93329 - Recursos do Instituto Federal da Bahia(26427)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 145.515.460 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 134.103.124 |
| 12 363 | 0032 20TP 0029 | Ativos Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 134.103.124 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 134.103.124 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.412.336 |
| 09 272 | 0032 0181 0029 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 11.412.336 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 11.412.336 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 134.103.124 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.412.336 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 145.515.460 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93330 - Recursos do Instituto Federal de Brasília(26428)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 55.695.997 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 55.297.268 |
| 12 363 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 55.297.268 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 55.297.268 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 398.729 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 398.729 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 398.729 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 55.297.268 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 398.729 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 55.695.997 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93331 - Recursos do Instituto Federal de Goiás(26429)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 112.446.686 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 102.282.325 |
| 12 363 | 0032 20TP 0052 | Ativos Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 102.282.325 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 102.282.325 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 10.164.361 |
| 09 272 | 0032 0181 0052 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 10.164.361 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 10.164.361 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 102.282.325 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.164.361 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 112.446.686 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93332 - Recursos do Instituto Federal do Sertão Pernambucano(26430)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 44.635.065 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 42.705.606 |
| 12 363 | 0032 20TP 0026 | Ativos Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 42.705.606 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 42.705.606 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.929.459 |
| 09 272 | 0032 0181 0026 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 1.929.459 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.929.459 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 42.705.606 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.929.459 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 44.635.065 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93333 - Recursos do Instituto Federal do Piauí(26431)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 107.809.036 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 100.378.076 |
| 12 363 | 0032 20TP 0022 | Ativos Civis da União - No Estado do Piauí | | | | | | | 100.378.076 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 100.378.076 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 7.430.960 |
| 09 272 | 0032 0181 0022 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí | | | | | | | 7.430.960 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 7.430.960 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 100.378.076 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.430.960 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 107.809.036 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93334 - Recursos do Instituto Federal do Paraná(26432)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 103.384.392 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 102.239.953 |
| 12 363 | 0032 20TP 0041 | Ativos Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 102.239.953 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 102.239.953 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.144.439 |
| 09 272 | 0032 0181 0041 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 1.144.439 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.144.439 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 102.239.953 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.144.439 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 103.384.392 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93335 - Recursos do Instituto Federal do Rio de Janeiro(26433)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 100.069.924 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 91.188.297 |
| 12 363 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 91.188.297 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 91.188.297 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 8.881.627 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 8.881.627 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 8.881.627 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 91.188.297 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.881.627 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 100.069.924 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93336 - Recursos do Instituto Federal Fluminense(26434)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 93.450.904 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 79.950.535 |
| 12 363 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 79.950.535 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 79.950.535 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 13.500.369 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 13.500.369 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 13.500.369 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 79.950.535 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 13.500.369 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 93.450.904 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93337 - Recursos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte(26435)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 149.170.637 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 137.454.297 |
| 12 363 | 0032 20TP 0024 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 137.454.297 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 137.454.297 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.716.340 |
| 09 272 | 0032 0181 0024 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 11.716.340 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 11.716.340 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 137.454.297 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.716.340 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 149.170.637 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93338 - Recursos do Instituto Federal Sul-rio-grandense(26436)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 106.193.002 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 94.590.846 |
| 12 363 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 94.590.846 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 94.590.846 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.602.156 |
| 09 272 | 0032 0181 0043 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 11.602.156 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 11.602.156 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 94.590.846 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.602.156 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 106.193.002 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93339 - Recursos do Instituto Federal de Roraima(26437)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 31.002.045 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 28.170.867 |
| 12 363 | 0032 20TP 0014 | Ativos Civis da União - No Estado de Roraima | | | | | | | 28.170.867 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 28.170.867 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.831.178 |
| 09 272 | 0032 0181 0014 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima | | | | | | | 2.831.178 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.831.178 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 28.170.867 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.831.178 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.002.045 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93340 - Recursos do Instituto Federal de Santa Catarina(26438)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 150.573.278 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 137.807.343 |
| 12 363 | 0032 20TP 0042 | Ativos Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 137.807.343 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 137.807.343 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 12.765.935 |
| 09 272 | 0032 0181 0042 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 12.765.935 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 12.765.935 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 137.807.343 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 12.765.935 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 150.573.278 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93341 - Recursos do Instituto Federal de São Paulo(26439)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 227.600.999 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 216.557.294 |
| 12 363 | 0032 20TP 0035 | Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 216.557.294 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 216.557.294 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.043.705 |
| 09 272 | 0032 0181 0035 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 11.043.705 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 11.043.705 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 216.557.294 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.043.705 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 227.600.999 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93342 - Recursos da Universidade Federal da Fronteira Sul(26440)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 58.100.353 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 57.894.168 |
| 12 364 | 0032 20TP 0040 | Ativos Civis da União - Na Região Sul | | | | | | | 57.894.168 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 57.894.168 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 206.185 |
| 09 272 | 0032 0181 0040 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Sul | | | | | | | 206.185 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 206.185 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 57.894.168 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 206.185 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 58.100.353 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93343 - Recursos da Universidade Federal do Oeste do Pará(26441)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 43.251.924 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 42.702.955 |
| 12 364 | 0032 20TP 0015 | Ativos Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 42.702.955 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 42.702.955 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 548.969 |
| 09 272 | 0032 0181 0015 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 548.969 |
| S | | | | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 548.969 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 42.702.955 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 548.969 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 43.251.924 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93344 - Recursos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira(26442)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 29.024.548 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 29.024.548 |
| 12 364 | 0032 20TP 0020 | Ativos Civis da União - Na Região Nordeste | | | | | | | 29.024.548 |
| F | | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 29.024.548 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 29.024.548 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 29.024.548 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93348 - Recursos da Universidade Federal do Oeste da Bahia(26447)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 24.414.722 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 24.414.722 |
| 12 364 | 0032 20TP 0029 | Ativos Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 24.414.722 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| F | | | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 24.414.722 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 24.414.722 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 24.414.722 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93349 - Recursos da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará(26448)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 31.446.133 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 31.446.133 |
| 12 364 | 0032 20TP 0015 | Ativos Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 31.446.133 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 31.446.133 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 31.446.133 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.446.133 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93350 - Recursos da Universidade Federal do Cariri(26449)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 25.377.750 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 25.377.750 |
| 12 364 | 0032 20TP 0023 | Ativos Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 25.377.750 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 25.377.750 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 25.377.750 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 25.377.750 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93351 - Recursos da Universidade Federal do Sul da Bahia(26450)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 24.407.454 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 24.242.876 |
| 12 364 | 0032 20TP 0029 | Ativos Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 24.242.876 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 8 | 944 | 24.194.620 |
| | | | F | 1 | 1 | 91 | 8 | 944 | 48.256 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 164.578 |
| 09 272 | 0032 0181 0029 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 164.578 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 164.578 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.242.876 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 164.578 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.407.454 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93360 - Recursos do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta(30101)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 113.560.303 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 86.176.069 |
| 06 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 86.176.069 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 86.176.069 |
| 06 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 6.503.359 |
| 06 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 6.503.359 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 6.503.359 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 20.880.875 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 20.880.875 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 20.880.875 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 92.679.428 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 20.880.875 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 113.560.303 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93361 - Recursos do Arquivo Nacional(30103)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 21.178.929 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 17.792.279 |
| 04 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 17.792.279 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 17.792.279 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 717.147 |
| 04 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 717.147 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 717.147 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.669.503 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.669.503 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.669.503 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.509.426 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.669.503 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 21.178.929 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93362 - Recursos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal(30107)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 984.618.630 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 663.070.299 |
| 06 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 663.070.299 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 663.070.299 |
| 06 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 33.230.212 |
| 06 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 33.230.212 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 33.230.212 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 288.318.119 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 288.318.119 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 288.318.119 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 696.300.511 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 288.318.119 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 984.618.630 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93363 - Recursos do Departamento de Polícia Federal(30108)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.567.241.960 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.145.141.629 |
| 06 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.145.141.629 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.145.141.629 |
| 06 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 34.523.338 |
| 06 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 29.277.479 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 29.277.479 |
| 06 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 5.245.859 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 5.245.859 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 387.576.993 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 387.576.993 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 387.576.993 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.179.664.967 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 387.576.993 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.567.241.960 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93364 - Recursos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI(30202)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 101.133.619 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 67.991.564 |
| 14 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 67.991.564 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 67.991.564 |
| 14 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.607.690 |
| 14 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.607.690 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.607.690 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 29.534.365 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 29.534.365 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 29.534.365 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 46.770.276 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 46.770.276 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 46.770.276 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 40.166.680 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 6.603.596 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 118.369.530 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 29.534.365 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 147.903.895 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93365 - Recursos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade(30211)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 4.283.603 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 4.132.971 |
| 14 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 4.132.971 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.132.971 |
| 14 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 150.632 |
| 14 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 150.632 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 150.632 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 298.147 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 298.147 |
| 28 846 | 0901 0005 0053 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal | | | | | | | 298.147 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 75.704 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 222.443 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.581.750 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.581.750 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93366 - Recursos do Ministério de Minas e Energia - Administração Direta(32101)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 46.800.127 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 25 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 29.516.528 |
| 25 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 29.516.528 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 29.516.528 |
| 25 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.308.283 |
| 25 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 1.308.283 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.308.283 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 15.975.316 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 15.975.316 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 15.975.316 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 30.824.811 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 15.975.316 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 46.800.127 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93367 - Recursos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM(32202)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 128.210.155 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 124.098.397 |
| 22 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 124.098.397 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 124.098.397 |
| 22 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 4.111.758 |
| 22 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 4.111.758 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.111.758 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 128.210.155 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 128.210.155 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93368 - Recursos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP(32265)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.858.110 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 25 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 11.483 |
| 25 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 11.483 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 11.483 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.846.627 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 2.846.627 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.846.627 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 1.302.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 1.302.000 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 1.302.000 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.302.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.313.483 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.846.627 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.160.110 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93369 - Recursos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL(32266)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 882.689 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 25 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.136 |
| 25 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 2.136 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.136 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 880.553 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 880.553 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 880.553 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.136 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 880.553 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 882.689 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93370 - Recursos da Empresa de Pesquisa Energética - EPE(32314)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 27.937.255 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 25 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 27.230.161 |
| 25 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 27.230.161 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 27.230.161 |
| 25 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 707.094 |
| 25 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 707.094 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 707.094 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 27.937.255 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 27.937.255 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93371 - Recursos da Agência Nacional de Mineração - ANM(32396)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 69.802.524 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 56.089.555 |
| 22 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 56.089.555 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 56.089.555 |
| 22 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.090.801 |
| 22 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 2.090.801 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.090.801 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 11.622.168 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 11.622.168 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 11.622.168 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 831.350 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 831.350 |
| 28 846 | 0901 0005 0053 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal | | | | | | | 831.350 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 603.237 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 228.113 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 59.011.706 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.622.168 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 70.633.874 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93372 - Recursos das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB(32397)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 87.709.926 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 84.810.614 |
| 19 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 84.810.614 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 84.810.614 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.899.312 |
| 19 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.899.312 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.899.312 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 87.709.926 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 87.709.926 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93373 - Recursos da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP(32398)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 75.106.295 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 73.772.072 |
| 19 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 73.772.072 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 73.772.072 |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.334.223 |
| 19 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.334.223 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.334.223 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 75.106.295 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 75.106.295 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93379 - Recursos do Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta(35101)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 568.429.228 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 07 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 421.633.673 |
| 07 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 421.633.673 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 421.633.673 |
| 07 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 80.465.140 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 07 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.049.355 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.049.355 |
| 07 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 77.415.785 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 77.415.785 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 66.330.415 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 66.330.415 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 66.330.415 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 502.098.813 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 66.330.415 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 568.429.228 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93380 - Recursos da Fundação Alexandre de Gusmão(35201)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.440.183 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 07 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 2.136.260 |
| 07 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 2.136.260 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.136.260 |
| 07 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 85.883 |
| 07 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 85.883 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 85.883 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 218.040 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 218.040 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 218.040 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.222.143 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 218.040 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.440.183 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93381 - Recursos da Fundação Oswaldo Cruz(36201)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 57.340.045 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 57.340.045 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 57.340.045 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 57.340.045 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 57.340.045 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 57.340.045 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93383 - Recursos da Fundação Nacional de Saúde(36211)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 251.983.722 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 251.983.722 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 251.983.722 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 251.983.722 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 251.983.722 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 251.983.722 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93384 - Recursos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(36212)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 28.050.822 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 28.050.822 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 28.050.822 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 28.050.822 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 28.050.822 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 28.050.822 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93386 - Recursos do Fundo Nacional de Saúde(36901)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 952.726.093 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 952.726.093 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 952.726.093 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 952.726.093 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 952.726.093 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 952.726.093 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93387 - Recursos da Controladoria-Geral da União - Administração Direta(37101)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 261.684.368 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 218.909.214 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 218.909.214 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 218.909.214 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.574.990 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.574.990 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.574.990 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 39.200.164 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 39.200.164 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 39.200.164 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 222.484.204 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 39.200.164 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 261.684.368 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93388 - Recursos do Ministério da Infraestrutura - Administração Direta(39101)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 544.227.653 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 66.004.823 |
| 26 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 66.004.823 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 66.004.823 |
| 26 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.446.500 |
| 26 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 3.446.500 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.446.500 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 474.776.330 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 474.776.330 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 474.776.330 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 69.451.323 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 474.776.330 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 544.227.653 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93389 - Recursos da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.(39207)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 37.115.843 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 35.061.281 |
| 26 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 35.061.281 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 35.061.281 |
| 26 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.054.562 |
| 26 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 2.054.562 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.054.562 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 37.115.843 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 37.115.843 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93390 - Recursos da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT(39250)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 28.176.331 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 24.448.709 |
| 26 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 24.448.709 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 24.448.709 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.727.622 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 3.727.622 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.727.622 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 303.123 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 303.123 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 303.123 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 303.123 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.751.832 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.727.622 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 28.479.454 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93391 - Recursos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ(39251)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 12.024.358 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 10.612.545 |
| 26 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 10.612.545 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 10.612.545 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.411.813 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.411.813 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.411.813 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.612.545 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.411.813 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.024.358 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93392 - Recursos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT(39252)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 188.158.281 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 147.755.030 |
| 26 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 147.755.030 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 147.755.030 |
| 26 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 4.743.507 |
| 26 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 4.743.507 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.743.507 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 35.659.744 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 35.659.744 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 35.659.744 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 64.553.041 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 64.553.041 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 64.553.041 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 9.593.764 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 54.959.277 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 217.051.578 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 35.659.744 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 252.711.322 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93393 - Recursos da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL(39253)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 11.485.126 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 11.179.291 |
| 26 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 11.179.291 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 11.179.291 |
| 26 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 305.835 |
| 26 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 305.835 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 305.835 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.485.126 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.485.126 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93394 - Recursos da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC(39254)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 109.050.990 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 102.414.287 |
| 26 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 102.414.287 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 102.414.287 |
| 26 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.740.410 |
| 26 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 2.456.696 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.456.696 |
| 26 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 283.714 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 283.714 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.896.293 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 3.896.293 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.896.293 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 105.154.697 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.896.293 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 109.050.990 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93395 - Recursos do Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta(44101)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 31.249.885 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 27.455.028 |
| 18 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 27.455.028 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 27.455.028 |
| 18 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.210.875 |
| 18 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 1.210.875 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.210.875 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.583.982 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 2.583.982 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.583.982 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 28.665.903 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.583.982 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.249.885 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93396 - Recursos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA(44201)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 242.518.418 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 139.132.407 |
| 18 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 139.132.407 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 139.132.407 |
| 18 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 5.172.834 |
| 18 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 5.172.834 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 5.172.834 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 98.213.177 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 98.213.177 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 98.213.177 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 46.767.679 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 46.767.679 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 46.767.679 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 40.108.005 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 6.659.674 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 191.072.920 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 98.213.177 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 289.286.097 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93397 - Recursos do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ(44206)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 10.507.571 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 7.376.909 |
| 18 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 7.376.909 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 7.376.909 |
| 18 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 247.803 |
| 18 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 247.803 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 247.803 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.882.859 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.882.859 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.882.859 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 258.973 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 258.973 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 258.973 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 258.973 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.883.685 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.882.859 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.766.544 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93398 - Recursos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(44207)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 100.132.211 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 80.956.484 |
| 18 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 80.956.484 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 80.956.484 |
| 18 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.056.764 |
| 18 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.056.764 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.056.764 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 16.118.963 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 16.118.963 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 16.118.963 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 1.513.401 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 1.513.401 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 1.513.401 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 452.556 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.060.845 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 85.526.649 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 16.118.963 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 101.645.612 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93399 - Recursos do Ministério da Defesa - Administração Direta(52101)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 62.670.095 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 59.067.415 |
| 05 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 59.067.415 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 59.067.415 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 871.792 |
| 05 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 871.792 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 871.792 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 2.730.888 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 2.730.888 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.730.888 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 59.939.207 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.730.888 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 62.670.095 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93400 - Recursos do Comando da Aeronáutica(52111)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 4.867.181.650 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 191.762.378 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 191.762.378 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 191.762.378 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 120.965.212 |
| 05 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 105.606.228 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 105.606.228 |
| 05 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 15.358.984 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 15.358.984 |
| 05 122 | 0032 214H | Inativos Militares das Forças Armadas | | | | | | | 2.180.535.445 |
| 05 122 | 0032 214H 0001 | Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional | | | | | | | 2.180.535.445 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.180.535.445 |
| 05 122 | 0032 2867 | Ativos Militares das Forças Armadas | | | | | | | 2.181.287.692 |
| 05 122 | 0032 2867 0001 | Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional | | | | | | | 2.181.287.692 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.181.287.692 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 192.630.923 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 192.630.923 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 192.630.923 |
| | 0999 | Reserva de Contingência | | | | | | | 184.457.678 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0Z01 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária | | | | | | | 184.457.678 |
| 99 999 | 0999 0Z01 0001 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional | | | | | | | 184.457.678 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 184.457.678 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.859.008.405 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 192.630.923 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.051.639.328 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93401 - Recursos do Comando do Exército(52121)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 9.503.048.119 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 169.289.207 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 169.289.207 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 169.289.207 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 244.561.224 |
| 05 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 244.561.224 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 244.561.224 |
| 05 122 | 0032 214H | Inativos Militares das Forças Armadas | | | | | | | 3.553.606.724 |
| 05 122 | 0032 214H 0001 | Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional | | | | | | | 3.553.606.724 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.553.606.724 |
| 05 122 | 0032 2867 | Ativos Militares das Forças Armadas | | | | | | | 5.340.796.833 |
| 05 122 | 0032 2867 0001 | Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional | | | | | | | 5.340.796.833 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 5.340.796.833 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 194.794.131 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 194.794.131 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 194.794.131 |
| | 0999 | Reserva de Contingência | | | | | | | 444.841.401 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0Z01 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária | | | | | | | 444.841.401 |
| 99 999 | 0999 0Z01 0001 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional | | | | | | | 444.841.401 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 444.841.401 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.753.095.389 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 194.794.131 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.947.889.520 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93402 - Recursos do Comando da Marinha(52131)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 5.332.831.613 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 162.627.359 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 162.627.359 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 162.627.359 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 143.060.861 |
| 05 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 119.379.828 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 119.379.828 |
| 05 301 | 0032 212B 0002 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Exterior | | | | | | | 23.681.033 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 23.681.033 |
| 05 122 | 0032 214H | Inativos Militares das Forças Armadas | | | | | | | 2.390.077.357 |
| 05 122 | 0032 214H 0001 | Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional | | | | | | | 2.390.077.357 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.390.077.357 |
| 05 122 | 0032 2867 | Ativos Militares das Forças Armadas | | | | | | | 2.469.995.771 |
| 05 122 | 0032 2867 0001 | Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional | | | | | | | 2.469.995.771 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.469.995.771 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 167.070.265 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 167.070.265 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 167.070.265 |
| | 0999 | Reserva de Contingência | | | | | | | 211.565.697 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0Z01 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária | | | | | | | 211.565.697 |
| 99 999 | 0999 0Z01 0001 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional | | | | | | | 211.565.697 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 211.565.697 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.377.327.045 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 167.070.265 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.544.397.310 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93403 - Recursos da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica(52211)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 476.198 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 448.267 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 448.267 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 448.267 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 27.931 |
| 05 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 27.931 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 27.931 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 128.589 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 128.589 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 128.589 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 128.589 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 604.787 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 604.787 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93404 - Recursos da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL(52221)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 30.637.847 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 26.978.382 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 26.978.382 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 26.978.382 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.659.465 |
| 05 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.659.465 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.659.465 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 4.744.727 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 4.744.727 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 4.744.727 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.744.727 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 35.382.574 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.382.574 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93405 - Recursos da Fundação Osório(52222)
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO )
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 3.915.085 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 2.726.014 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 2.726.014 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.726.014 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 162.579 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 05 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 162.579 |
| | | | | | | | | | 162.579 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.026.492 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.026.492 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.026.492 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 168.458 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 168.458 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 168.458 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 168.458 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.057.051 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.026.492 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.083.543 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93406 - Recursos da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM(52232)

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 537.944 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 175.995 |
| 05 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 175.995 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 175.995 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 5.789 |
| 05 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 5.789 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 5.789 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 356.160 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 356.160 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 356.160 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 181.784 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 356.160 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 537.944 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93407 - Recursos da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL(52233)

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 110.955.004 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 106.973.246 |
| 05 122 | 0032 20TP 0035 | Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 106.973.246 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 106.973.246 |
| 05 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.981.758 |
| 05 301 | 0032 212B 0035 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | | | | | 3.981.758 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.981.758 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 110.955.004 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 110.955.004 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93408 - Recursos do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas(52902)

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 5.706.691 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 5.706.691 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 5.706.691 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 5.706.691 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.706.691 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.706.691 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93409 - Recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta(53101)

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 43.838.129 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 40.773.401 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 40.773.401 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 40.773.401 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.968.898 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.968.898 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.968.898 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.095.830 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 1.095.830 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.095.830 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 42.742.299 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.095.830 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 43.838.129 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93410 - Recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF(53201)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 159.763.940 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 155.616.310 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 155.616.310 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 155.616.310 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 4.147.630 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 4.147.630 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.147.630 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 159.763.940 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 159.763.940 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93411 - Recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia(53202)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 10.023.475 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 8.363.682 |
| 04 122 | 0032 20TP 6000 | Ativos Civis da União - Na Amazônia Legal | | | | | | | 8.363.682 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 8.363.682 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 306.174 |
| 04 301 | 0032 212B 6000 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Amazônia Legal | | | | | | | 306.174 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 306.174 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.353.619 |
| 09 272 | 0032 0181 6000 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Amazônia Legal | | | | | | | 1.353.619 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.353.619 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.669.856 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.353.619 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.023.475 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93412 - Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste(53203)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 10.159.794 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 8.628.672 |
| 04 122 | 0032 20TP 0020 | Ativos Civis da União - Na Região Nordeste | | | | | | | 8.628.672 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 8.628.672 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 421.241 |
| 04 301 | 0032 212B 0020 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste | | | | | | | 421.241 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 421.241 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 1.109.881 |
| 09 272 | 0032 0181 0020 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste | | | | | | | 1.109.881 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.109.881 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 562.945 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 562.945 |
| 28 846 | 0901 0005 0020 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste | | | | | | | 562.945 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 499.309 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 63.636 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.612.858 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.109.881 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.722.739 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93413 - Recursos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS(53204)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 125.310.206 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 30.542.397 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 30.542.397 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 30.542.397 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.911.361 |
| 04 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.911.361 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.911.361 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 92.856.448 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 92.856.448 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 92.856.448 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 41.647.677 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 41.647.677 |
| 28 846 | 0901 0005 0020 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste | | | | | | | 41.647.677 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 29.186.846 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 12.460.831 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 74.101.435 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 92.856.448 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 166.957.883 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93414 - Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO(53207)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 3.203.897 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 3.056.327 |
| 04 122 | 0032 20TP 0050 | Ativos Civis da União - Na Região Centro-Oeste | | | | | | | 3.056.327 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.056.327 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 147.570 |
| 04 301 | 0032 212B 0050 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Centro-Oeste | | | | | | | 147.570 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 147.570 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.203.897 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.203.897 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93415 - Recursos da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB(53208)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 48.051.110 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 44.212.854 |
| 15 122 | 0032 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 44.212.854 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 44.212.854 |
| 15 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.838.256 |
| 15 301 | 0032 212B 0043 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 3.838.256 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.838.256 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 48.051.110 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 48.051.110 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93416 - Recursos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU(53209)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 226.493.674 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 213.699.786 |
| 15 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 213.699.786 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 213.699.786 |
| 15 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 12.793.888 |
| 15 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 12.793.888 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 12.793.888 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 226.493.674 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 226.493.674 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93417 - Recursos da Agência Nacional de Águas - ANA(53210)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 28.908.568 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 27.595.763 |
| 18 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 27.595.763 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 27.595.763 |
| 18 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 571.942 |
| 18 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 571.942 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 571.942 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 740.863 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 740.863 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 740.863 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 333.820 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 333.820 |
| 28 846 | 0901 0005 0053 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal | | | | | | | 333.820 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 333.820 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 28.501.525 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 740.863 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 29.242.388 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93418 - Recursos do Ministério do Turismo - Administração Direta(54101)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 60.356 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 23 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 60.356 |
| 23 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 60.356 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 60.356 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 60.356 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 60.356 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93420 - Recursos da Fundação Casa de Rui Barbosa(54202)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 9.218.731 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 5.976.607 |
| 13 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 5.976.607 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 5.976.607 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 186.424 |
| 13 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 186.424 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 186.424 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.055.700 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 3.055.700 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.055.700 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.163.031 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.055.700 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.218.731 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93421 - Recursos da Fundação Biblioteca Nacional - BN(54203)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 15.365.440 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 9.759.362 |
| 13 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 9.759.362 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 9.759.362 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 256.507 |
| 13 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 256.507 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 256.507 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 5.349.571 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 5.349.571 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 5.349.571 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 284.660 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 284.660 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 284.660 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 284.660 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.300.529 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.349.571 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.650.100 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93422 - Recursos da Fundação Cultural Palmares(54204)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 2.228.926 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.809.356 |
| 13 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 1.809.356 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.809.356 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 101.978 |
| 13 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 101.978 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 101.978 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 317.592 |
| 09 272 | 0032 0181 0053 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 317.592 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 317.592 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.911.334 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 317.592 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.228.926 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93423 - Recursos da Fundação Nacional de Artes(54205)
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 10.662.304 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 5.347.162 |
| 13 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 5.347.162 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 5.347.162 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 359.506 |
| 13 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 359.506 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 359.506 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 4.955.636 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 4.955.636 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.955.636 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 387.024 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 387.024 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 387.024 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 387.024 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.093.692 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.955.636 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.049.328 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93424 - Recursos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional(54206)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 45.567.850 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 29.358.614 |
| 13 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 29.358.614 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 29.358.614 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.771.518 |
| 13 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.771.518 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.771.518 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 14.437.718 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 14.437.718 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 14.437.718 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 7.292.165 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 7.292.165 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 7.292.165 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 7.292.165 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 38.422.297 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 14.437.718 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 52.860.015 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93425 - Recursos da Agência Nacional do Cinema - ANCINE(54207)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 25.377.373 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 24.305.183 |
| 13 122 | 0032 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 24.305.183 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 24.305.183 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 729.960 |
| 13 301 | 0032 212B 0033 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 729.960 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 729.960 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 342.230 |
| 09 272 | 0032 0181 0033 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 342.230 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 342.230 |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 111.109 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 111.109 |
| 28 846 | 0901 0005 0033 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 111.109 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 111.109 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 25.146.252 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 342.230 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 25.488.482 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição

UNIDADE: 93426 - Recursos do Instituto Brasileiro de Museus(54208)

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 18.235.691 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 13.878.938 |
| 13 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 13.878.938 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 13.878.938 |
| 13 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 763.654 |
| 13 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 763.654 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 763.654 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 3.593.099 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 3.593.099 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.593.099 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.642.592 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.593.099 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.235.691 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93428 - Recursos do Gabinete da Vice-Presidência da República(60101)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 3.322.545 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 3.251.052 |
| 04 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 3.251.052 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 3.251.052 |
| 04 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 71.493 |
| 04 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 71.493 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 71.493 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.322.545 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.322.545 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93429 - Recursos da Advocacia-Geral da União(63101)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 962.189.483 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 822.270.403 |
| 04 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 822.270.403 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 822.270.403 |
| 03 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 14.940.960 |
| 03 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 14.940.960 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 14.940.960 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 124.978.120 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 124.978.120 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 124.978.120 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 837.211.363 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 124.978.120 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 962.189.483 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93430 - Recursos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta(81101)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 20.174.414 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 19.953.876 |
| 14 122 | 0032 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 19.953.876 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 19.953.876 |
| 14 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 220.538 |
| 14 301 | 0032 212B 0053 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 220.538 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 220.538 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.174.414 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.174.414 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93435 - Recursos da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS(41260)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 264.787 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 264.787 |
| 19 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 264.787 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 264.787 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 264.787 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 264.787 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93463 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais(71103)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 19.171.134.403 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 17.294.573.481 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional | | | | | | | 17.294.573.481 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 4.703.792.113 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 12.590.781.368 |
| 28 846 | 0901 0625 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor | | | | | | | 1.876.560.922 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional | | | | | | | 1.876.560.922 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 930.020.192 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 946.540.730 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 19.171.134.403 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.171.134.403 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93464 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia(71101)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 445.685.833 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 220.000.000 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | | | | | 220.000.000 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 120.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 100.000.000 |
| 28 846 | 0901 00QY | Acordos referentes a passivos atuariais de estatais dependentes | | | | | | | 225.685.833 |
| 28 846 | 0901 00QY 0001 | Acordos referentes a passivos atuariais de estatais dependentes - Nacional | | | | | | | 225.685.833 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 225.685.833 |
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 151.134.620 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 0265 | Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991) | | | | | | | 151.134.620 |
| 28 846 | 0909 0265 0001 | Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991) - Nacional | | | | | | | 151.134.620 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 151.134.620 |
| | 0999 | Reserva de Contingência | | | | | | | 1.382.512.953 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0Z01 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária | | | | | | | 1.382.512.953 |
| 99 999 | 0999 0Z01 0001 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional | | | | | | | 1.382.512.953 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 1.382.512.953 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.979.333.406 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.979.333.406 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93495 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia(73101)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.154.166.954 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 28 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 30.561.639 |
| 28 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 30.561.639 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 30.561.639 |
| 28 122 | 0032 218I | Ativos Civis dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara | | | | | | | 446.233.966 |
| 28 122 | 0032 218I 0001 | Ativos Civis dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional | | | | | | | 446.233.966 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 446.233.966 |
| 28 122 | 0032 218J | Ativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara | | | | | | | 82.649.392 |
| 28 122 | 0032 218J 0001 | Ativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional | | | | | | | 82.649.392 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 82.649.392 |
| 28 122 | 0032 218K | Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara | | | | | | | 283.025.313 |
| 28 122 | 0032 218K 0001 | Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional | | | | | | | 283.025.313 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 283.025.313 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 311.696.644 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 311.696.644 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 311.696.644 |
| | 0903 | Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica | | | | | | | 2.122.439.078 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 845 | 0903 00SE | Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios nos Termos do Acordo nos Autos da ADO nº 25 | | | | | | | 2.122.439.078 |
| 28 845 | 0903 00SE 0001 | Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios nos Termos do Acordo nos Autos da ADO nº 25 - Nacional | | | | | | | 2.122.439.078 |
| | | | F | 3 | 1 | 30 | 0 | 944 | 1.122.439.078 |
| | | | F | 3 | 1 | 40 | 0 | 944 | 1.000.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.964.909.388 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 311.696.644 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.276.606.032 |

ÓRGÃO: 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição
UNIDADE: 93496 - Recursos do Ministério das Comunicações - Administração Direta(41101)
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 142.366.125 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 24 122 | 0032 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 85.317.659 |
| 24 122 | 0032 20TP 0001 | Ativos Civis da União - Nacional | | | | | | | 85.317.659 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 85.317.659 |
| 24 301 | 0032 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.132.746 |
| 24 301 | 0032 212B 0001 | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 2.132.746 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 944 | 2.132.746 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0032 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | | | | | | | 54.915.720 |
| 09 272 | 0032 0181 0001 | Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional | | | | | | | 54.915.720 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 944 | 54.915.720 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 87.450.405 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 54.915.720 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 142.366.125 |

## SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
## SECRETARIA DE TRABALHO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

### DESPACHO DE 19 DE MAIO DE 2021

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto infração ou da notificação de débito.

| Nº | Processo | AI | Empresa | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46204.001170/2016-91 | 208757066 | BTU Bahia Transportes Urbanos Ltda | BA |
| 2 | 46204.001171/2016-36 | 208757074 | BTU Bahia Transportes Urbanos Ltda | BA |
| 3 | 46204.001172/2016-81 | 208757112 | BTU Bahia Transportes Urbanos Ltda | BA |
| 4 | 46204.012854/2015-38 | 208526587 | BTU Bahia Transportes Urbanos Ltda | BA |
| 5 | 46281.001372/2018-82 | 214820378 | Concessionaria Feira Popular S/A | BA |
| 6 | 47904.005665/2015-84 | 206518404 | Empresa Editora a Tarde S A | BA |
| 7 | 47904.005666/2015-29 | 206518579 | Empresa Editora a Tarde S A | BA |
| 8 | 46204.008693/2017-40 | 212290509 | Macrofast Construtora e Servicos Ltda | BA |
| 9 | 46204.008694/2017-94 | 212290517 | Macrofast Construtora e Servicos Ltda | BA |
| 10 | 46204.008695/2017-39 | 212290525 | Macrofast Construtora e Servicos Ltda | BA |
| 11 | 46204.008696/2017-83 | 212290533 | Macrofast Construtora e Servicos Ltda | BA |
| 12 | 46204.009927/2018-57 | 215456165 | Petnor Industria e Comercio de Embalagens Ltda | BA |
| 13 | 46204.009928/2018-00 | 215456394 | Petnor Industria e Comercio de Embalagens Ltda | BA |
| 14 | 46204.009929/2018-46 | 215456416 | Petnor Industria e Comercio de Embalagens Ltda | BA |
| 15 | 46204.009930/2018-71 | 215456432 | Petnor Industria e Comercio de Embalagens Ltda | BA |
| 16 | 46204.010677/2017-17 | 212914219 | Vipac Seguranca e Vigilancia Ltda | BA |
| 17 | 46204.010678/2017-61 | 212913204 | Vipac Seguranca e Vigilancia Ltda | BA |
| 18 | 47102.000014/2017-03 | 211143553 | Vipac Seguranca e Vigilancia Ltda | BA |
| 19 | 46205.003962/2019-33 | 217258361 | J Machado Comercio de Petroleo Ltda | CE |
| 20 | 46205.003963/2019-88 | 217258379 | J Machado Comercio de Petroleo Ltda | CE |
| 21 | 46205.003964/2019-22 | 217258387 | J Machado Comercio de Petroleo Ltda | CE |
| 22 | 46205.002799/2019-91 | 217072003 | Lago Grill Comercio de Alimentos Ltda | CE |
| 23 | 46205.002764/2019-52 | 217068383 | Locabras Seguranca de Valores Ltda | CE |
| 24 | 46205.011698/2017-40 | 212894455 | Posto Podium Ltda | CE |
| 25 | 46206.015302/2012-19 | 24260932 | Agil Serviços Especiais Ltda. | DF |
| 26 | 46207.007035/2017-19 | 212978900 | Fibra Negocios e Servicos Ltda | ES |
| 27 | 46207.007036/2017-55 | 212978781 | Fibra Negocios e Servicos Ltda | ES |
| 28 | 46207.007037/2017-08 | 212978799 | Fibra Negocios e Servicos Ltda | ES |
| 29 | 46207.007038/2017-44 | 212978811 | Fibra Negocios e Servicos Ltda | ES |
| 30 | 46208.001174/2015-59 | 205741525 | CIPA-Industrial de Produtos Alimentares Ltda | GO |
| 31 | 46208.006517/2017-33 | 212096010 | Premoldados Rio Verde Eireli | GO |
| 32 | 46208.006518/2017-88 | 212096028 | Premoldados Rio Verde Eireli | GO |
| 33 | 46208.006523/2017-91 | 212096117 | Premoldados Rio Verde Eireli | GO |
| 34 | 46208.006524/2017-35 | 212096125 | Premoldados Rio Verde Eireli | GO |
| 35 | 46245.004114/2017-11 | 212830538 | Apa Confeccoes S/A | MG |
| 36 | 46234.000887/2018-21 | 214387593 | Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda | MG |
| 37 | 46234.000888/2018-75 | 214387577 | Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda | MG |
| 38 | 46234.000890/2018-44 | 214387542 | Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda | MG |
| 39 | 47747.004661/2015-39 | 206583494 | Autobus Transportes Urbanos Ltda | MG |
| 40 | 47747.004662/2015-83 | 206385781 | Autobus Transportes Urbanos Ltda | MG |
| 41 | 47747.006807/2015-81 | 206815859 | Autobus Transportes Urbanos Ltda | MG |
| 42 | 47747.006810/2015-02 | 206952261 | Autobus Transportes Urbanos Ltda | MG |
| 43 | 47747.006811/2015-49 | 206834977 | Autobus Transportes Urbanos Ltda | MG |
| 44 | 47747.006812/2015-93 | 206687826 | Autobus Transportes Urbanos Ltda | MG |
| 45 | 47747.006813/2015-38 | 206687702 | Autobus Transportes Urbanos Ltda | MG |
| 46 | 47747.006814/2015-82 | 206688385 | Autobus Transportes Urbanos Ltda | MG |
| 47 | 46243.001863/2017-07 | 212749633 | Codeme Engenharia S/A | MG |
| 48 | 46243.001864/2017-43 | 212749528 | Codeme Engenharia S/A | MG |
| 49 | 46239.003778/2017-34 | 213339188 | Dme Distribuicao S.A. - DMED | MG |
| 50 | 46248.001186/2017-79 | 212745221 | Ebec Empreiteira Brasil Tecnica e Construcoes Ltda - Epp | MG |
| 51 | 46248.001188/2017-68 | 212745166 | Ebec Empreiteira Brasil Tecnica e Construcoes Ltda - Epp | MG |
| 52 | 46248.001189/2017-11 | 212745115 | Ebec Empreiteira Brasil Tecnica e Construcoes Ltda - Epp | MG |
| 53 | 46245.003128/2018-91 | 215757556 | Empreiteira Carto Ltda | MG |
| 54 | 47747.006562/2018-34 | 215369530 | Indumill Industria e Comercio Ltda | MG |
| 55 | 47747.006563/2018-89 | 215369424 | Indumill Industria e Comercio Ltda | MG |
| 56 | 47747.006564/2018-23 | 215369513 | Indumill Industria e Comercio Ltda | MG |
| 57 | 47747.006565/2018-78 | 215369467 | Indumill Industria e Comercio Ltda | MG |
| 58 | 46245.001755/2018-97 | 215023331 | Nogueira Rivelli Irmaos Ltda | MG |
| 59 | 46245.001894/2018-11 | 215118413 | Nogueira Rivelli Irmaos Ltda | MG |
| 60 | 47747.007822/2018-99 | 215781988 | Nortearh Services Locacao de Mao-de-Obra Ltda | MG |
| 61 | 47747.007823/2018-33 | 215781970 | Nortearh Services Locacao de Mao-de-Obra Ltda | MG |
| 62 | 47747.007824/2018-88 | 215782020 | Nortearh Services Locacao de Mao-de-Obra Ltda | MG |
| 63 | 47747.007825/2018-22 | 215781953 | Nortearh Services Locacao de Mao-de-Obra Ltda | MG |
| 64 | 46246.003001/2018-61 | 216056195 | Posto Dangelis Ltda Em Recuperacao Judicial | MG |
| 65 | 46246.003004/2018-03 | 216056225 | Posto Dangelis Ltda Em Recuperacao Judicial | MG |
| 66 | 47747.000014/2018-09 | 213734265 | Restaurante MCL 80 Ltda - Epp | MG |
| 67 | 47747.000015/2018-45 | 213734273 | Restaurante MCL 80 Ltda - Epp | MG |
| 68 | 47747.000016/2018-90 | 213734281 | Restaurante MCL 80 Ltda - Epp | MG |
| 69 | 47747.000017/2018-34 | 213734311 | Restaurante MCL 80 Ltda - Epp | MG |
| 70 | 47747.000018/2018-89 | 213734338 | Restaurante MCL 80 Ltda - Epp | MG |
| 71 | 47747.000019/2018-23 | 213734346 | Restaurante MCL 80 Ltda - Epp | MG |
| 72 | 47747.000020/2018-58 | 213734354 | Restaurante MCL 80 Ltda - Epp | MG |
| 73 | 46247.000512/2018-11 | 215008383 | Rogerio Campos Santos | MG |
| 74 | 47747.007711/2018-82 | 215765265 | TBM-Industria e Comercio Ltda | MG |
| 75 | 46238.001361/2018-28 | 216374421 | Via Varejo S/A | MG |
| 76 | 46312.001651/2018-31 | 214560007 | Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. | MS |
| 77 | 46312.001653/2018-21 | 214566161 | Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. | MS |
| 78 | 46312.001654/2018-75 | 214566137 | Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. | MS |
| 79 | 46312.001655/2018-10 | 214566072 | Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. | MS |
| 80 | 46312.001656/2018-64 | 214566056 | Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. | MS |
| 81 | 46312.001657/2018-17 | 214560180 | Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. | MS |
| 82 | 46312.001658/2018-53 | 214560589 | Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. | MS |
| 83 | 46312.001659/2018-06 | 214559891 | Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. | MS |
| 84 | 46312.001660/2018-22 | 214566099 | Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. | MS |
| 85 | 46312.002986/2018-77 | 214608875 | Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. | MS |
| 86 | 46312.003954/2018-99 | 215464109 | Cardoso & Camargo Ltda | MS |
| 87 | 46312.003983/2018-51 | 215464133 | Cardoso & Camargo Ltda | MS |
| 88 | 46653.000424/2017-47 | 211259853 | Daniela Teresa Corti Di R. E Di C. San V. D. Carpinete | MT |
| 89 | 46653.000425/2017-91 | 211259888 | Daniela Teresa Corti Di R. E Di C. San V. D. Carpinete | MT |
| 90 | 46653.000426/2017-36 | 211259896 | Daniela Teresa Corti Di R. E Di C. San V. D. Carpinete | MT |
| 91 | 46653.000427/2017-81 | 211259900 | Daniela Teresa Corti Di R. E Di C. San V. D. Carpinete | MT |
| 92 | 46653.000428/2017-25 | 211259918 | Daniela Teresa Corti Di R. E Di C. San V. D. Carpinete | MT |
| 93 | 46653.000429/2017-70 | 211259926 | Daniela Teresa Corti Di R. E Di C. San V. D. Carpinete | MT |
| 94 | 46653.000430/2017-02 | 211259934 | Daniela Teresa Corti Di R. E Di C. San V. D. Carpinete | MT |
| 95 | 46653.000431/2017-49 | 211259942 | Daniela Teresa Corti Di R. E Di C. San V. D. Carpinete | MT |
| 96 | 46295.005061/2016-71 | 210836130 | MFVC Comercio de Alimentos Ltda - Me | PE |
| 97 | 46213.006356/2016-28 | 209169168 | Via Varejo S/A | PE |
| 98 | 46228.003577/2014-13 | 204679451 | A. V. M. Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda | RJ |
| 99 | 46228.003578/2014-68 | 204679460 | A. V. M. Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda | RJ |
| 100 | 46228.003589/2014-48 | 204727685 | A. V. M. Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda | RJ |
| 101 | 46666.002133/2017-44 | 212382691 | A.M. Silva Cabral Comercio de Roupas e Acessorios | RJ |
| 102 | 46666.002134/2017-99 | 212382705 | A.M. Silva Cabral Comercio de Roupas e Acessorios | RJ |
| 103 | 46666.002135/2017-33 | 212382721 | A.M. Silva Cabral Comercio de Roupas e Acessorios | RJ |
| 104 | 46215.014424/2015-21 | 206792123 | Agulilinha Oficina de Roupas Ltda - Me | RJ |
| 105 | 46215.002548/2017-26 | 211260959 | All Nations Comercio Exterior S.A. | RJ |
| 106 | 46215.002549/2017-71 | 211260967 | All Nations Comercio Exterior S.A. | RJ |
| 107 | 46232.001693/2017-81 | 212104853 | Amore Maria Pizzaria Ltda | RJ |
| 108 | 46232.001694/2017-26 | 212088017 | Amore Maria Pizzaria Ltda | RJ |
| 109 | 46215.007523/2017-19 | 211847437 | Associacao Brasileira de Assistencia aos Cancerosos | RJ |
| 110 | 46215.007524/2017-63 | 211847704 | Associacao Brasileira de Assistencia aos Cancerosos | RJ |
| 111 | 46215.000691/2017-83 | 211126144 | Associacao Educacional Sao Paulo Apostolo-Assespa | RJ |
| 112 | 46215.005072/2018-66 | 214244806 | Associacao Sociedade Brasileira de Instrucao | RJ |
| 113 | 46215.005073/2018-19 | 214244814 | Associacao Sociedade Brasileira de Instrucao | RJ |
| 114 | 46215.005074/2018-55 | 214244822 | Associacao Sociedade Brasileira de Instrucao | RJ |
| 115 | 46215.002173/2014-51 | 202738086 | Atlas Taxi Aereo Ltda | RJ |
| 116 | 46334.002221/2017-06 | 212449320 | Auto Posto do Trabalho S/A | RJ |
| 117 | 46334.002222/2017-42 | 212449354 | Auto Posto do Trabalho S/A | RJ |
| 118 | 46334.002223/2017-97 | 212449346 | Auto Posto do Trabalho S/A | RJ |
| 119 | 46228.003878/2015-28 | 208382119 | Auto Viacao Sao Joao Ltda | RJ |
| 120 | 46228.003879/2015-72 | 208395253 | Auto Viacao Sao Joao Ltda | RJ |
| 121 | 46215.011301/2017-09 | 212389394 | Belmonte Empreiteira de Obras Ltda | RJ |
| 122 | 46215.017409/2015-35 | 207061742 | Brasalpla Rio de Janeiro - Industria de Embalagens Ltda. | RJ |
| 123 | 46215.020593/2017-62 | 213441870 | BRM Incorporadora e Construtora Ltda | RJ |
| 124 | 46215.020594/2017-15 | 213441926 | BRM Incorporadora e Construtora Ltda | RJ |
| 125 | 46215.020595/2017-51 | 213441951 | BRM Incorporadora e Construtora Ltda | RJ |
| 126 | 46215.020596/2017-04 | 213442001 | BRM Incorporadora e Construtora Ltda | RJ |
| 127 | 46215.020597/2017-41 | 213441811 | BRM Incorporadora e Construtora Ltda | RJ |
| 128 | 46215.020598/2017-95 | 213441837 | BRM Incorporadora e Construtora Ltda | RJ |
| 129 | 46215.020599/2017-30 | 213441900 | BRM Incorporadora e Construtora Ltda | RJ |
| 130 | 46215.000465/2017-01 | 211092231 | C&A Modas Ltda. | RJ |
| 131 | 46230.005959/2017-85 | 212836625 | Cabo Maritimo Restaurante Limitada | RJ |
| 132 | 46666.003298/2012-29 | 23013575 | Carlos Eduardo da Conceiçao | RJ |
| 133 | 46334.003732/2017-37 | 213354489 | Cassimar Cama Mesa e Banho Eireli - Me | RJ |
| 134 | 46215.019179/2017-19 | 213318865 | CHC do Brasil Taxi Aereo S.A. | RJ |
| 135 | 46215.018003/2017-31 | 213198282 | Club De Regatas Vasco Da Gama | RJ |
| 136 | 46313.001428/2015-31 | 206709048 | Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu Codeni | RJ |
| 137 | 46215.005140/2018-97 | 214016277 | Condominio do Conjunto Residencial Morada do Sol | RJ |
| 138 | 46215.021680/2017-37 | 213417464 | Condominio do Edificio Central 13 de Maio | RJ |
| 139 | 46228.000268/2015-72 | 205873804 | Conscam Construtora Campos Ltda | RJ |
| 140 | 46228.000269/2015-17 | 205873812 | Conscam Construtora Campos Ltda | RJ |
| 141 | 46228.000270/2015-41 | 205873821 | Conscam Construtora Campos Ltda | RJ |
| 142 | 46228.000271/2015-96 | 205873847 | Conscam Construtora Campos Ltda | RJ |
| 143 | 46228.000272/2015-31 | 205873855 | Conscam Construtora Campos Ltda | RJ |
| 144 | 46228.000274/2015-20 | 205889191 | Conscam Construtora Campos Ltda | RJ |
| 145 | 46228.000275/2015-74 | 205889204 | Conscam Construtora Campos Ltda | RJ |
| 146 | 46228.000276/2015-19 | 205889239 | Conscam Construtora Campos Ltda | RJ |
| 147 | 46228.000279/2016-33 | 208711953 | Conscam Construtora Campos Ltda | RJ |
| 148 | 46215.089271/2016-57 | 210688971 | Consorcio Rohr Fast | RJ |
| 149 | 46215.089272/2016-00 | 210689005 | Consorcio Rohr Fast | RJ |
| 150 | 46231.000131/2015-69 | 205725660 | Construir Arquitetura e Servicos Ltda | RJ |
| 151 | 46215.015471/2012-40 | 23056401 | Construtora Tenda S/A | RJ |
| 152 | 46215.021654/2017-17 | 213532646 | Consulenza - Empresa de Alimentacao e Servicos Eireli | RJ |
| 153 | 46215.021655/2017-53 | 213532719 | Consulenza - Empresa de Alimentacao e Servicos Eireli | RJ |
| 154 | 46232.003867/2017-41 | 213557100 | Cooperativa Agro Pecuaria de Barra Mansa Ltda | RJ |
| 155 | 46228.000012/2016-46 | 208631909 | Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro Ltda. | RJ |
| 156 | 46228.000018/2016-13 | 208633014 | Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro Ltda. | RJ |
| 157 | 46228.000026/2016-60 | 208633171 | Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro Ltda. | RJ |
| 158 | 46228.000027/2016-12 | 208633201 | Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro Ltda. | RJ |
| 159 | 46228.004375/2015-70 | 208536515 | Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro Ltda. | RJ |
| 160 | 46228.004376/2015-14 | 208536523 | Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro Ltda. | RJ |
| 161 | 46228.004377/2015-69 | 208536540 | Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro Ltda. | RJ |
| 162 | 46230.002020/2018-40 | 214421520 | Costa Rodrigues Celular Ltda | RJ |
| 163 | 46215.011956/2017-79 | 212464078 | Cuidar Emergencias Medicas S.A. | RJ |
| 164 | 46215.003103/2018-44 | 214034585 | Cymi do Brasil - Projetos e Servicos Ltda | RJ |
| 165 | 46666.002372/2016-13 | 210322781 | Delicatessen Jardim Americano Ltda - Me | RJ |
| 166 | 46666.002386/2016-37 | 210287144 | Delicatessen Jardim Americano Ltda - Me | RJ |
| 167 | 46666.002387/2016-81 | 210287365 | Delicatessen Jardim Americano Ltda - Me | RJ |
| 168 | 46666.002389/2016-71 | 210287373 | Delicatessen Jardim Americano Ltda - Me | RJ |
| 169 | 46871.001050/2017-11 | 213206561 | Empresa Brasil - Transporte e Turismo Ltda | RJ |
| 170 | 46215.009877/2017-06 | 212184202 | Espectro Engenharia Ltda | RJ |
| 171 | 46230.006005/2017-90 | 212838504 | Estaleiro Maua S/A | RJ |
| 172 | 46215.008434/2017-90 | 211982822 | Expresso Tanguá Ltda | RJ |
| 173 | 46215.025198/2014-23 | 205130453 | Fernando Mariz Diagnostico por Imagem Ltda - Me | RJ |
| 174 | 47427.000095/2018-51 | 213773473 | Ferpesca Comercio e Transporte de Pescados Ltda | RJ |
| 175 | 46232.000313/2018-72 | 213919397 | Floresta Comercio e Industria S A | RJ |
| 176 | 46232.000315/2018-61 | 213919389 | Floresta Comercio e Industria S A | RJ |
| 177 | 46334.000667/2018-79 | 214123057 | Force Meat Comercio e Distribuicao de Carnes e Derivados Ltda | RJ |
| 178 | 46232.003809/2009-15 | 19444826 | Fundação Educacional D. Andre Arcoverde | RJ |
| 179 | 46232.002834/2017-83 | 212888901 | G A Padaria, Lanchonete e Mercearia Ltda - Me | RJ |
| 180 | 46670.002635/2016-25 | 211023582 | Ge Oil & Gas do Brasil Ltda | RJ |
| 181 | 46215.013251/2017-96 | 212571010 | Guanabara Home Care Servicos Medicos Domiciliares Ltda - Epp | RJ |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 182 | 46215.084303/2016-28 | 210074906 | Hotel Americas Barra Ltda | RJ |
| 183 | 46215.007218/2016-46 | 209441666 | IABAS - Instituto de Atencao Basica e Avancada a Saude | RJ |
| 184 | 46215.084532/2016-42 | 210127473 | Inquisa-Industria Quimica Santo Antonio S/A | RJ |
| 185 | 46231.000505/2018-99 | 214160921 | Itau Unibanco S.A. | RJ |
| 186 | 46215.021381/2014-50 | 204733855 | J C Jesus no Coracao Prestacao de Servicos Ltda | RJ |
| 187 | 46215.021382/2014-02 | 204734037 | J C Jesus no Coracao Prestacao de Servicos Ltda | RJ |
| 188 | 46215.021383/2014-49 | 204734096 | J C Jesus no Coracao Prestacao de Servicos Ltda | RJ |
| 189 | 46215.021386/2014-82 | 204734401 | J C Jesus no Coracao Prestacao de Servicos Ltda | RJ |
| 190 | 46215.021387/2014-27 | 204734444 | J C Jesus no Coracao Prestacao de Servicos Ltda | RJ |
| 191 | 46215.011342/2017-97 | 212391615 | Kontik Franstur Viagens e Turismo Ltda | RJ |
| 192 | 46334.004143/2017-76 | 213543427 | Kristylux Industria e Comercio de Roupas Ltda | RJ |
| 193 | 46666.001550/2017-70 | 211983276 | Laboratorio Blessing Analises Clinicas e Anatomia Patologica | RJ |
| 194 | 46215.083049/2016-41 | 209878096 | Laborde Servicos Maritimos Ltda. | RJ |
| 195 | 46334.000666/2018-24 | 214123065 | Lansa Ferro E Aco Ltda. | RJ |
| 196 | 46313.002304/2016-54 | 210110775 | LBQ Engenharia Ltda. | RJ |
| 197 | 46313.002305/2016-07 | 210110759 | LBQ Engenharia Ltda. | RJ |
| 198 | 46666.004148/2017-47 | 213486164 | Levy Industria e Comercio de Agua Mineral Ltda - Epp | RJ |
| 199 | 46666.004149/2017-91 | 213486211 | Levy Industria e Comercio de Agua Mineral Ltda - Epp | RJ |
| 200 | 46215.008560/2017-44 | 212001582 | Living Talara Empreendimentos Imobiliarios Ltda | RJ |
| 201 | 46215.008561/2017-99 | 212001817 | Living Talara Empreendimentos Imobiliarios Ltda | RJ |
| 202 | 46215.008562/2017-33 | 212001752 | Living Talara Empreendimentos Imobiliarios Ltda | RJ |
| 203 | 46215.008563/2017-88 | 212001736 | Living Talara Empreendimentos Imobiliarios Ltda | RJ |
| 204 | 46215.008564/2017-22 | 212001647 | Living Talara Empreendimentos Imobiliarios Ltda | RJ |
| 205 | 46215.021496/2017-97 | 213529327 | Lord Comercio de Artigos de Couro Ltda | RJ |
| 206 | 46215.008074/2017-26 | 211916510 | Magia de Madureira Doces Ltda - Me | RJ |
| 207 | 46215.008075/2017-71 | 211911666 | Magia de Madureira Doces Ltda - Me | RJ |
| 208 | 46232.000419/2017-95 | 211255068 | Mar de Bolinhas e Entretenimento Ltda | RJ |
| 209 | 46232.000627/2017-94 | 211390151 | Mar de Bolinhas e Entretenimento Ltda | RJ |
| 210 | 46232.000628/2017-39 | 211390160 | Mar de Bolinhas e Entretenimento Ltda | RJ |
| 211 | 46215.011498/2017-78 | 212393464 | Maria Saucha Planejamento Ambiental Paisagistico, Consultoria e Execucao Ltda | RJ |
| 212 | 46215.002930/2018-11 | 214006786 | Mass Servicos de Teleatendimento Eireli | RJ |
| 213 | 46062.001162/2011-01 | 23095946 | Metro - Servicos de Apoio e Manutencao Ltda | RJ |
| 214 | 46215.017661/2017-14 | 213141183 | Mirabilandia Park Ltda | RJ |
| 215 | 46215.010472/2015-41 | 206536585 | Modelveste Butique Ltda - Me | RJ |
| 216 | 46228.002199/2014-51 | 203791371 | MRV Engenharia e Participacoes S.A | RJ |
| 217 | 46670.001688/2014-67 | 204097975 | MRV Engenharia e Participacoes S.A | RJ |
| 218 | 46670.001689/2014-10 | 204097932 | MRV Engenharia e Participacoes S.A | RJ |
| 219 | 46670.001690/2014-36 | 204097835 | MRV Engenharia e Participacoes S.A | RJ |
| 220 | 46670.001691/2014-81 | 204098238 | MRV Engenharia e Participacoes S.A | RJ |
| 221 | 46670.001692/2014-25 | 204098050 | MRV Engenharia e Participacoes S.A | RJ |
| 222 | 46670.001693/2014-70 | 204098106 | MRV Engenharia e Participacoes S.A | RJ |
| 223 | 46670.001695/2014-69 | 204102049 | MRV Engenharia e Participacoes S.A | RJ |
| 224 | 46670.001711/2014-13 | 204121086 | MRV Engenharia e Participacoes S.A | RJ |
| 225 | 46215.001262/2016-42 | 208773509 | MRV Engenharia EeParticipacoes S.A | RJ |
| 226 | 46215.001804/2017-68 | 211213047 | New Look Maison Hair e Boutique Ltda - Me | RJ |
| 227 | 46215.001806/2017-57 | 211213098 | New Look Maison Hair e Boutique Ltda - Me | RJ |
| 228 | 46871.001015/2016-11 | 210522593 | Nova Mix Industrial e Comercial de Alimentos Ltda | RJ |
| 229 | 46871.001016/2016-57 | 210522640 | Nova Mix Industrial e Comercial de Alimentos Ltda | RJ |
| 230 | 46231.000180/2018-44 | 213811103 | Ortega de Friburgo Comercio Farmaceutico Ltda | RJ |
| 231 | 46215.012631/2017-11 | 212553003 | Peixe Urbano Web Servicos Digitais Ltda | RJ |
| 232 | 46215.012632/2017-58 | 212552911 | Peixe Urbano Web Servicos Digitais Ltda | RJ |
| 233 | 46215.012633/2017-01 | 212553011 | Peixe Urbano Web Servicos Digitais Ltda | RJ |
| 234 | 46215.014336/2014-49 | 203924606 | Porto Primavera Transmissora de Energia S A | RJ |
| 235 | 46666.000605/2018-13 | 214098397 | Posto do Tininho Ltda | RJ |
| 236 | 46666.000600/2018-82 | 214098141 | Posto Jaguarao Ltda | RJ |
| 237 | 46666.000601/2018-27 | 214098168 | Posto Jaguarao Ltda | RJ |
| 238 | 46215.002191/2018-67 | 213890046 | Pronto Socorro Clinico Prontocor Ltda | RJ |
| 239 | 46215.017900/2017-28 | 213160170 | Prosegur Brasil S/A - Transportadora de Valores e Seguranca | RJ |
| 240 | 46215.017714/2015-27 | 207089914 | Rac Servicos Medicos Ltda. - Epp | RJ |
| 241 | 46215.017718/2015-13 | 207090131 | Rac Servicos Medicos Ltda. - Epp | RJ |
| 242 | 46215.030661/2015-30 | 208085769 | Racional Engenharia Ltda | RJ |
| 243 | 46215.016140/2017-31 | 212972022 | Real Auto Onibus Ltda | RJ |
| 244 | 46232.001635/2017-58 | 212066846 | Realiza Prestadora de Servicos e Manutencao Geral Eireli - Epp | RJ |
| 245 | 46232.001636/2017-01 | 212065335 | Realiza Prestadora de Servicos e Manutencao Geral Eireli - Epp | RJ |
| 246 | 46232.001637/2017-47 | 212066536 | Realiza Prestadora de Servicos e Manutencao Geral Eireli - Epp | RJ |
| 247 | 46215.008328/2017-14 | 211908479 | Refinaria de Petroleos de Manguinhos S/A - Em Recuperacao Judicial | RJ |
| 248 | 46230.002259/2018-10 | 214459110 | Restaurante Efata Ltda | RJ |
| 249 | 46230.002260/2018-44 | 214459012 | Restaurante Efata Ltda | RJ |
| 250 | 46230.002262/2018-33 | 214459331 | Restaurante Efata Ltda | RJ |
| 251 | 46871.001087/2017-31 | 213240513 | Revisa Auto Center e Mecanica Ltda | RJ |
| 252 | 46871.001088/2017-85 | 213240505 | Revisa Auto Center e Mecanica Ltda | RJ |
| 253 | 46334.002961/2017-34 | 212782631 | RN Comercio Varejista S.A | RJ |
| 254 | 46215.031099/2015-61 | 208162054 | Rock World S.A | RJ |
| 255 | 46215.019194/2017-59 | 213325462 | Sabor do Mar Restaurante Ltda. - Epp | RJ |
| 256 | 46231.000124/2018-18 | 213790807 | Servel Veiculos Pecas e Servicos Ltda | RJ |
| 257 | 46231.000125/2018-54 | 213790815 | Servel Veiculos Pecas e Servicos Ltda | RJ |
| 258 | 46215.019964/2017-63 | 213423545 | Sevan Marine Servicos de Perfuracao Ltda | RJ |
| 259 | 46232.002204/2017-17 | 212491202 | Sobeu - Associacao Barramansense de Ensino | RJ |
| 260 | 46215.018642/2017-05 | 213201330 | Soll Solucoes Financeiras Ltda. | RJ |
| 261 | 46232.004257/2015-01 | 208387706 | Sorvetely Comercio de Sorvetes Ltda - Me | RJ |
| 262 | 46232.004261/2015-61 | 208387501 | Sorvetely Comercio de Sorvetes Ltda - Me | RJ |
| 263 | 46313.002580/2016-12 | 210338971 | Tan Qing Hong Lanchonete - Me | RJ |
| 264 | 46215.009032/2017-11 | 211986798 | Tess Industria e Comercio Ltda | RJ |
| 265 | 46215.009033/2017-57 | 211939358 | Tess Industria e Comercio Ltda | RJ |
| 266 | 46215.009034/2017-00 | 211939340 | Tess Industria e Comercio Ltda | RJ |
| 267 | 46215.000001/2006-33 | 1563923 | Trans Vigo Servicos Maritimos Ltda | RJ |
| 268 | 46232.004271/2015-04 | 208387153 | Transluana Transportes Ltda - Me | RJ |
| 269 | 46232.003930/2017-49 | 213583615 | Transportadora Barrense Ltda | RJ |
| 270 | 47427.000828/2017-77 | 212255142 | Transportadora Macabu Ltda | RJ |
| 271 | 46232.003535/2017-66 | 213337533 | Traxterra Servicos e Equipamentos Ltda | RJ |
| 272 | 46334.000060/2018-99 | 213760835 | Unidas Mineracao, Industria e Comercio Ltda | RJ |
| 273 | 46334.000062/2018-88 | 213746336 | Unidas Mineracao, Industria e Comercio Ltda | RJ |
| 274 | 46232.001924/2017-57 | 212293303 | Verzani & Sandrini Seguranca Patrimonial Ltda | RJ |
| 275 | 46228.003148/2017-99 | 213582767 | Via Varejo S/A | RJ |
| 276 | 46228.001915/2011-30 | 22969349 | Viacao Conquistense Ltda | RJ |
| 277 | 46215.090492/2016-78 | 210762411 | Viacao VG Eireli | RJ |
| 278 | 46215.090494/2016-67 | 210762438 | Viacao VG Eireli | RJ |
| 279 | 46228.001103/2016-07 | 209218088 | VS Brasil Seguranca e Vigilancia - Eireli | RJ |
| 280 | 46228.001506/2016-48 | 209437855 | VS Brasil Seguranca e Vigilancia - Eireli | RJ |
| 281 | 46215.007400/2011-92 | 22960309 | Wartsila Brasil Ltda. | RJ |
| 282 | 46215.084394/2016-00 | 210087358 | Zenco Engenharia e Construcoes S/A | RJ |
| 283 | 46215.084395/2016-46 | 210087331 | Zenco Engenharia e Construcoes S/A | RJ |
| 284 | 46215.084396/2016-91 | 210087323 | Zenco Engenharia e Construcoes S/A | RJ |
| 285 | 46272.003487/2018-11 | 215957474 | Adelcio Ferreira da Silva Eireli | RS |
| 286 | 46272.003704/2018-72 | 216190592 | Adelcio Ferreira da Silva Eireli | RS |
| 287 | 47157.000132/2019-30 | 216645026 | Associacao Beneficiente Silvio Scopel | RS |
| 288 | 46273.002353/2018-72 | 216501911 | Cooperativa Arrozeira Extremo Sul Ltda | RS |
| 289 | 46273.002354/2018-17 | 216501920 | Cooperativa Arrozeira Extremo Sul Ltda | RS |
| 290 | 46273.002355/2018-61 | 216501938 | Cooperativa Arrozeira Extremo Sul Ltda | RS |
| 291 | 46218.002047/2018-09 | 213885816 | Cyrela Sul Construtora Ltda | RS |
| 292 | 46218.002770/2018-80 | 213987830 | Cyrela Sul Construtora Ltda | RS |
| 293 | 47183.000107/2019-39 | 216703581 | Engesa Engenharia e Saneamento Ambiental Eireli | RS |
| 294 | 46272.000274/2018-37 | 213823985 | Guabiju Plasticos Ltda - Epp | RS |
| 295 | 46272.000275/2018-81 | 213824019 | Guabiju Plasticos Ltda - Epp | RS |
| 296 | 46272.000276/2018-26 | 213824051 | Guabiju Plasticos Ltda - Epp | RS |
| 297 | 46271.000169/2017-27 | 211177911 | Hux Metalurgia Ltda | RS |
| 298 | 46271.000170/2017-51 | 211177938 | Hux Metalurgia Ltda | RS |
| 299 | 46271.000171/2017-04 | 211177946 | Hux Metalurgia Ltda | RS |
| 300 | 46271.000173/2017-95 | 211177962 | Hux Metalurgia Ltda | RS |
| 301 | 46271.000174/2017-30 | 211177954 | Hux Metalurgia Ltda | RS |
| 302 | 46272.001828/2018-13 | 214837581 | Intecnial S.A. | RS |
| 303 | 46272.001829/2018-68 | 214837254 | Intecnial S.A. | RS |
| 304 | 46272.001830/2018-92 | 214837131 | Intecnial S.A. | RS |
| 305 | 46272.001840/2018-28 | 214837602 | Intecnial S.A. | RS |
| 306 | 46271.004990/2018-01 | 216068738 | Luna Alg America Latina Guindastes Ltda | RS |
| 307 | 46271.004992/2018-92 | 216068681 | Luna Alg America Latina Guindastes Ltda | RS |
| 308 | 46271.005105/2018-01 | 216103011 | Mezacasa Industria e Comercio de Confeccoes Eireli - Me | RS |
| 309 | 46272.001021/2019-61 | 217032940 | Piva & Piva Comercio de Materiais de Construcao e Arquitetura | RS |
| 310 | 46218.010964/2018-59 | 215252047 | Restaltech Estetica Automotiva Eireli | RS |
| 311 | 46218.010965/2018-01 | 215252055 | Restaltech Estetica Automotiva Eireli | RS |
| 312 | 46218.010966/2018-48 | 215251679 | Restaltech Estetica Automotiva Eireli | RS |
| 313 | 46218.010967/2018-92 | 215251784 | Restaltech Estetica Automotiva Eireli | RS |
| 314 | 46218.010968/2018-37 | 215251334 | Restaltech Estetica Automotiva Eireli | RS |
| 315 | 46218.011876/2018-74 | 215380134 | Restaltech Estetica Automotiva Eireli | RS |
| 316 | 46272.001829/2016-04 | 209499443 | Sesc - Administracao Regional No Estado do Rio Grande do Sul | RS |
| 317 | 46277.000601/2018-19 | 215209397 | Transportes Pellenz Ltda | RS |
| 318 | 47157.000309/2019-06 | 216838436 | Waldemar Dal Sasso | RS |
| 319 | 46220.001886/2018-52 | 214157725 | APM Terminals Itajai S.A. | SC |
| 320 | 46220.002842/2019-21 | 217104452 | Associacao Hospitalar e Educacional de Pomerode | SC |
| 321 | 46220.006015/2018-25 | 215313551 | Banco Mercantil do Brasil S.A | SC |
| 322 | 46220.006017/2018-14 | 215313542 | Banco Mercantil do Brasil S.A | SC |
| 323 | 46220.007613/2018-11 | 215759397 | Dallo & Dallo Empreendimentos Imobiliarios Ltda | SC |
| 324 | 46220.006557/2016-36 | 210491582 | Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria | SC |
| 325 | 46220.006616/2016-76 | 210491680 | Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria | SC |
| 326 | 46220.008177/2016-36 | 210823402 | Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria | SC |
| 327 | 46220.008180/2016-50 | 210848910 | Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria | SC |
| 328 | 46220.008181/2016-02 | 210848898 | Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria | SC |
| 329 | 46220.008183/2016-93 | 210823496 | Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria | SC |
| 330 | 46220.008186/2016-27 | 210823429 | Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria | SC |
| 331 | 46220.008188/2016-16 | 210823364 | Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria | SC |
| 332 | 46220.008189/2016-61 | 210823348 | Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria | SC |
| 333 | 47620.001883/2018-79 | 215628969 | Fundacao Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - FUNIA | SC |
| 334 | 46305.001183/2017-11 | 212436023 | Itau Unibanco S.A. | SC |
| 335 | 46305.001184/2017-58 | 212445073 | Itau Unibanco S.A. | SC |
| 336 | 46305.001185/2017-01 | 212418653 | Itau Unibanco S.A. | SC |
| 337 | 46305.001250/2017-90 | 212432532 | Itau Unibanco S.A. | SC |
| 338 | 46305.001251/2017-34 | 212469886 | Itau Unibanco S.A. | SC |
| 339 | 46305.001433/2017-13 | 212415964 | Itau Unibanco S.A. | SC |
| 340 | 46220.003445/2016-23 | 209609214 | Thomas Giovani Dos Santos | SC |
| 341 | 46220.003459/2016-47 | 209609389 | Thomas Giovani dos Santos | SC |
| 342 | 46220.000715/2014-82 | 202861295 | Tyson do Brasil Alimentos Ltda. | SC |
| 343 | 46219.001204/2018-41 | 213850052 | Brascin Comercio e Servicos em Informatica Ltda. | SP |
| 344 | 46266.000414/2018-56 | 213930684 | Bunzl Equipamentos para Proteção Individual Ltda. | SP |
| 345 | 46262.000328/2018-83 | 213806177 | Instituto de Incentivo a Vida | SP |
| 346 | 46262.000524/2018-58 | 213909871 | Instituto de Incentivo a Vida | SP |
| 347 | 46262.000525/2018-01 | 213910551 | Instituto de Incentivo a Vida | SP |
| 348 | 46262.000526/2018-47 | 213910578 | Instituto de Incentivo a Vida | SP |
| 349 | 46262.000527/2018-91 | 213910454 | Instituto de Incentivo a Vida | SP |
| 350 | 46262.000529/2018-81 | 213872919 | Instituto de Incentivo a Vida | SP |
| 351 | 46262.000531/2018-50 | 213872871 | Instituto de Incentivo a Vida | SP |
| 352 | 46262.000532/2018-02 | 213872927 | Instituto de Incentivo a Vida | SP |
| 353 | 46262.000533/2018-49 | 213872897 | Instituto de Incentivo a Vida | SP |
| 354 | 46262.001264/2018-38 | 214335712 | Irmaos Porfirio Ltda | SP |
| 355 | 46265.000696/2018-00 | 214347087 | K. Injetados Eireli | SP |
| 356 | 46265.000702/2018-11 | 214350177 | K. Injetados Eireli | SP |
| 357 | 46265.000703/2018-65 | 214350134 | K. Injetados Eireli | SP |
| 358 | 46265.001144/2017-20 | 211942324 | Samar - Solucoes Ambientais de Aracatuba S.A. | SP |
| 359 | 46265.001307/2018-55 | 214907449 | Tiptoe Industria e Comercio de Calcados Ltda | SP |
| 360 | 46265.001967/2018-36 | 215596595 | Vale do Parana S/A - Alcool e Acucar | SP |
| 361 | 46257.001383/2019-41 | 217406351 | Vitral Altino SPE Ltda. | SP |
| 362 | 46257.001777/2019-07 | 217406751 | Vitral Altino Spe Ltda. | SP |
| 363 | 46226.007244/2018-15 | 214868095 | Fausto Vinicius de Guimaraes Garcia | TO |
| 364 | 46226.007246/2018-04 | 214868061 | Fausto Vinicius de Guimaraes Garcia | TO |

| Nº | PROCESSO | Notificação de Débito de FGTS | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46208.008510/2018-37 | 201184761 | Gilton Rosa Rodrigues e Cia. Ltda. | GO |
| 2 | 46208.011261/2017-86 | 200998595 | Rede Goiania de Rádio e Televisão Ltda. | GO |
| 3 | 46272.001831/2018-37 | 201154994 - TRet nº 201292408 | Intecnial S.A. | RS |
| 4 | 46271.004993/2018-37 | 201265672 | Luna Alg América Latina Guindastes ltda. | RS |
| 5 | 46219.015711/2017-81 | 201008386 | Contem 1G S.A | SP |
| 6 | 46454.000193/2012-11 | 100251285 - TRet nº 1002973223 | Fundação Educacional Dr. Raul Bauab-Jahu | SP |
| 7 | 46226.000705/2014-97 | 200247115 - TRet nº 201244870 | Município do Cariri do Tocantins | TO |

1.2 Pela improcedência de auto infração ou da notificação de débito.

| Nº | Processo | AI | Empresa | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46207.000914/2018-92 | 213958465 | Dejair Nascimento Correa 10703884751 | ES |
| 2 | 46220.006726/2018-08 | 215532660 | Água da Serra Industrial de Bebidas Ltda. | SC |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 3 | 46220.006743/2018-37 | 215492404 | Figueredo & Filhos Ltda. | SC |

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício:
2.1 Pela improcedência de auto Infração ou da notificação de débito.

| Nº | Processo | AI | Empresa | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46201.000385/2019-68 | 216642990 | Companhia Docas do Rio Grande do Norte-CODERN | AL |
| 2 | 46201.005875/2018-70 | 216495032 | Companhia Docas do Rio Grande do Norte-CODERN | AL |
| 3 | 46204.013698/2018-75 | 216368391 | Dica Distribuidora Castro Alves de Publicacoes Ltda | BA |
| 4 | 47102.000267/2018-50 | 212704915 | Foco Operacional e Servicos Eireli - Epp | BA |
| 5 | 46204.003682/2017-73 | 211449253 | Municipio de Cachoeira | BA |
| 6 | 46204.003684/2017-62 | 211449211 | Municipio de Cachoeira | BA |
| 7 | 46782.000802/2018-06 | 215764501 | Transportadora Kaioka Ltda | BA |
| 8 | 46208.011905/2018-17 | 215822854 | Boa Vista - Alimentos Ltda | GO |
| 9 | 46208.011906/2018-61 | 215822846 | Boa Vista - Alimentos Ltda | GO |
| 10 | 46208.012006/2018-31 | 215847717 | Brisa Onibus S.A | GO |
| 11 | 46208.012007/2018-86 | 215847709 | Brisa Onibus S.A | GO |
| 12 | 46208.012008/2018-21 | 215847695 | Brisa Onibus S.A | GO |
| 13 | 46208.011858/2018-10 | 215826001 | Clara de Moraes Sarmento Macruz | GO |
| 14 | 46290.001218/2018-00 | 215878507 | Mercado Efraim Ltda | GO |
| 15 | 46208.011600/2018-13 | 215756258 | Meta Limpeza e Conservacao Ltda | GO |
| 16 | 46208.011602/2018-02 | 215756240 | Meta Limpeza e Conservacao Ltda | GO |
| 17 | 46215.018295/2018-93 | 216123640 | Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda | RJ |
| 18 | 46215.018296/2018-38 | 216123623 | Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda | RJ |
| 19 | 46871.000859/2018-06 | 215382447 | Beatriz de Miranda Ciqueira Cerqueira 09907573744 | RJ |
| 20 | 46871.000860/2018-22 | 215385225 | Beatriz de Miranda Ciqueira Cerqueira 09907573744 | RJ |
| 21 | 47427.001090/2018-46 | 215455363 | Casa Pontillo Distribuidora e Comercio de Produtos Naturais | RJ |
| 22 | 46230.006989/2018-90 | 216133360 | Condominio do Edificio Premier Offices | RJ |
| 23 | 46215.014462/2018-27 | 215605331 | Da20 Cenografia Eireli | RJ |
| 24 | 46871.000863/2018-66 | 215396642 | Edgar Sanches Lopes | RJ |
| 25 | 46871.001285/2018-85 | 216101930 | Elidia Possidente Garcia Chaves | RJ |
| 26 | 46215.011894/2018-86 | 215206118 | Estaleiro Maua S/A | RJ |
| 27 | 46228.002203/2018-12 | 215404017 | Externato Joao XXIIi Ltda - Epp | RJ |
| 28 | 46230.006161/2018-31 | 215915011 | Luzart Producoes Ltda | RJ |
| 29 | 46871.000861/2018-77 | 215375475 | Miriam de Fatima Moraes da Silva | RJ |
| 30 | 46215.086039/2016-67 | 210362880 | Morganite Brasil Ltda. | RJ |
| 31 | 46666.002882/2018-52 | 215530764 | Municipio de Teresopolis | RJ |
| 32 | 46232.002454/2018-20 | 215554485 | Nissan do Brasil Automoveis Ltda | RJ |
| 33 | 46215.003166/2018-09 | 214061582 | Orgao Gestor de Mao- de-Obra do Trabalho Portuario | RJ |
| 34 | 46666.001811/2018-32 | 214894495 | P F Cuidados Automotivos Ltda | RJ |
| 35 | 47427.001140/2018-95 | 215494016 | Paes do Douro Padaria e Confeitaria Ltda | RJ |
| 36 | 46666.003940/2018-65 | 216230136 | Paulo Henrique de Aquino Restaurante e Delicatessen | RJ |
| 37 | 46666.003102/2018-91 | 215652932 | Petro-Brasa Bar e Restaurante Ltda | RJ |
| 38 | 46666.003103/2018-36 | 215652941 | Petro-Brasa Bar e Restaurante Ltda | RJ |
| 39 | 46666.003104/2018-81 | 215652959 | Petro-Brasa Bar e Restaurante Ltda | RJ |
| 40 | 46334.003137/2018-82 | 215918851 | Posto e Lanchonete Xodo do Papai Ltda | RJ |
| 41 | 46666.001810/2018-98 | 214893723 | Premiun Petropolis Restaurantes Ltda | RJ |
| 42 | 46215.000263/2018-31 | 213740354 | Reginaves Industria e Comercio de Aves Ltda Em Recuperacao Judicial | RJ |
| 43 | 46215.015910/2018-18 | 215762487 | Rio de Janeiro Refrescos Ltda | RJ |
| 44 | 46670.003115/2018-00 | 216480744 | Sanitaria Geriba Ltda | RJ |
| 45 | 46230.005493/2018-07 | 215698894 | SG Comercio de Ferramentas e Servicos de Perfuracao Ltda | RJ |
| 46 | 46232.002311/2018-18 | 215508165 | Smartcoat - Engenharia em Revestimentos Ltda | RJ |
| 47 | 46666.000992/2018-80 | 214224244 | Targa S.A | RJ |
| 48 | 46215.016159/2017-88 | 212656309 | TRD Servicos e Administracao Ltda | RJ |
| 49 | 46215.019904/2017-41 | 213414015 | Triaina Agencia Maritima Ltda - Epp | RJ |
| 50 | 46215.008250/2008-39 | 15041808 | Universidade Federal do Rio de Janeiro | RJ |

| Nº | PROCESSO | NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 47999.000324/2018-53 | 201070634 | Município de Taubaté | SP |
| 2 | 47999.000325/2018-06 | 201070626 | Município de Taubaté | SP |

2.2 Pela procedência parcial de auto Infração ou da notificação de débito.

| Nº | Processo | AI | Empresa | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 47747.004663/2015-28 | 206549971 | Autobus Transportes Urbanos Ltda | MG |
| 2 | 47747.006806/2015-36 | 206835043 | Autobus Transportes Urbanos Ltda | MG |
| 3 | 47747.006808/2015-25 | 206834985 | Autobus Transportes Urbanos Ltda | MG |
| 4 | 47747.006809/2015-70 | 206835027 | Autobus Transportes Urbanos Ltda | MG |
| 5 | 46218.016331/2018-54 | 215963831 | Chies Produtos Ltda. | RS |
| 6 | 46218.014520/2018-92 | 215742532 | Estabelecimento Vinicola Armando Peterlongo S.A | RS |
| 7 | 46273.001476/2018-96 | 215516991 | Transportes Universo Ltda | RS |
| 8 | 46304.001377/2018-08 | 214843688 | Transportes LDR Ltda. | SC |
| 9 | 46259.003472/2018-21 | 215278852 | Unimed de Piracicaba Sociedade Cooperativa de Serviços | SP |

| Nº | PROCESSO | NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1t | 47747.006805/2015-91 | 200514083 | Autobus Transportes Urbanos Ltda. | MG |

3- Arquivamento:
3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46207.006718/2002-64 | 007102429 | Inbracal Ind. Com. Minerais Ltda | ES |
| 2 | 46207.007649/2006-30 | 012969869 | Zona Sul Com De Borrachas E Correias Ltd | ES |
| 3 | 46208.010295/2002-77 | 006251439 | Alves Neto E Machado Ltda | GO |
| 4 | 46208.002480/2010-06 | 016766709 | Auto Mecânica Retiro Do Bosque Ltda | GO |
| 5 | 46208.005992/2011-05 | 020373562 | Brasil Telecom Call Center S/A | GO |
| 6 | 46208.003999/2003-74 | 006283845 | Delmira Luzia De Assis | GO |
| 7 | 46208.011436/2013-21 | 201845776 | Franciraldo Alves De Almeida | GO |
| 8 | 46208.003600/2012-46 | 020454279 | L.C. Da Silva Lavajato Cristal | GO |
| 9 | 46208.001264/2008-11 | 016654072 | Milão Artigos P/ Viagens Ltda | GO |
| 10 | 46290.002015/2011-56 | 020075707 | Posto Cunha Ltda | GO |
| 11 | 46290.000953/2006-54 | 010317406 | Silver Drogaria Ltda | GO |
| 12 | 46208.003514/2009-38 | 016709896 | Torrano Silva Comércio De Confecções Ltda | GO |
| 13 | 46208.011923/2014-75 | 204469970 | Usina Goianésia S/A | GO |
| 14 | 46208.003865/2010-82 | 016771214 | Verde Limão Indústria E Comércio De Sorvetes Ltda | GO |
| 15 | 46311.000921/2014-73 | 203713184 | N Jose Poletto - Me | MA |
| 16 | 46309.000042/2004-19 | 3418839 | Supermercado Oriental Ltda - Epp | PA |
| 17 | 46215.014398/2011-16 | 022927387 | Associação Salgado Oliveira Educação E Cultura | RJ |
| 18 | 46215.012731/2012-25 | 022853731 | Csis Alimentos Ltda | RJ |
| 19 | 46215.011453/2012-99 | 020749791 | Galeto Mania Do Humaita Restaurante E Bar Ltda | RJ |
| 20 | 46215.011745/2012-21 | 020491964 | Galeto Mania Do Humaita Restaurante E Bar Ltda | RJ |
| 21 | 46232.004439/2014-92 | 022716890 | Isolux Projetos E Instalacoes Ltda | RJ |
| 22 | 46232.004442/2014-14 | 022716904 | Isolux Projetos E Instalacoes Ltda | RJ |
| 23 | 46215.008089/2012-80 | 020494092 | Joao Carlos Viveiros De Sousa | RJ |
| 24 | 46334.004682/2014-62 | 205260314 | Marca Ambiental Rj Ltda | RJ |
| 25 | 46334.000653/2007-01 | 13959239 | Petroleo Brasileiro S A Petrobras | RJ |
| 26 | 46228.000184/2015-39 | 205775543 | R R Engenharia S/A | RJ |
| 27 | 46232.004508/2014-68 | 204823196 | T.W.R. Sul Tratamento Termico Ltda - Epp | RJ |
| 28 | 46230.004704/2014-52 | 204156629 | Tecconstru - Servicos Tecnicos De Construcoes Ltda | RJ |
| 29 | 46215.003639/2015-17 | 205878172 | Verzani & Sandrini Ltda | RJ |
| 30 | 46736.006367/2009-80 | 015608492 | Avant Industria E Comercio De Vassouras Em Geral Ltda | SP |
| 31 | 46472.007089/2012-21 | 023825596 | Base Expert Limpeza E Serviços Gerais Ltda | SP |
| 32 | 46267.001542/2006-73 | 013440403 | Central Energetica Vale do Sapucai Ltda | SP |
| 33 | 46219.012279/1994-82 | 173240970 | Cia Indl São Paulo e Rio - Cisper | SP |
| 34 | 46219.050151/1997-04 | 0037001005 | Colegio Augusto Laranja Ltda | SP |
| 35 | 46736.000021/2005-44 | 008136831 | Consorcio Trolebus Aricanduva | SP |
| 36 | 46736.006899/2009-17 | 015465268 | Cortesia Servicos De Concretagem Ltda. | SP |
| 37 | 46736.001190/2009-25 | 015402304 | Dutoplast Do Brasil Industria De Plasticos Ltda | SP |
| 38 | 46219.019607/1998-31 | 115500505 | Eletrônica Palmer Ind. e Com. Ltda | SP |
| 39 | 47551.000312/2012-92 | 021304750 | Fr. Instalações E Construções Ltda. | SP |
| 40 | 46219.017771/2006-85 | 012161390 | Fundacao Richard Hugh Fisk | SP |
| 41 | 46268.000347/2013-45 | 021440522 | Globogas Comercio E Transporte Ltda | SP |
| 42 | 46268.003378/2011-96 | 021593337 | Gp - Servicos Gerais Ltda. | SP |
| 43 | 46268.003379/2011-31 | 021593345 | Gp - Servicos Gerais Ltda. | SP |
| 44 | 46219.006334/2013-65 | 200102451 | Hiplan Construções E Serv. De Manutenção Urbana Ltda | SP |
| 45 | 46474.001642/2002-21 | 006005012 | Hospital Vera Cruz Ltda | SP |
| 46 | 46474.002433/2001-13 | 005996449 | Hospital Vera Cruz Ltda | SP |
| 47 | 46736.001862/2005-79 | 011887770 | Josiede Batista Da Silva | SP |
| 48 | 46736.002039/2008-23 | 015305741 | Lugor Transportes E Logistica Ltda. | SP |
| 49 | 46736.005223/2006-63 | 008145920 | Maria Judy De Oliveira | SP |
| 50 | 46736.002211/2005-04 | 011887729 | New Family Restaurante E Lanchonete Ltda | SP |
| 51 | 46736.005424/2010-47 | 019766564 | Steel Bresser Industria E Comercio Ltda | SP |
| 52 | 46736.003392/2004-05 | 008133620 | Tudoazul Comercio De Materiais Para Construcao Ltda | SP |

3.2 - Incidência da prescrição prevista no art. 1ºA da Lei nº 9.873/99 de 23/11/1999 combinado com Art. 114, inciso VIII, da Lei nº 13.043, de 14/11/2014.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46312.003654/1998-03 | 003633161 | Ferreira Gomes & Filho Ltda | MS |
| 2 | 46312.004739/1997-19 | 018287431 | Luis Carlos Ortega Junior | MS |
| 3 | 46312.003639/1998-10 | 003652556 | Moda Branca Confeccoes Ltda | MS |
| 4 | 47533.009427/2014-22 | 204036135 | A L Ollmann - Me | PR |
| 5 | 47533.002176/2014-55 | 202924556 | A P B Servicos Automotivos Ltda - Me | PR |
| 6 | 47533.008509/2014-50 | 204069599 | A. Balcerzak - Servicos | PR |
| 7 | 47533.008510/2014-84 | 204069602 | A. Balcerzak - Servicos | PR |
| 8 | 47533.012870/2014-81 | 204766320 | A.Barison Matos Restaurante Ltda - Me | PR |
| 9 | 47533.011361/2014-31 | 204565910 | A.D.Jacinto Mercado | PR |
| 10 | 47533.010426/2014-21 | 204367964 | Abita Materiais De Construção Ltda. | PR |
| 11 | 47533.007144/2014-46 | 203410351 | Academia De Ginastica In Phorma S/S Ltda - Me | PR |
| 12 | 47533.000386/2014-17 | 202645428 | Acougue Safra Ltda | PR |
| 13 | 47533.000387/2014-53 | 202645436 | Acougue Safra Ltda | PR |
| 14 | 47533.012282/2013-66 | 201965135 | Addiction Comercial Ltda - Epp | PR |
| 15 | 47533.009167/2014-95 | 204191432 | Adilson Brito Carpintaria - Me | PR |
| 16 | 47533.006605/2014-63 | 203780388 | Adriano Bento Da Silva - Me | PR |
| 17 | 47533.006606/2014-16 | 203780221 | Adriano Bento Da Silva - Me | PR |
| 18 | 47533.015501/2014-40 | 205279490 | Aedsol Tecnologia Ltda - Me | PR |
| 19 | 47533.015502/2014-94 | 205279511 | Aedsol Tecnologia Ltda - Me | PR |
| 20 | 47533.015503/2014-39 | 205279473 | Aedsol Tecnologia Ltda - Me | PR |
| 21 | 47533.012263/2012-59 | 23513985 | Ajt Industrial Ltda. | PR |
| 22 | 47533.010689/2015-11 | 23389095 | Alarmat - Monitoramento Eletrônico Ltda - Me | PR |
| 23 | 47533.006063/2013-48 | 200945084 | Alesio Alves Dos Santos - Me | PR |
| 24 | 47533.004063/2015-75 | 206030711 | Alexandre De Almeida Candido - Epp | PR |
| 25 | 47533.001532/2013-32 | 23276789 | Almeida Tavares Com De Alimentos Ltda | PR |
| 26 | 47533.001533/2013-87 | 23276797 | Almeida Tavares Com De Alimentos Ltda | PR |
| 27 | 47533.003630/2013-12 | 200517601 | Altevir Bonifacio | PR |
| 28 | 47533.002957/2013-69 | 23536993 | Amc Marcelo Locacao E Manut Equip Ltda | PR |
| 29 | 47533.001600/2013-63 | 200216627 | American Design Moveis E Decoracoes Ltda - Me | PR |
| 30 | 47533.003715/2013-92 | 200531514 | Amilton Severino Paula-Acougue | PR |
| 31 | 47533.008020/2013-05 | 201262177 | Ana Paula De Lima | PR |
| 32 | 47533.008021/2013-41 | 201262185 | Ana Paula De Lima | PR |
| 33 | 47533.000574/2015-18 | 205598501 | Ana Sonia Santana | PR |
| 34 | 47533.010774/2013-17 | 201756285 | Andre & Coelho Comercio E Servicos Ltda | PR |
| 35 | 47533.009771/2013-31 | 201576899 | Andre Lincoln Teixeira - Me | PR |
| 36 | 47533.009772/2013-85 | 201576902 | Andre Lincoln Teixeira - Me | PR |
| 37 | 47533.009773/2013-20 | 201576911 | Andre Lincoln Teixeira - Me | PR |
| 38 | 47533.004649/2014-59 | 203204395 | Andreia Carneiro Pelegrini - Me | PR |
| 39 | 47533.008155/2014-43 | 204052297 | Antonio Alves De Oliveira & Cia Ltda | PR |
| 40 | 47533.004621/2013-31 | 200627961 | Arau-Ar Acessorios Para Veiculos Ltda | PR |
| 41 | 47533.009583/2014-93 | 204085152 | Araujo & Fogagnoli Ltda. - Me | PR |
| 42 | 47533.010302/2013-64 | 201705974 | Armacoes Curitiba Ltda - Me | PR |
| 43 | 47533.003953/2013-06 | 200544454 | Ary De Freitas Mendes & Cia Ltda Me | PR |
| 44 | 47533.003954/2013-42 | 200544462 | Ary De Freitas Mendes & Cia Ltda-Me | PR |
| 45 | 47533.003955/2013-97 | 200544471 | Ary De Freitas Mendes & Cia Ltda-Me | PR |
| 46 | 47533.000666/2015-06 | 205704115 | Associacao Dos Estudantes Do Ensino Superior De Cambara | PR |
| 47 | 47533.001540/2013-89 | 23274654 | Astorvidro - Comercio De Vidros Ltda | PR |
| 48 | 47533.001541/2013-23 | 23274662 | Astorvidro - Comercio De Vidros Ltda | PR |
| 49 | 47533.001542/2013-78 | 23274670 | Astorvidro - Comercio De Vidros Ltda | PR |
| 50 | 47533.001649/2015-88 | 200437046 | Auto Escola Christiane Ltda - Me | PR |
| 51 | 47533.005797/2013-18 | 200708520 | B.B.P. Combustiveis Ltda | PR |
| 52 | 47533.010374/2014-92 | 204354196 | Belman Equipamentos De Seguranca Ltda | PR |
| 53 | 47533.001990/2013-71 | 23274727 | Bernardelli-Transportes Rodoviarios E Comercio De Cereais Ltda-Me | PR |
| 54 | 47533.001991/2013-16 | 23274735 | Bernardelli-Transportes Rodoviarios E Comercio De Cereais Ltda-Me | PR |
| 55 | 47533.001992/2013-61 | 23274743 | Bernardelli-Transportes Rodoviarios E Comercio De Cereais Ltda-Me | PR |
| 56 | 47533.013673/2014-89 | 204669669 | Beton Steel - Eireli - Me | PR |
| 57 | 47533.013783/2014-41 | 204923638 | Bio Parana Ltda - Epp | PR |
| 58 | 47533.013784/2014-95 | 204923646 | Bio Parana Ltda - Epp | PR |
| 59 | 47533.010373/2014-48 | 204353033 | Br Toldos Ltda | PR |
| 60 | 47533.000294/2015-18 | 205403352 | Bravo Rolim Ltda - Me | PR |
| 61 | 47533.001179/2015-52 | 205842747 | Brito Comercio De Roupas Ltda - Me | PR |
| 62 | 47533.003329/2015-62 | 206193947 | Brustulim Comercio De Calcados Ltda - Me | PR |
| 63 | 47533.003330/2015-97 | 206193904 | Brustulim Comercio De Calcados Ltda - Me | PR |
| 64 | 47533.002960/2013-82 | 23537000 | C N D Equip E Dir Hidraulica Ltda | PR |
| 65 | 47533.002952/2013-36 | 23521503 | C N D Equip E Direcao Hidraulica Ltda Me | PR |
| 66 | 47533.013618/2014-99 | 204834937 | Camila Tormes Viel - Me | PR |
| 67 | 47533.008048/2013-34 | 201186420 | Capital Realty Infra-Estrutura Logistica Ltda | PR |
| 68 | 47533.005635/2014-52 | 203198336 | Carlos Humberto Pilla | PR |
| 69 | 47533.005636/2014-05 | 203198328 | Carlos Humberto Pilla | PR |
| 70 | 47533.005637/2014-41 | 203198301 | Carlos Humberto Pilla | PR |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 71 | 47533.014735/2013-99 | 202502422 | Casa Do Abacaxi Ltda - Me | PR |
| 72 | 47533.014568/2014-67 | 205096832 | Celio Segantini - Madeiras - Me | PR |
| 73 | 47533.001466/2013-09 | 23501952 | Celso Tubias Carneiro - Me | PR |
| 74 | 47533.000200/2014-11 | 202313573 | Centro De Formacao De Condutores Educatransito Ltda - M | PR |
| 75 | 47533.007489/2014-08 | 203909461 | Centro De Formacao De Condutores Jocel Ltda | PR |
| 76 | 47533.007490/2014-24 | 203909470 | Centro De Formacao De Condutores Jocel Ltda | PR |
| 77 | 47533.007068/2013-98 | 200756761 | Classeart Artigos Para Presentes Ltda | PR |
| 78 | 47533.007670/2013-25 | 201205360 | Claudemir Garcia - Me | PR |
| 79 | 47533.003292/2013-19 | 200464256 | Cleiton Roberto Schroeder E Cia Ltda | PR |
| 80 | 47533.003293/2013-55 | 200463837 | Cleiton Roberto Schroeder E Cia Ltda | PR |
| 81 | 47533.000617/2014-84 | 202725944 | Clovis Jose De Oliveira 06940614842 | PR |
| 82 | 47533.012498/2013-21 | 201836599 | Clube Sorriso Pg Ltda | PR |
| 83 | 47533.012499/2013-76 | 201836581 | Clube Sorriso Pg Ltda | PR |
| 84 | 47533.014994/2013-10 | 202500438 | Cmo - Servicos De Montagens E Operacoes Ltda - Me | PR |
| 85 | 47533.006068/2013-71 | 200928945 | Com E Ind B Antunes De Oliveira Ltda | PR |
| 86 | 47533.006789/2014-61 | 203819764 | Com. De Gas Glp Leal Ltda | PR |
| 87 | 47533.000680/2015-00 | 205704522 | Comercial De Materiais Eletricos - De Souza & Souza Ltd | PR |
| 88 | 47533.013100/2012-93 | 23383178 | Comercio De Carvao Machado Ltda | PR |
| 89 | 47533.010211/2014-18 | 204183197 | Comercio De Combustiveis Afm Ltda - Epp | PR |
| 90 | 47533.009005/2013-76 | 201250268 | Comercio De Fibras Santa Edwirges Ltda - Me | PR |
| 91 | 47533.008587/2014-54 | 203916093 | Comercio De Pecas E Acessorios Peniel Ltda - Me | PR |
| 92 | 47533.008588/2014-07 | 203916301 | Comercio De Pecas E Acessorios Peniel Ltda - Me | PR |
| 93 | 47533.008589/2014-43 | 203916182 | Comercio De Pecas E Acessorios Peniel Ltda - Me | PR |
| 94 | 47533.010777/2013-51 | 201757290 | Comercio De Tecidos Khalifa Ltda | PR |
| 95 | 47533.010778/2013-03 | 201756692 | Conjunto Residencial Nova Europa | PR |
| 96 | 47533.009119/2014-05 | 203871901 | Costa E Consoli Ltda - Epp | PR |
| 97 | 47533.012422/2013-04 | 201716666 | D A S Junior - Construcao E Pintura - Eireli - Me | PR |
| 98 | 47533.009664/2013-11 | 201349132 | D. A. Silva Junior & Cia. Ltda. - Me | PR |
| 99 | 47533.002066/2013-11 | 23464895 | David Leonardi | PR |
| 100 | 47533.008326/2013-53 | 201305496 | Dayana Cristina De Aguiar - Me | PR |
| 101 | 47533.008327/2013-06 | 201305500 | Dayana Cristina De Aguiar - Me | PR |
| 102 | 47533.008328/2013-42 | 201305518 | Dayana Cristina De Aguiar - Me | PR |
| 103 | 47533.010060/2014-90 | 204341825 | De Lourdes Lataria E Pinturas S/C Ltda | PR |
| 104 | 47533.009051/2015-37 | 207264996 | Delvair Bonafin - Supermercado - Me | PR |
| 105 | 47533.003523/2012-03 | 23412194 | Demobile Industria De Moveis Ltda | PR |
| 106 | 47533.006776/2013-10 | 201063077 | Diego Moreira De Araujo Souza | PR |
| 107 | 47533.009996/2014-78 | 204297753 | Dirlei Modas Ltda | PR |
| 108 | 47533.009997/2014-12 | 204297788 | Dirlei Modas Ltda | PR |
| 109 | 47533.010376/2014-81 | 204353262 | Distribuidora Araguaia Ltda. | PR |
| 110 | 47533.009585/2012-11 | 23508876 | Dlp - Distribuidora Londrinense De Publicacoes Ltda | PR |
| 111 | 47533.009586/2012-65 | 23508868 | Dlp - Distribuidora Londrinense De Publicacoes Ltda | PR |
| 112 | 47533.011928/2014-79 | 204620112 | Donizeti Alves Machado | PR |
| 113 | 47533.010779/2013-40 | 201755882 | Douglas Ricardo Dos Santos - Farmacia | PR |
| 114 | 47533.010780/2013-74 | 201755904 | Douglas Ricardo Dos Santos - Farmacia | PR |
| 115 | 47533.004783/2013-79 | 200675524 | Drogaria Pawlenko Martins Ltda | PR |
| 116 | 47533.004784/2013-13 | 200675541 | Drogaria Pawlenko Martins Ltda | PR |
| 117 | 47533.011929/2014-13 | 204620465 | Drogaria Rossi Ltda | PR |
| 118 | 47533.011930/2014-48 | 204620503 | Drogaria Rossi Ltda | PR |
| 119 | 47533.004518/2014-71 | 203321430 | E. A. Valeze & Cia Ltda | PR |
| 120 | 47533.010377/2014-26 | 204365406 | E. M. Vilas Boas - Madeiras | PR |
| 121 | 47533.011246/2014-66 | 204333377 | E. P. Da Silva - Construcao | PR |
| 122 | 47533.009273/2015-50 | 206967560 | E. Pereira Da Silva & Cia Ltda - Me | PR |
| 123 | 47533.007023/2014-02 | 203161947 | E.B.S. Construtora E Incorporadora Ltda - Epp | PR |
| 124 | 47533.008742/2013-51 | 201273110 | Edilaine Cristhiane Catarin Marucci - Me | PR |
| 125 | 47533.008896/2013-43 | 201273128 | Edilaine Cristhiane Catarin Marucci - Me | PR |
| 126 | 47533.013814/2014-63 | 204909813 | Edinaldo Silva - Me | PR |
| 127 | 47533.007558/2015-56 | 206983981 | Edson Luiz Cerqueira Lima - Me | PR |
| 128 | 47533.003150/2015-13 | 205904289 | El Zouki Comercio De Presentes Ltda - Me | PR |
| 129 | 47533.017343/2014-62 | 205326374 | Eletromecanica Bidoia Ltda - Me | PR |
| 130 | 47533.017345/2014-51 | 205331475 | Elitt Bordados - Eireli - Me | PR |
| 131 | 47533.017346/2014-04 | 205331190 | Elitt Bordados - Eireli - Me | PR |
| 132 | 47533.014740/2013-00 | 202473805 | Esmair Da Silva Construcoes - Epp | PR |
| 133 | 47533.007617/2015-96 | 207004285 | Estacionamento E Lava Car Bj Ltda - Me | PR |
| 134 | 47533.008196/2014-30 | 203748034 | Extimar Manutencao De Extintores Ltda - Me | PR |
| 135 | 47533.012849/2014-85 | 204464579 | F A S Assessoria Empresarial Eireli - Me | PR |
| 136 | 47533.014188/2014-22 | 205008208 | Fabiano Eduardo Hespanha | PR |
| 137 | 47533.012688/2014-20 | 204310059 | Fit Line Academia De Ginastica Ltda - Me | PR |
| 138 | 47533.000910/2015-22 | 205797351 | Florenge Tecnologia Ltda | PR |
| 139 | 47533.009074/2013-80 | 201474492 | Floriano Pereira & Filhos Ltda | PR |
| 140 | 47533.009075/2013-24 | 201474522 | Floriano Pereira & Filhos Ltda | PR |
| 141 | 47533.013467/2013-98 | 202256669 | Folhapel Comercio De Papel Ltda - Me | PR |
| 142 | 47533.009290/2013-25 | 201363542 | Franciosi Comercio De Combustiveis Ltda - Me | PR |
| 143 | 47533.001629/2014-26 | 202831981 | Furacao Grafit Industria E Comercio De Confeccoes Ltda | PR |
| 144 | 47533.008207/2014-81 | 203873947 | G. De Souza Cristo Vidracaria - Me | PR |
| 145 | 47533.007769/2013-27 | 201231689 | G7 Turismo E Representações Ltda - Me | PR |
| 146 | 47533.009117/2014-16 | 203968361 | Gelmaq Costuras Ltda - Me | PR |
| 147 | 47533.010379/2014-15 | 204353912 | Gerson Kuhn | PR |
| 148 | 47533.010380/2014-40 | 204353921 | Gerson Kuhn | PR |
| 149 | 47533.010381/2014-94 | 204353939 | Gerson Kuhn | PR |
| 150 | 47533.010944/2012-82 | 23280760 | Gianini & Vieira Ltda | PR |
| 151 | 47533.002243/2015-12 | 205999085 | Gilioli Papelaria Ltda - Me | PR |
| 152 | 47533.002244/2015-67 | 205999379 | Gilioli Papelaria Ltda - Me | PR |
| 153 | 47533.002981/2014-89 | 202721574 | Giuliangelli & Andreazzi Ltda - Epp | PR |
| 154 | 47533.002759/2015-67 | 205887902 | Gleiciene Brizola 06453621908 | PR |
| 155 | 47533.013142/2013-13 | 201937867 | Gouveia & Reis Ltda - Me | PR |
| 156 | 47533.013143/2013-50 | 201937859 | Gouveia & Reis Ltda - Me | PR |
| 157 | 47533.013145/2013-49 | 201937832 | Gouveia & Reis Ltda - Me | PR |
| 158 | 47533.016041/2014-77 | 205327451 | Grafica Monteiro Ltda - Me | PR |
| 159 | 47533.013251/2013-22 | 201799481 | Grezul Transportes De Cargas Ltda - Me | PR |
| 160 | 47533.003941/2013-73 | 200544926 | Hamirisi Dist Com Varej De Prod De Limpeza Ltda | PR |
| 161 | 47533.008788/2014-51 | 203702956 | Heringer & Heringer Ltda - Me | PR |
| 162 | 47533.004625/2013-19 | 200631977 | Hidratecnica Instalações Ltda | PR |
| 163 | 47533.013182/2013-57 | 202183084 | Hilaria Furman Representacoes - Me | PR |
| 164 | 47533.009169/2015-65 | 206842210 | Hotel Alfa Cataratas Ltda - Me | PR |
| 165 | 47533.016610/2014-84 | 205333133 | Hsbc Bank Brasil S.A. - Banco Multiplo | PR |
| 166 | 47533.002296/2014-52 | 202860108 | Humberto Souza Guerra - Me | PR |
| 167 | 47533.002297/2014-05 | 202860116 | Humberto Souza Guerra - Me | PR |
| 168 | 47533.002298/2014-41 | 202860124 | Humberto Souza Guerra - Me | PR |
| 169 | 47533.012403/2014-51 | 204691508 | I M Bernardo | PR |
| 170 | 47533.002641/2013-77 | 200360663 | I Valmaq Implem Agricolas Ltda Me | PR |
| 171 | 47533.002643/2013-66 | 200360710 | I Valmaq Implem Agricolas Ltda Me | PR |
| 172 | 47533.004408/2013-29 | 200335006 | Ibipora Express Transp E Log Ltda | PR |
| 173 | 47533.013164/2013-75 | 202181855 | Igreja Apostolica Do Leao Da Tribo De Juda Da Paz | PR |
| 174 | 47533.013165/2013-10 | 202181413 | Igreja Apostolica Do Leao Da Tribo De Juda Da Paz | PR |
| 175 | 47533.013166/2013-64 | 202180913 | Igreja Apostolica Do Leao Da Tribo De Juda Da Paz | PR |
| 176 | 47533.009775/2013-19 | 201578646 | Ilma Veiga - Me | PR |
| 177 | 47533.009776/2013-63 | 201578654 | Ilma Veiga - Me | PR |
| 178 | 47533.009777/2013-16 | 201578671 | Ilma Veiga - Me | PR |
| 179 | 47533.017739/2014-18 | 205391486 | Ilson J Franco Construcao Civil E Estruturas Metalicas | PR |
| 180 | 47533.010787/2013-96 | 201757125 | Industria De Moveis Denny Ltda | PR |
| 181 | 47533.010788/2013-31 | 201757133 | Industria De Moveis Denny Ltda | PR |
| 182 | 47533.012717/2013-72 | 201790441 | Industria E Comercio De Produtos Lacteos Camilla Ltda. | PR |
| 183 | 47533.012718/2013-17 | 201790432 | Industria E Comercio De Produtos Lacteos Camilla Ltda. | PR |
| 184 | 47533.012720/2013-96 | 201790408 | Industria E Comercio De Produtos Lacteos Camilla Ltda. | PR |
| 185 | 47533.004839/2013-95 | 23494697 | Inforwap Editora De Publicacoes Periodicas Ltda | PR |
| 186 | 47533.008018/2013-28 | 201262215 | Inglat & Ribeiro Transportes Ltda | PR |
| 187 | 47533.008019/2013-72 | 201262231 | Inglat & Ribeiro Transportes Ltda | PR |
| 188 | 47533.005722/2014-18 | 202766110 | Inova Corretora De Seguros Ltda - Me | PR |
| 189 | 47533.015779/2014-17 | 204945682 | Irmaos Mineiros Comercio De Alimentos Ltda - Me | PR |
| 190 | 47533.015782/2014-31 | 204945704 | Irmaos Mineiros Comercio De Alimentos Ltda - Me | PR |
| 191 | 47533.007910/2013-91 | 23468661 | Irmaos Souza Lava Jato Ltda | PR |
| 192 | 47533.006303/2013-12 | 200635638 | Issa & Santos Ltda - Me | PR |
| 193 | 47533.010698/2014-21 | 203888111 | J A Herreiro Confecções Ltda Me | PR |
| 194 | 47533.010699/2014-75 | 203888103 | J A Herreiro Confecções Ltda Me | PR |
| 195 | 47533.009366/2013-12 | 201524902 | J Pereira Construcoes E Servicos Sc Ltda | PR |
| 196 | 47533.000689/2015-11 | 205717349 | J. M. Cabral - Me | PR |
| 197 | 47533.000690/2015-37 | 205717357 | J. M. Cabral - Me | PR |
| 198 | 47533.007507/2014-43 | 203925149 | Jasson Ribeiro Dos Santos | PR |
| 199 | 47533.001032/2014-81 | 202826694 | Jose Alfredo Da Rocha Neto Oshikawa - Me | PR |
| 200 | 47533.009046/2013-62 | 201275384 | José Almeida | PR |
| 201 | 47533.002288/2014-14 | 203039777 | Jose Bispo De Aragao 49278835900 | PR |
| 202 | 47533.001180/2015-87 | 205843964 | Jose Claudio Lermen Mercado - Me | PR |
| 203 | 47533.007206/2013-39 | 200982397 | Jose Edson Graniska - Me | PR |
| 204 | 47533.014399/2013-84 | 202420418 | Jose Juliano Negosek | PR |
| 205 | 47533.003949/2013-30 | 200544420 | Jose Marcos Pastor Sanches Me | PR |
| 206 | 47533.003950/2013-64 | 200544438 | Jose Marcos Pastor Sanches Me | PR |
| 207 | 47533.003952/2013-53 | 200544446 | Jose Marcos Pastor Sanches Me | PR |
| 208 | 47533.012351/2013-31 | 201998459 | Jose Martins Dos Santos | PR |
| 209 | 47533.012826/2013-90 | 202125181 | Jose Vieira & Cia Ltda - Me | PR |
| 210 | 47533.010007/2014-99 | 204299187 | Josefino Dos Santos - Transportes | PR |
| 211 | 47533.002732/2014-93 | 203111991 | Juliano Jose Fagundes | PR |
| 212 | 47533.000665/2014-72 | 202731731 | Julio Rodrigues Neto - Me | PR |
| 213 | 47533.002294/2014-63 | 203047907 | Jurandir Da Silva | PR |
| 214 | 47533.002674/2015-89 | 206086431 | Jva Consultoria E Servios Ltda - Me | PR |
| 215 | 47533.010290/2014-59 | 204199824 | Kilochik Restaurante Ltda - Me | PR |
| 216 | 47533.010106/2014-71 | 204131324 | King Dome Rider Simulador Ltda. - Me | PR |
| 217 | 47533.010313/2014-25 | 204192927 | Kuka-Pan Ltda - Me | PR |
| 218 | 47533.010314/2014-70 | 204193001 | Kuka-Pan Ltda - Me | PR |
| 219 | 47533.011080/2013-05 | 201578484 | L. A. Bidoia & Cia Ltda - Me | PR |
| 220 | 47533.006246/2013-63 | 200499351 | L.M. Corneta - Auto Vidros - Me | PR |
| 221 | 47533.015063/2014-10 | 205198317 | Laram Agencia De Viagens E Turismo Ltda - Me | PR |
| 222 | 47533.002314/2014-04 | 203046919 | Laudiceia Confeccoes Ltda | PR |
| 223 | 47533.015249/2014-79 | 205067387 | Lava Car Mandaguacu Ltda - Me | PR |
| 224 | 47533.011340/2014-15 | 204317401 | Lava Jato Cidade Nova Ltda - Me | PR |
| 225 | 47533.011341/2014-60 | 204317592 | Lava Jato Cidade Nova Ltda - Me | PR |
| 226 | 47533.006777/2013-56 | 201063051 | Layon Manutencao Industrial Ltda | PR |
| 227 | 47533.006474/2014-14 | 203487885 | Leonildo Laurentino Da Silva - Me | PR |
| 228 | 47533.005833/2014-16 | 203575792 | Lopedote & Lopedote Ltda | PR |
| 229 | 47533.009365/2013-78 | 201527006 | Loterias Archelau Ltda | PR |
| 230 | 47533.012964/2014-50 | 204815398 | Lozenge Intl Comercio, Importacao E Exportacao Ltda. - | PR |
| 231 | 47533.008494/2014-20 | 204079179 | Lucas Vinicius Dos Santos Com De Mat De Construção Ltda | PR |
| 232 | 47533.011139/2014-38 | 204517494 | Luciana Fernandes Baleiro Marques De Lima - Me | PR |
| 233 | 47533.011140/2014-62 | 204517443 | Luciana Fernandes Baleiro Marques De Lima - Me | PR |
| 234 | 47533.009089/2014-29 | 203998154 | Luis Henrique Correa & Cia Ltda - Me | PR |
| 235 | 47533.016063/2014-37 | 205352685 | Luiz Carlos Dos Santos Silva | PR |
| 236 | 47533.016072/2014-28 | 205357741 | Luiz Claudio Silverio - Me | PR |
| 237 | 47533.007409/2015-97 | 206876360 | M & B Reparos E Manutencao Predial Ltda - Me | PR |
| 238 | 47533.007742/2013-34 | 201007061 | M J A Com De Madeiras Ltda | PR |
| 239 | 47533.007967/2013-91 | 201119838 | M. C. Oliveira - Reciclaveis Eireli - Me | PR |
| 240 | 47533.010790/2013-18 | 201755980 | M. E. Rita Acabamentos Em Construcao Civil Ltda | PR |
| 241 | 47533.010791/2013-54 | 201755998 | M. E. Rita Acabamentos Em Construcao Civil Ltda | PR |
| 242 | 47533.006672/2014-88 | 203667182 | M. M. Melquiades Da Fonseca - Me | PR |
| 243 | 47533.002006/2015-51 | 205719775 | M.G.B. Da Rocha & Cia Ltda. - Me | PR |
| 244 | 47533.002009/2015-95 | 205757341 | M.Junior Lima & Moura Ltda - Me | PR |
| 245 | 47533.004968/2013-83 | 200767071 | M.P.P. Pinturas Industriais Ltda | PR |
| 246 | 47533.004969/2013-28 | 200767011 | M.P.P. Pinturas Industriais Ltda | PR |
| 247 | 47533.009476/2012-01 | 23358548 | M.R. Design - Moveis Planejados Ltda | PR |
| 248 | 47533.005401/2012-43 | 23412119 | M.S. Rocha E Filha Ltda -Epp | PR |
| 249 | 47533.002496/2014-13 | 201327201 | Ma Lola Industria De Confeccoes Ltda - Me | PR |
| 250 | 47533.000963/2012-09 | 23454423 | Ma Umuarama Comercio De Moveis Ltda | PR |
| 251 | 47533.010792/2013-07 | 201755734 | Mantitec - Comercio E Prestacao De Servicos Ltda | PR |
| 252 | 47533.010780/2014-55 | 204448581 | Maracana Elevacoes E Servicos Ltda - Me | PR |
| 253 | 47533.000513/2014-70 | 201143747 | Marcio Adriano Montemor - Me | PR |
| 254 | 47533.000514/2014-14 | 201143755 | Marcio Adriano Montemor - Me | PR |
| 255 | 47533.000515/2014-69 | 201143763 | Marcio Adriano Montemor - Me | PR |
| 256 | 47533.006064/2013-92 | 200945092 | Marcus V. Da Silveira Martins - Me | PR |
| 257 | 47533.001576/2014-43 | 202908755 | Maria De Fatima Ferreira 01017510954 | PR |
| 258 | 47533.013177/2014-25 | 204565146 | Maria Elisabete Pereira De Souza | PR |
| 259 | 47533.003286/2015-15 | 206201117 | Maria Pereira De Souza Silva - Restaurante - Eireli - M | PR |
| 260 | 47533.002968/2013-49 | 200437739 | Mario Jose De Assis | PR |
| 261 | 47533.017208/2014-17 | 205319271 | Marlene Da Silva Maniezo - Me | PR |
| 262 | 47533.003366/2015-71 | 206193262 | Marlene Peixoto Guaita - Sucessora De Alceu Guaita | PR |
| 263 | 47533.011514/2013-69 | 201852527 | Marp Calcados Ltda - Me | PR |
| 264 | 47533.008232/2013-84 | 200265482 | Mauro Ritter - Me | PR |
| 265 | 47533.017399/2014-17 | 205495681 | Maxipas Saude Ocupacional Ltda | PR |
| 266 | 47533.017403/2014-47 | 205516505 | Maxipas Saude Ocupacional Ltda | PR |
| 267 | 47533.008437/2012-89 | 23400455 | Maxxi Comercio De Moveis E Eletrodomesticos Ltda-Me | PR |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 268 | 47533.000396/2015-25 | 205450849 | Mazurok Auto Center Ltda - Me | PR |
| 269 | 47533.000398/2015-14 | 205450971 | Mazurok Auto Center Ltda - Me | PR |
| 270 | 47533.005840/2014-18 | 203575067 | Minimercado Dutra Eireli | PR |
| 271 | 47533.005841/2014-62 | 203575075 | Minimercado Dutra Eireli | PR |
| 272 | 47533.008938/2014-27 | 204167612 | Minimundo Comercio De Artigos Do Vestuario Ltda - Me | PR |
| 273 | 47533.001130/2014-19 | 202436306 | Mj Comercio De Alimentos Ltda - Me | PR |
| 274 | 47533.006493/2014-41 | 203537718 | Ml Serraria Eireli - Me | PR |
| 275 | 47533.013119/2013-11 | 201991527 | Mp8 Veiculos Ltda | PR |
| 276 | 47533.007927/2014-20 | 204001781 | Multibancos Revestimento Em Couro Ltda. - Me | PR |
| 277 | 47533.008187/2013-68 | 201046229 | N Meneghetti & Meneghetti Ltda - Me | PR |
| 278 | 47533.003266/2014-63 | 202527531 | N. R. Prado & Cia Ltda - Me | PR |
| 279 | 47533.010212/2014-54 | 204183081 | N. Silva & Dias - Comercio De Combustiveis Ltda. | PR |
| 280 | 47533.007383/2014-04 | 203892437 | Nelson Candido Luiz | PR |
| 281 | 47533.015167/2013-43 | 202586308 | Nelson Greskiv - Me | PR |
| 282 | 47533.013184/2013-46 | 202181545 | Nelson Jose Francisco - Me | PR |
| 283 | 47533.001660/2015-48 | 200694774 | Nelson Paschoalotto Advogados Associados | PR |
| 284 | 47533.009644/2013-31 | 201245388 | Newlabor Indústria E Comércio Ltda | PR |
| 285 | 47533.003231/2015-13 | 205918158 | Nobresa Do Gesso-Industria E Comercio De Artefatos | PR |
| 286 | 47533.005960/2013-34 | 200916815 | Odair Lima De Araujo | PR |
| 287 | 47533.008542/2015-61 | 207060576 | Oficina Do Impresso Gráfica E Editora Ltda. | PR |
| 288 | 47533.011884/2013-04 | 201900939 | Olaria Florai Ltda - Me | PR |
| 289 | 47533.013239/2012-37 | 200062883 | Onix Jeans Com De Artigos Textil Ltda | PR |
| 290 | 47533.013688/2013-66 | 202295877 | Orlando Carlos Do Carmo & Cia Ltda - Me | PR |
| 291 | 47533.013689/2013-19 | 202295885 | Orlando Carlos Do Carmo & Cia Ltda - Me | PR |
| 292 | 47533.003224/2015-11 | 205922317 | P. S. Frias & L. A. Da Silva Ltda - Me | PR |
| 293 | 47533.003541/2014-49 | 203017846 | Pagina Um - Jornais E Publicacoes Ltda - Me | PR |
| 294 | 47533.005933/2013-61 | 200897527 | Panificadora Belize Ltda - Me | PR |
| 295 | 47533.017241/2014-47 | 205221483 | Parana Comercio De Materiais Reciclaveis Ltda - Me | PR |
| 296 | 47533.017242/2014-91 | 205221491 | Parana Comercio De Materiais Reciclaveis Ltda - Me | PR |
| 297 | 47533.017243/2014-36 | 205221513 | Parana Comercio De Materiais Reciclaveis Ltda - Me | PR |
| 298 | 47533.012481/2012-93 | 23273836 | Paranabus - Reformadora De Onibus Ltda Me | PR |
| 299 | 47533.010011/2014-57 | 204300461 | Paulo Eliezer Dallagrana | PR |
| 300 | 47533.005843/2014-51 | 203575491 | Paulo Rogerio Inferdes | PR |
| 301 | 47533.008014/2013-40 | 201262355 | Pcc Macedo & Macedo Ltda | PR |
| 302 | 47533.008015/2013-94 | 201262347 | Pcc Macedo & Macedo Ltda | PR |
| 303 | 47533.002254/2015-01 | 205963081 | Pereira & Cia Imobiliaria - Eireli | PR |
| 304 | 47533.007908/2013-12 | 200531808 | Perfil Textil Ltda | PR |
| 305 | 47533.008061/2013-93 | 200967495 | Pilbra - Programa Integral De Leitura Para O Brasil Ltd | PR |
| 306 | 47533.006780/2014-51 | 203825047 | Plena Comercio E Representacao De Material Medico Hospi | PR |
| 307 | 47533.013207/2014-01 | 204474345 | Pontali Alimentos Ltda - Me | PR |
| 308 | 47533.013208/2014-48 | 204474337 | Pontali Alimentos Ltda - Me | PR |
| 309 | 47533.013209/2014-92 | 204474353 | Pontali Alimentos Ltda - Me | PR |
| 310 | 47533.000648/2014-35 | 201143771 | Prado & Defendi Ltda - Me | PR |
| 311 | 47533.000649/2014-80 | 201143780 | Prado & Defendi Ltda - Me | PR |
| 312 | 47533.006153/2015-09 | 206473168 | Prestadora De Servicos Basilio De Oliveira S/S Ltda - M | PR |
| 313 | 47533.012601/2013-33 | 202035476 | Previfacil Assessoria E Planej. Previdenciario Ltda | PR |
| 314 | 47533.012602/2013-88 | 202035468 | Previfacil Assessoria E Planejamento Previdenciario Ltd | PR |
| 315 | 47533.001029/2014-68 | 202816311 | Priscila Virginia Bernardi & Cia Ltda | PR |
| 316 | 47533.001030/2014-92 | 202816338 | Priscila Virginia Bernardi & Cia Ltda | PR |
| 317 | 47533.001031/2014-37 | 202816346 | Priscila Virginia Bernardi & Cia Ltda | PR |
| 318 | 47533.014563/2014-34 | 205065929 | Puhl E Cia Ltda - Me | PR |
| 319 | 47533.000522/2014-61 | 202691021 | R M Pessoa - Me | PR |
| 320 | 47533.000523/2014-13 | 202691047 | R M Pessoa - Me | PR |
| 321 | 47533.000530/2014-15 | 202694500 | R V Mecanica Ltda - Me | PR |
| 322 | 47533.000531/2014-51 | 202694542 | R V Mecanica Ltda - Me | PR |
| 323 | 47533.000532/2014-04 | 202694569 | R V Mecanica Ltda - Me | PR |
| 324 | 47533.006627/2013-42 | 200512234 | R. J. Da Silva Confeccoes - Me | PR |
| 325 | 47533.006628/2013-97 | 200512226 | R. J. Da Silva Confeccoes - Me | PR |
| 326 | 47533.006629/2013-31 | 200512242 | R. J. Da Silva Confeccoes - Me | PR |
| 327 | 47533.010738/2015-15 | 207227870 | R.A. Simoes - Calhas E Rufos - Me | PR |
| 328 | 47533.009276/2014-11 | 203913663 | Rafael Gaideski - Me | PR |
| 329 | 47533.011973/2014-23 | 204653410 | Raio De Sol Educacao Infantil Ltda - Me | PR |
| 330 | 47533.011974/2014-78 | 204653461 | Raio De Sol Educacao Infantil Ltda - Me | PR |
| 331 | 47533.006015/2013-50 | 200922939 | Rede Vida Comercio De Medicamentos Ltda | PR |
| 332 | 47533.000899/2015-09 | 205792936 | Rgb Comercio De Pecas E Servicos Automotivos Eireli - M | PR |
| 333 | 47533.000900/2015-97 | 205792880 | Rgb Comercio De Pecas E Servicos Automotivos Eireli - M | PR |
| 334 | 47533.013468/2013-32 | 202256731 | Ribeiro E Domingues Ltda - Me | PR |
| 335 | 47533.004124/2014-13 | 203168976 | Ricardo Bruneti Bicudo | PR |
| 336 | 47533.008355/2013-15 | 201318636 | Ricardo Bueno-Refrigeracao - Me | PR |
| 337 | 47533.008356/2013-60 | 201318644 | Ricardo Bueno-Refrigeracao - Me | PR |
| 338 | 47533.008357/2013-12 | 201318652 | Ricardo Bueno-Refrigeracao - Me | PR |
| 339 | 47533.002115/2015-79 | 205955274 | Riobramerkt Comercio De Alimentos Ltda - Me | PR |
| 340 | 47533.002904/2012-67 | 23417110 | Rocaza Moveis S/A | PR |
| 341 | 47533.004222/2015-31 | 206368771 | Rosilei Simone Tulio De Oliveira - Me | PR |
| 342 | 47533.012993/2014-11 | 204827914 | Rosnei Correa Da Cruz | PR |
| 343 | 47533.001812/2013-41 | 23274689 | Rossi & Pallaro Ltda Me | PR |
| 344 | 47533.014042/2013-04 | 202383121 | Royer Frutas Ltda - Me | PR |
| 345 | 47533.000757/2014-52 | 202744841 | Rozzumy Confeccoes Ltda - Me | PR |
| 346 | 47533.000758/2014-05 | 202744868 | Rozzumy Confeccoes Ltda - Me | PR |
| 347 | 47533.008157/2014-32 | 204051657 | Rs Artefatos De Cimento Ltda - Me | PR |
| 348 | 47533.015983/2014-38 | 204994624 | Rubens Bernardo - Epp | PR |
| 349 | 47533.005006/2014-22 | 203438671 | S Stefanutto - Me | PR |
| 350 | 47533.005007/2014-77 | 203438680 | S Stefanutto - Me | PR |
| 351 | 47533.000143/2014-71 | 202575845 | S. A. Dos Santos Silva & Cia Ltda - Me | PR |
| 352 | 47533.000144/2014-15 | 202575853 | S. A. Dos Santos Silva & Cia Ltda - Me | PR |
| 353 | 47533.000145/2014-60 | 202575861 | S. A. Dos Santos Silva & Cia Ltda - Me | PR |
| 354 | 47533.001550/2015-86 | 205734596 | S. C. Da Rocha - Madeiras - Me | PR |
| 355 | 47533.011155/2014-21 | 204499739 | S. M. De Jesus - Madeiras | PR |
| 356 | 47533.003274/2014-18 | 202628493 | S.I. Florianopolis Telecomunicacoes Ltda | PR |
| 357 | 47533.001457/2015-71 | 205230199 | Samuel Cardoso Da Silva - Eireli | PR |
| 358 | 47533.007385/2014-95 | 203887051 | Sandi & Cia Ltda | PR |
| 359 | 47533.013162/2013-86 | 202180611 | Sandra Da Conceicao Lazarino Rezende - Me | PR |
| 360 | 47533.005847/2014-30 | 203570995 | Sanson - Comercio De Produtos Eletronicos Ltda | PR |
| 361 | 47533.005848/2014-84 | 203571002 | Sanson - Comercio De Produtos Eletronicos Ltda | PR |
| 362 | 47533.010255/2013-59 | 23542209 | Santos & Cruz Costa Ltda | PR |
| 363 | 47533.014973/2014-85 | 204490677 | Sarah Mayane Teixeira - Me | PR |
| 364 | 47533.013181/2013-11 | 201143712 | Saunorpi Associacao Dos Usuarios De Saude Do Norte Pion | PR |
| 365 | 47533.004175/2014-45 | 203132530 | Sbp Comercio De Alimentos Ltda | PR |
| 366 | 47533.008358/2013-59 | 201318661 | Selma De Fatima Barbosa - Lanchonete - Me | PR |
| 367 | 47533.012590/2012-19 | 23274530 | Selma Nascimbene Do Nascimento | PR |
| 368 | 47533.010014/2014-91 | 204298652 | Severo Lachman & Cia. Ltda | PR |
| 369 | 47533.010015/2014-35 | 204298661 | Severo Lachman & Cia. Ltda | PR |
| 370 | 47533.011156/2014-75 | 204499984 | Sibie & Malta Ltda | PR |
| 371 | 47533.008287/2012-11 | 23419458 | Sign Tech Comunicacao Visual Rapida Ltda Me | PR |
| 372 | 47533.008289/2012-01 | 23419466 | Sign Tech Comunicacao Visual Rapida Ltda Me | PR |
| 373 | 47533.001251/2014-61 | 202832082 | Silva & Lourenco Ltda - Me | PR |
| 374 | 47533.003581/2012-29 | 23406968 | Silvestre Utensilios Para Limpeza Ltda-Me | PR |
| 375 | 47533.015165/2014-35 | 205230474 | Sindicato Dos Arrumadores De Paranagua | PR |
| 376 | 47533.006002/2013-81 | 200907336 | Sindicato Dos Trab Na Movim De Mercad Geral De Araucaria | PR |
| 377 | 47533.006331/2013-21 | 23286792 | Sino Real Caminhoes Ltda | PR |
| 378 | 47533.009611/2014-72 | 204251770 | Sistali Ltda | PR |
| 379 | 47533.000760/2014-76 | 202747549 | Sistema De Comunicacao Do Vale Ltda - Me | PR |
| 380 | 47533.015689/2014-26 | 205050247 | Smidi & Taques Ltda | PR |
| 381 | 47533.011160/2014-33 | 204500273 | Soaigher, Suaigher & Cia Ltda | PR |
| 382 | 47533.006762/2013-98 | 201063166 | Soinski E Cia Ltda | PR |
| 383 | 47533.013350/2014-95 | 204823129 | Solange Do Rocio Pereira Cardoso - Me | PR |
| 384 | 47533.002958/2013-11 | 23536926 | Sound Zang Ltda | PR |
| 385 | 47533.006449/2013-50 | 23387742 | Souza E Dlugoss Ltda | PR |
| 386 | 47533.006450/2013-84 | 23387726 | Souza E Dlugoss Ltda | PR |
| 387 | 47533.010482/2013-84 | 201723735 | Souza Servicos De Alimentos Ltda - Me | PR |
| 388 | 47533.010483/2013-29 | 201723743 | Souza Servicos De Alimentos Ltda - Me | PR |
| 389 | 47533.010484/2013-73 | 201723751 | Souza Servicos De Alimentos Ltda - Me | PR |
| 390 | 47533.007524/2013-08 | 201174081 | Steinfer Restaurante E Lanchonete Ltda | PR |
| 391 | 47533.008845/2013-11 | 201422280 | Stf Brasil - Comercio E Servicos Ltda | PR |
| 392 | 47533.008846/2013-66 | 201422310 | Stf Brasil - Comercio E Servicos Ltda | PR |
| 393 | 47533.004200/2013-18 | 200224034 | Sushiyaki Restaurante Ltda | PR |
| 394 | 47533.003020/2013-19 | 200285181 | Suze Beatriz Ferro Bauermann | PR |
| 395 | 47533.002760/2015-91 | 205885551 | T M Silva - Roupas E Acessorios - Me | PR |
| 396 | 47533.002761/2015-36 | 205885586 | T M Silva - Roupas E Acessorios - Me | PR |
| 397 | 47533.014873/2013-78 | 202260682 | T. S. Costa & Cia Ltda - Me | PR |
| 398 | 47533.005801/2013-30 | 23284005 | T. T. L. Transportes E Representacoes Ltda | PR |
| 399 | 47533.003378/2015-03 | 206193238 | Tacimar Cred Ltda | PR |
| 400 | 47533.013800/2014-40 | 204924022 | Tatiana Fortes Dos Santos - Me | PR |
| 401 | 47533.016623/2014-53 | 205448178 | Tecnica Riograndense De Obras Ltda - Epp | PR |
| 402 | 47533.011942/2014-72 | 204619076 | Tereza Rosa Felizardo - Confeccoes | PR |
| 403 | 47533.009071/2013-46 | 201474981 | Thais De Cassia Giona | PR |
| 404 | 47533.012416/2012-68 | 23464836 | Tin-Tan Gas Ltda | PR |
| 405 | 47533.003379/2015-40 | 206193441 | Transportadora Helcio Lopes Ltda - Me | PR |
| 406 | 47533.003380/2015-74 | 206193408 | Transportadora Helcio Lopes Ltda - Me | PR |
| 407 | 47533.010688/2015-76 | 207252556 | Tucano Travel Service Eireli - Me | PR |
| 408 | 47533.012606/2013-66 | 202035433 | Uniblatt Servicos De Construcoes Civis Ltda | PR |
| 409 | 47533.003500/2015-33 | 206213239 | Usina De Beneficiamento De Leite Latco Ltda | PR |
| 410 | 47533.014615/2014-72 | 204856744 | V G Corsi & Cia Ltda - Me | PR |
| 411 | 47533.007216/2013-74 | 23286628 | Valdir Candido Ferreira | PR |
| 412 | 47533.007516/2014-34 | 203911113 | Valtenor Cusin | PR |
| 413 | 47533.007517/2014-89 | 203911121 | Valtenor Cusin | PR |
| 414 | 47533.017393/2014-40 | 205520154 | Vcl Panificadora Ltda - Me | PR |
| 415 | 47533.013182/2012-76 | 23536870 | Vega Distribuidora Petroleo Ltda | PR |
| 416 | 47533.010797/2013-21 | 201755084 | Vera Marlene Casagrande | PR |
| 417 | 47533.010798/2013-76 | 201755696 | Vera Marlene Casagrande | PR |
| 418 | 47533.007527/2013-33 | 201174073 | Vorije - Esquadrias Metalicas Ltda | PR |
| 419 | 47533.006631/2013-19 | 200512293 | W. D. Capeli - Confeccoes - Me | PR |
| 420 | 47533.002268/2012-73 | 23486953 | Waldir Prochmann Me | PR |
| 421 | 47533.015600/2014-21 | 205067361 | Webgopher - Comunicacao Web Ltda - Me | PR |
| 422 | 47533.015601/2014-76 | 205067263 | Webgopher - Comunicacao Web Ltda - Me | PR |
| 423 | 47533.010840/2014-30 | 204470111 | Wilma Urbano Ferreira Vieira - Me | PR |
| 424 | 47533.010841/2014-84 | 204469562 | Wilma Urbano Ferreira Vieira - Me | PR |
| 425 | 47533.010842/2014-29 | 204470561 | Wilma Urbano Ferreira Vieira - Me | PR |
| 426 | 47533.004366/2014-15 | 203371658 | Wjl Empreiteira De Obras Ltda - Me | PR |
| 427 | 47533.011161/2014-88 | 204500397 | Wodison Da Costa Deluca | PR |
| 428 | 47533.002262/2015-49 | 205909019 | Yu Chunlin | PR |
| 429 | 47533.006376/2014-87 | 203546318 | Z. S. N. Servicos Ltda - Me | PR |
| 430 | 47533.000709/2015-45 | 205704361 | Zilda Origa De Souza & Cia Ltda - Me | PR |
| 431 | 47533.000710/2015-70 | 205704379 | Zilda Origa De Souza & Cia Ltda - Me | PR |
| 432 | 47533.000711/2015-14 | 205704387 | Zilda Origa De Souza & Cia Ltda - Me | PR |
| 433 | 46218.002264/2014-67 | 202781895 | A. Sturmer Calçados - Me | RS |
| 434 | 46271.001051/2015-54 | 206272472 | Aaz Net Vendas De Assinaturas Ltda - Epp | RS |
| 435 | 46218.006213/2015-95 | 206498411 | Abastecedora De Combustiveis Dom Joaquim Ltda | RS |
| 436 | 46275.000317/2015-10 | 205181252 | Abelie Pandolfo - Me | RS |
| 437 | 46275.000319/2015-09 | 205181261 | Abelie Pandolfo - Me | RS |
| 438 | 46617.002120/2013-27 | 200128531 | Adriana Karls | RS |
| 439 | 46218.001226/2014-97 | 202639002 | Adriana Ricardo - Me | RS |
| 440 | 47180.000008/2014-72 | 202546004 | Adriano Manoel Moitoso | RS |
| 441 | 46274.003358/2014-89 | 205326072 | Alkaest Industria E Comercio De Produtos Quimicos Ltda | RS |
| 442 | 46218.010452/2014-69 | 203974794 | Ana Spina - Cantina Eireli - Epp | RS |
| 443 | 46218.009525/2015-51 | 206948069 | Anatomic Estética E Academia De Ginástica Ltda. | RS |
| 444 | 46218.003777/2015-76 | 206089821 | André Luis Bays Monfron | RS |
| 445 | 46275.002280/2014-75 | 204280443 | Andrea Luciana Olczevski Zapelini - Me | RS |
| 446 | 46218.022513/2014-31 | 205470653 | Andressa Karoline Pereira Da Silveira - Me | RS |
| 447 | 46218.022514/2014-85 | 205470718 | Andressa Karoline Pereira Da Silveira - Me | RS |
| 448 | 46218.022498/2014-21 | 205490425 | Anedilce Teresinha Casassola - Me | RS |
| 449 | 46218.022499/2014-75 | 205490352 | Anedilce Teresinha Casassola - Me | RS |
| 450 | 46274.002931/2014-37 | 204993091 | Antonio Valdir Crestani - Me | RS |
| 451 | 46276.000019/2015-10 | 205676286 | Armazem Pier 10 Ltda - Me | RS |
| 452 | 46218.021442/2014-59 | 205342761 | Associacao Comunitária Vó Belinha | RS |
| 453 | 46218.004437/2015-62 | 206198957 | Associacao Rio Grande Yacht Club | RS |
| 454 | 46275.002627/2013-07 | 202472981 | Athus Brezolin Daronco & Cia Ltda | RS |
| 455 | 46272.002432/2015-41 | 207603138 | Auto Guinchos Boqueirao Ltda - Epp | RS |
| 456 | 46272.002433/2015-95 | 207603120 | Auto Guinchos Boqueirao Ltda - Epp | RS |
| 457 | 46272.002460/2015-68 | 207603111 | Auto Guinchos Boqueirao Ltda - Epp | RS |
| 458 | 46275.000468/2015-60 | 205868517 | Auto Maquinas Ouro Verde Ltda - Me | RS |
| 459 | 46274.001603/2014-13 | 203764269 | Barbo, Nemitz & Cia Ltda - Me | RS |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 460 | 46271.002195/2013-66 | 25313428 | Bazar Kindel Ltda Epp | RS |
| 461 | 46218.012597/2014-02 | 203839897 | Bazar Ponto Das Variedades Ltda - Me | RS |
| 462 | 46218.012601/2014-24 | 203839889 | Bazar Ponto Das Variedades Ltda - Me | RS |
| 463 | 46274.002371/2014-11 | 204467837 | Bello Materiais Esportivos Ltda. - Me | RS |
| 464 | 46218.001431/2014-52 | 23798467 | Bernadete Teresinha De Souza | RS |
| 465 | 46218.003162/2014-69 | 202922782 | Biotecnologia Clínica E Spa Ltda Me | RS |
| 466 | 46272.002035/2015-79 | 207300852 | Bordignon Comercio E Servicos Ltda - Me | RS |
| 467 | 46218.001214/2014-62 | 202685969 | Bruna Kochanowski Da Silva 02182680098 | RS |
| 468 | 46218.011571/2014-39 | 204048826 | Brutscher E Granville Restaurante Ltda - Epp | RS |
| 469 | 46218.011573/2014-28 | 204048818 | Brutscher E Granville Restaurante Ltda - Epp | RS |
| 470 | 47191.000127/2015-87 | 206003081 | C. B. Cardoso - Me | RS |
| 471 | 47191.000129/2015-76 | 206003072 | C. B. Cardoso - Me | RS |
| 472 | 46218.022713/2014-93 | 205519334 | C. H. R. Lemos - Me | RS |
| 473 | 46218.013234/2015-67 | 207457981 | Carlos Eduardo Boneberg Freitas - Epp | RS |
| 474 | 46274.000535/2015-56 | 206154216 | Carlos Eduardo Schaurich De Oliveira - Me | RS |
| 475 | 46272.002460/2014-87 | 203817311 | Cedio Transportes Ltda - Me | RS |
| 476 | 46278.001587/2014-29 | 205336094 | Ceres Sul Agropecuaria Ltda | RS |
| 477 | 46278.001588/2014-73 | 205336221 | Ceres Sul Agropecuaria Ltda | RS |
| 478 | 46272.005306/2014-67 | 205581919 | Cervi & Cia Ltda | RS |
| 479 | 46218.017623/2014-81 | 204992184 | Cesar Arlei Pinzon | RS |
| 480 | 46271.002753/2014-74 | 204081114 | Chocolate Caseiro Planalto Ltda. | RS |
| 481 | 46273.000932/2015-38 | 206265107 | Christian Klein Iskiewicz - Me | RS |
| 482 | 47183.001079/2014-62 | 205635652 | Cisa Sul Comercio De Insumos E Servicos Agrop. Do Sul L | RS |
| 483 | 46218.000098/2015-45 | 205653537 | Clever Odilon Ribeiro - Me | RS |
| 484 | 46274.001326/2015-20 | 206765193 | Clube Caixeiral De Livramento | RS |
| 485 | 46274.003355/2014-45 | 205326331 | Comercial De Combustiveis Formigueirense Ltda | RS |
| 486 | 46218.010781/2014-18 | 204005027 | Comercial De Combustiveis Pastoriza Ltda | RS |
| 487 | 46218.008587/2015-45 | 206844913 | Comercial Riemke Ltda | RS |
| 488 | 46272.000498/2014-15 | 202746453 | Comercio De Combustiveis Cap Ltda | RS |
| 489 | 46274.001319/2015-28 | 206764413 | Comercio De Medicamentos Brair Ltda | RS |
| 490 | 46218.006383/2015-70 | 206507267 | Comexi Do Brasil Ltda | RS |
| 491 | 46218.008819/2015-65 | 206892161 | Comexi Services Ltda | RS |
| 492 | 46218.002715/2015-47 | 205977693 | Condominio Horizontal Residencial Nossa Senhora Da Glor | RS |
| 493 | 47182.000120/2015-74 | 206245165 | Condominio Residencial Colmeia | RS |
| 494 | 47182.000121/2015-19 | 206245076 | Condominio Residencial Colmeia | RS |
| 495 | 47183.001227/2016-19 | 209679913 | Condominio Residencial E Comercial Edificio Vo Katia | RS |
| 496 | 46218.023492/2014-71 | 205584306 | Conpat Gestao Empresarial Ltda - Me | RS |
| 497 | 46272.001953/2015-81 | 207246025 | Construtora E Incorporadora Don Ltda - Me | RS |
| 498 | 46272.002552/2014-67 | 203842031 | Construtora Josue Ltda - Me | RS |
| 499 | 46271.001249/2014-57 | 202083063 | Construtora Montealegrense Ltda - Me | RS |
| 500 | 46274.001430/2015-14 | 206785208 | Cooperativa De Economia E Credito Mutuo Dos Medicos | RS |
| 501 | 46272.005102/2014-26 | 205486304 | Cooperativa Triticola Mista Alto Jacui Ltda | RS |
| 502 | 46218.005550/2014-84 | 203270134 | Costa Gama Comercio De Materiais De Construcao Ltda | RS |
| 503 | 46218.013639/2015-03 | 207581215 | Cr Consultoria E Participacoes Ltda | RS |
| 504 | 46271.002419/2015-00 | 207251053 | Crial Turismo Ltda - Me | RS |
| 505 | 47157.001591/2013-45 | 202460011 | Cristiano Almiro B Ruas & Cia Ltda - Me | RS |
| 506 | 47157.001592/2013-90 | 202460029 | Cristiano Almiro B Ruas & Cia Ltda - Me | RS |
| 507 | 46275.001605/2014-01 | 203881478 | Css Construtora Ltda - Me | RS |
| 508 | 46218.017622/2014-36 | 204993067 | Daniel Fraga De Medeiros | RS |
| 509 | 46218.011361/2015-21 | 207242933 | Derenji Indústria De Móveis E Artigos De Vidro Ltda | RS |
| 510 | 46218.011362/2015-76 | 207242992 | Derenji Indústria De Móveis E Artigos De Vidro Ltda | RS |
| 511 | 46272.004705/2013-20 | 202275841 | Diehl E Diehl Industria E Comercio De Confeccoes Ltda | RS |
| 512 | 46272.004706/2013-74 | 202275876 | Diehl E Diehl Industria E Comercio De Confeccoes Ltda | RS |
| 513 | 46218.002277/2014-36 | 202746712 | Diementz Comercio De Eletromoveis Ltda | RS |
| 514 | 46218.002285/2014-82 | 202746658 | Diementz Comercio De Eletromoveis Ltda | RS |
| 515 | 46218.002298/2014-51 | 202747123 | Diementz Comercio De Eletromoveis Ltda | RS |
| 516 | 46218.000881/2015-17 | 205695086 | Dievini Comercio E Distribuicao De Confeccoes Ltda - Me | RS |
| 517 | 46218.015725/2014-61 | 204630819 | Dircinha Da S Euzebio - Me | RS |
| 518 | 46218.010272/2013-04 | 23767898 | Domingos Vicente Bocchese | RS |
| 519 | 46218.010273/2013-41 | 23767880 | Domingos Vicente Bocchese | RS |
| 520 | 46218.013896/2014-56 | 204413761 | Drebes & Cia Ltda | RS |
| 521 | 46218.013907/2014-06 | 204420393 | Drebes & Cia Ltda | RS |
| 522 | 46218.013908/2014-42 | 204420202 | Drebes & Cia Ltda | RS |
| 523 | 46218.013912/2014-19 | 204429188 | Drebes & Cia Ltda | RS |
| 524 | 46274.003214/2014-22 | 205265286 | Drogaria Cidade Ltda | RS |
| 525 | 46272.005217/2014-11 | 205564330 | Drogaria Mais Economica Ltda | RS |
| 526 | 46276.000386/2014-24 | 204777992 | Drogaria Mais Economica Ltda | RS |
| 527 | 47187.000940/2014-35 | 205537570 | Drogaria Mais Economica Ltda | RS |
| 528 | 47187.000941/2014-80 | 205537341 | Drogaria Mais Economica Ltda | RS |
| 529 | 46273.001864/2014-43 | 205297633 | Drogaria Mais Economica S.A | RS |
| 530 | 46271.003943/2014-17 | 204980402 | Drogaria Mais Econômica S.A. | RS |
| 531 | 46273.000586/2014-15 | 24972584 | E.R. De B. Stefanello & Cia Ltda - Epp | RS |
| 532 | 46275.003094/2014-53 | 204657512 | Eliana Amaral Da Silva | RS |
| 533 | 46218.017930/2014-61 | 204966698 | Elson Antonio Richter - Me | RS |
| 534 | 46273.001600/2013-17 | 25326490 | Equipe Segurança Tecnologia E Serviços Ltda | RS |
| 535 | 46218.017946/2014-74 | 205062423 | Ereno Dorr Transportes Ltda | RS |
| 536 | 47187.000626/2015-33 | 207460540 | Ernesto Antonio Lemos Leal | RS |
| 537 | 47187.000627/2015-88 | 207460621 | Ernesto Antonio Lemos Leal | RS |
| 538 | 46218.002707/2014-10 | 25309536 | Eronilda Silva Da Silva (Quiosque 12) | RS |
| 539 | 46275.003169/2014-04 | 205181139 | Etelvina Ribas Ferreira - Me | RS |
| 540 | 46272.001388/2015-51 | 206686587 | Euro's Servicos Cadastrais Ltda - Me | RS |
| 541 | 46275.002083/2013-75 | 201965691 | Eusebio Berres | RS |
| 542 | 46272.000579/2015-04 | 206044551 | Evaristo Tagliari Neto | RS |
| 543 | 46218.020128/2014-59 | 205319696 | Everton Costa De Almeida | RS |
| 544 | 46271.004388/2013-51 | 202281957 | F L De Mello Instalacoes - Me | RS |
| 545 | 46218.005529/2015-60 | 206412436 | F.A.A.T. Sistemas De Seguranca Ltda | RS |
| 546 | 46218.006237/2014-63 | 203373201 | Fábio De Souza | RS |
| 547 | 46218.002664/2015-53 | 205902022 | Fatima Pereira Dutra - Me | RS |
| 548 | 46218.010506/2013-13 | 201134896 | Fcv Construcoes E Reformas Ltda | RS |
| 549 | 46218.001224/2014-06 | 202657434 | Feira De Ibitinga Promocoes E Eventos Ltda - Me | RS |
| 550 | 46218.007094/2015-98 | 206641982 | Fibria Celulose S/A | RS |
| 551 | 46218.003438/2015-90 | 206071213 | Firense Comercio De Combustiveis E Loja De Conveniencia | RS |
| 552 | 46218.003439/2015-34 | 206071281 | Firense Comercio De Combustiveis E Loja De Conveniencia | RS |
| 553 | 46272.000859/2015-12 | 206261195 | Fitti Park Pousadas Ltda - Me | RS |
| 554 | 47157.001646/2013-17 | 202525066 | Fornello Pizza Telentre Ltda | RS |
| 555 | 46275.002703/2013-76 | 202572528 | Francisco Vendruscolo Ceolin | RS |
| 556 | 46617.001233/2013-13 | 200044613 | Frantieli Calcados Ltda Epp | RS |
| 557 | 46272.002399/2015-59 | 207618160 | Funilaria E Calhas Erechim Ltda - Me | RS |
| 558 | 46272.002400/2015-45 | 207617431 | Funilaria E Calhas Erechim Ltda - Me | RS |
| 559 | 47157.000063/2014-50 | 25341448 | G.H.C. Monteiro-Me | RS |
| 560 | 46272.005247/2014-27 | 205591191 | Gabriel Lenzi Adamy Restaurante - Me | RS |
| 561 | 46275.000471/2015-83 | 205867324 | Gelson L. Schneider & Cia. Ltda - Me | RS |
| 562 | 46218.006776/2014-01 | 203451023 | Gerpam Servicos Administrativos Ltda - Me | RS |
| 563 | 46272.004718/2013-07 | 25321676 | Ghipol Do Brasil Ltda | RS |
| 564 | 46218.002495/2015-51 | 205883672 | Gilberto Ulisses Brehm - Me | RS |
| 565 | 46273.000426/2014-68 | 203178653 | Gilfranio Farias Foster - Me | RS |
| 566 | 46218.019115/2014-37 | 205176615 | Gladstone Severo Da Silva 02140657071 | RS |
| 567 | 46218.013153/2014-86 | 203839935 | Globo Inox Equipamentos Industriais Ltda | RS |
| 568 | 46218.011645/2015-18 | 207122695 | Gold Service Sistemas De Servicos Ltda. | RS |
| 569 | 46218.023289/2013-13 | 202583473 | Gp - Locacoes Para Feiras Ltda. - Me | RS |
| 570 | 46218.023290/2013-48 | 202583490 | Gp - Locacoes Para Feiras Ltda. - Me | RS |
| 571 | 46218.012175/2014-29 | 204193664 | Guimarães & Alves - Comércio E Serviços Ltda - Me | RS |
| 572 | 46218.012176/2014-73 | 204193541 | Guimarães & Alves - Comércio E Serviços Ltda - Me | RS |
| 573 | 46218.012177/2014-18 | 204193826 | Guimarães & Alves - Comércio E Serviços Ltda - Me | RS |
| 574 | 46218.006933/2015-51 | 206617046 | H.Lang Filho Comercio,Representacoes E Transportes Ltda | RS |
| 575 | 46218.006934/2015-03 | 206617216 | H.Lang Filho Comercio,Representacoes E Transportes Ltda | RS |
| 576 | 47183.001011/2014-83 | 205131140 | Haras Santa Ana Do Rio Grande Ltda - Epp | RS |
| 577 | 46218.014613/2014-93 | 204538963 | Helevar Comercio E Importacao De Produtos Metalurgicos | RS |
| 578 | 46218.002721/2014-13 | 202822109 | Hiram Fabianni Leite Bassan | RS |
| 579 | 46218.010944/2014-54 | 204034736 | Hotel Mykonos Ltda - Me | RS |
| 580 | 46218.010528/2014-56 | 203978927 | Hotel Uruguai Ltda - Me | RS |
| 581 | 46271.000291/2015-31 | 205881459 | Hs Tecn Montagens Ltda - Me | RS |
| 582 | 46272.002526/2015-10 | 207586268 | Htr Comercio De Ferragens Ltda - Me | RS |
| 583 | 46272.002527/2015-64 | 207586802 | Htr Comercio De Ferragens Ltda - Me | RS |
| 584 | 46272.000411/2014-18 | 202720713 | Idanir Minozzo - Me | RS |
| 585 | 46218.008886/2014-07 | 203711017 | Ideiacads Comercio E Servicos De Informatica Ltda - Me | RS |
| 586 | 46272.000873/2013-46 | 200353900 | Idelso Pereira - Me | RS |
| 587 | 46272.000874/2013-91 | 200353918 | Idelso Pereira - Me | RS |
| 588 | 46617.008855/2005-54 | 12490156 | Ignacio Lauhde Salim | RS |
| 589 | 46275.003486/2014-12 | 205514162 | Ilisandra Aline Capelletti - Me | RS |
| 590 | 46218.005805/2014-17 | 203291671 | I-Menu Comercios, Servicos Entregas Ltda - Me | RS |
| 591 | 46277.000213/2015-87 | 205969992 | Imunizadora Uruguaianenseltda - Epp | RS |
| 592 | 46272.001129/2014-40 | 203022874 | Industria De Borrachas Carlos Ltda - Me | RS |
| 593 | 46272.003375/2014-36 | 204373557 | Industria E Comercio De Madeiras Menegati Ltda - Me | RS |
| 594 | 46272.003376/2014-81 | 204373476 | Industria E Comercio De Madeiras Menegati Ltda - Me | RS |
| 595 | 46271.003280/2014-22 | 204094712 | Instelco Comercio E Instalacoes Eletricas Eireli - Me | RS |
| 596 | 46218.023219/2014-46 | 205562841 | Instituto De Direito -Rs Ltda. | RS |
| 597 | 46218.023220/2014-71 | 205562817 | Instituto De Direito -Rs Ltda. | RS |
| 598 | 46218.013910/2015-01 | 207690774 | Irigoyen & Avila Ltda - Me | RS |
| 599 | 46218.013911/2015-47 | 207690782 | Irigoyen & Avila Ltda - Me | RS |
| 600 | 46218.014310/2013-90 | 201597373 | Isaías Pereira Da Silva Eireli | RS |
| 601 | 46272.001227/2014-87 | 203085655 | Italo Impressao Digital Ltda - Me | RS |
| 602 | 46218.003220/2014-54 | 202818314 | Izaura Silva Dos Santos - Me | RS |
| 603 | 46218.016732/2014-81 | 204877563 | Izelio Klenibeing Tavares - Me | RS |
| 604 | 46218.023674/2014-41 | 205620302 | J Avila Comercio De Artesanato E Estacionamento Ltda. | RS |
| 605 | 46278.000866/2014-75 | 203708954 | J.S.A Montagens Industriais E Isolamentos Termicos Ltda | RS |
| 606 | 46274.002769/2014-57 | 204882095 | Jape Viagens E Turismo Ltda. - Me | RS |
| 607 | 46218.022180/2014-40 | 205473890 | Jcm Duran - Pericias Contábeis | RS |
| 608 | 46218.022181/2014-94 | 205474004 | Jcm Duran - Pericias Contábeis | RS |
| 609 | 46218.004556/2015-15 | 206240309 | Jefferson Dos Santos Machado - Me | RS |
| 610 | 46271.001272/2014-41 | 203106067 | João Carlos Likes - Me. | RS |
| 611 | 46271.000728/2014-56 | 202940659 | Joao Manoel Borges Falcao 00286962047 | RS |
| 612 | 46218.001135/2014-51 | 202695255 | Jose De Medeiros - Me | RS |
| 613 | 46273.001176/2015-64 | 207398631 | Jose Jair Sanches Machado & Cia. Ltda. - Me | RS |
| 614 | 46218.008808/2015-85 | 206890966 | Jovinter Transportes Nacionais E Internacionais Ltda | RS |
| 615 | 46218.008460/2015-26 | 206841868 | Jra Empreendimentos Imobiliarios Ltda | RS |
| 616 | 46273.000347/2014-57 | 203068343 | Julio Rosa Da Rosa - Me | RS |
| 617 | 46272.004211/2014-26 | 204894913 | K S Servicos De Carregamento Ltda - Me | RS |
| 618 | 46218.015652/2014-16 | 204707129 | Karlinski Treinamentos Empresariais Ltda - Me | RS |
| 619 | 46218.004759/2014-21 | 203146123 | Kelen Dos S. Pinto - Me | RS |
| 620 | 46218.002049/2015-47 | 205788629 | Kroma Grafica E Editora - Eireli - Me | RS |
| 621 | 46218.000878/2015-95 | 205701761 | L V De V Moreira - Me | RS |
| 622 | 46617.002187/2012-81 | 23709995 | L.M. Comércio De Moda Feminina Ltda | RS |
| 623 | 46272.000660/2015-86 | 206146060 | Laboratorio Pereira Ltda | RS |
| 624 | 47157.000218/2015-39 | 23620250 | Lancheria Patinho Feio Ltda - Me | RS |
| 625 | 46275.000330/2015-61 | 205181236 | Lanzanova Cia Ltda - Me | RS |
| 626 | 46275.000331/2015-13 | 205181228 | Lanzanova Cia Ltda - Me | RS |
| 627 | 46275.000332/2015-50 | 205181244 | Lanzanova Cia Ltda - Me | RS |
| 628 | 46275.001981/2014-97 | 204071372 | Laticinios Bom Gosto S.A. | RS |
| 629 | 46272.001785/2014-42 | 203409850 | Leonardo Machado | RS |
| 630 | 46272.004776/2014-11 | 205314538 | Leonildo Formighieri | RS |
| 631 | 46617.000416/2012-22 | 23686847 | Lincal Comercio De Calcados E Acessorios Ltda - Me | RS |
| 632 | 47157.001252/2014-40 | 204761093 | Lindomar Da Rosa - Me | RS |
| 633 | 46218.010500/2013-38 | 201139081 | Lisboa & Cunha Ltda - Me | RS |
| 634 | 46218.010501/2013-82 | 201139171 | Lisboa & Cunha Ltda - Me | RS |
| 635 | 46272.000948/2014-70 | 202904946 | Loja S.T.Z. Ltda - Me | RS |
| 636 | 46276.000522/2013-03 | 202532364 | Lojas Arnold Ltda - Me | RS |
| 637 | 46274.001879/2014-00 | 204003873 | Lojas Quero Quero S/A | RS |
| 638 | 46274.002239/2015-90 | 207385823 | Lojas Quero-Quero S.A. | RS |
| 639 | 46218.002363/2015-20 | 205893708 | Loreni Thomazi - Me | RS |
| 640 | 46271.002492/2015-73 | 207334684 | Low Cost Gerenciamento De Servicos Ltda | RS |
| 641 | 46274.002175/2014-46 | 204275580 | Luciane Medianeira Teixeira Leal - Me | RS |
| 642 | 46274.002176/2014-91 | 204275547 | Luciane Medianeira Teixeira Leal - Me | RS |
| 643 | 46218.002683/2014-07 | 202729613 | Lucimara Alencastro Cavalheiro- Me | RS |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 644 | 46218.010389/2015-41 | 207108790 | Luis Igor Lima Da Rosa - Me | RS |
| 645 | 46218.011371/2015-67 | 207246319 | Luxori Serviços Informática Ltda - Me | RS |
| 646 | 46218.010689/2014-40 | 19147058 | M & B Tecnologia Da Informacao Ltda - Me | RS |
| 647 | 46271.002345/2014-12 | 203736125 | M C - Contabilidade E Assessoria Ltda - Me | RS |
| 648 | 46218.003319/2015-37 | 206078293 | M C Weber E Cia Ltda | RS |
| 649 | 47157.000085/2014-10 | 202714322 | M. I. Artefatos De Cimento Ltda - Me | RS |
| 650 | 46218.008365/2014-41 | 203640551 | M.B.F. Comercio E Servicos Ltda - Me | RS |
| 651 | 46218.008366/2014-96 | 203640543 | M.B.F. Comercio E Servicos Ltda - Me | RS |
| 652 | 46218.007714/2015-99 | 206733411 | Madeireira Hoppe Ltda - Me | RS |
| 653 | 47187.000605/2014-37 | 204531306 | Mainieri E Couto Ltda - Me | RS |
| 654 | 47187.000606/2014-81 | 204531527 | Mainieri E Couto Ltda - Me | RS |
| 655 | 46271.001917/2013-65 | 201026139 | Malise Malhas E Confeccoes Ltda | RS |
| 656 | 46218.010431/2014-43 | 203967691 | Mammoth Alimentacao Ltda - Me | RS |
| 657 | 47182.000193/2013-02 | 200859986 | Manzoli S.A. Comércio E Indústria | RS |
| 658 | 46218.003446/2014-55 | 202783596 | Mara Elaine Jardim Boaventura - Me | RS |
| 659 | 46275.000472/2015-28 | 205181376 | Marcelo Adriano Drebes - Me | RS |
| 660 | 46218.003279/2014-42 | 202870669 | Marcelo Fabian Da Cunha - Me | RS |
| 661 | 47191.000179/2014-72 | 205611311 | Marcia Candido De Souza - Me | RS |
| 662 | 47157.001425/2013-49 | 202278166 | Marcia Cristina Ferreira Rambor - Me | RS |
| 663 | 46270.000010/2015-51 | 205740197 | Marcia Patricia Alves Cabrera - Me | RS |
| 664 | 46275.000571/2014-29 | 203237498 | Marcio Andre Miott Da Silva | RS |
| 665 | 46275.000572/2014-73 | 203237480 | Marcio Andre Miott Da Silva | RS |
| 666 | 46275.000573/2014-18 | 203237501 | Marcio Andre Miott Da Silva | RS |
| 667 | 46275.000343/2014-59 | 202705226 | Marcio Andre Miott Da Silva - Me | RS |
| 668 | 46275.000344/2014-01 | 202705234 | Marcio Andre Miott Da Silva - Me | RS |
| 669 | 46275.002215/2013-69 | 201740788 | Marcio Luis Pumpmacher - Me | RS |
| 670 | 47157.000370/2014-31 | 203156927 | Marcus Antonio Cavallin | RS |
| 671 | 46277.000593/2014-79 | 203449665 | Mariana Machado Camargo - Me | RS |
| 672 | 46218.017624/2014-25 | 204993911 | Mario Correa Fraga | RS |
| 673 | 46277.000106/2015-59 | 205729827 | Mario Riet Farias - Me | RS |
| 674 | 46218.002500/2015-26 | 205883257 | Marisa Do Amaral - Epp | RS |
| 675 | 46272.002415/2013-41 | 201168731 | Maristela Aparecida Dias Alves | RS |
| 676 | 46274.000265/2014-01 | 202694020 | Matuzalen De Mello - Me | RS |
| 677 | 46275.002952/2014-42 | 205035892 | Mauricio J. Holz & Cia Ltda - Me | RS |
| 678 | 46218.009521/2015-72 | 207010943 | Mecanica Marcosil Eireli - Me | RS |
| 679 | 46275.002370/2013-85 | 202217701 | Mecanica Santo Angelense Ltda | RS |
| 680 | 46273.000356/2014-48 | 24972649 | Medeiros & Becker Ltda | RS |
| 681 | 47157.000779/2014-57 | 203876393 | Micheli De Morais Atelier - Me | RS |
| 682 | 46271.003762/2014-82 | 204763533 | Mini Mercado E Acougue Ad Alianca Com A Economia Ltda - | RS |
| 683 | 46218.001970/2015-72 | 205830668 | Miroslawa Pause Azeredo | RS |
| 684 | 46272.000300/2014-01 | 202711366 | Moveis Rolun Industria Metalurgica Ltda - Me | RS |
| 685 | 46218.010250/2014-17 | 203924843 | Mts - Comércio De Produtos Veterinários Ltda - Me | RS |
| 686 | 46218.010251/2014-61 | 203924819 | Mts - Comércio De Produtos Veterinários Ltda - Me | RS |
| 687 | 46218.010252/2014-14 | 203924835 | Mts - Comércio De Produtos Veterinários Ltda - Me | RS |
| 688 | 46272.001070/2014-90 | 203010370 | Natalino Johann & Cia Ltda - Me | RS |
| 689 | 46218.003703/2014-59 | 202942791 | Neukirchen E Correia Ltda - Me | RS |
| 690 | 46218.008809/2015-20 | 206891024 | Nezair Barros De Souza & Cia Ltda | RS |
| 691 | 46218.023376/2014-51 | 205529976 | Noblle Administradora De Bens E Creditos Ltda | RS |
| 692 | 46218.002930/2015-48 | 205978703 | Nova Materiais De Construcao Ltda - Me | RS |
| 693 | 46272.000723/2013-32 | 200387111 | Ns Fabricação, Montagem De Maquinas Equipamentos Ltda | RS |
| 694 | 46272.001744/2014-56 | 203317921 | Odontocenter - Centro De Pos Graduacao Ltda - Epp | RS |
| 695 | 46218.016105/2014-40 | 204715938 | Oliosi, Freitas & Ribas Santos Advogados Associados - M | RS |
| 696 | 46272.005290/2014-92 | 205581765 | Oniric Comercio De Alimentos Ltda | RS |
| 697 | 46218.005001/2014-18 | 202730115 | Ortocenter Centro De Ortopedia E Traumatologia Sociedad | RS |
| 698 | 46218.005003/2014-07 | 202730107 | Ortocenter Centro De Ortopedia E Traumatologia Sociedad | RS |
| 699 | 46218.010515/2013-04 | 25345893 | Ovidio Alves - Me | RS |
| 700 | 46218.015771/2014-61 | 204721148 | P2wa Comercio De Alimentos Ltda - Epp | RS |
| 701 | 46272.000680/2015-57 | 206147724 | Paineira Construcoes E Incorporacoes Ltda | RS |
| 702 | 47191.000366/2015-37 | 207263132 | Palaver Comercio De Calcados Ltda - Me | RS |
| 703 | 46617.003861/2013-25 | 200347748 | Parsand Participacao Comercio Construcao Ltda | RS |
| 704 | 46218.016930/2014-44 | 204875145 | Patrícia Pereyra Petak Bijuterias - Epp | RS |
| 705 | 46274.002241/2014-88 | 204341337 | Paulo Cesar De Aquino Carvalho - Eireli - Me | RS |
| 706 | 47157.001597/2013-12 | 202478319 | Paulo Cezar G. Goulart Mercado - Epp | RS |
| 707 | 47192.000107/2015-04 | 207379050 | Paulo Ricardo Hofsetz - Me | RS |
| 708 | 46617.001809/2013-34 | 25321366 | Paulo Roberto Claudiano Rosa | RS |
| 709 | 47191.000290/2015-40 | 206984057 | Paulo Sergio Marian Prado - Me | RS |
| 710 | 46274.000244/2015-68 | 205848702 | Pereira E Bassaco Ltda | RS |
| 711 | 47191.000071/2014-80 | 204828031 | Perfer-Industria E Comercio Ltda | RS |
| 712 | 46218.020540/2013-98 | 202264653 | Phoenix Porto Alegre Comercio De Tecidos Ltda - Epp | RS |
| 713 | 46218.001219/2014-95 | 202648460 | Ponto Da Polo - Artigos Do Vestuario Ltda - Me | RS |
| 714 | 46272.005282/2014-46 | 205581617 | Prato Feito - Alimentacao E Servicos Ltda | RS |
| 715 | 46218.004605/2015-10 | 206233604 | Prelude Empreendimentos Sa | RS |
| 716 | 46218.002682/2014-54 | 202729664 | Preto Comércio E Locações Ltda | RS |
| 717 | 46274.001347/2015-45 | 206779283 | Prontomed - Cti Centro De Tratamento Intensivo Ltda | RS |
| 718 | 46272.003575/2014-99 | 204498414 | Psv Estacionamento E Lavagem Ltda - Me | RS |
| 719 | 46272.004364/2014-73 | 205008763 | R. R. Weiss Comercio E Transportes Ltda - Me | RS |
| 720 | 46275.002501/2015-96 | 207610592 | R.R.Guedes - Me | RS |
| 721 | 46218.011649/2014-15 | 204109213 | Rage Comunicacao Interativa Ltda - Epp | RS |
| 722 | 46218.011650/2014-40 | 204109116 | Rage Comunicacao Interativa Ltda - Epp | RS |
| 723 | 46218.019714/2013-70 | 202245853 | Raphael Hammen - Me | RS |
| 724 | 46271.000744/2014-49 | 202953394 | Rd Plast Indústria E Comércio De Plásticos Ltda. Me. | RS |
| 725 | 46218.004998/2014-81 | 203148444 | Reset Solucoes - Industria E Comercio De Equipamentos I | RS |
| 726 | 46218.010787/2014-87 | 203976029 | Restaurante Yellow Submarine Ltda - Me | RS |
| 727 | 46218.001800/2015-98 | 205763022 | Rga Telefonia Ltda - Epp | RS |
| 728 | 46218.010389/2014-61 | 203968531 | Roberto Cepeda Alzaibar -Me | RS |
| 729 | 46274.001633/2013-49 | 201170043 | Roberto Viana Osorio | RS |
| 730 | 46274.000289/2014-51 | 202733629 | Robson Alexandre Marques - Me | RS |
| 731 | 46271.003241/2013-44 | 202010295 | Rodinei De Brito Pinto 02339007054 | RS |
| 732 | 47187.000468/2014-31 | 203899610 | Rodrigo Librelato - Me | RS |
| 733 | 46218.001815/2015-56 | 205811604 | Rosa Maria Eberhardt Dos Santos 89049225004 | RS |
| 734 | 46218.002506/2015-01 | 205883222 | Roseli Stoll Eireli - Epp | RS |
| 735 | 46272.004385/2014-99 | 205050654 | Rosicler Borghetti Nogueira Pedreira | RS |
| 736 | 46218.002256/2014-11 | 202782174 | Rosimara Magnus Santos 00504109030 | RS |
| 737 | 46218.003276/2014-17 | 202892867 | Roslar Comercio De Confeccoes Ltda. - Me | RS |
| 738 | 46218.003277/2014-53 | 202893219 | Roslar Comercio De Confeccoes Ltda. - Me | RS |
| 739 | 46218.002333/2015-13 | 205915035 | Rudimar Da Silva Inacio - Me | RS |
| 740 | 46272.000518/2014-58 | 202599761 | Rudinei Tramontina M E - Me | RS |
| 741 | 46218.010531/2015-51 | 207119104 | Rute Vigil Vargas - Me | RS |
| 742 | 46274.001683/2015-98 | 207004251 | Salomone, Quinto & Cia Ltda | RS |
| 743 | 46277.000063/2015-10 | 205668721 | Sandra Mara Machado Medina - Me | RS |
| 744 | 46218.009107/2014-82 | 203750632 | Santos & Sauner Ltda - Me | RS |
| 745 | 46218.022955/2013-04 | 202460266 | Sao Bento Aviacao Agricola Ltda - Me | RS |
| 746 | 46275.002307/2014-20 | 203838548 | Schwandes & Santos Ltda - Me | RS |
| 747 | 46218.003218/2014-85 | 202817792 | Sebastiao Volter Feijo Leal - Me | RS |
| 748 | 46272.001660/2015-01 | 207009465 | Sedinei Peretto | RS |
| 749 | 46274.003249/2014-61 | 205221777 | Seleta - Industria, Comercio E Servicos De Concretagem | RS |
| 750 | 46274.003250/2014-96 | 205221751 | Seleta - Industria, Comercio E Servicos De Concretagem | RS |
| 751 | 46274.003403/2014-03 | 205216382 | Seleta - Industria, Comercio E Servicos De Concretagem | RS |
| 752 | 46272.003889/2014-91 | 204648548 | Servicos De Auto-Mecanica Cotegipense Ltda. - Me | RS |
| 753 | 46218.004282/2015-64 | 206205368 | Servipart Servicos De Limpeza E Portaria Ltda - Me | RS |
| 754 | 46218.011700/2015-70 | 207319758 | Shuangxiao Zhan - Me | RS |
| 755 | 46218.017688/2014-26 | 204970580 | Sirio Pereira Duarte Automoveis - Me | RS |
| 756 | 46274.003363/2014-91 | 205325513 | Sociedade Beneficente Sao Vicente De Paulo | RS |
| 757 | 46274.003324/2014-94 | 205312306 | Sociedade Espirita Luz E Verdade | RS |
| 758 | 46277.001272/2013-19 | 202467490 | Sociedade Recreativa Santa Rita | RS |
| 759 | 46218.007149/2015-60 | 206664451 | Solo Arquitetura E Geologia Ambiental Ltda - Epp | RS |
| 760 | 46270.000165/2014-14 | 204145350 | Staevie Cia Ltda | RS |
| 761 | 47157.000441/2014-03 | 203300319 | Sueli Machado 66152380049 | RS |
| 762 | 46273.002120/2014-46 | 205621791 | Sulpar Comercio De Ferragens Ltda | RS |
| 763 | 46218.010680/2013-58 | 201160269 | Supermercado Popular Ltda - Me | RS |
| 764 | 46617.007497/2012-91 | 23723874 | Tarouco Arquiteng Construções Ltda | RS |
| 765 | 46218.005663/2014-80 | 25316389 | Taruma Comercio E Representacoes Ltda | RS |
| 766 | 46270.000199/2014-09 | 204461383 | Tatiane Beatriz Konrath - Me | RS |
| 767 | 46617.001071/2013-13 | 11274921 | Tatiane De Castro Leobet | RS |
| 768 | 46218.016951/2014-60 | 204830320 | Tex Barred's Moda Ltda. | RS |
| 769 | 46272.003736/2013-63 | 201364301 | Tiago Alexsandro Ebertz 01781870039 | RS |
| 770 | 46272.002538/2015-44 | 207666989 | Topcucar Comercio De Acucar - Eireli | RS |
| 771 | 46272.002539/2015-99 | 207667004 | Topcucar Comercio De Acucar - Eireli | RS |
| 772 | 46218.002946/2015-51 | 205977171 | Transcolat Transporte E Comércio De Laticínios Ltda. | RS |
| 773 | 46218.002947/2015-03 | 205977391 | Transcolat Transporte E Comércio De Laticínios Ltda. | RS |
| 774 | 46271.004708/2014-54 | 205428002 | Transportes David Canabarro Ltda - Me | RS |
| 775 | 46272.004975/2013-31 | 202324451 | Transportes Fluviais Barracao Ltda - Me | RS |
| 776 | 46271.004707/2014-18 | 205426131 | Transportes Sao Lorenco Ltda | RS |
| 777 | 46218.010880/2015-72 | 207166064 | Tvs Emissora Do Sistema Brasileiro De Televisao | RS |
| 778 | 46272.003411/2014-61 | 202924963 | Unicasa - Construcoes E Incorporacoes Ltda | RS |
| 779 | 46218.019347/2014-95 | 205152554 | Unilar Center Material De Construcao Ltda - Me | RS |
| 780 | 46274.001680/2015-54 | 207004455 | Urbanes Empreendimentos Eireli | RS |
| 781 | 46218.023524/2014-38 | 205592686 | V J Schultz Viegas - Me | RS |
| 782 | 46276.000003/2015-07 | 205661904 | V.F.Pneus Ltda - Me | RS |
| 783 | 47182.000040/2015-19 | 205728952 | Vera Hinnah Zillmer - Me | RS |
| 784 | 46277.000107/2014-12 | 202622835 | Vera Lenita De Menezes Martins 56948050034 | RS |
| 785 | 46218.007100/2015-15 | 206641672 | Vileri Engenharia Industrial Ltda | RS |
| 786 | 46617.001325/2013-95 | 200098969 | Ville Rose Moveis De Junco E Rattan Ad Ltda Me | RS |
| 787 | 46272.004491/2014-72 | 205118224 | Vilma Amaral Tavares - Me | RS |
| 788 | 46272.001698/2015-76 | 207027099 | Vitrola Comercial Fonografica Ltda | RS |
| 789 | 46218.005083/2015-73 | 206320574 | Vivian Helena Carvalho Bernardes | RS |
| 790 | 46218.005085/2015-62 | 206320647 | Vivian Helena Carvalho Bernardes | RS |
| 791 | 46218.005086/2015-15 | 206320744 | Vivian Helena Carvalho Bernardes | RS |
| 792 | 46218.007239/2015-51 | 206660022 | Vombora Industria Alimenticia Ltda - Me | RS |
| 793 | 46218.007240/2015-85 | 206660031 | Vombora Industria Alimenticia Ltda - Me | RS |
| 794 | 46271.004528/2013-91 | 202578801 | Wal Mart Brasil Ltda | RS |
| 795 | 46274.002307/2015-11 | 207424535 | Waldir Veiga Pereira E Cia Ltda | RS |
| 796 | 46271.002200/2013-31 | 25314017 | Webermar Ltda | RS |
| 797 | 46218.015847/2014-58 | 204632005 | Wesley Ricieri Alves Da Silva | RS |
| 798 | 46218.016512/2014-57 | 204844291 | Winter Park Construções Ltda | RS |
| 799 | 46218.002872/2015-52 | 205918794 | Zhou Haibiao - Me | RS |
| 800 | 46269.004006/2014-10 | 205112561 | Adn Escola De Educacao Infantil Ltda - Me | SP |
| 801 | 46269.002986/2014-16 | 204514754 | Alessandro Carlos Tome - Me | SP |
| 802 | 46269.002987/2014-61 | 204514827 | Alessandro Carlos Tome - Me | SP |
| 803 | 46269.002988/2014-13 | 204514932 | Alessandro Carlos Tome - Me | SP |
| 804 | 46269.002891/2014-01 | 204489571 | Alexander Marqueti Transporte - Me | SP |
| 805 | 46269.002892/2014-47 | 204489563 | Alexander Marqueti Transporte - Me | SP |
| 806 | 46269.002893/2014-91 | 204489580 | Alexander Marqueti Transporte - Me | SP |
| 807 | 46269.003279/2011-02 | 21486522 | Alfredo Luiz Pretoni Sorocaba | SP |
| 808 | 46429.000057/2007-63 | 13554794 | Algran Industria E Comercio Ltda | SP |
| 809 | 46435.000848/2006-23 | 13500180 | Ana Karina Vieira Schil Pedroso | SP |
| 810 | 46269.003343/2014-90 | 204733731 | Andre Rogerio Brisola - Me | SP |
| 811 | 46269.002991/2014-29 | 204515637 | Antonio Campana Laranjal Paulista - Me | SP |
| 812 | 46269.002992/2014-73 | 204515653 | Antonio Campana Laranjal Paulista - Me | SP |
| 813 | 46269.002993/2014-18 | 204515661 | Antonio Campana Laranjal Paulista - Me | SP |
| 814 | 46428.000216/2014-69 | 203437870 | Antonio Lopes Da Silva Me | SP |
| 815 | 46269.003198/2007-18 | 13554107 | Associacao Desp Policia Militar Do Estado De Sao Paulo | SP |
| 816 | 46269.002987/2009-01 | 15448126 | Auto Moto Escola Ideal Itavuvu Ltda | SP |
| 817 | 46269.000780/2009-94 | 15604578 | B.M.Security Vigilancia E Seguranca Ltda. | SP |
| 818 | 46428.000075/2014-84 | 202794857 | Barra Do Sarapu Agropecuária Ltda Epp | SP |
| 819 | 46269.004520/2014-55 | 205360998 | Caetano De Boituva Materiais Para Construcao Ltda | SP |
| 820 | 46269.004186/2007-19 | 13622803 | Caren Roxana Koller Fabian | SP |
| 821 | 46269.003630/2010-76 | 21585539 | Carvalho & Carvalho Sorocaba Ltda | SP |
| 822 | 46269.003178/2011-23 | 21486042 | Cilene Benedita Garcia Quintiliano | SP |
| 823 | 46269.003260/2011-58 | 21486000 | D Paula - Comercio E Servicos Industriais Ltda | SP |
| 824 | 46269.003451/2014-62 | 204829674 | D.J.S. Estrutura Metalicas Ltda - Me | SP |
| 825 | 46269.000694/2009-81 | 15605035 | D.S. Lanches Ltda | SP |
| 826 | 46269.004025/2007-17 | 13621459 | Decisao Assessoria Monitoramento Projeto Servicos E Comercio Ltda | SP |
| 827 | 46269.004186/2009-72 | 15919528 | Diagsom Ultrassonografia Ltda | SP |
| 828 | 46269.003812/2011-28 | 21415030 | Diferenciall Confeccoes Ltda | SP |
| 829 | 46269.001243/2011-86 | 21481032 | Diviben Administradora De Beneficios Ltda | SP |
| 830 | 46269.004090/2014-71 | 205113311 | E3s Acabamentos E Terceirizacao Ltda - Me | SP |
| 831 | 46429.000032/2010-65 | 21581070 | Eletrica Freitas De Sao Roque Ltda | SP |
| 832 | 46269.003199/2007-62 | 13554581 | Elo Sp Higienizacao E Servicos Ltda | SP |
| 833 | 46269.003636/2007-48 | 13504690 | Evaldo Ribeiro Da Mota | SP |
| 834 | 46429.000045/2008-10 | 15815242 | Expresso Sanroquense Ltda | SP |
| 835 | 46269.002380/2011-38 | 15918513 | Fabio Lombardo Santana | SP |
| 836 | 46269.000423/2010-60 | 15919749 | Firewall Presentes Ltda | SP |
| 837 | 46269.002004/2014-96 | 203730534 | Ftm Análise De Informações Cadastrais E Cobrança Ltda | SP |
| 838 | 46269.005220/2007-64 | 13623664 | G P Rampini Construcoes | SP |
| 839 | 46269.002776/2011-85 | 21484244 | Geraldo Beltrame | SP |
| 840 | 46269.000469/2008-64 | 13624377 | Hiper Plast Industria E Com De Plasticos Ltda | SP |
| 841 | 46269.001406/2011-21 | 21582106 | Industria E Comercio De Sorvetes Alemaozinho Ltda | SP |
| 842 | 46269.001326/2014-18 | 202857824 | Itu San Raphael Hotel Sa | SP |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 843 | 46269.003568/2009-89 | 15447740 | Ituano Futebol Clube | SP |
| 844 | 46269.003569/2009-23 | 15447758 | Ituano Futebol Clube | SP |
| 845 | 46429.000092/2008-63 | 15818004 | Jose Adeilson Dos Santos Madeira | SP |
| 846 | 46269.002871/2014-21 | 204490286 | Lucchio & Pedroso Ltda - Me | SP |
| 847 | 46269.002872/2014-76 | 204490278 | Lucchio & Pedroso Ltda - Me | SP |
| 848 | 46269.002873/2014-11 | 204490260 | Lucchio & Pedroso Ltda - Me | SP |
| 849 | 46428.000075/2012-12 | 21514305 | Ma Yuecheng | SP |
| 850 | 46269.002742/2015-14 | 207100896 | Marcia Vieira Aranha Da Silva - Me | SP |
| 851 | 46269.000749/2010-97 | 21581291 | Microprime Solucoes Em Informatica Ltda | SP |
| 852 | 46269.003632/2007-60 | 13553984 | Monika De Moura Fidelles Da Silva | SP |
| 853 | 46269.003538/2011-97 | 21487022 | Nandinho Comercio De Combustiveis E Lubrificantes Ltda | SP |
| 854 | 46269.004257/2014-02 | 205197191 | Nei Carlos De Lorenzi - Me | SP |
| 855 | 46269.001106/2008-46 | 13624482 | Nogueira Industria E Comercio De Facas Ltda | SP |
| 856 | 46269.004044/2014-72 | 205113001 | Nutril Comercial Alimentos Ltda - Me | SP |
| 857 | 46269.001556/2011-34 | 21586209 | P. R. Rinck Ceramica - Me | SP |
| 858 | 46269.003039/2010-19 | 21588775 | Pacheco - Comercio E Locacoes Ltda | SP |
| 859 | 46429.000106/2009-20 | 15449513 | Palhoca Empreendimentos Sociais Ltda | SP |
| 860 | 46269.000952/2010-63 | 21580219 | Peralta Comercio E Industria Ltda | SP |
| 861 | 46269.001788/2010-10 | 21580979 | Quibrinq Industria E Comercio De Brinquedos Ltda. | SP |
| 862 | 46269.003348/2011-70 | 21484651 | R.A Brasil Construtora Ltda | SP |
| 863 | 46269.003764/2011-78 | 21485241 | Robert Bosch Direcao Automotiva Ltda | SP |
| 864 | 46269.000686/2015-83 | 206089961 | Rogerio De Oliveira Calçados Me | SP |
| 865 | 46269.002118/2014-36 | 203934903 | Sete Serviços Terceirizados Ltda - Epp | SP |
| 866 | 46435.000525/2006-30 | 11986824 | Sidney Rosa & Rosa Ltda | SP |
| 867 | 46269.002863/2014-85 | 204490448 | Silvia Seabra De Albuquerque Amaral - Me | SP |
| 868 | 46269.002864/2014-20 | 204490430 | Silvia Seabra De Albuquerque Amaral - Me | SP |
| 869 | 46269.002865/2014-74 | 204490421 | Silvia Seabra De Albuquerque Amaral - Me | SP |
| 870 | 46269.000580/2015-80 | 206021780 | Simei Gabriel Vieira - Me | SP |
| 871 | 46269.001063/2010-13 | 15917983 | Solitec Ind E Com De Art Plasticos Ltda | SP |
| 872 | 46269.002843/2011-61 | 21485771 | Star Tecnologia Em Servicos Ltda | SP |
| 873 | 46269.002844/2011-14 | 21485780 | Star Tecnologia Em Servicos Ltda | SP |
| 874 | 46269.001178/2008-93 | 15815935 | The Color House Fotoprocessamentos Ltda | SP |
| 875 | 46269.000449/2015-12 | 205885039 | Virth Industria E Comercio De Pecas Ltda - Me | SP |
| 876 | 46269.000450/2015-47 | 205884971 | Virth Industria E Comercio De Pecas Ltda - Me | SP |
| 877 | 46269.000409/2014-90 | 202689921 | Viva Telecom Ltda - Me | SP |
| 878 | 46269.000410/2014-14 | 202689930 | Viva Telecom Ltda - Me | SP |
| 879 | 46269.000411/2014-69 | 202689948 | Viva Telecom Ltda - Me | SP |
| 880 | 46226001422199971 | 003897338 | A.B.V. Lira - Armazém Modelo | TO |
| 881 | 46469000054200320 | 009686444 | A.J. Mathias (Panificadora Super Pão) | TO |
| 882 | 46226001656200357 | 009688544 | A.L.C. De Souza - Me | TO |
| 883 | 46226001264199922 | 003896595 | Abenil Martins Da Silva (Lavajato Tio Patinhas) | TO |
| 884 | 46226002165199803 | 003876063 | Adail Pinto De Cerqueira - Fazenda Xodo | TO |
| 885 | 46226002174199896 | 003876080 | Adail Pinto De Cerqueira - Fazenda Xodo | TO |
| 886 | 46226002175199859 | 003876055 | Adail Pinto De Cerqueira - Fazenda Xodo | TO |
| 887 | 46226001562200046 | 003911471 | Adelmar Maia Leite | TO |
| 888 | 46226003893199979 | 003906787 | Adijairo José De Morais - Draga Do Alemão | TO |
| 889 | 46226001271200128 | 004710681 | Adriano Negozzeki E Roseli Michel Brum | TO |
| 890 | 46226002861199866 | 003881547 | Advocacia Samir E Jorge | TO |
| 891 | 46226001730200049 | 003911861 | Agropecuaria Cristalandia S.A. | TO |
| 892 | 46226001637199776 | 021369001 | Alameda & Alameda Ltda | TO |
| 893 | 46226002026199980 | 003894100 | Aldário Evangelista Vasco (Rossitins) | TO |
| 894 | 46226002027199942 | 003894088 | Aldário Evangelista Vasco (Rossitins) | TO |
| 895 | 46226002028199913 | 003894096 | Aldário Evangelista Vasco (Rossitins) | TO |
| 896 | 46226003989199946 | 003907201 | Alfredo Soares - Fazenda Jaborandi | TO |
| 897 | 46226002858200048 | 003903311 | Antonio Alexandre Bizão | TO |
| 898 | 46226003376199927 | 003908305 | Antonio Davi Gouveia | TO |
| 899 | 46226000703200264 | 003913775 | Antônio José Novaes | TO |
| 900 | 46226001727200034 | 003910296 | Aquassan - Const. Empreendimentos E Serviços Ltda | TO |
| 901 | 46226002492200006 | 003913121 | Araguaia Administradora De Consórcio S/C Ltda | TO |
| 902 | 46468000138200110 | 003915948 | Araguaia Administradora De Consórcio S/C Ltda | TO |
| 903 | 46468000067200317 | 009688897 | Asa Agro Indústria De Alimento | TO |
| 904 | 46226001386200201 | 003923827 | Associação Comunitária Educativa - Centro Educacional Pingo De Deus | TO |
| 905 | 46226001295200349 | 005321034 | Associação Dos Servidores Da Educação | TO |
| 906 | 46226000861200214 | 003921239 | Auto Peças Canarinho Ltda | TO |
| 907 | 46226001144199890 | 030929310 | Avilda Alves Oliveira | TO |
| 908 | 46226001344200075 | 003910806 | B.C. De Sousa | TO |
| 909 | 46226000009200247 | 004708164 | Caixa De Assistência Dos Advogados Do Tocantins | TO |
| 910 | 46226002673200042 | 003912744 | Carlos Alberto Dias De Moraes Ltda - Carlos Técnico Contábil | TO |
| 911 | 46226000935200131 | 004710312 | Casabella Materiais De Construção Ltda | TO |
| 912 | 46226001599200225 | 003919625 | Cco Engenharia E Telecomunicações Ltda | TO |
| 913 | 46226000866200003 | 003906639 | Celso Eraldo Ayres Arruda | TO |
| 914 | 46226000663200251 | 003921051 | Centro Educacional Nana Nenem | TO |
| 915 | 46226001556200240 | 003923975 | Centro Educacional Pingo De Deus - Associação Comunitária Educativa | TO |
| 916 | 46226001001200117 | 003918467 | Cezar Oldemar Zibell ( Cmk Instalações Elétricas ) | TO |
| 917 | 46226000214200121 | 003916367 | Cgr - Construtora Gomes Rocha Ltda | TO |
| 918 | 46226002624199841 | 003883973 | Claudiomar Mendes Pereira | TO |
| 919 | 46226000624200334 | 009683020 | Clube Atlético Tocantinense | TO |
| 920 | 46226002586199853 | 003876713 | Col Debella & Araujo Ltda | TO |
| 921 | 46468000009200113 | 003915344 | Comando Engenharia Industria E Comercio Ltda | TO |
| 922 | 46226001362200163 | 004707788 | Comercial De Alimentos Jotaele Ltda | TO |
| 923 | 46468000148200147 | 003916014 | Comercial De Tecidos Lontra Ltda | TO |
| 924 | 46226003513199904 | 003896081 | Condominio Santo Antonio - Fazenda Santo Antonio | TO |
| 925 | 46226002669200075 | 003914771 | Confiança Armazens Gerais Ltda | TO |
| 926 | 46226000615200181 | 003903371 | CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - CRECI/TO 25ª REGIAO | TO |
| 927 | 46226000530200284 | 003920968 | Construtora Ldn Ltda | TO |
| 928 | 46226001723199978 | 003895998 | Construtora Visão Ltda | TO |
| 929 | 46468000374200390 | 009686762 | Cooperativa De Produção De Areia E Cascalho | TO |
| 930 | 46226000428200360 | 004709748 | Cooperativa Dos Serviços Múltiplos Do Estado Do Tocantins | TO |
| 931 | 46226000783199701 | 030929204 | Coraiola & Pazini Ltda | TO |
| 932 | 46226001989199894 | 003879038 | Crs - Construções E Montagens Ltda | TO |
| 933 | 46469000026200311 | 009686533 | Damasceno E Almeida Ltda ( Distribuidora Rio Sono ) | TO |
| 934 | 46226002143200100 | 003919170 | Deijanildo De Souza Barbosa - Fazenda Três Irmãos | TO |
| 935 | 46226000078200331 | 003923991 | Dias E Carvalho Ltda - A Construtiva | TO |
| 936 | 46226000079200386 | 003923967 | Dias E Carvalho Ltda - A Construtiva | TO |
| 937 | 46226001052200220 | 003922618 | Dilma Novelli Silvério - Pastelaria Engenho | TO |
| 938 | 46226001056200216 | 003922634 | Dilma Novelli Silvério - Pastelaria Engenho | TO |
| 939 | 46226000639000033 | 003906965 | Djanira Dos Santos Souza - Madereira Floresta | TO |
| 940 | 46226001851199877 | 003875776 | Dom Bosco Educacional Ltda - Colegio Dom Bosco | TO |
| 941 | 46226000298200101 | 003916529 | D'paula Papelaria Ltda | TO |
| 942 | 46226000914200046 | 003909379 | Draga Ribeirão Do Prata Extração De Areia Ltda | TO |
| 943 | 46226001062200013 | 003899284 | Eletromon Materiais Eletricos Ltda | TO |
| 944 | 46226001063200086 | 003899276 | Eletromon Materiais Eletricos Ltda | TO |
| 945 | 46226001028200371 | 009680357 | Elio Luiz Delollo Júnior | TO |
| 946 | 46226000583200386 | 009689567 | Eneas Clemente De Oliveira - Fazenda Gaia | TO |
| 947 | 46226001326200361 | 007051638 | Engec Construções Ltda | TO |
| 948 | 46226000714200244 | 003921174 | Etm De Resende - Restaurante Parioli | TO |
| 949 | 46226000028200192 | 003912761 | Evaldo Francisco Do Nascimento | TO |
| 950 | 46226000030200161 | 003912779 | Evaldo Francisco Do Nascimento | TO |
| 951 | 46226001325200236 | 003923762 | Everaldo Dalla Corte - Pizzaria Palmares | TO |
| 952 | 46226000670200252 | 003920976 | Frigorifico Estrela Ltda | TO |
| 953 | 46468000387200369 | 009686851 | Frigorifico União Ltda | TO |
| 954 | 46226002722199941 | 003905209 | G. De L. Braga - Açotins | TO |
| 955 | 46226000391200010 | 003898601 | G. M. Da Silva ( A Brasilar ) | TO |
| 956 | 46226001747200041 | 003912281 | Germinoi E Oliveira Ltda | TO |
| 957 | 46226001511200356 | 009686291 | Gobi & Moreira Ltda | TO |
| 958 | 46226000596200355 | 003923240 | Gomes, Oliveira E Negre - Ceramica São José | TO |
| 959 | 46226001102200279 | 003920194 | Granel Comercio De Produtos Alimentícios Ltda | TO |
| 960 | 46226002111200062 | 003904091 | Harumi Kanashiro - Casa Da Verdura | TO |
| 961 | 46226000382200117 | 003914411 | Horácio Agostinho Carreira - Fazenda Santa Barbara | TO |
| 962 | 46468000205200198 | 003916251 | Industria E Comercio De Ferros Ber Ltda | TO |
| 963 | 46468000097200234 | 004712439 | Industria E Comercio Pró Habitação Ltda | TO |
| 964 | 46226001812199904 | 003894045 | Intervidros - Vidros Internacionais Ltda | TO |
| 965 | 46226003432199904 | 003888401 | Ione Pereira De Faria - Fazenda Colorado | TO |
| 966 | 46226002842200016 | 003904229 | Iraneide Victor Da Silva ( Casa Dos Aviamentos ) | TO |
| 967 | 46226003621199979 | 003902170 | Ivan De Souza Coelho | TO |
| 968 | 46226000906200018 | 003909492 | Ivani Rosa Diniz ( Churrasquinho Central) | TO |
| 969 | 46226003698199901 | 003907601 | J. Batista De Souza - Comercial Fama | TO |
| 970 | 46226001356200054 | 003910857 | J. Esse Da Silva | TO |
| 971 | 46226000923200115 | 003918912 | João Rodrigues Da Silva - Fazenda Divino Pai | TO |
| 972 | 46226001842199967 | 003890724 | João Rodrigues Ferreira | TO |
| 973 | 46226000495200112 | 003913686 | Julia Leal Ramos ( Status Modas) | TO |
| 974 | 46226000521200293 | 003920941 | Kajiya E Kajiya Ltda | TO |
| 975 | 46468000146200158 | 003916006 | Keila Rubia Neves De Souza | TO |
| 976 | 46468000153200150 | 003915603 | Lacticinios Bom Leite Ltda | TO |
| 977 | 46226001225199971 | 003891275 | Leomar Vieira De Souza - Lava-Jato Jaguar | TO |
| 978 | 46468000186200361 | 009681230 | Luci M. C. De Freitas ( Auto Peças Brasil) | TO |
| 979 | 46226000287200006 | 003899098 | M G Alencar (Comercial Compre Bem) | TO |
| 980 | 46226002136199716 | 022977055 | M. E. S. Arruda Silva | TO |
| 981 | 46226000503200210 | 003920909 | M.N.P. Moreira E Cia Ltda - Bar Do Bingo Way | TO |
| 982 | 46226000504200256 | 003920895 | M.N.P. Moreira E Cia Ltda - Bar Do Bingo Way | TO |
| 983 | 46226000506200245 | 003920861 | M.N.P. Moreira E Cia Ltda - Bar Do Bingo Way | TO |
| 984 | 46226000072200445 | 009685588 | M.R. De Jesus - Me | TO |
| 985 | 46226001574200221 | 009682589 | Manoel Felix De Brito | TO |
| 986 | 46226001577200265 | 009682520 | Manoel Felix De Brito | TO |
| 987 | 46226001675200383 | 009688552 | Marco Aurelio Gramolini Dal Medico | TO |
| 988 | 46226002845199818 | 003880613 | Maria Zélia De Sousa - Lanchonete Do Aeroporto | TO |
| 989 | 46468000080200287 | 004712315 | Marinalda De Sousa Da Cunha | TO |
| 990 | 46226000775200210 | 003920062 | Marlene Guilherme De Sousa Cadore | TO |
| 991 | 46226002736200061 | 003914534 | Marly De Fatima Franco Braga | TO |
| 992 | 46226001649199474 | 023019072 | Marne Roberto Vontobel | TO |
| 993 | 46226002829200040 | 003913546 | Maronice Maria Ferreira Alves - Supermercado Brasil | TO |
| 994 | 46226002328199868 | 003876217 | Martins E Carvalho Ltda (Alinha-Car) | TO |
| 995 | 46226001348200241 | 003924271 | Modesto Chaparini - Fazenda Mariana | TO |
| 996 | 46226000937200392 | 009684018 | Nelzi Bispo Da Luz - Centro De Apoio Ao Primeiro Emprego | TO |
| 997 | 46226000111200161 | 003914950 | Nivaldo Sabino De Sousa - Thiagos Bar | TO |
| 998 | 46226003487199998 | 003908101 | Oliveira & Paz Ltda | TO |
| 999 | 46226001477200239 | 003923614 | Oramisio Alves Guimarães - Churrascaria Coquinho | TO |
| 1000 | 46226000067200000 | 003908852 | Ordem Dos Advogados Do Brasil - Seção Tocantins | TO |
| 1001 | 46226002152199934 | 003892107 | Oscar Rabelo De Moura - Fazenda Esporãozinho | TO |
| 1002 | 46469000019200319 | 009680390 | P & B Pré-Moldados De Cimento E Locadora Ltda | TO |
| 1003 | 46226000652200271 | 003921123 | Papa Tutt Pastelaria Ltda | TO |
| 1004 | 46468000300200353 | 009681728 | Pedro Iran Pereira Espirito Santo - Pipes | TO |
| 1005 | 46226003956199997 | 003904661 | Pizzaria Rimini Ltda | TO |
| 1006 | 46226000466199821 | 023019555 | Ponte Alta Transporte Turismo Ltda | TO |
| 1007 | 46226002061200096 | 003912582 | Preltins Engenharia Ltda | TO |
| 1008 | 46226000762200151 | 003917649 | Premoltins - Premoldados Tocantins S.A. | TO |
| 1009 | 46226000487200257 | 003920810 | Promotora De Eventos Muccilo Ltda - Bingo Way | TO |
| 1010 | 46226000490200271 | 003920828 | Promotora De Eventos Muccilo Ltda - Bingo Way | TO |
| 1011 | 46226001296200024 | 003899527 | Pro-Saude Associação Beneficente De Assistencia Social E Hospitalar | TO |
| 1012 | 46226000570200315 | 009682708 | R. C. Fernandes - Vrde & Cia | TO |
| 1013 | 46226001825200053 | 003911802 | R. Domingues - Serigrafia Tocantins | TO |
| 1014 | 46226001190200217 | 003922723 | Radical Construtura Ltda | TO |
| 1015 | 46226000006200394 | 009682881 | Realeza Do Norte Ltda | TO |
| 1016 | 46468000037200211 | 004711858 | Remaq - Recuperação De Máquinas Agrícolas Tibiriçá Ltda | TO |
| 1017 | 46468000173200121 | 003916103 | Revest Ind. E Com. De Pisos E Revestimentos Ltda - Me | TO |
| 1018 | 46226001437200114 | 03919056 | Ribeiro De Soares Ltda - Drogaria São Lucas | TO |
| 1019 | 46226000479200391 | 003923151 | Ricardo Fernandes De Souza - Fazenda Modelo | TO |
| 1020 | 46226001415200011 | 003911292 | Rodocar Comércio De Peças E Acessórios Para Autos Ltda | TO |
| 1021 | 46226000026200365 | 009682929 | Rodrigues E Curado Ltda - Centro De Idiomas De Palmas | TO |
| 1022 | 46226000028200354 | 009682937 | Rodrigues E Curado Ltda - Centro De Idiomas De Palmas | TO |
| 1023 | 46226003422199942 | 003902030 | Rubens De Souza Santos | TO |
| 1024 | 46226000030200323 | 009682996 | S. Carmen Bringhenti - D'presentes | TO |
| 1025 | 46226003127199922 | 003908046 | S. F. Indústria E Comércio De Artefatos De Plástico Ltda | TO |
| 1026 | 46226001034200329 | 009684051 | S.C. Arantes - Academia Tubarão | TO |
| 1027 | 46226001084200314 | 009684191 | S.C. Arantes - Academia Tubarão | TO |
| 1028 | 46226003649199726 | 022997061 | Salus Serviços Urbanos E Empreendimentos Ltda | TO |
| 1029 | 46226001345200038 | 003910814 | Sandro Rodrigues Filho | TO |
| 1030 | 46226001218200127 | 003919331 | Santos & Matos Ltda | TO |
| 1031 | 46226002105200060 | 003912051 | Santos E Almeida Ltda - Pizzaria Oásis | TO |
| 1032 | 46226001849200011 | 003901190 | Secal - Serviços De Engenharia Conserv. E Assseio Ltda | TO |
| 1033 | 46226000868200317 | 009680861 | Sociedade Radiofusão De Guaraí Ltda | TO |
| 1034 | 46468000041200107 | 003913350 | Soloteto Engenharia Ltda | TO |
| 1035 | 46226003416199940 | 003908399 | Sônia De Oliveira Silva - Auto Escola Padrão | TO |
| 1036 | 46226000739200088 | 003906973 | Sousa E Dantas Ltda ( Compumaster) | TO |
| 1037 | 46226001351200264 | 003923291 | Sueli Eugênio Branco - Fazenda Modelo | TO |
| 1038 | 46226002381200037 | 003912698 | Supermercado Express Ltda | TO |
| 1039 | 46468000006200341 | 003921379 | Supertrafo S/A Ind. E Com. De Transformadores | TO |
| 1040 | 46226003906199919 | 003907139 | Sussuapara Mineração Ltda | TO |
| 1041 | 46226000772199786 | 023019246 | Terraço Hotel | TO |
| 1042 | 46468000155200149 | 003916022 | Tocantins Agroavicola Ltda | TO |
| 1043 | 46468000293200390 | 009681663 | Transbico Transporte E Turismo Ltda | TO |
| 1044 | 46469000015200161 | 003916901 | Transbrasiliana Hotéis Ltda | TO |
| 1045 | 46226001016200004 | 003906663 | Transguru Cargas Ltda | TO |
| 1046 | 46226002221199874 | 003879208 | Universal Vigilância Ltda | TO |
| 1047 | 46226000633199861 | 030929296 | V.J. Oliveira E Cia | TO |
| 1048 | 46226000045200120 | 003914810 | Vania Farrine Maciel Paula | TO |
| 1049 | 46226002977199921 | 003898369 | Vanilda Vieira De Sousa (Droganossa) | TO |
| 1050 | 46226002103200034 | 003912388 | Wanderson Santos De Brito - Vidrofort | TO |
| 1051 | 46226002117200049 | 003904041 | Zilda Maria De Rezende Azevedo - Center Lanche | TO |

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

## SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

### DESPACHOS DE 18 DE MAIO DE 2021

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 22689/2021/ME (15756185), constante nos autos do processo nº 46000.020462/2010-24, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.106140/2021-63 de interesse do SMCEG - Sindicato dos Motoristas Cegonheiros do Estado de Goiás, CNPJ 12.303.217/0001-50, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 21606/2021/ME (15626183), constante nos autos do processo nº 46219.008853/2017-91, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.106131/2021-71, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, Extração e Processamento de Madeira e do Mobiliário de Cerqueira César e Região - SINTRACOMCER, CNPJ nº 11.484.497/0001-87, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

### DESPACHOS DE 19 DE MAIO DE 2021

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 9346/2021/ME (14021950), constante nos autos do processo nº 46202.005717/2016-48, resolve: conhecer e negar provimento aos Recursos Administrativos nºs 19964.100807/2021-14, 19964.100806/2021-70 e 19964.100764/2021-77, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carro Forte, Transporte de Valores e Escolta Armada do Estado do Amazonas - SINTRAVAM, CNPJ 09.637.350/0001-38, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 17386/2021/ME (15060569), constante nos autos do processo nº 46208.007278/2015-77, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.104355/2021-40, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICIPIO DE GOIANESIA E SANTA RITA DO NOVO DESTINO/GO, CNPJ 22.124.652/0001-70, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

## COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

### DESPACHOS DE 19 DE MAIO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 23463/2021/ME (15860287), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do Sindicato dos Servidores Públicos da Educação da Rede Municipal de Janaúba / Minas Gerais - SINDIPREJ (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46211.003403/2018-63 (SC20148), CNPJ: 12.580.386/0001-37; e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Município de Jarnaúba MG (SINDIJANA) (impugnante), CNPJ: 25.212.937/0001-51, Impugnação 14021.143008/2021-69 (15009217); para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19570/2021/ME (15330338), resolve, Arquivar o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46252.001983/2014-44, CNPJ: 21.275.382/0001-36, de interesse do SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE CARGAS DE COLINA E REGIÃO - SINDICAM/CR (impugnado), nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999 e inciso VI do art. 22 c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 22955/2021/ME (15789790) , resolve: NOTIFICAR os representantes legais do SINTRAF ANAGE - SINDCIATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE ANAGE BAHIA, CNPJ 28.291.428/0001-50, nº da Impugnação 19964.104346/2021-59 (SEI 14605849) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Anagé - Bahia , Processo nº 19964.101572/2021-88 (SA05340) CNPJ: 13.241.005/0001-58; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 23070/2021/ME (SEI 15804879), resolve: Arquivar o Processo de Impugnação nº 14021.169590/2020-11, CNPJ: 04.262.331/0001-50, de interesse do SIND. TRAB. EMPREGADOS.E AGENC., COND. UTIL., EM DUAS/TRES RODAS MOT. OU NAO, DE CAMPINAS, JUNDIAI, SORO,PIRA E REG. ANEXAS (impugnante 1) e o Processo de Impugnação nº 46000.005379/2017-00, de interesse do SINDICATO DOS MOTOTAXISTAS, MOTOBOY E MOTOFRETE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO, CNPJ: 25.041.893/0001-44 (impugnante 2), nos termos do art. 18, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020 e; NOTIFICAR os representantes legais do SIMMESP - SIMMESP - Sindicato Mensageiros Motociclistas do Estado de São Paulo (impugnado), Processo de Pedido de Alteração Estatutária nº 46473.005170/2013-48 (SA01720), CNPJ: 66.518.978/0001-58; SIND TRAB COND DE UTIL D DUAS RODAS DE R PRETO E REGIAO, CNPJ 00.668.155/0001-09 (impugnante 3), Impugnação nº 46000.005483/2017-96; SINDICATO DOS TRAB. AUT. AGENC. COND. DE UTIL. EM DUAS OU TRES RODAS, MOT. OU NAO DE S. J. RIO PRETO E REG., CNPJ 03.509.449/0001-78 (impugnante 4), Impugnação nº 46000.005484/2017-31; SIND. TRAB. EMPREGADOS.E AGENC., COND. UTIL., EM DUAS/TRES RODAS MOT. OU NAO, DE CAMPINAS, JUNDIAI, SORO,PIRA E REG. ANEXAS, CNPJ 04.262.331/0001-50 (impugnante 5), Impugnação nº 46000.005485/2017-85; SINDICATO DOS TRABALHADORES AUTONOMOS, AGENCIADORES E CONDUTORES DE UTILITARIOS EM DUAS OU TRES RODAS MOTORIZADOS OU NAO DE ARACATUBA E REGIAO-SP, CNPJ 03.648.047/0001-54 (impugnante 6), Impugnação nº 46000.005486/2017-20; SINDICATO DOS TRABALHADORES EMPREGADOS, AGENCIADORES, CONDUTORES DE UTILITARIOS, EM DUAS OU TRES RODAS MOTORIZADAS OU NAO DE BAURU E REGIAO, CNPJ 17.159.613/0001-79 (impugnante 7), Impugnação nº 46000.005487/2017-74; SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP ROD DE RIO CLARO, CNPJ 46.958.609/0001-79 (impugnante 8), Impugnação nº 46000.005577/2017- 65; e SINDICATO DOS TRABALHADORES EM VEICULO MOTOCICLETA, MOTONETA E SIMILARES DE S.J. CAMPOS, VALE DO PARAIBA E REGIAO, CNPJ 02.448.195/0001-62 (impugnante 9), Impugnação nº 47999.003358/2017-19, para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 22493/2021/ME (SEI 15735231) , resolve: NOTIFICAR os representantes legais do SINAPESP - Sindicato Patronal das Empresas de Aparas de Papel e Papelão do Estado de São Paulo, CNPJ 15.336.300/0001-13 (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46472.005604/2013-10; SINAPEL - Sindicato do Comércio Atacadista de Papel e Papelão de São Paulo - SP, CNPJ: 62.660.410/0001-16 (impugnante), CNPJ: 01.351.971/0001-49, Impugnação 46000.003069/2017-42; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 22954/2021/ME (15789567), resolve: ARQUIVAR o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46207.002950/2012-03 (SC13397), CNPJ: 11.038.996/0001-40, de interesse do SINDICOB-ES - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE COBRANÇA E DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, nos termos do inciso VI do art. 22 e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI Nº 29311/2020/ME (15789280), resolve, Arquivar o Processo de Pedido de Alteração Estatutária nº 46312.001806/2015-97 (SA02664) , CNPJ: 01.923.895/0001-07, de interesse do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas & Logística do Estado de Mato Grosso do Sul - SETLOG MS ou SETCEMS (impugnado), nos termos do art. 22, X, c/c art. 47 Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, atual normativo sobre a matéria, na Nota Técnica SEI nº 23096/2021/ME (15808654), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Campo Redondo (impugnado), Processo nº 46217.007652/2014-44 (SC16395), CNPJ: 11.280.097/0001-50, nos termos do art. 22, inciso X, da Portaria nº 17.593/20.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, atual normativo sobre a matéria, na Nota Técnica SEI nº 23208/2021/ME (15824627), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical do SINDATSB-PE - Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Saúde Bucal do Estado de Pernambuco (impugnado), Processo nº 46213.022029/2016-13 (SC18551), CNPJ: 11.384.077/0001-29, nos termos do art. 22, inciso X, da Portaria nº 17.593/20.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, em cumprimento à Decisão Judicial 0802823-20.2021.4.05.8400, 4ª VARA FEDERAL - SECRETARIA JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE; com fundamento na Nota Técnica SEI nº 23269/2021/ME (15833890) resolve: Suspender os efeitos da decisão administrativa no DOU de 14 de abril de 2021, Seção I, nº 69, página 78, que indeferiu o registro do SINDSEGUR, dada pelo Coordenador-Geral de Registro Sindical, bem como para que o SINDSEGUR seja mantido ativo até posterior deliberação do Juízo, processo 46217.005112/2011-83, CNPJ: 14.008.958/0001-33, de interesse do SINDSEGUR - Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 26, inciso II, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, em cumprimento à Decisão Judicial, Recurso Ordinário Trabalhista 0000595-13.2019.5.10.0007 (15849662), Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; com fundamento na Nota Técnica SEI nº 23480/2021/ME (15864701) resolve: Suspender os efeitos da Nota Técnica SEI nº 4318/2021/ME, publicada no DOU de 26/04/2021, Seção I, nº 76, página 186, a qual cancelou o registro sindical do litisconsorte passivo necessário, até o julgamento de mérito do recurso ordinário interposto nestes autos, dada pelo Coordenador-Geral de Registro Sindical, processo 46268.000190/2016-09, CNPJ: 23.775.642/0001-68, de interesse do Sindicato dos Professores, Diretores de Escola, Coordenadores Pedagógicos, Supervisores de Ensino, Inspetores de Aluno, Secretários de Escola, Serventes e Agentes Administrativos da Rede Municipal de Ensino de São José do Rio Preto - ATEM, retornando os efeitos da Nota Técnica n.º 351/2019/DIAI/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SENA JUS/MJ, publicada no DOU de 31/07/2019, Seção 1, pág. 71, nº 146.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

# SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

## SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

### CONSULTA PÚBLICA Nº 27, DE 19 DE MAIO DE 2021

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB para "EQUIPAMENTOS ÓTICOS DWDM (Dense Wavelength Division Multiplexing) DE TRANSMISSÃO, AMPLIFICAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE".

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consultas-publicas-de-ppb-2021

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

JORGE LUIZ DE LIMA

ANEXOS

PROPOSTA Nº 030/20 - FIXAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA EQUIPAMENTOS ÓTICOS DWDM DE TRANSMISSÃO, AMPLIFICAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE.

OBS.: A consulta está em forma de Portaria na versão da Lei de Informática, mas também vale para a versão da Zona Franca de Manaus.

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para os EQUIPAMENTOS ÓTICOS DWDM (Dense Wavelength Division Multiplexing) DE TRANSMISSÃO, AMPLIFICAÇÃO,

GERENCIAMENTO E CONTROLE, constantes do Anexo II desta Portaria, industrializados no País, passa a ser composto pelas etapas e respectivas pontuações relacionadas na tabela constante do Anexo I desta Portaria Interministerial.

§ 1º Os pontos totais serão atribuídos a cada etapa de produção realizada, de acordo com o disposto no Anexo I, sendo que a empresa deverá acumular a pontuação mínima por ano calendário, dependendo do grupo em que o produto se enquadre, conforme abaixo:

I - para o grupo A: 58 pontos;

II - para o grupo B: 60 pontos;

III - para o grupo C: 61 pontos; e

IV - para o grupo D: 99 pontos.

§ 2º O projeto de desenvolvimento a que se refere a etapa I do Anexo I só será pontuado para os produtos que atendam às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil e atendam às Portarias específicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.

Art. 2º O investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) ao exigido pela legislação a que se refere a etapa II do Anexo deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

§ 1º O investimento a que se refere o caput deste artigo deverá ser calculado sobre o faturamento bruto incentivado no mercado interno, decorrente da comercialização, dos produtos a que se refere esta Portaria, nos termos dos §§1º e 2º do art. 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 2º A comprovação do investimento em PD&IA deverá ser apresentada de forma discriminada junto com o relatório descritivo referente à obrigação estabelecida na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

§ 3º Para efeito do disposto no caput deste artigo, serão considerados como aplicação em atividades de PD&IA do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 3º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

| | | PONTUAÇÃO | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Etapas | Descrição das etapas produtivas | Grupo A | Grupo B | Grupo C | Grupo D |
| I | Projeto e desenvolvimento no país - Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, ou Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, ou Portaria MCTIC nº 356, de 19 de janeiro de 2018, ou Portaria MCTIC nº 3.303, de 25 de junho de 2018. | 12 | 12 | 12 | 12 |
| II | Investimento adicional em PD&I, valendo 2 pontos para cada 1% investido adicionalmente em PD&I, limitado a um máximo de 6 pontos. | 8 | 8 | 8 | 8 |
| III | Desenvolvimento no país de software embarcado de baixo nível (firmware) incluindo integração e customização de módulos de software de terceiros ou open source. | 4 | 4 | 4 | - |
| IV | Injeção, moldagem, ou outro processo de conformação (impressão 3D) das partes plásticas/carcaça do gabinete ou corte, dobra, estampagem, tratamento e soldagem das partes metálicas do corpo e tampas do gabinete. | 8 | 13 | 9 | 24 |
| V | Furação, transferência de imagem, corrosão, acabamento mecânico e teste elétrico das placas de circuito impresso que implementem a função principal ou a função de gerenciamento e controle do produto. | 16 | 16 | 19 | - |
| VI | Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas que implementem a função principal do produto. | 24 | 37 | 25 | - |
| VII | Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas que implementem a função de gerenciamento e controle. | 10 | 15 | - | - |
| VIII | Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas que implementem a função de fonte de alimentação. | 9 | 14 | 10 | - |
| IX | Montagem ou realização de emendas ópticas de todos os itens ópticos e opto-eletrônicos que implementem as funções de emissão, detecção, comutação ou filtragem de luz. | 16 | - | 25 | 70 |
| X | Montagem e soldagem de todos os componentes dos dispositivos que implementem a função de conversão eletro-óptica. | 11 | - | 8 | - |
| XI | Integração das placas de circuito impresso e das partes elétricas e mecânicas na formação final do produto. | 6 | 6 | 6 | 6 |
| XII | Testes finais e intermediários. | 2 | 2 | 2 | 2 |
| | TOTAL | 126 | 127 | 128 | 122 |
| | META | 58 | 60 | 61 | 99 |

ANEXO II

| PRODUTOS |
|---|
| GRUPO A |
| Analisador de espectro de sinal óptico |
| Aparelho comutador de dados para comunicação por fibra óptica |
| Aparelho conversor de comprimento de onda (transponder) |
| Aparelho conversor de sinal óptico multimodo para monomodo |
| Aparelho de inserção ou derivação óptica |
| Aparelho para amplificação de sinal óptico |
| Aparelho para identificação de eventos e rompimento de fibras |
| Aparelho multiplexador e conversor de comprimento de onda |
| Multiplexador por divisão de comprimento de onda |
| |
| GRUPO B |
| Unidade de interface de comunicação e gerenciamento de dados para sistemas ópticos de comunicação |
| Módulo de interface de comunicação e alimentação para sistemas ópticos de comunicação |
| Unidade de filtragem e distribuição de energia e controle do sistema de ventilação para sistemas ópticos de comunicação |
| Unidade de ventilação para sistemas ópticos de comunicação |
| Unidade de filtragem e distribuição de energia para sistemas ópticos de comunicação |
| Aparelho conversor de comprimento de onda (transponder) |
| Aparelho multiplexador e conversor de comprimento de onda |
| |
| GRUPO C |
| Aparelho de comunicação bidirecional por fibra óptica |
| Aparelho para comutação da comunicação entre par de fibras ópticas |
| Aparelho para conversão de sinais ópticos para elétricos e vice-versa |
| Aparelho transmissor, receptor e amplificador de sinal óptico |
| Transceptores ópticos intercambiáveis |
| Transceptores ópticos intercambiáveis sintonizáveis |
| |
| GRUPO D |
| Aparelho passivo de comunicação bidirecional por fibra óptica |
| Aparelho passivo de inserção ou derivação óptica |
| Aparelho passivo de multiplexador e conversor de comprimento de onda |
| Aparelho passivo para amplificação de sinal óptico |
| Unidade passiva de compensação de dispersão cromática de fibras óticas para sistemas ópticos de comunicação |

## SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

### PORTARIA Nº 35, DE 18 DE MAIO DE 2021

Altera a Portaria RFB nº 1.639, de 22 de novembro de 2016, que estabelece procedimentos para disponibilização de dados de que trata o Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria RFB nº 1.639, de 22 de novembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º

.....

§ 3º Fica autorizada a disponibilização de dados por meio de fornecimento de réplicas, parciais ou totais, até 31 de dezembro de 2021, período em que o órgão ou entidade solicitante deverá adotar o mecanismo de compartilhamento de dados por meio de rede permissionada Blockchain ou outro autorizado pela Cotec." (NR)

Art. 2º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entra em vigor no dia 1º de julho de 2021.

JOSE BARROSO TOSTES NETO

## SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
## SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 43, DE 18 DE MAIO DE 2021

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.100762/2021-19.

DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

| | | |
|---|---|---|
| 1) País de Origem | Indonésia | |
| 2) Marca Comercial | 3) Preço de Venda a Varejo | 4) Quantidade autorizada de vintenas |
| DJARUM BLACK | R$ 5,50 / vintena | 240.000 |
| 5) Cigarro | King Size 85mm | |
| 6) Embalagem | Rígida | |
| 7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle | R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho | |
| 8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES | |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 44, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.100763/2021-63.

DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

| | | |
|---|---|---|
| 1) País de Origem | Indonésia | |
| 2) Marca Comercial | 3) Preço de Venda a Varejo | 4) Quantidade autorizada de vintenas |
| DJARUM BLACK MENTHOL | R$ 5,50 / vintena | 300.000 |
| 5) Cigarro | King Size 85mm | |
| 6) Embalagem | Rígida | |
| 7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle | R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho | |
| 8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES | |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 45, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.100764/2021-16.

DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

| | | |
|---|---|---|
| 1) País de Origem | Romênia | |
| 2) Marca Comercial | 3) Preço de Venda a Varejo | 4) Quantidade autorizada de vintenas |
| WINSTON BLUE LONGS | R$ 5,00 / vintena | 270.000 |
| 5) Cigarro | Slims 98mm | |
| 6) Embalagem | Rígida | |
| 7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle | R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho | |
| 8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES | |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 46, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.100765/2021-52.

DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

| | | |
|---|---|---|
| 1) País de Origem | Indonésia | |
| 2) Marca Comercial | 3) Preço de Venda a Varejo | 4) Quantidade autorizada de vintenas |
| CAMEL KRETEC CRAVO & MENTA | R$ 5,00 / vintena | 360.000 |
| 5) Cigarro | King Size Slims 85mm | |
| 6) Embalagem | Rígida | |
| 7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle | R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho | |
| 8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES | |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 47, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.100766/2021-05.

DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

| | | |
|---|---|---|
| 1) País de Origem | Ucrânia | |
| 2) Marca Comercial | 3) Preço de Venda a Varejo | 4) Quantidade autorizada de vintenas |
| CAMEL COMPACT | R$ 5,00 / vintena | 540.000 |
| 5) Cigarro | King Size Slims 83mm | |
| 6) Embalagem | Rígida | |
| 7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle | R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho | |
| 8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES | |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 48, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.100767/2021-41.

DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

| | | |
|---|---|---|
| 1) País de Origem | Turquia | |
| 2) Marca Comercial | 3) Preço de Venda a Varejo | 4) Quantidade autorizada de vintenas |
| CAMEL BLUE SFP | R$ 5,00 / vintena | 280.000 |
| 5) Cigarro | King Size 83mm | |
| 6) Embalagem | Rígida | |
| 7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle | R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho | |
| 8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES | |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 49, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.100768/2021-96.

DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

| | | |
|---|---|---|
| 1) País de Origem | Turquia | |
| 2) Marca Comercial | 3) Preço de Venda a Varejo | 4) Quantidade autorizada de vintenas |
| CAMEL YELLOW SFP | R$ 5,00 / vintena | 80.000 |
| 5) Cigarro | King Size 83mm | |
| 6) Embalagem | Rígida | |
| 7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle | R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho | |
| 8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES | |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

## SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 5 DE MAIO DE 2021**

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 14021.177654/2020-49, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO

| |
|---|
| Nome do veículo: SPRINTER 416 CDI<br>Versão: Micro-ônibus (transporte de passageiros, com entre eixos 3.665 mm, teto baixo)<br>Capacidade de transporte: 10 (dez) pessoas sentadas, incluindo o motorista<br>Tipo de ignição: por compressão (diesel) |
| Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 11.847 dm³<br>Marca : Mercedes-Benz<br>Fabricante: Mercedes-Benz Argentina S.A<br>Ano/modelo: 2021/2021 - 2021/2022 |

| |
|---|
| Nome do veículo: SPRINTER 416 CDI<br>Versão: Micro-ônibus (transporte de passageiros, com entre eixos 3.665 mm, teto alto)<br>Capacidade de transporte: 10 (dez) pessoas sentadas, incluindo o motorista<br>Tipo de ignição: por compressão (diesel) |
| Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 13.279 dm³<br>Marca : Mercedes-Benz<br>Fabricante: Mercedes-Benz Argentina S.A<br>Ano/modelo: 2021/2021 - 2021/2022 |

| |
|---|
| Nome do veículo: SPRINTER 416 CDI<br>Versão: Micro-ônibus (transporte de passageiros, com entre eixos 3.665 mm, teto baixo)<br>Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas, incluindo o motorista<br>Tipo de ignição: por compressão (diesel) |
| Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 11.847 dm³<br>Marca : Mercedes-Benz<br>Fabricante: Mercedes-Benz Argentina S.A<br>Ano/modelo: 2021/2021 - 2021/2022 |

| |
|---|
| Nome do veículo: SPRINTER 416 CDI<br>Versão: Micro-ônibus (transporte de passageiros, com entre eixos 3.665 mm, teto alto)<br>Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas, incluindo o motorista<br>Tipo de ignição: por compressão (diesel) |
| Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 13.279 dm³<br>Marca : Mercedes-Benz<br>Fabricante: Mercedes-Benz Argentina S.A<br>Ano/modelo: 2021/2021 - 2021/2022 |

| |
|---|
| Nome do veículo: SPRINTER 516 CDI<br>Versão: Micro-ônibus (transporte de passageiros, com entre eixos 4.325 mm, teto alto)<br>Capacidade de transporte: 18 (dezoito) pessoas sentadas, incluindo o motorista<br>Tipo de ignição: por compressão (diesel) |
| Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 16.560 dm³<br>Marca : Mercedes-Benz<br>Fabricante: Mercedes-Benz Argentina S.A<br>Ano/modelo: 2021/2021 - 2021/2022 |

| |
|---|
| Nome do veículo: SPRINTER 516 CDI<br>Versão: Micro-ônibus (transporte de passageiros, com entre eixos 4.325 mm, teto alto)<br>Capacidade de transporte: 20 (vinte) pessoas sentadas, incluindo o motorista<br>Tipo de ignição: por compressão (diesel) |
| Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 17.814 dm³<br>Marca : Mercedes-Benz<br>Fabricante: Mercedes-Benz Argentina S.A<br>Ano/modelo: 2021/2021 - 2021/2022 |

| |
|---|
| Nome do veículo: SPRINTER 516 CDI<br>Versão: Micro-ônibus (transporte de passageiros, com entre eixos 4.325 mm, teto alto)<br>Capacidade de transporte: 21 (vinte e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista<br>Tipo de ignição: por compressão (diesel) |
| Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 17.814 dm³<br>Marca : Mercedes-Benz<br>Fabricante: Mercedes-Benz Argentina S.A<br>Ano/modelo: 2021/2021 - 2021/2022 |

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 5 DE MAIO DE 2021**

Enquadra veículo em "Ex" da TIPI

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 13031.600789/2021-30, declara:

Art. 1º O veículo relacionado no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumpre as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO

| |
|---|
| Nome do veículo: Iveco Wayclass 70C17HDE<br>Versão: 70C17 HDE<br>Modelo: Wayclass<br>Capacidade de transporte: 30 (trinta) pessoas sentadas, incluindo o motorista<br>Tipo de ignição: por compressão (diesel) |
| Cilindradas: 3.000 cm³ / Volume interno do habitáculo = 18.613,69 dm³<br>Marca : Iveco<br>Fabricante: CNH Industrial Brasil Ltda.<br>Ano/modelo: 2021/2021 |

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N.º 74, DE 17 DE MAIO DE 2021**

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação de empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe conferem o Inciso III, do artigo 360, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pela Lei n° 13.799, de 03 de janeiro de 2019, no art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e no art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de Abril de 2021, declara:

Art. 1°. Fica reconhecido o direito da empresa FRIGORIFICO NUTRIBRAS S. A, CNPJ: 08.090.575/0001-54, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo aos projetos de modernização de empreendimentos da empresa na área de atuação da SUDAM, de que trata o Laudo Constitutivo n° 026/2020, com prazo de fruição de 10 (dez) anos, contado do ano-calendário 2020 ao ano-calendário 2029, conforme consta no processo administrativo n° 13153.720219/2020-89:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 08.090.575/0001-54;

II - Localização: Anvr norte n° S/N, Sorriso - MT - CEP: 78.890-000;

III - Enquadramento dos empreendimentos: art. 2º, inciso IV, "h", Decreto nº 4.212/2002;

IV - Produtos Incentivados: Laudo nº 026/2020: Carne Suína industrializada;

V - Capacidade instalada anual: Laudo nº 026/2020: 68.739.840 Kg.

Art. 2º. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas que usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto.

Art. 3°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Declara habilitada ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III, do artigo 360, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020, observado o estabelecido nos artigos 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, no Decreto nº 5.649, de 29 de dezembro de 2005, e nos artigos 562 a 576 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e, tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021 e considerando ainda o que consta no processo administrativo nº 10166.726681/2021-33, declara:

Art. 1.º Fica habilitada ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP, a que se referem os arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 2005, regulamentados pelo Decreto nº 5.649, de 2005, e pela IN RFB nº 1.911/2019, a pessoa jurídica AGROPECUARIA CRESTANI LTDA, CNPJ nº 03.262.185/0001-09.

Art. 2º - O benefício do RECAP será aplicado a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica habilitada (IN RFB nº 1.911/2019, art. 569, caput e § 1º) e o prazo para sua fruição extingue-se após decorridos 3 (três) anos contados da data da publicação do presente Ato (Lei nº 11.196, de 2005, art. 14, § 1º; Dec. nº 5.649, de 2005, art. 9º, § 2º; e IN RFB nº 1.911/2019, art. 572, § 2º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício pela Autoridade Fiscal, na hipótese em que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime (Lei nº 11.196, de 2005, art. 12, parágrafo único; Decreto nº 5.649, de 2005, art. 8º; e IN RFB nº 1.911/2019, art. 571, caput).

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação de empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe conferem o Inciso III, do artigo 360, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pela Lei n° 13.799, de 03 de janeiro de 2019, no art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e no art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021, declara:

Art. 1°. Fica reconhecido o direito da empresa EQUATORIAL TRANSMISSORA 8 SPE S.A., CNPJ: 27.967.244/0001-02, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo aos projetos de Implantação de empreendimentos da empresa na área de atuação da SUDAM, de que trata o Laudo Constitutivo n° 98/2020, com prazo de fruição de 10 (dez) anos, contado do ano-calendário 2020 ao ano-calendário 2029, conforme consta no processo administrativo n° 10166.739526/2021-87:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 27.967.244/0002-85;

II - Localização: R Sete de Setembro, 2190, Altamira/PA - CEP 68371-000;

III - Enquadramento do empreendimento: art. 2º, inciso I, Decreto nº 4.212/2002;

IV - Serviço Incentivado: Transmissão de energia elétrica;

V - Capacidade instalada anual: 100 %

Art. 2º. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas que usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto.

Art. 3°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

**RETIFICAÇÃO**

Na ementa do Ato Declaratório Executivo n° 41, de 6 de abril de 2021, publicado no DOU nº 77, de 27 de abril de 2021, seção 1, página 45:

Onde se lê: "Reconhece o direito (...) relativo ao projeto de implantação de empreendimento na área de atuação da SUDAM (...)"

Leia-se: "Reconhece o direito (...) relativo ao projeto de modernização de empreendimento na área de atuação da SUDAM (...)"

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 14 DE MAIO DE 2021**

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE BELÉM, no uso das atribuições previstas no art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284 de 27 de julho de 2020, considerando a inexistência de perito credenciado para a área de ARQUEAÇÃO nesta Unidade, resolve:

Art. 1º Designar AD HOC, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.800. de 21/03/2018, o Sr. JOÃO PAULO ANDRADE LOPES, CPF nº 088.146.352-34, para a prestação de serviço de perícia na área de ARQUEAÇÃO, a título precário e sem vínculo empregatício, em Manganês a granel, constante da DU-E's n°21BR000638828-9.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO DAS CHAGAS FONTENELLE FEIJÓ JÚNIOR

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 17 DE MAIO DE 2021**

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE BELÉM, no uso das atribuições previstas no art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284 de 27 de julho de 2020, considerando a inexistência de perito credenciado para a área de ENGENHARIA ELÉTRICA, nesta Unidade, resolve:

Art. 1º Designar AD HOC, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.800. de 21/03/2018, o Sr. ALFREDO AUGUSTO VIEIRA BARROS, CPF nº 048.911552-72, para a prestação de serviço de perícia na área de ENGENHARIA ELÉTRICA, a título precário e sem vínculo empregatício, em 01 (uma) Torre de Energia Elétrica, constante do Processo n° 10265.219239/2021-37.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO DAS CHAGAS FONTENELLE FEIJÓ JÚNIOR

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BEL Nº 28, DE 14 DE MAIO DE 2021**

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE BELÉM, no uso das atribuições previstas no art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284 de 27 de julho de 2020, considerando a inexistência de perito credenciado para a área de ENGENHARIA ELÉTRICA nesta Unidade, resolve:

Art. 1º Designar AD HOC, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.800. de 21/03/2018, o Sr. CLÁUDIO LUCIANO DA ROCHA CONDE, CPF nº 172.008.222-72, para a prestação de serviço de perícia na área de ENGENHARIA ELÉTRICA, a título precário e sem vínculo empregatício, em uma Empilhadeira, constante da DI's n°s 21/0770082-5; 21/0769874-0 e 21/0769874-0.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO DAS CHAGAS FONTENELLE FEIJÓ JÚNIOR

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, no uso das atribuições regimentais específicas expressas pelo artigo 270, § 7º, atividade "de benefícios fiscais", na modalidade de regime especial de tributação, combinado com o inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11.10.2017, seção 1, página 22, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicado no D.O.U. de 15/10/2019, seção 1, página 27; considerando-se, ainda, que a pessoa jurídica VENTOS DE SÃO CIRO ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A, CNPJ Nº 23.037.463/0001-23, CEI nº 90.005.51598/76, é titular do projeto de geração de energia elétrica, autorizado pela Portaria Nº574/SPE/MME, de 01 Março de 2021- e que foi aprovado o seu Enquadramento no supracitado Regime Especial de Incentivos, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, através da supracitada Portaria, publicada no DOU de 3/3/2021, seção 1, fls.38) em cujo Anexos I a III constam informações do projeto de enquadramento no REIDI e para sua aprovação como prioritário, como também, a localização de suas unidades geradoras de energia elétrica; tem-se, ainda, como nome do Projeto de geração de ENERGIA ELÉTRICA da Central Geradora Eólica denominada Ventos de São Ciro, localizado no Município de Betânia do Piauí, Estado do Piauí, com o período de execução estimado de 19/08/2021 a 28/10/2022, conforme consta do Processo Administrativo nº 10271.131.624/2021-74. resolve:

Art. 1º Declarar habilitada no Regime Especial (REIDI) a pessoa jurídica acima qualificada, para utilização da suspensão do PIS/PASEP e da COFINS naquilo em que se aplique o disposto no art. 2º do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, c/c o disposto nos arts. 578, 579, e 590 da Instrução Normativa 1.911/2019, no que diga respeito ao supracitado projeto.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação. Cientifique-se a requerente.

ANDRÉ LUIZ DA SILVA DOS SANTOS

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Inclusão de Inscrições no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O Delegado da Alfândega da Receita Federal em Recife/PE, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 5º da Instrução Normativa DpRF nº 109, de 02/10/1992 e com fundamento no parágrafo 3º do artigo 810 do Decreto nº 6.759/2009, de 05/02/2009, com a nova redação dada pelo Decreto nº 7.213/2010, e no que disciplina o artigo 360, inciso III, c/c o artigo 364, inciso VI do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 2020, declara:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros as seguintes inscrições:

| Nº REGISTRO | NOME | CPF | PROCESSO Nº |
|---|---|---|---|
| 4.A.0729 | JARBELY DA COSTA SILVA | 101.472.574-76 | 19378.720138/2021-10 |
| 4.A.0730 | MELCA FARIAS VIEIRA | 753.305.714-72 | 19378.720139/2021-56 |

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/MG Nº 39, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para produtor de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013; e considerando ainda as informações constantes do dossiê digital de atendimento nº 13032.215523/2021-66 declara:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06103/0250 a empresa Cachaça Mineira da Matinha Eireli, CNPJ nº 17.630.162/0001-06, estabelecida na Fazenda Matinha, Km,6, Avenida Veríssimo Gomes, nº 55, bairro Zona Rural, CEP:38.930-000, município de Medeiros/MG; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa, que exerce a atividade de PRODUTOR de bebidas alcoólicas das marcas comerciais e em recipientes abaixo discriminados, passa a vigorar com a seguinte redação:

| Classificação Fiscal | Produto | Marca Comercial | Tipo Recipiente | Cap. Rec. (ml) | Registro no MAPA |
|---|---|---|---|---|---|
| 2208.40.00 | Cachaça | Mineira da Matinha Ouro | Não Retornável | 750 | MG/90800.00002-3 |
| 2208.40.00 | Cachaça | Mineira da Matinha Prata | Não Retornável | 750 | MG/90800.00001-5 |

Art.2º- O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/MG Nº 40, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013; e considerando ainda as informações constantes do dossiê digital de atendimento nº 13032.215523/2021-66 declara:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06103/0251 a empresa Cachaça Mineira da Matinha Eireli, CNPJ nº 17.630.162/0001-06, estabelecida na Fazenda Matinha, Km,6, Avenida Veríssimo Gomes, nº 55, bairro Zona Rural, CEP:38.930-000, município de Medeiros/MG; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa, que exerce a atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas das marcas comerciais e em recipientes abaixo discriminados, passa a vigorar com a seguinte redação:

| Classificação Fiscal | Produto | Marca Comercial | Tipo Recipiente | Cap. Rec. (ml) | Registro no MAPA |
|---|---|---|---|---|---|
| 2208.40.00 | Cachaça | Mineira da Matinha Ouro | Não Retornável | 750 | MG/90800.00002-3 |
| 2208.40.00 | Cachaça | Mineira da Matinha Prata | Não Retornável | 750 | MG/90800.00001-5 |

Art.2º- O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

**RETIFICAÇÃO**

No Ato Declaratório Executivo nº 46, de 07 de maio de 2021, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 87, Seção 1, página 23, em 11 de maio de 2021;

Onde se lê: "A pessoa jurídica contratada para prestação de serviços e navegação de apoio marítimo, FARSTAD SHIPPING LTDA, CNPJ 02.873.539/0001-80, até 03/07/2021, respeitados os termos finais de cada bloco".

Leia-se: "A pessoa jurídica contratada para prestação de serviços e navegação de apoio marítimo, FARSTAD SHIPPING LTDA, CNPJ 02.873.539/0001-80, até 24/03/2040, respeitados os termos finais de cada bloco".

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

**PORTARIA SRRF08 Nº 53, DE 17 DE MAIO DE 2021**

Constitui Grupo de Trabalho denominado GT Registros Especiais no âmbito da 8ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 243, 336, 359 e 364, todos, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Economia (ME) nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho denominado GT Registros Especiais 8ªRF, composto pelos servidores indicados no Anexo Único, sob a supervisão do Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba, vinculada à Unidade Organizacional (UORG) nº 059759 - Gabinete da Delegacia da Receita Federal em Sorocaba, com competência para, em caráter temporário e concorrente com as demais Unidades da 8ªRF:

I - decidir quanto aos requerimentos de inclusão de contribuintes no:

registro especial de controle de papel imune, de que tratam os artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018;

registro especial de produtores e importadores de biodiesel, de que tratam os artigos 1º e 2º da Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, e Instrução Normativa RFB nº 1.086, de 23 de novembro de 2010; e

registro especial de produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas de que trata o § 6º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013;

II - examinar os pedidos de inscrição no registro de fabricantes e importadores de cigarros e cigarrilhas, de que trata o art. 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 1977, e alterações, no que se refere ao disposto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007;

III - decidir quanto às requisições de fornecimento de selos de controle, observadas as exceções previstas no inciso II do caput do art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e no art. 50 da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2017.

Parágrafo 1º As diligências necessárias para subsidiar as decisões de que tratam os incisos I, II e III deste artigo serão realizadas pelas Equipes de Fiscalização (EFI), vinculadas à Delegacia da Receita Federal do Brasil de jurisdição do contribuinte.

Parágrafo 2º A distribuição dos selos de controle de que trata o inciso III deste artigo será realizada pelas unidades da Receita Federal do Brasil de jurisdição do estabelecimento do contribuinte, exceto aqueles jurisdicionados no município de São Paulo, cuja distribuição será realizada pela Alfândega de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO KOJI KAWABATA

ANEXO ÚNICO

| Servidor | Matrícula Siapecad | Lotação | Localização Física | Setor de Exercício DE/PARA: | |
|---|---|---|---|---|---|
| Reinaldo de Paiva Lopes | 01571582 | DRF/SOR | DRF/SOR | Gabin/DRF/SOR | Gabin/DRF/SOR |
| Emílio Cláudio de Oliveira Tieppo | 00883356 | DRF/RPO | DRF/RPO | Eqrat1/DRF/SOR | Gabin/DRF/SOR |
| José de Jesus | 00057517 | DRF/SOR | DRF/SOR | Gabin/DRF/SOR | Gabin/DRF/SOR |

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 17 DE MAIO DE 2021

Declara inapta a inscrição no CNPJ da empresa que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284/2020, publicada no DOU em 27/07/2020, bem como o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1863, de 27/12/2018, e em vista do constante nos autos do Processo nº 10814.723148/2020-57, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no CNPJ da empresa REAL DIAMOND MINERAÇÃO LTDA., sob número 10.281.557/0001-00, com fundamento no art 41, inciso III, da Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018.

Art. 2º Por força do disposto no art. 82 da lei nº 9.430/96 e no art. 48, § 3º, inciso II, da instrução Normativa RFB 1.863/2018, são considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir de 24/10/2020. Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRE LUIZ GONÇALVES MARTINS

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 13 DE MAIO DE 2021

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOs, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 76, § 8º, Inciso I, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2.003 e tendo em vista o que foi apurado no processo administrativo nº 11128.721569/2020-44, em especial o Despacho Decisório nº 52/2021 do Sr. Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, resolve:

Art. 1º - Aplicar à empresa Libra Serviços de Navegação Ltda, CNPJ 42.581.413/0001-57, na condição de agência de navegação, a sanção de suspensão por 02 (dois) dias em decorrência da prática da infração capitulada no artigo 76, inciso II, alínea "a", c/c artigo 76, §5º, inciso I da Lei nº 10.833/2003.

Art. 2º - A suspensão de 02 (dois) dias impossibilitará a utilização do sistema Carga, e será aplicada no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação deste ato, a partir das 09 (nove) horas.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

RICHARD FERNANDO AMOEDO NEUBARTH

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 114, DE 18 DE MAIO DE 2021

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de produtor.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo artigo 1º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11 de setembro de 2020, e no processo administrativo nº 13032.778768/2020-19, declara:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0091 ao estabelecimento INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LAO COLLETTA LTDA, CNPJ nº 26.916.447/0001-07, situado na Fazenda Basalto s/n, Bairro Rural, Torrinha/SP, para a atividade específica de PRODUTOR.

Art. 2º O Registro é concedido exclusivamente ao estabelecimento indicado e limitado à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 18 DE MAIO DE 2021

Concede Registro Especial a importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360, inciso III, ambos da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e de acordo com o dossiê eletrônico nº 13033.328842/2021-21, declara:

Art. 1º - Inscrito no Registro Especial, na atividade de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob nº 09201/0188, o estabelecimento da empresa Java Trading Importação e Exportação Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 13.534.309/0001-03, situado na Av. Coronel Marcos Konder 805, Salas 1303, 1304, 1306, 1307, 1308 e 1309, Centro, Itajaí/SC.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 19 DE MAIO DE 2021

Inclusão no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 810, § 3º, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e nas Portarias SRRF09 nº 839, de 28 de outubro de 2020 e ALF/CTA nº 03, de 12 de fevereiro de 2021, declara:

Art. 1º A inclusão no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

| CPF | NOME | PROCESSO |
|---|---|---|
| 106.096.639-50 | PEDRO HENRIQUE CASSANEGO DE FARIAS | 10909.720440/2021-40 |

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro supramencionado deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros. O número de registro do Ajudante de Despachante Aduaneiro corresponderá ao mesmo número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) na RFB, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAPHAEL SCHEFFER CONTIN

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 17 DE MAIO DE 2021

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na IN/RFB nº1.209, de 07 de novembro de 2011 e no artigo 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros a seguinte pessoa:

| CPF | NOME | PROCESSO |
|---|---|---|
| 827.805.790-72 | PATRICIA GOMES DA ROSA | 11065.728532/2021-18 |

Art. 2º O Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior- sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 27, de 17 de setembro de 2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL BRASIL BALBÃO

# COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

## GERÊNCIA EXECUTIVA

### PORTARIA CVM/PTE/Nº 101, DE 19 DE MAIO DE 2021

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno aprovado pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, e tendo em vista o disposto no art. 11, § 5o, da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e no art. 83, § 1o, da Instrução CVM no 607, de 17 de junho de 2019, resolve:

Art. 1o A presente Portaria dispõe sobre a composição e o funcionamento do Comitê de Termo de Compromisso - CTC de que trata o art. 83, §1o, da Instrução CVM no 607, de 17 de junho de 2019.

Art. 2o O CTC será composto pelos titulares das seguintes Superintendências:

I - Superintendência Geral - SGE;

II - Superintendência de Supervisão de Riscos Estratégicos - SSR;

III - Superintendência de Relações com Empresas - SEP;

IV - Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI;

V - Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria - SNC; e

VI - Superintendência de Processos Sancionadores - SPS.

§1o Também integrará o CTC, sem direito de voto, o titular da Procuradoria Federal Especializada junto à CVM - PFE-CVM.

§2o Nas hipóteses de ausência, afastamento ou impedimento do titular de quaisquer Superintendências ou da PFE-CVM, poderá ser designado substituto.

Art. 3o O titular da SGE exercerá a atividade de coordenador do CTC, competindo-lhe convocar suas reuniões.

§1o O CTC reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, e, extraordinariamente, quando convocado pela SGE.

§2o A SGE e o seu titular serão assessorados, no âmbito da coordenação do CTC, pela Gerência Geral de Processos - GGE, que deverá propor a pauta e enviar as convocações das reuniões, preparar minutas de relatórios e pareceres, coordenar a adoção de providências decorrentes de negociações de propostas de Termos de Compromisso e revisar as respectivas minutas.

Art. 4o As reuniões do CTC serão instaladas com a presença de no mínimo 4 (quatro) de seus integrantes, devendo ser convocado o titular da Superintendência responsável pela condução do processo a que se refere o pedido de celebração de Termo de Compromisso.

§1o As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes e, em caso de empate, o Parecer Técnico do CTC será pela rejeição da proposta de celebração de Termo de Compromisso.

§2o O membro do CTC que represente a Superintendência responsável pelo processo que é objeto de pedido de Termo de Compromisso não votará na deliberação a respeito da referida proposta, sendo-lhe, entretanto, facultado participar de todas as discussões pertinentes.

§3o No Parecer Técnico do CTC serão registradas em apartado eventuais manifestações de divergência.

Art. 5o O CTC, se entender conveniente, poderá, antes da elaboração do seu Parecer Técnico, negociar com o proponente as condições da proposta de Termo de Compromisso, sendo-lhe facultado propor as alterações pertinentes com vistas ao aprimoramento da proposta inicialmente apresentada.

Art. 6o Ficam revogadas as Portarias CVM/PTE/No 71, de 17 de agosto de 2005, e CVM/PTE/No 66, de 01 de abril de 2008.

Art. 7o Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021.

MARCELO BARBOSA

**RESOLUÇÃO Nº 33, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Dispõe sobre a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificados de valores mobiliários e revoga a Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 18 de maio de 2021, tendo em vista o disposto nos arts. 1º, inciso VI e 8º, inciso I da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nos arts. 27; 34, § 2º; 101; e 293 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no art. 24, § 2º, da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, bem como nos arts. 5º e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, APROVOU a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I - ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificados de valores mobiliários.

Parágrafo único. A presente Resolução:

I - não se aplica às posições detidas em mercados de derivativos; e

II - aplica-se:

a) em caso de distribuição pública, aos instrumentos que nesta situação estejam sujeitos à competência da CVM; e

b) nos casos de depósito centralizado, aos valores mobiliários emitidos exclusivamente sob a forma escritural, por intermédio de registro em sistemas autorizados para tal.

CAPÍTULO II - SERVIÇO DE ESCRITURAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Art. 2º O serviço de escrituração de valores mobiliários deve ser prestado por pessoas jurídicas autorizadas pela CVM nos termos da presente Resolução.

Parágrafo único. A prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários compreende:

I - a abertura e manutenção, em sistemas informatizados, de livros de registro, conforme previsto na regulamentação em vigor;

II - o registro das informações relativas à titularidade dos valores mobiliários, assim como de direitos reais de fruição ou de garantia e de outros gravames incidentes sobre os valores mobiliários;

III - o tratamento das instruções de movimentação recebidas do titular do valor mobiliário ou de pessoas legitimadas por contrato ou mandato;

IV - a realização dos procedimentos e registros necessários à efetivação e à aplicação aos valores mobiliários, quando for o caso, do regime de depósito centralizado; e

V - o tratamento de eventos incidentes sobre os valores mobiliários.

Art. 3º A prestação de serviços de escrituração pode ser realizada com ou sem emissão de certificados de valores mobiliários, sendo que esta emissão somente pode ser realizada pelas instituições especificamente autorizadas pela CVM na forma do art. 22.

Parágrafo único. A prestação de serviços de emissão de certificados de valores mobiliários compreende:

I - a emissão, alteração, substituição e cancelamento de certificados representativos dos valores mobiliários recebidos em depósito; e

II - o controle e confirmação da origem e legitimidade dos certificados de valores mobiliários.

CAPÍTULO III - AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCRITURAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Seção I - Requisitos para o Registro

Art. 4º Podem requerer autorização para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários as instituições financeiras.

Art. 5º O interessado na obtenção da autorização de que trata o art. 4º deve possuir processos e sistemas informatizados seguros e adequados ao exercício das atividades que pretender exercer, de forma a permitir a execução dos deveres e obrigações a elas concernentes.

§ 1º Os processos e sistemas devem ser compatíveis com o tamanho, as características e o volume das operações de responsabilidade do requerente, bem como com a natureza e a espécie dos valores mobiliários.

§ 2º O requerente deve demonstrar capacidade econômico-financeira compatível com as operações a serem desempenhadas e possuir condições para o cumprimento dos seguintes requisitos e deveres:

I - dispor de recursos humanos suficientes e tecnicamente capazes de realizar os processos e operar os sistemas envolvidos na prestação dos seus serviços;

II - manter lista atualizada de profissionais com acesso aos seus sistemas, monitorando e registrando os acessos realizados;

III - assegurar, de forma permanente, a qualidade de seus processos e sistemas informatizados, mensurando e mantendo registro dos erros, incidentes e interrupções em suas operações;

IV - manter atualizados os manuais operacionais, a descrição geral dos sistemas a serem adotados na prestação dos serviços, o fluxograma de rotinas, a documentação de programas, os controles de qualidade e os regulamentos de segurança física e lógica;

V - dispor de plano de continuidade de negócios apto a assegurar a continuidade da prestação dos seus serviços; e

VI - constituir e manter canais adequados para o atendimento satisfatório dos titulares dos valores mobiliários escriturados quanto a quaisquer informações inerentes às responsabilidades concernentes à prestação dos seus serviços.

Seção II - Pedido de Autorização

Art. 6º O pedido de autorização para prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários deve ser encaminhado à Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI, mediante a apresentação de requerimento instruído com os documentos descritos no Anexo A da presente Resolução.

Parágrafo único. A SMI pode solicitar ao requerente elementos e informações complementares.

Art. 7º O pedido de autorização para prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários pode contemplar a escrituração apenas de um determinado tipo de valor mobiliário.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, a SMI deve conceder a autorização específica, nos termos do pedido apresentado.

Art. 8º A autorização é automaticamente concedida se o pedido não for denegado pela SMI dentro de 90 (noventa) dias a contar de sua apresentação, mediante protocolo.

§ 1º O prazo a que se refere o caput pode ser interrompido uma única vez, na hipótese de a SMI solicitar ao requerente documentos e informações adicionais relativos ao pedido de autorização, passando a fluir novo prazo de 90 (noventa) dias, a partir do cumprimento das exigências.

§ 2º Para o atendimento das exigências a que se refere o § 1º deve ser concedido prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Seção III - Indeferimento de Pedido de Autorização

Art. 9º O pedido de autorização para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários deve ser indeferido caso:

I - não esteja instruído com os documentos necessários à sua apreciação, ou se não forem fornecidos, no prazo fixado no § 2º do art. 8º, os documentos e as informações complementares solicitados pela SMI;

II - sejam identificadas informações falsas ou inexatas, estas últimas quando, pela sua extensão ou conteúdo, se mostrarem relevantes para a apreciação do pedido de autorização;

III - o requerente não demonstre capacidade financeira e condições técnicas e operacionais necessárias ao exercício da atividade; ou

IV - o requerente deixe de atender qualquer outro requisito ou condição estabelecidos nesta Resolução.

Seção IV - Cancelamento da Autorização

Art. 10. A autorização concedida pode ser cancelada:

I - a pedido do escriturador;

II - por decisão da SMI, após processo administrativo em que são assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando for constatado que a autorização para a prestação dos serviços foi obtida por meio de declarações falsas ou outros meios ilícitos; ou

b) quando ficar evidenciado que o escriturador não atende aos requisitos e condições estabelecidos nesta Resolução; e

III - quando houver a decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial ou dissolução do prestador de serviços.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do caput, o escriturador deve comunicar por escrito o fato à SMI e aos depositários centrais, indicando o prazo em que deve ocorrer a transferência ao contratante, ou à pessoa por ele indicada, dos dados e documentos relacionados com os serviços prestados.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, o escriturador deve transferir de imediato ao contratante ou à pessoa por ele indicada, os dados e documentos relacionados com os serviços prestados até o momento do cancelamento, comunicando o fato aos depositários centrais ou à SMI, quando for o caso.

CAPÍTULO IV - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCRITURAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Seção I - Contrato de Escrituração de Valores Mobiliários

Art. 11. A prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários deve ser objeto de contrato específico celebrado entre o emissor do valor mobiliário e o escriturador que deve dispor, no mínimo, sobre:

I - a exigência de que somente o escriturador pode praticar os atos de escrituração dos valores mobiliários objeto do contrato;

II - as regras aplicáveis ao atendimento dos titulares dos valores mobiliários;

III - a descrição dos procedimentos operacionais que disponham sobre obrigações, deveres e responsabilidades do escriturador e do contratante; e

IV - a confidencialidade das informações.

Art. 12. Sem prejuízo de outras obrigações aplicáveis aos emissores, o escriturador deve comunicar à CVM, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a celebração e extinção de contrato de escrituração de valores mobiliários, e aos depositários centrais, na forma dos respectivos regulamentos, o início e término da execução de contrato de escrituração de valores mobiliários aceitos para depósito centralizado pelo depositário central.

§ 1º Em caso de descontinuidade na prestação do serviço de escrituração de valores mobiliários, o emissor deve substituir o escriturador em até 15 (quinze) dias úteis.

§ 2º O escriturador deve transferir de imediato ao contratante ou à pessoa por ele indicada, os dados e documentos relacionados com os serviços prestados até o momento da descontinuidade da prestação de serviço.

§ 3º Em caso de não substituição do escriturador no prazo indicado no § 1º, o emissor deve assumir automaticamente as obrigações de conciliação perante o depositário central, nos termos da regulamentação específica.

§ 4º Após transcorridos 90 (noventa) dias da assunção das obrigações de conciliação pelo emissor nos termos do § 3º, ou caso o emissor deixe de cumprir com as referidas obrigações, o depositário central pode extinguir o depósito centralizado, de acordo com o estabelecido em seu regulamento.

§ 5º Na hipótese de extinção do depósito centralizado referida no § 4º, com relação aos ativos de que trata o art. 1º, parágrafo único, II, a extinção deve ocorrer mediante a migração dos controles relativos aos aludidos ativos para os sistemas de registro nos quais a emissão foi originalmente registrada.

Seção II - Contas de Valores Mobiliários

Subseção I - Normas Gerais

Art. 13. Durante o período de vigência do contrato de escrituração de valores mobiliários, as inserções das informações relativas à titularidade dos valores mobiliários devem ser realizadas em contas de valores mobiliários individualizadas, abertas em nome de cada titular de valor mobiliário.

§ 1º O escriturador deve tomar todas as medidas cabíveis para verificar:

I - a adoção das formalidades próprias à escrituração dos valores mobiliários; e

II - a consistência dos eventos incidentes sobre os valores mobiliários ou deliberados com o disposto no estatuto social do emissor e as deliberações assembleares que a eles digam respeito.

§ 2º A escrituração das contas de valores mobiliários deve ser feita em sistemas informatizados adequados e seguros que permitam o registro, processamento e controle das informações relativas à titularidade dos valores mobiliários escriturados.

Art. 14. A escrituração deve ser feita:

I - na data do fato ou do evento societário a ser escriturado; ou

II - no caso das ordens e instruções de que tratam os incisos I, II e IV do art. 16, na data do recebimento da ordem ou instrução válida, observados os procedimentos de segurança eventualmente necessários.

Subseção II - Conteúdo das Contas de Valores Mobiliários

Art. 15. Devem constar das contas de valores mobiliários mantidas pelo escriturador as seguintes informações:

I - a identificação, qualificação, natureza jurídica, domicílio e regime tributário do titular do valor mobiliário, ou, quando for o caso, a identificação do depositário central que mantiver o valor mobiliário em depósito centralizado;

II - a natureza, espécie e classe dos valores mobiliários escriturados;

III - o registro das movimentações, bem como dos eventos incidentes sobre os valores mobiliários;

IV - a quantidade de valores mobiliários de titularidade de investidores ou dos depositários centrais;

V - o registro dos pagamentos e recebimentos dos recursos financeiros oriundos dos eventos incidentes sobre os valores mobiliários;

VI - a constituição ou extinção de gravames e ônus sobre o valor mobiliário escriturado;

VII - as obrigações decorrentes de acordos entre o titular do valor mobiliário e um terceiro; e

VIII - outras referências que, a juízo do escriturador ou por força de contrato, sejam exigidas pela natureza ou pelas características dos valores mobiliários escriturados.

§ 1º As informações de que tratam os incisos III a VIII do caput devem estar acompanhadas da data da ocorrência do correspondente evento.

§ 2º No caso dos valores mobiliários depositados em depositários centrais, o escriturador deve manter controles para identificar os respectivos investidores a partir das informações fornecidas pelos depositários centrais.

Subseção III - Registro nas Contas de Valores Mobiliários

Art. 16. Os registros na conta de valores mobiliários operam-se pelo lançamento efetuado pelo escriturador, em decorrência de:

I - ordem do titular do valor mobiliário ou de pessoas legitimadas por contrato ou mandato;

II - ordem judicial;

III - ato ou evento societário com efeitos equivalentes promovidos pelo emissor ou responsável legal; ou

IV - instrução de depositário central.

§ 1º Todos os eventos mencionados neste artigo devem estar amparados por documentos hábeis, com indicação de poderes específicos suficientes e adequados para o registro cabível, que devem ficar em poder do escriturador.

§ 2º Os gravames, ônus ou bloqueios sobre os valores mobiliários, devidamente especificados, devem ser escriturados com indicação de suas causas diretas e seu prazo de vigência.

Art. 17. O escriturador pode se recusar, de forma justificada, a realizar o registro de que trata o caput do art. 16 e o pagamento de valores correspondentes a eventos nas seguintes hipóteses:

I - impossibilidade de identificação do titular do valor mobiliário ou insuficiência de elementos que viabilizem a sua realização;

II - existência de gravames ou ônus sobre o valor mobiliário;

III - insuficiência ou indício de irregularidade da documentação apresentada; e

IV - indícios de irregularidade na transferência pretendida.

Subseção IV - Conciliação

Art. 18. O escriturador deve adotar procedimentos para assegurar a conciliação diária das posições registradas nas contas de valores mobiliários e dos eventos incidentes sobre estas posições, quando for o caso, com os registros mantidos e informados pelos depositários centrais.

Subseção V - Efeitos do Registro no Sistema Escritural

Art. 19. O registro efetuado na conta de valores mobiliários atribui titularidade sobre os valores mobiliários e, sem prejuízo da observância de outros requisitos legais ou regulamentares, deve refletir a existência de direitos reais de fruição ou de garantia e de outros gravames ou ônus.

Subseção VI - Prova do Registro no Sistema Escritural

Art. 20. São consideradas provas de registro no sistema escritural:

I - o extrato emitido pelo escriturador, que deve indicar a data de sua emissão;

II - a certidão dos assentamentos emitida pelo escriturador, nos casos em que a lei determinar, que deve indicar a data de sua emissão e o período a que se refere; e

III - a lista de investidores disponibilizada pelo escriturador ao contratante, que deve indicar a data de sua emissão, refletindo a posição total de valores mobiliários naquela data e incluindo a abertura analítica das posições dos investidores mantidas em depositário central.

CAPÍTULO V - REGRAS DE CONDUTA

Art. 21. O escriturador deve:

I - exercer suas atividades com boa fé, diligência e lealdade em relação aos interesses dos emissores e dos titulares de valores mobiliários, sendo vedado privilegiar seus próprios interesses ou de pessoas a ele vinculadas;

II - manter contas de valores mobiliários individualizadas em nome dos titulares do valor mobiliário;

III - assegurar que os registros relativos às transferências e constituições de direitos, de fruição ou de garantia, assim como outros gravames sobre os valores mobiliários escriturados sejam feitos no menor prazo possível e que estejam amparados em documentos juridicamente válidos;

IV - efetuar, no menor prazo possível e sem prejuízo da segurança necessária, as transferências, inscrições e averbações nas contas de valores mobiliários no depósito centralizado, sendo que, quando se tratar de transferência para conta de mesma titularidade, esta deve ser efetuada no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis contado do recebimento da documentação completa do cliente;

V - tomar todas as medidas cabíveis para o pagamento de proventos deliberados e pagos pelo emissor, quando o titular do valor mobiliário não possuir informações cadastrais atualizadas;

VI - responder pela legitimidade e pela veracidade dos registros das movimentações efetuadas e da titularidade dos valores mobiliários;

VII - registrar nas contas de valores mobiliários as modificações dos valores mobiliários, após recebimento de instrução do contratante que comunique os eventos sobre eles incidentes;

VIII - praticar os atos de sua responsabilidade envolvidos com o repasse aos investidores e aos depositários centrais dos valores devidos por força de eventos incidentes sobre os valores mobiliários;

IX - repassar ao contratante os valores previamente recebidos dos investidores, relativos ao exercício de direitos de subscrição e conversões, entre outros;

X - registrar os direitos de fruição ou de garantia, assim como outros gravames sobre os valores mobiliários, quando solicitado pelos respectivos titulares, diretamente ou por meio de seus representantes, nos termos da regulação pertinente, ou por determinação judicial, quando for o caso;

XI - manter à disposição da CVM os registros que compõem a escrituração das contas de valores mobiliários, bem como os documentos que a eles se refiram;

XII - adotar regras, procedimentos e controles internos que assegurem a fiscalização posterior das posições mantidas nas contas de valores mobiliários;

XIII - garantir a segurança, eficiência e confiabilidade operacional dos sistemas de escrituração das contas de valores mobiliários;

XIV - prevenir, controlar e corrigir irregularidades nos registros dos valores mobiliários;

XV - adotar os procedimentos necessários ao cumprimento de solicitações dos custodiantes para a realização de depósito de valores mobiliários escriturais junto a depositário central, observados os procedimentos prévia e expressamente estabelecidos pelo escriturador e pelo depositário central;

XVI - criar mecanismos a fim de assegurar a completa segregação de atividades e o sigilo sobre as posições detidas; e

XVII - divulgar, na sua página na rede mundial de computadores, os documentos necessários para a realização da transferência a que se refere o inciso IV.

Parágrafo único. O escriturador deve informar ao cliente, no menor prazo possível, a não conformidade da documentação entregue ou, excepcionalmente, a eventual necessidade de documentação adicional para fins da efetuação da transferência a que se refere o inciso IV.

CAPÍTULO VI - AGENTE EMISSOR DE CERTIFICADOS

Art. 22. A atividade de agente emissor de certificados é privativa das instituições autorizadas a atuar como escrituradores.

Art. 23. O escriturador que prestar os serviços de emissão de certificados de valores mobiliários deve requerer aprovação específica para a CVM, previamente a cada emissão, na forma da regulamentação em vigor.

Art. 24. Constituem obrigações do escriturador, quando atuar como agente emissor de certificados:

I - cancelar e alterar os certificados representativos dos valores mobiliários recebidos em depósito, observadas as disposições legais pertinentes;

II - controlar os valores mobiliários que lastreiam os certificados emitidos, obrigando-se a restituí-los aos titulares dos valores mobiliários sempre que solicitado; e

III - diligenciar para que os atos de substituição de certificados sejam praticados no menor prazo possível, não excedente a 30 (trinta) dias da data do recebimento dos documentos pertinentes.

CAPÍTULO VII - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 25. O escriturador deve colocar à disposição do contratante, na periodicidade estabelecida em contrato:

I - lista de investidores refletindo a posição total de valores mobiliários, incluindo a abertura analítica das posições dos investidores mantidas sob a titularidade fiduciária do depositário central, quando for o caso;

II - relatório contendo as transferências de titularidade ocorridas nas contas de valores mobiliários;

III - relação de quem tenha exercido direitos relativos a eventos incidentes sobre os valores mobiliários;

IV - relação dos direitos reais de fruição ou de garantia, assim como outros gravames incidentes sobre os valores mobiliários; e

V - relatório dos cálculos e pagamentos de proventos efetuados.

Art. 26. O escriturador deve colocar à disposição dos investidores, nos casos em que os valores mobiliários por eles detidos não forem objeto de depósito centralizado:

I - extrato das contas de valores mobiliários:

a) até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao término do mês em que ocorrer movimentação; e

b) quando solicitado, no prazo de 2 (dois) dias úteis da solicitação, desde que referentes ao ano corrente;

II - as informações sobre saldo existente ao final do ano anterior, até o final do mês de fevereiro do ano subsequente;

III - informações relativas aos eventos incidentes sobre os valores mobiliários, sempre que solicitados; e

IV - informações referentes às medidas necessárias para o pagamento de proventos deliberados e pagos pelo emissor, quando o investidor não possuir as informações cadastrais atualizadas.

§ 1º O extrato previsto no inciso I do caput deve ser enviado para o endereço do investidor, seja para envio de correspondência por carta ou através de meio eletrônico, que pode, expressamente, abrir mão do seu recebimento.

§ 2º Podem ser cobrados do requerente os custos para processamento e envio de extratos e certidões de que trata este artigo e para a retirada de cópias dos documentos que serviram de base para os correspondentes registros.

§ 3º O dever de informação de que trata o caput pode abranger, caso solicitado, cópia dos documentos que serviram de base para os registros.

CAPÍTULO VIII - REGRAS, PROCEDIMENTOS E CONTROLES INTERNOS

Seção I - Regras Gerais

Art. 27. O escriturador, inclusive quando exercer a atividade de agente emissor de certificados, deve adotar e implementar:

I - regras adequadas e eficazes para o cumprimento do disposto na presente Resolução; e

II - procedimentos e controles internos com o objetivo de verificar a implementação, aplicação e eficácia das regras mencionadas no inciso I.

§ 1º As regras, os procedimentos e os controles internos de que trata este artigo devem:

I - ser escritos;

II - ser passíveis de verificação; e

III - estar disponíveis para consulta da CVM e dos depositários centrais com os quais o escriturador mantenha vínculo.

§ 2º São consideradas descumprimento do disposto nos incisos I e II do caput não apenas a inexistência ou insuficiência das regras, procedimentos e controles ali referidos, como também a sua não implementação ou a implementação inadequada para os fins previstos nesta Resolução.

§ 3º São evidências de implementação inadequada das regras, procedimentos e controle internos:

I - a reiterada ocorrência de falhas; e

II - a ausência de registro da aplicação da metodologia, de forma consistente e passível de verificação.

Seção II - Diretor Responsável

Art. 28. O escriturador deve indicar:

I - um diretor estatutário responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas por esta Resolução; e

II - um diretor estatutário responsável pela supervisão das regras, procedimentos e controles internos.

§ 1º A nomeação ou a substituição dos diretores estatutários a que se referem os incisos I e II deve ser informada à CVM no prazo de 7 (sete) dias úteis.

§ 2º As funções a que se referem os incisos I e II não podem ser cumuladas pelo mesmo diretor estatutário e não podem ser desempenhadas em conjunto com funções que possam, de alguma forma, ser consideradas com elas conflitantes.

§ 3º Os diretores referidos nos incisos I e II devem agir com probidade, boa-fé e ética profissional, empregando, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência esperados de um profissional em sua posição.

Art. 29. O diretor a que se refere o inciso II do art. 28 deve, até o último dia útil do mês de abril, encaminhar aos órgãos de administração do escriturador de valores mobiliários ou agente emissor de certificados relatório relativo ao ano anterior, contendo:

I - as conclusões dos relatórios de auditoria interna, referidos no § 1º do art. 30;

II - suas recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento, quando for o caso; e

III - sua manifestação a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas planejadas, de acordo com cronograma específico, ou efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. O relatório de que trata o caput deve ficar disponível na sede do escriturador para a CVM e para os depositários centrais com os quais o escriturador mantenha vínculo, se for o caso.

Seção III - Auditoria

Art. 30. O escriturador deve manter estrutura de auditoria interna.

§ 1º Os relatórios produzidos pela auditoria interna devem ser mantidos atualizados e estar à disposição da CVM.

§ 2° A CVM pode determinar a realização de auditorias extraordinárias específicas, se houver indício de que os processos e sistemas utilizados não estão atendendo, ou podem não vir a atender, às suas finalidades.

CAPÍTULO IX - INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 31. Considera-se infração grave, para efeitos do disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, o exercício das atividades reguladas por esta Resolução por pessoa não autorizada ou autorizada com base em declaração ou documentos falsos, bem como a infração às normas contidas nos arts. 2º, 3º, 11 a 16, 18, 21 a 28 e 32 desta Resolução.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. O escriturador deve manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, todos os documentos e informações exigidas por esta Resolução.

§ 1º As imagens digitalizadas são admitidas em substituição aos documentos originais, desde que o processo seja realizado de acordo com a lei que dispõe sobre elaboração e o arquivamento de documentos públicos e privados em meios eletromagnéticos, e com o decreto que estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização desses documentos.

§ 2º O documento de origem pode ser descartado após sua digitalização, exceto se apresentar danos materiais que prejudiquem sua legibilidade.

Art. 33. Fica revogada a Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013.

Art. 34. Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2021.

MARCELO BARBOSA

ANEXO A

Pedido de Autorização para o Serviço de Escrituração de Valores Mobiliários

Art. 1º O pedido de autorização para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários deve ser instruído com os seguintes documentos e informações:

I - razão social, inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, endereço completo da sede, números de telefones, endereço do correio eletrônico e da página da instituição na rede mundial de computadores e cartão de assinatura dos representantes legais;

II - atos constitutivos e modificações posteriores, devidamente atualizados e revestidos das formalidades legais;

III - documento destinado a demonstrar que o requerente possui capacidade organizacional, técnica, operacional e financeira adequadas para a realização de serviços de escrituração de valores mobiliários, atendendo, no mínimo, às seguintes exigências:

a) descrição das principais características dos processos e sistemas informatizados que são utilizados na prestação dos serviços, com a especificação das rotinas operacionais intrínsecas e extrínsecas aos sistemas, bem como os procedimentos e controles internos pertinentes;

b) descrição da estrutura de contas de valores mobiliários;

c) descrição sumária das normas de segurança sobre instalações, equipamentos e dados;

d) descrição dos recursos humanos alocados à atividade, com especificação das funções e cargos necessários ao seu desempenho;

e) política de segregação de funções;

f) plano para contingências, sistemas de recuperação de arquivos e de banco de dados; e

g) cópias dos contratos de cessão e desenvolvimento de software, celebrados entre o requerente e a sociedade proprietária do sistema ou responsável pelo seu desenvolvimento, na hipótese dos sistemas não terem sido desenvolvidos pelo requerente;

IV - organograma funcional da área dedicada à escrituração de valores mobiliários, especificando funções e responsabilidades das pessoas que a compõem e o regime de segregação de funções;

V - nome e qualificação dos representantes legais do requerente;

VI - cópia da ata da reunião do conselho de administração ou da diretoria que designou os diretores responsáveis pelo cumprimento das normas estabelecidas nesta Resolução e pela supervisão dos procedimentos e controles internos dos serviços de escrituração de valores mobiliários; e

VII - modelo de contrato de prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários.

## RESOLUÇÃO Nº 34, DE 19 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre empréstimo de valores mobiliários por câmaras e prestadores de serviço de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários e revoga as Instruções CVM nº 441, de 10 de novembro de 2006, e CVM nº 466, de 12 de março de 2008.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 18 de maio de 2021, com fundamento no disposto nos arts. 8º, inciso I, e 18, inciso II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e na Resolução nº 3.539, do Conselho Monetário Nacional, de 28 de fevereiro de 2008, bem como nos arts. 5º e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, APROVOU a seguinte Resolução:

Capítulo I - ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a prestação de serviço de empréstimo de valores mobiliários por câmaras e prestadores de serviço de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários.

CAPÍTULO II - SERVIÇO DE EMPRÉSTIMO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Art. 2º Somente as câmaras e prestadores de serviço de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários autorizadas pela CVM podem manter serviço de empréstimo de valores mobiliários.

§ 1º O serviço de empréstimo de valores mobiliários deve ser disciplinado por regulamento editado pelas entidades referidas no caput, observadas as disposições desta Resolução.

§ 2º O regulamento do serviço de empréstimo de valores mobiliários, bem como quaisquer alterações supervenientes, devem estar disponíveis ao público por intermédio dos sistemas de disseminação de informações utilizados pela entidade, inclusive em sua página na rede mundial de computadores.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no § 2º, as alterações no regulamento devem ser comunicadas por escrito às instituições intermediárias e aos usuários diretos do sistema.

§ 4º São admitidas operações de empréstimo que tenham por objeto valores mobiliários depositados em depositários centrais, livres de ônus ou gravames que impeçam sua circulação.

CAPÍTULO III - INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Art. 3º A gestão do sistema de empréstimo de valores mobiliários deve ser exercida por câmaras e prestadores de serviço de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários.

§ 1º Podem intermediar as operações de que trata o caput deste artigo as sociedades corretoras e as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários habilitadas perante a entidade prestadora do serviço de empréstimo.

§ 2º As instituições referidas no § 1º deste artigo podem realizar operações de empréstimo por conta própria ou por conta de terceiros.

§ 3º Os investidores devem autorizar previamente a realização de operações desta natureza, na forma estabelecida no termo de autorização a que se refere o art. 7º.

§ 4º As instituições intermediárias devem comunicar aos investidores quaisquer alterações no regulamento do serviço de que trata esta Resolução.

CAPÍTULO IV - AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRÉSTIMO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Art. 4º As entidades mencionadas no art. 2º desta Resolução devem solicitar à Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI autorização para prestar o serviço de empréstimo de valores mobiliários, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - minuta do regulamento do serviço de empréstimo de valores mobiliários;

II - minuta do termo de adesão ao regulamento do serviço de empréstimo de valores mobiliários e às demais normas aplicáveis da entidade a ser celebrado pelos intermediários;

III - minuta do termo de autorização a ser celebrado entre os investidores e os intermediários; e

IV - indicação de diretor responsável pelas operações de empréstimo de valores mobiliários.

§ 1º O regulamento do serviço de empréstimo de valores mobiliários deve incluir, no mínimo:

I - o compromisso de o tomador liquidar o empréstimo mediante a entrega de valores mobiliários da mesma espécie e qualidade do valor mobiliário emprestado;

II - o tratamento a ser conferido aos direitos inerentes aos valores mobiliários utilizados na operação de empréstimo;

III - a obrigatoriedade de o tomador oferecer caução à câmara ou ao prestador de serviços de compensação e liquidação, em valor suficiente para assegurar a liquidação de suas operações, em conformidade ao disposto no art. 4º da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, e em regulamentação complementar;

IV - a faculdade de a entidade prestadora do serviço de empréstimo de valores mobiliários exigir a entrega de garantias adicionais, a qualquer momento e segundo os critérios estabelecidos em seu regulamento;

V - descrição do método de cálculo e de atualização do valor das garantias a serem apresentadas pelo tomador;

VI - a faculdade de a entidade prestadora do serviço de empréstimo de valores mobiliários realizar as garantias, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, quando o tomador deixar de atender obrigações decorrentes dessa operação, nos termos do regulamento; e

VII - a forma de remuneração do empréstimo e de cobrança de taxas e encargos incidentes.

§ 2º As alterações no regulamento e demais documentos previstos neste artigo estão sujeitas à prévia aprovação da SMI.

Art. 5º A solicitação de autorização deve ser dirigida à SMI, que deve se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento do pedido.

§ 1º O prazo de 30 (trinta) dias pode ser interrompido, uma única vez, se a SMI solicitar ao interessado informações adicionais, passando a fluir novo prazo de 30 (trinta) dias contado da data de cumprimento das exigências.

§ 2º Para o atendimento das exigências, deve ser concedido prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da correspondência respectiva, sob pena de indeferimento do pedido.

§ 3º Esgotado o prazo previsto neste artigo, caso não haja manifestação da SMI em contrário, e desde que tenham sido cumpridas todas as formalidades previstas nesta Resolução, considera-se aprovado o pedido de autorização.

§ 4º O indeferimento do pedido deve ser comunicado por escrito ao interessado.

CAPÍTULO V - CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO

Art. 6º A autorização para a prestação do serviço de empréstimo de valores mobiliários pode ser cancelada se:

I - for constatada a falsidade de quaisquer das informações ou dos documentos apresentados para obter a autorização; ou

II - em razão de fato superveniente devidamente comprovado, ficar evidenciado que a instituição autorizada pela CVM não mais atende a quaisquer dos requisitos estabelecidos nesta Resolução para a concessão da autorização.

§ 1º A autorização de que trata o caput deste artigo também pode ser cancelada a pedido do interessado.

§ 2º O cancelamento de que trata o caput deste artigo não afasta a possibilidade de eventual processo administrativo sancionador.

CAPÍTULO VI - TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Art. 7º O termo de autorização a que se refere o § 3º do art. 3º deve mencionar, no mínimo:

I - o prazo de sua vigência;

II - a forma de transmissão das ordens de investidores para realização de operações de empréstimo e as informações que devem integrar as ordens; e

III - declaração dos investidores de que conhecem e aderem ao regulamento do serviço de empréstimo de valores mobiliários.

CAPÍTULO VII - OBRIGAÇÕES DA PRESTADORA DO SERVIÇO de EMPRÉSTIMO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Art. 8º As entidades prestadoras do serviço de empréstimo de valores mobiliários devem manter sistema de registro e controle dessas operações, que permita a identificação, a qualquer tempo, dos seguintes dados:

I - mutuantes e tomadores finais dos empréstimos;

II - intermediários das operações de empréstimo;

III - características, quantidades e valor de mercado atualizado dos valores mobiliários objeto dos empréstimos; e

IV - características, quantidade e valor de mercado atualizado das garantias dos empréstimos.

§ 1º Quando da realização e do encerramento de operações de empréstimo de valores mobiliários, a entidade deve efetuar comunicação aos mutuantes e tomadores finais, especificando os valores mobiliários emprestados e as condições do empréstimo.

§ 2º A comunicação a que se refere o § 1º pode ser realizada por meio eletrônico, desde que tal possibilidade conste expressamente do termo de autorização de que trata o art. 7º, juntamente com a manifestação de concordância do investidor e com a indicação do respectivo endereço eletrônico para o qual deve ser enviada.

Art. 9º Ressalvadas as disposições dos contratos de empréstimo de valores mobiliários, as entidades prestadoras desse serviço são responsáveis, perante os titulares dos valores mobiliários emprestados, pela sua reposição e a dos eventuais direitos a estes atribuídos no período de empréstimo, não se estabelecendo qualquer vínculo entre os mutuantes e os tomadores de empréstimo.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, os intermediários de operações de empréstimo de valores mobiliários incorrem nas mesmas responsabilidades a eles atribuídas na intermediação de operações com valores mobiliários.

Art. 10. As entidades prestadoras do serviço de empréstimo de valores mobiliários devem divulgar, diariamente, por meio de seus sistemas de informação, os saldos acumulados emprestados, para cada valor mobiliário, ao fim do dia útil imediatamente anterior.

Art. 11. Configura infração de natureza grave o descumprimento do disposto nos arts. 6º, inciso I, 8º e 9º desta Resolução.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. As entidades prestadoras do serviço de empréstimo de valores mobiliários devem manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, todos os documentos e informações exigidas por esta Resolução.

§ 1º As imagens digitalizadas são admitidas em substituição aos documentos originais, desde que o processo seja realizado de acordo com a lei que dispõe sobre elaboração e o arquivamento de documentos públicos e privados em meios eletromagnéticos, e com o decreto que estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização desses documentos.

§ 2º O documento de origem pode ser descartado após sua digitalização, exceto se apresentar danos materiais que prejudiquem sua legibilidade.

Art. 13. Ficam revogadas:

I - a Instrução CVM nº 441, de 10 de novembro de 2006; e

II - a Instrução CVM nº 466, de 12 de março de 2008.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2021.

MARCELO BARBOSA

## RESOLUÇÃO Nº 32, DE 19 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a prestação de serviços de custódia de valores mobiliários e revoga a Instrução CVM nº 542, de 20 de dezembro de 2013.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 18 de maio de 2021, tendo em vista o disposto nos arts. 1º, inciso VI; 8º, inciso I; e 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e nos arts. 41 e 293 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como nos arts. 5º e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, APROVOU a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I - ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a prestação de serviços de custódia de valores mobiliários.

Parágrafo único. A presente Resolução:

I - não se aplica às posições detidas em mercados de derivativos; e

II - aplica-se às letras financeiras e a outros instrumentos que em caso de distribuição pública sejam sujeitos à competência da CVM.

CAPÍTULO II - SERVIÇO DE CUSTÓDIA DE VALORES MOBILIÁRIOS

Art. 2º O serviço de custódia de valores mobiliários deve ser prestado por pessoas jurídicas autorizadas pela CVM nos termos desta Resolução.

§ 1º Os serviços de custódia de valores mobiliários podem ser prestados:

I - para investidores, quando o custodiante for contratado para a guarda dos valores mobiliários de titularidade destes, nos termos do inciso I do § 2º; e

II - para emissores de valores mobiliários não escriturais nos termos do inciso II do § 2º.

§ 2º A prestação de serviços de custódia de valores mobiliários compreende:

I - no caso de prestação de serviços para investidores:

a) a conservação, o controle e a conciliação das posições de valores mobiliários em contas de custódia mantidas em nome do investidor;

b) o tratamento das instruções de movimentação recebidas dos investidores ou de pessoas legitimadas por contrato ou mandato; e

c) o tratamento dos eventos incidentes sobre os valores mobiliários custodiados; e

II - no caso de prestação de serviços para emissores:

a) a guarda física dos valores mobiliários não escriturais; e

b) a realização dos procedimentos e registros necessários à efetivação e à aplicação aos valores mobiliários do regime de depósito centralizado.

§ 3º Para os fins do inciso II do § 1º, equiparam-se ao emissor outras instituições que, na qualidade de detentoras ou credoras dos valores mobiliários, sejam responsáveis pela sua distribuição ao mercado.

Art. 3º O custodiante que prestar serviços a investidores pode manter vínculos com depositários centrais para a manutenção dos ativos dos investidores em contas de depósito centralizado, na forma da norma que dispõe sobre a prestação de serviços de depósito centralizado de valores mobiliários.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, as posições mantidas nas contas de custódia referidas na alínea "a" do inciso I, do § 2º do art. 2º devem corresponder, para os valores mobiliários objeto de depósito centralizado, àquelas mantidas pelo depositário central.

CAPÍTULO III - AUTORIZAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA DE VALORES MOBILIÁRIOS

Seção I - Requisitos para o Registro

Art. 4º Podem requerer autorização para a prestação de serviços de custódia de valores mobiliários bancos comerciais, múltiplos ou de investimentos, caixas econômicas, sociedades corretoras ou distribuidoras de títulos e valores mobiliários, e entidades prestadoras de serviços de compensação e liquidação e de depósito centralizado de valores mobiliários.

Art. 5º O interessado na obtenção da autorização de que trata o art. 4º deve:

I - constituir e manter capacidade operacional e tecnológica para o desempenho de suas atividades, com vistas à prestação satisfatória dos serviços de custódia de valores mobiliários, em particular, no que tange à garantia da qualidade e confidencialidade das informações; e

II - constituir e manter processos e sistemas informatizados seguros e adequados ao exercício das suas atividades, de forma a permitir o registro, o processamento e o controle das posições e das contas de custódia.

§ 1º Os processos e sistemas referidos neste artigo devem ser compatíveis com o tamanho, as características e o volume das operações de responsabilidade do requerente, bem como com a natureza e a espécie dos valores mobiliários custodiados.

§ 2º O requerente deve demonstrar capacidade econômico-financeira compatível com as operações a serem realizadas.

§ 3º Na hipótese de o requerente solicitar autorização para prestar serviço de guarda física de valores mobiliários, este deve manter estrutura para a guarda, com acesso restrito, e mecanismos de segurança que garantam a integridade dos valores mobiliários.

Seção II - Pedido de Autorização

Art. 6º O pedido de autorização para atuação como custodiante deve ser encaminhado à Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI, mediante a apresentação de requerimento instruído com os documentos descritos no Anexo A.

Parágrafo único. A SMI pode solicitar ao requerente elementos e informações complementares.

Art. 7º A autorização deve ser automaticamente concedida se o pedido não for denegado pela SMI dentro de 90 (noventa) dias a contar de sua apresentação, mediante protocolo.

§ 1º O prazo a que se refere o caput pode ser interrompido uma única vez, na hipótese de a SMI solicitar ao requerente documentos e informações adicionais relativos ao pedido de autorização, passando a fluir novo prazo de 90 (noventa) dias, a partir do cumprimento das exigências.

§ 2º Para o atendimento das exigências a que se refere o § 1º, deve ser concedido prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Seção III - Indeferimento do Pedido de Autorização

Art. 8º O pedido de autorização para a prestação de serviço de custódia de valores mobiliários deve ser indeferido caso:

I - não esteja instruído com os documentos necessários à sua apreciação, ou se não forem fornecidos, no prazo fixado no § 2º do art. 7º, os documentos e as informações complementares solicitados pela SMI;

II - sejam identificadas informações falsas nos documentos apresentados;

III - sejam identificadas informações inexatas nos documentos apresentados, que, pela sua extensão ou conteúdo, se mostrarem relevantes para a apreciação do pedido de autorização;

IV - o requerente não demonstre capacidade financeira ou condições técnicas e operacionais necessárias ao exercício da atividade; ou

V - o requerente deixe de atender qualquer outro requisito ou condição estabelecido nesta Resolução.

Seção IV - Cancelamento da Autorização

Art. 9º A autorização concedida pode ser cancelada:

I - a pedido do custodiante;

II - por decisão da SMI, após processo administrativo em que são assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando for constatado que a autorização para a prestação do serviço de custódia de valores mobiliários foi obtida por meio de declarações falsas ou outros meios ilícitos; ou

b) quando ficar evidenciado que o custodiante não atende aos requisitos e condições estabelecidos nesta Resolução; e

III - quando houver a decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial ou dissolução do custodiante.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do caput, o custodiante deve apresentar à SMI evidências de que restituiu aos investidores ou transferiu, por orientação direta ou na forma do respectivo contrato, a outro custodiante todos os valores mobiliários que mantinha em sua custódia.

§ 2º Nas hipóteses de cancelamento de autorização de que tratam os incisos II e III do caput, o custodiante deve transferir de imediato ao investidor, ou à pessoa por ele indicada, os valores mobiliários, os dados e os documentos relacionados com os serviços prestados até o momento do cancelamento.

§ 3º Em qualquer das hipóteses de que tratam os incisos I a III do caput, o custodiante deve, quando for o caso, informar, de imediato, às centrais depositárias que prestem serviço de depósito centralizado de valores mobiliários custodiados a ocorrência do cancelamento.

CAPÍTULO IV - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA DE VALORES MOBILIÁRIOS

Art. 10. A prestação de serviço de custódia de valores mobiliários deve ser objeto de contrato específico, celebrado entre o investidor ou o emissor, conforme o caso, e o custodiante, que deve dispor, no mínimo, sobre:

I - no caso de prestação de serviços para investidores, o procedimento de transmissão de ordens entre o investidor e o custodiante, para efeitos das autorizações e manifestações de que trata esta Resolução;

II - o procedimento de guarda física de valores mobiliários, quando aplicável;

III - a possibilidade de contratação de terceiros; e

IV - a descrição dos riscos inerentes aos serviços de custódia de valores mobiliários.

Parágrafo único. O contrato celebrado com investidores pode abranger a prestação de serviços de controladoria de ativos e outros que envolvam a consolidação das posições dos investidores, inclusive em outros ativos, e a prestação de serviços correlatos.

Art. 11. As obrigações decorrentes da prestação de serviços de custódia de valores mobiliários perduram enquanto o contrato de prestação de serviços de custódia estiver em vigor.

§ 1º O custodiante deve realizar a transferência dos valores mobiliários, bem como dos eventuais direitos e ônus a eles atribuídos, ao custodiante indicado pelo investidor, observada a natureza de cada ativo, a sua forma de detenção e de transferência e os procedimentos estabelecidos pelo depositário central, se for o caso.

§ 2º A transferência dos valores mobiliários a outro custodiante deve obedecer a procedimentos razoáveis, tendo em vista as necessidades dos investidores e a segurança do processo, e deve ser efetuada em, no máximo, 2 (dois) dias úteis contados do recebimento, pelo custodiante, do requerimento válido formulado pelo investidor.

§ 3º O custodiante deve:

I - divulgar, na sua página na rede mundial de computadores, os documentos necessários para a realização da transferência a que se refere o § 2º; e

II - informar ao cliente, no prazo previsto no § 2º, a não conformidade da documentação entregue para fins da efetuação da transferência.

CAPÍTULO V - REGRAS DE CONDUTA

Art. 12. Os valores mobiliários de titularidade dos investidores devem ser mantidos em contas de custódia individualizadas em nome destes, segregadas de outras contas e de posições de titularidade do custodiante.

Art. 13. O custodiante deve:

I - exercer suas atividades com boa-fé, diligência e lealdade em relação aos interesses dos investidores, sendo vedado privilegiar seus próprios interesses ou de pessoas a ele vinculadas;

II - tomar todas as medidas necessárias para a identificação da titularidade dos valores mobiliários, para a garantia de sua integridade e para a certeza sobre a origem das instruções recebidas;

III - zelar pela boa guarda e pela regular movimentação dos valores mobiliários mantidos em custódia, conforme as instruções recebidas, e pelo adequado processamento dos eventos a eles relativos, mediante a implementação de sistemas de execução e de controle eletrônico e documental;

IV - promover os atos necessários ao registro de gravames ou de direitos sobre valores mobiliários custodiados, tomando todas as medidas necessárias para a sua adequada formalização;

V - assegurar, de forma permanente, a qualidade de seus processos e sistemas informatizados, mensurando e mantendo registro dos acessos, erros, incidentes e interrupções em suas operações;

VI - garantir a segurança física de seus equipamentos e instalações, com o estabelecimento de normas de segurança de dados e informações que os protejam de acesso de pessoal não autorizado;

VII - dispor de recursos humanos suficientes e tecnicamente capazes de realizar os processos e operar os sistemas envolvidos na prestação dos serviços de custódia de valores mobiliários;

VIII - manter atualizados os manuais operacionais, a descrição geral dos sistemas a serem adotados na prestação dos serviços, o fluxograma de rotinas, a documentação de programas, os controles de qualidade e os regulamentos de segurança física e lógica; e

IX - implementar e manter atualizado plano de contingência que assegure a continuidade de negócios e a prestação dos serviços.

§ 1º O custodiante que presta serviços para investidores deve, além do disposto no caput:

I - realizar conciliação diária entre as posições mantidas nas contas de custódia e aquelas fornecidas pelo depositário central, assegurando que os valores mobiliários custodiados e os direitos provenientes destes valores mobiliários estejam registrados em nome do investidor junto ao depositário central, quando for o caso; e

II - manter sigilo quanto às características e quantidades dos valores mobiliários de titularidade dos investidores.

§ 2º O custodiante que presta serviços para emissores, além do disposto no caput deve:

I - verificar o cumprimento dos requisitos formais e de criação dos valores mobiliários;

II - verificar a observância dos mecanismos próprios de transferência de cada valor mobiliário, conforme sua natureza e nos termos do regulamento do depositário central, para a constituição do depósito centralizado;

III - realizar os atos de sua competência para as movimentações de depósito e retirada dos valores mobiliários no serviço de depósito centralizado, nos termos dos regulamentos dos depositários centrais;

IV - responsabilizar-se pela guarda física dos instrumentos e documentos que representam os valores mobiliários objeto de depósito centralizado;

V - abster-se de praticar ou dar efetividade a qualquer ato de disposição envolvendo os valores mobiliários objeto de depósito centralizado fora do ambiente do depositário central, exceto se por instrução do próprio depositário central;

VI - repassar ao depositário central as informações e os recursos relacionados aos eventos incidentes sobre os valores mobiliários submetidos ao serviço de depósito centralizado que sejam de sua competência;

VII - realizar a identificação do titular do valor mobiliário no momento de sua submissão ao depósito centralizado e, posteriormente, nos casos em que seja necessário, a partir de informações fornecidas pelos depositários centrais;

VIII - adotar os procedimentos de conciliação estabelecidos pelo depositário central; e

IX - deter registros inventariáveis dos valores mobiliários mantidos sob sua guarda física, em que devem constar as seguintes informações:

a) natureza, espécie e classe do valor mobiliário;

b) registro das movimentações de depósito e retirada; e

c) registro dos repasses de informações e dos pagamentos e recebimentos dos recursos financeiros relacionados aos eventos incidentes sobre os valores mobiliários.

CAPÍTULO VI - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 14. O custodiante que prestar serviços para investidores deve disponibilizar ou enviar, conforme o caso, aos investidores informações que permitam a identificação e a verificação dos eventos ocorridos com os valores mobiliários, contendo, no mínimo, a posição consolidada de valores mobiliários, sua movimentação e os eventos que afetem a posição do investidor.

§ 1º As informações previstas no caput devem ser disponibilizadas ou enviadas, conforme o caso, até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao término do mês em que ocorrer movimentação.

§ 2º As informações previstas no caput podem ser disponibilizadas ou enviadas por uma das seguintes formas, conforme os critérios estabelecidos pela CVM nos termos da Resolução que dispõe sobre a prestação de serviços de depósito centralizado de valores mobiliários:

I - consulta a sistema eletrônico com acesso restrito na rede mundial de computadores;

II - envio ao endereço eletrônico do investidor constante do sistema a que se refere o art. 13, com reconhecidos padrões de segurança; ou

III - envio ao endereço postal do investidor constante do sistema a que se refere o art. 13.

§ 3º Até o final do mês de fevereiro de cada ano as informações previstas no caput relativas ao ano anterior devem ser disponibilizadas ou enviadas ao investidor.

§ 4º Nos casos em que o custodiante prestar outros serviços relacionados, nos termos do parágrafo único do art. 10, as informações prestadas aos investidores podem abranger informações sobre as posições por eles detidas em outros ativos financeiros ou em mercados de derivativos.

Art. 15. O custodiante deve efetuar e manter o cadastro dos investidores com o conteúdo mínimo determinado na norma aplicável.

§ 1º O cadastro de investidores pode ser efetuado e mantido em sistema eletrônico.

§ 2º O sistema eletrônico de manutenção de cadastro de clientes de que trata o § 1º deve:

I - possibilitar o acesso imediato do custodiante aos dados cadastrais; e

II - utilizar tecnologia capaz de cumprir integralmente com o disposto na presente Resolução e nas normas específicas a respeito de cadastro de clientes.

§ 3º O cadastro de investidores mantido pelo custodiante deve permitir a identificação da data e do conteúdo de todas as alterações e atualizações realizadas.

§ 4º O custodiante deve manter o cadastro dos investidores atualizado junto ao sistema centralizado de informações mantido pelo depositário central, quando for o caso, nos termos e padrões por ele estabelecidos.

CAPÍTULO VII - REGRAS, PROCEDIMENTOS E CONTROLES INTERNOS

Seção I - Regras Gerais

Art. 16. O custodiante deve adotar e implementar:

I - regras adequadas e eficazes para o cumprimento do disposto na presente Resolução; e

II - procedimentos e controles internos com o objetivo de verificar a implementação, aplicação e eficácia das regras mencionadas no inciso I.

§ 1º As regras, os procedimentos e os controles internos de que trata este artigo devem:

I - ser escritos;

II - ser passíveis de verificação; e

III - estar disponíveis para consulta da CVM, dos depositários centrais com os quais o custodiante mantenha vínculo na forma do art. 3º, das entidades administradoras dos mercados organizados em que o custodiante seja autorizado a operar e dos respectivos departamentos de autorregulação, se for o caso.

§ 2º São consideradas descumprimento do disposto nos incisos I e II do caput não apenas a inexistência ou insuficiência das regras, procedimentos e controles ali referidos, como também a sua não implementação ou a implementação inadequada para os fins previstos nesta Resolução.

§ 3º São evidências de implementação inadequada das regras, procedimentos e controle internos:

I - a reiterada ocorrência de falhas; e

II - a ausência de registro da aplicação da metodologia, de forma consistente e passível de verificação.

Seção II - Diretor Responsável

Art. 17. O custodiante deve indicar:

I - um diretor estatutário responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas por esta Resolução; e

II - um diretor estatutário responsável pela supervisão dos procedimentos e controles internos previstos no inciso II do caput do art. 16.

§ 1º A nomeação ou a substituição dos diretores estatutários a que se referem os incisos I e II deve ser informada à CVM, aos depositários centrais e às entidades administradoras dos mercados organizados em que o custodiante seja autorizado a operar, se for o caso, no prazo de 7 (sete) dias úteis.

§ 2º As funções a que se referem os incisos I e II do caput não podem ser cumuladas pelo mesmo diretor estatutário e não podem ser desempenhadas em conjunto com funções que possam, de alguma forma, ser consideradas com elas conflitantes, sendo possível indicar, para tais fins, os mesmos diretores indicados para as mesmas finalidades em razão da Resolução que estabelece normas e procedimentos a serem observados nas operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários.

§ 3º Os diretores referidos nos incisos I e II devem agir com probidade, boa-fé e ética profissional, empregando, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência esperados de um profissional em sua posição.

Art. 18. O diretor a que se refere o inciso II do caput do art. 17 deve, até o último dia útil do mês de abril, encaminhar ao órgão de administração do custodiante relatório relativo ao ano anterior, contendo:

I - as conclusões dos relatórios de auditoria interna;

II - suas recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento, quando for o caso; e

III - sua manifestação a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas planejadas, de acordo com cronograma específico, ou efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. O relatório de que trata o inciso I deve ficar disponível, para a CVM e para os depositários centrais com os quais o custodiante mantenha vínculo, se for o caso, na sede do custodiante.

Seção III - Contratação de Terceiros

Art. 19. O custodiante pode contratar terceiros:

I - para desempenhar as atividades reguladas por esta Resolução; e

II - para desempenhar tarefas instrumentais ou acessórias às atividades reguladas por esta Resolução, tais como a guarda física de valores mobiliários.

§ 1º Apenas custodiantes autorizados pela CVM, nos termos do art. 6º desta Resolução, podem ser objeto da contratação a que se refere o inciso I do caput.

§ 2º A contratação de terceiros, na forma do caput, não altera as responsabilidades do custodiante, que permanece responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas perante terceiros e do disposto nesta Resolução e nas regras estabelecidas pelo depositário central, quando houver.

§ 3º Os contratos firmados para os fins do inciso I do caput devem conter cláusula que estipule a responsabilidade solidária entre o custodiante contratante e os terceiros contratados, por eventuais prejuízos causados aos cotistas em virtude das condutas contrárias à lei, ao regulamento e aos atos normativos expedidos pela CVM.

§ 4° O custodiante deve adotar regras, procedimentos e controles internos adequados para garantir a segurança e mitigar conflitos de interesses em caso de contratação de terceiros e, conforme o caso, para permitir o seu efetivo controle sobre a movimentação dos valores mobiliários objeto de guarda física.

Seção IV - Auditoria

Art. 20. O custodiante deve manter estrutura de auditoria interna.

§ 1º Os relatórios produzidos pela auditoria interna devem ser mantidos atualizados e estar à disposição da CVM.

§ 2° A CVM pode determinar a realização de auditorias extraordinárias específicas, se houver indício de que os processos e sistemas utilizados não estão atendendo, ou podem não vir a atender, às suas finalidades.

CAPÍTULO VIII - INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 21. Considera-se infração grave, para efeitos do disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, o exercício das atividades reguladas por esta Resolução por pessoa não autorizada ou autorizada com base em declaração ou documentos falsos, bem como a infração às normas contidas nos arts. 2º, 3º e 10 a 17 desta Resolução.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. O custodiante deve manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, todos os documentos e informações exigidas por esta Resolução.

§ 1º As imagens digitalizadas são admitidas em substituição aos documentos originais, desde que o processo seja realizado de acordo com a lei que dispõe sobre elaboração e o arquivamento de documentos públicos e privados em meios eletromagnéticos, e com o decreto que estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização desses documentos.

§ 2º O documento de origem pode ser descartado após sua digitalização, exceto se apresentar danos materiais que prejudiquem sua legibilidade.

Art. 23. Fica revogada a Instrução CVM nº 542, de 20 de dezembro de 2013.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2021.

MARCELO BARBOSA

ANEXO A

Pedido de Autorização para o Serviço de Custódia de Valores Mobiliários

Art. 1º O pedido de autorização para a prestação dos serviços de custódia de valores mobiliários deve ser instruído com os seguintes documentos e informações:

I - razão social, inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, endereço completo da sede, números de telefones, endereço do correio eletrônico e da página da instituição na rede mundial de computadores e cartão de assinatura dos representantes legais;

II - atos constitutivos e modificações posteriores, devidamente atualizados e revestidos das formalidades legais;

III - documento destinado a demonstrar que o requerente possui capacidade organizacional, técnica, operacional e financeira adequadas para a realização de serviços de custódia de valores mobiliários, atendendo, no mínimo, às seguintes exigências:

a) descrição das principais características dos processos e sistemas informatizados que devem ser utilizados na prestação dos serviços, com a especificação das rotinas operacionais intrínsecas e extrínsecas aos sistemas, bem como os procedimentos e controles internos pertinentes;

b) descrição da estrutura de contas de custódia;

c) descrição sumária das normas de segurança sobre instalações, equipamentos e dados;

d) descrição dos recursos humanos alocados à atividade, com especificação das funções e cargos necessários ao seu desempenho;

e) políticas de segregação de funções, de controle de acesso físico e uso de senhas e de treinamento de funcionários;

f) plano para contingências, para assegurar a continuidade de negócios e a prestação de serviços, e sistemas de recuperação de arquivos e de banco de dados; e

g) cópias dos contratos de cessão e desenvolvimento de software, celebrados entre o requerente e a sociedade proprietária do sistema ou responsável pelo seu desenvolvimento, na hipótese dos sistemas não terem sido desenvolvidos pelo requerente;

IV - organograma funcional da área dedicada à custódia de valores mobiliários, especificando funções e responsabilidades das pessoas que a compõem e o regime de segregação de funções;

V - nome e qualificação dos representantes legais do requerente;

VI - cópia da ata da reunião do conselho de administração ou da diretoria que designou os diretores responsáveis pelo cumprimento das normas estabelecidas nesta Resolução e pela supervisão dos procedimentos e controle internos dos serviços de custódia de valores mobiliários;

VII - relação das sociedades nas quais o custodiante detenha participação acionária, inclusive sociedades indiretamente controladas ou coligadas; e

VIII - modelo de contrato de prestação de serviços de custódia de valores mobiliários.

## RESOLUÇÃO Nº 31, DE 19 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a prestação de serviços de depósito centralizado de valores mobiliários e revoga a Instrução CVM nº 541, de 20 de dezembro de 2013.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 18 de maio de 2021, tendo em vista o disposto nos arts. 1º, inciso VI; 8º, inciso I; e 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nos arts. 41 e 293 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no Decreto nº 7.897, de 1º de fevereiro de 2013, nos arts. 22 a 27 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, bem como nos arts. 5º e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, APROVOU a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I - ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a prestação de serviços de depósito centralizado de valores mobiliários.

Parágrafo único. A presente Resolução:

I - não se aplica às posições detidas em mercados de derivativos, exceto pelo disposto no § 4º do art. 36; e

II - aplica-se às letras financeiras e a outros instrumentos que em caso de distribuição pública sejam sujeitos à competência da CVM.

CAPÍTULO II - SERVIÇO DE DEPÓSITO CENTRALIZADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Art. 2º O serviço de depósito centralizado de valores mobiliários deve ser prestado por pessoas jurídicas autorizadas pela CVM nos termos da presente Resolução.

§ 1º O serviço de depósito centralizado de valores mobiliários previsto no caput compreende as seguintes atividades:

I - a guarda dos valores mobiliários pelo depositário central;

II - o controle de titularidade dos valores mobiliários em estrutura de contas de depósito mantidas em nome dos investidores;

III - a imposição de restrições à prática de atos de disposição dos valores mobiliários, pelo investidor final ou por qualquer terceiro, fora do ambiente do depositário central; e

IV - o tratamento das instruções de movimentação e dos eventos incidentes sobre os valores mobiliários depositados, com os correspondentes registros nas contas de depósito.

§ 2º Os valores mobiliários depositados nas contas de depósito centralizado de valores mobiliários são representados e movimentados apenas sob a forma de registros escriturais efetuados nas referidas contas.

§ 3º Consideram-se investidores, para os efeitos desta Resolução, a pessoa natural ou jurídica, o fundo de investimento, o clube de investimento ou o investidor não residente, em nome do qual são efetuadas operações com valores mobiliários e que, na qualidade de clientes dos custodiantes, mantenham relação indireta com o depositário central.

Art. 3º O depositário central deve exercer suas atividades com probidade, boa-fé, diligência e lealdade em relação aos interesses dos investidores.

Parágrafo único. No exercício de suas atividades, o depositário central deve adotar todos os mecanismos cabíveis para assegurar a existência e a integridade dos valores mobiliários depositados nas contas de depósito centralizado.

Art. 4º O depósito centralizado é condição:

I - para a distribuição pública de valores mobiliários; e

II - para a negociação de valores mobiliários em mercados organizados de valores mobiliários.

Parágrafo único. O disposto no inciso I do caput não se aplica à distribuição pública de:

I - cotas de fundos de investimento abertos;

II - cotas de fundos de investimento fechados não admitidos à negociação em mercado secundário;

III - certificados de operações estruturadas - COE não admitidos à negociação em sistema centralizado e multilateral mantido por entidade administradora de mercado organizado;

IV - valores mobiliários de emissão de sociedades empresárias de pequeno porte distribuídos com dispensa de registro de oferta pública por meio de plataforma eletrônica de investimento participativo, de acordo com regulamentação específica;

V - certificados de investimento audiovisual - CAV; e

VI - Letras Financeiras - LF não admitidas à negociação em sistema centralizado e multilateral mantido por entidade administradora de mercado organizado.

CAPÍTULO III - ESTRUTURA DE PARTICIPANTES DO DEPOSITÁRIO CENTRAL

Art. 5º São considerados participantes do depositário central:

I - na qualidade de custodiantes, as pessoas jurídicas autorizadas pela CVM a prestar os serviços de custódia de valores mobiliários, para investidores ou para emissores, nos termos da regulamentação em vigor;

II - na qualidade de escrituradores, as pessoas jurídicas autorizadas pela CVM a prestar os serviços de escrituração de valores mobiliários, nos termos da regulamentação em vigor; e

III - os sistemas de negociação, sistemas de compensação e liquidação de operações e outros depositários centrais com os quais o depositário central mantenha vínculo contratual.

§ 1º O depositário central pode criar categorias diferenciadas de participantes destinadas a outros tipos de agentes que utilizem seus sistemas, cujo regime de acesso deve ser definido pelas regras previstas no art. 40.

§ 2º O depositário central deve dispor de mecanismos de relacionamento direto com os emissores, para os casos de depósito centralizado de valores mobiliários quando:

I - não houver escrituradores autorizados na forma da regulamentação em vigor;

II - não houver custodiantes prestando serviços para emissores; ou

III - for permitida a escrituração direta pelos emissores.

§ 3º A relação entre dois ou mais depositários centrais pode se constituir:

I - por meio de vínculo de participação, na forma do inciso III do caput; ou

II - pela criação de mecanismos de interoperabilidade.

§ 4º Nas hipóteses referidas no § 3º, os depositários centrais envolvidos devem definir regras e procedimentos destinados a assegurar:

I - que a transferência dos valores mobiliários entre os depositários centrais deve ser realizada em tempo hábil, tendo em vista o interesse dos investidores; e

II - a efetividade dos processos de conciliação previstos nesta Resolução e a rastreabilidade das movimentações realizadas.

§ 5º A CVM deve aprovar previamente:

I - as regras e procedimentos referidos no § 4º; e

II - o cronograma, apresentado pelos depositários centrais envolvidos, para a constituição dos vínculos entre si.

Art. 6º O depositário central deve informar imediatamente à CVM a suspensão, a exclusão ou o encerramento de atividades de participantes.

CAPÍTULO IV - AUTORIZAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEPÓSITO CENTRALIZADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Seção I - Requisitos para o Registro

Art. 7º Podem requerer autorização para a prestação dos serviços de depósito centralizado de valores mobiliários as pessoas jurídicas, constituídas sob a forma de sociedade por ações ou de associação, que demonstrem dispor de condições financeiras, técnicas e operacionais, bem como de controles internos e segregação de atividades adequados e suficientes ao cumprimento das obrigações estabelecidas na presente Resolução.

Art. 8º A entidade que atuar como depositário central pode, se previamente autorizada pela CVM, exercer outras atividades, desde que compatíveis com os serviços de depósito centralizado de valores mobiliários.

Art. 9º O interessado na obtenção da autorização de que trata o art. 7º deve:

I - apresentar estudo de viabilidade econômico-financeira, acompanhado de proposta de patrimônio mínimo coerente com as atividades desenvolvidas e comprovação da existência dos recursos necessários e das fontes de tais recursos;

II - possuir processos e sistemas informatizados seguros e adequados ao exercício das suas atividades, de forma a permitir o registro, o processamento e o controle das contas de depósito e das posições nelas mantidas; e

III - apresentar documento que comprove a observância dos Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro formulados pelo Comitê de Pagamentos e Infraestrutura do Mercado (CPMI) e pela Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários (OICV-IOSCO).

§ 1º O patrimônio mínimo proposto, processos e sistemas previstos no caput devem ser compatíveis com o tamanho, as características e o volume das operações de responsabilidade do requerente, bem como com a natureza e a espécie dos valores mobiliários depositados.

§ 2º O requerente deve atender aos seguintes requisitos:

I - constituir e manter capacitação tecnológica adequada e recursos humanos suficientes e tecnicamente capazes de realizar os processos e operar os sistemas envolvidos na prestação dos serviços de depósito centralizado de valores mobiliários, inclusive com a adoção de programas de capacitação;

II - constituir e manter controles e mecanismos de monitoramento que permitam assegurar a segurança e integridade de seus equipamentos, instalações e sistemas, com a criação de controles de acesso, medidas de proteção da confidencialidade das informações e a adoção de outras medidas cabíveis;

III - assegurar, de forma permanente, a qualidade de seus processos e sistemas informatizados, mensurando e mantendo registro dos erros, incidentes e interrupções em suas operações;

IV - constituir e manter atualizados os manuais operacionais, a descrição geral dos sistemas a serem adotados na prestação dos serviços, o fluxograma de rotinas, a documentação de programas, os controles de qualidade, os regulamentos de segurança física e lógica e a relação dos valores mobiliários elegíveis;

V - constituir e manter estrutura de duplicação e guarda das informações contidas nos sistemas informatizados;

VI - possuir plano de contingência para assegurar a continuidade de negócios e a prestação dos serviços;

VII - constituir e manter estrutura para guarda de valores mobiliários com acesso restrito e mecanismos de verificação e de segurança que garantam a integridade destes; e

VIII - constituir e manter estrutura que permita a comunicação e a troca de informações com os sistemas de negociação, de registro, de compensação e liquidação de operações e com outros depositários centrais com os quais mantenha vínculo.

§ 3º A Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI deve definir a forma e o conteúdo mínimo do documento referido no inciso III do caput, assim como a periodicidade para a sua atualização após a obtenção da autorização.

Seção II - Pedido de Autorização

Art. 10. O pedido de autorização para atuação como depositário central deve ser encaminhado à SMI, mediante a apresentação de requerimento instruído com os documentos descritos no Anexo A.

Parágrafo único. A SMI pode solicitar ao requerente elementos e informações complementares, bem como realizar as investigações que considerar necessárias.

Art. 11. A autorização é automaticamente concedida se o pedido não for denegado pela SMI dentro de 90 (noventa) dias a contar de sua apresentação, mediante protocolo.

§ 1º O prazo a que se refere o caput pode ser interrompido uma única vez, na hipótese de a SMI solicitar ao requerente documentos e informações adicionais relativos ao pedido de autorização, passando a fluir novo prazo de 90 (noventa) dias, a partir do cumprimento das exigências.

§ 2º Para o atendimento das exigências a que se refere o § 1º deve ser concedido prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Seção III - Indeferimento do Pedido de Autorização

Art. 12. O pedido de autorização para a prestação de serviço de depósito centralizado de valores mobiliários deve ser indeferido caso:

I - não esteja instruído com os documentos necessários à sua apreciação, ou se não forem fornecidos, no prazo fixado no § 2º do art. 11, os documentos e as informações complementares solicitados pela CVM;

II - sejam identificadas informações falsas nos documentos apresentados;

III - sejam identificadas informações inexatas nos documentos apresentados, que, pela sua extensão ou conteúdo, se mostrarem relevantes para a apreciação do pedido de autorização;

IV - o requerente não disponha dos meios humanos, técnicos e materiais ou dos recursos financeiros adequados à prestação dos serviços ou ao atendimento do disposto nesta Resolução; ou

V - o requerente deixe de atender qualquer outro requisito ou condição estabelecido nesta Resolução.

Seção IV - Cancelamento da Autorização

Art. 13. A autorização concedida pode ser cancelada:

I - a pedido do depositário central;

II - por decisão da CVM, após processo administrativo em que são assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando for constatado que a autorização para a prestação do serviço de depósito centralizado de valores mobiliários foi obtida por meio de declarações falsas ou outros meios ilícitos; ou

b) quando ficar evidenciado que o depositário central não atende aos requisitos e condições estabelecidos nesta Resolução;

III - quando houver a decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial ou dissolução do prestador de serviços de depósito centralizado de valores mobiliários;

IV - quando da realização de fusão, incorporação ou cisão em que não for obtida autorização prévia para a continuidade da prestação dos serviços de depositário central na forma da presente Resolução; e

V - quando o depositário central não iniciar suas atividades no prazo estabelecido em seu pedido de autorização ou se suspender imotivadamente suas atividades por período considerado relevante pela CVM.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do caput, o depositário central deve apresentar à CVM:

I - requerimento contendo suas justificativas;

II - plano de transição relativo à guarda e ao controle de valores mobiliários depositados para outro depositário central ou, conforme o caso, plano de transferência para os registros do emissor ou do escriturador ou, no caso de ativos documentais, para os custodiantes; e

III - relatório da empresa de auditoria independente pertinente à interrupção dos serviços.

§ 2º Nas hipóteses de cancelamento de autorização de que tratam os incisos II a V do caput, o depositário central deve apresentar à CVM, no prazo por ela estabelecido, plano de transição, com vistas a realizar a transferência para outro depositário central dos dados e documentos relacionados com os serviços prestados até o momento do cancelamento.

§ 3º Os planos apresentados na forma dos §§ 1º e 2º devem, em qualquer hipótese, ser aprovados, previamente à sua implementação, pela CVM, que também deve estabelecer os mecanismos de acompanhamento adequados.

Art. 14. O processo referido no inciso II do caput do art. 13 deve observar o seguinte procedimento:

I - a SMI, após analisar os elementos de prova que julgar necessários, deve intimar o prestador de serviço de depósito centralizado de valores mobiliários a apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por no máximo 10 (dez) dias, indicando, na intimação:

a) que se trata de processo que pode resultar no cancelamento de autorização, na forma desta Seção;

b) a autorização que pode ser cancelada por força do processo; e

c) detalhadamente, as falhas ou omissões do prestador de serviço de depósito centralizado de valores mobiliários, dentre as descritas no inciso II do caput do art. 13;

II - o prestador de serviço de depósito centralizado de valores mobiliários, no prazo para a resposta, pode:

a) contestar as alegações da SMI ou justificar a desnecessidade da adoção das providências por ela determinadas; ou

b) solicitar prazo, não superior a 60 (sessenta) dias, para cumprimento das exigências formuladas ou suprimento das deficiências apontadas pela SMI; e

III - a SMI, no prazo de 10 (dez) dias, deve decidir o feito:

a) acolhendo as alegações do depositário central;

b) concedendo o prazo solicitado para cumprimento das exigências formuladas ou suprimento das deficiências; ou

c) cancelando a autorização para a prestação de serviço de depósito centralizado de valores mobiliários.

§ 1º Da decisão referida no inciso III, alínea "c", cabe recurso ao Colegiado, no prazo de 15 (quinze) dias, com efeito suspensivo.

§ 2º O Colegiado deve decidir o recurso em no máximo 5 (cinco) sessões ordinárias após sua distribuição a Relator.

§ 3º O processo sancionador contra administradores, sócios controladores ou demais responsáveis pelo depositário central , com base nos mesmos fatos que derem origem ao processo de que trata o inciso II do caput do art. 13, não pode ser iniciado antes da decisão final deste último.

§ 4º O processo de que trata o inciso II do caput do art. 13 deve ser necessariamente antecedido de pelo menos uma intimação, com prazo de no mínimo 30 (trinta) dias para cumprimento, em que a SMI indique as providências que julga necessárias por parte do prestador de serviço de depósito centralizado de valores mobiliários.

CAPÍTULO V - PROCEDIMENTOS RELATIVOS A ATOS DEPENDENTES DE APROVAÇÃO PRÉVIA

Art. 15. Sem exclusão de outras matérias previstas nesta Resolução, estão sujeitos à aprovação prévia da CVM, para produzirem efeito:

I - os regulamentos de operações do depositário central, referidos no art. 45; e

II - as regras de acesso dos participantes, referidas no art. 40.

§ 1º Nas matérias de que trata este artigo, o prazo para aprovação pela CVM é de 20 (vinte) dias úteis contados da data de apresentação do respectivo requerimento, ou da prestação de esclarecimentos ou informações complementares solicitados pela CVM.

§ 2º Após o cumprimento de exigências, que podem ser formuladas uma única vez, com prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para cumprimento, a CVM tem prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestar, contados da apresentação do respectivo requerimento ou da prestação de esclarecimentos ou informações complementares solicitadas.

§ 3º Caso a CVM não se manifeste sobre o pedido ou o cumprimento das exigências nos prazos referidos nos §§ 1º e 2º deste artigo, os documentos apresentados são considerados aprovados.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às alterações oriundas de determinações de outros órgãos públicos, em relação a matérias não abrangidas pela competência legal da CVM.

CAPÍTULO VI - REGIME APLICÁVEL ÀS INFORMAÇÕES

Seção I - Regime de Detenção de Informações

Art. 16. O depositário central deve manter sistema centralizado de informações que permita a identificação do investidor e a atualização das informações cadastrais fornecidas pelo custodiante que prestar serviços ao investidor.

Parágrafo único. Incumbe ao custodiante que prestar serviços aos investidores zelar pela veracidade e pela atualização das informações dos investidores constantes do sistema referido no caput, conforme as regras e procedimentos mínimos estabelecidos pelo depositário central.

Art. 17. O depositário central e os demais participantes, que, em razão de suas atividades tenham acesso a tais informações, devem, na forma da legislação em vigor, manter sigilo quanto aos valores mobiliários pertencentes a cada investidor.

Seção II - Prestação de Informações

Art. 18. O depositário central deve fornecer aos emissores, custodiantes dos emissores e escrituradores, conforme o caso, a relação de valores mobiliários em depósito centralizado e seus respectivos titulares, a fim de assegurar o cumprimento de deveres perante os investidores.

Art. 19. O depositário central deve disponibilizar ou enviar, conforme o caso, aos investidores informações que permitam a identificação e a verificação dos eventos ocorridos com os valores mobiliários, contendo, no mínimo, a posição consolidada de valores mobiliários, sua movimentação e os eventos que afetem a posição do investidor.

§ 1º As informações previstas no caput devem ser disponibilizadas ou enviadas, conforme o caso:

I - até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao término do mês em que ocorrer movimentação; e

II - quando solicitado pelo custodiante, para que o investidor se apresente ou se faça representar junto ao emissor dos valores mobiliários de sua propriedade ou perante quaisquer terceiros, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da solicitação, desde que referentes ao ano corrente.

§ 2º Até o final do mês de fevereiro de cada ano as informações previstas no caput relativas ao ano anterior devem ser disponibilizadas ou enviadas para o investidor, que pode, expressamente, abrir mão do seu recebimento.

§ 3º As informações previstas no caput podem ser disponibilizadas ou enviadas por uma das seguintes formas, conforme decisão da CVM, na forma do § 5º:

I - consulta a sistema eletrônico com acesso restrito na rede mundial de computadores;

II - envio ao endereço eletrônico do investidor constante do sistema mantido pelo depositário central, com reconhecidos padrões de segurança; ou

III - envio ao endereço postal do investidor constante do sistema mantido pelo depositário central.

§ 4º Para o fornecimento de extratos na forma dos incisos II e III do § 3º, o endereço postal ou eletrônico do próprio custodiante apenas pode ser utilizado em caso de extratos de sua conta própria, de contas de seus diretores e empregados e de contas de fundos, clubes de investimento, investidores não residentes ou outras entidades sob a sua gestão discricionária.

§ 5º A decisão a que se refere o § 3º deve ser tomada pela CVM, quando da autorização da prestação dos serviços de depósito centralizado de valores mobiliários.

§ 6º Nos casos em que o depositário central atuar também como entidade registradora de operações com derivativos, as posições consolidadas decorrentes de operações realizadas nos mercados organizados de bolsa e de balcão também devem ser informadas aos investidores, na forma a ser aprovada pela CVM.

§ 7º O disposto no presente artigo não se aplica às operações referidas no § 3º do art. 33.

CAPÍTULO VII - REGRAS, PROCEDIMENTOS E CONTROLES INTERNOS

Seção I - Regras Gerais

Art. 20. O depositário central deve adotar e implementar:

I - regras adequadas e eficazes para o cumprimento do disposto na presente Resolução; e

II - procedimentos e controles internos com o objetivo de verificar a implementação, aplicação e eficácia das regras mencionadas no inciso I.

§ 1º As regras, os procedimentos e os controles internos de que trata este artigo devem ser:

I - escritos; e

II - passíveis de verificação.

§ 2º São consideradas descumprimento do disposto nos incisos I e II do caput não apenas a inexistência ou insuficiência das regras, procedimentos e controles ali referidos, como também a sua não implementação ou a implementação inadequada para os fins previstos nesta Resolução.

§ 3º São evidências de implementação inadequada das regras, procedimentos e controle internos:

I - a reiterada ocorrência de falhas; e

II - a ausência de registro da aplicação da metodologia, de forma consistente e passível de verificação.

Seção II - Gestão de Riscos

Art. 21. O depositário central deve manter sistemas de controle de risco apropriados ao monitoramento dos riscos inerentes às suas atividades.

Parágrafo único. Os sistemas de controle de risco devem definir os procedimentos adequados para assegurar:

I - o funcionamento regular e a segurança do sistema de contas mantido pelo depositário central; e

II - a identificação, gestão e mitigação de riscos significativos ao funcionamento do depositário central, inclusive os decorrentes da prestação de outros serviços ou do exercício de atividades adicionais à de depósito centralizado de valores mobiliários, bem como os decorrentes da vinculação a sistemas de negociação, sistemas de compensação e liquidação de operações e outros depositários centrais.

Seção III - Diretor Responsável

Art. 22. O depositário central deve indicar:

I - um diretor estatutário responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas por esta Resolução; e

II - um diretor estatutário responsável pela supervisão dos procedimentos e controles internos previstos no inciso II do caput do art. 20.

§ 1º A nomeação ou a substituição dos diretores estatutários a que se referem os incisos I e II deve ser informada à CVM no prazo de 7 (sete) dias úteis.

§ 2º As funções a que se referem os incisos I e II do caput não podem ser cumuladas pelo mesmo diretor estatutário e não podem ser desempenhadas em conjunto com funções que possam, de alguma forma, ser consideradas com elas conflitantes.

§ 3º Os diretores referidos nos incisos I e II do caput devem agir com probidade, boa-fé e ética profissional, empregando, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência esperados de um profissional em sua posição.

Art. 23. O diretor a que se refere o inciso II do art. 22 deve, até o último dia útil do mês de abril:

I - encaminhar ao conselho de administração da pessoa jurídica que presta serviços de depositário central relatório relativo ao ano anterior, contendo:

a) as conclusões dos relatórios de auditoria interna;

b) suas recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento, quando for o caso; e

c) sua manifestação a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas planejadas, de acordo com cronograma específico, ou efetivamente adotadas para saná-las; e

II - encaminhar ao conselho de administração da pessoa jurídica que presta serviços de depositário central e à CVM o relatório sobre a descrição, o projeto e a efetividade operacional dos controles (tipo 2), referente ao ano anterior, emitido por auditor independente registrado na CVM, elaborado nos termos da NBC TO 3402 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Parágrafo único. O relatório de que trata o inciso I deve ficar disponível para a CVM na sede do depositário central.

Seção IV - Segregação de Atividades

Art. 24. As atividades relativas à prestação de serviços de depósito centralizado de valores mobiliários devem ser independentes de outras eventualmente exercidas pela mesma instituição.

§ 1º Para os fins do caput o depositário central deve assegurar:

I - a segregação física das instalações utilizadas para a prestação dos serviços de depósito centralizado de valores mobiliários das instalações destinadas à prestação de outros serviços, ou, no caso de uso comum de instalações, definição clara e precisa de práticas que assegurem a confidencialidade das informações detidas em função das atividades de depósito centralizado de valores mobiliários;

II - a manutenção da confidencialidade das informações por todos os administradores, colaboradores e funcionários do depositário central, sendo vedada a transferência de informações confidenciais a pessoas não autorizadas ou a terceiros que não estejam submetidos ao dever de sigilo perante o depositário central; e

III - o acesso restrito a arquivos eletrônicos e físicos e a adoção de controles que restrinjam e permitam identificar as pessoas que tenham acesso às informações confidenciais.

§ 2º As obrigações referidas no § 1º se estendem aos sistemas tecnológicos utilizados na prestação de serviços de depósito centralizado de valores mobiliários.

§ 3º Os sistemas referidos no § 2º podem ser de uso compartilhado em caso de prestação de serviços conexos, desde que observadas as práticas referidas no inciso I do § 1º.

Seção V - Contratação de Terceiros

Art. 25. O depositário central pode contratar terceiros para desempenhar tarefas instrumentais ou acessórias às atividades reguladas por esta Resolução.

§ 1º A contratação de terceiros, na forma prevista no caput, não altera as responsabilidades do depositário central, que permanece responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas perante terceiros e do disposto nesta Resolução.

§ 2º O depositário central deve adotar regras, procedimentos e controles internos adequados para garantir a segurança e mitigar conflitos de interesses em caso de contratação de terceiros.

Seção VI - Auditoria

Art. 26. O depositário central deve manter estrutura de auditoria interna.

§ 1º Os relatórios produzidos pela auditoria interna devem ser mantidos atualizados e estar à disposição da CVM.

§ 2° A CVM pode determinar a realização de auditorias extraordinárias específicas, se houver indício de que os processos e sistemas utilizados não estão atendendo, ou podem não vir a atender, às suas finalidades.

CAPÍTULO VIII - CONSTITUIÇÃO E EXTINÇÃO DO DEPÓSITO CENTRALIZADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Seção I - Constituição do Depósito Centralizado de Valores Mobiliários

Art. 27. O depósito centralizado de valores mobiliários se constitui com a transferência da titularidade fiduciária do valor mobiliário, para fins de prestação dos serviços de depósito centralizado, na forma do regulamento do depositário central.

Parágrafo único. Os valores mobiliários mantidos em titularidade fiduciária no depositário central não integram o patrimônio geral ou patrimônios especiais eventualmente detidos pelo depositário central e devem permanecer registrados em conta de depósito em nome do investidor.

Art. 28. A transferência de titularidade fiduciária do valor mobiliário, nos termos do art. 27, é realizada:

I - mediante registro efetuado nos sistemas mantidos pelo depositário central, diretamente pelo emissor ou pelo escriturador, conforme o caso, quando os valores mobiliários forem escriturais; ou

II - mediante os mecanismos próprios de transferência de cada valor mobiliário, conforme a sua natureza e nos termos do regulamento do depositário central, quando os valores mobiliários forem emitidos sob forma não escritural.

§ 1º Nas hipóteses do inciso I do caput, o registro nos sistemas mantidos pelo depositário central depende do prévio registro da transferência nos livros ou nos sistemas do emissor ou do escriturador, conforme o caso.

§ 2º Nas hipóteses do inciso II do caput, o valor mobiliário emitido sob forma não escritural deve ser objeto de custódia por um custodiante autorizado na forma da regulamentação aplicável, contratado pelo emissor ou por outras instituições responsáveis pela colocação do valor mobiliário, o qual deve se submeter às regras e procedimentos mínimos estabelecidos pelo depositário central, inclusive no que tange ao direito de acesso deste aos valores mobiliários.

§ 3º O serviço referido no § 2º pode ser prestado pelo próprio depositário central, quando autorizado a prestar serviços de custódia na forma da regulamentação aplicável, ou por custodiante por ele contratado.

§ 4º É vedada a prestação dos serviços referidos no § 2º pelo emissor dos valores mobiliários ou pela instituição que, na qualidade de detentora dos valores mobiliários, os distribua ao mercado.

Art. 29. No caso de valores mobiliários que tenham como lastro outros valores mobiliários, ativos financeiros ou instrumentos contratuais, o depositário central deve estabelecer, em seu regulamento, regras, procedimentos e controles internos adequados, destinados a assegurar:

I - que os valores mobiliários, ativos financeiros ou instrumentos contratuais que sirvam de lastro sejam custodiados ou sejam objeto de guarda por um terceiro, conforme a sua natureza e na forma da regulamentação aplicável, com a adoção de todas as medidas necessárias para assegurar a sua existência e integridade, assim como o efetivo controle sobre as suas movimentações;

II - que os valores mobiliários, ativos financeiros ou instrumentos contratuais que sirvam de lastro não sejam custodiados ou guardados, na forma do inciso I, pela mesma instituição que os tenha originado;

III - que os direitos incidentes sobre os valores mobiliários, ativos financeiros ou instrumentos contratuais que sirvam de lastro não sejam cedidos a terceiros; e

IV - o seu acesso aos valores mobiliários, ativos financeiros e instrumentos contratuais que sirvam de lastro.

Art. 30. A constituição do depósito centralizado de valores mobiliários pode ser solicitada, conforme a natureza dos valores mobiliários, por ato:

I - do custodiante que presta serviços para o investidor;

II - do emissor do valor mobiliário, observado o disposto no § 4º do art. 28; e

III - do titular do valor mobiliário, quando for participante do depositário central e tiver acesso aos correspondentes sistemas, observado o disposto no § 4º do art. 28.

Parágrafo único. O depositário central deve estabelecer, em seus regulamentos, os procedimentos operacionais a serem adotados em cada uma das hipóteses previstas no caput e as obrigações e responsabilidades dos participantes ou emissores em cada uma delas.

Art. 31. Efetivada a transferência dos valores mobiliários para o regime de depósito centralizado, a movimentação e o exercício de direitos relativos àqueles valores mobiliários somente podem ocorrer nos termos do regulamento do depositário central.

Parágrafo único. Incumbe ao depositário central estabelecer regras, procedimentos e controles destinados a impedir a realização de movimentações ou o exercício de direitos sobre valores mobiliários que sejam objeto de depósito centralizado em contrariedade ao disposto no caput.

Seção II - Extinção do Depósito Centralizado de Valores Mobiliários

Art. 32. O depósito centralizado de valores mobiliários e a titularidade fiduciária do depositário central sobre os respectivos valores mobiliários se extinguem com:

I - a retirada do valor mobiliário do depositário central decorrente de solicitação do investidor, apresentada por intermédio de seu custodiante, ou nas demais hipóteses previstas no regulamento do depositário central; ou

II - a extinção das obrigações correspondentes ao valor mobiliário.

§ 1º Nas hipóteses do inciso I do caput, o depositário central deve restituir ao investidor a quantidade de valores mobiliários depositados com as modificações resultantes dos respectivos eventos incidentes sobre eles, observadas as normas aplicáveis a cada caso.

§ 2º Nas hipóteses do inciso I do caput, a transferência do valor mobiliário para o investidor é realizada:

I - mediante registro efetuado nos sistemas mantidos pelo depositário central, com o correspondente registro efetuado no emissor ou escriturador, conforme o caso, quando os valores mobiliários forem escriturais; e

II - mediante os mecanismos próprios de transferência de cada valor mobiliário, conforme a sua natureza e nos termos do regulamento do depositário central, quando os valores mobiliários forem emitidos sob forma não escritural.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º, o regulamento de depositário central deve estabelecer, ainda, as hipóteses de transferência do valor mobiliário para o custodiante ou diretamente para o investidor, conforme a situação e a natureza do ativo.

CAPÍTULO IX - ESTRUTURA DE CONTAS DE DEPÓSITO

Seção I - Regras Gerais

Art. 33. Os valores mobiliários devem ser mantidos pelo depositário central em contas de depósito individualizadas por investidor e movimentáveis a partir de crédito ou débito.

§ 1º As contas de depósito devem ser abertas, em nome dos investidores, pelos custodiantes por eles contratados.

§ 2º Incumbe aos custodiantes que prestam serviços para os investidores a realização de todos os atos de identificação destes perante o depositário central e de representação para a realização de atos relacionados ao depósito central, observadas as regras e procedimentos mínimos estabelecidos pelo depositário central.

§ 3º No caso das operações compromissadas lastreadas em valores mobiliários realizadas entre bancos e seus clientes titulares de contas de depósito à vista, é autorizada a transferência dos valores mobiliários para uma conta especial de depósito do banco vendedor, observadas as seguintes condições:

I - o depositário central deve ser capaz de individualizar e identificar os clientes que, em razão das operações referidas neste parágrafo, se tornem titulares dos valores mobiliários, que devem ser identificados pelo banco vendedor nos termos e condições especificados no Regulamento de Operações;

II - a conta especial de depósito deve ser destinada exclusivamente a posições de clientes titulares de contas de depósito à vista, sendo segregada de outras contas destinadas a posições próprias do banco vendedor, inclusive em caso de insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou falência da instituição;

III - os valores mobiliários apenas podem retornar à posição própria do banco vendedor em caso de recompra; e

IV - caso o banco vendedor não cumpra a obrigação assumida, os valores mobiliários devem ser transferidos para a conta de depósito que for indicada pelo correntista, observados os procedimentos estabelecidos no § 4º.

§ 4º O depositário central deve estabelecer em seu regulamento de operações, os prazos para a comunicação das operações realizadas nos termos do § 3º e os procedimentos para a movimentação dos valores mobiliários, inclusive em caso de descumprimento da operação pelo banco vendedor.

Art. 34. A estrutura de contas de depósito do depositário central deve assegurar a adequada segregação entre:

I - os valores mobiliários que estejam em processo de retirada, transferência, compensação e liquidação e os demais valores mobiliários existentes nas contas de depósito; e

II - os valores mobiliários onerados, gravados ou depositados como garantia dos demais valores mobiliários mantidos em conta de depósito ou de outras operações.

Seção II - Movimentação de Valores Mobiliários e Constituição de Ônus e Gravames

Art. 35. A movimentação de valores mobiliários deve decorrer de comandos ou de autorizações emanados dos investidores, comunicados ao depositário central por meio de instrução emitida pelos respectivos custodiantes.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, a ocorrência de eventos que afetem a posição detida pode promover alterações, devendo, os regulamentos e manuais do depositário central, descrever as hipóteses em que são realizadas as respectivas movimentações.

§ 2º O depositário central deve desenvolver mecanismos de troca de informações com os sistemas de compensação e liquidação aos quais preste serviços, a fim de permitir o envio de todas as informações necessárias para a correta liquidação das operações, para a realização dos bloqueios eventualmente cabíveis e para o recebimento, em tempo hábil, das instruções de movimentação.

Art. 36. O registro de gravames e ônus sobre valores mobiliários depositados, em decorrência de constrição judicial, constituição de garantias ou processo de liquidação em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação, na forma do art. 26 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, deve ser efetuado nos termos da legislação aplicável, por meio de registro nas correspondentes contas de depósito.

§ 1º O depositário central deve constituir sistemas adequados e adotar todos os procedimentos necessários para assegurar a regularidade da constituição dos gravames e ônus, inclusive com as correspondentes comunicações aos emissores ou escrituradores, conforme o caso.

§ 2º O sistema constituído para os fins do § 1º deve permitir a identificação de registros de gravames, ônus ou outras espécies de garantia constituídos sobre os valores mobiliários depositados e adotar procedimentos voltados a:

I - assegurar a unicidade e a continuidade dos registros sobre os valores mobiliários;

II - gerar as informações necessárias para o exercício do direito de sequela pelos credores garantidos; e

III - controlar o acesso às informações contidas nos registros de gravames e ônus constituídos no âmbito da entidade, observado o disposto na legislação aplicável, permitindo a emissão de certidão em favor dos eventuais interessados, na forma a ser aprovada pela CVM.

§ 3º Ao regulamentar os serviços de que trata o caput, o depositário central deve dispor expressamente sobre:

I - a forma de constituição, retificação e cancelamento de gravames, ônus ou outras espécies de garantia, inclusive sobre conjuntos ou universalidades de valores mobiliários;

II - as responsabilidades, os direitos e as obrigações dos envolvidos nos atos de registro de gravames, ônus ou outra espécie de garantia;

III - os direitos, as obrigações e os limites de responsabilidade do depositário central na realização dos registros;

IV - o tratamento dado aos rendimentos dos valores mobiliários objeto de gravames, ônus ou outra espécie de garantia;

V - as situações e formas de movimentação dos valores mobiliários objeto de gravames, ônus ou outra espécie de garantia;

VI - o tratamento aplicável às situações de vencimento antecipado das obrigações objeto de gravames, ônus ou outra espécie de garantia; e

VII - o regime e a forma de disponibilização de informações sobre as operações registradas, inclusive no que tange à prestação de informações e emissão de certidões.

§ 4º O disposto no presente artigo aplica-se também à constituição de ônus e gravames sobre posições mantidas em contratos derivativos de qualquer natureza, desde que o depositário central seja também autorizado a prestar serviços de registro de tais contratos, na forma do § 4º do art. 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e seja capaz de assegurar a sua existência.

Art. 37. O depositário central não deve acatar comandos ou autorizações que resultem em saldos negativos nas contas de depósito.

Art. 38. A transferência de valores mobiliários é considerada definitiva e irrevogável no momento, termos e condições estabelecidos pelo regulamento do depositário central.

Seção III - Conciliação

Art. 39. O depositário central deve adotar procedimentos para assegurar a conciliação diária das posições mantidas nas contas de depósito detidas pelos investidores com a posição mantida em sua titularidade fiduciária.

§ 1º O processo de conciliação deve assegurar que o total de valores mobiliários da mesma espécie e classe depositados nas contas de depósito seja igual à soma dos valores mobiliários constantes dos registros do emissor, do custodiante que presta serviços para o emissor ou do escriturador, conforme o caso, considerados os eventos incidentes sobre tais valores mobiliários.

§ 2º O depositário central deve fornecer as informações necessárias para que os custodiantes, escrituradores ou emissores procedam à conciliação dos valores mobiliários mantidos nas contas de depósito com aqueles mantidos em seus registros.

§ 3º O depositário central deve manter registro das atividades realizadas em seus sistemas, de modo a permitir a rastreabilidade das movimentações realizadas.

CAPÍTULO X - REGULAMENTOS

Seção I - Regras de Acesso

Art. 40. As regras referentes ao acesso de participantes devem:

I - diferenciar as categorias de participantes, estabelecendo a sua forma de relacionamento com o depositário central;

II - no caso dos participantes referidos nos incisos I e II do caput do art. 5º, estabelecer requisitos objetivos relacionados à estrutura, monitoramento de riscos, recursos humanos e materiais exigíveis, capacidade organizacional e operacional do participante e idoneidade e capacidade profissional das pessoas que atuem em nome dele; e

III - no caso dos participantes referidos no inciso III do caput do art. 5º, estabelecer requisitos objetivos e os mecanismos considerados adequados para fins de controle e administração de riscos e de proteção da integridade de seus sistemas.

§ 1º As regras a que se refere o caput deste artigo devem estabelecer o regime e os procedimentos aplicáveis às relações dos emissores referidos no § 2º do art. 5º com o depositário central.

§ 2º As regras a que se refere o caput deste artigo e os procedimentos com base nelas adotados devem observar os princípios de igualdade de acesso e de respeito à concorrência, nas atividades de depósito centralizado de valores mobiliários e em outras atividades a elas relacionadas ou delas dependentes, e devem ser publicadas na página do depositário central na rede mundial de computadores.

§ 3º As contraprestações estabelecidas pelo depositário central devem ser razoáveis e proporcionais aos serviços prestados, não se constituindo em mecanismo de indevida restrição ao acesso aos serviços por ele prestados.

§ 4º Os requisitos referidos no inciso II do caput podem abranger requisitos patrimoniais, tendo em vista os riscos das atividades exercidas pelo participante, e regras de segregação de atividades.

§ 5º Sem prejuízo do disposto neste artigo, as relações do depositário central com sistemas de negociação, sistemas de compensação e liquidação de operações e com outros depositários centrais devem ser objeto de contratações específicas, para regulamentação de aspectos técnicos e operacionais do relacionamento.

§ 6º O disposto neste artigo se aplica também aos mecanismos de interoperabilidade previstos no § 3º do art. 5º.

§ 7º O serviço de depósito centralizado de valores mobiliários e as transferências dos valores mobiliários mantidos em depósito devem ser oferecidos para os participantes de forma independente de outros serviços eventualmente prestados pelo depositário central ou entidades a ele associadas.

Art. 41. O depositário central é responsável pela fiscalização e supervisão contínua da atuação de seus participantes, devendo:

I - monitorar o cumprimento das regras e dos procedimentos constantes desta Resolução e dos seus regulamentos;

II - julgar e impor penalidades decorrentes da violação às normas que incumba ao depositário central fiscalizar; e

III - no caso dos participantes referidos nos incisos I e II do caput do art. 5º, zelar pela regularidade dos procedimentos internos, mediante inspeções periódicas nos sistemas e nos livros e registros, inclusive contábeis, vinculados à atividade de depósito centralizado de valores mobiliários.

Art. 42. O depositário central pode constituir associação, sociedade controlada ou submetida a controle comum, de propósito específico, que exerça as funções de fiscalização e supervisão de que trata o art. 41, ou, ainda, contratar terceiro independente para exercer tais funções.

Parágrafo único. O exercício das funções de fiscalização e de supervisão por associação, por sociedade controlada ou sob controle comum ou por terceiros contratados não isenta o depositário central de suas responsabilidades.

Art. 43. O depositário central, a associação, a sociedade controlada ou submetida a controle comum, ou de propósito específico, que atue nos termos do art. 42 pode exigir dos participantes todas as informações necessárias ao exercício de sua competência de supervisão.

Parágrafo único. O depositário central, a associação ou a sociedade controlada ou sob controle comum ou o terceiro contratado deve observar as restrições decorrentes do sigilo a ser preservado envolvendo as informações relativas aos valores mobiliários depositados e seus titulares.

Art. 44. As atividades de supervisão do depositário central devem ser suportadas pelo regulamento referido no art. 40 e por mecanismos contratuais e de adesão.

Seção II - Regulamentos de Operações

Art. 45. Sem prejuízo das regras específicas previstas nesta Resolução, cabe ao depositário central definir regras de organização e funcionamento de suas atividades, abrangendo, além de outros temas referidos nesta Resolução, no mínimo:

I - regras e procedimentos para a movimentação de valores mobiliários no seu sistema de contas de depósito, inclusive para fins de liquidação de operações;

II - critérios para a elegibilidade dos valores mobiliários para depósito centralizado de valores mobiliários;

III - regime de guarda, controle e administração dos valores mobiliários;

IV - procedimentos para o tratamento de eventos incidentes sobre os valores mobiliários;

V - procedimentos adotados para a realização das conciliações previstas nesta Resolução e as respectivas periodicidades;

VI - procedimentos para a constituição, o controle e a comunicação, quando for o caso, de quaisquer ônus, gravames ou outra espécie de garantia incidentes sobre os valores mobiliários;

VII - direitos e obrigações do depositário central e de outros participantes envolvidos na prestação dos serviços de depósito centralizado de valores mobiliários, inclusive com a definição, se for o caso, de cláusulas mínimas que devam constar dos respectivos contratos de prestação de serviços;

VIII - procedimentos e penalidades aplicáveis aos casos de descumprimento de deveres e obrigações previstos no regulamento, além dos respectivos eventos que constituam razão para aplicação de tais procedimentos e penalidades;

IX - procedimentos e controles para administração do risco operacional;

X - planos de contingência e de recuperação, com detalhamento dos procedimentos a serem adotados no caso de falhas operacionais, aptos a assegurar a continuidade da prestação dos serviços;

XI - regras e procedimentos de segregação de atividades e destinadas a inibir a atuação de seus administradores e funcionários em casos de conflitos de interesses e de detenção de informações privilegiadas; e

XII - regime de divulgação de alterações relacionadas com o funcionamento dos serviços de depósito centralizado de valores mobiliários.

Parágrafo único. As regras referidas no caput e outros detalhes operacionais relacionados à prestação dos serviços devem ser publicados na página do depositário central na rede mundial de computadores.

Art. 46. O depositário central deve estabelecer os mecanismos de adesão dos participantes às regras e procedimentos aplicáveis a cada tipo de participante, tendo em vista a sua vinculação, inclusive, às cadeias de obrigações e responsabilidades.

CAPÍTULO XI - INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 47. Considera-se infração grave, para efeitos do disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 6.385, de 1976, o exercício das atividades reguladas por esta Resolução por pessoa não autorizada ou autorizada com base em declaração ou documentos falsos, bem como a infração às normas contidas nos arts. 2º, 3º, 16 a 22, 24, 28 a 33, 35, 36, 39 a 41, 43 e 48 desta Resolução.

CAPÍTULO XII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. O depositário central deve manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, todos os documentos e informações exigidas por esta Resolução.

§ 1º As imagens digitalizadas são admitidas em substituição aos documentos originais, desde que o processo seja realizado de acordo com a lei que dispõe sobre elaboração e o arquivamento de documentos públicos e privados em meios eletromagnéticos, e com o decreto que estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização desses documentos.

§ 2º O documento de origem pode ser descartado após sua digitalização, exceto se apresentar danos materiais que prejudiquem sua legibilidade.

Art. 49. Fica revogada a Instrução CVM nº 541, de 20 de dezembro de 2013.

Art. 50. Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2021.

MARCELO BARBOSA

Anexo A à Resolução CVM nº 31, de 19 de maio de 2021

Pedido de Autorização para o Serviço de Depósito Centralizado de Valores Mobiliários

Art. 1º O pedido de autorização para a prestação dos serviços de depósito centralizado de valores mobiliários deve ser instruído com os seguintes documentos e informações:

I - razão social, inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, endereço completo da sede, números de telefones, endereço do correio eletrônico e da página da instituição na rede mundial de computadores e cartão de assinatura dos representantes legais;

II - atos constitutivos e modificações posteriores, devidamente atualizados e revestidos das formalidades legais, e comprovação de patrimônio líquido, nos termos em que proposto, e das fontes de recursos;

III - conjunto de documentos destinado a demonstrar que o requerente possui capacidade organizacional e operacional para a prestação de serviços de depósito centralizado de valores mobiliários, considerados os aspectos técnico-operacionais, organizacionais, administrativos e financeiros, com descrição detalhada dos mecanismos de gerenciamento de riscos operacionais, composto de:

a) apresentação de minuta de regulamento destinado a disciplinar a prestação de serviços de depósito centralizado de valores mobiliários, estabelecendo os princípios e regras gerais a que se subordinam os seus administradores e as pessoas com as quais mantém qualquer tipo de relação jurídica;

b) descrição das principais características dos processos e sistemas tecnológicos que devem ser utilizados na prestação dos serviços, compreendendo equipamentos e meios de comunicação que dão suporte aos sistemas, com a especificação sumária das rotinas operacionais intrínsecas e extrínsecas aos sistemas, bem como os procedimentos e controles internos pertinentes;

c) descrição das principais características dos sistemas operacionais utilizados na prestação dos serviços, inclusive quando realizados por terceiros, compreendendo, entre outros, conforme a natureza do sistema, o depósito centralizado de valores mobiliários, a sua movimentação, o processamento dos eventos de custódia, o fornecimento de informações para participantes e seus clientes, investidor;

d) procedimentos e mecanismos básicos relacionados com o acesso técnico aos sistemas pelos participantes;

e) descrição sumária das normas de segurança sobre instalações, equipamentos e dados;

f) descrição dos recursos humanos alocados à atividade, com especificação das funções e cargos necessários ao seu desempenho;

g) política de segregação de atividades;

h) plano para contingências, sistemas de recuperação de arquivos e de banco de dados;

i) ambiente tecnológico e operacional de contingência (site de contingência) em espaço físico não sujeito ao mesmo risco do ambiente principal (site principal) que permita a retomada dos negócios de forma rápida e segura, sem comprometer a integridade das informações e negócios do seu participante e do beneficiário final; e

j) cópias dos contratos de cessão ou desenvolvimento de sistemas celebrados entre o requerente e a sociedade proprietária do sistema ou responsável pelo seu desenvolvimento, na hipótese de os sistemas utilizados para prestação de serviço de depósito centralizado de valores mobiliários não terem sido desenvolvidos pelo requerente;

IV - organograma do requerente, destacando a área responsável pela execução dos serviços de depósito centralizado de valores mobiliários a serem prestados;

V - nome e qualificação dos representantes legais do requerente;

VI - cópia da ata da reunião do conselho de administração ou da diretoria que designou os diretores responsáveis pelo cumprimento das normas estabelecidas nesta Resolução e pela supervisão dos procedimentos e controle internos dos serviços de depósito centralizado de valores mobiliários;

VII - relação das sociedades nas quais o depositário central detenha participação acionária, inclusive sociedades indiretamente controladas ou coligadas;

VIII - instrumento jurídico destinado a disciplinar a relação entre o depositário central e o participante, nos termos previstos nesta Resolução;

IX - designação da firma de auditoria independente registrada na CVM que realiza a auditoria operacional dos serviços de depósito centralizado de valores mobiliários, bem como declaração de sua independência em relação à auditada; e

X - relatório sobre a descrição, o projeto e a efetividade operacional dos controles (tipo 1), emitido por auditor independente registrado na CVM, elaborado nos termos da NBC TO 3402 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

## INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

### PORTARIA Nº 228, DE 17 DE MAIO DE 2021

Aprova o Quadro Geral de Unidades de Medida adotado pelo Brasil, atualizado de acordo com o Novo Sistema Internacional de Unidades de Medida - SI e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos II e III, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e item 3 da Resolução nº 12, de 12 de outubro de 1988, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

Considerando que o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro é encarregado pelo Conmetro de traduzir para o português e divulgar as alterações do SI, bem como manter atualizado o Quadro Geral de Unidades de Medida adotado, dentre outras responsabilidades;

Considerando que o Novo SI, aprovado na 26ª CGPM em 16 de novembro de 2018 e em vigor desde 20 de maio de 2019, resulta dos esforços de toda a estrutura metrológica internacional em oferecer um sistema de unidades coerente, estável e baseado na pesquisa básica mais avançada, atrelando unidades a constantes fundamentais da física, para, desta forma, promover maior confiabilidade às medições;

Considerando a complexidade das atividades de tradução técnica da 9ª edição de "O Sistema Internacional de Unidades" do Bureau Internacional de Pesos e Medidas (BIPM), ano 2019;

Considerando a importância Sistema Internacional de Unidades para a metrologia, a avaliação de conformidade dentre outras atividades que fazem parte da infraestrutura da qualidade do Brasil.

Considerando a importância de disponibilizar esse documento devidamente traduzido à sociedade brasileira, e

Considerando o que consta no Processo SEI nº 52600.002557/2021-52, resolve:

Art. 1º Aprovar o presente Quadro Geral de Unidades de Medida adotado pelo Brasil, atualizado de acordo com o Novo SI, na forma do Anexo a esta Resolução, disponibilizado no sítio https://www.gov.br/inmetro/pt-br e que substitui o Anexo da Portaria Inmetro nº 590, de 2 de dezembro de 2013.

Art. 2º Determinar que no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Inmetro e o Instituto Português de Qualidade (IPQ):

§ 1º As atividades de tradução da 9ª edição do SI (2019) fiquem sob a responsabilidade do denominado Grupo de Trabalho para Tradução da 9ª edição do SI (2019), constituído pelos seguintes servidores e colaboradores:

I - Membros internos (do Inmetro) nacionais: Aline de Oliveira Coelho, Antonio Carlos Baratto, Fábio André Ludolf Cacais, Gelson Martins da Rocha, Guilherme de Andrade Garcia, Gregory Amaral Kyriazis, Gustavo Palmeira Ripper, Júlio Dutra Brionizio, Luiz Vicente Gomes Tarelho, Rodrigo Pereira Barretto Costa-Felix, Sérgio Pinheiro de Oliveira, Regis Pinheiro Landim, Vanderléa de Souza, Willian Anderson Tavares de Sousa.

II - Membro externo nacional (do Instituto de Radioproteção e Dosimetria - IRD): Jose Ubiratan Delgado.

III - Membros externos internacionais (de Portugal):

a) Do Instituto Português da Qualidade - IPQ: Carlos Pires, Fernanda Saraiva, Florbela Dias, Isabel Lóio, Isabel Godinho, Isabel Spohr, João Alves e Sousa, Luís Ribeiro, Olivier Pellegrino.

b) Do Instituto de Radiações Ionizantes (IST-LMRI): João Garcia Alves.

§ 2º A coordenação do GT Novo SI (integrantes do Brasil) fica sob a responsabilidade de Regis Pinheiro Landim (servidor do Inmetro).

§ 3º A coordenação do GT Novo SI (integrantes de Portugal) fica sob a responsabilidade de Isabel Godinho e de João Alves e Sousa (do IPQ).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXOS

ANEXO I

Quadro Geral de Unidades de Medida no Brasil

O Quadro Geral de Unidades de Medida (QGUM), para uso no País, baseia-se na tradução luso-brasileira autorizada da 9ª edição do Sistema Internacional de Unidades (SI), publicada pelo Bureau Internacional de Pesos e Medidas (BIPM) em 2019, tradução esta elaborada pelo Inmetro e pelo IPQ (referenciada como "tradução luso-brasileira de 2021 do SI") e compreende:

1. Definições atualizadas das sete unidades de base do SI, incluindo os valores das suas respectivas constantes fundamentais definidoras;

2. Prefixos do SI (múltiplos e submúltiplos decimais das unidades SI);

3. Regras para grafia e pronúncia de nomes, símbolos das unidades e expressão dos valores das grandezas;

4. Outras unidades não pertencentes ao SI; e

5. Tabela geral de unidades de medida.

1. Sete unidades de base do SI

Tabela 1 - As sete grandezas de base e as unidades de base associadas flexionadas no singular e no plural, com os seus símbolos; cada unidade de base é representada pela respectiva definição, pela constante definidora, pelo símbolo da constante definidora e pelo valor.

| Grandeza | Unidade de base singular / plural (símbolo) | Como é definida | Constante definidora | Símbolo | Valor |
|---|---|---|---|---|---|
| **Tempo** | segundo / segundos (s) | Tomando o valor numérico fixado da frequência do césio, $\Delta\nu_{Cs}$, a frequência da transição hiperfina do estado fundamental não perturbado do átomo de césio 133, igual a 9 192 631 770 quando expressa em Hz, unidade igual a $s^{-1}$. | Frequência da transição hiperfina do estado fundamental não perturbado do átomo de césio 133 | $\Delta\nu_{Cs}$ | 9 192 631 770 Hz |
| **Comprimento** | metro / metros (m) | Tomando o valor numérico fixado da velocidade da luz no vácuo, *c*, igual a 299 792 458 quando expressa em m $s^{-1}$, o segundo sendo definido em função de $\Delta\nu_{Cs}$. | Velocidade da luz no vácuo | *c* | 299 792 458 m/s |
| **Massa** | kilograma ou quilograma / kilogramas ou quilogramas (kg) | Tomando o valor numérico fixado da constante de Planck, *h*, igual a $6{,}626\,070\,15 \times 10^{-34}$ quando expressa em J s, unidade igual a kg $m^2$ $s^{-1}$, o metro e o segundo sendo definidos em função de *c* e $\Delta\nu_{Cs}$. | Constante de Planck | *h* | $6{,}626\,070\,15 \times 10^{-34}$ J s |
| **Corrente elétrica** | ampere / amperes (A) | Tomando o valor numérico fixado da carga elementar, *e*, igual a $1{,}602\,176\,634 \times 10^{-19}$ quando expressa em C, unidade igual a A s, o segundo sendo definido em função de $\Delta\nu_{Cs}$. | Carga elementar | *e* | $1{,}602\,176\,634 \times 10^{-19}$ C |
| **Temperatura termodinâmica** | kelvin / kelvins (K) | Tomando o valor numérico fixado da constante de Boltzmann, *k*, igual a $1{,}380\,649 \times 10^{-23}$, quando expressa em J $K^{-1}$, unidade igual a kg $m^2$ $s^{-2}$ $K^{-1}$, o kilograma, o metro e o segundo sendo definidos em função de *h*, *c* e $\Delta\nu_{Cs}$. | Constante de Boltzmann | *k* | $1{,}380\,649 \times 10^{-23}$ J/K |
| **Quantidade de matéria** | mol / mols (mol) | Um mol contém exatamente $6{,}022\,140\,76 \times 10^{23}$ entidades elementares. Este número, chamado de "número de Avogadro", corresponde ao valor numérico fixado da constante de Avogadro, $N_A$, quando expressa em $mol^{-1}$. A quantidade de matéria, símbolo *n*, de um sistema, é uma representação do número de entidades elementares especificadas. Uma entidade elementar pode ser um átomo, uma molécula, um íon, um elétron, ou qualquer outra partícula ou grupo especificado de partículas. | Constante de Avogadro | $N_A$ | $6{,}022\,140\,76 \times 10^{23}$ $mol^{-1}$ |
| **Intensidade luminosa** | candela / candelas (cd) | Tomando o valor numérico fixado da eficácia luminosa de uma radiação monocromática de frequência de $540 \times 10^{12}$ Hz, $K_{cd}$, igual a 683, quando expressa em lm $W^{-1}$, unidade igual a cd sr $W^{-1}$ ou cd sr $kg^{-1}$ $m^{-2}$ $s^3$, o kilograma, o metro e o segundo sendo definidos em função de *h*, *c* e $\Delta\nu_{Cs}$. | Eficácia luminosa de uma radiação monocromática de frequência $540 \times 10^{12}$ Hz | $K_{cd}$ | 683 lm/W |

2. Prefixos do SI

Tabela 2 - Prefixos do SI com os respectivos nome, símbolo e fatores decimais multiplicativos.

| Nome | Símbolo | Fator decimal pelo qual a unidade é multiplicada |
|---|---|---|
| yotta | Y | $10^{24}$ = 1 000 000 000 000 000 000 000 000 |
| zetta | Z | $10^{21}$ = 1 000 000 000 000 000 000 000 |
| exa | E | $10^{18}$ = 1 000 000 000 000 000 000 |
| peta | P | $10^{15}$ = 1 000 000 000 000 000 |
| tera | T | $10^{12}$ = 1 000 000 000 000 |
| giga | G | $10^{9}$ = 1 000 000 000 |
| mega | M | $10^{6}$ = 1 000 000 |
| kilo ou quilo | k | $10^{3}$ = 1 000 |
| hecto | h | $10^{2}$ = 100 |
| deca | da | 10 |
| deci | d | $10^{-1}$ = 0,1 |
| centi | c | $10^{-2}$ = 0,01 |
| mili | m | $10^{-3}$ = 0,001 |
| micro | µ | $10^{-6}$ = 0,000 001 |
| nano | n | $10^{-9}$ = 0,000 000 001 |
| pico | p | $10^{-12}$ = 0,000 000 000 001 |
| femto | f | $10^{-15}$ = 0,000 000 000 000 001 |
| atto | a | $10^{-18}$ = 0,000 000 000 000 000 001 |
| zepto | z | $10^{-21}$ = 0,000 000 000 000 000 000 001 |
| yocto | y | $10^{-24}$ = 0,000 000 000 000 000 000 000 001 |

Observações:

Por motivos históricos, o nome da unidade SI de massa (kilograma ou quilograma) contém um prefixo (kilo ou quilo). Excepcionalmente e por convenção os múltiplos e submúltiplos dessa unidade são formados pela justaposição de outros prefixos SI à palavra grama.

Os prefixos desta tabela podem ser também empregados com unidades que não pertencem ao SI. Porém não são usados com as unidades de tempo: minuto símbolo min; hora símbolo h; dia símbolo d.

Com relação às unidades de ângulo plano, os astrônomos usam miliarcossegundo, cujo símbolo é "mas", e o microarcossegundo, símbolo "µas", como unidades para a medida de ângulos muito pequenos.

3. Regras de escrita e pronúncia de nomes, símbolos das unidades e expressão dos valores das grandezas

3.1 - Nomes das unidades

3.1.1 - Quando escritos por extenso, os nomes de unidades começam por letra minúscula, mesmo quando têm o nome de um cientista (por exemplo, ampere, kelvin, newton etc.).

O nome da unidade de temperatura grau Celsius, símbolo °C, não é uma exceção à regra de se escrever o nome das unidades com letra minúscula, visto que a unidade grau começa pela letra "g" minúscula e o adjetivo "Celsius" começa pela letra "C" maiúscula, pois este é um nome próprio.

A exceção para que o nome de uma unidade comece com letra maiúscula, ocorre tão somente quando estiver localizado no início da frase ou em sentença com letras maiúsculas, como em um título.

3.1.2 - Quando o nome da unidade é justaposto ao nome de um prefixo, não há espaço, nem hífen entre o nome do prefixo e o nome da unidade. O conjunto formado pelo nome do prefixo e o nome da unidade constitui uma única palavra.

Notas: Esta regra contraria o que prevê o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em dois casos:

a) não se usa o hífen quando o segundo elemento começa por h ou quando o segundo elemento começa pela mesma vogal com que o prefixo ou pseudoprefixo termina. Por exemplo, escreve-se: kilohertz ou quilohertz, microoersted, nanoohm e não kilo-hertz ou quilo-hertz, micro-oersted ou nano-ohm;

b) não se dobra a letra s na formação de nome de unidades empregando a regra de dobrar o r ou s quando o prefixo termina em vogal e o nome da unidade inicia com a letra r ou s. Assim, por exemplo, escreve-se: miliradiano, milisegundo, nanosegundo e não milirradiano, milissegundo e nanossegundo.

3.1.3 - Na expressão do valor numérico de uma grandeza, a respectiva unidade pode ser escrita por extenso ou representada pelo seu símbolo (por exemplo, milivolts por milimetro ou milivolts por milímetro ou mV/mm), não sendo admitidas combinações de partes escritas por extenso com partes expressas por símbolo.

3.1.4 - Quando o nome de uma unidade derivada é constituído pela multiplicação de nomes de unidades, convém utilizar-se um espaço ou um hífen para separar os nomes das unidades. Por exemplo: pascal segundo ou pascal-segundo, megawatt hora ou megawatt-hora.

3.1.5 - Quando o nome de uma unidade derivada for composto com o nome de uma unidade elevada à potência 2 ou 3, as palavras "quadrado" ou "cúbico" são colocadas após o nome da unidade. Por exemplo: metro por segundo quadrado, metro cúbico por segundo.

3.2 Plural dos nomes de unidades

Quando os nomes de unidades são escritos ou pronunciados por extenso, a formação do plural obedece às seguintes regras básicas:

a) os prefixos SI são invariáveis;

b) exceto nos casos da alínea c), os nomes de unidades recebem a letra "s" no final de cada palavra:

- quando são palavras compostas em que o elemento complementar de um nome de unidade não é ligado a este por hífen. Por exemplo: metros quadrados, milhas marítimas, unidades astronômicas etc.;

- quando o nome da unidade é um termo composto por multiplicação, em que os componentes podem variar independentemente

Tabela 3 - Exemplos da dupla pluralização admissível quando o nome da unidade é um termo composto por multiplicação, em que os componentes podem variar independentemente um do outro.

| Singular | Plural | Plural |
|---|---|---|
| ampere-hora<br>ampere hora | amperes-horas<br>amperes horas | amperes-hora<br>amperes hora |
| newton-metro<br>newton metro | newtons-metros<br>newtons metros | newtons-metro<br>newtons metro |
| ohm-metro<br>ohm metro | ohms-metros<br>ohms metros | ohms-metro<br>ohms metro |
| pascal-segundo<br>pascal segundo | pascals-segundos<br>pascals segundos | pascals-segundo<br>pascals segundo |
| watt-hora<br>watt hora | watts-horas<br>watts horas | watts-hora<br>watts hora |

c) os nomes ou partes dos nomes de unidades não recebem a letra "s" no final,

- quando terminam pelas letras s, x ou z. Por exemplo, siemens, lux, hertz etc.;

- quando correspondem ao denominador de unidades compostas por divisão. Por exemplo, kilometros por hora ou quilômetros por hora, lúmens por watt, watts por esferorradiano etc.;

- quando, em palavras compostas, são elementos complementares de nomes de unidades e ligados a estes por hífen ou preposição. Por exemplo, anos-luz, unidades (unificadas) de massa atômica etc.

3.3 Pronúncia dos múltiplos e submúltiplos decimais das unidades

Na forma oral, os nomes dos múltiplos e submúltiplos decimais das unidades devem ser pronunciados por extenso, prevalecendo a sílaba tônica da unidade.

Assim sendo, os múltiplos e submúltiplos decimais do metro devem ser pronunciados com acento tônico na penúltima sílaba (mé), por exemplo, megametro, kilometro, hectometro, decametro, decimetro, centimetro, milimetro, micrometro (distinto de micrômetro, instrumento de medição), nanometro etc.

No entanto, no Brasil, as únicas exceções a esta regra, que admitem dupla pronúncia, consagradas pelo uso com o acento tônico deslocado para o prefixo, são as palavras quilômetro, hectômetro, decâmetro, decímetro, centímetro e milímetro.

3.4 Símbolos das unidades

3.4.1 - A grafia dos símbolos de unidades obedece às seguintes regras básicas:

a) Os símbolos das unidades são impressos em caracteres verticais, independentemente da fonte usada no texto. Em geral, os símbolos das unidades são escritos em letra minúscula, mas, se o nome da unidade deriva de um nome próprio, a primeira letra do símbolo é uma letra maiúscula;

b) Os símbolos são invariáveis, não sendo admitido colocar, após o símbolo, seja ponto de abreviatura, seja "s" de plural, sejam sinais, letras ou índices. Por exemplo, o símbolo do watt é sempre W, qualquer que seja o tipo de potência a que se refira: mecânica, elétrica, térmica, acústica etc.

Nota: O símbolo do litro constitui uma exceção a essa regra. A 16ª CGPM (1979, Resolução nº 6) aprovou a utilização das letras L (maiúscula) ou l (minúscula) como símbolo do litro a fim de evitar confusão entre o algarismo 1 (um) e a letra l (éle);

c) somente é utilizado um prefixo SI justaposto a uma unidade de medida. Por exemplo, a unidade GW h (gigawatt-hora) não deve ser escrita como "MKW h (megakilowatt-hora ou megaquilowatt-hora)". Assim, não deverm ser usados termos com dois prefixos como milimicro;

d) o símbolo de uma unidade composta por multiplicação pode ser formado mediante a colocação de um ponto entre os símbolos componentes na meia altura da linha (N·m, $m \cdot s^{-1}$ , V·A, kW·h etc.) ou por um espaço entre os símbolos componentes, desde que não cause ambiguidade (N m, m $s^{-1}$ , V A, kW h etc.). Um caso de ambiguidade é o metro-kelvin (m·K) que sem o ponto pode ser confundido com milikelvin (mK);

e) os prefixos SI podem coexistir num símbolo composto por multiplicação ou divisão. Por exemplo, mN·m (milinewton-metro), pΩ mA (picoohm-miliampere), MV/m (megavolt por metro), MΩ m (megaohm-metro), Mv/µS (milivolt por microsegundo), $\mu W/m^2$ (microwatt por metro quadrado) etc.;

f) os símbolos de uma mesma unidade podem coexistir num símbolo composto por divisão. Por exemplo, Ω.$mm^2$/m, kW·h/h etc.;

g) o símbolo é escrito no mesmo alinhamento do número a que se refere e não como expoente ou índice. São exceções, os símbolos das unidades não SI de ângulo plano grau ( ° ), minuto ( ) e segundo ( " ), os expoentes dos símbolos que têm expoente, o sinal ° do símbolo do grau Celsius e os símbolos que têm divisão indicada por traço de fração horizontal;

h) o símbolo de uma unidade que contém divisão pode ser formado por qualquer das três maneiras exemplificadas a seguir:

$$W/(sr \cdot m2), W \cdot sr^{-1} \cdot m^{-2}, \frac{W}{(sr \cdot m^2)}$$

A última forma não deve ser empregada quando o símbolo, escrito em duas linhas diferentes, puder causar confusão.

3.4.2 - Quando um símbolo com prefixo tem expoente, deve-se entender que o expoente afeta o conjunto prefixo e unidade, como se o conjunto estivesse entre parênteses. Por exemplo:

$dm^3 = 10^{-3}\ m^3$

$mm^3 = 10^{-9}\ m^3$

3.5 Escrita dos números e separador decimal

As prescrições desta seção não se aplicam aos números que não representam quantidades (por exemplo, numeração de elementos em sequência, códigos de identificação, datas, números de telefones etc.).

3.5.1 Para separar a parte inteira da parte decimal de um número, deve ser sempre empregada uma vírgula. Quando o valor absoluto do número é menor que 1, coloca-se 0 à esquerda da vírgula.

3.5.2 Os números que representam quantias em dinheiro, ou quantidades de mercadorias, bens ou serviços em documentos para efeitos fiscais, jurídicos e/ou comerciais, devem ser escritos com os algarismos separados em grupos de três, a contar da vírgula para a esquerda e para direita, com pontos separando esses grupos entre si.

Nos demais casos recomenda-se que os algarismos da parte inteira e os da parte decimal dos números sejam separados em grupos de três, a contar da vírgula para a esquerda e para a direita, com pequenos espaços entre esses grupos, como, por exemplo, em trabalhos de caráter técnico ou científico. Também é admitido que os algarismos da parte inteira e os da parte decimal sejam escritos seguidamente (isto é, sem separação em grupos).

3.5.3 Expressão de números sem escrever ou pronunciar todos os seus algarismos:

a) para os números que representam quantias em dinheiro, ou quantidades de mercadorias, bens ou serviços, são empregadas de uma maneira geral as palavras:

mil = $10^3$ = 1.000

milhão = $10^6$ = 1.000.000

bilhão = $10^9$ = 1.000.000.000

trilhão = $10^{12}$ = 1.000.000.000.000

opcionalmente em casos especiais (por exemplo, em cabeçalhos de tabelas) pode-se empregar os prefixos do SI ou os fatores decimais da tabela 2;

b) para trabalhos de caráter técnico ou científico, é recomendado o emprego dos prefixos SI ou fatores decimais indicados no tópico 2.

3.6 Espaçamentos entre número de símbolo

O valor de uma grandeza deve ser expresso como o produto de um número por uma unidade. Entre o número e a unidade deve haver um espaço, que deve atender à conveniência de cada caso. Por exemplo, em frases de textos correntes, é dado normalmente o espaçamento correspondente a uma ou a meia letra.

Nota: Quando houver possibilidade de fraude, não se deve usar espaçamento.

3.7 Grandezas expressas por valores relativos

Quando conveniente, as grandezas podem ser expressas em valores relativos, isto é, através da razão entre dois valores da mesma grandeza, de modo que o valor obtido é adimensional ou de dimensão 1. Geralmente o denominador é um valor de referência.

4 .Outras unidades não pertencentes ao SI

É reconhecido, no entanto, que algumas unidades fora do SI ainda são utilizadas em publicações científicas, técnicas e comerciais, e continuarão em uso ainda por muitos anos. Algumas unidades fora do SI são importantes sob o ponto de vista histórico na literatura tradicional. Outras unidades fora do SI, como as unidades de tempo e de ângulo, estão tão enraizadas na história e na cultura humana que continuarão a ser usadas no futuro. Por outro lado, os cientistas, caso achem alguma vantagem particular em seu trabalho, devem ter a liberdade de utilizar, às vezes, unidades fora do SI. Um exemplo disso é a utilização das unidades CGS para a teoria do eletromagnetismo aplicada à eletrodinâmica quântica e à relatividade.

4.1 Unidades fora do SI em uso com o SI

Tabela 4 - Unidades não pertencentes ao SI que são aceitas para uso com as unidades SI: são mostrados os nomes das unidades flexionadas no singular e no plural, os respectivos símbolos e os valores em unidades SI, além dos nomes das grandezas às quais estão associadas.

| **Grandeza** | **Nome da unidade singular (plural)** | **Símbolo da unidade** | **Valor em unidades SI** |
|---|---|---|---|
| ângulo plano e de fase | grau (graus) | ° | 1° = (π/180) rad |
| | minuto (minutos) | ′ | 1′ = (1/60)° = (π/10 800) rad |
| | segundo (segundos) (a) | ″ | 1″ = (1/60)″ = (π/648 000) rad |
| área | hectare (hectares) (b) | ha | 1 ha = 1 $hm^2$ = $10^4$ $m^2$ |
| atividade | curie (curies) | Ci | 1 Ci = 3,7 × $10^{10}$ Bq |
| comprimento | unidade astronômica (unidades astronômicas) (c) | ua | 1 ua = 149 597 870 700 m |
| energia | elétron-volt (elétrons-volt ou elétrons-volts) (d) | eV | 1 eV = 1,602 176 634 × $10^{-19}$ J |
| grandezas (de razão) logarítmicas | neper (nepers) (e) | Np | ---------- |
| | bel (bels) (e) | B | ---------- |
| | decibel (decibels) (e) | dB | ---------- |
| massa | tonelada (toneladas) (f) | t | 1 t = $10^3$ kg |
| | dalton (daltons) (g) | Da | 1 Da = 1,660 539 066 60(50) × $10^{-27}$ kg |
| tempo | minuto (minutos) | min | 1 min = 60 s |
| | hora (horas) | h | 1 h = 60 min = 3 600 s |
| | dia (dias) | d | 1 d = 24 h = 86 400 s |
| volume | litro (litros) (h) | l, L | 1 L = 1 l = 1 $dm^3$ = $10^3$ $cm^3$ = $10^{-3}$ $m^3$ |

(a) Para algumas aplicações, como na astronomia, pequenos ângulos são medidos em arcossegundos (ou seja, segundos de ângulo plano), cujo símbolo é as ou". Também são usados miliarcossegundos, microarcossegundos e picoarcossegundos (cujos símbolos são, respectivamente, mas, µas ou pas). O arcossegundo é um nome alternativo para o segundo do ângulo do plano.

(b) O hectare unitário e seu símbolo ha foram adotados pelo CIPM em 1879 (PV, 1879, 41). O hectare é usado para expressar área agrárias.

(c) Conforme decidido na XXVIII Assembléia Geral da União Astronômica Internacional (Resolução B2, 2012).

(d) O elétron-volt é a energia cinética adquirida por um elétron ao passar por uma diferença de potencial de um volt no vácuo. O elétron-volt é frequentemente combinado com os prefixos do SI.

(e) Ao usar essas unidades, é importante que a natureza da grandeza seja especificada e que qualquer valor de referência usado seja especificado. São utilizados para transmitir informações sobre a natureza da grandeza de razão logarítmica em questão. O neper, Np, é usado para expressar os valores das grandezas cujos valores numéricos são baseados no uso do logaritmo neperiano (ou natural), ln = loge. O bel e o decibel, B e dB, onde 1 dB = (1/10) B, são usados para expressar os valores das grandezas de razão logarítmica cujos valores numéricos são baseados no logaritmo decádico, lg = log10. A relação LX = m dB = (m /10) B (onde m é um número) é interpretada como m = 10 lg (X /X0).

(f) A tonelada e seu símbolo t foram adotados pelo CIPM em 1879 (PV, 1879, 41). Esta unidade é às vezes referida como "tonelada métrica" em alguns países de língua inglesa.

(g) O dalton (Da) e a unidade de massa atômica unificada (u) são nomes (e símbolos) alternativos para a mesma unidade, iguais a 1/12 da massa de um átomo de carbono-12 livre, em repouso e em seu estado fundamental. Este valor do dalton, com a sua incerteza padrão associada entre parênteses, é o valor recomendado no ajuste CODATA 2018.

(h) O litro e o símbolo l minúsculo foram adotados pelo CIPM em 1879 (PV, 1879, 41). O símbolo alternativo, L (maiúsculo), foi adotado pela 16ª CGPM (1979, Resolução 6; CR, 101 e Metrologia, 1980, 16, 56-57), a fim de evitar o risco de confusão entre a letra l (éle) e o numeral 1 (um).

5. Tabela Geral de Unidades de Medida

A Tabela Geral de Unidades de Medida está subdividida nas Tabelas 5a até 5g. Não obstante certas grandezas enquadrarem-se em mais de uma área, esta divisão objetiva agrupá-las nas seguintes áreas: grandezas espaciais e temporais, grandezas mecânicas, grandezas elétricas e magnéticas, grandezas químicas, grandezas térmicas, grandezas ópticas, grandezas atômicas e da física nuclear.

Tabela 5a - Grandezas espaciais e temporais

| Grandeza | Nome da unidade | Símbolo da unidade | Observações |
|---|---|---|---|
| aceleração | metro por segundo quadrado | $m/s^2$ | Unidade do SI |
| | gal | Gal | Unidade fora do SI, do antigo sistema CGS, utilizada para atender necessidade específica de determinados grupos, por diferentes motivos.1 Gal = 1 $cm \cdot s^{-2}$ = 0,01 $m \cdot s^{-2}$ |
| aceleração angular | radiano por segundo quadrado | $rad/s^2$ | Unidade do SI |
| ângulo plano | radiano | rad | Unidade do SI |
| | grau<br>minuto<br>segundo | °<br>'<br>'' | Unidades fora do SI, em uso com o SI.<br>1° = (π/180) rad<br>1' = (1/60)° = (π/10 800) rad<br>1'' = (1/60)' = (π/648 000) rad |
| | gon | gon | Unidade fora do SI, em uso com o SI, usada na navegação. 1 gon ≔ (π/200) rad |
| ângulo sólido | esferorradiano | sr | Unidade do SI |
| área | metro quadrado | m2 | Unidade do SI |
| | hectare | ha | Unidade fora do SI, em uso com o SI, usada em medidas agrárias.1 ha = 100 a ≔ 10 000 $m^2$ |
| comprimento | metro | m | Unidade de base do SI |
| frequência | hertz | Hz | Unidade do SI. 1 Hz = 1 $s^{-1}$ |
| tempo | segundo | s | Unidade de base do SI |
| | minuto | min | 1 min = 60 s (unidade fora do SI, em uso com o SI) |
| | hora | h | 1 h = 60 min = 3 600 s (unidade fora do SI, em uso com o SI) |
| | dia | d | 1 d = 24 h = 1 440 min = 86 400 s (unidade fora do SI, em uso com o SI) |
| velocidade | metro por segundo | m/s | Unidade do SI |
| velocidade angular | radiano por segundo | rad/s | Unidade do SI |
| volume | metro cúbico | $m^3$ | Unidade do SI |
| | litro | L, l | Unidade fora do SI, em uso com o SI. O símbolo L (éle maiúsculo) foi adotado como alternativa para evitar o risco de confusão entre a letra l e o algarismo um (1).<br>1 L = 1 l = 1 $dm^3$ = $10^3$ $cm^3$ = $10^{-3}$ $m^3$ |

Tabela 5b - Grandezas mecânicas

| Grandeza | Nome da unidade | Símbolo da unidade | Observações |
|---|---|---|---|
| concentração mássica | kilograma por metro cúbico ou quilograma por metro cúbico | $kg/m^3$ | Unidade do SI |
| densidade, massa específica | kilograma por metro cúbico ou quilograma por metro cúbico | $kg/m^3$ | Unidade do SI |
| densidade linear | kilograma por metro ou quilograma por metro | kg/m | Unidade do SI |
| densidade relativa | um | 1 | Grandeza adimensional ou de dimensão 1. Definida por $d = \rho/\rho_0$ onde $\rho$ é a densidade de uma substância e $\rho_0$ é a densidade de uma substância de referência em condições especificadas, geralmente a da água a 4 °C, 1 000 $kg \cdot m^{-3}$ |
| densidade superficial | kilograma por metro quadrado ou quilograma por metro quadrado | $kg/m^2$ | Unidade do SI |
| força | newton | N | Unidade do SI. 1 N ≔ 1 $kg \cdot m/s^2$ |
| | dina | dyn | Unidade fora do SI, do antigo sistema CGS, utilizada para atender necessidade específica de determinados grupos, por diferentes motivos.1 dyn = $10^{-5}$ N |
| impulso | newton segundo | N s<br>N·s | Unidade do SI |
| impulso angular | newton metro segundo | N m s<br>N·m·s | Unidade do SI |
| massa | kilograma ou quilograma | kg | Unidade de base do SI |
| | tonelada | t | Unidade fora do SI, em uso com o SI. 1 t = 1 000 kg |
| momento angular | kilograma metro quadrado por segundo ou quilograma metro quadrado por segundo | $kg\ m^2/s$<br>$kg \cdot m^2/s$ | Unidade do SI. Esta grandeza é também chamada quantidade de movimento angular |
| momento de inércia | kilograma metro quadrado ou quilograma metro quadrado | $kg\ m^2$<br>$kg \cdot m^2$ | Unidade do SI |
| momento de uma força, torque | newton metro | N m<br>N·m | Unidade do SI |
| potência | watt | W | Unidade do SI |
| pressão, tensão | pascal | Pa | Unidade do SI. Pascal é também unidade de tensão mecânica (tração, compressão, cisalhamento, tensão tangencial e suas combinações). 1 Pa = 1 $N/m^2$ |
| quantidade de movimento | kilograma metro por segundo ou quilograma metro por segundo | kg·m/s | Unidade do SI |
| trabalho, energia | joule | J | Unidade do SI |
| | erg | erg | Unidade fora do SI, do antigo sistema CGS, utilizada para atender necessidade |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | específica de determinados grupos, por diferentes motivos. 1 erg = $10^{-7}$ J |
| vazão mássica | kilograma por segundo ou quilograma por segundo | kg/s | Unidade do SI |
| vazão volumétrica | metro cúbico por segundo | $m^3/s$ | Unidade do SI |
| viscosidade cinemática | metro quadrado por segundo | $m^2/s$ | Unidade do SI |
| | stokes | St | Unidade fora do SI, do antigo sistema CGS, utilizada para atender necessidade específica de determinados grupos, por diferentes motivos.1 St = 1 $cm^2 s^{-1}$ = $10^{-4}$ $m^2 s^{-1}$ |
| viscosidade dinâmica | pascal segundo | Pa s<br>Pa·s | Unidade do SI |
| | poise | P | Unidade fora do SI, do antigo sistema CGS, utilizada para atender necessidade específica de determinados grupos, por diferentes motivos.1 P = 1 dyn·s·$cm^{-2}$ = 0,1 Pa·s |
| volume específico | metro cúbico por kilograma ou metro cúbico por quilograma | $m^3/kg$ | Unidade do SI. É inverso da densidade |

Tabela 5c - Grandezas elétricas e magnéticas

As novas definições de quilograma, ampere, kelvin e mol não alteram as relações entre a constante magnética (permeabilidade magnética do vácuo) $\mu 0$ , constante elétrica (permissividade elétrica do vácuo) $\in 0$ , impedância característica do vácuo Z0, admitância do vácuo Y0 e velocidade da luz no vácuo c. além disso, eles não alteram o valor exato de c, que é explícito na definição da unidade base SI de comprimento, o metro, m. No entanto, as novas definições afetam o valor de $\mu 0$ e, portanto, os valores de $\in 0$ , Z0 e Y0. Em particular, $\mu 0$ não tem mais o valor exato $4\pi$ x $10^{-7}$ N $A^{-2}$ e deve ser determinado experimentalmente.

| **Grandeza** | **Nome da unidade** | **Símbolo da unidade** | **Observações** |
|---|---|---|---|
| capacitância | farad | F | Unidade do SI |
| carga elétrica | coulomb | C | Unidade do SI |
| condutância elétrica | siemens | S | Unidade do SI |
| condutividade elétrica | siemens por metro | S/m | Unidade do SI |
| corrente elétrica | ampere | A | Unidade de base do SI |
| densidade de carga elétrica | coulomb por metro cúbico | $C/m^3$ | Unidade do SI |
| densidade de carga superficial | coulomb por metro quadrado | $C/m^2$ | Unidade do SI |
| densidade de corrente | ampere por metro quadrado | $A/m^2$ | Unidade do SI |
| densidade de fluxo magnético | tesla | T | Unidade do SI |
| | gauss | G | Unidade fora do SI, do antigo sistema CGS, utilizada para atender necessidade específica de determinados grupos, por diferentes motivos.<br>1 G = $10^{-4}$ T = $10^{-4}$ $Wb/m^2$ |
| deslocamento elétrico | coulomb por metro quadrado | $C/m^2$ | Unidade do SI. Denotado por **D**, é um campo vetorial que aparece nas equações de Maxwell. Também conhecido como "indução elétrica" |
| fluxo magnético | weber | Wb | Unidade do SI |
| | maxwell | Mx | Unidade fora do SI, do antigo sistema CGS, utilizada para atender necessidade específica de determinados grupos, por diferentes motivos.<br>1 Mx = 1 G·$cm^2$ = $10^{-8}$ Wb = $10^{-8}$ V·s |
| indutância | henry | H | Unidade do SI |
| intensidade de campo elétrico | volt por metro | V/m | Unidade do SI. A intensidade de campo elétrico pode ser também expressa em newtons por coulomb |
| intensidade de campo magnético | ampere por metro | A/m | Unidade do SI |
| | oersted | Oe | Unidade fora do SI, do antigo sistema CGS, utilizada para atender necessidade específica de determinados grupos, por diferentes motivos.<br>1 Oe = $10^{-4}/\mu_0$ A/m |
| momento de dipolo elétrico | coulomb metro | C m<br>C·m | Unidade do SI |
| permeabilidade | henry por metro | H/m | Unidade do SI |
| permissividade | farad por metro | F/m | Unidade do SI |
| potência aparente | volt ampere | V A<br>V·A | Unidade do SI |
| potência (ativa) | watt | W | Unidade do SI. 1 W = 1 J/s |
| potência reativa | volt ampere | V A<br>V·A | A unidade (do SI) var (símbolo: var) foi introduzida pela Comissão Eletrotécnica Internacional (IEC) como um nome especial para a unidade de potência reativa. Em termos de unidades coerentes do SI, o var é idêntico ao volt ampere |
| | var | var | |
| relutância | 1 por henry | 1/H | Unidade do SI |
| resistência elétrica | ohm | Ω | Unidade do SI. O ohm é também unidade de impedância e de reatância em elementos de circuito percorridos por corrente alternada |
| resistividade | ohm metro | Ω m<br>Ω·m | Unidade do SI |
| tensão elétrica, diferença de potencial elétrico, força eletromotriz | volt | V | Unidade do SI |

Tabela 5d - Grandezas químicas

| Grandeza | Nome da unidade | Símbolo da unidade | Observações |
|---|---|---|---|
| atividade catalítica | katal | kat | Unidade do SI. 1 kat = 1 molş$^{-1}$ |
| capacidade térmica molar | joule por mol kelvin | J/(molK) | Unidade do SI |
| concentração de atividade catalítica | katal por metro cúbico | $kat/m^3$ | Unidade do SI |
| concentração de quantidade de matéria | mol por metro cúbico | $mol/m^3$ | Unidade do SI. No termo "quantidade de matéria", a palavra "matéria" será geralmente substituída por outras palavras [(a)] |
| condutividade eletrolítica | siemens por metro | S/m | Unidade do SI |
| condutividade molar | siemens metro quadrado por mol | $Sm^2$ /mol | Unidade do SI |
| energia interna molar | joule por mol | J/mol | Unidade do SI |
| entropia molar | joule por mol kelvin | J/(molK) | Unidade do SI |
| massa molar | kilograma por mol ou quilograma por mol | kg/mol | Unidade do SI |
| quantidade de matéria | mol | mol | Unidade de base do SI |
| volume molar | metro cúbico por mol | $m^3$ /mol | Unidade do SI |

(a) Especifica-se a matéria em questão para cada aplicação particular, como por exemplo, quantidade de substância, quantidade de cópias de um genoma, quantidade de células exibindo marcador de superfície CD8.

Tabela 5e - Grandezas térmicas

| Grandeza | Nome da unidade | Símbolo da unidade | Observações |
|---|---|---|---|
| calor, energia, quantidade de calor | joule | J | Unidade do SI |
| capacidade térmica | joule por kelvin | J/K | Unidade do SI |
| capacidade térmica específica (calor específico) | joule por kilograma kelvin ou joule por quilograma kelvin | J/(kgK) | Unidade do SI |
| condutividade térmica | watt por metro kelvin | W/(mK) | Unidade do SI |
| densidade de fluxo térmico | watt por metro quadrado | $W/m^2$ | Unidade do SI |
| fluxo térmico | watt | W | Unidade do SI |

| | | | |
|---|---|---|---|
| gradiente de temperatura | kelvin por metro | K/m | Unidade do SI. Grandeza que descreve a taxa de variação de temperatura em uma área numa direção em particular |
| temperatura Celsius | grau Celsius | °C | Unidade do SI. 1 °C = 1 K - 273,15. O valor numérico da diferença de temperatura em K ou em °C é o mesmo |
| temperatura termodinâmica | kelvin | K | Unidade de base do SI |

Tabela 5f - Grandezas ópticas

| Grandeza | Nome da Unidade | Símbolo da unidade | Observações |
|---|---|---|---|
| eficácia luminosa espectral | lúmen por watt | lm/W | Unidade do SI |
| emissividade | um | 1 | ---------- |
| excitância luminosa | lúmen por metro quadrado | $lm/m^2$ | Unidade do SI. Esta grandeza era denominada "emitância luminosa" |
| excitância radiante | watt por metro quadrado | $W/m^2$ | Unidade do SI |
| fluxo luminoso | lúmen | lm | Unidade do SI |
| fluxo radiante | watt | W | Unidade do SI |
| iluminância | lux | lx | Unidade do SI |
| | phot | ph | Unidade fora do SI, do antigo sistema CGS, utilizada para atender necessidade específica de determinados grupos. 1 ph = 1 cd sr $cm^{-2}$ = $10^4$ lx |
| índice de refração | um | 1 | ---------- |
| intensidade luminosa | candela | cd | Unidade de base do SI |
| intensidade radiante | watt por esferorradiano | W/sr | Unidade do SI |
| irradiância | watt por metro quadrado | $W/m^2$ | Unidade do SI |
| luminância | candela por metro quadrado | $cd/m^2$ | Unidade do SI. Luminância de uma fonte com 1 metro quadrado de área e com intensidade luminosa de 1 candela |
| | stilb | sb | Unidade fora do SI, do antigo sistema CGS, utilizada para atender necessidade específica de determinados grupos, por diferentes motivos. 1 sb = $10^4$ cd $m^{-2}$ |
| número de onda | 1 por metro | 1/m | Unidade do SI |
| radiância | watt por metro quadrado esferorradiano | $W/(m^2$ sr) | Unidade do SI |

Tabela 5g - Grandezas atômicas e da física nuclear

| Grandeza | Nome da unidade | Símbolo da unidade | Observações |
|---|---|---|---|
| atividade, atividade incorporada, limite anual de incorporação | becquerel | Bq | Unidade do SI. Consta na norma CNEN 3.01 (CNEN), posições regulatórias CNEN 3.01/003, CNEN 3.01/005 e CNEN 3.01/011 |
| atividade por unidade de massa | becquerel por kilograma | Bq/kg | Unidade do SI. Consta no documento "Radioproteção e Dosimetria: Fundamentos" (IRD/CNEN) |
| concentração de ar derivada | becquerel por metro cúbico | $Bq/m^3$ | Unidade do SI. Consta no documento Grandezas e Unidades para Radiação Ionizante (LNMRI/IRD/CNEN). |
| constante de decaimento | 1 por segundo | $s^{-1}$ | Unidade do SI. Consta no documento "Grandezas e Unidades para Radiação Ionizante" (LNMRI/IRD/CNEN) |
| fluência | 1 por metro quadrado | $m^{-2}$ | Unidade do SI. Consta no documento "Grandezas e Unidades para Radiação Ionizante" (LNMRI/IRD/CNEN) |
| camada semirredutora | metro | m | Unidade do SI. Consta no documento "Grandezas e Unidades para Radiação Ionizante" (LNMRI/IRD/CNEN) |
| coeficiente de dose para incorporação, dose efetiva comprometida por unidade de incorporação | sievert por becquerel | Sv/Bq | Unidade do SI. Consta nas posições regulatórias CNEN 3.01/003, CNEN 3.01/005 e CNEN 3.01/011 |
| coeficiente de risco de detrimento | 1 por sievert | $Sv^{-1}$ | Unidade do SI. Consta no documento "Radioproteção e Dosimetria: Fundamentos" (IRD/CNEN) |
| dose absorvida, dose absorvida comprometida, kerma | gray | Gy | Unidade do SI. Consta na norma CNEN 3.01 (CNEN) e Posição Regulatória 3.01/002 |
| dose efetiva, dose efetiva comprometida, equivalente de dose, equivalente de dose comprometido | sievert | Sv | Unidade do SI. Consta na norma CNEN 3.01 (CNEN) e no documento "Radioproteção e Dosimetria: Fundamentos" (IRD/CNEN) |
| equivalente de dose ambiente, equivalente de dose direcional, equivalente de dose individual | sievert | Sv | Unidade do SI. Consta no documento "Grandezas e Unidades para Radiação Ionizante" (LNMRI/IRD/CNEN) e posição Regulatória 3.01/002 |
| equivalente de dose para fótons | sievert | Sv | Unidade do SI. Consta no documento "Grandezas e Unidades para Radiação Ionizante" (LNMRI/IRD/CNEN) |
| exposição (raios X e raios y) | coulomb por kilograma ou coulomb por quilograma | C/kg | Unidade do SI. Consta no documento "Grandezas e Unidades para Radiação Ionizante" (LNMRI/IRD/CNEN) |
| fator de peso da radiação | sievert por gray | Sv/Gy | Unidade do SI. Consta na Posição Regulatória 3.01/002 |
| fator de peso do tecido ou órgão | sievert por sieverts | Sv/Sv | Consta na Posição Regulatória 3.01/002. Grandeza (do SI) adimensional ou de dimensão 1(a) |
| fator de qualidade da radiação | um | 1 | Consta no documento "Grandezas e Unidades para Radiação Ionizante" (LNMRI/IRD/CNEN) e Posição Regulatória 3.01/002 e Recomendação 2 do CIPM, 2002. Grandeza adimensional ou de dimensão 1(a) |
| fator de transferência para incorporação | becquerel por becquerels | Bq/Bq | Unidade do SI. Consta nas posições regulatórias CNEN 3.01/003, CNEN 3.01/005 e CNEN 3.01/011. Grandeza adimensional ou de dimensão 1(a) |
| meia-vida | segundo | s | Unidade do SI. Consta no documento "Grandezas e Unidades para Radiação Ionizante" (LNMRI/IRD/CNEN) |
| seção de choque | metro quadrado | $m^2$ | Unidade do SI. Consta no documento "Grandezas e Unidades para Radiação Ionizante" (LNMRI/IRD/CNEN) |
| taxa de dose absorvida | gray por segundo | Gy/s | Unidade do SI. Consta no documento "Grandezas e Unidades para Radiação Ionizante" (LNMRI/IRD/CNEN) |

(a) Conforme indicado no item 5.4.7 da brochura do SI, grandezas com a unidade um são representadas apenas por seu valor numérico, nem o símbolo (1) ou nome da unidade (um) devem ser apresentados.

**PORTARIA Nº 230, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Altera critérios para emissão do Selo de Identificação da Conformidade nos Requisitos de Avaliação da Conformidade específicos relacionados.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, resolve:

Considerando a necessidade de aprimorar processos na busca constante de maior eficiência e resultados para a sociedade;

Considerando a necessidade de simplificação administrativa;

Considerando os recursos necessários para a manutenção de um programa de avaliação da conformidade e a necessária priorização de ações cujo resultado justifique sua continuidade;

Considerando que a rastreabilidade quanto à procedência de produtos ou serviços com conformidade avaliada é de responsabilidade de todos os entes da cadeia produtiva;

Considerando que a rastreabilidade quanto à procedência de cada unidade de produtos ou serviços com conformidade avaliada pode ser determinada por meio de informações apostas em documentos fiscais e no corpo do produto, conforme determinado em cada regulamento específico do objeto;

Considerando a consulta pública que colheu contribuições da sociedade em geral para a elaboração do texto ora aprovado, divulgada pela Consulta Pública Inmetro nº 17, de 16 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2020, seção 1, página 19;

Considerando o que consta no Processo SEI nº 0052600.016524/2019-75, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas as alterações nos critérios de emissão do Selo de Identificação da Conformidade nos Requisitos de Avaliação da Conformidade específicos relacionados nos Anexos de "A" a "L" desta Portaria.

Art. 2º Os fabricantes e importadores de produtos e prestadores de serviço terão 12 (doze) meses, contados da data de vigência desta Portaria, para adequarem o produto e/ou embalagens para a substituição do Selo de Identificação da Conformidade nos termos dos Anexos "A" a "L" desta Portaria.

Parágrafo único. Os produtos fabricados antes da publicação desta Portaria e na vigência do prazo estabelecido no caput poderão ser comercializados por prazo indeterminado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021, conforme art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXOS

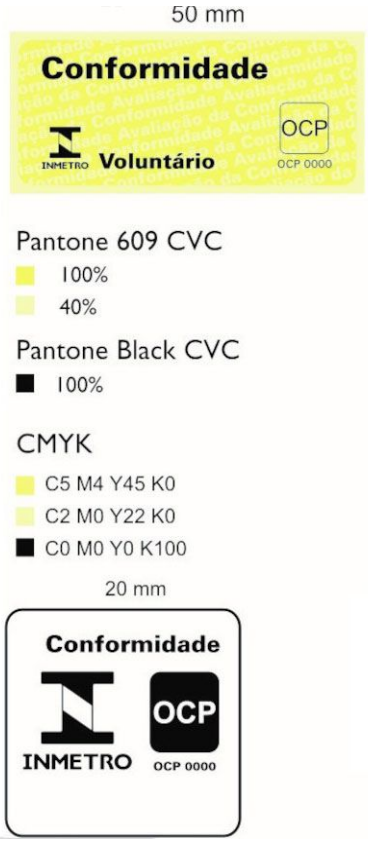
ANEXO A

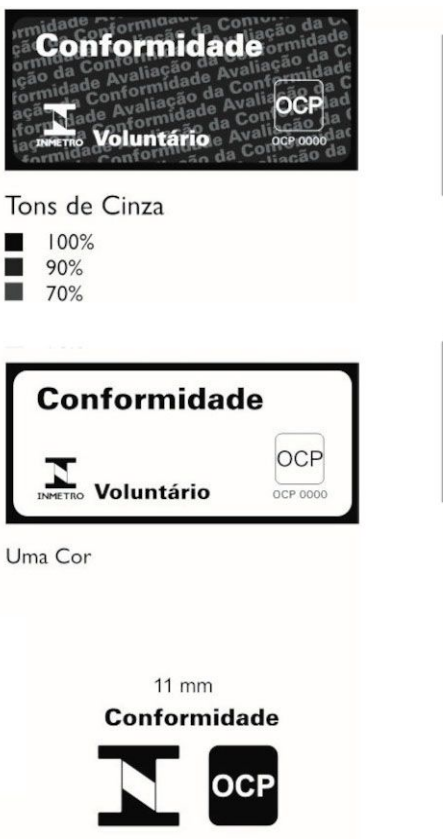
1. Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Cachaça, aprovados pela Portaria Inmetro nº 276, de 24 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 de setembro de 2009, seção 1, página 51, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"9.4.3 O Anexo C deste RAC disponibiliza três tamanhos de Selos de Identificação da Conformidade, 50 mm, 20 mm ou 11mm, para aposição ou impressão no rótulo conforme opção do solicitante. Estes selos podem ser utilizados em garrafas tamanho normal, tipo miniatura ou de bolso." (NR)

"ANEXO C - IDENTIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO SBAC

A etiqueta estabelecida pelo Inmetro, contendo a identificação da certificação no âmbito do SBAC, deve ser conforme uma das opções da figura a seguir:




" (NR)

2. Ficam excluídos:

2.1 Do item 2 - Documentos Complementares, as referências a seguir:

Formulário FOR - DQUAL - 144 - Especificação de Selo de Identificação da Conformidade.

NIE - DQUAL - 142 - Procedimento para aquisição de Selos de Identificação da Conformidade de produtos e serviços com conformidade avaliada.

2.2 Os subitens 9.3.2, 9.3.3, 9.5, 9.6 e 9.7.

2.3 Os itens 3, 4, 5 e 6 do Anexo C.

ANEXO B

1. Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Extintores de Incêndio, aprovados pela Portaria Inmetro nº 486, de 8 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 2010, seção 1, página 95, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"10.2.1 Aplicação

10.2.1.1 O Selo de Identificação da Conformidade definido pelo Inmetro deve ser aposto de forma visível e legível nos extintores de incêndio novos certificados, em consonância com o previsto na Portaria Inmetro nº 274, de 2014 e de acordo com o especificado em 10.1.1.

Nota: O Selo de Identificação da Conformidade pode ser aposto na forma de silk-screen, desde que idêntico a este selo." (NR)

.....

"10.2.4 Rastreabilidade

10.2.4.1 Todos os extintores de incêndio devem ostentar o número de série da fabricação.

Nota: Excepcionalmente, os extintores de incêndio descartáveis poderão, opcionalmente ao número de série, ostentar o número do lote de fabricação." (NR)

.....

ANEXO B - SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE







Especificações:

Dimensões: 70 x 40 mm

Tempo esperado de vida útil: 05 anos

Resistência ao arrancamento (adesivo permanente)

Resistência ao intemperismo e solventes

Resistência durante manuseio (transporte, instalação, armazenamento, limpeza)

(NR)

2. Ficam excluídos:

2.1. Do item 2 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, a referência a seguir:

NIE - DQUAL - 142 - Procedimento para aquisição de Selos de Identificação da Conformidade de produtos e serviços com conformidade avaliada.

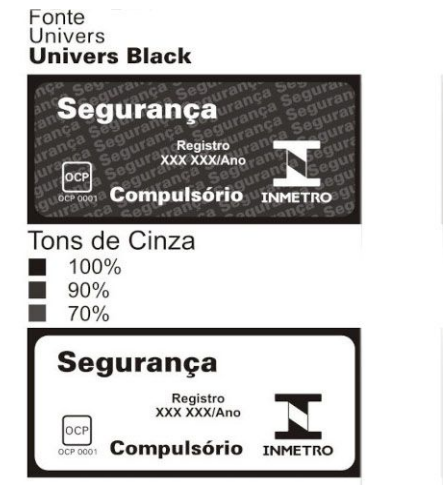
2.2. Os itens 10.2.2, 10.2.3, 10.2.4.2 e 10.2.5.

ANEXO C

1. Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Construção, Montagem e Funcionamento de Sistemas Automáticos não Metrológicos de Fiscalização de Trânsito, aprovados pela Portaria Inmetro nº 372, de 17 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2012, seção 1, página 106 a 111, passam a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO D - ESPECIFICAÇÃO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE




Especificações:

Tempo esperado de vida útil do selo em anos: 05

Resistência ao intemperismo;

Resistência ao arrancamento (adesivo permanente); e

Faqueamento (dispositivo de destruição na tentativa de remoção do Selo, inviabilizando a reutilização)." (NR)

2. Ficam excluídos:

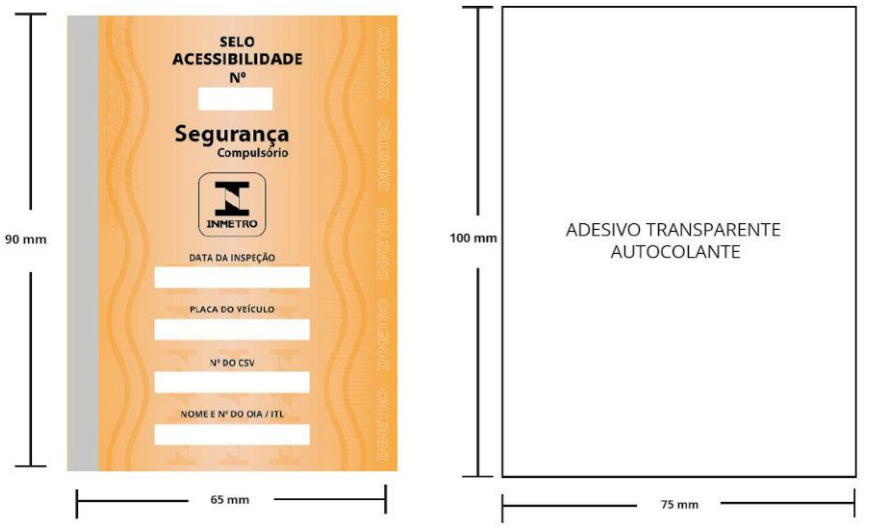
2.1 Os itens 9.4, 9.5, 9.6 e 9.7.

2.2 A alínea "I" do Campo 04 - EVIDÊNCIAS DA CONFORMIDADE OU NÃO-CONFORMIDADE NA DOCUMENTAÇÃO do formulário do ANEXO B.

ANEXO D

1. O Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Veículos de Características Rodoviárias para o Transporte Coletivo de Passageiros, aprovado pela Portaria Inmetro nº 168, de 5 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 10 de junho de 2008, seção 1, página 89 a 90, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Anexo B - Selo Acessibilidade

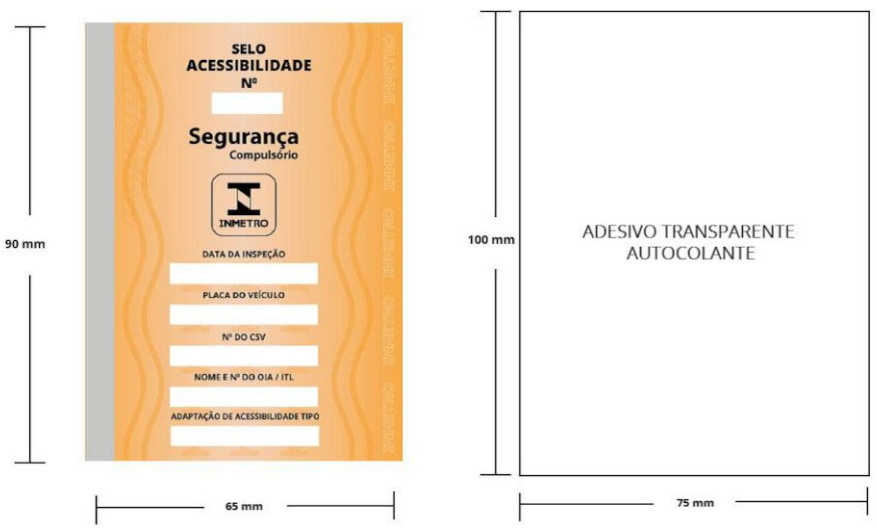



Nota: O arquivo para impressão gráfica e demais especificações do Selo Acessibilidade devem ser obtidos em selos.dconf@Inmetro.gov.br." (NR)

ANEXO E

1. O Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adequação de Acessibilidade em Veículos de Características Urbanas para o Transporte Coletivo de Passageiros, aprovado pela Portaria Inmetro nº 260, de 12 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2007, seção 1, página 101, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Anexo B - Selo Acessibilidade




Nota: O arquivo para impressão gráfica e demais especificações do Selo Acessibilidade devem ser obtidos em selos.dconf@Inmetro.gov.br." (NR)

ANEXO F

1. O Regulamento Técnico da Qualidade nº 37 - Inspeção de Segurança Veicular de Veículos Rodoviários Automotores com Sistemas de Gás Natural Veicular, aprovado pela Portaria Inmetro nº 49, de 24 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2010, seção 1, página 123, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"6.1.1 .....

.....

f) Selo de Identificação da Conformidade do cilindro para armazenamento de GNV (fabricação ou requalificação).

....." (NR)

.....

"6.1.2 .....

.....

e) Selo de Identificação da Conformidade do cilindro para armazenamento de GNV (fabricação ou requalificação).

....." (NR)

"6.1.3 .....

.....

f) Selo de Identificação da Conformidade do cilindro para armazenamento de GNV (fabricação ou requalificação)." (NR)

.....

"10. ANEXOS

Anexo A - Lista de Inspeção de Veículo Rodoviário Automotor com Sistema de GNV (modelo).

Anexo B - Selo Gás Natural Veicular." (NR)

.....

Anexo B - Selo Gás Natural Veicular

".....

Nota: A atualização do Selo Gás Natural Veicular, bem como das condições de emissão e instruções de preenchimento serão objeto de regulamentação específica." (NR)

2. Fica excluído o Anexo C - Selos de Identificação da Conformidade do Cilindro para Armazenamento de GNV (fabricação e requalificação).

ANEXO G

1. Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Requalificação de Cilindros Destinados ao Armazenamento de Gás Natural Veicular, aprovados pela Portaria Inmetro nº 308, de 1º de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 3 de julho de 2014, seção 1, página 99, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"ANEXO E - ESPECIFICAÇÕES DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

E.1 O Selo de Identificação da Conformidade deve ser utilizado em conformidade com os requisitos estabelecidos neste RAC.

E.1.1 A marcação da data da requalificação, mês e ano, deverá ser por meio de picotamento.

E.2 SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Deve ser utilizado o Selo de Identificação da Conformidade, conforme especificações descriminadas abaixo:




Especificações:

Condições Ambientais: resistência à exposição ao calor, frio e umidade.

Tempo esperado de vida útil do Selo em anos: 05 (cinco) anos.

Resistência ao arrancamento.

Faqueamento em todo o Selo (dispositivo de destruição na tentativa de remoção do Selo, inviabilizando a reutilização).

Nota: O arquivo para impressão gráfica e demais especificações do Selo devem ser obtidos em selos.dconf@Inmetro.gov.br." (NR)

2. Ficam excluídos:

2.1 Os subitens 9.3.1, 10.1.5

2.2 A Nota 2 da alínea "i" dos PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS (EVIDENCIAR A PRÁTICA E CONFORMIDADE) do Anexo A LISTA DE VERIFICAÇÃO NA INFRAESTRUTURA (LVI).

ANEXO H

1. Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, aprovados pela Portaria Inmetro nº 206, de 16 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2011, seção 1, página 105, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"8.1.1 A identificação da conformidade será feita por meio do Selo de Identificação da Conformidade, de acordo com as especificações estabelecidas no Anexo I deste RAC." (NR)

.....

"9.1.13 Enviar o Relatório Mensal Resumido, exemplificado no Anexo P deste RAC, mensalmente ao representante da RBMLQ-I, até o dia 10 do mês subsequente, contendo a quantidade de produtos e serviços de inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndio realizados do mês anterior. Estes Registros devem estar correlacionados com as ordens de serviços e demais Registros existentes no fornecedor, registrados e relatados no relatório do Anexo O deste RAC.

Nota: O Relatório Mensal Resumido, Anexo P deste RAC, não precisa ser igual ao mostrado nesse Anexo. Entretanto, deve conter, no mínimo, as informações ali solicitadas." (NR)

.....

Anexo I - Selo de Identificação da Conformidade




Especificações:

Condições Ambientais: resistência à exposição ao calor, frio e umidade.

Tempo esperado de vida útil do Selo em anos: 05 (cinco) anos.

Resistência ao arrancamento.

Faqueamento em todo o Selo (dispositivo de destruição na tentativa de remoção do Selo, inviabilizando a reutilização).

Nota: O arquivo para impressão gráfica e demais especificações do Selo devem ser obtidos em selos.dconf@Inmetro.gov.br." (NR)

2. Ficam excluídos:

2.1 Do item 2 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, as referências a seguir:

NIE - DQUAL - 142 - Procedimento para aquisição de Selos de Identificação da Conformidade de produtos e serviços com conformidade avaliada.

Formulário Inmetro FOR-Dqual-144 - Especificação do Selo de Identificação da Conformidade.

Formulário Inmetro FOR-Dqual-020 - Solicitação de Selo de Identificação da Conformidade

2.2 Os itens e subitens 8.2, 8.3, 9.1.15, 9.1.15.1, 9.1.16 e o Anexo C.

2.3 Fica excluído do subitem 6.2.3.18 a referência a seguir:

"- Impossibilidade de evidenciar a rastreabilidade dos Selos de Identificação da Conformidade;"

ANEXO I

1. O Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, aprovados pela Portaria Inmetro nº 5, de 4 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 5 de janeiro de 2011, seção 1, página 59, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"4.2.3.2 .....

.....

"f) Relação dos números de série dos extintores utilizados em uma Ordem de Serviço retirados de um mesmo cliente. Para os extintores de pó para extinção de incêndio de 1kg e 2kg a ordem de serviço fica limitada a 200 extintores." (N.R.)

2. No item E2 do Anexo E - REQUISITOS DE DESEMPENHO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, onde consta "IDENTIFICAÇÃO DO RECIPIENTE - SELO INMETRO Nº", deve constar "IDENTIFICAÇÃO DO RECIPIENTE - Nº SÉRIE".

ANEXO J

1. Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, aprovados pela Portaria Inmetro n° 16, de 14 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 1, página 46, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"ANEXO D - FLUXO DO CTPP / NÚMERO DE EQUIPAMENTO E BANCO DE DADOS INFORMATIZADO

D.1 - Fluxo do CTPP e do número de equipamento

.....

OCP - Solicitação do arquivo para impressão gráfica e especificações do CTPP ao Inmetro (selos.dconf@inmetro.gov.br)

....." (NR)

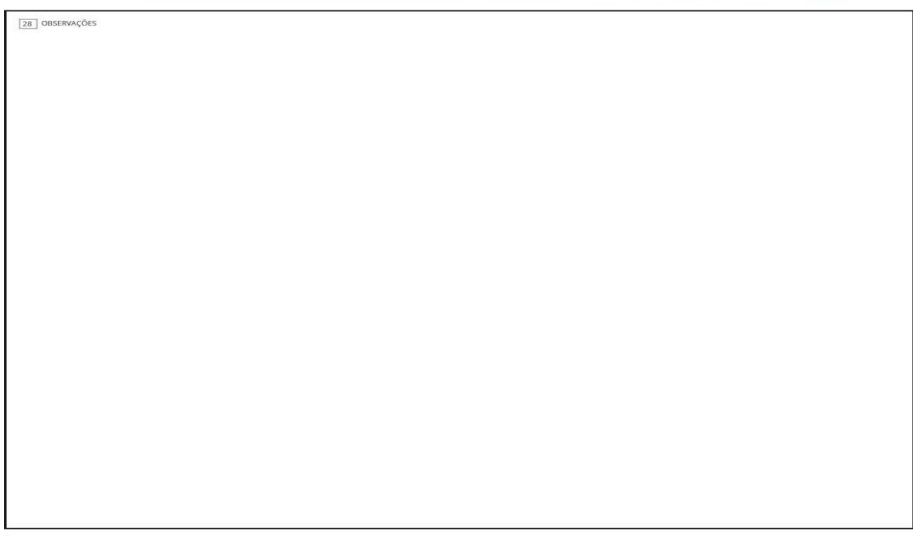
.....

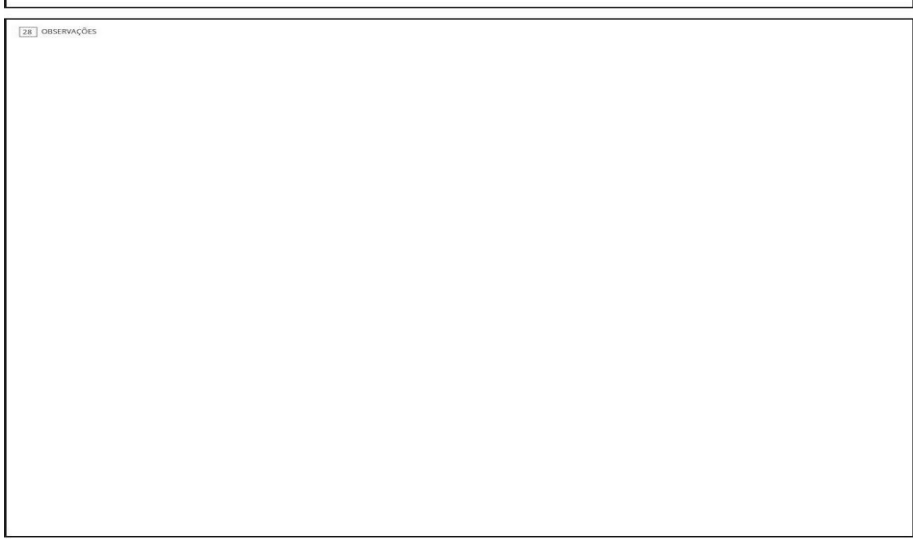
ANEXO F - LAYOUT DO CTPP









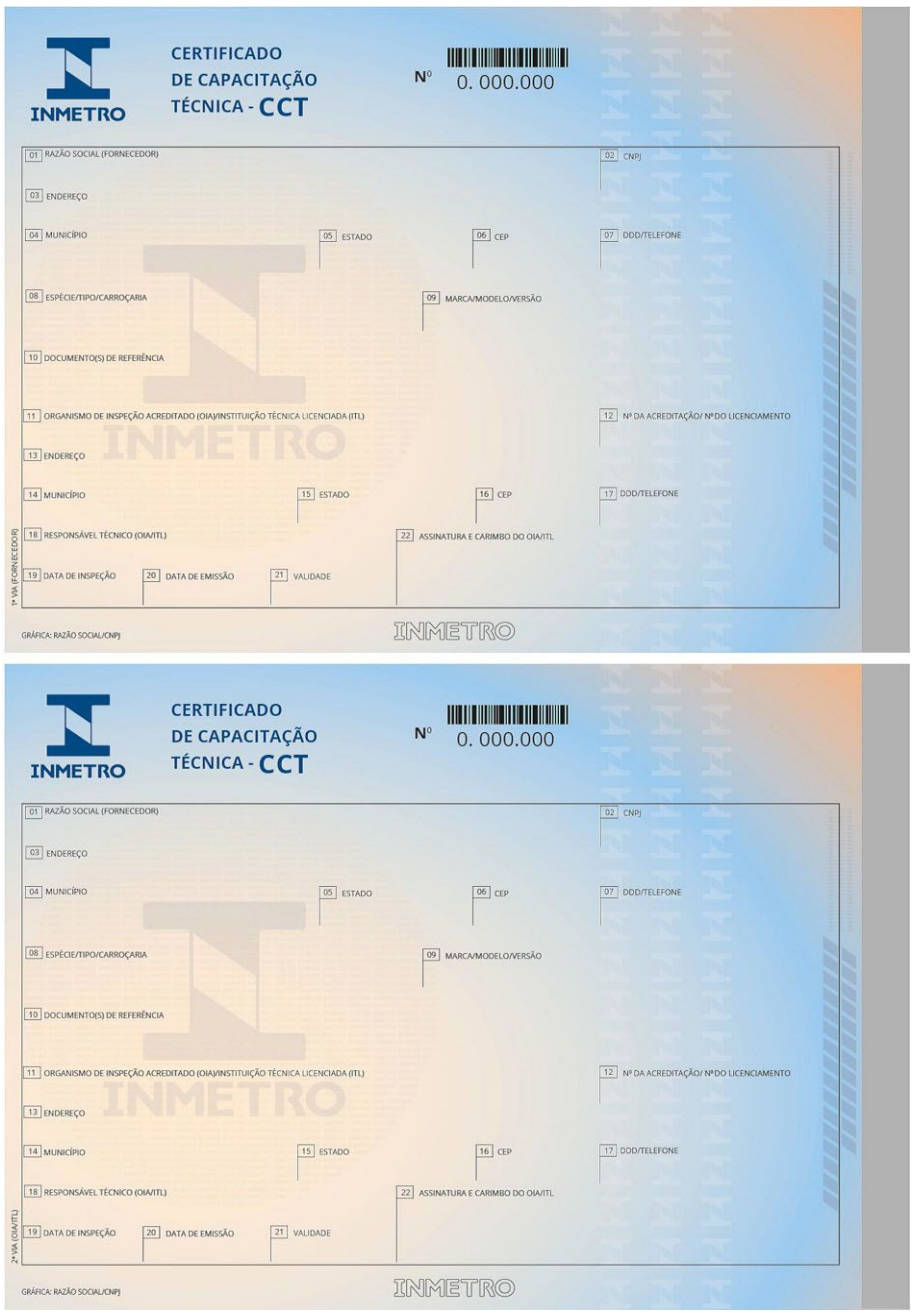
Nota: Imagens ilustrativas. O arquivo para impressão gráfica e especificações do CTPP devem ser solicitadas ao Inmetro (selos.dconf@inmetro.gov.br).

" (NR)

ANEXO K

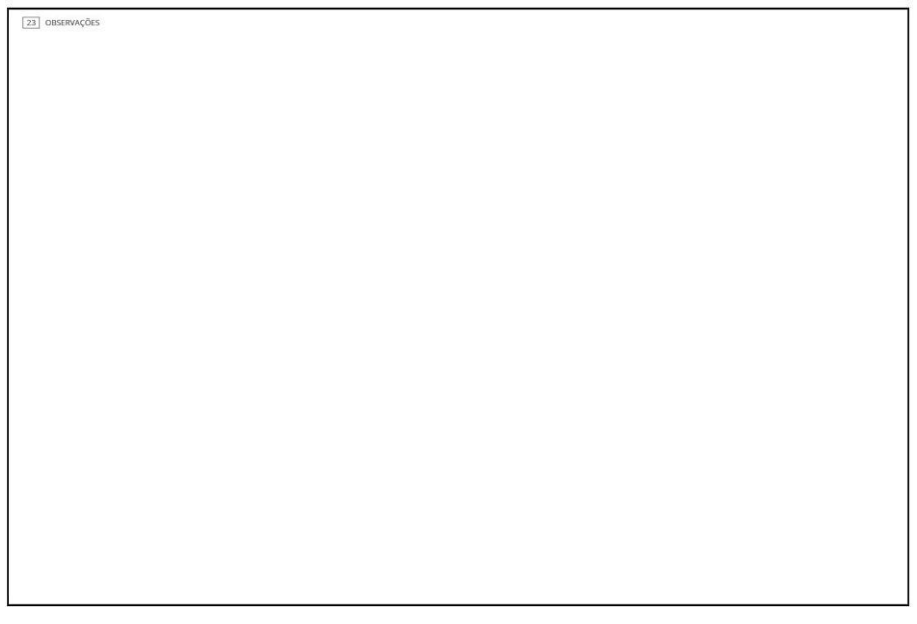
1. A Instrução para Preenchimento de Registros de Inspeção da Área da Segurança Veicular, aprovada pela Portaria Inmetro nº 142, de 26 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2019, seção 1, página 38, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO A - CERTIFICADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA (CCT)







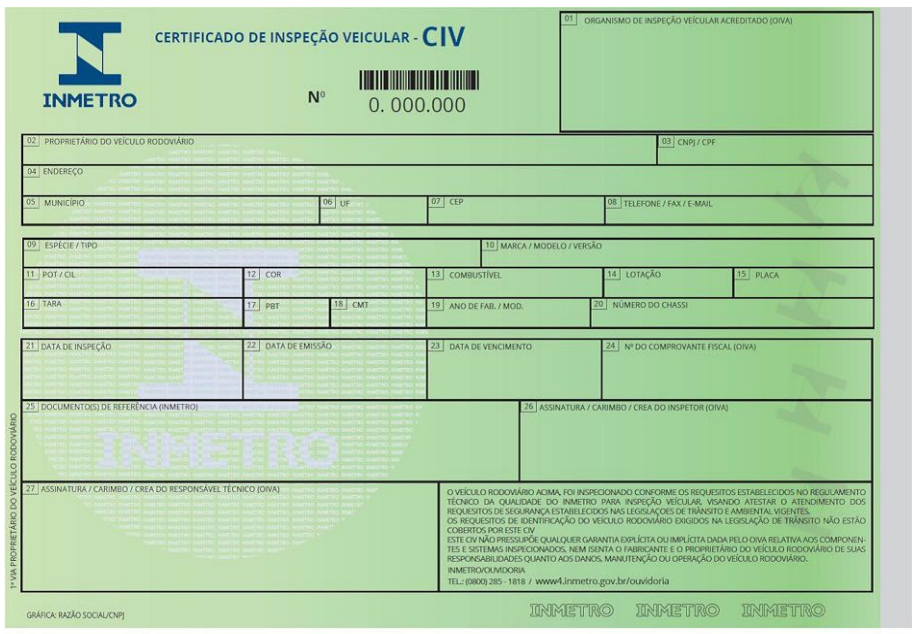


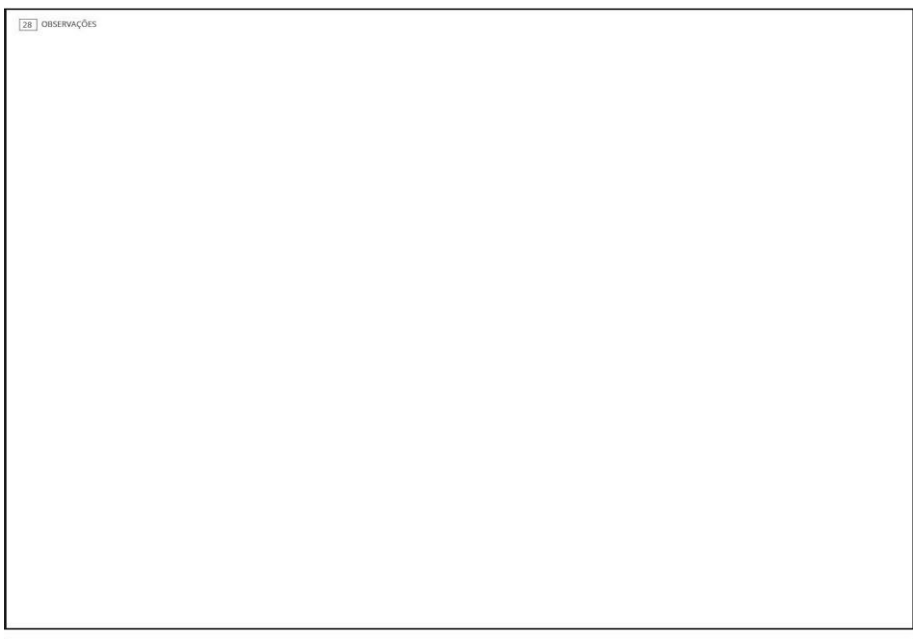

Nota: Imagens ilustrativas. O arquivo para impressão gráfica e especificações do CCT devem ser solicitadas ao Inmetro (selos.dconf@inmetro.gov.br). " (NR)

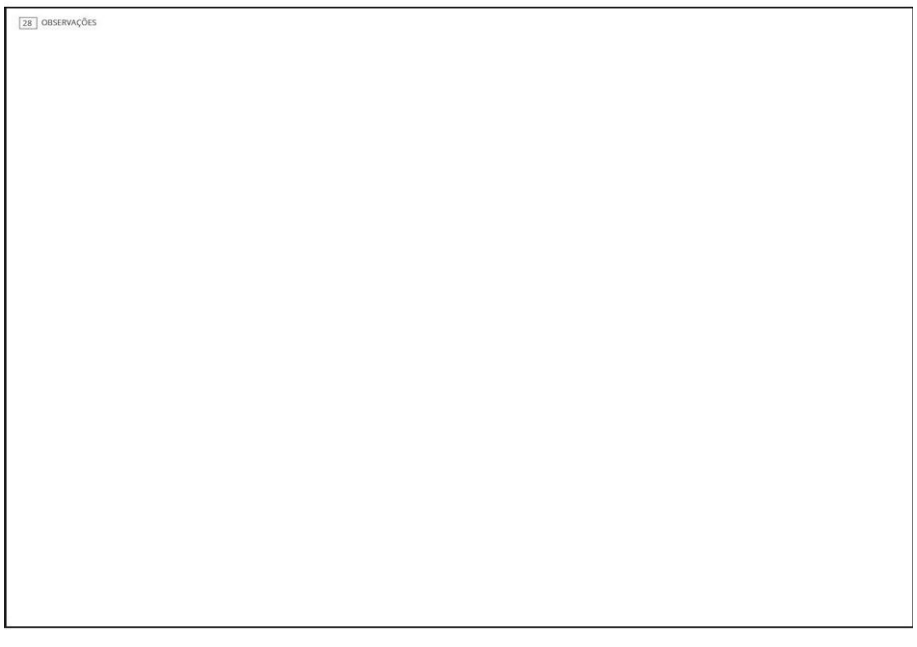
ANEXO L

1. O Regulamento Técnico da Qualidade 5 - Inspeção de Veículos Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 457, de 22 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2008, seção 1, página 95, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Anexo A - Certificado de Inspeção Veicular - CIV




Nota: Imagens ilustrativas. O arquivo para impressão gráfica e especificações do CIV devem ser solicitadas ao Inmetro (selos.dconf@inmetro.gov.br). " (NR)

**PORTARIA Nº 231, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Capacetes para Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA -

INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.011841/2020-39, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Consolidado para Capacetes para Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares, na forma dos Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Os fornecedores de capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares deverão atender integralmente ao disposto no presente Regulamento.

Art. 3º Os capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares objetos deste Regulamento, deverão ser fabricados, importados, distribuídos e comercializados, de forma a não oferecer riscos que comprometam a segurança do usuário, independentemente do atendimento integral aos requisitos ora publicados.

§ 1º Aplica-se o presente Regulamento os capacetes utilizados nos ciclomotores, motonetas, motocicletas, triciclos e quadriciclos motorizados.

§ 2º Encontram-se excluídos do cumprimento das disposições previstas neste Regulamento os capacetes não abrangidos pela Norma ABNT NBR 7471.

Art. 4º A cadeia produtiva de capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares fica sujeita às seguintes obrigações e responsabilidades:

I - o fabricante nacional deve fabricar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares conforme o disposto neste Regulamento;

II - o importador deve importar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares conforme o disposto neste Regulamento;

III - os demais entes da cadeia produtiva e de fornecimento de capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares, incluindo o comércio em estabelecimentos físicos ou virtuais, devem manter a integridade do produto, das suas marcações obrigatórias, preservando o atendimento aos requisitos deste Regulamento.

Parágrafo único. Caso um ente exerça mais de uma função na cadeia produtiva e de fornecimento, entre as anteriormente listadas, suas responsabilidades são acumuladas.

Exigências Pré-Mercado

Art. 5º Os capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares, fabricados, importados, distribuídos e comercializados em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidos, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio do mecanismo de certificação, observado os termos deste Regulamento.

§ 1º Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Capacetes para Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares estão fixados no Anexo I desta Portaria.

§ 2º A certificação não exime o fornecedor da responsabilidade exclusiva pela segurança do produto.

Art. 6º Após a certificação, os capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares, importados, distribuídos e comercializados em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser registrados no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva.

§ 1º A obtenção do registro é condicionante para a autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade nos produtos certificados e para sua disponibilização no mercado nacional.

§ 2º O modelo de Selo de Identificação da Conformidade aplicável para capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares, encontra-se no Anexo II desta Portaria.

Art. 7º Os capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares abrangidos pelo Regulamento ora aprovado, estão sujeitos ao regime de licenciamento de importação não automático, devendo o importador obter anuência junto ao Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 18, de 14 de janeiro de 2016, ou substitutiva.

Vigilância de Mercado

Art. 8º Os capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares, objetos deste Regulamento, estão sujeitos, em todo o território nacional, às ações de vigilância de mercado executadas pelo Inmetro e entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Art. 9º Constitui infração a ação ou omissão contrária ao disposto nesta Portaria, podendo ensejar as penalidades previstas na Lei nº 9.933, de 1999.

Art. 10. O fornecedor, quando submetido a ações de vigilância de mercado, deverá prestar ao Inmetro, quando solicitado, as informações requeridas em um prazo máximo de 15 dias.

Prazos e disposições transitórias

Art. 11. A partir de 17 de abril de 2022, os fabricantes nacionais e importadores devem fabricar ou importar, para o mercado nacional, somente capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares em conformidade com as alterações promovidas pela Portaria Inmetro nº 456, de 2019, incorporadas a este Regulamento Consolidado.

Parágrafo único. A partir 17 de abril de 2023, os fabricantes nacionais e importadores devem comercializar para o mercado nacional, somente capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares em conformidade com as alterações promovidas pela Portaria Inmetro nº 456, de 2019, incorporadas a este Regulamento Consolidado.

Art. 12. Os fornecedores de capacetes terão até 12 (doze) meses, contados da data de vigência desta Portaria, para adequarem o layout do Selo de Identificação da Conformidade conforme previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 13. A publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados.

Parágrafo único. Os certificados já emitidos deverão ser revisados na próxima etapa de avaliação, para referência à Portaria ora publicada.

Cláusula de revogação

Art. 14. Ficam revogados, na data de vigência desta Portaria:

I - Portaria Inmetro nº 94, de 3 de agosto de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2020, seção 1, página 56;

II - Portaria nº 456, de 1º de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 3 de dezembro de 2010, seção 1, página 136;

III - Portaria Inmetro nº 374, de 17 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2012, seção 1, página 111;

IV - Portaria Inmetro nº 503, de 10 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2012, seção 1, página 75;

V - Portaria Inmetro nº 93, de 9 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2015, seção 1, página 71;

VI - Portaria Inmetro nº 456, de 14 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 2019, seção 1, página 46;

VII - Portaria Inmetro nº 321, de 15 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2020, seção 1, página 42; e

VIII - inciso V do art. 18 da Portaria Inmetro nº 258, de 6 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 7 de agosto de 2020, seção 1, página 25.

Vigência

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021, conforme determina art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JÚNIOR

ANEXOS

ANEXO I - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA CAPACETES PARA CONDUTORES E PASSAGEIROS DE MOTOCICLETAS E SIMILARES

1. OBJETIVO

Estabelecer critérios e procedimentos de avaliação da conformidade para capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares, com foco na segurança, por meio do mecanismo de certificação, visando à segurança dos condutores e passageiros de motocicletas e similares, minimizando as consequências de eventuais acidentes.

1.1 AGRUPAMENTO PARA EFEITO DE CERTIFICAÇÃO

Para certificação do objeto deste RAC, aplica-se o conceito de modelo.

2. SIGLAS

Para efeitos deste RAC são adotadas as siglas do RGCP, complementadas pela sigla a seguir.

Contran - Conselho Nacional de Trânsito

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins deste RAC, são adotados os seguintes documentos complementares, além daqueles estabelecidos no RGCP.

Portaria Inmetro nº 200, de 2021 - Aprova os Requisitos Gerais de Certificação e Produtos - RGCP.

Resolução Contran n° 453, de 2013, ou substitutiva - Disciplina o uso de capacete para condutor e passageiro de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos motorizados e quadriciclos motorizados.

Norma ABNT NBR 7471:2015 - Veículos rodoviários automotores Capacete e viseiras para condutores e passageiros de motocicletas e veículos similares Requisitos de desempenho e métodos de ensaio.

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RAC, são adotadas as definições a seguir, complementadas pelas definições contidas nos documentos citados no item 3.

4.1 Amostra

Consiste em uma quantidade pré-estabelecida de corpos de prova definido para os ensaios.

4.2 Acessórios de um capacete

Componentes agregados ao capacete e que não são contemplados pelo processo de certificação do mesmo.

4.3 Capacete

Equipamento para condutores e passageiros de motocicletas e similares que, quando utilizado corretamente, minimiza os efeitos causados por impacto contra a cabeça do usuário em um eventual acidente, podendo ser do tipo aberto, integral (fechado), modular ou misto.

4.4 Componentes Originais

Componentes que compõem o capacete como originalmente fabricados ou componentes que sejam recomendados pelo fabricante ou importador.

4.5 Memorial Descritivo

Documento apresentado pelo fornecedor que descreve o projeto a ser avaliado, com objetivo de explicitar, de forma sucinta, as informações mais importantes do produto.

4.6 Modelo

Denominação da união das características únicas de um determinado capacete, fabricado nos tamanhos definidos na norma ABNT NBR 7471, quanto aos aspectos da segurança, materiais, processos e demais requisitos normativos.

4.7 Tamanho de um capacete

Perímetro interno do capacete medido no plano de referência, incluindo revestimento de conforto completo, com as bochecheiras, expressos em centímetros.

4.8 Versão de um capacete

Variação de um modelo de capacete que apresenta as mesmas características construtivas e o mesmo desempenho nos ensaios quanto à conformidade à norma ABNT NBR 7471.

5. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

O mecanismo de avaliação da conformidade para Capacete para Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares é a certificação.

6. ETAPAS DA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

Este RAC estabelece 3(três) modelos distintos para concessão do Certificado de Conformidade, sendo:

a) Modelo de Certificação 5 - Avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante, incluindo auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade, seguida de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostra do produto na fábrica e no comércio, alternadamente, para realização das atividades de avaliação da conformidade, e auditoria do SGQ.

b) Modelo de Certificação 4 - Avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante seguido de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostras do produto na fábrica e no comércio, alternadamente, para realização das atividades de avaliação da conformidade.

c) Modelo 1b - Ensaio de lote.

6.1 Modelo 5

6.1.1 Avaliação inicial

6.1.1.1 Solicitação de Certificação

O solicitante da certificação deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, fornecendo toda a documentação estabelecida no RGCP, incluindo memorial descritivo conforme definido no Anexo A.

6.1.1.2 Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação

Os critérios de análise da solicitação e da conformidade da documentação devem atender aos requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.3 Auditoria inicial do Sistema de Gestão da Qualidade e Avaliação do Processo Produtivo

Os critérios de auditoria inicial do sistema de gestão da qualidade devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP, exceto pelo disposto a seguir.

6.1.1.3.1 A Auditoria do SGQ deve ser realizada a fim de verificar o atendimento quanto aos requisitos estabelecidos no Anexo B deste RAC.

6.1.1.3.2 A apresentação de um certificado do SGQ do fabricante, dentro de sua validade, sendo este emitido por um OCS acreditado pelo Inmetro ou reconhecido pelo IAF, segundo a ISO 9001 ou ABNT NBR ISO 9001 e sendo esta certificação válida para a linha de produção do produto objeto da certificação, pode eximir a empresa solicitante, sob análise e responsabilidade do OCP, da avaliação do SGQ prevista neste RAC, durante a auditoria inicial. Neste caso, a empresa solicitante deve colocar à disposição do OCP todos os registros correspondentes a esta certificação. O OCP deve analisar a documentação pertinente, para assegurar que os requisitos descritos no Anexo B foram atendidos.

6.1.1.4 Plano de Ensaios Iniciais

Os critérios do plano de ensaios iniciais devem seguir os requisitos descritos no RGCP.

6.1.1.4.1 Definição dos ensaios a serem realizados

Os ensaios a serem realizados são relacionados na Tabela 1 deste RAC.

Tabela 1 - Ensaios para capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares

| Base Normativa | Procedimento | Item da Base Normativa |
|---|---|---|
| ABNT NBR 7471 | Verificação das Características Gerais e Dimensionais | 7.1 |
| | Absorção de impacto | 7.2 |
| | Sistema de Retenção | 7.3 |
| | Resistência ao Descalçamento | 7.4 |
| | Viseira | 7.5 |
| | Marcação e rotulagem | 8 |
| Resolução Contran nº 453, de 2013 | Marcações obrigatórias e presença de dispositivo retrorefletivo | Inciso III do art.2º da Resolução Contran 453, de 2013 |

6.1.1.4.2 Definição da Amostragem

Os critérios da definição da amostragem devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.4.2.1 O OCP deverá se responsabilizar pela coleta de amostra de todos os modelos e tamanhos de capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares objeto da certificação, para realização dos ensaios definidos na Tabela 1 deste RAC.

6.1.1.4.2.2 O OCP deve realizar, por modelo e tamanho de capacete, os ensaios previstos na Tabela 1 desde RAC e realizar os ensaios de acordo com a norma ABNT NBR 7471 e no inciso III do art.2º da Resolução Contran nº 453, de 2013.

6.1.1.4.2.3 Para a realização do ensaio inicial, o OCP deverá providenciar os ensaios em 6 (seis) unidades de capacetes de cada tamanho e de cada modelo. A seguinte quantidade de unidades que compõe a amostra deve ser requerida para a realização da sequência completa de ensaios:

a) três, para os ensaios de absorção de impacto (unidades n°1, nº 2 e nº 3);

b) uma, para ensaio de viseira (unidade n°4);

c) uma, para o ensaio do sistema de retenção (unidade n°5);

d) uma, para a verificação das características gerais e dimensionais e para o ensaio de resistência ao descalçamento (unidade n° 6);

6.1.1.4.2.4 Para a comprovação dos ensaios iniciais, o OCP deverá providenciar, por modelo e tamanho, a coleta de 46 (quarenta e seis capacetes), a partir de um lote mínimo de 600 (seiscentos) capacetes.

6.1.1.4.2.5 A distribuição da amostragem está definida na Tabela 2 deste RAC.

Tabela 2 Distribuição das amostras para os ensaios de comprovação

| Tamanho de cada amostra | Distribuição para cada ensaio |
|---|---|
| 30 capacetes do maior tamanho. | 10 capacetes para ensaios de absorção de impacto (50ºC). |
| | 10 capacetes para ensaios de absorção de impacto (-20ºC). |
| | 10 capacetes para ensaios de absorção de impacto (umidade). |
| 10 capacetes do menor tamanho. | 5 capacetes para ensaios de sistema de retenção. |
| | 5 capacetes para ensaios de descalçamento. |
| | Nota: Para o ensaio de verificação das características gerais e dimensionais é possível utilizar um exemplar de capacete destinado ao ensaio de descalçamento. |
| 3 capacetes | 3 capacetes para ensaios de poderes refrativos e propriedades mecânicas da viseira. |
| 3 capacetes | 3 viseiras principais para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos.Quando aplicável, 3 viseiras secundárias para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos. |

6.1.1.4.2.6 Para a aprovação do capacete que utilize diferentes tipos de sistemas de retenção, deverão ser realizados ensaios complementares, com quantidades definidas na Tabela 2 para a realização de ensaios complementares no sistema de retenção e no descalçamento.

6.1.1.4.2.7 Para a aprovação do capacete que utilize diferentes tipos de viseira, deverão ser realizados ensaios complementares, com quantidade definidas neste RAC, para cada tipo de viseira utilizada.

6.1.1.4.2.8 O capacete objeto da certificação será considerado de mesma classificação de versão e de mesmo modelo, se apresentar idênticas características construtivas, a saber:

a) casco (inclusive composição e material);

b) berço do isopor.

6.1.1.4.2.9 Somente poderão ser considerados acessórios do capacete os seguintes componentes:

a) pala;

b) placa de fixação de viseira;

c) protetor do maxilar para capacete aberto (queixeira);

d) sistema de ventilação e aeração.

Nota: acessórios não são contemplados pelo processo de certificação.

6.1.1.4.2.10 Para aceitação e rejeição das amostras será adotado o critério abaixo:

$x + 2{,}0\ S < L$,

onde:

$x$ = Média aritmética da amostra, dada por:

$$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^{n} x_i}{n}$$

S = Desvio Padrão da amostra, dado por:

$$s = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^{n} (x_i - \bar{x})^2}{n-1}}$$

onde:

n é o número de elementos da amostra.

x1, x2, x3, xn representam a amostra.

L => Valor máximo da grandeza medida definida pela norma para cada ensaio.

6.1.1.4.2.11 Para os ensaios de Absorção de Impacto (30 capacetes), será permitido 1 (um) resultado acima de 1,1L, para cada condicionamento. Este resultado deverá ser desconsiderado para o cálculo da média e do desvio padrão.

6.1.1.4.2.12 Para os ensaios de Sistema de Retenção e Descalçamento, nenhum resultado acima de 1,1L será permitido.

6.1.1.4.2.13 Caso a amostra de prova seja reprovada, todos os ensaios descritos na Tabela 2 devem ser repetidos, obrigatoriamente, nas amostras de contraprova e testemunha, devendo ambas atender aos requisitos estabelecidos na norma ABNT NBR 7471.

6.1.1.4.2.14 Caso a reprovação ocorra no ensaio de uma versão de sistema de retenção, deverão ser considerados como ensaios de contraprova e testemunha apenas os ensaios de retenção e descalçamento aplicados àquela versão, respeitando-se as quantidades de amostra definidas na Tabela 2.

6.1.1.4.2.15 Caso a reprovação ocorra no ensaio de uma versão de viseira, deverá ser considerado como ensaio de contraprova e a testemunha apenas o ensaio de viseira aplicado àquela versão, respeitando- se as quantidades de amostra definidas na Tabela 2.

6.1.1.4.3 Definição do Laboratório

Os critérios para a definição de laboratório devem seguir conforme estabelecido no RGCP. Poderão também ser aceitos laboratórios acreditados por um organismo signatário de acordo multilateral de reconhecimento mútuo da European co-operation for Accreditation (EA).

6.1.1.5 Tratamento de Não Conformidades na Etapa de Avaliação Inicial

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.6 Emissão do Certificado de Conformidade

Os critérios para emissão do Certificado de Conformidade devem seguir os requisitos mínimos descritos no RGCP e neste RAC.

6.1.1.6.1 O Certificado de Conformidade deve ter validade de 4 (quatro) anos e deve contemplar os requisitos mínimos descritos no RGCP.

6.1.1.6.2 No Certificado de Conformidade a notação do modelo deve ser conforme descrito a seguir.

| Marca | Modelo<br>(Designação comercial do modelo e código de referência comercial, se existentes). | Descrição<br>Descrição técnica do modelo - (aberto, fechado, modular), versões/ material, tamanhos certificados | Código de barras comercial (quando existente) de todos os modelos/versões. |
|---|---|---|---|

6.1.2 Avaliação da Manutenção

Depois da concessão do Certificado de Conformidade, o acompanhamento da certificação é realizado pelo OCP para constatar se as condições técnico-organizacionais que deram origem à concessão inicial da certificação continuam sendo cumpridas.

6.1.2.1 Periodicidade da Avaliação de Manutenção

6.1.2.1.1 A periodicidade da avaliação de manutenção está condicionada à apresentação ou não de não conformidades em auditoria ou ensaios, conforme disposto a seguir.

6.1.2.1.2 A primeira Avaliação de Manutenção deverá ocorrer 6 (seis) meses após a concessão da certificação.

6.1.2.1.3 Caso o produto apresente alguma não conformidade durante a auditoria ou nos ensaios de manutenção, a próxima etapa de avaliação (auditoria e ensaios) ocorrerá, novamente, após 6 (seis) meses, desde que evidencie a adoção de ações corretivas adequadas às não conformidades encontradas anteriormente.

6.1.2.1.4 Caso, durante a avaliação de manutenção, ocorra alguma não conformidade, quer na auditoria ou nos ensaios, a próxima avalição de manutenção ocorrerá após 6 (seis) meses, desde que evidencie a adoção de ações corretivas adequadas as não-conformidades encontradas.

6.1.2.1.5 Caso não haja não conformidades nos ensaios ou na auditoria de manutenção, a próxima avaliação de manutenção ocorrerá somente após 12 (doze) meses da realização da última avaliação de manutenção.

6.1.2.1.6 O intervalo de 12 (doze) meses é o intervalo máximo entre avaliações de manutenção.

Nota: O espaçamento entre as avaliações de manutenção é de 6 (seis) meses, ou 12 (doze) meses. O aumento do espaçamento está unicamente ligado a não identificação de não conformidades nos ensaios ou auditorias. Neste caso, o espaçamento passa a ser o imediatamente superior. Entretanto, caso seja encontrada não conformidade nos ensaios de manutenção ou auditorias subsequentes, o espaçamento é reduzido para 6 (seis) meses, reiniciando-se então novo ciclo. Os espaçamentos de 6 (seis) e 12 (doze) meses são os mínimos e máximos, respectivamente, possíveis entre as avaliações de manutenção.

6.1.2.2 Auditoria de Manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade e Avaliação do Processo Produtivo

Os critérios para auditoria de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP, observado o disposto no subitem 6.1.2.1. A auditoria de manutenção deve ser realizada com base nos requisitos definidos no Anexo B deste RAC.

6.1.2.3 Plano de Ensaios de Manutenção

Os critérios para o plano de ensaios de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP e no observado o disposto no subitem 6.1.2.1.

6.1.2.3.1 Definição dos Ensaios a serem realizados

Os ensaios de manutenção devem ser realizados conforme o RGCP e o disposto na Tabela 1 deste RAC, em 50% dos modelos de capacetes certificados em cada auditoria de manutenção, utilizando a Tabela 3 deste RAC.

6.1.2.3.2 Definição de Amostragem de Manutenção

Os critérios para o plano de ensaios de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.2.3.2.1 Para a realização do ensaio de manutenção, o OCP deve realizar a coleta das amostras em triplicata (prova, contraprova e testemunha), no comércio e na fábrica, alternadamente, utilizando a Tabela 3 neste RAC.

Tabela 3 - Distribuição das amostras para os ensaios de manutenção

| Tamanho de cada amostra (prova, contraprova e testemunha) | Distribuição do ensaio |
|---|---|
| 4 capacetes do maior tamanho. | 3 capacetes para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaio de verificação das características gerais e dimensionais. |
| 4 capacetes do menor tamanho. | 3 capacetes para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaio de sistema de retenção. |
| 4 capacetes do tamanho intermediário. | 3 capacetes para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaios de descalçamento. |
| 1 capacete do maior tamanho; 1 capacete do menor tamanho;<br>1 capacete do tamanho intermediário. | 3 capacetes para ensaios de poderes refrativos e propriedades mecânicas da viseira. |
| 1 capacete do maior tamanho;<br>1 capacete do menor tamanho;<br>1 capacete do tamanho intermediário. | 3 viseiras principais para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da Luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos.<br>Quando aplicável, 3 viseiras secundárias para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos. |

6.1.2.3.2.2 O fornecedor que possui apenas um ou dois tamanhos de capacetes certificados, o critério estabelecido para o ensaio inicial deve ser repetido por modelo.

6.1.2.3.2.3 No caso de repetição de um modelo no ensaio de manutenção, o OCP deve registrar justificativa técnica.

6.1.2.3.2.4 Para os demais modelos de capacetes não ensaiados no ensaio de manutenção, o detentor da certificação deve realizar no seu laboratório os ensaios de rotina, nos modelos/tamanhos de capacetes certificados. Os registros destes ensaios deverão ser avaliados pelo OCP, quando da realização das auditorias de manutenção.

6.1.2.3.2.5 Os ensaios de rotina devem ser realizados no laboratório do fabricante, utilizando no mínimo a amostragem definida na norma ABNT NBR 7471. O OCP deve anexar os registros dos ensaios em seu relatório de auditoria.

6.1.2.3.2.6 Caso a amostra de prova seja reprovada, todos os ensaios descritos na Tabela 3 devem ser repetidos, obrigatoriamente, nas amostras de contraprova e testemunha, devendo ambas atender aos requisitos estabelecidos na norma ABNT NBR 7471 e no inciso III do art.2º da Resolução Contran nº 453, de 2013.

6.1.2.3.2.7 Caso a reprovação ocorra no ensaio de uma versão de sistema de retenção, deverão ser considerados como ensaios de contraprova e a testemunha apenas os ensaios de retenção e descalçamento aplicados àquela versão, respeitando-se as quantidades de amostra definidas na Tabela 3.

6.1.2.3.2.8 Caso a reprovação ocorra no ensaio de uma versão de viseira, deverá ser considerado como ensaio de contraprova e a testemunha apenas o ensaio de viseira aplicado àquela versão, respeitando- se as quantidades de amostra definidas na Tabela 3.

6.1.2.3.3 Definição do Laboratório

Os critérios para a definição de laboratório devem seguir conforme estabelecido no RGCP e no subitem 6.1.1.4.3.

6.1.2.4 Tratamento de Não Conformidades na Etapa de Avaliação de Manutenção

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.2.5 Confirmação da Manutenção

Os critérios de confirmação da manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.3 Avaliação de Recertificação

Os critérios para avaliação de recertificação estão contemplados no RGCP. A Avaliação de Recertificação deve ser realizada a cada 4 (quatro) anos, devendo ser finalizada até a data de validade do Certificado de Conformidade.

6.2 Modelo de Certificação 4

6.2.1 Avaliação inicial

6.2.1.1 Solicitação de Certificação

O solicitante da certificação deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, fornecendo toda a documentação aplicável, que devem atender aos requisitos estabelecidos no RGCP, incluindo Memorial Descritivo conforme Anexo A desde RAC.

6.2.1.2 Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação

Os critérios de análise da solicitação e da conformidade da documentação devem atender aos requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.1.3 Plano de Ensaios Iniciais

Os critérios do plano de ensaios iniciais devem seguir os requisitos descritos no RGCP e no subitem 6.1.1.4 deste RAC.

6.2.1.3.1 Definição dos Ensaios a serem Realizados

Os ensaios a serem realizados devem seguir os requisitos descritos no RGCP e no subitem 6.1.1.4.1 deste RAC.

6.2.1.3.2 Definição de Amostragem

Os critérios da definição da amostragem devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP e no subitem 6.1.1.4.2 deste RAC.

6.2.1.3.3 Definição do Laboratório

Os critérios para a definição de laboratório devem seguir conforme estabelecido no RGCP e no subitem 6.1.1.4.3.

6.2.1.4 Tratamento de Não Conformidades na Etapa de Avaliação Inicial

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.1.5 Emissão do Certificado de Conformidade

O critério para a emissão do Certificado de Conformidade deve seguir o subitem 6.1.1.6 deste RAC.

6.2.2 Avaliação da Manutenção

Depois da concessão do Certificado de Conformidade, o acompanhamento da certificação é realizado pelo OCP para constatar se as condições técnico-organizacionais que deram origem à concessão inicial da certificação continuam sendo cumpridas.

6.2.2.1 Plano de Ensaios de Manutenção

Os critérios para o plano de ensaios de manutenção devem seguir conforme estabelecido no RGCP. Os ensaios de manutenção deverão ocorrer a cada 6 (seis) meses, contados da data de emissão do certificado.

6.2.2.1.1 Definição dos Ensaios a Serem Realizados

Os ensaios de manutenção devem ser realizados em 100 % dos modelos de capacetes certificados em cada manutenção, de acordo com a Tabela 1 deste RAC.

6.2.2.1.2 Definição da Amostragem de Manutenção

Os critérios para a definição da amostragem de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.2.1.2.1 Para a realização do ensaio de manutenção, o OCP deve realizar a coleta das amostras em triplicata (prova, contraprova e testemunha) no comércio e na fábrica, alternadamente, utilizando a Tabela 3 deste RAC.

6.2.2.1.2.2 O fornecedor que possui apenas um ou dois tamanhos de capacetes certificados, o critério estabelecido para o ensaio inicial deve ser repetido por modelo.

6.2.2.1.2.3 Caso a amostra de prova seja reprovada, todos os ensaios descritos na Tabela 3 devem ser repetidos, obrigatoriamente, nas amostras de contraprova e testemunha, devendo ambas atender aos requisitos estabelecidos na norma ABNT NBR 7471 e no inciso III do art.2º da Resolução Contran nº 453, de 2013.

6.2.2.1.2.4 Caso a reprovação ocorra no ensaio de uma versão de sistema de retenção, deverão ser considerados como ensaios de contraprova e a testemunha apenas os ensaios de retenção e descalçamento aplicados àquela versão, respeitando-se as quantidades de amostra definidas na Tabela 3.

6.2.2.1.2.5 Caso a reprovação ocorra no ensaio de uma versão de viseira, deverá ser considerado como ensaio de contraprova e a testemunha apenas o ensaio de viseira aplicado àquela versão, respeitando- se as quantidades de amostra definidas na Tabela 3.

6.2.2.1.3 Definição do Laboratório

Os critérios para a definição de laboratório devem seguir conforme estabelecido no RGCP e no subitem 6.1.1.4.3.

6.2.2.2 Tratamento de Não Conformidades na Etapa de Avaliação de Manutenção

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.2.3 Confirmação da Manutenção

Os critérios de confirmação da manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.3 Avaliação de Recertificação

Os critérios para avaliação de recertificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP. A Avaliação de Recertificação deve ser realizada a cada 4 (quatro) anos, devendo ser finalizada até a data de validade do Certificado de Conformidade.

6.3 Modelo 1b - Ensaio de Lote

6.3.1 Avaliação Inicial

6.3.1.1 Solicitação de Certificação

O solicitante da certificação deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, fornecendo toda a documentação aplicável, que devem atender aos requisitos estabelecidos no RGCP, incluindo Memorial Descritivo conforme Anexo A deste RAC.

6.3.1.2 Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação

Os critérios de análise da solicitação e da conformidade da documentação devem atender aos requisitos estabelecidos no RGCP.

6.3.1.3 Plano de Ensaios Iniciais

Os critérios do plano de ensaios iniciais devem seguir os requisitos descritos no RGCP.

6.3.1.3.1 Definição dos ensaios a serem realizados

Os ensaios a serem realizados devem seguir os requisitos descritos no RGCP, no subitem 6.1.1.4.1 e nas Tabelas 4, 5 e 6 deste RAC.

6.3.1.3.2 Definição de Amostragem

O OCP deve realizar a amostragem em cada lote de produto, de todos os modelos e tamanhos de capacetes, conforme definido nas Tabelas 4, 5 e 6, em triplicata, constituindo-se de prova, contraprova e testemunha. A coleta deve ser realizada no(s) lote(s) disponível (is) no Brasil antes de sua comercialização.

Tabela 4 - Amostragem para certificação de Lote com mais de 2 (dois) tamanhos de capacetes

| Lote | Tamanho de cada Amostra | Distribuição do Ensaio |
|---|---|---|
| Até 500 | 3 capacetes do maior tamanho | 1 capacete para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaios de sistema de retenção.<br>1 capacete para ensaio de descalçamento. |
| | 2 capacetes do menor tamanho | 1 capacete para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaio de descalçamento. |
| | 2 capacetes do tamanho intermediário | 1 capacete para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaio de descalçamento. |
| | 1 capacete do maior tamanho;<br>1 capacete do menor tamanho;<br>1 capacete do tamanho intermediário. | 3 capacetes para ensaios de poderes refrativos e propriedades mecânicas da viseira. |
| | 1 capacete do maior tamanho;<br>1 capacete do menor tamanho;<br>1 capacete do tamanho intermediário. | 3 viseiras principais para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos.<br>Quando aplicável, 3 viseiras secundárias para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da Luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos.<br>Nota: para esses ensaios de viseira, é possível utilizar exemplar de capacete destinado ao ensaio de Descalçamento. |
| De 501 até 1200 | 4 capacetes do maior tamanho. | 2 capacetes para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaios de sistema de retenção.<br>1 capacete para ensaio de descalçamento. |
| | 4 capacetes do menor tamanho. | 2 capacetes para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaios de sistema de retenção.<br>1 capacete para ensaio de descalçamento. |
| | 3 capacetes do tamanho intermediário. | 2 capacetes para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaio de descalçamento. |
| | 1 capacete do maior tamanho;<br>1 capacete do menor tamanho;<br>1 capacete do tamanho intermediário. | 3 capacetes para ensaios de poderes refrativos e propriedades mecânicas da viseira. |
| | 1 capacete do maior tamanho; 1 capacete do menor tamanho;<br>1 capacete do tamanho intermediário. | 3 viseiras principais para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos.<br>Quando aplicável, 3 viseiras secundárias para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos.<br>Nota: para esses ensaios de viseira, é possível utilizar exemplar de capacete destinado ao ensaio de descalçamento. |

| | | |
|---|---|---|
| A partir de 1201 | 8 capacetes do maior tamanho | 6 capacetes para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaios de sistema de retenção.<br>1 capacete para ensaio de descalçamento. |
| | 8 capacetes do menor tamanho | 6 capacetes para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaios de sistema de retenção.<br>1 capacete para ensaio de descalçamento. |
| | 7 capacetes do tamanho intermediário | 6 capacetes para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaio de descalçamento. |
| | 1 capacete do maior tamanho;<br>1 capacete do menor tamanho;<br>1 capacete do tamanho intermediário. | 3 capacetes para ensaios de poderes refrativos e propriedades mecânicas da viseira. |
| | 1 capacete do maior tamanho;<br>1 capacete do menor tamanho;<br>1 capacete do tamanho intermediário. | 3 viseiras principais para ensaios de Campo visual, Transmitância Luminosa, Difusão da Luz, Reconhecimento de Luzes de Sinalização, Transmitância Espectral, Qualidade Óptica e Resistência a Riscos.<br>Quando aplicável, 3 viseiras secundárias para ensaios de Campo visual, Transmitância Luminosa, Difusão da Luz, Reconhecimento de Luzes de Sinalização, Transmitância Espectral, Qualidade Óptica e Resistência a Riscos.<br>Nota: para esses ensaios de viseira, é possível utilizar exemplar de capacete destinado ao ensaio de Descalçamento. |

Tabela 5 - Amostragem para certificação de lote com 2 (dois) tamanhos de capacetes

| Lote | Tamanho de cada amostra | Distribuição do ensaio |
|---|---|---|
| Até 500 | 5 capacetes do maior tamanho. | 3 capacetes para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaios de sistema de retenção.<br>1 capacete para ensaio de descalçamento. |
| | 5 capacetes do menor tamanho. | 3 capacetes para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaios de sistema de retenção.<br>1 capacete para ensaio de descalçamento e ensaio de propriedades mecânicas da viseira. |
| | 3 capacetes | 3 capacetes para ensaios de poderes refrativos e propriedades mecânicas da viseira. |
| | 3 capacetes | 3 viseiras principais para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos.<br>Quando aplicável, 3 viseiras secundárias para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos.<br>Nota: para esses ensaios de viseira, é possível utilizar exemplar de capacete destinado ao ensaio de descalçamento. |
| A partir de 501. | 8 capacetes do maior tamanho | 6 capacetes para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaios de sistema de retenção.<br>1 capacete para ensaio de descalçamento. |
| | 8 capacetes do menor tamanho | 6 capacetes para ensaio de absorção de impacto.<br>1 capacete para ensaios de sistema de retenção.<br>1 capacete para ensaio de descalçamento. |
| | 3 capacetes | 3 capacetes para ensaios de Poderes Refrativos e Propriedades Mecânicas da viseira |
| | 3 capacetes | 3 viseiras principais para ensaios de Campo visual, Transmitância Luminosa, Difusão da Luz, Reconhecimento de Luzes de Sinalização, Transmitância Espectral, Qualidade Óptica e Resistência a Riscos.<br>Quando aplicável, 3 viseiras secundárias para ensaios de Campo visual, Transmitância Luminosa, Difusão da Luz, Reconhecimento de Luzes de Sinalização, Transmitância Espectral, Qualidade Óptica e Resistência a Riscos.<br>Nota: para esses ensaios de viseira, é possível utilizar exemplar de capacete destinado ao ensaio de Descalçamento. |

Tabela 6 - Amostragem para certificação de lote com 1 (um) tamanho de capacete

| Lote | Tamanho de cada amostra | Distribuição do ensaio |
|---|---|---|
| Até 500 | 8 capacetes | 6 capacetes para ensaio de absorção de impacto<br>1 capacete para ensaios de sistema de retenção<br>1 capacete para ensaio de descalçamento |
| | 3 capacetes | 3 capacetes para ensaios de poderes refrativos e propriedades mecânicas da viseira. |
| | 3 capacetes | 3 viseiras principais para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da Luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos.<br>Quando aplicável, 3 viseiras secundárias para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos.<br>Nota: para esses ensaios de viseira, é possível utilizar exemplar de capacete destinado ao ensaio de descalçamento. |
| A partir de 501. | 13 capacetes | 9 capacetes para ensaio de absorção de impacto<br>2 capacetes para ensaios de sistema de retenção<br>2 capacetes para ensaio de descalçamento |
| | 3 capacetes | 3 capacetes para ensaios de poderes refrativos e propriedades mecânicas da viseira. |
| | 3 capacetes | 3 viseiras principais para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos.<br>Quando aplicável, 3 viseiras secundárias para ensaios de campo visual, transmitância luminosa, difusão da luz, reconhecimento de luzes de sinalização, transmitância espectral, qualidade óptica e resistência a riscos.<br>Nota: para esses ensaios de viseira, é possível utilizar exemplar de capacete destinado ao ensaio de descalçamento. |

Nota: Além dos ensaios estabelecidos nas Tabelas 4, 5 e 6, o OCP deve determinar ao laboratório de ensaio a realização da verificação das características gerais e dimensionais, em todos os tamanhos amostrados, utilizando a amostra do ensaio de descalçamento. Esta verificação deve ocorrer previamente ao ensaio de impacto.

6.3.1.3.2.1 Para a aprovação do capacete que utilize diferentes tipos de sistemas de retenção, diferentes tipos de viseira, classificação de versões e acessórios, devem seguir os critérios estabelecidos nos subitens 6.1.1.4.2.6 até 6.1.1.4.2.9, utilizando as quantidades definidas nas Tabelas 4, 5 ou 6 deste RAC.

6.3.1.4 Definição do Laboratório

Os critérios para a definição de laboratório devem seguir conforme estabelecido no RGCP e no subitem 6.1.1.4.3.

6.3.2 Emissão do Certificado de Conformidade

Os critérios para emissão do Certificado de Conformidade devem seguir os requisitos mínimos descritos no RGCP e no subitem 6.1.1.6 deste RAC, exceto pela validade do certificado, que é indeterminada.

7. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

Os critérios para tratamento de reclamações devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

8. ATIVIDADES EXECUTADAS POR OCP ACREDITADO POR MEMBRO DO MLA DO IAF

Os critérios para atividades executadas por OCP acreditado por membro do MLA do IAF devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

9. TRANSFERÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para transferência da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

10. ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para encerramento da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

11. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios gerais para o Selo de Identificação da Conformidade estão contemplados no RGCP e no Anexo II.

12. AUTORIZAÇÃO PARA O USO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para Autorização para o uso do Selo de Identificação da Conformidade devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

13. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

Os critérios para responsabilidades e obrigações devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

14. ACOMPANHAMENTO NO MERCADO

Os critérios para acompanhamento no mercado devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

15. PENALIDADES

Os critérios para aplicação de penalidades devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP

16. DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES

Os critérios para envio de denúncias, reclamações e sugestões devem seguir o disposto no RGCP.

ANEXO A - MEMORIAL DESCRITIVO

Deve ser elaborado um memorial descritivo para cada modelo de capacete que deverá conter no mínimo as informações abaixo:

MEMORIAL DESCRITIVO n° _____

1. DADOS GERAIS

RAZÃO SOCIAL DO FABRICANTE/IMPORTADOR:

MODELO DE CAPACETE:

VERSÕES:

TAMANHOS (em centímetros):

NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE:

DENOMINAÇÕES COMERCIAIS:

2. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DO CAPACETE/VISEIRA

MATERIAL: ABS, Policarbonato, Fibra de Vidro, Fibra Composta (discriminá-las).

CASCO EXTERNO: injetado, laminado, outros

BERÇO INTERNO: Styropor expandido, sendo o berço identificado por número (56, 58, 60, 62, 64) ou letras, e, quando isto ocorrer, deverá ser inclusa abaixo uma tabela de correlação com o tamanho aplicável para cada tamanho de capacete produzido.

3. SISTEMA DE RETENÇÃO

Engate rápido, duplo D ou outros tipos (Anexar fotos). ANCORAS: descrever o material empregado.

REBITES: descrever o material empregado.

CINTA JUGULAR: descrever sucintamente o material empregado e as dimensões de ambos os lados. PROTEÇÃO MAXILAR: descrever o material empregado.

4. ACESSÓRIOS

Descrever sucintamente quais são, os materiais empregados e as versões correspondentes.

5. DECLARAÇÃO

Os materiais utilizados na fabricação de capacetes são adequados à utilização e em particular, àqueles que estão em contato com a pele, são conhecidos por não apresentarem alterações pelo efeito do suor ou produtos de higiene pessoal e para não causar problemas dermatológicos. É de nossa responsabilidade comunicar todas as alterações que possam ser feitas e verificarmos a adequação dos materiais empregados para a fabricação de capacetes.

6. EVENTUAIS OBSERVAÇÕES (espaço para dissertação)

7. POSICIONAMENTO DAS MARCAÇÕES OBRIGATÓRIAS

MARCA DO FABRICANTE E OU IMPORTADOR: onde estão posicionadas. INDICAÇÃO DOS TAMANHOS: onde estão posicionadas, e como são indicadas. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE: onde está posicionado.

8. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA VISEIRA
MATERIAL: ex. policarbonato
PROCESSO DE FABRICAÇÃO: Extrusão, injeção, termoformada. ESPESSURA: em milímetros.
COR: Cristal, fumê light, fumê, etc...
TRATAMENTO SUPERFICIAL: Antiembaçante, antirrisco, etc.
SISTEMA DE FIXAÇÃO: descrição sucinta do sistema de fixação da viseira no capacete. EQUIPA OS CAPACETES: marca, modelo.
9. ANEXOS (desenhos em escala 1:1)
Desenho n°. relativo a;
Desenho n°. relativo a
(Anexar desenhos nas 3 vistas: frontal, lateral e corte transversal)
DATA DO DOCUMENTO
ASSINATURAS DOS RESPONSÁVEIS DA EMPRESA
Analisado pelo OCP em: ___ / ___ / ___
ANEXO B - REQUISITOS MÍNIMOS DE VERIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

| REQUISITOS DO SGQ | Norma ABNT NBR ISO 9001:2015 ou Norma ISO 9001:2015 |
|---|---|
| Ações para abordar riscos e oportunidades | 6.1.1 / 6.1.2 |
| Recursos | 7.1.5.1 / 7.1.5.2 |
| Informação documentada | 7.5.2 / 7.5.3.1 / 7.5.3.2 |
| Planejamento e controle operacionais | 8.1 |
| Controle de processos, produtos e serviços providos externamente | 8.4.1 / 8.4.2 / 8.4.3 |
| Produção e provisão de serviço | 8.5.1 / 8.5.2 / 8.5.4 / 8.5.5 |
| Liberação de produtos e serviços | 8.6 |
| Controle de saídas não conformes | 8.7.1 / 8.7.2 |
| Não conformidade e ação corretiva | 10.2.1 / 10.2.2 |
| Melhoria contínua | 10.3 |

ANEXO II - SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

1. O fornecedor deve manter de forma obrigatória no capacete, a designação do modelo certificado e na etiqueta de marcação interna do capacete as seguintes informações:

a) nome do fabricante/importador, com referência de endereço ou telefone;

b) mês e ano da fabricação (dígito com altura de no mínimo 3mm);

c) tamanho do capacete em cm (dígito com altura de no mínimo 3mm);

d) número e ano da norma técnica;

e) os dizeres: "Este capacete foi fabricado para absorver parte da energia de um impacto pela destruição parcial ou total de seus componentes. Este capacete deve ser substituído após qualquer choque grave, mesmo que não haja danos visíveis";

f) os dizeres: "Este produto é um bem durável"; e

g) Selo de identificação da Conformidade, definido conforme Figura II.1, costurado no sistema de retenção do capacete, de forma clara e duradoura, de acordo com as dimensões mínimas estabelecidas.

2. A etiqueta de marcação interna deve ser confeccionada de forma clara e duradoura, não sendo permitida a inserção de nenhuma informação após a sua confecção.

3. O fornecedor deve descrever na etiqueta informativa (externa) do produto a forma correta da utilização dos acessórios no capacete.

4. O Selo de Identificação da Conformidade, definido na Figura II.2, deve ser afixado na parte traseira do capacete. O Selo deve ser indelével, resitente ao arrancamento e às intempéries.

Figura II.1




Figura II.2




## SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

### DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

**PORTARIA Nº 284, DE 13 DE MAIO DE 2021**

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "b", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005056/2020-59, resolve:

Art. 1º Autorizar a cisão da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, inscrita no CNPJ sob o nº 34.268.789/0001-88, relativamente ao patrimônio do serviço assistencial à saúde correspondente ao Plano ELETROS - ANS, cadastro nº 5000.0326-83.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

**PORTARIA Nº 287, DE 14 DE MAIO DE 2021**

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002110/2021-95, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir de 30/04/2021, data da emissão do Recibo Eletrônico de Protocolo pelo sistema informatizado da Previc, a retirada de patrocínio vazia da Companhia Agrícola, Administradora, Comercial e Industrial - CAACI, CNPJ nº 61.066.726/0001-11, da Mineração Rosicler Ltda., CNPJ nº 61.067.088/0001-53, e da Em vidro Comércio e Representações Ltda., CNPJ nº 54.940.044/0001-20, do Plano de Benefícios Nadirprev, CNPB nº 1990.0019-47, administrado pelo Multibra Fundo de Pensão.

ANA CAROLINA BAASCH

# CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## CAIXA SEGURIDADE CORRETAGEM E ADMINISTRAÇÃO DE SEGUROS S/A

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**CAIXA SEGURIDADE CORRETAGEM E ADMINISTRAÇÃO DE SEGUROS S.A.**
CNPJ 38.122.281/0001-28
SETOR DE AUTARQUIAS SUL - SAUS, Q. 3, BLOCO E, EDIFÍCIO CEF MATRIZ 3, 3º ANDAR

### RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**Senhoras e Senhores Acionistas,**

Apresentamos o Relatório da Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A. ("Caixa Corretagem" ou "Companhia") relativo ao exercício de 2020, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do seu Estatuto Social, acompanhado de Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes e respectivas Notas Explicativas.

Elaboramos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com as práticas contábeis comumente adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**1. DESCRIÇÃO E ESTRUTURA DOS NEGÓCIOS**

A Caixa Corretagem é uma sociedade por ações, subsidiária integral da Caixa Seguridade Participações S.A. ("CAIXA Seguridade"), e tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras; assessoria e consultoria no ramo de seguros; a corretagem e administração de seguros, em todas as modalidades permitidas pela legislação vigente, planos de previdência complementar aberta, títulos de capitalização e outras corretagens fruto dos seguros vendidos Rede de Distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA") ou extra Balcão CAIXA.

Ainda em condição pré-operacional, a Companhia foi constituída enquanto corretora própria do Grupo CAIXA Seguridade para atuar nas diversas linhas de negócios operadas pelo Grupo, em parceria com a(s) co-corretora(s) selecionada(s) em processo competitivo que teve início em 23 de dezembro de 2020.

**2. EVENTOS SUBSEQUENTES AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO**

Em 27 de janeiro a Caixa Econômica Federal retomou as discussões e análises referentes ao pedido de registro de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias da Caixa Seguridade e à admissão e listagem da Companhia no segmento de negociação da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado.

Na data de 03 de fevereiro, a Caixa Seguridade comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral a assinatura do 1º Termo Aditivo ao Acordo Comercial firmado com a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., estabelecendo as condições do período de transição da transferência das atividades de corretagem realizadas pela Wiz na Rede de Distribuição da CAIXA para a corretora própria da Caixa Seguridade e para eventual(ais) co-corretora(s) selecionada(s) no processo competitivo em curso. O aditivo prevê um período de transição de de seis meses - no qual a Wiz se compromete a cooperar e prestar todo suporte necessário, inclusive disponibilizando todas as ferramentas, processos, software e plataformas sem ônus à Caixa Seguridade – com as seguintes características: (i) exclusão da remuneração da Wiz sobre o seguro habitacional comercializado a partir de 15 de fevereiro de 2021; (ii) redução gradual do comissionamento nos demais ramos de seguros, chegando no último mês a 50% das comissões atualmente praticadas; e (iii) redução gradual das vendas intermediadas pela Wiz, que partem de 100% e chegam no último mês a 90% das vendas realizadas.

Em 12 de fevereiro foi encerrado o processo competitivo para a seleção de co-corretora(s) para atuação em linhas de negócios da Companhia em parceria com a corretora própria da Caixa Seguridade, cujas parcerias serão implementadas por meio de Acordos Operacionais, com a seleção das seguintes empresas:

- Produtos Seguridade: MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.;
- Automóvel: MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.;
- Saúde e Odonto: Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A.; e
- Grandes Riscos e Corporate: Willis Affinity Corretores de Seguros Ltda.

A Caixa Seguridade, em continuidade ao fato relevante divulgado em 27 de janeiro de 2021, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 01 de março de 2021, foram protocolados (i) perante a CVM, pelo acionista controlador, a Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), o pedido de registro da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Caixa Seguridade; e (ii) perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), os pedidos de admissão e de listagem da Caixa Seguridade no segmento de negociação denominado Novo Mercado, considerando a realização da Oferta.

**3. DESEMPENHO DA COMPANHIA**

No ano de 2020 – período entre 17 de agosto e 31 de dezembro de 2020 - a Caixa Corretagem obteve lucro líquido de R$ 40 mil, montante proveniente do Resultado Financeiro referente a rentabilidade em aplicações financeiras.

Devido a sua condição pré-operacional, o valor total aportado para a constituição da Companhia em 17 de agosto de 2020 está aplicado em cotas de fundos de investimento de curto prazo, fonte única de rentabilidade até o fechamento do ano de 2020.

**4. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS**

Em cumprimento ao art. 243 da Lei No 6.404/76, informamos que não há investimentos diretos em sociedades coligadas e controladas em 31 de dezembro de 2020.

**5. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

Do lucro líquido ajustado apurado no período compreendido entre 17 de agosto e 31 de dezembro de 2020, foram destacados dividendos equivalentes a R$ 38 mil (R$ 0,38 por ação), montante equivalente a 95% do lucro líquido ajustado nos termos do estatuto social da Companhia.

**6. INFORMAÇÕES LEGAIS**

Em atendimento à Instrução CVM Nº 381/03, a Caixa Seguridade informa que a BDO RCS Auditores Independentes não prestou, em 2020, serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria. No caso de contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a Caixa Seguridade adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente tampouco promover os interesses desse cliente.

Conforme normas que regem os serviços de auditoria independente, BDO RCS Auditores Independentes apresentou tempestivamente à Caixa Seguridade a Carta de Independência.

Em relação aos honorários, não foram contratados serviços adicionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo a totalidade dos serviços contratados decorrentes de serviços de auditoria ou relacionados à auditoria.

**7. AGRADECIMENTO**

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, à rede de distribuição e colaboradores da Caixa Econômica Federal, aos nossos parceiros e clientes pela confiança.

**Brasília, 2021**

**A Administração**

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CAIXA SEGURIDADE CORRETAGEM E ADMINISTRAÇÃO DE SEGUROS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2020

**BALANÇO PATRIMONIAL**
Em milhares de reais

| Ativo | 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|
| **Circulante** | **30.056** |
| Instrumentos financeiros (nota 7) | 30.056 |
| **Não circulante** | **-** |
| **Total do ativo** | **30.056** |

| Passivo e patrimônio líquido | 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|
| **Circulante** | **54** |
| Dividendos a pagar | 38 |
| Passivos por impostos correntes | 16 |
| **Patrimônio líquido** | **30.002** |
| Capital social (nota 10 (a)) | 30.000 |
| Reservas (nota 10 (c)) | 2 |
| **Total do passivo e do patrimônio líquido** | **30.056** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

| Demonstração do resultado | 17 de agosto a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|
| **Receitas operacionais** | **-** |
| **Outras receitas/(despesas) operacionais** | **(3)** |
| Despesas com tributos (nota 8 (b)) | (3) |
| **Resultado financeiro** | **58** |
| Receitas financeiras | 58 |
| **Resultado antes do imposto de renda e contribuição social** | **55** |
| Impostos correntes | (15) |
| **Lucro líquido do período** | **40** |
| Quantidade de ações - em milhares | 100 |
| **Lucro por ação - R$ (nota 10 (e))** | **0,40** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

| Demonstração do resultado abrangente | 17 de agosto a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|
| **Lucro líquido do período** | **40** |
| **Resultado abrangente do período** | **40** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CAIXA SEGURIDADE CORRETAGEM E ADMINISTRAÇÃO DE SEGUROS S.A.**
CNPJ 38.122.281/0001-28
SETOR DE AUTARQUIAS SUL - SAUS, Q. 3, BLOCO E, EDIFÍCIO CEF MATRIZ 3, 3º ANDAR

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

| Eventos | Capital social | Reservas | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 17 de agosto de 2020** | - | - | - | - | - |
| Aporte de Capital (Constituição da Companhia Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A. em 17 de agosto de 2020) | 30.000 | - | - | - | 30.000 |
| Lucro líquido do período | - | - | - | 40 | 40 |
| Constituição de reserva legal | - | 2 | - | (2) | - |
| Dividendos a pagar | - | - | - | (38) | (38) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **30.000** | **2** | **-** | **-** | **30.002** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO – MÉTODO INDIRETO**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

| Demonstração dos fluxos de caixa | 17 de agosto a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|
| **Fluxos de caixa proveniente das atividades operacionais** | |
| Lucro líquido do período: | 40 |
| Variações patrimoniais: | 16 |
| Passivos por impostos correntes | 16 |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **56** |
| **Fluxos de caixa proveniente das atividades de investimento** | |
| Aplicação financeira | (30.000) |
| Rendimento de Aplicação financeira | (57) |
| Resgate de Aplicações Financeiras | 1 |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de investimento** | **(30.056)** |
| **Fluxos de caixa proveniente das atividades de financiamento** | |
| Aporte de Capital | 30.000 |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento** | **30.000** |
| **Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa** | **-** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do período** | **-** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no fim do período** | **-** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS**

A Caixa Seguridade Corretagem e Administradora de Seguros S.A. (denominada "CAIXA Corretagem", "Companhia"), constituída em 17 de agosto de 2020, é uma subsidiária integral da Caixa Seguridade Participações S.A. ("CAIXA Seguridade"), e tem por objeto social: a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras; assessoria e consultoria no ramo de seguros; a corretagem e administração de seguros, em todas as modalidades permitidas pela legislação vigente, planos de previdência complementar aberta, títulos de capitalização e outras corretagens fruto dos seguros vendidos Rede de Distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA") ou extra Balcão CAIXA.

A Companhia foi constituída enquanto corretora própria do Grupo CAIXA Seguridade e atuará, em parceria com a(s) co-corretora(s) selecionada(s) em processo competitivo, nas diversas linhas de negócios operadas pelo Grupo.

A Companhia é uma sociedade por ações, inscrita sob o CNPJ nº 38.122.281/0001-28, tem sua sede localizada no Setor de Autarquias Sul – SAUS, Q. 3, Bloco E, Edifício CEF Matriz 3, 3º andar – Brasília – Distrito Federal – Brasil.

**a) Empresas parceiras que operam no balcão Caixa:**

**a.1) Acordo com a CNP Assurances S.A. ("CNP") – Conclusão da operação e implementação do acordo**

No dia 30 de dezembro de 2020, a controladora CAIXA Seguridade, no âmbito do acordo com a CNP para formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 25 anos, os ramos de seguros de vida e prestamista e os produtos de previdência na rede de distribuição CAIXA ("Balcão CAIXA"), conforme Fatos Relevantes divulgados em 29 de agosto de 2018 e 19 de setembro de 2019, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral a conclusão da operação e a implementação do referido acordo.

A CAIXA Seguridade manteve 60% de participação no capital total da nova holding (Holding XS1), sendo proprietária de 49% das ações ordinárias de suas ações. A CNP, por sua vez, manteve 40% de participação, com 51% de suas ações ordinárias.

**a.2) Processo competitivo de escolha de parceiros estratégicos**

Em 10 de maio de 2019 a CAIXA Seguridade divulgou ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma revisão da estratégia do modelo de exploração de produtos de seguridade na rede de distribuição CAIXA ("Balcão CAIXA"), bem como o início de novo processo competitivo para a escolha de parceiros estratégicos para atuação no referido balcão. O modelo revisto e o novo processo competitivo encerraram o processo iniciado em 02 de outubro de 2017.

Dessa forma, o prazo definido para as novas parcerias será de 20 anos e se iniciará a partir de fevereiro de 2021. Os documentos com as principais informações sobre essas novas oportunidades foram disponibilizados no sítio da Companhia e contemplaram oportunidades de investimentos em Habitacional e Residencial; Capitalização; Consórcio; Auto; Grandes Riscos e Massificados Corporate; Saúde; Odonto; e Assistências.

Nesse sentido, em continuidade ao referido processo competitivo, foram emitidas cartas de instruções aos participantes, para a continuidade da 1ª fase do Processo Competitivo. Recebidas as Propostas Indicativas, a CAIXA Seguridade havia firmado até 31 de dezembro de 2020, as seguintes parcerias:

**a.3) Acordo Tokio Marine**

No dia 6 de janeiro de 2020, em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de seguros divulgado por meio de fato relevante em 10 de maio de 2019, a CAIXA Seguridade comunicou ao mercado em geral que firmou com a Tokio Marine Seguradora S.A. ("Tokio Marine") acordo de associação ("Acordo Tokio Marine") para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, os ramos de seguros Habitacional e Residencial na rede de distribuição Balcão CAIXA.

Nos termos do Acordo Tokio Marine, a CAIXA Seguridade, manterá 75% de participação no capital total da nova sociedade, constituída sob a denominação social XS3 Seguros S.A. ("XS3 Seguros"), sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% de suas ações preferenciais. A Tokio Marine, por sua vez, deterá 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da XS3 Seguros.

A XS3 Seguros terá gestão e governança compartilhada entre CAIXA Seguridade e Tokio Marine de forma a potencializar os pontos fortes de cada acionista, observando as melhores práticas de governança corporativa. Nesse sentido, cada acionista indicará quatro membros para o Conselho de Administração, com a presidência rotativa e alternada entre os acionistas. A Diretoria Executiva da XS3 Seguros será composta por quatro membros, com indicação paritária por parte dos acionistas e funcionará de forma colegiada e compartilhada.

O fechamento da operação e a implementação da parceria estão sujeitos ao cumprimento de diversas condições suspensivas, incluindo a obtenção das aprovações necessárias pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), não obstante as autorizações já concedidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

**a.4) Acordo Icatu**

No dia 20 de janeiro de 2020, em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de seguros divulgado por meio de fato relevante em 10 de maio de 2019, a CAIXA Seguridade comunicou ao mercado em geral que firmou com a Icatu Seguros S.A. ("Icatu") acordo de associação ("Acordo Icatu") para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, o ramo de capitalização na rede de distribuição Balcão CAIXA.

Nos termos do Acordo Icatu, a CAIXA Seguridade manterá 75% de participação no capital total da nova sociedade, constituída sob a denominação social XS4 Capitalização S.A. ("XS4 Capitalização"), sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% de suas ações preferenciais. A Icatu, por sua vez, deterá 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da XS4 Capitalização.

A XS4 Capitalização irá remunerar a CAIXA Seguridade com as despesas totais de comercialização por produto em valores pré-definidos além de uma taxa de performance atrelada ao desempenho anual e a lucratividade. A Icatu também pagará à CAIXA um bônus anual correspondente a 75% do valor dos dividendos líquidos recebidos pela Icatu da Nova companhia Capitalização que excederem a determinadas metas estabelecidas para referido ano.

A XS4 Capitalização terá gestão e governança compartilhada entre CAIXA Seguridade e Icatu de forma a potencializar os pontos fortes de cada acionista, observando as melhores práticas de governança corporativa. Nesse sentido, cada acionista indicará quatro membros para o Conselho de Administração, com a presidência rotativa e alternada entre os acionistas. A Diretoria Executiva da XS4 Capitalização será composta por quatro membros, com indicação paritária por parte dos acionistas e funcionará de forma colegiada e compartilhada.

O fechamento da operação e a implementação da parceria estão sujeitos ao cumprimento de diversas condições suspensivas, incluindo a obtenção das aprovações necessárias pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), não obstante as autorizações já concedidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

O fechamento da operação foi prorrogado para até 30 de março de 2021, conforme fato relevante divulgado em 05 de janeiro de 2021.

**a.5) Acordo Tempo**

No dia 13 de agosto de 2020, em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de seguros divulgado por meio de fato relevante em 24 de maio de 2019, a CAIXA Seguridade comunicou ao mercado em geral que firmou com a Tempo Assist ("Tempo") acordo de associação ("Acordo Tempo") para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, o ramo Serviços Assistenciais na rede de distribuição Balcão CAIXA.

Nos termos do Acordo Tempo, a CAIXA Seguridade terá 75% de participação no capital total da nova sociedade ("Nova companhia Assistência"), sendo titular de 49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da Nova companhia Assistência. A Tempo deterá 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da Nova companhia Assistência.

A Nova companhia Assistência remunerará a CAIXA Seguridade e a CAIXA com uma comissão de distribuição em termos contratados. Adicionalmente, nos anos subsequentes ao fechamento da operação, há a previsão de novos aumentos de capital na Nova companhia Assistência, em valores que podem chegar a até R$ 40.000 (quarenta milhões de reais), a serem subscritos pela Tempo e repassados à CAIXA, caso determinadas metas de desempenho de vendas sejam alcançadas pela Nova companhia Assistência.

A Nova Companhia Assistência terá gestão e governança compartilhada entre CAIXA Seguridade e a Tempo de forma a potencializar os pontos fortes de cada acionista, observando as melhores práticas de governança corporativa.

**a.6) Acordo CNP – Consórcios**

No dia 13 de agosto de 2020, em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de seguros divulgado por meio de fato relevante em 10 de maio de 2019, a Caixa Seguridade comunicou ao mercado em geral que firmou com a CNP

**CAIXA SEGURIDADE CORRETAGEM E ADMINISTRAÇÃO DE SEGUROS S.A.**
CNPJ 38.122.281/0001-28
SETOR DE AUTARQUIAS SUL - SAUS, Q. 3, BLOCO E, EDIFÍCIO CEF MATRIZ 3, 3º ANDAR

acordo de associação ("Acordo CNP - Consórcios") para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, o ramo Consórcios na rede de distribuição Balcão CAIXA.

Nos termos do Acordo CNP - Consórcios, a Caixa Seguridade terá 75% de participação no capital total da nova sociedade ("Nova companhia Consórcios"), sendo titular de 49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da Nova companhia Consórcios. A CNP deterá 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da Nova companhia Consórcios.

A Nova companhia Consórcios terá gestão e governança compartilhada entre CAIXA Seguridade e a CNP de forma a potencializar os pontos fortes de cada acionista, observando as melhores práticas de governança corporativa.

Sujeito ao cumprimento de todas as condições precedentes estipuladas no acordo de associação, incluindo as aprovações legais e regulatórias aplicáveis, o fechamento da operação foi prorrogado para até 30 de março de 2021, conforme fato relevante divulgado em 30 de dezembro de 2020.

**b) Processo competitivo para escolha de co-corretora(s) para atuação em parceria com a corretora própria da Caixa Seguridade**

No dia 23 de dezembro de 2020, a CAIXA Seguridade comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração aprovou o início de processo competitivo para selecionar co-corretora(s) para atuação em linhas de negócios em parceria com a Companhia. O prazo dos acordos será de dez anos e se iniciará a partir de 15 de fevereiro de 2021. O documento com as principais informações do processo, está disponível no sítio da CAIXA Seguridade.

A Companhia comunicará ao mercado oportunamente sobre desdobramentos relacionados a este novo processo competitivo ou sobre demais temas relacionados ao processo de reorganização de suas parcerias.

## NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis comumente adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Stantards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria da CAIXA Corretagem em 17 de maio de 2021.

## NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas são aplicadas de modo consistente entre os períodos comparativos, salvo disposição em contrário, embora estas Demonstrações Contábeis apresentem exclusivamente o período a partir do qual a Companhia foi constituída (17 de agosto a 31 de dezembro de 2020).

**a) Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a moeda funcional).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CAIXA Corretagem.

**b) Reconhecimento de receitas e despesas**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e reportadas nas demonstrações contábeis dos exercícios a que se referem.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades em moeda nacional e, eventualmente, os investimentos imediatamente conversíveis em caixa e sujeitos a baixo risco de mudança no valor, com liquidez originalmente inferior a 90 dias.

**d) Dividendos distribuídos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos distribuídos são calculados sobre o lucro líquido ajustado do período.

A Companhia poderá a qualquer tempo levantar novas demonstrações contábeis em observância a qualquer determinação legal ou em razão de interesses societários, inclusive para deliberação de dividendos intermediários.

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. Este valor de juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo.

Os dividendos distribuídos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos como passivo ao final do exercício, sendo o valor acima do mínimo obrigatório provisionado na data de aprovação e deduzidos do patrimônio líquido.

O montante de dividendos distribuídos acima do mínimo obrigatório deve ser provisionado na data de aprovação e deduzidos do patrimônio líquido, conforme dispositivo de aprovação da assembleia, constante no Estatuto Social da Companhia.

## NOTA 4 – PRONUNCIAMENTOS E LEIS RECENTEMENTE EMITIDOS

Os pronunciamentos e leis recentemente emitidos, são consistentes com as Demonstrações Contábeis da CAIXA Corretagem de 31 de dezembro de 2020, as quais devem ser lidas em conjunto com estas.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB e adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) entraram em vigor recentemente.

I. IFRIC 23 (ICPC 22) – "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro" – A interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A interpretação entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e não produz efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.
II. IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – "Operações de arrendamento mercantil" – Essa nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 – "Arrendamento mercantil". A Administração avalia que a adoção da norma não produz impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

## NOTA 5 – PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas, julgamentos e premissas adotadas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Eventuais necessidades de revisões com relação as estimativas, julgamentos e premissas adotadas são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Tendo em vista a condição pré-operacional da Companhia, não foi levantada necessidade de estabelecimento de qualquer estimativa, julgamento e/ou premissa para as posições financeiras e de resultados apresentadas nestas demonstrações contábeis.

## NOTA 6 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A., empresa criada para exploração do serviço de corretagem e administração de seguros na rede de distribuição da Caixa, encontra-se em fase pré-operacional, e nesse período de sua constituição, compartilha a estrutura de gestão de riscos da Caixa Seguridade Participações S.A.

No período pré-operacional, a gestão de risco é realizada pela Diretoria de Governança e Riscos da Caixa Seguridade, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Após o início da operação, a empresa passará a contar com estrutura própria de gestão de riscos.

A Caixa Seguridade entende que o gerenciamento de riscos é fundamental para o planejamento estratégico e financeiro. Dessa forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A área de gerenciamento de riscos, controles internos e *compliance* da CAIXA Seguridade adota instrumentos e estrutura para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos.

A CAIXA Seguridade possui Política de Gerenciamento de Riscos e Declaração de Apetite a Riscos (RAS) aprovadas pelo Conselho de Administração, com objetivo de manter a exposição aos riscos em níveis considerados aceitáveis por sua administração e assegurar o modelo de negócios, performance futura, solvência, liquidez e sustentabilidade da Companhia.

Visando mantê-las adequadas à natureza, complexidade, dimensão das exposições a riscos e compatível com os objetivos estratégicos, tanto a Política, quanto a RAS, são revisadas anualmente e classificam os riscos aos quais a Companhia está sujeita, bem como definem os limites máximos de risco que está disposta a tomar, em cada um dos riscos que compõem os quatro grupos:

- Riscos Estratégicos: é composto pelos riscos de contágio, de estratégia, socioambiental e de reputação ou de imagem;
- Riscos Financeiros: é composto pelos riscos de capital, de crédito, de liquidez e de mercado;
- Riscos Operacionais: é formado pelo próprio risco operacional e pelo risco cibernético;
- Riscos Regulatórios: é composto pelos riscos de *compliance* e legal ou jurídico.

As diretrizes, melhores práticas e mitigadores adotados na gestão de riscos pela Caixa Seguridade e Subsidiárias estão dispostos na Política de Gerenciamento de Riscos e no Programa de Compliance e Integridade que se encontram disponíveis no sítio eletrônico da Companhia.

**a) Risco de Mercado**

O risco de mercado é resultante de movimentos nos níveis ou nas volatilidades de preços de mercado e a exposição a este risco advém da carteira de ativos financeiros mantida pela Companhia[1].

A gestão do risco de mercado na primeira linha de defesa ocorre por meio da execução da Política de Investimentos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração, que define os ativos e os limites de composição da carteira de investimentos, e por meio do acompanhamento sistemático do Valor em Risco da carteira (VaR - *Value at Risk*).

O modelo de VaR adotado considera a abordagem paramétrica delta-normal, baseada em modelo analítico de matriz de covariância, com período de manutenção de 21 dias úteis e nível de confiança de 95%.

| Risco de Mercado | 31/12/2020 | % |
|---|---|---|
| Cotas de fundos de investimento - curto prazo (Nota 7) | 30.056 | 100,00% |
| **Total das Aplicações financeiras** | **30.056** | **100,00%** |
| Valor da exposição ao risco de mercado | 30.056 | 100,00% |
| **Valor em Risco (VaR)** | **34,2** | **0,11%** |

**b) Análise de Sensibilidade**

Em 31 de dezembro de 2020, a carteira de investimentos financeiros da CAIXA Corretagem era composta por cotas de Fundo de Investimento de Curto Prazo. Mesmo com a exposição ao risco de mercado, classificada exclusivamente no fator de risco de taxa de juros, o Valor em Risco da carteira permaneceu baixo, resultado explicado pelo curto prazo das operações alocadas na carteira do fundo. Por gerarem baixo risco de mercado, a exposição associada aos ativos financeiros aplicados não ameaça o modelo de negócio, performance futura, solvência, liquidez ou sustentabilidade da Companhia.

**c) Ações de Gerenciamento de Risco decorrentes da Crise do COVID-19**

No início da crise, a Companhia possuía plano de continuidade de negócios e gestão de crises implementado, além de atividades críticas mapeadas, testadas e com planos de contingência validados pela segunda linha.

Anunciada a crise, todas as atividades críticas foram novamente testadas em ambiente remoto e seu acompanhamento tem se dado em toda a execução de cada atividade. Paralelamente, foram mapeadas atividades sensíveis que embora não sejam consideradas críticas, poderiam ter sua execução comprometida tendo em vista a temporalidade da crise. Estas atividades são igualmente monitoradas pela área de gerenciamento de riscos, controles internos e *compliance*.

Não foram identificadas intercorrências que impediram ou comprometeram a operação da Companhia e a execução das atividades críticas e sensíveis no período de crise, até o momento.

A CAIXA Seguridade também realizou o monitoramento das suas participadas de forma a avaliar a continuidade dos seus negócios, as estratégias de trabalho remoto adotadas, bem como aspectos de capital. No período, as investidas da Caixa Seguridade mantiveram a continuidade de suas atividades e apresentaram suficiência de capital, liquidez e solvência, não havendo indicativo de deterioração de indicadores de risco em virtude da contingência.

As ações adotadas e o monitoramento de 2ª linha foram extensivos por todo período de crise, sendo reportados tempestivamente às instâncias estatutárias da Companhia – Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Em dezembro de 2020, a Companhia aprovou seu novo Programa de Gestão de Crise e

[1] A carteira de investimentos financeiros avaliada não considera os ativos mantidos pelas empresas participadas.

**CAIXA SEGURIDADE CORRETAGEM E ADMINISTRAÇÃO DE SEGUROS S.A.**
CNPJ 38.122.281/0001-28
SETOR DE AUTARQUIAS SUL - SAUS, Q. 3, BLOCO E, EDIFÍCIO CEF MATRIZ 3, 3º ANDAR

Continuidade de Negócios, já incorporando aprendizados decorrentes da Crise do COVID-19.

**NOTA 7 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO**

**a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

| Descrição | 17/08/2020 | | Movimentação | | | 31/12/2020 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor de Custo | Valor de Mercado | Aplicações | Resgates | Rentabilidade | Valor de Custo | Valor de Mercado |
| Cotas de fundos de investimento - curto prazo | - | - | 30.000 | (1) | 57 | 29.999 | 30.056 |
| **Total** | **-** | **-** | **30.000** | **(1)** | **57** | **29.999** | **30.056** |

**b) Hierarquia do valor justo**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros mensurados a valor justo em três níveis hierárquicos na determinação do valor justo, quais sejam: (i) Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2: Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e (iii) Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado.

Atualmente os Instrumentos Financeiros da Companhia, representados por cotas de fundos de investimentos (Nota 7 (a)) estão classificados no Nível 2 na hierarquia de valor justo.

**NOTA 8 – TRIBUTOS**

**a) Incidência sobre o resultado – Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

A CAIXA Corretagem adota como regime de tributação o lucro real, optando pela apuração anual do IRPJ e da CSLL. Em decorrência dessa opção, a Companhia está sujeita a pagamentos mensais dos tributos com adoção do balancete de suspensão/redução, se preenchidos os requisitos constantes no artigo 230 do Decreto 3.000 de 26 de março de 1999 e nas demais legislações aplicáveis.

**I. Valores apresentados na demonstração do resultado:**

| Descrição | 17 de agosto a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|
| IRPJ e CSLL sobre resultado financeiro | (15) |
| IRPJ e CSLL sobre resultado de investimentos em participações societárias | - |
| **Total de Impostos correntes** | **(15)** |

**II. Conciliação dos encargos com IRPJ e CSLL na demonstração do resultado:**

| Descrição | 17 de agosto a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|
| **I) Resultado antes de IRPJ e CSLL** | **55** |
| IRPJ (alíquota de 25%) | (10) |
| CSLL (alíquota de 9%) | (5) |
| **IRPJ e CSLL** | **(15)** |
| Efeito das adições/exclusões - IRPJ (25%) e CSLL (9%) | - |
| **Resultado do Grupo antes do IRPJ e CSLL (I)** | **55** |
| **III Total da despesa com IRPJ e CSLL (II)** | **(15)** |
| Alíquota efetiva | 27.18% |
| **IV) Ativo fiscal diferido (IRPJ e CSLL)** | **-** |
| **V) Passivo fiscal diferido (IRPJ e CSLL)** | **-** |
| **Total despesa com IRPJ e CSLL (III) + ativo/ passivo fiscal diferido (IV - V)** | **(15)** |

**b) Incidência sobre o faturamento – Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)**

O PIS – Programa de Integração Social e a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social são apurados mediante a aplicação das alíquotas previstas na legislação tributária sobre receitas do Grupo (Lei nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003).

A legislação tributária prevê dois regimes de apuração para o PIS e para a COFINS, quais sejam:

I. Cumulativo: obrigatório às pessoas jurídicas de direito privado e as equiparadas que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado, exceto para instituições financeiras e outras, que a legislação tributária estabelece apuração conforme este regime;
II. Não-cumulativo: obrigatório às pessoas jurídicas de direito privado e as equiparadas que apuram o IRPJ com base no lucro real. Neste regime há possibilidade de apuração de créditos para dedução da base de cálculo.

As alíquotas também são diferenciadas, conforme a seguir:

I. Regime cumulativo: PIS 0,65% e COFINS 4%;
II. Regime não-cumulativo: PIS 1,65% e COFINS 7,6%.

| Descrição | 17 de agosto a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|
| **Rendas de títulos de renda fixa** | **58** |
| PIS (0,65%) / COFINS (4,0%) | (3) |
| **Subtotal de despesa tributária** | **(3)** |
| **Total da despesa tributária** | **(3)** |
| **Passivo fiscal diferido** | **-** |
| **Total despesa tributária + passivo fiscal diferido** | **(3)** |

**NOTA 9 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES**

A Companhia foi constituída em 17 de agosto 2020 e, até a data destas demonstrações contábeis, não é parte em nenhum processo judicial e/ou procedimento administrativo. Dessa forma, não foram reconhecidas nem identificadas pela Companhia provisões e passivos contingentes.

**NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**

O Capital social, no montante de R$ 30.000, está dividido em 100 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 29.961,96 corresponde a um valor patrimonial de R$ 299,62 por ação.

**b) Participações acionárias**

| Acionistas | 31/12/2020 | |
|---|---|---|
| | Ações | % Total |
| CAIXA Seguridade – em milhares | 100 | 100,00 |
| **Total** | **100** | **100,00** |

**c) Reservas**

| Reservas de Lucros | 31/12/2020 |
|---|---|
| Reserva Legal | 2 |
| **Total** | **2** |

**d) Lucro por ação**

**d.1) Básico**

Em atendimento à legislação das sociedades anônimas, na CAIXA Corretagem o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do período pela quantidade de ações ordinárias existentes no final de cada período, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O Quadro abaixo demonstra o lucro básico por ação da Companhia:

| Lucro por ação | 17 de agosto a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|
| **Lucro atribuível aos acionistas do Grupo - milhares** | **40** |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares | 100 |
| **Lucro básico por ação - R$** | **0,40** |

**d.2) Diluído**

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não tem nenhuma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas.

**e) Dividendos**

Do lucro líquido ajustado apurado no período compreendido entre 17 de agosto e 31 de dezembro de 2020, foram destacados dividendos equivalentes a R$ 38 (R$ 0,38 por ação), montante equivalente a 95% do lucro líquido ajustado nos termos do estatuto social da Companhia.

**NOTA 11 – RESULTADO FINANCEIRO**

| Descrição | 17 de agosto a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|
| **Receitas financeiras:** | **58** |
| Cotas de fundos de investimento de renda fixa | 58 |
| **Total** | **58** |

**NOTA 12 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

**a) Acordo Tokio Marine - Conclusão da operação e implementação do acordo**

Em 04 de janeiro de 2021, a CAIXA Seguridade, no âmbito do acordo com a Tokio Marine para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, os ramos de seguros Habitacional e Residencial na rede de distribuição Balcão CAIXA, conforme fato relevante divulgado em 06 de janeiro de 2020, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral a conclusão da operação e a implementação do referido acordo.

A Companhia continuará comunicando ao mercado oportunamente sobre a evolução dos assuntos relacionados a essa nova sociedade e/ou ao processo de reorganização de suas parcerias estratégicas.

**b) Acordo Tempo - Conclusão da operação e implementação do acordo**

Em 05 de janeiro de 2021, a CAIXA Seguridade no âmbito do acordo com a Tempo Assist ("Tempo") para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, o ramo de Serviços Assistenciais na rede de distribuição Balcão CAIXA, conforme fato relevante divulgado em 13 de agosto de 2020, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral a conclusão da operação e a implementação do referido acordo.

A CAIXA Seguridade informou ainda que a parceria com a Icatu para o ramo de Capitalização, divulgada por fato relevante em 20 de janeiro de 2020, teve seu prazo para fechamento prorrogado para até 30 de março de 2021.

A Companhia continuará comunicando ao mercado oportunamente sobre a evolução dos assuntos relacionados a essas nova sociedades e/ou ao processo de reorganização de suas parcerias estratégicas.

**c) Retomada das discussões e análises referentes a Oferta e Listagem**

No dia 27 de janeiro de 2021, a CAIXA Seguridade comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que sua controladora CAIXA, nesta data, retomou as discussões e análises referentes ao pedido de registro de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da CAIXA Seguridade ("Oferta") e à admissão e listagem da Companhia no segmento de negociação da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado ("Listagem").

A CAIXA Seguridade continuará mantendo o mercado informado, nos termos da regulamentação vigente, a respeito da evolução dos assuntos relacionados às potenciais Oferta e Listagem.

**d) 1º Termo Aditivo ao Acordo Comercial firmado com a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A.**

No dia 03 de fevereiro de 2021, a CAIXA Seguridade comunicou a seus acionistas e ao mercado a assinatura do 1º Termo Aditivo ao Acordo Comercial firmado com a Wiz Soluções

**CAIXA SEGURIDADE CORRETAGEM E ADMINISTRAÇÃO DE SEGUROS S.A.**
CNPJ 38.122.281/0001-28
SETOR DE AUTARQUIAS SUL - SAUS, Q. 3, BLOCO E, EDIFÍCIO CEF MATRIZ 3, 3º ANDAR

e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz"), que tem por objetivo estabelecer as condições para prestação de serviços de corretagem ou co-corretagem na Rede de Distribuição da CAIXA com vigência até 14 de fevereiro de 2021 ("Acordo").

O Acordo prevê que as partes negociariam de boa-fé as condições de um período de transição, para a transferência das atividades de corretagem realizadas pela Wiz na Rede de Distribuição da CAIXA para a corretora própria da CAIXA Seguridade e para eventual(ais) co-corretora(s) selecionada(s) no processo competitivo em curso ("Processo Competitivo"), conforme fato relevante de 23 de dezembro de 2020.

O Termo Aditivo, em comento, estabelece as condições do período de transição para um novo modelo de corretagem de seguros na Rede de Distribuição da CAIXA. Tal período terá duração de 6 (seis) meses, contados a partir de 15 de fevereiro de 2021, e as seguintes características: exclusão da remuneração da Wiz sobre o seguro habitacional comercializado a partir de 15 de fevereiro de 2021; redução gradual do comissionamento nos demais ramos de seguros, chegando no último mês a 50% (cinquenta por cento) das comissões atualmente praticadas e redução gradual das vendas intermediadas pela Wiz, que partem de 100% (cem por cento) e chegam no último mês a 90% (noventa por cento) das vendas realizadas.

Durante o período de transição, a Wiz se comprometeu a cooperar e prestar todo suporte necessário, inclusive disponibilizando todas as ferramentas, processos, software e plataformas sem ônus à CAIXA Seguridade.

A Wiz reconheceu, ainda, a regularidade do Processo Competitivo e que foram observadas substancialmente as condições divulgadas no Comunicado ao Mercado de 9 de agosto de 2018 e o disposto no Acordo.

A CAIXA Seguridade continuará mantendo o mercado informado sobre temas relacionados ao processo de reorganização de suas parcerias.

**e) Finalização do processo competitivo para seleção de co-corretora**

No dia 12 de fevereiro de 2021, a CAIXA Seguridade comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral a finalização do Processo Competitivo para seleção de co-corretora(s) para atuação em linhas de negócios em parceria com a corretora própria da CAIXA Seguridade.

Para cada um dos 4 (quatro) Blocos de Oferta foram selecionadas as seguintes empresas:

(i) Produtos Seguridade: MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.;
(ii) Automóvel: MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.;
(iii) Saúde e Odonto: Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A.; e
(iv) Grandes Riscos e Corporate: Willis Affinity Corretores de Seguros Ltda.

As parcerias deverão ser implementadas por meio de Acordos Operacionais a serem oportunamente assinados.

A CAIXA Seguridade continuará mantendo o mercado informado sobre temas relacionados ao processo de reorganização de suas parcerias.

**f) Protocolo da Oferta e da Listagem – CAIXA Seguridade**

A CAIXA Seguridade, em continuidade ao fato relevante divulgado em 27 de janeiro de 2021, e em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 01 de março de 2021, foram protocolados (i) perante a CVM, pelo acionista controlador, a Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), o pedido de registro da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da CAIXA Seguridade, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Oferta"); e (ii) perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), os pedidos de admissão e de listagem da CAIXA Seguridade no segmento de negociação denominado Novo Mercado, considerando a realização da Oferta.

CAIXA SEGURIDADE CORRETAGEM E ADMINISTRAÇÃO DE SEGUROS S.A.

DIRETORIA

HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO
DIRETOR-PRESIDENTE

GEOVANI FERREIRA DA SILVA
DIRETOR EXECUTIVO

ÁGATA JANJACOMO DE SIQUEIRA
DIRETORA EXECUTIVA

MURILO VAZ GONÇALVES
CONTADOR
CRC-020012/O-8 – DF

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos**
**Acionistas e Administradores da**
**Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A.**
**Brasília - DF**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A. ("Companhia" ou "Caixa Corretagem")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 17 de agosto (data de início de da operação) a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A.,** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 17 de agosto (data de início de da operação) a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Caixa Corretagem, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Caixa Corretagem**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Caixa Corretagem. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Caixa Corretagem a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 11 de maio de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F

Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3

# Ministério da Educação

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 306, DE 18 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 408/2012, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 20079627.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade de Educação do Piauí, com sede na Rua 13 de Maio, nº 2660, Bairro Pio XII, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, mantida pela SETE - Sociedade Educacional de Teresina EIRELI, com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 17.773.534/0001-53).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

### PORTARIA Nº 307, DE 18 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 20/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201510372.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade Estácio de Alagoas - Estácio FAL, com sede na Rua Pio XII, nº 70, bairro Jatiúca, no município de Maceió, no Estado de Alagoas, mantida pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda., com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo (CNPJ 02.608.755/0001-07).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

### PORTARIA Nº 308, DE 18 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e na Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 103/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201609659.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Verde Norte (FAVENORTE) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida José Alves Miranda, nº 500, bairro Alto São João, no município de Mato Verde, no estado de Minas Gerais, mantida pela Sociedade Educacional Verde Norte Ltda. - ME, com sede no mesmo município e estado (CNPJ 04.124.091/0001-28).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

### PORTARIA Nº 309, DE 18 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, na Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Judicial nº 1004528-45.2021.4.01.3400, em trâmite perante a 13ª Vara Federal do Distrito Federal, conforme consta no Processo Administrativo nº 00732.001103/2021-65, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 785/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201715198.

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário de Jales (UNIJALES) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Avenida Francisco Jales, nº 1.851, Bairro Loteamento Avenida, no Município de Jales, no Estado de São Paulo, mantido pela Associação Educacional de Jales (CNPJ 50.575.976/0001-60).

Art. 3º As atividades presenciais serão realizadas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, do Ministério da Educação, ou até decisão judicial em sentido contrário.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

### DESPACHO DE 18 DE MAIO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 187/2021, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE, que analisou recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa na Portaria nº 177, de 15 de junho de 2020, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Geografia, licenciatura, na modalidade a distância, que seria ministrado pela Faculdade Campos Elíseos - FCE, com sede na Rua Basílio da Gama, nº 77, bairro Campos Elísios, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pelo Instituto de Ensino Médio e Superior François Marie Arouet Ltda., com sede no Município de Barueri, no Estado de São Paulo, conforme consta do Processo nº 00732.001279/2021-17 (e-MEC nº 201713000).

MILTON RIBEIRO
Ministro de Estado

### DESPACHO DE 18 DE MAIO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 151/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CES/CNE, que conheceu do recurso interposto pela Faculdade Luso-Brasileira para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa no Despacho nº 96, de 17 de dezembro de 2019, que aplicou a penalidade de vedação da abertura de novos cursos de pós-graduação por dois anos para a instituição, que tem sede na Avenida Congresso Eucarístico Internacional, nº 1, Bairro Santa Cruz, no município de Carpina, no estado de Pernambuco, mantida pela Organização Pernambucana de Educação, Ciência e Cultura, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23709.000136/2019-66.

MILTON RIBEIRO
Ministro de Estado

### DESPACHO DE 19 DE MAIO DE 2021

Processo nº: 71000.125804/2014-72
Interessada: Liga das Senhoras Ortodoxas.
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - Cebas.

DECISÃO: Tendo em vista os autos do processo em referência e com fulcro na Nota nº 00329/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 25 de fevereiro de 2021, da Consultoria Jurídica, bem como no Despacho nº 198/2021/DP4/GAB/SE/SE-MEC, da Secretaria-Executiva, ambas unidades deste Ministério, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade e nego-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão constante da Portaria SERES nº 394, de 30 de maio de 2018, item 24 do Anexo, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 1º de junho de 2018, que indeferiu o pedido de renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - Cebas.

MILTON RIBEIRO
Ministro de Estado

## SECRETARIA EXECUTIVA

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 380, de 7 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2021, Seção 1, página 33, que instituiu Grupo de Trabalho - GT, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de formular estudos preliminares para subsidiar proposta de atualização da legislação de regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, onde se lê: "Fundo Nacional de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb", leia-se: "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb".

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

### CAMPUS MOSSORÓ

### PORTARIA N° 75, DE 18 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS MOSSORÓ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições delegadas por meio da Portaria nº 1800/2020-RE/IFRN, de 22 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 2020, e CONSIDERANDO o item 11.1, do Edital nº 06/2019- DG/MO, de 01 de abril de 2019, publicado no DOU nº 88, Seção 3, página 57, de 09 de maio de 2019; e CONSIDERANDO, ainda o que consta no Processo nº. 23093.000821.2021-92, de 18/05/2021, resolve:

PRORROGAR, por mais 2 (dois) anos, a contar de 20 de maio de 2021, a vigência do Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Substituto para a carreira de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Disciplina de Sistema da Informação do Campus Mossoró, referente ao Edital nº 06/2019-DG/MO, de 01 de abril de 2019, publicado no DOU nº 88, Seção 3, página 57, de 09 de maio de 2019, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 12/2019-DG/MO, de 17 de maio de 2019, publicado no DOU nº 95, Seção 3, página 57, de 20 de maio de 2019.

HÉLIO HENRIQUE CUNHA PINHEIRO

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

### PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

### PORTARIA Nº 445, DE 19 DE MAIO DE 2021

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 14/07/2021, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 02/2018, DOU de 27/12/2018, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 2129, DOU de 30/09/2019.

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE
Departamento: Instituto Multidisciplinar em Saúde
Área de Conhecimento: Pediatria na Atenção Primária/ Internato
Classe: Auxiliar
Regime de Trabalho: 20 horas

DENISE VIEIRA DA SILVA

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

### PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
### DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

### PORTARIA N° 348 - DDP, DE 17 DE MAIO DE 2021

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.007502/2021-57 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Enfermagem - NFR/CCS, instituído pelo Edital nº 23/2021/DDP, de 11 de março de 2021, publicado no Diário Oficial da União nº 48, Seção 3, de 12/03/2021.

Campo de conhecimento: Enfermagem Médico-Cirúrgica.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Candidato | Média final |
|---|---|---|
| 1º | Fernando Henrique Antunes Menegon | 8,79 |
| 2º | Daniella Karine Souza Lima | 8,74 |
| 3º | Samara Eliane Rabelo Suplici | 8,69 |
| 4º | Carolina Carbonell Demori | 8,60 |
| 5º | Carolina Giordani da Silva | 8,29 |

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

# Ministério da Infraestrutura

## SECRETARIA EXECUTIVA

### PORTARIA Nº 590, DE 19 DE MAIO DE 2021

Aprova a alteração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado de Belém, nos termos que especifica.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 37, inciso VII, do Anexo I do Decreto n.º 10.368, de 22 de maio de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 17, § 2º, da Lei n.º 12.815, de 5 de junho de 2013, na Portaria MInfra n.º 61, de 10 de junho de 2020, e o constante nos autos do processo administrativo SEI-MInfra n.º 50901.002225/2021-58, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do denominado "PDZ - 2017 do Porto Organizado de Belém", aprovado pela Portaria MTPA n.º 790, de 5 de setembro de 2017, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, de forma a incorporar as modificações apresentadas pela Companhia Docas do Pará - CDP, Autoridade Portuária local, por meio de seu documento Ofício Nº 151/2021/DIRPRE-CDP, de 16 de abril de 2021, e seu respectivo anexo.

Art. 2º Estabelecer que o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado de Belém receba a denominação de PDZ do Porto Organizado de Belém - 2017, alterado por aprovação desta Portaria.

Art. 3º Determinar a publicação no sítio eletrônico do Ministério da Infraestrutura, bem como no sítio eletrônico da Companhia Docas do Pará - CDP, do PDZ consolidado com as alterações aprovadas por esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

### PORTARIA Nº 591, DE 19 DE MAIO DE 2021

Aprova a alteração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado de Vila do Conde, nos termos que especifica.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 37, inciso VII, do Anexo I do Decreto n.º 10.368, de 22 de maio de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 17, § 2º, da Lei n.º 12.815, de 5 de junho de 2013, na Portaria MInfra n.º 61, de 10 de junho de 2020, e o constante nos autos do processo administrativo SEI-MInfra n.º 50000.029978/2020-83, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do denominado "PDZ - 2018 do Porto Organizado de Vila do Conde", aprovado pela Portaria MTPA n.º 408, de 30 de maio de 2018, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, de forma a incorporar as modificações apresentadas pela Companhia Docas do Pará - CDP, Autoridade Portuária local, por meio de seu documento Ofício nº 50/2020/DIRPRE-CDP (SEI 3519333), de 10 de dezembro de 2020, e seu respectivo anexo.

Art. 2º Estabelecer que o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado de Vila do Conde receba a denominação de PDZ do Porto Organizado de Vila do Conde - 2018, alterado por aprovação desta Portaria.

Art. 3º Determinar a publicação no sítio eletrônico do Ministério da Infraestrutura, bem como no sítio eletrônico da Companhia Docas do Pará - CDP, do PDZ consolidado com as alterações aprovadas por esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

## AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

## SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

### PORTARIA Nº 5.016, DE 14 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 107, e considerando o que consta do Processo nº 00058.010696/2021-50, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária (Revisão 02) do operador Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, CNPJ nº 00.352.294/0004-63, responsável pela operação do Aeroporto Internacional de Belém / Val de Cans / Júlio Cezar Ribeiro (SBBE), em Belém/PA (código CIAD: PA0001), nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 107, Emenda 02, e da Instrução Suplementar nº 107-001, revisão E (IS nº 107-001E), e considerando as seguintes especificações:

I - Classe do aeródromo: AP-2

II - Serviços aéreos: voos domésticos e internacionais

III - Capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos

Art. 2º Ficam revogadas:

I - Portaria nº 2.900/SIA, de 17 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2018, Seção 1, página 62; e

II - Portaria nº 1.683, de 3 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 08 de julho de 2020, Seção 1, página 29.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

### PORTARIA Nº 5.055, DE 18 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição outorgada pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, e considerando o que consta do processos n° 00058.006652/2019-19, resolve:

Art. 1º Promover a seguinte alteração no art. 2º, inciso I, alínea "d" da Portaria nº 3.870/SIA, de 17 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2018, Seção 1, página 250, que concedeu o Certificado Operacional de Aeroporto à Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (CASSA), operador do Aeroporto Internacional Dep. Luís Eduardo Magalhães, em Salvador/BA (código OACI: SBSV):

"Art. 2º .....

.....

d) Autorizações de Operações Especiais: operações de aeronaves de código 4C são permitidas na pista de pouso e decolagem 17/35 no período de 18 a 20 de maio de 2021.

....." (NR)

Art. 2º Revogar a Portaria nº 4.479/SIA, de 11 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 16 de março de 2021, Seção 1, página 33.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

### PORTARIA Nº 5.046, DE 17 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, inciso XV, alínea "a", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso XXII e §3º, da Lei n° 11.182, de 27 de setembro de 2005, na Resolução nº 153, de 18 de junho de 2010, nos itens 5.1.2 e 5.2.1.1, da Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 11-3, aprovada pela Portaria nº 1425/GC3, de 14 de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.016489/2018-14, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor do Aeródromo Público Rondonópolis - Maestro Marinho Franco, em Rondonópolis/MT (código CIAD: MT0004).

Art. 2º A aprovação de Plano Diretor do Aeroporto não sobrepõe entendimentos de processos subsequentes, correlatos à segurança operacional aeroportuária, sendo responsabilidade do operador de aeródromo manter o Plano Diretor atualizado.

Art. 3º A aprovação do Plano Diretor do Aeroporto não garante o cadastramento, pela ANAC, da expansão pretendida da infraestrutura aeroportuária, de modo que eventuais modificações de características ou cadastramentos vindouros deverão atender aos regulamentos processuais e materiais vigentes na oportunidade de sua implementação.

Art. 4º O disposto na presente Portaria não dispensa o operador de aeródromo da observância dos requisitos de licenciamento ambiental, de uso do solo e de zoneamento urbano e outras posturas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

## GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

### PORTARIA Nº 5.039, DE 17 DE MAIO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.018963/2021-48, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: NAMORADO-2;

II - Indicador de localidade: 9PPY;

III - Indicativo de chamada da EPTA: PNA-2;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Fixa;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VI - Altitude em relação ao nível do mar: 52 metros;

VII - Resistência do pavimento: 12,8 toneladas;

VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 19,5 metros;

IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

X - Classe: 1;

XI - Categoria: H2; e

XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 23 de maio de 2024.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 3038/SIA, de 1º de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 2018, Seção 1, página 90.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### PORTARIA Nº 5.044, DE 17 DE MAIO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.014500/2021-15, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Santa Terezinha;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0234;

III - município (UF): Santa Terezinha (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 10° 19' 09'' S / 050° 56' 58'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2108/SIA de 10 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2014, Seção nº 1, Página nº 6.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

## SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
## GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
## COORDENADORIA DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA

### PORTARIA Nº 5.038, DE 17 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV, da Portaria ANAC 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.010524/2020-14, resolve:

Art. 1º Revalidar, até 13 de março de 2023, o credenciamento da clínica OTOCLÍNICA CLÍNICA MÉDICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA-ME, CNPJ Nº 07.645.832/0002--95, CRM/MT 1712 - CLC 25, para a realização de exames de saúde periciais no endereço rua Miranda Réis, nº 76, Poção, Cuiabá (MT), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 1ª, 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º A OTOCLÍNICA CLÍNICA MÉDICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA-ME, deverá manter, na pessoa de seu Diretor Técnico Médico, todos os requisitos da certificação previstos no RBAC nº 67.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 664, de 09 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2020, Seção 1, página 38.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

### EXTRATO DO ACÓRDÃO Nº 240-2021-ANTAQ

Processo: 50300.016858/2020-31
Parte: CICOMAL COLATINA IND E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA (15.286.024/0002-07)
Ementa: Trata o presente Acórdão de requerimento formulado pela empresa COLATINA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - CICOMAL, para registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário, nos termos do inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13/2016-ANTAQ. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 500ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 13/05/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em: I - deferir o requerimento formulado pela empresa COLATINA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - CICOMAL, inscrita no CNPJ sob o nº 15.286.024/0002-07, com sede em São Miguel do Guamá/PA, para obtenção de registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário, localizada na Av.do Trabalhador Ivo Alves Barbosa, margem direita do Rio Guamá, s/nº, Bairro Vila Isabel, em São Miguel do Guamá/PA, nos termos do inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13- ANTAQ, de 10 de outubro de 2016; II - ressaltar que o registro ora deferido não desonera a requerente do atendimento aos padrões de regularidade e segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, especialmente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Poder Público Municipal, à Autoridade Aduaneira, ao Corpo de Bombeiros local e ao Órgão de Meio Ambiente; III - determinar que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, acompanhe o cumprimento do artigo 3º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, no que couber; e IV - cientificar a interessada da presente decisão. Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, e a Diretora Gabriela Costa.

Brasília, 19 de maio de 2021
EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

### EXTRATO DO ACÓRDÃO Nº 245-2021-ANTAQ

Processo: 50300.012226/2017-01
Parte: TLA TERMINAIS DE LIQUIDOS DA AMAZONIA LTDA (27.187.857/0001-19)
Ementa: Trata o presente Acórdão de requerimento formulado pela empresa TLA TERMINAIS DE LÍQUIDOS DA AMAZÔNIA LTDA, com vistas à obtenção de autorização para exploração de Terminal de Uso Privado - TUP. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 500ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 13/05/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em: I - reconhecer a possibilidade de celebração do contrato de adesão entre o Ministério da Infraestrutura, na qualidade de Poder Concedente, e a empresa TLA TERMINAIS DE LÍQUIDOS DA AMAZÔNIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.187.857/0001-19, para a exploração, pela Autorizatária, de Instalação Portuária, na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, denominado TUP TLA ABAETETUBA, inscrito no CNPJ sob o nº 27.187.857/0002-08, localizado na margem direita do Rio Tocantins, na Baía do Capim e com escritório na Av. Padre Luiz Varela, nº 1440 sala 07, Centro, CEP 68440-000, no município de Abaetetuba/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de cargas destinadas ou provenientes de transporte aquaviário; II - encaminhar os presentes autos ao Ministério da Infraestrutura para as providências subsequentes; e III - cientificar a empresa TLA TERMINAIS DE LÍQUIDOS DA AMAZÔNIA LTDA acerca da presente decisão. Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, e a Diretora Gabriela Costa.

Brasília, 19 de maio de 2021
EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

### EXTRATO DO ACÓRDÃO Nº 260-2021-ANTAQ

Processo: 50300.019871/2020-42
Parte: OLIVEIRA ENERGIA S.A (04.210.423/0009-44)
Ementa: Trata o presente Acórdão de Processo Administrativo Sancionador instaurado em desfavor da empresa OLIVEIRA ENERGIA S/A, acerca da apuração de irregularidade apontada em sede de procedimento de fiscalização, consubstanciada no Auto de Infração nº 004624-8 (SEI nº 1174619), lavrado em 20/10/2020, pela Unidade Regional de Manaus - UREMN, desta Agência. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 500ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 13/05/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em: I - declarar subsistente o Auto de Infração nº 004624-8, lavrado em 20/10/2020, pela Unidade Regional de Manaus - UREMN, desta Agência; II - aplicar a penalidade de multa pecuniária à empresa OLIVEIRA ENERGIA S/A, inscrita no CNPJ sob nº 04.210.423/0009-44, no valor de R$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), pela prática da infração capitulada no art. 36, inciso XV, da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ, pelo fato de construir e explorar instalação portuária privada na UTE Nhamundá/AM sem a necessária autorização da ANTAQ; III - determinar à Superintendência de Outorgas - SOG, que adote tratativas junto à empresa OLIVEIRA ENERGIA S/A visando à regularização das 28 (vinte e oito) instalações requeridas; e IV - cientificar a interessada acerca da presente decisão. Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, e a Diretora Gabriela Costa.

Brasília, 19 de maio de 2021
EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

### EXTRATO DO ACÓRDÃO Nº 262-2021-ANTAQ

Processo: 50300.002251/2019-31
Parte: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Ementa: Trata o presente Acórdão de processo criado com o fito de dar cabo ao desenvolvimento das ações necessárias para a consecução do Tema 3.1, da Agenda Regulatória do biênio 2020/2021, qual seja: "Sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras", nos termos previstos no Plano de Trabalho GRM (SEI nº 1080443). Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 500ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 13/05/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em: I - aprovar a proposta normativa que busca concretizar entendimento regulatório acerca do Tema 3.1, da Agenda Regulatória do biênio 2020/2021 - sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras, nos termos da Resolução-MINUTA AST-DT (SEI nº 1324051), devendo o seu texto, o Relatório de AIR (SEI nº 1237879), as respectivas notas técnicas e documentos utilizados como fundamento para o posicionamento da área técnica da agência, resguardados os documentos e dados sigilosos, serem submetidos à audiência e consulta públicas, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, visando à obtenção de subsídios para o recebimento de contribuições em relação às propostas de alteração normativa; e II - encaminhar os autos à Superintendência de Regulação - SRG, e à Secretaria-Geral - SGE, para que adotem as providências pertinentes. Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, e a Diretora Gabriela Costa. ANEXO - PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Art. 1º Esta Resolução tem por objetivo alterar as normas aprovadas pela Resolução Normativa nº 18-ANTAQ, de 21 de dezembro de 2017, e pela Resolução Normativa nº 34-ANTAQ, de 19 de agosto de 2019, com vistas a estabelecer instrumentos de aprimoramento de análise e fiscalização da cobrança da Taxa de Movimentação no Terminal. Art. 2º O Anexo da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ, de 2017, passará a vigorar com a seguinte alteração: "Art. 8º. ..... .....V - obter comprovação de pagamento dos serviços contratados mediante emissão de nota fiscal, independentemente da contratada ser responsável direta ou intermediadora de prestação de serviços. Parágrafo único. Nos casos em que o serviço contratado seja de intermediação, no qual o agente intermediador negocia extenso volume de contratos na busca de obter ganhos de eficiência, a nota fiscal emitida pelo intermediador ao contratante deve apresentar também a média, por determinada unidade de medida, da totalidade do serviço negociado com o prestador final de serviços. ..... Art. 27. ..... ..... V - não emitir nota fiscal como meio de comprovação de pagamento por serviços dispostos em contrato, sejam eles de quaisquer natureza: multa de até R$ 100.000,00 (cem mil reais);" (NR) Art. 3º O Anexo da Resolução Normativa nº 34-ANTAQ, de 2019, passará a vigorar com a seguinte alteração: "Art. 2º. ..... ..... Parágrafo único. A Taxa de Movimentação no Terminal ou Terminal Handling Charge (THC), quando contratada sob intermediação de transportador marítimo ou agente intermediário, ao representar o exportador ou importador na qualidade de terceiro não interessado, possui natureza extra frete marítimo. ..... Art. 3º. A THC poderá ser cobrada pelo transportador marítimo, diretamente do exportador, importador ou consignatário, conforme o caso, a título de restituição das despesas discriminadas no inciso X do art. 2º, assumidas com a movimentação das cargas e pagas à instalação portuária ou ao operador portuário." (NR) Art. 4º A proposta de Resolução de que trata este Anexo não entra em vigor com a publicação deste Acórdão no Diário Oficial da União. Art. 5º Este Anexo e os documentos técnicos que lhe servem de fundamento estarão disponíveis na íntegra no sítio eletrônico desta Agência (https://www.gov.br/antaq), ressalvados os de caráter sigiloso.

Brasília, 17 de maio de 2021
EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

### EXTRATO DE DELIBERAÇÃO Nº 113, DE 19 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50314.001038/2013-67 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em suas 379ª e 393ª Reuniões Ordinárias, realizadas, respectivamente, em 26 de fevereiro e 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Rerratificar a Resolução nº 4.508-ANTAQ, de 3 de dezembro de 2015, em virtude de decisão judicial proferida no Processo nº 5003044-97.2018.4.04.7101, transitada em julgado, a qual passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Aplicar as penalidades de advertência e multa pecuniária no valor total de R$ 136.856,25 (cento e trinta e seis mil, oitocentos e e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos) em face da Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG), inscrita no CNPJ nº 01.039.203/0001-54, na forma do art. 78-A, incisos I e II da Lei nº10.233, de 5 de junho de 2001, respectivamente, sendo: I - Advertência pela prática da infração tipificada no inciso LIV do art. 13 da norma aprovada pela Resolução nº 858 ANTAQ, de 23 de agosto de 2007, à época em vigor, consubstanciada no fato de deixar de elaborar e/ou publicar o documento intitulado "Demonstrativo do Quadro de Pessoal" nos termos dos Decretos Estaduais que regem a matéria; II - Multa Pecuniária no valor de R$ 1.856,25 (um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), pela prática da infração tipificada no inciso XIII do art. 13 da norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ, consubstanciada no fato de deixar de apresentar o Plano de Controle de Emergência (PCE), conforme dispõe o item 29.6.6, da Norma Regulamentadora - NR-29; III - Multa Pecuniária no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), pela prática da infração tipificada no inciso LIV do art. 13 da norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ, consubstanciada no fato de não apresentar as apólices de seguro da Administração Portuária, Operadores Portuários e Arrendatários; e Art. 2º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) que, em conjunto com a Unidade Regional de Porto Alegre (UREPL), ambas desta Agência, realize levantamento detalhado, em processo específico, acerca das tarifas portuárias efetivamente praticadas pela SUPRG, eis que a prática verificada no âmbito da presente instrução processual pode estar abrangendo outras rubricas relativas à utilização de infraestrutura portuária integrantes das demais tabelas tarifárias. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU)." Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

### EXTRATO DE DELIBERAÇÃO Nº 114, DE 19 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008615/2021-19 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.705-ANTAQ, de 22 de setembro de 2019, de titularidade da empresa PONTA LESTE APOIO MARITIMO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.300.555/0001-45, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de alteração da natureza jurídica da detentora que deixou de ser EIRELI e passou para forma de sociedade LTDA, com a denominação social de "PONTA LESTE APOIO MARÍTIMO LTDA".Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

### EXTRATO DE DELIBERAÇÃO Nº 115, DE 19 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008934/2021-16 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa HIDROVIAS DO BRASIL - CABOTAGEM LTDA., CNPJ nº 24.292.471/0001-89, de que trata o Termo de Autorização nº 1.468-ANTAQ e a Resolução nº 5.579-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

### EXTRATO DE DELIBERAÇÃO Nº 116, DE 19 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo 50300.015928/2020-34 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Conhecer do pedido da Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), nos termos do Ofício 052/2021-PR, posto que atendidos os pressupostos de admissibilidade, para, no mérito, autorizar o diferimento da aplicação da estrutura tarifária aprovada por meio do Acórdão 207-2021-ANTAQ, referente ao Porto Organizado de São Sebastião, pelo prazo de 35 (trinta e cinco) dias, passando a aplicação dos novos valores a viger a partir da data de 01/07/2021, sendo os efeitos econômico-financeiros dessa autorização incorporados na próxima revisão tarifária. Art. 2º Determinar que a Companhia Docas de São Sebastião (CDSS) faça constar nas suas normas de aplicação o diferimento ora aprovado. Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

**DELIBERAÇÃO DE 17 DE MAIO DE 2021**

Processo nº 50300.021908/2019-69. Objeto e Fundamento Legal: Tornar sem efeito a publicação da Deliberação PAS nº 15-ANTAQ, publicada no DOU de 17/05/2021, Seção 1, pág.54, em virtude de erro material.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

## SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

**PORTARIA Nº 138 - SUROD, DE 11 DE MAIO DE 2021**

Autoriza a implantação de Linhas de Transmissão de Energia sob a rodovia BR-101/RJ administrada pela Concessionária Autopista Fluminense S.A. Interessada: Transmissora Lagos SPE S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.015425/2021-93, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de Linhas de Transmissão de Energia sob a rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Fluminense S.A, localizada nos km 161+787, km164+245, km 166+724, km 179+556 e km 179+662 da rodovia BR-101/RJ, nos municípios de Macaé e Rio das Ostras/RJ, de interesse da Transmissora Lagos SPE S.A.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional do Rio de Janeiro - COINFRJ sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Autopista Fluminense S.A deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional do Rio de Janeiro - COINFRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Transmissora Lagos SPE S.A e a Autopista Fluminense S.A e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Fluminense S.A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Transmissora Lagos SPE S.A deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Transmissora Lagos SPE S.A deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Fluminense S.A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Transmissora Lagos SPE S.A assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária, conforme Decreto Federal nº 84.398/1980.

Art. 9º A Transmissora Lagos SPE S.A deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Autopista Fluminense S.A cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Transmissora Lagos SPE S.A abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

**PORTARIA Nº 276, DE 18 DE MAIO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.421261/2019-15, resolve:

Art. 1º Arquivar o pedido de autorização de mercados protocolo nº 50500.421261/2019-15, da empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA - BUSCOOP, CNPJ nº 34.280.525/0001-40, conforme o disposto no art. 26 da Resolução 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

**PORTARIA Nº 277, DE 18 DE MAIO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, em cumprimento ao Mandado de Segurança nº 1070082-58.2020.4.01.3400, constante do processo nº 00424.181808/2020-50, e considerando o que consta no processo nº 50500.105623/2020-67, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa MAZINHO TRANSPORTES E TURISMO LTDA, CNPJ nº 11.988.591/0001-73, para a expedição de sua Licença Operacional - LOP, de número 211, com a inclusão dos mercados a seguir:

I - De: GENTIO DO OURO (BA), IPUPIARA (BA), OLIVEIRA DOS BREJINHOS (BA), BOQUIRA (BA), MACAÚBAS (BA), TANQUE NOVO (BA), CAETITÉ (BA) e GUANAMBI (BA) Para: GUARULHOS (SP).

Art. 2º A outorga de que trata o art. 1º não produzirá efeitos enquanto vigente o comando proibitivo contido no item 28.2 da decisão do Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 559/2021 - Plenário.

Art. 3º Conhecer o pedido de impugnação da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73 e, no mérito, negar-lhe provimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

**PORTARIA Nº 278, DE 18 DE MAIO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.015859/2020-11, resolve:

Art. 1º Arquivar o pedido de autorização de mercados protocolo nº 50500.015859/2020-11, da empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA - BUSCOOP, CNPJ nº 34.280.525/0001-40, conforme o disposto no art. 26 da Resolução 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA, CNPJ nº 30.069.314/0001-01; AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35 e VIAÇÃO COMETA S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

**PORTARIA Nº 279, DE 18 DE MAIO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.015836/2020-06, resolve:

Art. 1º Arquivar o pedido de autorização de mercados protocolo nº 50500.015836/2020-06, da empresa VIAÇÃO AMARELINHO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA, CNPJ nº 33.698.981/0001-41, conforme o disposto no art. 26 da Resolução 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73; EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 44.993.632/0001-79 e VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO S/A, CNPJ nº 32.404.063/0001-08, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

**PORTARIA Nº 280, DE 18 DE MAIO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.015846/2020-33, resolve:

Art. 1º Arquivar o pedido de autorização de mercados protocolo nº 50500.015846/2020-33, da empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA - BUSCOOP, CNPJ nº 34.280.525/0001-40, conforme o disposto no art. 26 da Resolução 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA, CNPJ nº 30.069.314/0001-01; AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35 e VIAÇÃO COMETA S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

**PORTARIA Nº 282, DE 18 DE MAIO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1066513-49.2020.4.01.3400 e considerando o que consta no processo nº 50500.051684/2020-05, resolve:

Art. 1º Arquivar o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.051684/2020-05, da empresa CONCEITO TRANSPORTES E TURISMO EIRELI, CNPJ nº 07.622.365/0001-05, conforme o disposto no art. 26 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Não conhecer o pedido de impugnação da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73, por perda do objeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

**PORTARIA Nº 284, DE 18 DE MAIO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.237010/2016-10, resolve:

Art. 1º Arquivar o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.237010/2016-10, da empresa EXPRESSO DE PRATA LTDA, CNPJ nº 45.007.937/0001-27, conforme o disposto no art. 26 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA., CNPJ nº 30.069.314/0001- 01, AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., CNPJ nº 82.647.884/0001- 35, VIAÇÃO COMETA S/A. , CNPJ nº 61.084.018/0001-03 e EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANPORTES LTDA, CNPJ nº 44.993.632/0001-79, por perda do objeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

**DECISÃO SUPAS 271, DE 17 DE MAIO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.038427/2021-51, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A, CNPJ nº 76.539.600/0001-94, para a implantação dos mercados a seguir como seções da linha RIO DE JANEIRO (RJ) - FLORIANÓPOLIS (SC), prefixo nº 07-0174-30:

I - De: EMBU DAS ARTES (SP) Para: ITAPEMA (SC) e FLORIANÓPOLIS (SC);

II - De: SÃO PAULO (SP) Para: ITAPEMA (SC), BALNEÁRIO CAMBORIU (SC), GARUVA (SC), ITAJAI (SC) e JOINVILLE (SC).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

**DECISÃO SUPAS 272, DE 18 DE MAIO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.038866/2021-63, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa VIAÇÃO PÁSSARO VERDE LTDA, CNPJ nº 17.257.916/0001-24, para a implantação de seções na linha UBÁ (MG) - BRASÍLIA (DF), prefixo 06-0097-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

**DECISÃO Nº 273, DE 18 DE MAIO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.014673/2021-17, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A, CNPJ nº 76.539.600/0001-94, para a supressão da linha base SÃO PAULO (SP) - CURITIBA (PR), prefixo nº 08-0260-30, operada com veículo semileito.

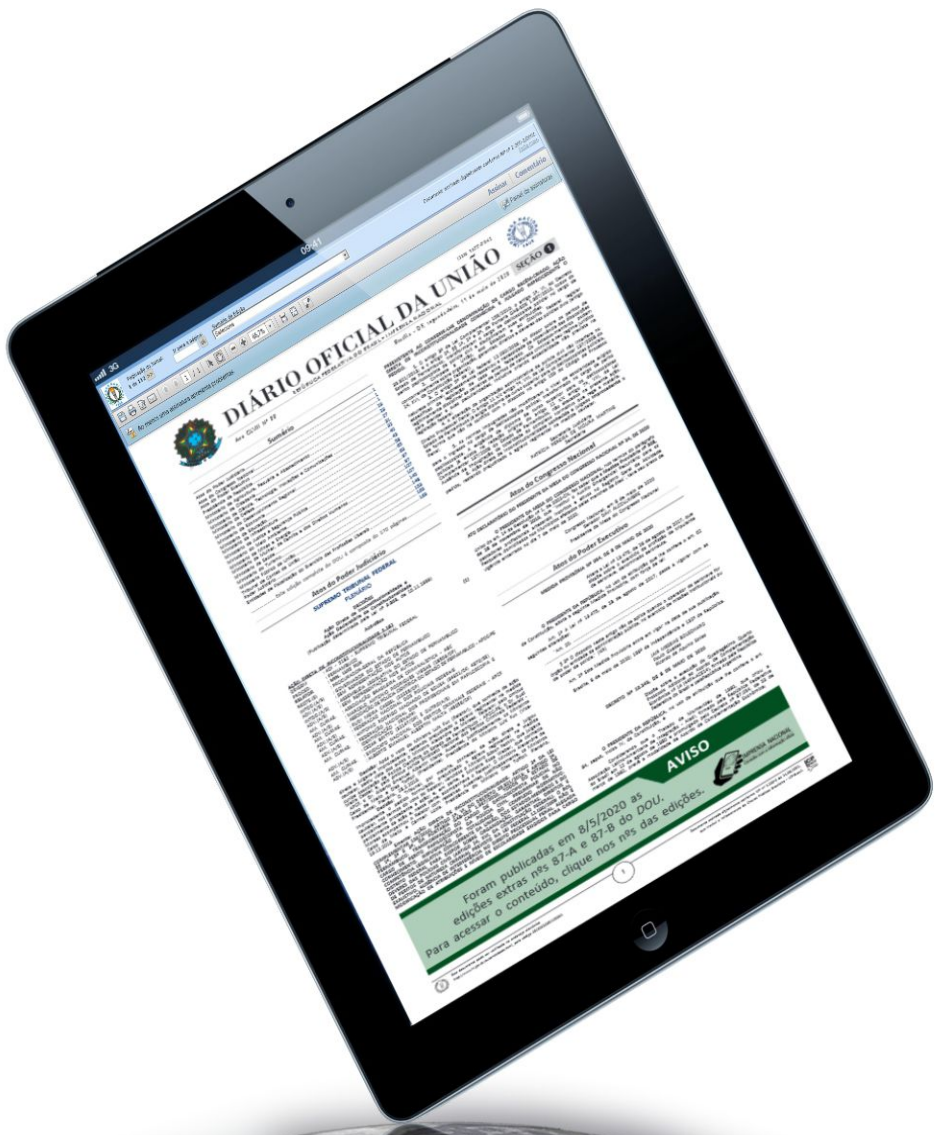
Art. 2º Deferir o pedido da EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A, CNPJ nº 76.539.600/0001-94 para a implantação da linha SÃO PAULO (SP) - CURITIBA (PR), prefixo nº 08-0260-00, operada com veículo convencional, com os mercados a seguir como seções:

I - De: SÃO PAULO (SP) Para: CURITIBA (PR).

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Conecte-se à informação oficial




www.in.gov.br
IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

## Ministério da Justiça e Segurança Pública

### POLÍCIA FEDERAL
### DIRETORIA EXECUTIVA
### COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

**ALVARÁ Nº 3.032, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/29363 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Conceder autorização à empresa MILLENIUM SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - ME, CNPJ nº 25.084.798/0001-28, sediada no Amazonas, para adquirir:

Da empresa cedente ESQUADRA TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.705.117/0001-10:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.033, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30248 - DPF/CAC/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa SANT SEGURANÇA - ME - EIRELI , CNPJ nº 11.770.785/0001-06, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

5 (cinco) Pistolas calibre .380

326 (trezentas e vinte e seis) Munições calibre .380

152 (cento e cinquenta e duas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.034, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30284 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa PROVIG FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA, CNPJ nº 57.276.206/0001-66, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente SUHAI - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 66.654.179/0001-09:

5 (cinco) Pistolas calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

150000 (cento e cinquenta mil) Espoletas calibre 38

150000 (cento e cinquenta mil) Projéteis calibre 38

30000 (trinta mil) Espoletas calibre .380

30000 (trinta mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.035, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30301 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

Conceder autorização à empresa MONTANA SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 19.200.109/0001-09, sediada em Tocantins, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9 (nove) Revólveres calibre 38

108 (cento e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.036, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30336 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa FEICON SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 12.355.254/0001-01, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.037, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31497 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

AUTORIZAR a empresa PROAÇÃO SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ Nº 19.232.342/0001-65, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser PROAÇÃO SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP

Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.038, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/28742 - DPF/SJE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS, CNPJ nº 53.221.255/0001-40 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.039, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30154 - DPF/ANS/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa QUIMPHARMA INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA, CNPJ nº 08.111.966/0001-08 para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.040, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30341 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO ESTANCIA QUINTAS DA ALVORADA, CNPJ nº 73.978.900/0001-81 para atuar no Distrito Federal.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.041, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30397 - DPF/SJK/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO DOS ADQUIRENTES DE LOTES NO LOTEAMENTO REAL VILLE - SETOR RESIDENCIAL I, CNPJ nº 04.702.278/0001-61 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.042, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30446 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa VIGI SEG VIGILANCIA E SEGURANÇA, CNPJ nº 08.093.178/0001-36, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

110 (cento e dez) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.043, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30481 - DPF/IJI/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa TREINAVIL CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 73.591.851/0002-00, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

74611 (setenta e quatro mil e seiscentas e onze) Munições calibre 38

4680 (quatro mil e seiscentas e oitenta) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.044, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30506 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa REI SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 22.102.789/0001-24, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO BAHIA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 07.601.090/0001-15:

28 (vinte e oito) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

320 (trezentas e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.045, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30542 - DPF/ANS/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RIO VERMELHO DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 10.912.900/0002-40 para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.046, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30797 - DPF/IJI/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa METALÚRGICA FEY LTDA, CNPJ nº 84.229.624/0001-75 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.047, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30981 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PEDRA AZUL MINERADORA LIMITADA, CNPJ nº 02.865.476/0001-10 para atuar no Rio Grande do Norte.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.048, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31068 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GREEN WORLD DO BRASIL INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MAQUINAS LTDA - EPP, CNPJ nº 19.181.895/0001-36 para atuar no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.050, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/28520 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização, à empresa GOLIAS SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, CNPJ nº 21.737.152/0001-41, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.051, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/29173 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio do Alvará nº 1807 de 25/03/2020 à empresa SECTOR SECURITY VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº 17.838.006/0003-05, localizada no Estado de GOIÁS.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.052, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/29336 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Conceder autorização, à empresa FORÇA ALERTA SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 10.446.347/0005-40, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em Sergipe.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.053, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/29364 - DPF/PSO/BA, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio do Alvará nº 2080 de 02/03/2006 à empresa EBF ESCOLA BAHIANA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ/MF nº 16.327.827/0004-97, localizada no Estado de BAHIA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.054, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/29911 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa CSN MINERACAO S.A., CNPJ nº 08.902.291/0003-87, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.055, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30062 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização, à empresa KAIZEN SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 36.518.208/0001-44, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.056, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30399 - DPF/JVE/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa FT SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 85.355.600/0001-25, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

139 (cento e trinta e nove) Munições calibre .380

16 (dezesseis) Munições calibre 12

857 (oitocentas e cinquenta e sete) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.057, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30584 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa CANTÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.966.650/0003-62, sediada no Pará, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02:

23 (vinte e três) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

420 (quatrocentas e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.058, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30657 - DPF/DVS/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLA DE VIGILANTES TORRE NORTE LTDA., CNPJ nº 13.075.408/0001-74, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

2 (dois) Revólveres calibre 38

15000 (quinze mil) Espoletas calibre 38

3000 (três mil) Gramas de pólvora

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.059, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30661 - DPF/XAP/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa TREINAVIL CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 73.591.851/0001-20, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1660 (uma mil e seiscentas e sessenta) Munições calibre .380

822 (oitocentas e vinte e duas) Munições calibre 12

50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38

50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Gramas de pólvora

50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.060, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30731 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa COYOTE SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 35.416.033/0001-00, sediada na Paraíba, para adquirir:

Da empresa cedente FATOR VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 12.048.368/0001-09:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente FATOR VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 12.048.368/0001-09:
120 (cento e vinte) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.061, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30819 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa M. F. DA SILVA VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 36.982.392/0001-89, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente MERITO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI-EPP, CNPJ nº 13.014.370/0003-91:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
120 (cento e vinte) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.062, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30847 - DPF/UDI/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa CASTER CENTRO AVANÇADO DE TREINAMENTO ESPECIALIZAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 10.989.438/0001-06, sediada em Minas Gerais, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
9732 (nove mil e setecentas e trinta e duas) Munições calibre .380
3000 (três mil) Munições calibre 12
40000 (quarenta mil) Munições calibre 38
40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38
24534 (vinte e quatro mil e quinhentos e trinta e quatro) Gramas de pólvora
72304 (setenta e dois mil e trezentos e quatro) Projéteis calibre 38
9301 (nove mil e trezentas e uma) Espoletas calibre .380
7000 (sete mil) Projéteis calibre .380
2938 (duas mil e novecentas e trinta e oito) Buchas calibre 12
60 (sessenta) Quilos de chumbo calibre 12
2938 (duas mil e novecentas e trinta e oito) Espoletas calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.063, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30899 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Conceder autorização à empresa SECURITY- ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 40.928.202/0001-12, sediada em Alagoas, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Pistola calibre .380
5 (cinco) Revólveres calibre 38
1000 (uma mil) Munições calibre .380
10000 (dez mil) Munições calibre 38
30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38
30000 (trinta mil) Estojos calibre 38
9002 (nove mil e dois) Gramas de pólvora
30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38
4500 (quatro mil e quinhentas) Espoletas calibre .380
4500 (quatro mil e quinhentos) Estojos calibre .380
4500 (quatro mil e quinhentos) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.064, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31017 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa I9 SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 38.481.213/0001-55, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
120 (cento e vinte) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.065, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31049 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLA DE FORMACAO DE VIGILANTES DEFENDI LTDA, CNPJ nº 01.997.012/0002-86, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Munições calibre .380
5000 (cinco mil) Munições calibre 12
30000 (trinta mil) Munições calibre 38
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
4276 (quatro mil e duzentos e setenta e seis) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.066, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31058 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa IPIRANGA SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 39.265.537/0001-19, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente GOLDEN STAR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 06.099.950/0001-00:
13 (treze) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente GSG9 SEGURANÇA VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 12.197.345/0001-66:
2 (dois) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente GOLDEN STAR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 06.099.950/0001-00:
72 (setenta e duas) Munições calibre 38

Da empresa cedente GSG9 SEGURANÇA VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 12.197.345/0001-66:
41 (quarenta e uma) Munições calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
74 (setenta e quatro) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.067, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31157 - DPF/SOD/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASS DOS PROPRIETARIOS DE IMOVEIS DO COND PQ RES COLINA DAS ESTRELAS, CNPJ nº 06.351.117/0001-04 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.068, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31184 - DPF/BRU/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0006-03, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
810 (oitocentas e dez) Munições calibre 38
844 (oitocentas e quarenta e quatro) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.069, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31205 - DPF/SJE/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0009-56, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1256 (uma mil e duzentas e cinquenta e seis) Munições calibre 38
807 (oitocentas e sete) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.070, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31230 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Conceder autorização à empresa ARASEG ESCOLA DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES EIRELLI, CNPJ nº 31.131.165/0001-26, sediada em Alagoas, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1660 (uma mil e seiscentas e sessenta) Munições calibre .380
184 (cento e oitenta e quatro) Munições calibre 12
15000 (quinze mil) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.071, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31366 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLA PAULISTA DE FORMACAO E ESPECIALIZACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.342.688/0001-50, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
30000 (trinta mil) Munições calibre 38
5000 (cinco mil) Munições calibre .380
40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38
6000 (seis mil) Gramas de pólvora
40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.072, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31430 - DPF/UGA/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALEGRETE LTDA, CNPJ nº 89.231.708/0001-67 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 959/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.073, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31489 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa EMFORVIGIL EMPRESA ESPECIALIZADA FORMAÇÃO DE VIGILANTES S/A, CNPJ nº 58.805.508/0001-47, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

100000 (cem mil) Espoletas calibre 38

28799 (vinte e oito mil e setecentos e noventa e nove) Gramas de pólvora

100000 (cem mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.074, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31514 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 10.364.152/0003-99, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.075, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31535 - DPF/JPN/RO, resolve:

Conceder autorização à empresa IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, CNPJ nº 04.082.624/0001-56, sediada em Rondônia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

50 (cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.076, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31586 - DPF/SOD/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MOTO PEÇAS TRANSMISSÕES S/A, CNPJ nº 16.236.440/0001-82 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.077, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31610 - DPF/SJE/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa STEFFEN & PEREIRA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 18.206.931/0001-06, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente USINA ACUCAREIRA FURLAN S/A, CNPJ nº 56.723.257/0001-26:

3 (três) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.078, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31619 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES TOCANTINS LTDA, CNPJ nº 02.470.139/0001-24, sediada em Tocantins, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Munições calibre 38

2000 (duas mil) Munições calibre .380

30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38

10368 (dez mil e trezentos e sessenta e oito) Gramas de pólvora

30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38

10000 (dez mil) Espoletas calibre .380

10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.079, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31708 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa GUARD ANGEL VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 00.809.803/0001-91, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente CONFEDERAL RIO VIGILÂNCIA - EIRELI, CNPJ nº 39.537.063/0001-17:

81 (oitenta e um) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente CONFEDERAL RIO VIGILÂNCIA - EIRELI, CNPJ nº 39.537.063/0001-17:

1020 (uma mil e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.080, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31751 - DPF/JTI/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa SÃO MARTINHO S/A, CNPJ nº 51.466.860/0062-78, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.081, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31802 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa IMPETUS SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 27.798.215/0001-56, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

42 (quarenta e duas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.082, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31853 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO CIVIL CENTER SHP SAO BERNARDO, CNPJ nº 71.538.367/0001-01 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.083, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31969 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa ATHENAS FORMACAO E RECICLAGEM DE VIGILANTE LTDA, CNPJ nº 05.880.921/0001-00, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Pistolas calibre .380

5 (cinco) Revólveres calibre 38

100000 (cem mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.084, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31987 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLA BRASIL DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 09.493.045/0001-10, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

15000 (quinze mil) Munições calibre .380

10000 (dez mil) Munições calibre 12

110000 (cento e dez mil) Munições calibre 38

15000 (quinze mil) Espoletas calibre .380

15000 (quinze mil) Estojos calibre .380

15000 (quinze mil) Projéteis calibre .380

5000 (cinco mil) Buchas calibre 12

300 (trezentos) Quilos de chumbo calibre 12

5000 (cinco mil) Espoletas calibre 12

5000 (cinco mil) Estojos calibre 12

60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38

60000 (sessenta mil) Estojos calibre 38
46549 (quarenta e seis mil e quinhentos e quarenta e nove) Gramas de pólvora
60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.085, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/32040 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA DO GRANDE RIO EIRELI ME, CNPJ nº 10.497.411/0001-98, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2000 (duas mil) Munições calibre .380
1000 (uma mil) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.093, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/16228 - DPF/UDI/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VELOSO COFFEE AGROCOMERCIAL EXPORTADORA LTDA, CNPJ nº 15.709.270/0001-43 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.094, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/22524 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 21.206.811/0002-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 932/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.095, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/22614 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa G.I EMPRESA DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 07.473.476/0003-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 896/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.096, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/22686 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0012-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 947/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.097, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/24038 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0039-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 887/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.098, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/24625 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0030-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 864/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.099, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/24877 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0024-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 881/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 3.100, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26068 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa G.S.I - GESTAO DE SEGURANÇA INTEGRADA - VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 14.534.490/0002-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 899/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

## SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
## DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

**DECISÕES DE 19 DE MAIO DE 2021**

Nº 23/2021/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 36/2018
Processos: 47039.003096/2021-27 - 08018.010798/2021-53
Interessado(s): JUEGEN RAINER ACHT

A Diretora do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, mantendo a decisão recorrida que denegou o pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Nº 24/2021/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 20/2017
Processos: 47039.019525/2020-05 - 08018.011267/2021-88
Interessado(s): YONNY ROMAGUERA BARCELAY

A Diretora do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, mantendo a decisão recorrida que denegou o pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Nº 25/2021/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 36/2018
Processos: 47039.016722/2020-64 - 08018.013681/2021-21
Interessado(s): CARL EDWARD HANKINS

A Diretora do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, mantendo a decisão recorrida que denegou o pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Nº 26/2021/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 36/2018
Processos: 47039.002161/2021-05 - 08018.012204/2021-49
Interessado(s): DANIEL GUY HEMPEY

A Diretora do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, mantendo a decisão recorrida que denegou o pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Nº 27/2021/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 13/2017
Processos: 47039.002278/2021-81 - 08018.013841/2021-32
Interessado(s): HOLGER SAX - AMS-NIPPON RIKA DO BRASIL TECNOLOGIA EM ISOLACAO E IMPREGNACAO LTDA

A Diretora do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, mantendo a decisão recorrida que denegou o pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

LIGIA NEVES AZIZ LUCINDO

## COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

### DESPACHOS DE 19 DE MAIO DE 2021

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0201/2021 de 14/05/2021, 0202/2021 de 14/05/2021, 0203/2021 de 17/05/2021, 0204/2021 de 18/05/2021 e 0205/2021 de 18/05/2021, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039005596202101 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA PANAMERICANA DE PORTO ALEGRE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Justin Shawn Wallace Data Nascimento: 15/11/1990 Passaporte: 565991234 País: EUA Mãe: Rebecca Lynn Fiedler Pai: Rodney Dale Wallace;

Processo: 47039006541202119 Requerente: IBFC - INSTITUTO BRASILEIRO DE FORMACAO E CAPACITACAO Prazo: 40 Dia(s) Imigrante: RAFAEL SALGADO SEARA Data Nascimento: 06/07/1995 Passaporte: CB639576 País: PORTUGAL Mãe: MARIA ALICE FERNANDES SALGADO Pai: ANIBAL MANUEL BRANCO SEARA;

Processo: 47039007114202140 Requerente: FUNDACAO VISCONDE DE PORTO SEGURO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ebru Mutluer Data Nascimento: 11/04/1994 Passaporte: C2T734ZW7 País: ALEMANHA Mãe: Birgül Mutluer Pai: Engin Mutluer;

Processo: 47039007218202154 Requerente: UHE SAO SIMAO ENERGIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHONGBIN LUO Data Nascimento: 25/10/1975 Passaporte: PEI423693 País: CHINA Mãe: Xinghua Zhang Pai: Shuiyuan Luo;

Processo: 47039007353202108 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: XINJIANG LIU Data Nascimento: 04/10/1984 Passaporte: EJ2916455 País: CHINA Mãe: LIANPING HU Pai: JINLIANG LIU;

Processo: 47039007357202188 Requerente: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Fabio Alberto Ramirez Barquero Data Nascimento: 02/07/1976 Passaporte: G076475 País: COSTA RICA Mãe: Aida Barquero Santamaria Pai: Fabio Ramirez Morales;

Processo: 47039007396202185 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHAS WATTER Data Nascimento: 04/04/1983 Passaporte: PA9071956 País: AUSTRÁLIA Mãe: RAEWYN SINCLAIR Pai: LEX HILARY WATTER;

Processo: 47039007445202180 Requerente: SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mark Jagger Data Nascimento: 09/10/1986 Passaporte: 556736641 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Christine Jagger Pai: Eric Walter Jagger;

Processo: 47039007452202181 Requerente: 99 TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MI YANG Data Nascimento: 24/12/1984 Passaporte: EH6947243 País: CHINA Mãe: Bo Xiang Pai: Zhongqing Yang;

Processo: 47039007479202174 Requerente: ATLAS COPCO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CARLOS ANGEL RODRIGUEZ GARZA Data Nascimento: 17/08/1986 Passaporte: G25428549 País: MÉXICO Mãe: Elsa Garza Perales Pai: Carlos Angel Rodriguez Gonzalez; e

Processo: 47039007878202135 Requerente: SEA MOTEL EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KWOK WAI TSOI Data Nascimento: 26/09/1987 Passaporte: K06458174 País: CHINA Mãe: Ampa, Lak Pai: Tsoi, Wai Chong.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039007069202123 Requerente: MLS SERVICOS OFFSHORE E NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAG LARSSEN Data Nascimento: 18/06/1972 Passaporte: 34240547 País: NORUEGA;

Processo: 47039007263202117 Requerente: TRAMONTINA DELTA S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Marcel Wopperer Data Nascimento: 27/04/1985 Passaporte: CFXC42FHK País: ALEMANHA;

Processo: 47039007375202160 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Riku Olavi Kilpeläinen Data Nascimento: 29/05/1987 Passaporte: FP2443048 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039007376202112 Requerente: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEAN MICHAEL PRENDERGAST Data Nascimento: 15/05/1994 Passaporte: 493811639 País: EUA;

Processo: 47039007382202161 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUTA SATO Data Nascimento: 22/02/1994 Passaporte: MU5758991 País: JAPÃO;

Processo: 47039007381202117 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHOGO AOYAMA Data Nascimento: 10/08/1970 Passaporte: TR3903209 País: JAPÃO;

Processo: 47039007384202151 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUICHI KATO Data Nascimento: 30/03/1978 Passaporte: MJ0479627 País: JAPÃO;

Processo: 47039007385202103 Requerente: EM&I BRASIL INTEGRITY SERVICOS TECNICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEPHEN PETER KONKEL Data Nascimento: 21/05/1963 Passaporte: 534784334 País: INGLATERRA;

Processo: 47039007395202131 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RAMESH NARAYANAN Data Nascimento: 18/05/1972 Passaporte: Z1940263 País: ÍNDIA;

Processo: 47039007398202174 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Carlos Simbron Santiago Data Nascimento: 26/03/1974 Passaporte: G35496815 País: MÉXICO;

Processo: 47039007405202138 Requerente: LABORATORIOS B BRAUN SA Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: FLORIAN LUEDTKE Data Nascimento: 10/07/1990 Passaporte: C8M1NNCGM País: ALEMANHA;

Processo: 47039007406202182 Requerente: SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUXIA LYU Data Nascimento: 15/01/1997 Passaporte: EG5808360 País: CHINA;

Processo: 47039007409202116 Requerente: LABORATORIOS B BRAUN SA Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: LATEY LAWSON-ATTIOGBE Data Nascimento: 23/04/1984 Passaporte: EB385113 País: TOGO;

Processo: 47039007410202141 Requerente: SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Shenchao Song Data Nascimento: 02/01/1988 Passaporte: E06149082 País: CHINA;

Processo: 47039007412202130 Requerente: LABORATORIOS B BRAUN SA Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: ROLAND RETTENMAIER Data Nascimento: 28/03/1969 Passaporte: C8PJPMXX4 País: ALEMANHA;

Processo: 47039007413202184 Requerente: LABORATORIOS B BRAUN SA Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: SIEGFRIED GRETZINGER Data Nascimento: 08/11/1970 Passaporte: C8R35ZHYF País: ALEMANHA;

Processo: 47039007421202121 Requerente: BBCA BRAZIL INDUSTRIAL E INVESTIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HONGBO ZHANG Data Nascimento: 09/06/1985 Passaporte: E40404918 País: CHINA;

Processo: 47039007422202175 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GEIR KARSTEIN VISNES Data Nascimento: 19/06/1963 Passaporte: 30938602 País: NORUEGA;

Processo: 47039007427202106 Requerente: BBCA BRAZIL INDUSTRIAL E INVESTIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HUAN CHEN Data Nascimento: 11/01/1998 Passaporte: EA5253373 País: CHINA Imigrante: QING LI Data Nascimento: 05/03/1996 Passaporte: ED2184616 País: CHINA;

Processo: 47039007425202117 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Florian Anhofer Data Nascimento: 14/12/1995 Passaporte: U0827782 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039007426202153 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Florian Bauer Data Nascimento: 27/06/1999 Passaporte: U0865191 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039007428202142 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Anton Galetic Data Nascimento: 12/06/1993 Passaporte: 036872382 País: CROÁCIA;

Processo: 47039007434202108 Requerente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Oleg Varych Data Nascimento: 27/03/1982 Passaporte: FK969545 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039007431202166 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Gernot Christian Hollegger Data Nascimento: 24/05/1993 Passaporte: P6650566 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039007435202144 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Milenko Jankoski Data Nascimento: 07/12/1996 Passaporte: P7255144 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039007438202188 Requerente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SERGII BESPALOV Data Nascimento: 30/08/1980 Passaporte: FE853250 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039007447202179 Requerente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Volodymyr Brovko Data Nascimento: 08/03/1980 Passaporte: FG570420 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039007450202192 Requerente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Yevhenii Onilov Data Nascimento: 02/07/1978 Passaporte: FG510946 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039007699202106 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JONAS JULIUS FERDINAND LIND Data Nascimento: 02/09/1994 Passaporte: 35639372 País: SUÉCIA;

Processo: 47039007710202120 Requerente: SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: até 17/04/2022 Imigrante: Guosheng Wang Data Nascimento: 26/02/1987 Passaporte: EC3274237 País: CHINA;

Processo: 47039007712202119 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Richard Lee Hart Data Nascimento: 29/08/1984 Passaporte: 565920164 País: EUA;

Processo: 47039007715202152 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Rodney Laing Usat Data Nascimento: 31/10/1990 Passaporte: K53446111 País: MALÁSIA;

Processo: 47039007717202141 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Thomas Christopher Gilstrap Data Nascimento: 05/10/1995 Passaporte: 642135532 País: EUA;

Processo: 47039007718202196 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Tyler Dean Peterson Data Nascimento: 24/02/1996 Passaporte: 495092825 País: EUA;

Processo: 47039007721202118 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: William Johnson Jr Data Nascimento: 18/06/1981 Passaporte: 580141113 País: EUA;

Processo: 47039007725202198 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BENJIE FLORES Data Nascimento: 30/05/1978 Passaporte: P3014067B País: FILIPINAS;

Processo: 47039007739202110 Requerente: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MANUEL FOHRER Data Nascimento: 16/09/1987 Passaporte: C8LXRKYC4 País: ALEMANHA;

Processo: 47039007764202195 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: John Denton Callaway Data Nascimento: 07/02/1992 Passaporte: 566962122 País: EUA;

Processo: 47039007776202110 Requerente: FASSA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Willem Moes Data Nascimento: 01/04/1966 Passaporte: BGRCR2245 País: HOLANDA;

Processo: 47039007777202164 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ADALBERTO SEGUNDO LEON GARCIA Data Nascimento: 11/11/1977 Passaporte: 141295242 País: VENEZUELA;

Processo: 47039007784202166 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARIO KUNIYOSHI Data Nascimento: 07/11/1993 Passaporte: TR7785427 País: JAPÃO;

Processo: 47039007785202119 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WILSON LAWRENCE LEWIS Data Nascimento: 20/06/1969 Passaporte: Z3398527 País: ÍNDIA;

Processo: 47039007843202104 Requerente: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID EDUARDO CASTILLO VEGA Data Nascimento: 17/10/1990 Passaporte: F33622191 País: CHILE;

Processo: 47039007844202141 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUY KARAVANY Data Nascimento: 26/02/1985 Passaporte: 32290709 País: ISRAEL;

Processo: 47039007848202129 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TOM KREDO Data Nascimento: 08/05/1988 Passaporte: 33715137 País: ISRAEL;

Processo: 47039007857202110 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICAH OLNÉUS Data Nascimento: 20/03/1973 Passaporte: 35634551 País: SUÉCIA;

Processo: 47039007855202121 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEFFEN ANDREAS SAWERT Data Nascimento: 02/06/1967 Passaporte: CCNMR20LH País: ALEMANHA;

Processo: 47039007866202119 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHANJU KIM Data Nascimento: 11/12/1995 Passaporte: M06465081 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039007881202159 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RICARDO ACOSTA Data Nascimento: 09/08/1993 Passaporte: 597519490 País: EUA;

Processo: 47039007882202101 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SCHERLEY FONSECA VAZQUEZ Data Nascimento: 29/05/1984 Passaporte: 653076166 País: EUA;

Processo: 47039007884202192 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ISMAEL ENIRQUE SOL Data Nascimento: 15/09/1992 Passaporte: 484378373 País: EUA;

Processo: 47039007897202161 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ARUN KRISHNAN Data Nascimento: 19/03/1982 Passaporte: Z5299374 País: ÍNDIA;

Processo: 47039007899202151 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANILKUMAR NARAYANAN ACHARY Data Nascimento: 02/05/1973 Passaporte: Z1997689 País: ÍNDIA;

Processo: 47039007901202191 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MURUGAYAH V. SINIAH Data Nascimento: 14/05/1954 Passaporte: A39076214 País: MALÁSIA;

Processo: 47039007903202181 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Stewart James Hutcheon Data Nascimento: 20/08/1977 Passaporte: 516208618 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039007907202169 Requerente: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Darren Matthew Moyer Data Nascimento: 19/01/1994 Passaporte: 662706423 País: EUA;

Processo: 47039007925202141 Requerente: EM&I BRASIL INTEGRITY SERVICOS TECNICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FRANCIS RAPHAEL LACEY Data Nascimento: 29/05/1979 Passaporte: M00184928 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL;

Processo: 47039007927202130 Requerente: MAN ENERGY SOLUTIONS BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DENIS MILOJEVIC Data Nascimento: 15/06/1994 Passaporte: X5707437 País: SUIÇA;

Processo: 47039007931202106 Requerente: MAN ENERGY SOLUTIONS BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEBASTIAN PETER AURES Data Nascimento: 20/10/1993 Passaporte: CFTV76XVW País: SUIÇA;

Processo: 47039007946202166 Requerente: MAN ENERGY SOLUTIONS BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: OLAVUR JOENSEN Data Nascimento: 18/02/1992 Passaporte: 208248403 País: DINAMARCA;

Processo: 47039008028202154 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Raymond Profugo Enriquez Data Nascimento: 08/08/1978 Passaporte: P6181128B País: FILIPINAS;

Processo: 47039008032202112 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Mika Tapio Korpela Data Nascimento: 20/12/1967 Passaporte: FP3169691 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039008043202101 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Thanawat Rakyu Data Nascimento: 30/07/1968 Passaporte: AA9966421 País: TAILÂNDIA;

Processo: 47039008046202136 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bryan Arcega Lagos Data Nascimento: 02/08/1985 Passaporte: P5988470B País: FILIPINAS;

Processo: 47039008050202102 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Hla Moe Data Nascimento: 20/05/1964 Passaporte: MF036305 País: MIANMA;

Processo: 47039008052202193 Requerente: MARAPE AGROPECUARIA (S/C) LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Pratapsingh Niranjansingh Gaherwar Data Nascimento: 10/04/1990 Passaporte: U1134766 País: ÍNDIA;

Processo: 47039008058202161 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TOSHIHIRO MIMURA Data Nascimento: 12/06/1987 Passaporte: MU9505130 País: JAPÃO;

Processo: 47039008056202171 Requerente: MARAPE AGROPECUARIA (S/C) LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Rohit Shende Data Nascimento: 01/12/1996 Passaporte: U8262156 País: ÍNDIA;

Processo: 47039008061202184 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUYA KAWAGUCHI Data Nascimento: 18/02/1994 Passaporte: TR7719261 País: JAPÃO;

Processo: 47039008064202118 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HIDEO NAKAYA Data Nascimento: 29/05/1962 Passaporte: MJ1213036 País: JAPÃO;

Processo: 47039008071202110 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MUHAMMAD NURDIN ARIEF HANDOYO Data Nascimento: 17/03/1973 Passaporte: C3999634 País: INDONÉSIA;

Processo: 47039008074202153 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHARVAN SINGH Data Nascimento: 08/10/1980 Passaporte: P6784527 País: ÍNDIA;

Processo: 47039008075202106 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RIZQY PRATAMA RAHMAN Data Nascimento: 26/03/1991 Passaporte: C5820930 País: INDONÉSIA;

Processo: 47039008076202142 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KEN NAKAMURA Data Nascimento: 03/08/1977 Passaporte: TK4961125 País: JAPÃO;

Processo: 47039008077202197 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KOJI TAKAHASHI Data Nascimento: 09/02/0982 Passaporte: MU8429588 País: JAPÃO;

Processo: 47039008078202131 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHINYA KOIDE Data Nascimento: 24/09/1989 Passaporte: TK8285169 País: JAPÃO;

Processo: 47039008079202186 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ROBERT ALEXANDER RAY Data Nascimento: 09/09/1975 Passaporte: 554371305 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039008082202108 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NOBUHARU ARAI Data Nascimento: 12/03/1970 Passaporte: TK8525918 País: JAPÃO;

Processo: 47039008083202144 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HIROMI TOTOKAWA Data Nascimento: 05/08/1961 Passaporte: TK7000908 País: JAPÃO;

Processo: 47039008085202133 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHONG MAN TAK Data Nascimento: 07/05/1967 Passaporte: A55097734 País: MALÁSIA;

Processo: 47039008089202111 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NAOKI KASHIWAZAKI Data Nascimento: 08/12/1972 Passaporte: MU2940021 País: JAPÃO;

Processo: 47039008103202187 Requerente: PAUL WURTH DO BRASIL TECNOLOGIA E SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Hans-Joachin Neumann-Burau Data Nascimento: 20/06/1958 Passaporte: C72GVF4WX País: ALEMANHA;

Processo: 47039008120202114 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GEONHWA JEONG Data Nascimento: 10/09/1987 Passaporte: M85140582 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039008128202181 Requerente: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MASSIMO CAPRANICA Data Nascimento: 01/09/1956 Passaporte: YA8783275 País: ITÁLIA;

Processo: 47039008125202147 Requerente: TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JULIAN ALBERTO URIBE CHACON Data Nascimento: 25/06/1994 Passaporte: AO960918 País: COLÔMBIA;

Processo: 47039008135202182 Requerente: MAHA ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Peter Niclas Alexander Bioernstad Data Nascimento: 03/10/1972 Passaporte: 94724840 País: SUÉCIA;

Processo: 47039008136202127 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LARS ENAR HANSSON Data Nascimento: 15/03/1961 Passaporte: 97240804 País: SUÉCIA; e

Processo: 47039008246202199 Requerente: MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YASUHIRO KUROYONE Data Nascimento: 13/04/1972 Passaporte: TS2805484 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Caput)

Processo: 47039007686202129 Requerente: CONTITECH DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHE-WEI LIAO Data Nascimento: 11/04/1985 Passaporte: 352274201 País: TAIWAN;

Processo: 47039008409202133 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: VICTOR MANUEL JACINTO NUNES Data Nascimento: 01/01/1969 Passaporte: CB175119 País: PORTUGAL; e

Processo: 47039008414202146 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ERNESTO RISSEEUW Data Nascimento: 19/05/1970 Passaporte: NYCRDKC94 País: HOLANDA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039007053202111 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIANWEI ZHANG Data Nascimento: 26/05/1996 Passaporte: EJ 2853382 País: CHINA;

Processo: 47039007197202177 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SUDIPTA MAITI Data Nascimento: 06/11/1981 Passaporte: T5171282 País: ÍNDIA;

Processo: 47039007415202173 Requerente: FUGRO IN SITU GEOTECNIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID MICHAEL TINDALL Data Nascimento: 01/03/1994 Passaporte: 120988286 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039007418202115 Requerente: FUGRO IN SITU GEOTECNIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HUGO VET Data Nascimento: 26/08/1977 Passaporte: BX1007017 País: HOLANDA;

Processo: 47039007419202151 Requerente: FUGRO IN SITU GEOTECNIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PAUL MICHAEL ROACH Data Nascimento: 10/09/1983 Passaporte: 528180303 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039007420202186 Requerente: FUGRO IN SITU GEOTECNIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STUART GRAEME TATE Data Nascimento: 23/05/1969 Passaporte: 512656518 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039007430202111 Requerente: SIEMENS GAMESA ENERGIA RENOVAVEL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID GARROTE PERNAS Data Nascimento: 15/09/1980 Passaporte: AAE977945 País: ESPANHA;

Processo: 47039007639202185 Requerente: SIEMENS GAMESA ENERGIA RENOVAVEL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ISAAC VILLAR VAZQUEZ Data Nascimento: 16/01/1982 Passaporte: PAC191678 País: ESPANHA; e

Processo: 47039007651202190 Requerente: SIEMENS GAMESA ENERGIA RENOVAVEL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE RUBEN CORRAL CORRAL Data Nascimento: 11/11/1975 Passaporte: AAG600689 País: ESPANHA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039006766202167 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 17/07/2021 Imigrante: OWEN ERIC WILSON Data Nascimento: 23/03/1999 Passaporte: 555249821 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039006865202149 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/12/2022 Imigrante: Radoslaw Zabicki Data Nascimento: 01/03/1976 Passaporte: ET1715582 País: POLÔNIA;

Processo: 47039006868202182 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/12/2022 Imigrante: SERHIY LYPOVANCHUK Data Nascimento: 28/04/1984 Passaporte: FE176906 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039006872202141 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 07/08/2022 Imigrante: Wlodzimierz Michal Kaflowski Data Nascimento: 26/12/1969 Passaporte: EU0000336 País: POLÔNIA;

Processo: 47039006970202188 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 07/05/2022 Imigrante: Jerzy Wlodzimierz Sokolnicki Data Nascimento: 12/01/1966 Passaporte: ET2906882 País: POLÔNIA;

Processo: 47039006974202166 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 07/08/2022 Imigrante: JAKUB JANICKI Data Nascimento: 07/08/1983 Passaporte: EN4875430 País: POLÔNIA;

Processo: 47039006983202157 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/12/2022 Imigrante: Lucian Sergiu Crivat Data Nascimento: 05/03/1974 Passaporte: 059321396 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039006986202191 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 07/08/2022 Imigrante: NIGEL WILLIAM STEWART CARTER Data Nascimento: 18/01/1955 Passaporte: 508373056 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039007003202133 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 07/05/2022 Imigrante: Razvan Adrian Gherghisan Data Nascimento: 14/12/1989 Passaporte: 058719684 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039007008202166 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 07/05/2022 Imigrante: Robert Marian Sfetcu Data Nascimento: 01/09/1994 Passaporte: 058660177 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039007010202135 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/05/2022 Imigrante: AGOSTINO SAMMARCO Data Nascimento: 18/03/1975 Passaporte: YA6255601 País: ITÁLIA;

Processo: 47039007013202179 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mohammed Moosa Bavagothi Data Nascimento: 31/07/1971 Passaporte: U6413921 País: ÍNDIA;

Processo: 47039007031202151 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 11/04/2022 Imigrante: ANDREW SWAN Data Nascimento: 21/02/1981 Passaporte: 560614830 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: CARL WILKINSON Data Nascimento: 14/09/1969 Passaporte: 504909082 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: CHAISRI KAEOKANYA Data Nascimento: 09/01/1973 Passaporte: AB3961293 País: TAILÂNDIA Imigrante: DANNY VALDEZ CUEVA Data Nascimento: 24/11/1969 Passaporte: P2831743B País: FILIPINAS Imigrante: GILBERT ANAK JACOB Data Nascimento: 24/11/1989 Passaporte: K54449023 País: MALÁSIA Imigrante: JAMES ROBERT LEONARD ACKLEY Data Nascimento: 26/10/1977 Passaporte: 517620902 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: JENIFFER LAGUNDINO GAPUSAN Data Nascimento: 08/01/1976 Passaporte: P5353204B País: FILIPINAS Imigrante: JHON LEGAL NAVAL Data Nascimento: 01/06/1975 Passaporte: P5302582B País: FILIPINAS Imigrante: JOHNNY ANAK JIMAU Data Nascimento: 17/10/1986 Passaporte: K53750893 País: MALÁSIA Imigrante: JORGE GELICAME REMERATA Data Nascimento: 24/08/1978 Passaporte: P5249709B País: FILIPINAS Imigrante: KRIANGSAK SRIPHENG Data Nascimento: 04/04/1971 Passaporte: AB4972387 País: TAILÂNDIA Imigrante: MAKSYM KONDRATYUK Data Nascimento: 18/05/1990 Passaporte: FH019900 País: UCRÂNIA Imigrante: MICHAL WRABEL Data Nascimento: 07/07/1990 Passaporte: ER2028706 País: POLÔNIA Imigrante: RAFAL SLAWOMIR WROBEL Data Nascimento: 15/07/1975 Passaporte: EM5475056 País: POLÔNIA Imigrante: SAMORN BOONSOM Data Nascimento: 08/04/1973 Passaporte: AA8450010 País: TAILÂNDIA;

Processo: 47039007045202174 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Hanzel Lapidante Lopez Data Nascimento: 16/02/1978 Passaporte: P6437860B País: FILIPINAS;

Processo: 47039007111202114 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RAMONITO MAGANTE DAHAN Data Nascimento: 21/05/1987 Passaporte: P6472729B País: FILIPINAS;

Processo: 47039007110202161 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/08/2021 Imigrante: DUMITRU-RAZVAN ZAMFIROIU Data Nascimento: 26/10/1982 Passaporte: 059191062 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039007248202161 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/05/2022 Imigrante: DAVID GORDON MONTGOMERIE Data Nascimento: 06/08/1987 Passaporte: 519954699 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039007251202184 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/05/2022 Imigrante: NOEL DOHERTY Data Nascimento: 28/11/1985 Passaporte: PK2666304 País: IRLANDA;

Processo: 47039007254202118 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/05/2022 Imigrante: Steven Hamish Mathieson Data Nascimento: 06/06/1993 Passaporte: 528429645 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039007258202104 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/05/2022 Imigrante: STEFAN PLESCA Data Nascimento: 20/04/1966 Passaporte: 054632352 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039007527202124 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Darren Mark Pettit Data Nascimento: 24/05/1978 Passaporte: 127302757 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039007596202138 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jaspreet Singh Cheema Data Nascimento: 29/08/1984 Passaporte: Z3572793 País: ÍNDIA Imigrante: Kjetil Daae Boernes Data Nascimento: 30/08/1972 Passaporte: 31084373 País: NORUEGA Imigrante: Raphael Xavier Marcel Lehmann Data Nascimento: 31/08/1970 Passaporte: 16AR63146 País: FRANÇA Imigrante: Richard Anthony Paton Data Nascimento: 18/08/1970 Passaporte: 537134287 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039007600202168 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 06/04/2022 Imigrante: GEOFFREY CEDRIC MARIE JOSEPH DE CAUDRON DE COQUEREAUMONT Data Nascimento: 13/12/1978 Passaporte: 15AF61581 País: FRANÇA;

Processo: 47039007606202135 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 06/04/2022 Imigrante: JACOB WAYNE HULCE Data Nascimento: 22/05/1986 Passaporte: 484703705 País: EUA;

Processo: 47039007607202180 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 06/04/2022 Imigrante: JOHN DONALD MACINNIS Data Nascimento: 24/09/1971 Passaporte: HK631108 País: CANADÁ;

Processo: 47039007613202137 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 06/04/2022 Imigrante: SEAN TERRENCE MC MANUS Data Nascimento: 22/03/1988 Passaporte: 552842530 País: EUA;

Processo: 47039007615202126 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 06/04/2022 Imigrante: STEPHEN KARL WISE Data Nascimento: 16/07/1965 Passaporte: 488686195 País: EUA;

Processo: 47039007621202183 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HENRY ESPARES DIOLOLA Data Nascimento: 03/10/1987 Passaporte: P4295358B País: FILIPINAS;

Processo: 47039007622202128 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/08/2021 Imigrante: FELIMON VILLAVERDE VALEÑA Data Nascimento: 21/03/1984 Passaporte: P9256307A País: FILIPINAS;

Processo: 47039007623202172 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/02/2022 Imigrante: SPYRIDON VALAVANIOTIS Data Nascimento: 22/01/1983 Passaporte: AP0083688 País: GRÉCIA;

Processo: 47039007625202161 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: REYMARK OBAR NIMO Data Nascimento: 27/03/1990 Passaporte: P3398472A País: FILIPINAS;

Processo: 47039007626202114 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/08/2021 Imigrante: EMERSON SANES FILIPINO Data Nascimento: 02/07/1976 Passaporte: P4654940B País: FILIPINAS;

Processo: 47039007628202103 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/10/2021 Imigrante: NEERAJ BHARADWAJ Data Nascimento: 12/02/1985 Passaporte: Z3678410 País: ÍNDIA;

Processo: 47039007684202130 Requerente: SEABED GEOSOLUTIONS DO BRASIL EXPLORACOES E SERVICOS LTDA Prazo: até 31/01/2022 Imigrante: ANDREW JONATHAN SPENCER HUGHES Data Nascimento: 28/12/1983 Passaporte: 520328600 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039007691202131 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/05/2022 Imigrante: Ronald Mladenic Data Nascimento: 09/07/1972 Passaporte: 042764869 País: CROÁCIA;

Processo: 47039007695202110 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 07/08/2022 Imigrante: HARIDASAN VADAKKOOTTA VELU Data Nascimento: 20/09/1964 Passaporte: Z4723367 País: ÍNDIA;

Processo: 47039007713202163 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/05/2022 Imigrante: BENJAMIN LISTER Data Nascimento: 07/12/1961 Passaporte: 515753022 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039007724202143 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alexander Kriz Data Nascimento: 26/11/1987 Passaporte: U1154052 País: ÁUSTRIA Imigrante: Maria de Las Mercedes Rodriguez Data Nascimento: 01/07/1981 Passaporte: AAG144289 País: ARGENTINA Imigrante: Thomas Walter Hilmer Data Nascimento: 01/05/1967 Passaporte: C4V875R3W País: ALEMANHA;

Processo: 47039007726202132 Requerente: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DENIS ISTOMIN Data Nascimento: 19/11/1986 Passaporte: 753204716 País: RÚSSIA;

Processo: 47039007742202125 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: Edgar Patindol Ranara Data Nascimento: 11/09/1974 Passaporte: P1246815B País: FILIPINAS;

Processo: 47039007770202142 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 07/08/2022 Imigrante: IVAN DUROVIC Data Nascimento: 15/07/1987 Passaporte: C26BO3144 País: MONTENEGRO;

Processo: 47039007783202111 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BARTOSZ WOJTERSKI Data Nascimento: 24/03/1981 Passaporte: EL2547870 País: POLÔNIA;

Processo: 47039007787202108 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 06/04/2022 Imigrante: KRISTOFFER THOMAS FOY Data Nascimento: 22/02/1984 Passaporte: 566884461 País: EUA;

Processo: 47039007788202144 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 06/04/2022 Imigrante: NOEL ANTONIO FARINACCI Data Nascimento: 09/12/1979 Passaporte: 567597693 País: EUA;

Processo: 47039007838202193 Requerente: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: THOMAS MUHLENDORPH LARSEN Data Nascimento: 23/08/1979 Passaporte: 207358436 País: DINAMARCA;

Processo: 47039007841202115 Requerente: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KENNETH LUND MADSEN Data Nascimento: 15/03/1981 Passaporte: 207117272 País: DINAMARCA;

Processo: 47039007845202195 Requerente: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MICHAEL BOMHOLT AGRI NIELSEN Data Nascimento: 21/08/1983 Passaporte: 205558155 País: DINAMARCA;

Processo: 47039007849202173 Requerente: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KIM GARDE JENSEN Data Nascimento: 04/04/1991 Passaporte: 206159480 País: DINAMARCA; e

Processo: 47039007887202126 Requerente: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARTIN RASMUSSEN Data Nascimento: 07/07/1981 Passaporte: 206246411 País: DINAMARCA.

Residência Prévia - RN 07 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039007659202156 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: até 10/02/2023 Imigrante: Emmanuel Fourmaux Data Nascimento: 15/06/1973 Passaporte: 13CT29540 País: FRANÇA; e

Processo: 47039007671202161 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Didier Hervé Gilbert Spenlé Data Nascimento: 18/07/1979 Passaporte: 19AK74208 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039006384202133 Requerente: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DAVID MURCIANO Data Nascimento: 22/05/1974 Passaporte: 12AF31880 País: FRANÇA;

Processo: 47039006715202135 Requerente: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA Prazo: Indeterminado Imigrante: ANA CLAUDIA LONGORIA VILLARREAL Data Nascimento: 17/03/1975 Passaporte: G39878991 País: MÉXICO;

Processo: 47039006919202176 Requerente: TERLOGS TERMINAL MARITIMO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: RYOJI KOGA Data Nascimento: 18/06/1974 Passaporte: TZ2026460 País: JAPÃO;

Processo: 47039007343202164 Requerente: SOMPO DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: KOSUKE ITARI Data Nascimento: 07/08/1978 Passaporte: TS3549403 País: JAPÃO; e

Processo: 47039007424202164 Requerente: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: HIDEKI HIJIYA Data Nascimento: 25/07/1963 Passaporte: MU8234528 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º, Inciso I)

Processo: 47039005796202156 Requerente: HYUNDAI ENGINEERING BRASIL CONSTRUTORA E GESTAO DE PROJETOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: CHEOLHO CHOI Data Nascimento: 30/12/1980 Passaporte: M41403662 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039006522202184 Requerente: OLAM AGRICOLA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: VENKATASUBRAMANIAN NAGARAJAN Data Nascimento: 13/10/1973 Passaporte: N6441700 País: ÍNDIA;

Processo: 47039006764202178 Requerente: DENSO INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: AKIHITO GOSHIMA Data Nascimento: 03/11/1965 Passaporte: TZ1080370 País: JAPÃO;

Processo: 47039006769202109 Requerente: DKT DO BRASIL PRODUTOS DE USO PESSOAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JUAN ENRIQUE GARCIA URIBE Data Nascimento: 02/05/1973 Passaporte: G21712723 País: MÉXICO;

Processo: 47039006832202107 Requerente: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: KOICHIRO NAKAO Data Nascimento: 03/09/1984 Passaporte: TS2412590 País: JAPÃO;

Processo: 47039006878202118 Requerente: LM FARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Lorèna Marie Thérèse Delatte Data Nascimento: 09/04/1988 Passaporte: 17DC04933 País: FRANÇA;

Processo: 47039007102202115 Requerente: SUS SCROFA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: ARIE VAN DE RAA Data Nascimento: 31/12/1961 Passaporte: NXF7R69D3 País: HOLANDA; e

Processo: 47039007321202102 Requerente: MIMAKI BRASIL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: TOMOMITSU HANAOKA Data Nascimento: 14/08/1968 Passaporte: TZ 1.365.516 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039007150202111 Requerente: NITRION DO BRASIL SC INDUSTRIAL LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: JOSEPH PETER STEPHAN LUTZ Data Nascimento: 26/10/1943 Passaporte: C4XJJ2WRF País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 16 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039005955202112 Requerente: SIMPLICITY ONE BRASIL COMERCIO E ESPORTES ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SERDAR PADES Data Nascimento: 05/05/1991 Passaporte: U14272314 País: TURQUIA; e

Processo: 47039005956202167 Requerente: SIMPLICITY ONE BRASIL COMERCIO E ESPORTES ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SANGWON LEE Data Nascimento: 20/09/1997 Passaporte: M89768405 País: COREIA DO SUL.

Residência Prévia - RN 36 - Resolução Normativa, de 21/11/2018 (Artigo 2º, Alínea a)

Processo: 47039006303202103 Requerente: JEAN ERIC ALBERT MICHEL PONS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jean-Eric Albert Michel Pons Data Nascimento: 17/04/1967 Passaporte: 12DH05312 País: FRANÇA Mãe: Lucie Pons Pai: Albert Jose Pons.

Residência Prévia - RN 36 - Resolução Normativa, de 21/11/2018 (Artigo 2º, Alínea b)

Processo: 47039005912202137 Requerente: ERASMO SPARACO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Erasmo Sparaco Data Nascimento: 16/01/1959 Passaporte: YB6780672 País: ITÁLIA Mãe: Anna Viola Pai: Giuseppe Sparaco.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039004048202156 Requerente: NAZRUL ISLAM Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NAZRUL ISLAM Data Nascimento: 10/06/1979 Passaporte: BM0281919 País: BANGLADESH Mãe: NEHARUN NESSA KHATUN Pai: MOHAMMED MOSOBBIR ALI;

Processo: 47039004049202109 Requerente: SUMON MIAH Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SUMON MIAH Data Nascimento: 30/12/1976 Passaporte: BH0042811 País: BANGLADESH Mãe: JAHANARA BEGUM Pai: MOHAMMED SHANAR MIAH;

Processo: 47039005802202175 Requerente: COMERCIAL LOJAS IRMAOS EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BIAO ZHOU Data Nascimento: 21/09/1978 Passaporte: EB6740141 País: CHINA Mãe: MEIHANG XIONG Pai: WEISHAN ZHOU;

Processo: 47039006129202191 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SIDHARDHA KUMAR PACHIMALA Data Nascimento: 02/06/1984 Passaporte: K9443287 País: ÍNDIA Mãe: SWARNA LATHA PACHIMALA Pai: MAHESWARA RAO PACHIMALA;

Processo: 47039006681202189 Requerente: TERRA BRAZIL IMPORTACAO, EXPORTACAO E DESENVOLVIMENTO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TIANFU ZENG Data Nascimento: 24/12/1974 Passaporte: EI4760065 País: CHINA Mãe: XIUJIN ZHANG Pai: HUACHENG ZENG;

Processo: 47039007642202107 Requerente: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUIS ARIEL ALBA AZNAR Data Nascimento: 10/06/1994 Passaporte: PAJ371064 País: ESPANHA Mãe: Amparo Lucia Aznar y Basset Pai: Ariel Luiz Alba y Gayon; e

Processo: 47039007654202123 Requerente: GUILLAUME MARIE MAX PHILIPPE DE BRAQUILANGES Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RACHEL YBANEZ JUMAPAO Data Nascimento: 24/05/1987 Passaporte: P2437234B País: FILIPINAS Mãe: NERMIE PAGTPAT YBANEZ Pai: ROGER METANTE JUMAPAO.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039003320202181 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2022 Imigrante: AKSHIT GUPTA Data Nascimento: 07/09/1991 Passaporte: R5609223 País: ÍNDIA;

Processo: 47039004394202134 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/09/2021 Imigrante: NIKINKUMAR VINODKUMAR GAMDHI Data Nascimento: 21/03/1984 Passaporte: Z2761561 País: ÍNDIA; e

Processo: 47039005055202175 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/06/2022 Imigrante: JOJIT BICO TANTAY Data Nascimento: 09/10/1979 Passaporte: P2644787A País: FILIPINAS.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º c/c 2º, Inciso I)

Processo: 47039005698202119 Requerente: RETARGETLY BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Sebastian Garcia Padin Data Nascimento: 01/09/1973 Passaporte: AAA036824 País: ARGENTINA;

Processo: 47039006796202173 Requerente: ATLANTIC ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: RUI ZHU Data Nascimento: 03/12/1993 Passaporte: PE2042485 País: CHINA;

Processo: 47039006894202119 Requerente: ATLANTIC ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: LANG CAI Data Nascimento: 07/02/1986 Passaporte: PE 2042755 País: CHINA;

Processo: 47039006944202150 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DAE EUN KIM Data Nascimento: 21/10/1976 Passaporte: M72420685 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039006946202149 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SOO HYOK RO Data Nascimento: 02/07/1979 Passaporte: M55086375 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039007020202171 Requerente: GIOVENZANA DO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ELETROMECANICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARCO ISELLA Data Nascimento: 17/10/1989 Passaporte: YA8942432 País: ITÁLIA;

Processo: 47039007085202116 Requerente: FARSH ADMINISTRADORA DE BENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Hedayat Arab Niasar Data Nascimento: 09/11/1994 Passaporte: U96446359 País: IRÃ; e

Processo: 47039007675202149 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YONGJUNG JEONG Data Nascimento: 30/03/1976 Passaporte: M31699666 País: CORÉIA DO SUL.

Residência - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039004072202195 Requerente: FASYL COMERCIO DE DOCES LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: SYLVIE VENDRY Data Nascimento: 24/03/1969 Passaporte: EN178137 País: BÉLGICA;

Processo: 47039005942202143 Requerente: CHRISYL RESTAURANTE, POUSADA E SERVICOS TURISTICOS EIRELI Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: DAMIEN HENRI HUBER Data Nascimento: 29/09/1992 Passaporte: 14DL12133 País: FRANÇA;

Processo: 47039006889202106 Requerente: T TREE VILLA LOCADORA EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: Dhia Louey Feridoune Bouzayen Data Nascimento: 04/06/1969 Passaporte: C48HMPLJR País: ALEMANHA;

Processo: 47039006072202120 Requerente: INDITERRA HORTICULTURA LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: DAGMAR ISABELL VOREL Data Nascimento: 21/12/1960 Passaporte: C86HMW191 País: ALEMANHA; e

Processo: 47039006191202182 Requerente: COLLE BRASIL EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARCO MANTOVANI Data Nascimento: 21/02/1964 Passaporte: YB1441536 País: ITÁLIA.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039005304202122 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Bonnie Coltrin Jones Data Nascimento: 23/11/1962 Passaporte: 558334524 País: EUA;

Processo: 47039005589202100 Instituição: IGREJA EVANGELICA BATISTA GETSEMANI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Rebekah Raye Williams Data Nascimento: 22/03/1986 Passaporte: 557740553 País: EUA;

Processo: 47039006283202162 Instituição: PROVINCIA SANTISSIMA TRINDADE DAS IRMAS DA DIVINA PROVIDENCIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ELISA WIRADE Data Nascimento: 15/03/1997 Passaporte: 15AN08003 País: MOÇAMBIQUE;

Processo: 47039006474202124 Instituição: DIOCESE DE FLORESTA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LAURA MAFFE Data Nascimento: 09/02/1965 Passaporte: YB1865579 País: ITÁLIA; e

Processo: 47039007204202131 Instituição: PROVINCIA MAE DA PROVIDENCIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GRACE KENEDY TSOKA Data Nascimento: 13/03/1994 Passaporte: MB016824 País: MALAWI.

Residência - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039004074202184 Requerente: BROGGINI PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAIME RUIZ GUEVARA Data Nascimento: 29/02/1996 Passaporte: PAK365737 País: ESPANHA.

Residência - RN 20 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039003573202154 Requerente: LUVEL GARCIA LEYVA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Luvel Garcia Leyva Data Nascimento: 13/02/1976 Passaporte: J619804 País: CUBA; e

Processo: 47039008257202179 Requerente: FUNDACAO GETULIO VARGAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BAHRAM LAVI SEFIDGARI Data Nascimento: 01/02/1989 Passaporte: T96369512 País: IRÃ.

Residência - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039006585202131 Requerente: SOCORRO SPORT CLUBE Prazo: 5 Ano(s) Imigrante: FLORIAN STEVE ETAME Data Nascimento: 27/03/2001 Passaporte: 0916769 País: CAMARÕES Mãe: Weladji Diane Gaelle Yodjeu Pai: Ndengue Simon Bertrand Etame

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 03/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039006315202120 Requerente: TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GRÉGORY MICHEL PAUL ALY Data Nascimento: 28/08/1987 Passaporte: 19FV04857 País: FRANÇA Mãe: EVELYNE TAUXE Pai: MICHEL EMILE PAUL ALY;

Processo: 47039006321202187 Requerente: TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID JEAN-PIERRE GARDA Data Nascimento: 27/09/1977 Passaporte: 13BF90483 País: FRANÇA Mãe: MARTINE ODETTE ALINE ROBARD Pai: DIDIER CHRISTIAN PIERRE GARDA;

Processo: 47039006325202165 Requerente: TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PIERRE KHUON Data Nascimento: 01/08/1991 Passaporte: 18FV07123 País: FRANÇA Mãe: UIEN IM WU Pai: BUN THAN KHUON;

Processo: 47039006669202174 Requerente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Emmanuel Bautista Vargas Data Nascimento: 05/02/1970 Passaporte: G38942198 País: MÉXICO Mãe: Antonia Vargas Pai: Pedro Enoe Bautista;

Processo: 47039006673202132 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: William Enyart Ferris Data Nascimento: 28/11/1965 Passaporte: 539209237 País: EUA Mãe: Susan Ann Enyart Pai: James Jay Ferris; e

Processo: 47039007136202118 Requerente: SERVICOS TECNICOS G.A.S. LTDA Prazo: até 29/05/2022 Imigrante: ANUSORN TUMMA Data Nascimento: 05/08/1985 Passaporte: AB2377451 País: TAILÂNDIA Mãe: SONKIT TUMMA Pai: BOONLONG TUMMA.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 06/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039006535202153 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/04/2022 Imigrante: JEFFREY MABALO GANADEN Data Nascimento: 06/06/1980 Passaporte: P7105333A País: FILIPINAS Mãe: JOSIE ABUBO MABALO Pai: JULIUS ABENOJAR GANADEN;

Processo: 47039006551202146 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/04/2022 Imigrante: MAURO GABERO SAMONTE Data Nascimento: 08/07/1962 Passaporte: P5219390B País: FILIPINAS Mãe: Antonia Gabero Samonte Pai: Orlando Ignacio Samonte;

Processo: 47039006552202191 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/04/2022 Imigrante: OWEN BELO OCAMPO Data Nascimento: 29/06/1983 Passaporte: P7449823A País: FILIPINAS Mãe: DEMOCRITA BELO OCAMPO Pai: RIZAL CLAVERIA OCAMPO;

Processo: 47039006656202103 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/10/2021 Imigrante: ANDREJS URBANS Data Nascimento: 19/10/1980 Passaporte: LZ3250142 País: LETÔNIA Mãe: NADEZDA URBANE Pai: PJOTRS URBANS;

Processo: 47039006976202155 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/10/2021 Imigrante: Kochukulam Appu Gireesan Data Nascimento: 23/02/1969 Passaporte: Z1971523 País: ÍNDIA Mãe: Chandravathy Appu Pai: Kochukulam Manni Appu;

Processo: 47039007312202111 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/10/2021 Imigrante: RONALDO LINTAG BALTAZAR Data Nascimento: 17/12/1961 Passaporte: P5699288A País: FILIPINAS Mãe: ILUMINADA CRUZ BALTAZAR Pai: CELESTINO CRUZ BALTAZAR;

Processo: 47039007319202125 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/10/2021 Imigrante: Serafin Jr Soria Paton Og Data Nascimento: 10/10/1968 Passaporte: EC6625252 País: FILIPINAS Mãe: Florentina Francisco Soria Pai: Serafin Burlas Paton Og;

Processo: 47039007322202149 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/10/2021 Imigrante: Sha Mathew Data Nascimento: 29/04/1962 Passaporte: Z2878486 País: ÍNDIA Mãe: MARIAKUTTY MATHEW Pai: CHOURIAMAKKEL PAILY MATHEW;

Processo: 47039007324202138 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/10/2021 Imigrante: SHAILESH RAM MADKAIKAR Data Nascimento: 24/11/1965 Passaporte: M7978898 País: ÍNDIA Mãe: MALA RAM MADKAIKAR Pai: RAM MADKAIKAR; e

Processo: 47039007325202182 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/10/2021 Imigrante: Sudhir Sharad Athalye Data Nascimento: 12/04/1968 Passaporte: Z4124732 País: ÍNDIA Mãe: Shubhangi Sharad Athalye Pai: Sharad Vishnu Athalye.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 17/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039007216202165 Requerente: NHK SAO PAULO BUREAU ASSOCIACAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TOMOYOSHI KOMIYA Data Nascimento: 13/08/1971 Passaporte: TS0898872 País: JAPÃO Mãe: Hisae Komiya Pai: Norifumi Komiya; e

Processo: 47039007399202119 Requerente: GABRIEL THOMAS STARGARDTER Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Gabriel Thomas Stargardter Data Nascimento: 15/06/1986 Passaporte: 551562116 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Sarah Jane Murray-Smith Pai: Francisco Stargardter de Andreis.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 21/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039008406202108 Requerente: NACAO ESPORTES FUTEBOL CLUBE Prazo: 11 Mês(es) Imigrante: PAUL HENRY HEUMO LOUNDJEU Data Nascimento: 30/03/2002 Passaporte: 0726917 País: CAMARÕES Mãe: WONDJE MARIE CLAIRE Pai: LOUNDJEU LÉONARD.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039006124202168 Requerente: BANDEMAR COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PREDRAS EM GERAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSE PAULO GOMES DE SOUSA Data Nascimento: 24/01/1974 Passaporte: CB606462 País: PORTUGAL Mãe: MARIA ALVES GOMES Pai: JOSE AMORIM GOMES;

Processo: 47039006288202195 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: ZHI LIU Data Nascimento: 05/06/1980 Passaporte: EC4345965 País: CHINA Mãe: DINGYUAN RONG Pai: XINHUA LIU;

Processo: 47039006331202112 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: Indeterminado Imigrante: MARTINA SUZANNA LOUISE HEUBERGER Data Nascimento: 29/08/1982 Passaporte: 524618263 País: INGLATERRA Mãe: PIETERNELLA ADRIANA HEUBERGER Pai: STEPHAN ALBER HEUBERGER;

Processo: 47039006333202110 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: Indeterminado Imigrante: MARGARET RUBY DAVYSON Data Nascimento: 30/12/1990 Passaporte: 527815469 País: INGLATERRA Mãe: CAROL JUNE ABRAMSON Pai: ROBERT EVERARD DAVY;

Processo: 47039006336202145 Requerente: ECOFLEX ACESSORIOS AUTOMOTIVOS EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSE MANUEL PEREIRA FERREIRA Data Nascimento: 08/08/1972 Passaporte: P576285 País: PORTUGAL Mãe: EMILIA FERNANDA DE CASTRO PEREIRA Pai: JOSE MARIA FERREIRA;

Processo: 47039006359202150 Requerente: BANCO MUFG BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: KENTO IDO Data Nascimento: 29/09/1989 Passaporte: TR3816100 País: JAPÃO Mãe: YOSHIKO IDO Pai: KENNOSUKE IDO;

Processo: 47039006781202113 Requerente: COMPALEAD ELETRONICA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: BI MA Data Nascimento: 29/05/1982 Passaporte: EE5163691 País: CHINA Mãe: HUA YUN Pai: CHENGSHAN MA;

Processo: 47039006789202171 Requerente: COMPALEAD ELETRONICA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YANG YANG Data Nascimento: 07/01/1987 Passaporte: EE5187132 País: CHINA Mãe: FENGHUA LI Pai: SHUYAN YANG;

Processo: 47039006838202176 Requerente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: Nicola Cammalleri Data Nascimento: 16/05/1985 Passaporte: YB2856804 País: ITÁLIA Mãe: Daniela Aronica Pai: Angelo Cammalleri;

Processo: 47039006874202130 Requerente: SATGURU TRAVEL ET TOURS SERVICES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KEVAL BHUPATBHAI DUDAKIYA Data Nascimento: 25/06/1998 Passaporte: T3775679 País: ÍNDIA Mãe: Neetaben Bhupatbhai Dadakiya Pai: Bhupatbhai Dudakiya;

Processo: 47039006966202110 Requerente: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: Indeterminado Imigrante: NICOLA AIMEE IRELAND Data Nascimento: 22/09/1986 Passaporte: 538785036 País: GRÃ BRETANHA Mãe: SANDRA JANE GOULDING Pai: RICHARD IRELAND;

Processo: 47039007001202144 Requerente: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: Indeterminado Imigrante: THOMAS MARK ANDERSON Data Nascimento: 13/11/1989 Passaporte: 524836619 País: GRÃ BRETANHA Mãe: SARAH CAROLINE ANDERSON Pai: RODNEY ANDERSON;

Processo: 47039007241202149 Requerente: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: Indeterminado Imigrante: JOHN EDLINGTON Data Nascimento: 22/04/1981 Passaporte: 516983401 País: GRÃ BRETANHA Mãe: SUSAN TAYLOR EDLINGTON Pai: LESLIE EDLINGTON;

Processo: 47039007818202112 Requerente: JANSSEN-CILAG FARMACEUTICA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: GABRIELA HERNANDEZ GONZALEZ Data Nascimento: 12/02/1987 Passaporte: G23762061 País: MÉXICO Mãe: MARIA LOURDES GONZALEZ ARAGON Pai: FRANCISCO HERNANDEZ PRADO;

Processo: 47039007879202180 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARIAN CORDUNEANU Data Nascimento: 27/01/1985 Passaporte: 056760176 País: ROMÊNIA Mãe: GEORGETA CORDUNEANU Pai: DUMITRU CORDUNEANU;

Processo: 47039007906202114 Requerente: ST.NICHOLAS ANGLO BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARIA DAFNEY MORENO MAYURI Data Nascimento: 08/05/1961 Passaporte: 118117554 País: PERU Mãe: DAFNEY CATALINA MAYURI LEON MORENO Pai: CESAR MORENO ARAUJO;

Processo: 47039007932202142 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: Indeterminado Imigrante: TERI LYNN FERENTZ Data Nascimento: 03/05/1955 Passaporte: 561111365 País: EUA Mãe: Avalyn Elsy Miller Pai: Clifford Eugene Snider;

Processo: 47039007935202186 Requerente: FUJITSU DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JUN UEDA Data Nascimento: 31/03/1977 Passaporte: TZ1321156 País: JAPÃO Mãe: MIEKO UEDA Pai: KATSUTOSHI UEDA;

Processo: 47039007957202146 Requerente: XPTT BRASIL CONSTRUCAO DE SISTEMAS DE ENERGIA ELETRICA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MENGZE LI Data Nascimento: 16/07/1988 Passaporte: E55817887 País: CHINA Mãe: YANRONG GUO Pai: SHULAN LI;

Processo: 47039007980202131 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TAREK LAMARI Data Nascimento: 25/09/1978 Passaporte: X412762 País: TUNÍSIA Mãe: SAIDA BENT MOHAMED BEN HADJ ABDERRHAMAN BEN Pai: MONCEF BEN MOHAMED SALAH BEN AMARA IBN HAJ; e

Processo: 47039008048202125 Requerente: EATON LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Jade Ayana Diamond Data Nascimento: 12/10/1993 Passaporte: 567648707 País: EUA Mãe: Linda Sue Sheffield Pai: Terry Lee Dixon.

Residência - RN 36 - Resolução Normativa, de 21/11/2018 (Artigo 4º c/c 2º, Alínea a)

Processo: 47039002827202117 Requerente: GUILLAUME CLAUDE MARCEL BREBION Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUILLAUME CLAUDE MARCEL BREBION Data Nascimento: 23/07/1989 Passaporte: 19DK00004 País: FRANÇA Mãe: Marie-Line Geneviève Marcelle Lesage Pai: Pascal René Christian Brebion.

Residência - MUDANÇA DE EMPREGADOR - Dec. 9.199/2017 - de 21/11/2017 (Artigo 147, Parágrafo 8)

Processo: 47039007762202104 Requerente: VINCI EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Tommaso Castaldo Data Nascimento: 29/06/1995 Passaporte: YA8902360 País: ITÁLIA.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LUCA CECI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Projetos na ENEL GREEN POWER LAGOA PARTICIPACOES S.A. Processo: 47039.006750/2021-54, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011838/2019-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LUCA CECI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Projetos na PARQUE EOLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA. Processo: 47039.006751/2021-07, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011838/2019-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LUCA CECI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Projetos na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SAO ROQUE 02 S.A. Processo: 47039.006752/2021-43, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011838/2019-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LUCA CECI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Projetos na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SAO ROQUE 04 S.A. Processo: 47039.006753/2021-98, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011838/2019-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LUCA CECI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Projetos na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SAO ROQUE 08 S.A. Processo: 47039.006754/2021-32, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011838/2019-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante FUTAO HUNG a exercer concomitantemente o cargo de Membro do Conselho de Administração na INSTITUTO CPFL. Processo: 47039.007177/2021-04, anteriormente autorizado através do Processo 47039.006300/2019-47.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, resolve: tornar sem efeito o indeferimento do seguinte Processo nº: 47039.005113/2021-61, Requerente: SHIFT GESTAO DE SERVICOS LTDA, Imigrante NICOLLE MARIEL LOPEZ BONILLA, Prazo: 2 Ano(s), Passaporte: E910062, publicado no DOU nº. 88, de 12/05/2021, Seção 1, Página 196.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039005538202170 Requerente: SORIBA SEDIBE Prazo: Indeterminado Imigrante: SORIBA SIDIBE Passaporte: R0371572;

Processo: 47039005420202141 Instituição: CONGREGACAO MISSIONARIAS DA IMACULADA Prazo: Indeterminado Imigrante: konica Regina Costa Passaporte: BR0687112;

Processo: 47039004412202188 Requerente: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE SALTOS ORNAMENTAIS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jesús Iory Aballi Martínez Passaporte: L086987;

Processo: 47039004762202144 Requerente: JB PRODUTOS NATURAIS EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MENGLING HUANG Passaporte: E94185313;

Processo: 47039005646202142 Requerente: MORIGGI EMPREENDIMENTOS; PROJETOS; CONSTRUCOES E ELETRICA EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PEDRO MANUEL FERREIRA MONTEIRO Passaporte: CA332483;

Processo: 47039005826202124 Requerente: FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DOMENICO INGROSSO Passaporte: YA8190210;

Processo: 47039002332202198 Requerente: COCAL ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOHANNES JACOBUS ERASMUS Passaporte: HP445065;

Processo: 47039002447202182 Requerente: COCAL ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDREAS BAUM Passaporte: CGX3745K3 Imigrante: JOHANNES EMANUEL BEURER Passaporte: CGW2Y5H6L;

Processo: 47039005290202147 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Fredy Eduardo Camargo Becerra Passaporte: AQ834771;

Processo: 47039005438202143 Requerente: METAFLEX - INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA Prazo: 3 Mês(es) Imigrante: JUNJUN LIU Passaporte: ED2886427 Imigrante: LINGTAO ZENG Passaporte: EG5786990;

Processo: 47039004395202189 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 11/04/2022 Imigrante: DAVID CATHREAL THOMPSON Passaporte: 510835227;

Processo: 47039006913202107 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/07/2021 Imigrante: EDWIN BANGA ADLAON Passaporte: P8588616A;

Processo: 47039006917202187 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/07/2021 Imigrante: REY BUCAG REJAS Passaporte: P4341077B;

Processo: 47039003300202118 Requerente: INTER-CIV INSPECAO AUTOMOVEL LTDA Prazo: 3 Ano(s) Imigrante: José Vitor Soares de Magalhães Passaporte: C910802;

Processo: 47039007340202121 Requerente: DUNAMIS COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS E PECAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: James Peter Morrissette Passaporte: 597766607;

Processo: 47039003741202110 Requerente: KOYSOR AHMED Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KOYSOR AHMED Passaporte: BT0370975;

Processo: 47039005244202148 Requerente: JUSTSELL VENDAS E MARKETING LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Zaid Mohammed Abdulhussein Zuhaira Passaporte: A16583473;

Processo: 47039005270202176 Requerente: JOSE DJU Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSE DJU Passaporte: C00150887;

Processo: 47039005272202165 Requerente: ADAO TOMAS DOMINGOS FERRAZ Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ADÃO TOMÁS DOMINGOS FERRAZ Passaporte: N2607288;

Processo: 47039005360202167 Requerente: JENNIFER GARUFFI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: jennifer garuffi Passaporte: YB0481032;

Processo: 47039005572202144 Requerente: MOHAMMED NAZMUL ISLAM Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MOHAMMED NAZMUL ISLAM Passaporte: BY0803265;

Processo: 47039005823202191 Requerente: JOSE CARLOS FERREIRA LOPES Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSÉ CARLOS FERREIRA LOPES Passaporte: CB 508147;

Processo: 47039005946202121 Requerente: PROVINCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEICAO DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DANIEL CARLOS TERESA Passaporte: N2497474;

Processo: 47039005969202136 Requerente: PROVINCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEICAO DO BRASIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HERCULANO JOSÉ NUNGULO Passaporte: N2497490;

Processo: 47039005983202130 Requerente: PROVINCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEICAO DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: INÁCIO FILIPE PUTO Passaporte: N2497486;

Processo: 47039005987202118 Requerente: PROVINCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEICAO DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JERÓNIMO CHEIA MÁRIO Passaporte: N2496948;

Processo: 47039005998202106 Requerente: PROVINCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEICAO DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VENÂNCIO CANOMBELO Passaporte: N2497494;

Processo: 47039003316202112 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/09/2022 Imigrante: JERRY ADOVE JULONGBAYAN Passaporte: P9923297A;

Processo: 47039003318202110 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/09/2022 Imigrante: RICARDO CADLUM GAJOL Passaporte: P4343117A;

Processo: 47039003865202197 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: OLEKSANDR KULICHENKO Passaporte: FB434704;

Processo: 47039003870202108 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: PAULO JR. NESNIA BANDOQUILLO Passaporte: P5190156B;

Processo: 47039003874202188 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2021 Imigrante: MISMEN SOLIS DAHILI Passaporte: P8265174A;

Processo: 47039003878202166 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: RODRIGO JR. CABATAS NEMENZO Passaporte: P9736419A;

Processo: 47039003883202179 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: NEIL COLDES QUIJANO Passaporte: P9758795A;

Processo: 47039003885202168 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: ROBERTO JR. ALCALDEZA ROXAS Passaporte: P7683293A;

Processo: 47039005521202112 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/05/2021 Imigrante: Bert Miramontes Labuan Passaporte: P9171147A;

Processo: 47039005524202156 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/05/2021 Imigrante: Ronaldo Abacan Quetua Passaporte: P6043718B;

Processo: 47039005684202103 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/05/2021 Imigrante: Glenn Canonigo Aliganga Passaporte: P8737896A;

Processo: 47039006173202109 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 30/05/2021 Imigrante: Dinesh Behura Passaporte: U1502707;

Processo: 47039006178202123 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 30/05/2021 Imigrante: Bhasker Reddy Bommareddy Passaporte: Z2846196;

Processo: 47039006184202181 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 30/05/2021 Imigrante: Krishna Reddy Ginni Passaporte: Z4355014;

Processo: 47039006186202170 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 30/05/2021 Imigrante: Jigar Bharatbhai Siddhapura Passaporte: T4703861;

Processo: 47039006188202169 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 30/05/2021 Imigrante: Madhan Kumar Kuppu Samy Passaporte: N2749455;

Processo: 47039006189202111 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 30/05/2021 Imigrante: Ratan Kumar Bind Passaporte: R2536805;

Processo: 47039006190202138 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 30/05/2021 Imigrante: Chiragbhai Maganbhai Tandel Passaporte: L4431052;

Processo: 47039002718202108 Requerente: SISTEMAS FLORESTAIS SUSTENTAVEIS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: WILLIAM CORDERO QUESADA Passaporte: G193854;

Processo: 47039006265202181 Requerente: ANGEL RICARDO OQUENDO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Angel Ricardo Oquendo Passaporte: 565711716;

Processo: 47039005481202117 Instituição: CONGREGACAO MISSIONARIAS DA IMACULADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: konica Regina Costa Passaporte: BR0687112;

Processo: 47039005533202147 Instituição: CONGREGACAO MISSIONARIAS DA IMACULADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: konica Regina Costa Passaporte: BR0687112;

Processo: 47039013580202083 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/07/2021 Imigrante: KING JOHN AMANDY SACEDA Passaporte: P9519169A;

Processo: 47039002423202123 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alastair MacLean Passaporte: 562366414;

Processo: 47039002981202199 Requerente: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Goeran Sletten Passaporte: 32046886; e

Processo: 47039006788202127 Requerente: PROVINCIA DIVINA SABEDORIA Prazo: Indeterminado Imigrante: PUSHPA MARY AGUSTINE Passaporte: T6735665.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

**RETIFICAÇÕES**

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 51, de 17/03/2021, Seção 1, página 213, Processo: 47039.003779/2021-84, onde se lê: Mãe: ROMINA YESTE Y VIMAS; Pai: LUIS MATEOS Y BELMONTE, leia-se: Mãe: ROMONA YESTE VIÑAS; Pai: LUIS MATEOS BELMONTE.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 55, de 23/03/2021, Seção 1, página 68, Processo: 47039.003624/2021-48, onde se lê: Data Nascimento: 08/04/1983, leia-se: Data Nascimento: 14/11/1978.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 73, de 20/04/2021, Seção 1, página 102, Processo: 47039.005378/2021-69, onde se lê: Mãe: MARI CRUZ ANTON OLALLA, leia-se: Mãe: MARIA CRUZ ANTON OLALLA.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 85, de 07/05/2021, Seção 1, página 98, Processo: 47039.007673/2021-50, onde se lê: Imigrante: PATRICK BLANCHAED, leia-se: Imigrante: PATRICK BLANCHARD.

## COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
## COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

**PORTARIA Nº 3.280, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CHIEN ZIYUAN - Y237028-9, natural da China, nascido em 14 de fevereiro de 1981, filho de Chien Cheng Fang e de Liu Suqiu, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.007532/2020-51);

GERMANUELA DE ALMEIDA DE ABREU - V331832-X, natural da Venezuela, nascida em 06 de dezembro de 1975, filha de Jose Jorge de Almeida Freitas e de Maria Augusta De Abreu De De Almeida, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.001494/2020-22);

LIN HSIN YI - Y239985-P, natural da China, nascida em 05 de setembro de 1986, filha de Lin Szu Chin e de Chen Pi Yun, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.001925/2020-51) e

ZHENG YONGCI - Y239703-O, natural da China, nascido em 02 de agosto de 1981, filho de Zheng Lihua e de Zheng Xu Zheng Nu, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.006958/2020-97).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

**PORTARIA Nº 3.281, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

FLAVIA DUBOIS PENALVER - F022301-T, natural de Cuba, nascido em 26 de junho de 1994, filho de Tatiana Paula Penalver Penalver Santos e de Victor Dubois Limonia, residente no Estado do Maranhão (Processo n° 08310.003259/2020-72);

JOSÉ CARLOS ESCOBAR PALÁCIO - V454518-5, natural de Colômbia, nascido em 08 de janeiro de 1981, filho de Carmen Maria Palacio Gutierrez e de Laureano Enrique Escobar Maury, residente no Estado do Minas Gerais (Processo n° 08702.001728/2019-71);

MARIA DEL CARMEN FERNANDEZ FELIPE - G067756-5, natural da Espanha, nascido em 28 de maio de 1980, filho de Bernardino Fernandez e de Maria Concepcion Felipe, residente no Estado da Rondônia (Processo n° 08475.005934/2020-15);

MODOU NGONE NDIAYE - G456556-X, natural da Senegal, nascido em 05 de setembro de 1986, filho de Ndongo Ndiake e de Khady Sarr, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 08451.001398/2020-57);

OSAHON ABEL - G210350-A, natural da Nigéria, nascido em 06 de fevereiro de 1983, filho de Ogbeide Abel e de Esther Abel, residente no Estado do Goiás (Processo n° 08295.008058/2020-05);

PAOLA EDITH PORTOCARRERO ESTELA DE JACINTO - V926023-5, natural da Peru, nascido em 09 de janeiro de 1981, filho de Carlos Napoleon Portocarrero Paredes e de Luisa Edith Estela Asenjo, residente no Estado da Bahia (Processo n° 08255.010025/2019-50);

RIDHA MIRAOUI - F040377-V, natural da Tunísia, nascido em 07 de agosto de 1993, filho de Khadija Bent Miraoui e de Chedhli Ben Miraoui, residente no Estado do Goiás (Processo n° 08295.008215/2020-74);

ROXOLANA NECHMYRYA - V952805-E, natural da Rússia, nascido em 28 de janeiro de 1985, filho de Sergey Nechmyrya e de Tatiana Nechmyrya, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.008098/2020-26);

TOSEEF HASAN - F073492-Z, natural da Paquistão, nascido em 12 de agosto de 1986, filho de Khalida Parveen e de Mazhar Mehmood, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.009746/2020-61) e

ZOILA VANESSA JUAREZ SOTERO - G090105-Q, natural da Peru, nascido em 13 de dezembro de 1982, filho de Edgardo Manuel Juarez Castro e de Zoila Rosa Sotero Valdivia, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08506.001613/2019-01).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

**PORTARIA Nº 3.282, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

EZECHIEL LALOI - G214388-2, natural da República do Haiti, nascido em 12 de outubro de 2013, filho de Raymi Laloi e de Marie Oliane Sainteliat, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08506.010007/2019-79);

INSIYA SALMAN NASSER AL HARAZI - F266625-J, natural do Lêmen, nascida em 08 de setembro de 2016, filha de Salman Nasser Ali Al Harazi e de Sala Aref Esmail Al Ahlasi, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.007535/2020-94);

MOHAMMED GAMAL NASSER AL HARAZI - F284124-2, natural do Lêmen, nascido em 14 de setembro de 2015, filho de Gamal Nasser Ali Al Harazi e de Ranya Hatem Ghaleb Al Gabal, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.008598/2020-68) e

SARA EL DARAZI - G323336-D, natural do Líbano, nascida em 11 de outubro de 2012, filha de Samar Daher e de Saadallah El Darazi, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08709.001799/2020-48).

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

**PORTARIA Nº 3.284, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 68 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

LUZIA MARTINS FERREIRA E SILVA, natural de Portugal, nascida em 12 de julho de 1960, filha de Alexandrino Ferreira e de Maria Martins (Processo n° 08018.007773/2021-72);

MARCELO CARETTI, natural da Argentina, nascido em 12 de janeiro de 1971, filho de Juan Carlos Caretti e de Romana Ediht Miranda (Processo n° 08018.010664/2021-32);

MUSHFIG ADALAT JAVADOV, natural da República do Azerbaijão, nascido em 25 de setembro de 1978, filho de Adalat Agakishi Javadov e de Rana Babash Javadova (Processo n° 08018.057900/2020-01);

NATALIA PAOLA VASSALLO, natural da Argentina, nascida em 04 de novembro de 1975, filha de Hugo Luis Vassallo e de María Zaher (Processo n° 08018.010667/2021-76);

SALIU SILLÁ, natural de Guiné-Bissau, nascido em 16 de novembro de 1973, filho de Leonel Sillá e de Joana da Costa (Processo n° 08018.011492/2021-14);

STEFAAN MARLEEU WILLIAM MEUWISSEN, natural da Bélgica, nascido em 02 de dezembro de 1987, filho de Willem Antoon Emmanuel Maria Meuwissen e de Anna Maria Germaine Camille Baekelandt (Processo n° 08018.013866/2021-36) e

ODETE MARIA VAZ FERREIRA DE LACERDA, natural de Guiné-Bissau, nascida em 10 de setembro de 1959, filha de Gentil Ferreira de Lacerda e de Angela Lopes Vaz (Processo n° 08018.011493/2021-69).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

## DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
## COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

**PORTARIA Nº 582, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: AMIGAS PARA SEMPRE - TEMPORADA 1 (FIREFLY LANE, Estados Unidos da América - 2021)
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000211/2021-16

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 583, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: LOUCURA DE AMOR (LOCO POR ELLA, Espanha - 2021)
Diretor(es): Dani de La Orden
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Romance
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000396/2021-51

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 584, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: UM PRÍNCIPE EM NOVA IORQUE 2 (COMING 2 AMERICA, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Craig Brewer
Distribuidor(es): AMAZON PRIME VIDEO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000442/2021-11

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 585, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: HOLMES & WATSON (Canadá / Estados Unidos da América - 2018)
Diretor(es): Etan Cohen
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000658/2021-87

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 586, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: SOMBRA E OSSOS - TEMPORADA 1 (SHADOW AND BONE, Estados Unidos da América - 2021)
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Aventura
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000787/2021-75

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 587, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: OXIGÊNIO (OXYGÈNE, Estados Unidos da América / França - 2021)
Diretor(es): Alexandre Aja
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos

Gênero: Ficção Científica
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.000887/2021-00

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 588, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: TURNIP BOY COMMITS TAX EVASION (Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): SNOOZY KAZOO
Distribuidor(es): GRAFFITI GAMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Aventura
Plataforma: Computador PC/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Atos criminosos e Violência Fantasiosa
Processo: 08017.000875/2021-77

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 589, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: ODDWORLD: SOULSTORM (Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): ODDWORLD INHABITANTS INC
Distribuidor(es): ODDWORLD INHABITANTS INC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/PlayStation 5
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas Lícitas e Violência
Processo: 08017.000883/2021-13

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 590, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: WE ARE THE CARETAKERS (Estados Unidos da América - 2020)
Produtor(es): HEART SHAPED GAMES LLC
Distribuidor(es): HEART SHAPED GAMES LLC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: RPG
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Xbox Series X/S
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000885/2021-11

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 591, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: KOBOLDS AVENTUREIROS DO BAIRRO PROIBIDO (BIG TROUBLE IN LITTLE ABSALON, Estados Unidos da América - 2020)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Histórico/Fantasia/Fantasia Medieval
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000893/2021-59
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 592, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: OS MORTOS ESTÃO VINDO (THE DEAD ARE COMING, Estados Unidos da América - 2020)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Detetive/Fantasia/Ficção Científica/Sobrenatural/Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.000896/2021-92
Requerente: SAGEN EDITORA LTDA

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

**DESPACHO Nº 713, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Ato de concentração nº 08700.000149/2021-46. Requerentes: Localiza Rent a Car S. A. e Companhia de Locação das Américas.
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis, Ana Bátia Glenk, João Felipe Achcar de Azambuja e outros.
Terceiro interessado 1: Fleetzil Locações e Serviços Ltda.
Advogados: Natali de Vicente Santos, Lilian Yumi Miyashiro e André Marques Gilberto.
Terceiro interessado 2: ALD Automotive S.A.
Advogados: Gustavo Elias Melli e outros.
Terceiro interessado 3: Movida Participações S.A.
Advogados: Ana Paula Martinez, Alexandre Ditzel Faraco e Marcos Drummond Malvar.
Terceiro interessado 4: Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Advogados: Vivian Salomão Ianelli, Gabriel Nogueira Dias, Francisco Niclós Negrão, Leonardo Peixoto Barbosa e Igor Ribeiro Azevedo.
Com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões da Nota Técnica nº 15/2021/CGAA1/SGA1/SG/CADE (0906853) à presente decisão, inclusive como sua motivação, para, nos termos do artigo 56 da Lei 12.529, de 2011, declarar o Ato de Concentração nº 08700.000149/2021-46 complexo, e determinar a realização das diligências indicadas na Nota Técnica nº 15/2021/CGAA1/SGA1/SG/CADE. Esta Superintendência resguarda a sua faculdade de posteriormente, se for o caso, requerer ao Tribunal Administrativo do Cade a dilação do prazo de que trata o artigo 56, parágrafo único, o artigo 88, § 9º da Lei nº 12.529, de 2011.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

## TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

**PAUTA DA 178ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2021**

Dia: 26/05/2021
Início: 10:00h

Nos termos do art. 60, parágrafo único c/c arts. 75, §1º e 76, §4º do Regimento Interno do Cade, e com fundamento no Despacho da Presidência nº 66/2021 (0906094), a Sessão de Julgamento será realizada por meio remoto, com transmissão em tempo real pelo sítio eletrônico www.cade.gov.br e pelo canal do Cade no Youtube (https://bit.ly/39SsiVg).

Eventual pedido de sustentação oral deverá ser formalizado pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de whatsapp +55 (61) 99939-6256 até 24 horas antes do início da sessão virtual. No mesmo prazo o advogado deverá enviar o arquivo de mídia à Secretaria do Plenário, em conformidade com o art. 81, §§ 5º e 6º do Regimento Interno.

Com relação aos requerimentos de ordem, nos termos do art. 81, § 5º do Regimento Interno, fica garantido o acesso de advogado constituído nos autos, para participação ativa a qualquer momento, durante o julgamento. A solicitação deverá ser encaminhada à Secretaria do Plenário, pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de whatsapp +55 (61) 99939-6256, que informará sobre o procedimento a ser adotado.

O advogado deverá se responsabilizar pela qualidade do arquivo de mídia encaminhado, bem como pela adequação do ambiente escolhido para participação na sessão em tempo real.

A sustentação oral ou o requerimento de ordem também poderão ser realizados por meio de equipamento eletrônico disponível nas instalações do Cade.

1. Processo Administrativo nº 08700.008751/2015-83
Representante: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)
Representados: Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso de Belém e Vila do Conde, Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A., Amazon Logistics Ltda., BF Fortship Agência Marítima Ltda., Majonav Navegação Ltda., ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A., Movimento Transporte e Locação de Máquinas Ltda., Santos Brasil S.A., Norte Trading Operadora Portuária Ltda., Adauto Cunha de Vasconcelos, Adônis Fernandes Garcia, Alexandre da Silva Carvalho, Fábio Tinôco, Fernando Augusto Braga Oliveira, Flávio Seixas de Holanda, Luiz Guilherme Fonseca Costa, Marcelino Cavalcante da Silva, Nelson Aires, Paul Stathis, Pelágio Araújo de Carvalho, Raimundo Carlos da Costa Feio, Ricardo de Andrade Fernandes, Rodolfo Estafani Barroso Negrão, Ronaldo Lopes de Assunção e Sílvio Lobato
Advogados: Leonardo Maniglia Duarte, Rodrigo Alves dos Santos, Eduardo Caminati Anders, Marcio De Carvalho Silveira Bueno, Fernando Augusto Braga de Oliveira, Thadeu de Jesus e Silva, Cristiane do Socorro Albuquerque Machado da Silva e outros
Relatora: Conselheira Lenisa Prado
Voto-Vista: Conselheiro Luiz Augusto de Almeida Hoffmann

2. Processo Administrativo nº 08700.003390/2016-60
Representante: Cade ex officio
Representados: Amanco Brasil Ltda. (atual Mexichem Brasil Indústria de Transformação Plástica Ltda.), Asperbras Tubos e Conexões Ltda., Bianchini Indústria de Plásticos Ltda., Cardinali Tubos e Conexões S.A., Corr Plastik Industrial Ltda., Hidroplast Indústria e Comércio Ltda., Krona Tubos e Conexões S.A., Mizu Comércio de Materiais Hidráulicos Ltda., Nicoll Indústria Plástica Ltda., Plásticos Vipal S.A. (atual BR Plásticos Indústria Ltda.), Plastilit Produtos Plásticos do Paraná S.A., Tigre S.A. Tubos e Conexões, Tubozan Comércio e Representação Ltda. (atual BRP Indústria Plástica Ltda.), Cezar Martins Oliveira, Márcio Cecílio Pessiquelli, Adilson Armando Kieper, Algemir José Uber, Ary Sérgio Oliveira Fonseca, Caroline Orlandine, Celso Iamarino, Claudio José Bianchini, Diego João Girardi, Edson Aparecido Gomes, Edson Felix de Andrade, Evaldo Dreher, Francisco Amaury Olsen, Francisco Carlos Jorge Colnaghi, Genildo José da Silva, Gilberto Borges Filho, Gustavo Rossler Zanchi, Hilton Guemra Saporski Filho, José Luis Flor, Luis Felipe Pereira Morgado, Manuel Orestes Pereira Monteiro, Marise Ribeiro Barroso, Maurício Harger, Natal José Garrafoli, Paulo de Andrade Nascentes da Silva, Paulo Roberto Cardozo, Ricardo Martins Soares, Sérgio Monteiro, Valdicir Kortmann, Vinícius de Castro e Wagner Tavares
Advogados: Elislean Bueno Ravache, João Ricardo Borba Gonçalves, Reginaldo Fabrício dos Santos, Paulo Justiniano de Souza, Larissa Moraes Bertoli Guimarães, Évinin Franciele Zanini Cecchin, Giuliano Domit Od Rocha, Marina Zaparoli Beretta, Luiz Fernando Michalak Santos, João Grandino Rodas, Pedro Miranda Roquim, Marcelo Guedes Nunes, Rodrigo Souza Mentes de Araújo, João Eduardo Braz de Carvalho, Caio Mario da Silva Pereira Neto, Olavo Zago Chinaglia, Letícia Ladeira Monteiro de Barros, Daniel Tinoco Douek, Naiara de Oliveira, Cristianne Saccab Zarzur, Marco Aurélio M. Barbosa, Marina Curi Penna, Paulo Leonardo Casagrande, Fabrício A. Cardim de Almeida, Frederico Wellington Jorge, Leonardo Maniglia Duarte, Tito Amaral de Andrade, Maria Eugenia Novis, Adenilson Venancio Duarte, Júlio Strate Bolfe e Auriane Rosa de Almeida Pires, Vitor Werebe, Cláudio Gonçalves Rodrigues, Marmel Wolf dos Anjos, Marcio Socorro Pollet, Felipe Ricetti Marques, Fernando Cappelletti Venafre, Thiago Munaro Garcia, Pablo Augusto Antunes, Marcos Joaquim Gonçalves Alves, Alan Flores Viana, Ana de Oliveira Frazão Vieira de Mello, Frederico Wellington Jorge, Camila Kulaif Safatle, Luís Cláudio Nagalli Guedes de Camargo, Eric Hadmann Jasper, Vicente Coelho Araujo, Rodrigo da Silva Alves dos Santos, Eduardo Caminati Anders, Marcos Paulo Verissimo
Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann
Voto-Vista: Conselheira Lenisa Prado

3. Processo Administrativo nº 08012.005024/2011-99
Representante: SDE ex officio
Representados: Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A., Cetest Rio Ltda., Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda., Fênix Engenharia e Manutenção Ltda. (denominação atual da Hidelma Hidráulica, Elétrica e Manutenção Ltda.), GLS Engenharia e Consultoria Ltda., GPC Engenharia Ltda., Hersa Engenharia e Serviços Ltda., Hidelma Engenharia Montagens e Manutenção Ltda., Mitra Engenharia e Montagens Industriais

Ltda., MPE Montagens e Projetos Especiais S.A., Vivante S/A (denominação atual de Dalkia Brasil S.A.), Alessandro Geiger Sarmento Pimentel, Almir Gutierrez Martins, Carlos Alberto de Oliveira Cruz, Carlos Alberto Rodrigues da Rocha, Eder Pereira Souza Silva, Edgar Luis Fernando Insfran, Eduardo Pereira Lima, Eduardo Pezzi, Jacob Wainer, Joel de Souza, Josemar Lúcio Ávila, Luis Sergio Ferreira Marinho, Luiz Eduardo Mendonça, Márcia Helena da Fonseca, Marciel de Jesus Rocco, Márcio Melo Aranha, Milton Jungman, Moises de Oliveira Assayag, Paulo José Silva Moraes, Raul Gaspar Ramos Martins, Renato Rinaldi, Rogério Ferreira Rodrigues, Ronaldo Nascimento, Sergio Ricardo Jacomo Negro, Simone Wainer Licht e Willian Braga da Rocha

Advogados: Fábio Jorge Antinoro; Alcides José Moraes de Carvalho; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior; Ary Litman Bergher, Raphael Mattos, Pedro Henrique Pedreira Dutra Leite; Carlos Henrique Lemos; Enrique Fonseca Reis, Maria Augusta Rost; José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz; Guilherme Justino Dantas, André Franchini Giusti, Júlia Pimenta Pereira Alves, Rodrigo de Macedo Soares e Silva e Marina Magalhães Gomes Ramacciotti Santos; Maurício Costa Fernandes da Cunha; José Carlos Nespoli Louzada; Martim de Almeida Sampaio; Cleber José Rangel de Sá; Gabriel Nogueira Dias, Raquel Bezerra Cândido Amaral Leitão; Bernardo Tunes, Ana Laura Melo; Daniel Vieira Bógea Soares, Gilberto Mendes Calasans Gomes, Marcos Daniel Maciel Rodrigues, Marcilio Pereira de Oliveira Junior, Magali Pinto Gracio, Marcus Danilo Barbosa Bittencour, Alana Abilio Diniz Vila Nova, Ivo Teixeira Gico Junior, Igor Alves Pegado da Silva, Edson Raimundo Machado e outros

Relatora: Conselheira Lenisa Prado

4. Processo Administrativo nº 08700.001885/2017-35

Representante: Cade ex officio

Representados: Allsan Engenharia e Administração Ltda., Associação Brasileira das Empresas de Medição e Faturamento - Brasil Medição, Construtora Incorporadora Santa Teresa Ltda., Emissão S/A, Enorsul Serviços em Saneamento Ltda., Floripark Energia Ltda., FR Incorporadora Ltda, GMF Gestão de Medição e Faturamento Ltda., HR Serviço de Leitura e Entrega de Contas de Energia Ltda, Job Engenharia e Serviços Ltda., Lotus Serviços Técnicos Ltda., RDN Serviços Ltda, Sanear Engenharia e Construção Ltda, Selleta Serviços Ltda, Sociedade Civil de Saneamento Ltda., Strategos Engenharia Informática e Consultoria Ltda, TCM Serviços de Limpeza e Conservação Ltda., Toltec Engenharia e Construção Ltda, Afonso Rosseto Junior, Alberto Gaston Sosa Quiles, Alexandra Helena de Souza Raña, Ana Paula Conceição Cruz, Ângelo Pereira, Cláudio de Sena Martins, Dimitrius Anastase Tzortzis, Douglas Ricardo Baltazar Campos, Fabiana Borges Hauck, Jakson Ferreira Lima, João Artur Rassi, Joaquim Carvalho Motta Junior, Luiz Renato Pereira, Mário César Campos, Moisés Ruberval Ferraz Filho, Natanael Silva Pessoa, Nelson José Malgueiro Filho, Ney Marcondes Baltazar Campos, Paulo José Debatin da Silveira, Reginaldo Fagundes Barbosa, Renato Guimarães da Silveira, Reynaldo Costa Filho, Roberto Martignago, Sandra Rosa Maglio Silva, Sebastião Cristovam, Waldecir Colombini

Advogados: Theo Felipe de Esquerdo, Aroldo Joaquim Camilo Filho, Carolina Cepera Moreira Xavier, Sander Ananias Helvecio, Fabiola Carolina Lisboa Cammarota Abreu, Marcelo Vieira de Campos, Rodrigo Pozzi Borba da Silva, Joaquim Lemus Pereira, Rafael Rocha de Macedo, Joyce Ruiz Rodrigues Alves, Maria Tereza do Couto Perez Rufino, Braz Martins Neto, Martileide Vieira Perroti, Estevão Prado de Oliveira Carvalho, Claudio de Abreu, Eric Hadmann Jasper, Roselle Adriane Sóglio, Luiz Antonio Santos de Oliveira, Aureliano Pernetta Caron, Marlon Charles Bertol, Jonathan Bordone Paes Proença, Jorge Vacite Neto e outros

Relator: Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido

5. Requerimento 08700.004140/2018-17

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

6. Requerimento 08700.002191/2019-87

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Cade

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretária do Plenário

## PORTARIA NORMATIVA Nº 5, DE 19 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a estrutura, a competência e o funcionamento das unidades subordinadas aos órgãos descritos no artigo 2º do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, permuta e aloca cargos em comissão e funções de confiança dentro do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Cade, nos termos do Decreto nº 10.597, de 8 de janeiro de 2021 c/c art. 16, 17 e 47 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

O Presidente do Cade, com fundamento no inciso IX do art. 10 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, nos artigos 16, 17, e 47, do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 e no inciso XVII do art. 18 do Regimento Interno do Cade, , resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo I, a estrutura, a competência e o funcionamento das unidades subordinadas aos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, nos termos do Decreto nº 10.597, de 8 de janeiro de 2021 e do art. 2º do Regimento Interno do Cade.

Art. 2º Estabelecer, na forma do Anexo II, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Cade, conforme disposto no Decreto nº 10.597, de 8 de janeiro de 2021, c/c arts. 17 e 47 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

Art. 3º Estabelecer, na forma do Anexo III, o Quadro Demonstrativo do Quantitativo de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE) e de Gratificações Temporárias do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (GSISP) distribuídas ao Cade por meio da Portaria nº 14.607, de 19 de dezembro de 2019, da Secretaria de Orçamento Federal, e pela Portaria nº 20.949, de 21 de setembro de 2020, da Secretaria de Governo Digital.

Art. 4º Permutar na estrutura regimental do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, nos termos do art. 16 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores-DAS com as seguintes Funções Comissionadas do Poder Executivo-FCPE:

I - o cargo de Direção e Assessoramento Superior-DAS 101.4 da Coordenação-Geral de Análise Antitruste 8 da Superintendência-Geral (SG) com a Função Comissionada do Poder Executivo-FCPE 101.4 da Coordenação-Geral de Matéria Administrativa da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade (PFE); e

II - o cargo de Direção e Assessoramento Superior-DAS 101.4 da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica de Pessoas da Diretoria de Administração e Planejamento (DAP) com a Função Comissionada do Poder Executivo-FCPE 101.4 da Coordenação-Geral de Estudos e Pareceres da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade (PFE).

Art. 5º Alocar na estrutura regimental do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, nos termos do art. 17 do Decreto nº 9.739, de 2019, os seguintes cargos em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores-DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo-FCPE:

I - o cargo em comissão de Coordenador de Gabinete, DAS 101.3, vinculado à Superintendência-Geral (SG) fica alocado na Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade (PFE) e passa a ser denominado Coordenador de Matéria Administrativa, ao qual fica vinculado o Serviço de Matéria Administrativa;

II - o cargo em comissão de Coordenador-Geral de Matéria Administrativa, DAS 101.4, vinculado à Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade (PFE) fica alocado na Superintendência-Geral (SG) e passa a ser denominado Chefe de Gabinete da Superintendência-Geral;

III - um cargo em comissão de Assessor Técnico, DAS 102.3, vinculado ao Gabinete da Presidência (GAB-PRES), fica alocado no Gabinete da Superintendência-Geral (SG);

IV - o cargo em comissão de Coordenador-Geral de Estudos e Pareceres, DAS 101.4, vinculado à Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade (PFE), fica alocado na Presidência e passa a ser denominado Chefe de Assessoria Técnica (ASTEC);

V - a função de confiança de Coordenador-Geral de Contencioso Judicial, FCPE 101.4, vinculada à Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade (PFE), fica alocada na Superintendência-Geral (SG) e passa a ser denominada Coordenador-Geral de Análise Antitruste 11;

VI - a função de confiança de Coordenador de Análise de Informações, FCPE 101.3, vinculada à Superintendência-Geral (SG), fica alocada na Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade (PFE) e passa a ser denominada Coordenador de Contencioso Judicial, ao qual fica vinculado o Serviço de Contencioso Judicial;

VII - o cargo em comissão de Coordenador de Apoio Operacional, DAS 101.3, vinculado à Superintendência-Geral (SG), fica alocado na Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade (PFE) e passa a ser denominado Coordenador de Estudos e Pareceres, ao qual fica vinculado o Serviço de Estudos e Pareceres;

VIII - o cargo em comissão de Coordenador de Análise Antitruste 6, DAS 101.3, vinculado à Coordenação-Geral de Análise Antitruste 6, fica alocado na Coordenação-Geral de Análise Antitruste 11 da Superintendência-Geral e passa a ser denominado Coordenador de Análise Antitruste 11; e

IX - um cargo em comissão de Assistente Técnico, DAS 102.1, vinculado ao Gabinete da Presidência (GAB-PRES) fica alocado na Coordenação-Geral de Gestão Estratégica de Pessoas da Diretoria de Administração e Planejamento (DAP).

Art. 6º Revogar a Portaria Normativa Cade n º 1, de 22 de janeiro de 2021.

Art. 7º Esta Portaria Normativa entra em vigor no dia 27 de maio de 2021.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA

ANEXO I

DA ESTRUTURA, DA COMPETÊNCIA E DO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES SUBORDINADAS AOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

Seção I

Da Estrutura Organizacional do Cade

Art. 1º O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica:

a) Gabinete - GAB-PRES;

b) Assessoria Técnica - ASTEC;

c) Assessoria Internacional - ASINT;

c.1) Serviço de Cooperação Internacional - SECOP;

d) Assessoria de Comunicação Social - ASCOM; e

d.1) Serviço de Comunicação Institucional - SECIN;

II - órgãos seccionais:

a) Diretoria de Administração e Planejamento - DAP;

a.1) Divisão de Planejamento e Projetos - DIPLAN;

a.2) Divisão de Compliance e Gestão de Riscos - DICOR;

a.3) Coordenação-Geral de Gestão Estratégica de Pessoas - CGESP;

a.3.1) Serviço de Administração de Pessoal - SEAPE;

a.3.2) Serviço de Treinamento e Desenvolvimento - SETED;

a.4) Coordenação-Geral Processual - CGP;

a.4.1) Divisão de Acompanhamento Processual - DIAP;

a4.1.1) Serviço de Apoio Processual - SEAPRO;

a.4.2) Serviço de Protocolo e Registro de Documentos e Processos - PROT;

a.4.3) Serviço de Informação e Documentação - SIDOC;

a.5) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI;

a.5.1) Serviço de Infraestrutura de Tecnologia da Informação - SESIN;

a.5.2) Serviço de Sistemas de Informação - SESIS;

a.5.3) Serviço de Gestão e Governança - SEGOV;

a.5.4) Serviço de Segurança da Informação e Comunicação - SESIC;

a.6) Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Logística - CGOFL;

a.6.1) Coordenação de Finanças - COF;

a.6.1.1) Serviço de Contabilidade - SECONT;

a.6.2) Coordenação de Logística - COL;

a.6.2.1) Serviço de Compras - SECOM;

a.6.2.2) Serviço de Atendimento e Administração Predial - SEAAP;

a.6.2.3) Serviço de Materiais e Patrimônio - SEMAP; e

a.6.2.4) Serviço de Gestão de Contratos - SEGEC;

b) Auditoria - AUDIT;

b.1) Serviço da Auditoria - SEAUD;

c) Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade - PFE;

c.1) Coordenação de Estudos e Pareceres - CEP;

c.1.1) Serviço de Estudos e Pareceres - SEREP;

c.2) Coordenação de Matéria Administrativa - CMA;

c.2.1) Serviço de Matéria Administrativa - SERMA;

c.3) Coordenação de Contencioso Judicial - CCJ; e

c.3.1) Serviço de Contencioso Judicial - SERCJ;

d) Corregedoria - CORREG;

III - órgãos específicos e singulares:

a) Superintendência-Geral - SG;

a.1) Gabinete - GAB-SG;

a.2) Coordenação-Geral de Análise Antitruste 1 - CGAA 1;

a.2.1) Coordenação de Análise Antitruste 1 - COA 1;

a.3) Coordenação-Geral de Análise Antitruste 2 - CGAA 2;

a.3.1) Coordenação de Análise Antitruste 2 - COA 2;

a.4) Coordenação-Geral de Análise Antitruste 3 - CGAA 3;

a.4.1) Coordenação de Análise Antitruste 3 - COA 3;

a.5) Coordenação-Geral de Análise Antitruste 4 - CGAA 4;

a.5.1) Coordenação de Análise Antitruste 4 - COA 4;

a.6) Coordenação-Geral de Análise Antitruste 5 - CGAA 5;

a.6.1) Coordenação de Análise Antitruste 5 - COA 5;

a.7) Coordenação-Geral de Análise Antitruste 6 - CGAA 6;

a.8) Coordenação-Geral de Análise Antitruste - CGAA 7;

a.8.1) Coordenação de Análise Antitruste 7 - COA 7;

a.9) Coordenação-Geral de Análise Antitruste 8 - CGAA 8;

a.9.1) Coordenação de Análise Antitruste 8 - COA 8;

a.10) Coordenação-Geral de Análise Antitruste 9 - CGAA 9;

a.10.1) Coordenação de Análise Antitruste 9 - COA 9;

a.11) Coordenação-Geral de Análise Antitruste 10 - CGAA 10;

a.11.1) Coordenação de Análise Antitruste 10 - COA 10;

a.12) Coordenação-Geral de Análise Antitruste 11 - CGAA 11; e

a.12.1) Coordenação de Análise Antitruste 11 - COA 11;

b) Departamento de Estudos Econômicos - DEE;

b.1) Coordenação de Estudos de Atos de Concentração - CEACO;

b.1.1) Serviço de Estudos de Mercado, Monitoramento e Avaliação de Atos de Concentração - SEMMA;

b.2) Coordenação de Estudos de Condutas Anticompetitivas - CECAN;

b.2.1) Serviço de Estudos e Análise de Cartel - SEACA;

b.3) Coordenação de Estudos de Mercado e Advocacia da Concorrência - CEMAC;

b3.1) Serviço de Estudos Econômicos e Advocacia da Concorrência - SEEAC; e

IV. órgão colegiado: Tribunal Administrativo de Defesa Econômica:
a) Assessoria de Gabinete 1 - GAB 1;
b) Assessoria de Gabinete 2 - GAB 2;
c) Assessoria de Gabinete 3 - GAB 3;
d) Assessoria de Gabinete 4 - GAB 4;
e) Assessoria de Gabinete 5 - GAB 5; e
f) Assessoria de Gabinete 6 - GAB 6.

Seção II

Das competências das unidades administrativas dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente

Art. 2º À Assessoria Técnica compete:

I - assistir o Presidente do CADE em suas atividades referentes à presidência do Tribunal; e

II - prestar apoio administrativo ao Tribunal.

Art. 3º Ao Serviço de Cooperação Internacional compete prover assistência na instrução de processos administrativos concernentes à cooperação jurídica internacional e assistir a Assessoria Internacional no desempenho de suas competências.

Art. 4º Ao Serviço de Comunicação Institucional compete:

I - prestar serviços de atendimento à imprensa e relacionamento com a mídia;

II - divulgar ao público externo decisões e atividades relacionadas à atuação do Cade; e

III - planejar e executar as atividades de comunicação voltadas para o público interno do Cade.

Seção III

Das competências das unidades administrativas dos Órgãos Seccionais

Subseção I

Das unidades administrativas da Diretoria de Administração e Planejamento

Art. 5º À Divisão de Planejamento e Projetos compete:

I - apoiar a Diretoria de Administração e Planejamento nas atividades relacionadas ao planejamento estratégico da autarquia, à gestão de projetos especiais, à gestão dos planos plurianuais e programas governamentais;

II - realizar atividades relacionadas a sistemas de informação para o planejamento e gestão de projetos; e

III - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor de Administração e Planejamento.

Art. 6º À Divisão de Compliance e Gestão de Riscos compete:

I - promover iniciativas e mecanismos a fim de se fazer cumprir normas e regulamentos, bem como políticas, diretrizes e práticas estabelecidas;

II - auxiliar a Diretoria de Administração e Planejamento na avaliação da conformidade de gestão documental da unidade;

III - promover a melhoria da gestão dos processos de trabalho do Cade;

IV - apoiar a implementação e o monitoramento dos planos de gestão de riscos e integridade do Cade; e

V - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor de Administração e Planejamento.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Gestão Estratégica de Pessoas compete:

I - coordenar e executar as atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas, seguindo as diretrizes emanadas do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC;

II - coordenar e consolidar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP;

III - promover ações administrativas relativas à valorização, promoção de qualidade de vida e assistência à saúde dos servidores e seus dependentes, observadas as orientações do órgão gestor do SIPEC;

IV - registrar e adotar medidas relativas a afastamento, remoção, redistribuição, disponibilidade, requisição e cessão de servidores, bem como exercício provisório;

V - fornecer subsídios para a realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos, em conformidade com as orientações emanadas de órgãos superiores;

VI - gerir a folha de pagamento;

VII - indicar servidor para a concessão de Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE) vinculada às atividades desempenhadas pela Coordenação-Geral; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 8º Ao Serviço de Administração de Pessoal compete:

I - controlar e orientar a execução das atividades de gestão de pessoal nas áreas de cadastro e administração de benefícios;

II - acompanhar e aplicar a legislação e normas que disciplinam os atos de pessoal;

III - realizar a gestão das contratações de estágios obrigatório e não obrigatório;

IV - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, nos sistemas institucionais e estruturantes de Pessoal do Poder Executivo Federal;

V - elaborar e acompanhar as rotinas de cálculo e processamento da folha de pagamento de pessoal;

VI - subsidiar a elaboração de diretrizes, normas e procedimentos relacionados à área de gestão de pessoas;

VII - expedir declarações e certidões de tempo de serviço, e demais expedientes, de acordo com os assentamentos funcionais e a legislação vigente;

VIII - proceder à apuração da frequência dos servidores, inclusive cedidos e requisitados;

IX - controlar as férias dos servidores, inclusive cedidos e requisitados;

X - autorizar, controlar e manter atualizado o cadastro dos servidores e seus dependentes inscritos junto ao plano de assistência à saúde;

XI - incluir dados no Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessões do Tribunal de contas da União - SISAC, relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como atender demais diligências correlatas;

XII - gerir o assento funcional digital do servidor; e

XIII - controlar e executar o processo de recolhimento das contribuições previdenciárias, individual e patronal, dos servidores vinculados ao regime geral de previdência social.

Art. 9º Ao Serviço de Treinamento e Desenvolvimento compete:

I - subsidiar a elaboração de diretrizes, normas e procedimentos relacionados à área de gestão de pessoas;

II - coordenar e executar o processo de revisão e atualização dos normativos da área de capacitação;

III - coordenar e executar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, em consonância com as políticas e diretrizes de desenvolvimento de pessoas do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC;

IV - definir estratégias e instrumentos para implementação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP;

V - prospectar oportunidades de capacitação em consonância com o PDP;

VI - elaborar e sistematizar informações sobre a execução das políticas de capacitação para o "Relatório de Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas";

VII - gerir o processo de concessão de auxílio capacitação para cursos de formação avançada e idiomas;

VIII - gerir o processo de concessão de licença para capacitação;

IX - instruir processos de capacitação; e

X - executar as atividades relativas à avaliação de desempenho de servidores.

Art. 10. À Coordenação-Geral Processual compete:

I - supervisionar a execução das atividades processuais relacionadas aos procedimentos previstos na Lei nº 12.529, de 2011 e no Regimento Interno;

II - planejar, coordenar e supervisionar o serviço de protocolo do Cade;

III - planejar, coordenar e supervisionar a política de gestão documental e de gestão da informação no âmbito do Cade;

IV - apoiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema informatizado de gestão documental do Cade;

V - preparar, organizar e secretariar as sessões plenárias;

VI - apoiar a Superintendência-Geral e o Tribunal Administrativo do Cade no exercício de suas competências;

VII - coordenar o Serviço de Informação ao Cidadão-SIC/Cade;

VIII - atender o público interno e externo quanto aos processos e procedimentos do Cade;

IX - apoiar a elaboração de publicações institucionais e científicas sob os aspectos da documentação e da gestão da informação;

X - indicar servidor para a concessão de Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE) vinculada às atividades desempenhadas pela Coordenação-Geral; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Parágrafo único. O Coordenador-Geral Processual atuará como Secretário das Sessões Plenárias do Tribunal Administrativo do Cade, sendo substituído, em caso de ausências, pela Chefia de Divisão de Acompanhamento Processual.

Art. 11. À Divisão de Acompanhamento Processual compete:

I - supervisionar o regular andamento dos processos finalísticos do Cade;

II - prestar apoio ao Tribunal Administrativo do Cade para a realização de sessões plenárias;

III - realizar outras atividades que lhe sejam incumbidas pelo Coordenador-Geral Processual.

Art. 12. Ao Serviço de Apoio Processual compete:

I - auxiliar na gestão e divisão interna de tarefas da Divisão de Acompanhamento Processual; e

II - gerenciar os dados processuais sobre a atividade-fim do Cade e disponibilizá-los de forma pública em plataforma específica, garantindo a disponibilidade, autenticidade e integridade.

Art. 13. Ao Serviço de Protocolo e Registro de Documentos e Processos compete:

I - receber, classificar, registrar, distribuir, controlar a tramitação, a expedição e a autuação de documentos avulsos para formação de processos, e os respectivos procedimentos decorrentes; e

II - controlar e certificar o recebimento de notificações e o início da contagem de prazo de defesa, quando houver mais de um representado, em processos administrativos.

Art. 14. Ao Serviço de Informação e Documentação compete:

I - implementar e supervisionar a gestão de documentos arquivísticos no âmbito do Cade, garantindo a recuperação, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória;

II - assegurar o cumprimento de normas e legislação relacionadas à área arquivística;

III - planejar, executar, coordenar e controlar as atividades da biblioteca do Cade, zelando pela organização, atualização e acessibilidade do acervo bibliográfico;

IV - executar os procedimentos do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC/Cade;

V - gerenciar o sistema informatizado de gestão documental do Cade;

VI - integrar a Coordenação Editorial da Revista de Defesa da Concorrência, prestando suporte técnico e administrativo; e

VII - apoiar a elaboração de publicações institucionais por meio de normalização, padronização e manutenção nos repositórios do Cade.

Art. 15. À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação compete:

I - supervisionar os contratos de serviços relacionados com tecnologia da informação e comunicação;

II - gerir o portfólio de tecnologia da informação e comunicação;

III - gerenciar os serviços e os recursos necessários ao desenvolvimento e à sustentação de soluções de tecnologia da informação e comunicação;

IV - exercer as atividades de órgão setorial do Cade na estrutura do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação;

V - propor normas, processos, procedimentos e padrões com base nas políticas públicas de governo digital;

VI - promover o alinhamento da tecnologia da informação com os objetivos estabelecidos no planejamento estratégico do Cade;

VII - participar da elaboração e do acompanhamento do orçamento relativo às atividades de tecnologia da informação e comunicação;

VIII - promover a avaliação e a adequação quantitativa e qualitativa do pessoal de tecnologia da informação e comunicação;

IX - promover a prospecção, planejamento, desenvolvimento e implementação de inovações tecnológicas;

X - indicar servidor para a concessão de Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP) vinculada às atividades desempenhadas pela Coordenação-Geral; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 16. Ao Serviço de Infraestrutura de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar, coordenar e orientar as ações de aquisição e de gestão de contratos relativos à infraestrutura;

II - gerir projetos relacionados à infraestrutura;

III - implantar e sustentar soluções de comunicação e conectividade;

IV - gerir os riscos relacionados à infraestrutura;

V - identificar, avaliar e propor soluções de tecnologia para subsidiar as atividades finalísticas do Cade;

VI - coordenar a sustentação dos ativos de tecnologia da informação e comunicação;

VII - auxiliar os usuários na operação dos ativos de tecnologia da informação e comunicação; e

VIII - manter operabilidade da sala segura do Cade.

Art. 17. Ao Serviço de Sistemas de Informação compete:

I - planejar, coordenar e orientar as ações de aquisição e de gestão de contratos relativos a sistema de informação e banco de dados;

II - gerir projetos relacionados a sistema de informação e banco de dados;

III - desenvolver e sustentar sistema de informação e banco de dados;

IV - gerir os riscos relacionados aos sistemas de informação e banco de dados;

V - identificar, avaliar e propor soluções de tecnologia para subsidiar as atividades finalísticas do Cade;

VI - planejar, implantar e disponibilizar soluções baseadas em sistemas de informação para atender necessidades de negócio;

VII - elaborar propostas de diretrizes, normas e procedimentos sobre os ativos de tecnologia da informação, de telecomunicações, de eletrônica e de segurança eletrônica;

VIII - promover o desenvolvimento de sistemas corporativos de informação baseado nos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico;

IX - coordenar as atividades relacionadas à gestão da arquitetura dos sistemas; e

X - gerenciar os processos de desenvolvimento de sistemas para os projetos de tecnologia da informação e comunicação.

Art. 18. Ao Serviço de Gestão e Governança compete:

I - planejar, coordenar e orientar as ações de aquisição e de gestão de contratos relativos a gestão e governança;

II - gerir projetos relacionados a gestão e governança de tecnologia da informação e comunicação;

III - implantar e sustentar soluções de gestão e governança;

IV - gerir os riscos relacionados a gestão e governança de tecnologia da informação e comunicação;

V - identificar, avaliar e propor soluções de tecnologia para subsidiar as atividades finalísticas do Cade;

VI - propor políticas e diretrizes referentes ao planejamento, à implementação e à manutenção das atividades relativas à governança de tecnologia da informação e comunicação; e

VII - formular e manter modelo de governança e gestão de tecnologia da informação e comunicação.

Art. 19. Ao Serviço de Segurança da Informação e Comunicação compete:

I - planejar, coordenar e orientar as ações de aquisição e de gestão de contratos relativos à segurança da informação e comunicação;

II - gerir projetos relacionados à segurança da informação e comunicação;

III - implantar e sustentar soluções de segurança da informação e comunicação;

IV - gerir os riscos relacionados à segurança da informação e comunicação;

V - prover soluções de tecnologia para subsidiar as atividades finalísticas do Cade;

VI - informar, orientar e supervisionar as unidades do Cade quanto ao cumprimento das normas de segurança da informação aplicadas à tecnologia da informação e comunicação;

VII - apoiar a implementação da política de segurança da informação e comunicações;

VIII - realizar ações de tecnologia da informação e comunicação com relação à Lei Geral de Proteção de Dados e ao Programa Nacional de Conhecimento Sensível e Normas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

IX - promover campanhas de divulgação e capacitações, visando à disseminação da Política de Segurança da Informação e Comunicação e da cultura de segurança cibernética da informação junto aos usuários internos e externos de recursos de tecnologia da informação e comunicação; e

X - monitorar constantemente a segurança da informação e comunicação.

Art. 20. À Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Logística compete:

I - promover a articulação com os órgãos centrais do sistema federal de compras, contratos, suprimentos, patrimônio, atendimento e administração predial, concessão de diárias e passagens, contabilidade, orçamento e finanças, além de informar e orientar as unidades do Cade quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

II - coordenar e supervisionar as atividades de compras, contratos, suprimentos, patrimônio, atendimento e administração predial, concessão de diárias e passagens, contabilidade, orçamento e finanças;

III - promover, articular e orientar as ações relacionadas à produção de conhecimento, à gestão de informações, ao gerenciamento de riscos nas atividades de compras, contratos, suprimentos, patrimônio, atendimento e administração predial, concessão de diárias e passagens, contabilidade, orçamento e finanças;

IV - coordenar a elaboração de relatórios e indicadores de desempenho das atividades de compras, contratos, suprimentos, patrimônio, atendimento e administração predial, concessão de diárias e passagens, contabilidade, orçamento e finanças;

V - direcionar a execução das atividades da Coordenação-Geral em alinhamento ao Planejamento Estratégico do Cade;

VI - propor normas e orientações voltadas à padronização, melhoria e conformidade das atividades da Coordenação-Geral;

VII - indicar servidor para a concessão de Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE) vinculada às atividades desempenhadas pela Coordenação-Geral; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 21. À Coordenação de Finanças compete:

I - coordenar e orientar o processo de elaboração das propostas de orçamento fiscal e da seguridade social do Cade, programação financeira e de contabilidade, conforme as orientações dos respectivos órgãos centrais;

II - coordenar, orientar e acompanhar as atividades contábeis do Cade quanto ao adequado e tempestivo registro contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive dos processos relacionados à abertura e ao encerramento do exercício, bem como à fidedignidade da informação de custos;

III - coordenar e orientar os processos de ajustes orçamentários ao longo do exercício financeiro;

IV - emitir manifestação nas solicitações de disponibilidade orçamentária;

V - avaliar o desempenho da execução orçamentário-financeira do Cade, propondo as alterações que se fizerem necessárias;

VI - coordenar, orientar e acompanhar as atividades de informação de custos;

VII- realizar a execução orçamentária e financeira e a despesa de pessoal do Cade;

VIII - elaborar, disponibilizar e manter os registros históricos das informações gerenciais relativas à execução orçamentária e financeira, visando subsidiar a tomada de decisão;

IX - acompanhar a arrecadação da receita;

X - acompanhar e analisar a legislação que afete o processo orçamentário;

XI - prestar orientações técnicas relativas à sua área de atuação;

XII - elaborar instruções técnicas de execução orçamentária e financeira;

XIII - acompanhar e extrair informações do sistema de custos do Cade; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Logística, no seu campo de atuação.

Art. 22. Ao Serviço de Contabilidade compete:

I - acompanhar o lançamento da conformidade de registro de gestão do Cade;

II - analisar as contas, balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis do Cade, e, caso necessário, orientar ou realizar as regularizações contábeis de eventuais inconsistências;

III - orientar e apoiar tecnicamente os ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda;

IV - realizar a conformidade contábil e de operadores do Cade dos registros no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG;

V - emitir manifestação quanto ao ingresso dos recursos por meio de taxa processual para análise dos Atos de Concentração;

VI - cadastrar e manter senhas de acesso para os operadores do Cade nos sistemas estruturantes;

VII - inserir informações de fornecedores inadimplentes no sistema CADIN;

VIII - atender às demandas especiais de informações contábeis e de custos de natureza especial;

IX - analisar as demonstrações contábeis e preparar declaração do contador e relatórios destinados a compor o Relatório de Gestão;

X - efetuar registro contábil de pessoas físicas ou jurídicas em débito com a União;

XI - elaborar, trimestralmente, a Revisão Analítica e Notas Explicativas referentes às Demonstrações Contábeis do Cade, a fim de subsidiar informações para o Órgão Central de Contabilidade Federal; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Coordenador de Finanças, no seu campo de atuação.

Art. 23. À Coordenação de Logística compete:

I - coordenar e executar as atividades relativas à administração predial, tais como, manutenção, segurança, obras e serviços de engenharia, serviços de transportes, telefonia, limpeza e conservação;

II - coordenar e executar a concessão de diárias e passagens;

III - coordenar, orientar e avaliar a conformidade dos procedimentos administrativos das áreas de licitação e contratos;

IV - elaborar o Plano Anual de Aquisições e Contratações em conjunto com a Coordenação-Geral de Orçamento Finanças e Logística;

V - monitorar o desenvolvimento das atividades de fiscalização de serviço dos contratos;

VI - coordenar as atividades relativas à administração do almoxarifado, provendo todo suprimento necessário;

VII - coordenar a gestão de patrimônio;

VIII - propor normas e orientações voltadas para a padronização, melhoria e conformidade das atividades da Coordenação; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Logística, no seu campo de atuação.

Art. 24. Ao Serviço de Compras compete:

I - executar o Plano Anual de Aquisições e Contratações;

II - prestar apoio técnico, analisar e propor as adequações dos artefatos da contratação, notadamente, projetos básicos e termos de referência;

III - analisar os processos relacionados às licitações no âmbito do Cade;

IV - elaborar minutas de editais e de atas de registro de preços para apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade;

V - auxiliar a elaboração de respostas a questionamentos, impugnações de editais e ações correlatas, em conjunto com as unidades demandantes, pregoeiros ou comissões de licitação;

VI - instruir, analisar e executar os processos relacionados ao Sistema de Registros de Preços;

VII - prestar apoio às comissões de licitação e ao pregoeiro em suas atividades;

VIII - publicar os eventos de licitação nos meios de comunicação legalmente previstos;

IX - garantir a eficiência e a eficácia dos procedimentos licitatórios, por meio de implantação das ferramentas de monitoramento e melhoria dos processos;

X - receber, conferir e processar aquisições e contratações de serviços por dispensa e inexigibilidade, analisar o enquadramento das demandas e realizar demais procedimentos relativos às contratações diretas;

XI - examinar os pedidos de inscrição, promover o registro e a atualização de dados cadastrais de fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Coordenador de Logística, no seu campo de atuação.

Art. 25. Ao Serviço de Atendimento e Administração Predial compete:

I - fiscalizar e controlar as atividades relativas à limpeza e conservação, transporte, vigilância, brigada de incêndio, copeiragem, chaveiro, controle de acesso ao edifício, manutenção de equipamentos de ar condicionado, elevadores, telefonia e outros serviços afins;

II - executar e controlar os serviços de engenharia, de reparo, modificação e manutenção preventiva e corretiva de instalações prediais, quadros elétricos, geradores, rede de incêndio, rede lógica e telefônica e outros serviços afins;

III - elaborar os documentos de oficialização de demanda, e demais artefatos da contratação, quando for o caso;

IV - fiscalizar a execução dos contratos para prestação de serviços inerentes à sua área de competência;

V - propor e implementar rotinas visando a melhoria e a racionalização dos serviços com economicidade dos recursos;

VI - controlar o consumo de energia elétrica, água e esgoto e propor medidas de economia e controle do desperdício, visando à sustentabilidade;

VII - avaliar, propor e executar a ocupação ou readequação do uso dos espaços físicos, no âmbito do Cade;

VIII - fiscalizar a execução dos contratos para prestação de serviços de fornecimento de passagens nacionais e internacionais, no âmbito do Cade;

IX - acompanhar e analisar as prestações de contas de viagens, no âmbito do Cade; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Coordenador de Logística, no seu campo de atuação.

Art. 26. Ao Serviço de Materiais e Patrimônio compete:

I - gerir os materiais de consumo e bens móveis do Cade;

II - elaborar os documentos de oficialização de demanda, e demais artefatos da contratação, para as contratações afins ao Serviço;

III - receber, conferir, aceitar, atestar, guardar, distribuir, registrar a entrada, classificar, armazenar, e distribuir os materiais de consumo e bens patrimoniais;

IV - fixar e manter os estoques mínimos de materiais de consumo;

V - informar, tempestivamente, sobre as necessidades de aquisição de suprimentos e bens patrimoniais, promovendo a racionalização e a otimização dos recursos;

VI - elaborar o Relatório Mensal de Almoxarifado - RMA contemplando entradas e saídas de materiais de consumo, bem como o Relatório Mensal de Bens - RMB contemplando entradas e saídas de bens patrimoniais;

VII - manter atualizado o cadastro dos bens patrimoniais e os termos de responsabilidade;

VIII - realizar as movimentações de mobiliário e equipamentos;

IX - propor medidas para os casos de dano, desaparecimento, extravio ou outras irregularidades relacionadas à guarda ou uso de bens patrimoniais e materiais;

X - apoiar a elaboração de inventários, anuais ou periódicos;

XI - recomendar o desfazimento de material ou bem móvel inservível ou fora de uso;

XII - operar o sistema de administração de suprimentos e patrimônio, mantendo atualizados o controle físico e financeiro;

XIII - manter atualizado o registro dos servidores credenciados a requisitar materiais de expediente;

XIV - propor a instituição de comissão de desfazimento, comissão de inventário geral e comissão de incorporação no âmbito do Cade;

XV - realizar o cadastramento e tombamento dos equipamentos e materiais permanentes, bem como manter controle de sua distribuição;

XVI - elaborar Termos Circunstanciados Administrativos, nos termos da Instrução Normativa nº 4, de 17 de fevereiro de 2009, da CGU;

XVII - providenciar a recuperação dos bens móveis, quando possível; e

XVIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Coordenador de Logística, no seu campo de atuação.

Art. 27. Ao Serviço de Gestão de Contratos compete:

I - realizar todas as atividades relacionadas a gestão de contratos, inclusive o monitoramento da fiscalização administrativas dos contratos do Cade;

II - fornecer informações gerais dos contratos;

III - analisar e executar os procedimentos administrativos relacionados à prorrogação de vigência, acréscimos e supressões contratuais, rescisões e alterações contratuais;

IV - analisar a entrega de garantias contratuais bem como a solicitação de restituição destas, verificando junto ao fiscal o cumprimento regular dos termos contratuais;

V - subsidiar a análise dos cálculos relativos ao reajuste de preços, à repactuação, ao reequilíbrio econômico-financeiro dos serviços continuados, bem como instruir processos para encaminhamento à Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade;

VI - elaborar minutas de contratos, termos aditivos e outros congêneres, encaminhando-os à apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade;

VII - subsidiar a análise da emissão de atestado de capacidade;

VIII - realizar a gestão e instrução de processos de apuração de responsabilidade contratuais, bem como instruir a execução de garantias contratuais, quando for o caso;

IX - gerenciar as atas de registro de preço em que o Cade atue como órgão gerenciador;

X - garantir a eficiência e a eficácia dos processos, por meio da implantação das ferramentas de monitoramento e melhoria dos processos; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Coordenador de Logística, no seu campo de atuação.

Subseção II

Das unidades administrativas da Auditoria

Art. 28. Ao Serviço da Auditoria compete:

I - apresentar nível de excelência e profissionalismo no desempenho de suas funções, realizando avaliações independentes, de forma imparcial e isenta, sem influência de seus interesses ou de terceiros na formação de juízos, evitando situações de conflito de interesses ou quaisquer outras que afetem sua objetividade, de fato ou na aparência, ou comprometam seu julgamento profissional;

II - executar as atividades de avaliação e consultoria demandadas pelo Auditor-Chefe, visando o pleno cumprimento dos objetivos previstos no Paint, em conformidade com as diretrizes, normas e procedimentos nacionais e internacionais, especialmente do The IIA;

III - elaborar o planejamento das atividades de auditoria com base nos riscos e controles dos processos organizacionais;

IV - elaborar os papéis de trabalho para todas as etapas da auditoria, quais sejam, planejamento, execução e monitoramento, conforme as diretrizes nacionais e internacionais;

V - manter diálogo constante com os responsáveis pelos processos organizacionais avaliados, desde o planejamento até elaboração do relatório, visando a busca conjunta

de soluções para otimizar esforços e elaborar recomendações focadas nas causas dos riscos identificados;

VI - elaborar informes precisos, objetivos, claros, concisos, construtivos, completos e tempestivos;

VII - proceder aos ajustes necessários na condução das atividades de auditoria decorrentes da supervisão;

VIII - manter-se atualizado com relação ao negócio do Cade e ao conjunto de conhecimentos, normas, técnicas, procedimentos, metodologias e ferramentas de auditoria interna nacional e internacionalmente aceitos, especialmente as do The IIA;

IX - zelar pelo aperfeiçoamento contínuo de seus conhecimentos e habilidades técnicas e comportamentais necessárias à auditoria; e

X - cumprir com os requisitos previstos no Programa de Garantia da Qualidade e Melhoria (PGQM).

Subseção III

Das unidades administrativas da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade

Art. 29. Ao Serviço de Estudos e Pareceres compete, além das tarefas ordinárias referentes ao setor, assistir e auxiliar o Procurador-Chefe e o Procurador-Chefe Adjunto em demandas por estudos e pareceres em temas relacionados à atividade finalística do Cade.

Art. 30. À Coordenação de Matéria Administrativa:

I - elaborar manifestações jurídicas sobre:

a) regularidade das licitações realizadas pelo Cade;

b) contratos administrativos e convênios firmados pelo Cade;

c) questionamentos específicos relativos aos recursos humanos do Cade;

d) procedimentos administrativos disciplinares instaurados no âmbito do Cade;

e) outros temas afetos à matéria administrativa da autarquia.

II - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito de suas atribuições:

a) minutas de editais de licitação, de chamamento público e instrumentos congêneres;

b) minutas de contratos e de seus termos aditivos;

c) atos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

d) minutas de convênios, instrumentos congêneres e de seus termos aditivos;

e) minutas de termos de ajustamento de conduta, de termos de compromisso e instrumentos congêneres, relacionados à matéria administrativa;

f) demais atos que demandem análise jurídica, conforme estabelecido em legislações específicas, decretos, atos normativos editados pela própria autarquia assessorada ou em outros atos normativos aplicáveis.

III - auxiliar o Procurador-Chefe e o Procurador-Chefe Adjunto na gestão administrativa interna da Procuradoria;

IV - prestar assessoramento jurídico aos órgãos do Cade em matérias administrativas;

V - fixar a orientação jurídica para a autarquia nas questões relacionadas às matérias administrativas, quando não houver orientação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral Federal sobre o assunto;

VI - auxiliar na elaboração e edição de atos normativos e interpretativos da autarquia, em articulação com os órgãos competentes da entidade, observadas orientações e entendimentos jurídicos firmados pelo Procurador-Geral Federal ou pelo Advogado-Geral da União.

Art. 31. Ao Serviço de Matéria Administrativa compete, além das tarefas ordinárias referentes ao setor, assistir e auxiliar o Coordenador de Matéria Administrativa na coordenação e supervisão das atividades da CMA.

Art. 32. À Coordenação de Contencioso Judicial compete:

I - representar o Cade perante o Poder Judiciário na postulação e na defesa dos interesses da autarquia em juízo;

II - promover execuções judiciais das decisões do Cade;

III - adotar as medidas judiciais necessárias à cessação de infrações à ordem econômica;

IV - adotar as medidas, judiciais e administrativas, necessárias à formalização de acordos judiciais;

V - avaliar e sugerir ao Procurador-Chefe a propositura de medidas judiciais em defesa dos interesses do Cade;

VI - elaborar peças processuais, memoriais e demais manifestações, relativas às ações judiciais;

VII - elaborar informações referentes a mandado de segurança e habeas data impetrados contra autoridades do Cade;

VIII - elaborar teses jurídicas e estratégias processuais, referentes às ações estratégicas, a serem submetidas à aprovação do Procurador-Chefe;

IX - realizar despachos com magistrados e desembargadores em assuntos de interesse da autarquia;

X - requerer ao Poder Judiciário mandado de busca e apreensão de objetos, papéis de qualquer natureza, assim como de livros comerciais, computadores e arquivos magnéticos de empresa ou pessoa física, no interesse de inquérito administrativo ou de processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica;

XI - interpretar as decisões judiciais no seu âmbito de atuação, especificando a força executória do julgado e fixando para a autarquia os parâmetros para cumprimento da decisão;

XII - tomar as medidas judiciais solicitadas pelo Tribunal ou pela Superintendência-Geral, necessárias à cessação de infrações à ordem econômica ou à obtenção de meio de prova para a instrução de processos administrativos de qualquer natureza;

XIII - promover acordos judiciais nos processos relativos a infrações à ordem econômica, mediante autorização do Tribunal;

XIV - definir acerca do ajuizamento de ações referentes à atividade fim da entidade;

XV - manifestar-se previamente acerca do ajuizamento de ações civis públicas e de ações de improbidade administrativa, ou de intervenção da entidade nas mesmas, ou em ações populares, observadas as diretrizes fixadas pela direção da autarquia;

XVI - manter o Procurador-Chefe informado sobre o andamento das ações e medidas judiciais; e

XVII - se manifestar, quando determinado pelo Procurador-Chefe, em demandas ligadas ou que tenham afinidade com a atividade da Coordenação do Contencioso Judicial.

Art. 33. Ao Serviço de Contencioso Judicial compete, além das tarefas ordinárias referentes ao setor, assistir e auxiliar o Coordenador de Contencioso Judicial na coordenação e supervisão das atividades da CCJ.

Seção IV

Das competências das unidades administrativas dos Órgãos Específicos e Singulares

Subseção I

Das unidades administrativas da Superintendência-Geral

Art. 34. Ao Gabinete compete assistir o Superintendente-Geral em sua representação política e social, na supervisão e na coordenação das atividades administrativas da Superintendência-Geral e no gerenciamento das atividades relativas ao acompanhamento e controle dos documentos e dos processos encaminhados à SG.

Art. 35. Às Coordenações-Gerais de Análise Antitruste compete:

I - executar os atos e procedimentos necessários à realização das competências da Superintendência-Geral, notadamente, mas não exclusivamente, as atividades de acompanhamento, investigação e instrução, bem como quaisquer outros atos e procedimentos que lhe sejam determinadas pelo Superintendente-Geral ou pelos Superintendentes-Adjuntos; e

II - desenvolver a gestão e divisão interna de tarefas entre os servidores lotados ou vinculados à Coordenação-Geral.

Art. 36. Às Coordenações de Análise Antitruste compete:

I - auxiliar na gestão e divisão interna de tarefas entre os servidores alocados nas Coordenações-Gerais de Análise Antitruste; e

II - executar quaisquer outras funções e tarefas determinadas pelos Coordenadores-Gerais de Análise Antitruste.

Subseção II

Das unidades administrativas do Departamento de Estudos Econômicos

Art. 37. À Coordenação de Estudos de Atos de Concentração compete:

I - elaborar estudos e pareceres econômicos para subsidiar a análise de atos de concentração, zelando pelo rigor e atualização técnica e científica das decisões do Cade; e

II - assessorar os órgãos do Cade na análise de atos de concentração.

Art. 38. Ao Serviço de Estudos de Mercado, Monitoramento e Avaliação de Atos de Concentração compete:

I - elaborar estudos e pareceres econômicos para monitorar e avaliar a situação de atos de concentração, zelando pelo rigor e atualização técnica e científica das decisões do Cade; e

II - assessorar os órgãos do Cade no monitoramento e avaliação de atos de concentração.

Art. 39. À Coordenação de Estudos de Condutas Anticompetitivas compete:

I - elaborar estudos e pareceres econômicos para subsidiar a análise e identificação de condutas anticompetitivas, zelando pelo rigor e atualização técnica e científica das decisões do Cade; e

II - assessorar os órgãos do Cade na análise de condutas anticompetitivas.

Art. 40. Ao Serviço de Estudos e Análise de Cartel compete:

I - elaborar estudos e pareceres econômicos para subsidiar a análise e detecção de cartéis, zelando pelo rigor e atualização técnica e científica das decisões do Cade; e

II - assessorar os órgãos do Cade na análise e identificação de cartéis.

Art. 41. À Coordenação de Estudos de Mercado e Advocacia da Concorrência compete:

I - elaborar estudos econômicos sobre defesa da concorrência, pareceres de advocacia da concorrência e estudos de mercado, zelando pelo rigor e atualização técnica e científica das decisões do Cade;

II - realizar cursos e eventos para a promoção e difusão da cultura da concorrência; e

III - assessorar os órgãos do Cade na análise e identificação de matérias de advocacia da concorrência.

Art. 42. Ao Serviço de Estudos Econômicos e Advocacia da Concorrência compete:

I - elaborar estudos econômicos sobre defesa da concorrência, pareceres de advocacia da concorrência e estudos de mercado para monitorar e avaliar a situação concorrencial de setores de interesse, zelando pelo rigor e atualização técnica e científica das decisões do Cade;

II - auxiliar na realização de cursos e eventos para a promoção e difusão da cultura da concorrência; e

III - assessorar os órgãos do Cade na análise e identificação de matérias de advocacia da concorrência.

ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO CADE

| UNIDADE | CARGO / FUNÇÃO/Nº | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO | NE/ DAS/FCPE/FG |
|---|---|---|---|
| | 1 | Presidente | NE |
| | | | |
| GABINETE | 1 | Chefe de Gabinete | DAS 101.4 |
| | 1 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
| | 1 | Assistente Técnico | DAS 102.1 |
| | | | |
| ASSESSORIA TÉCNICA | 1 | Chefe de Assessoria | DAS 101.4 |
| | | | |
| ASSESSORIA INTERNACIONAL | 1 | Chefe de Assessoria | DAS 101.4 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
| | | | |
| ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | 1 | Chefe de Assessoria | DAS 101.4 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
| | | | |
| AUDITORIA | 1 | Auditor-Chefe | FCPE 101.4 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
| | | | |
| DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Gestão Estratégica de Pessoas | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| | 1 | Assistente Técnico | DAS 102.1 |
| Serviço | 2 | Chefe | DAS 101.1 |
| | | | |
| Coordenação-Geral Processual | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Serviço | 2 | Chefe | DAS 101.1 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Serviço | 4 | Chefe | DAS 101.1 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Logística | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Serviço | 5 | Chefe | DAS 101.1 |
| | | | |
| PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO CADE | 1 | Procurador-Chefe | DAS 101.5 |
| | 1 | Procurador-Adjunto | FCPE 101.4 |
| | 1 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
| | | | |
| Coordenação de Matéria Administrativa | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
| | | | |
| Coordenação de Estudos e Pareceres | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
| | | | |
| Coordenação de Contencioso Judicial | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
| | | | |
| CORREGEDORIA | 1 | Corregedor | DAS 101.3 |
| | | | |
| SUPERINTENDÊNCIA-GERAL | 1 | Superintendente-Geral | NE |
| | 2 | Superintendente-Adjunto | DAS 101.5 |
| | 7 | Assistente | DAS 102.2 |
| | 3 | Assistente | FCPE 102.2 |
| | 10 | Assistente Técnico | DAS 102.1 |
| | 2 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
| | | | |
| GABINETE | 1 | Chefe de Gabinete | DAS 101.4 |
| | 1 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Análise Antitruste 1 | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Análise Antitruste 2 | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Análise Antitruste 3 | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Análise Antitruste 4 | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Análise Antitruste 5 | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Análise Antitruste 6 | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Análise Antitruste 7 | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Análise Antitruste 8 | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Análise Antitruste 9 | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Análise Antitruste 10 | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Análise Antitruste 11 | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| | | | |
| DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS | 1 | Economista-Chefe | DAS 101.5 |
| | 1 | Economista-Adjunto | DAS 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| Serviço | 3 | Chefe | DAS 101.1 |
| | | | |
| TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA | 6 | Conselheiro | DAS 101.6 |
| Assessoria Gabinete 1 | 1 | Chefe de Assessoria | DAS 101.4 |
| | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
| | | | |
| Assessoria Gabinete 2 | 1 | Chefe de Assessoria | DAS 101.4 |
| | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
| | | | |
| Assessoria Gabinete 3 | 1 | Chefe de Assessoria | DAS 101.4 |
| | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
| | | | |
| Assessoria Gabinete 4 | 1 | Chefe de Assessoria | DAS 101.4 |
| | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
| | | | |
| Assessoria Gabinete 5 | 1 | Chefe de Assessoria | DAS 101.4 |
| | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
| | | | |
| Assessoria Gabinete 6 | 1 | Chefe de Assessoria | DAS 101.4 |
| | 1 | Assistente | DAS 102.2 |

ANEXO III

DO QUADRO DEMONSTRATIVO DE GSISTE E GSISP DISTRIBUÍDAS AO CADE

| GRATIFICAÇÃO | SISTEMA | TIPO | QUANTIDADE | UNIDADE |
|---|---|---|---|---|
| GSISTE | Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal (SIOP) | Nível Superior | 2 | COF/CGOFL/DAP |
| | | Nível Médio | 1 | COF/CGOFL/DAP |
| | | | | |
| GSISP | Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) | Nível Superior | 1 | CGTI/DAP |

# Ministério do Meio Ambiente

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 194, DE DE 19 DE MAIO DE 2021

Institui o Comitê de Governança Digital - CGD no âmbito do Ministério do Meio Ambiente- MMA

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020, e o que consta no Processo nº 02000.007787/2019-84, resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê de Governança Digital - CGD, no âmbito deste Ministério, respeitando seus limites legais em relação à subordinação entre as entidades da Administração indireta e Administração direta, com a finalidade de planejar, coordenar e integrar as iniciativas estratégicas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e à Gestão da Informação.

Art. 2º O CGD será órgão de caráter permanente e terá funções consultivas e deliberativas, tendo como objetivo determinar as prioridades dos programas de investimentos e de custeio em TIC, bem como todas as iniciativas correlatas à Tecnologia da Informação - TI, visando a assegurar a qualidade, eficiência e eficácia das atividades e ações que dão suporte ao cumprimento da missão institucional do Ministério do Meio Ambiente.

§ 1º O disposto no caput abrange a governança de TI, conhecimento, informações, sistemas e serviços de informática, comunicação de dados, internet, intranet, extranet, segurança e identificação do suporte de TI nos processos do Ministério do Meio Ambiente.

§ 2º As ações do CGD deverão estar em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional - PEI, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC e a Estratégia de Governo Digital - EGD da administração pública federal.

Art. 3º O CGD será composto por representantes, titular e suplente, das seguintes unidades do Ministério do Meio Ambiente:

I - Secretaria-Executiva;

II - Secretaria de Biodiversidade;

III - Secretaria de Qualidade Ambiental;

IV - Secretaria de Clima e Relações Internacionais;

V - Secretaria de Áreas Protegidas;

VI - Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais;

VII - Pelo titular da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação; e

VIII - Pelo encarregado do tratamento de dados pessoais, nos termos do disposto da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 1º Os representantes serão indicados e designados em ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 2º A presidência do CGD será exercida pelo representante titular da Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente e, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por seu suplente.

§ 3º Não existindo no quadro de pessoal do órgão ou entidade cargos com os níveis hierárquicos exigidos, os representantes serão designados de acordo com o maior nível hierárquico existente na unidade.

§ 4º A participação no CGD é considerada serviço de natureza relevante interesse público e não ensejará qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º O CGD reunir-se-á, de forma ordinária, anualmente, podendo se reunir, extraordinariamente, sempre que necessário, conforme disposto em seu Regimento Interno.

§ 1º Compete à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação o apoio técnico e logístico necessário ao funcionamento do CGD.

§ 2º O CGD, a juízo do seu presidente, poderá convidar para participar das reuniões, inclusive para subsidiar suas deliberações, representantes de quaisquer órgãos ou entidades públicas, ou privadas, bem como servidores públicos ou consultores técnicos especializados no assunto a ser deliberado.

§ 3º O CGD, a juízo do seu presidente, poderá convidar um representante da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente e/ou um representante do Departamento de Gestão Estratégica, para participar das reuniões, se necessário.

§ 4º Os convidados, na forma do § 2º e 3º, farão os esclarecimentos solicitados e não terão direito a voto.

§ 5º As reuniões ordinárias e extraordinárias do CGD serão realizadas com um quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

§ 6º As convocações para reuniões de colegiados especificarão o horário de início e o horário limite de término da reunião.

§ 7º Na hipótese de a duração da reunião ser superior a 02 (duas) horas, poderá ser estabelecida uma prorrogação de igual período no qual poderão ocorrer as votações.

§ 8º As decisões do CGD, observado o disposto no § 1º do art. 6º, serão tomadas por maioria simples dos membros presentes à reunião.

§ 9º A reunião extraordinária poderá ser convocada por seu Presidente ou mediante requerimento da maioria absoluta dos membros do Comitê e acompanhada de pauta justificada.

§ 10. A reunião extraordinária será convocada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos.

Art. 5º Compete ao CGD do Ministério do Meio Ambiente:

I - aprovar o Plano de Transformação Digital, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC e o Plano de Dados Abertos;

II - monitorar e avaliar a gestão de TIC do Ministério do Meio Ambiente;

III - avaliar e deliberar sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC do Ministério do Meio Ambiente ou instrumento equivalente, bem como acompanhar sua execução;

IV - definir prioridades na formulação e execução de planos, projetos e investimentos em TIC para o Ministério do Meio Ambiente;

V - sugerir, monitorar e propor alterações à proposta orçamentária específica para as ações de TIC;

VI - monitorar as ações do Ministério do Meio Ambiente em relação à Estratégia de Governo Digital - EGD;

VII - instituir Grupos de Trabalho, em caráter temporário, para tratar de temas específicos relacionados à EGD;

VIII - orientar o estabelecimento e o funcionamento de parcerias com outros órgãos e entidades privadas e públicas em temas relacionados à governança digital, em especial o compartilhamento de bases de dados na administração pública federal;

IX - opinar, quando consultado, sobre políticas, programas, projetos e ações do MMA que possam ter influência na EGD;

X - zelar pelo alinhamento dos instrumentos de planejamento do Ministério do Meio Ambiente com a Estratégia de Governo Digital do Poder Executivo Federal, acompanhando as demais políticas e planos federais que possam impactá-la;

XI - exercer outras competências que lhe sejam atribuídas pela legislação e regulamentação aplicáveis;

XII - elaborar, alterar e aprovar seu Regimento Interno, de forma a definir os procedimentos para o seu funcionamento;

§ 1º O Grupo de Trabalho de que trata o inciso VII deste Artigo terá o mínimo de 03 (três) membros e o máximo de 07 (sete) membros.

§ 2º A duração do Grupo de Trabalho será de até 01 (um) ano, sendo este prazo improrrogável.

§ 3º Poderão existir até 08 (oito) grupos de trabalho atuando simultaneamente.

§ 4º O Regimento Interno do Comitê de que trata o inciso XII deste Artigo será aprovado em reunião ordinária com a aprovação da maioria absoluta dos membros do Comitê.

§ 5º O disposto nos incisos I a XII abrange todas as áreas de conhecimento de tecnologia da informação e comunicação para suporte aos processos e o alcance aos objetivos estratégicos do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 6º Dependerá de prévia manifestação favorável do CGD a edição:

I - do Plano de Transformação Digital;

II - do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Meio Ambiente; e

III - do Plano de Dados Abertos, nos termos do disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.

§ 1º A manifestação a que se refere o caput será objeto de deliberação dos membros referidos no inciso I a VIII do art. 3º.

§ 2º O instrumento de planejamento disposto no inciso I conterá, no mínimo, ações de transformação digital de serviços, unificação de canais digitais e interoperabilidade de sistemas.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 506, de 7 de novembro de 2019.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SALLES

## INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

### PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 13 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a elaboração e envio de consultas jurídicas à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes, regulamenta os procedimentos relativos a processos judiciais e dá outras providências. Processo SEI n. 00810.000464/2021-14.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio e o PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhes conferem os artigos 11 e 24 do Anexo I do Decreto n. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei n. 9.028, de 12 de abril de 1995; na Portaria AGU n. 1.547, de 29 de outubro de 2008, com a redação dada pela Portaria AGU n. 179, de 2 de junho de 2015; na Portaria PGF n. 603, de 2 de agosto de 2010; na Portaria PGF n., de 26 de agosto de 2013; e na Portaria PGF n. 261, de 5 de maio de 2017, resolveM:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este ato regulamentar estabelece diretrizes gerais para o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

§1º Para os efeitos desta portaria conjunta consideram-se:

I - consultoria jurídica: as atividades formalmente solicitadas pelo órgão consulente e objeto de elaboração de manifestação jurídica nos termos desta portaria conjunta;

II - assessoramento jurídico: as atividades que decorram do exercício das atribuições da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes e que não se enquadrem como consultoria jurídica em sentido estrito, tais como participações em reuniões, envio e recebimento de mensagens eletrônicas, utilização de outros meios de comunicação, promoção de capacitações, participações em grupos de trabalho, visitas ao órgão assessorado;

§2º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos previstas nesta portaria conjunta não afastam a possibilidade de serem recomendadas de ofício, pela PFE/ICMBio, providências de natureza jurídica a serem adotadas em atendimento ao interesse público e às normas vigentes, mediante elaboração de manifestação jurídica própria ou pelo exercício de atividades decorrentes do assessoramento jurídico.

Art. 2º A solicitação de consulta ou assessoramento jurídicos no âmbito do ICMBio deverá ser encaminhada à PFE/ICMBio exclusivamente pelas seguintes autoridades:

I - Presidente;
II - Chefe de Gabinete;
III - Auditor-Chefe;
IV - Corregedor;
V - Diretores;
VI - Coordenadores-Gerais;
VII - Gerentes Regionais;
VIII - Chefes de Divisão de Apoio à Gestão Regional;
IX - Coordenadores de Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação;
X - Chefe do Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade.

§1º O encaminhamento da consulta jurídica ou a solicitação de assessoramento jurídico deverá ser feito pela autoridade consulente que detenha competência para proferir decisão acerca da matéria objeto da dúvida jurídica a ser dirimida.

§2º Não são competentes para solicitar o exercício de atividade de consultoria e assessoramento jurídicos diretamente à PFE/ICMBio pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as de Direito Público.

CAPÍTULO II - DO OBJETO DA CONSULTA JURÍDICA

SEÇÃO I - DA CONSULTA OBRIGATÓRIA

Art. 3º Serão, obrigatoriamente, objeto de análise jurídica prévia e conclusiva:

I - minutas de editais de licitação elaborados com fundamento na Lei nº 8.666/93, de chamamento público e instrumentos congêneres;

II - minutas de contratos e de seus termos aditivos;

III - minutas de contratos de concessão de direito real de uso celebrados com populações tradicionais, com a União ou com outros entes;

IV - minutas de convênios, instrumentos congêneres e de seus termos aditivos;

V - minutas de termos de ajustamento de conduta, de termos de compromisso, de acordos judiciais e instrumentos congêneres;

VI - minutas de editais de concurso público ou de processo seletivo;

VII - processos administrativos de arbitragem;

VIII - minutas de atos normativos que estabeleçam direitos e obrigações de forma genérica e abstrata;

IX - processos administrativos referentes à aplicação de sanções administrativas, ressalvados os processos de auto de infração que se regerão pela regulamentação específica da matéria, no que couber.

Parágrafo único. Nos procedimentos licitatórios realizados com fundamento na Lei nº 14.133/2021, a PFE/ICMBio realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

SEÇÃO II - DA CONSULTA FACULTATIVA

Art. 4º A autoridade administrativa consulente poderá solicitar o pronunciamento da PFE/ICMBio em caso de dúvida jurídica fundada, não dirimida por orientação jurídica normativa (OJN), e que se relacione com as competências institucionais do Instituto Chico Mendes.

Parágrafo único. A consulta jurídica facultativa deve ser encaminhada à PFE/ICMBio obrigatoriamente com formulação de quesitos que se relacionem com a situação concreta abordada no processo administrativo, seguindo o modelo de formulário constante do anexo e os procedimentos delineados no capítulo III desta portaria conjunta.

CAPÍTULO III - DO PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CONSULTA JURÍDICA

Art. 5º As consultas jurídicas obrigatórias ou facultativas devem ser encaminhadas à PFE/ICMBio necessariamente pelas autoridades administrativas expressamente referidas no art. 2º desta portaria.

§1º Os servidores envolvidos na formulação e envio da consulta que tiverem conhecimento de fatos, circunstâncias, entendimentos jurídicos ou técnicos ou documentos e processos administrativos ou judiciais relevantes ao exame jurídico solicitado deverão incluir expressamente tais informações no corpo da consulta, a fim de evitar análise superficial ou incompleta por parte da Procuradoria.

§2º Além das providências indicadas no parágrafo anterior, a autoridade consulente deve indicar os números dos processos administrativos que trataram de questão semelhante, dos quais tenha conhecimento.

§3º Os servidores envolvidos na consulta deverão observar se as manifestações e documentos da competência de seu setor se encontram devidamente assinadas e com a concordância das autoridades competentes.

§4º É vedada a formação de novos autos com peças selecionadas de processo administrativo anterior com o fim de obtenção de posicionamento jurídico diverso do já exarado no processo originário.

Art. 6º As consultas jurídicas obrigatórias ou facultativas devem ser previamente cadastradas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e instruídas com os seguintes documentos:

I - nota técnica ou formulário de consulta facultativa ou despacho administrativo com fundamentação fática e técnica do órgão consulente;

II - informação sobre os atos e diplomas legais aplicáveis ao caso;

III - menção às opiniões contrárias que evidenciam a dúvida jurídica suscitada, quando for o caso; e

IV - eventuais documentos que facilitem a compreensão e o exame da matéria.

§1º A consulta jurídica facultativa deverá ser encaminhada à PFE/ICMBio obrigatoriamente na forma de quesitos precedidos de relato dos fatos e fundamentação da consulta, nos termos previstos no art. 4º, parágrafo único, desta portaria conjunta.

§2º A formulação de consulta jurídica facultativa, preferencialmente, deve se relacionar com situações concretas, que devem ser explicitadas.

§3º As minutas de atos normativos do ICMBio submetidas à análise da PFE/ICMBio deverão conter, caso modifiquem norma anterior, as indicações dos dispositivos que sofreram alteração, com a respectiva nota explicativa de sua origem.

Art. 7º Os processos administrativos que tratem de licitações, contratos administrativos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres devem ser instruídos com os documentos que comprovem o atendimento dos requisitos previstos nas listas de verificação (checklist) disponibilizadas pela Advocacia-Geral da União de acordo com o objeto de cada processo.

§1º Caberá ao servidor responsável pela análise do processo justificar o não cumprimento dos requisitos nos casos em que não seja aplicável a exigência ao caso concreto.

§2º As listas de verificação (checklist) devem constar do processo administrativo, não podendo ser alteradas para o caso concreto.

Art. 8º Os servidores deverão utilizar, nos procedimentos licitatórios, as minutas-padrão disponibilizadas pela Advocacia-Geral da União nos mesmos moldes previstos no artigo anterior.

Parágrafo único. Qualquer modificação efetivada pela área técnica nas minutas-padrão deve ser apontada, quando do encaminhamento dos autos à PFE/ICMBio.

Art. 9º Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial estão dispensados de análise individualizada pela PFE/ICMBio, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação, conforme previsto na Orientação Normativa AGU nº 55, de 23.05.2014; Portaria PGF nº 262, de 05.05.2017 e no art. 16, inciso VI, da Portaria nº 00005/2020/GABINETE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, de 13.11.2020.

Art. 10 Os processos administrativos encaminhados à PFE/ICMBio com instrução parcial ou insuficiente, sem enumeração especificada das questões jurídicas a serem esclarecidas, serão devolvidos ao órgão consulente, por cota, sem manifestação meritória, a fim de que seja providenciada a correta instrução processual, nos termos deste capítulo.

CAPÍTULO IV - DO PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Art. 11 As autoridades administrativas elencadas no artigo 2º desta portaria conjunta poderão solicitar, através de mensagem eletrônica encaminhada para o e-mail institucional procuradoria@icmbio.gov.br, assessoramento jurídico quando se tratar:

I - de dúvidas jurídicas sem complexidade, que possam ser dirimidas sem necessidade de elaboração de manifestação jurídica própria, quando não aplicável o disposto no capítulo II desta portaria conjunta;

II - de fases iniciais de discussão interna sobre atos administrativos que venham a ser posteriormente encaminhados para apreciação na forma de consulta jurídica, quando necessária ou recomendável a participação prévia da PFE/ICMBio;

III - de acompanhamento de servidores em reuniões internas ou externas;

IV - de acompanhamento de trabalhos desenvolvidos por grupos de servidores previamente constituídos.

Art. 12 Os pedidos de reunião por parte das autoridades administrativas elencadas no artigo 2º desta portaria conjunta, sempre que possível, devem ser encaminhados por escrito, com a devida antecedência, preferencialmente por meio do e-mail institucional procuradoria@icmbio.gov.br, contendo as seguintes informações:

I - número do processo administrativo, se houver;

II - assunto e identificação da manifestação jurídica, se houver; e

III - questão de fato e de direito que caracterizam a dúvida objeto da demanda de reunião.

Parágrafo único. O registro de reunião, a ser inserido no Sistema Sapiens, deverá ser feito por meio de ata ou relatório, onde serão registrados os debates, as deliberações e as providências futuras, com a indicação dos prazos e dos responsáveis.

Art. 13 A designação de procuradores para participação em reuniões é ato discricionário do Procurador-Chefe da PFE/ICMBio, observada, quando for o caso, a especialização das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da PFE/ICMBio, nos termos previstos na Portaria nº 00005/2020/GABINETE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, alterada pela Portaria nº 00006/2020/GABINETE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU e pela Portaria nº 00001/2021/GABINETE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU.

CAPÍTULO V - DOS PRAZOS DE ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES JURÍDICAS

Art. 14 A manifestação jurídica em sede de consulta obrigatória deverá ser emitida no prazo máximo de 12 (doze) dias, salvo comprovada necessidade de maior prazo, contados a partir da data de recebimento do processo administrativo pelo procurador oficiante, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§1º A manifestação jurídica em sede de consulta facultativa deverá ser emitida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, salvo comprovada necessidade de maior prazo, contados a partir da data de recebimento do processo administrativo pelo procurador oficiante, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§2º Na hipótese de o procurador ao qual for distribuído o processo reputar indispensável, previamente à análise jurídica cabível, a realização de diligências, deverá propô-las no prazo de até 3 (três) dias do recebimento dos autos, por meio de cota.

§3º Havendo a necessidade de dilação dos prazos referidos neste artigo, deverão ser considerados a complexidade jurídica da matéria, a frequência com que o tema é analisado, os valores envolvidos e a quantidade de documentos sob análise.

§4º Em situações excepcionais, quando não for possível o cumprimento dos prazos acima referidos, o procurador deverá indicar, no início de sua manifestação jurídica, os motivos que levaram à necessidade de extrapolação do prazo na sua manifestação jurídica.

Art. 15 A manifestação jurídica em sede de consulta obrigatória deverá ser submetida ao coordenador nacional da respectiva área temática para apreciação, que se formalizará mediante despacho, no prazo máximo de 3 (três) dias, nos termos previstos no artigo 14 da Portaria nº 00005/2020/GABINETE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU.

§1º Nos casos em que a manifestação jurídica em sede de consulta obrigatória também deva ser submetida à prévia aprovação do Procurador-Chefe da PFE/ICMBio, nos termos previstos no artigo 15 da Portaria nº 00005/2020/GABINETE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, o prazo para sua manifestação será de até 3 (três) dias.

§2º A manifestação jurídica em sede de consulta facultativa deverá ser submetida ao coordenador nacional da respectiva área temática para apreciação, que se formalizará mediante despacho, no prazo máximo de 10 (dez) dias, nos termos previstos no artigo 14 da Portaria nº 00005/2020/GABINETE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU.

§3º Nos casos em que a manifestação jurídica em sede de consulta facultativa também deva ser submetida à prévia aprovação do Procurador-Chefe da PFE/ICMBio, nos termos previstos no artigo 15 da Portaria nº 00005/2020/GABINETE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, o prazo previsto no §2º será de até 5 (cinco) dias, tendo o Procurador- Chefe igual prazo para sua manifestação.

Art. 16 As autoridades administrativas referidas nos incisos I, V e VII do artigo 2º desta portaria conjunta podem requerer que a manifestação jurídica seja emitida pela PFE/ICMBio em prazo inferior aos previstos nos artigos 14 e 15 deste capítulo, desde que presentes razões de urgência ou prioridade devidamente demonstradas nos autos administrativos mediante despacho formal e fundamentado.

§1º Os pedidos de emissão de manifestação jurídica em prazo inferior aos previstos nos artigos 14 e 15 desta portaria conjunta devem ser previamente analisados e deferidos pelo Procurador-Chefe da PFE/ICMBio.

§2º Caso acolhido o pedido referido no parágrafo anterior, o Procurador-Chefe da PFE/ICMBio encaminhará os autos à coordenação temática pertinente fixando prazo específico inferior aos previstos nos artigos 14 e 15 desta portaria conjunta ou reduzindo-o caso o prazo já esteja em curso.

§3º Caso o procurador responsável pela manifestação verifique que não será possível concluir a manifestação no prazo fixado deverá solicitar à chefia, com a antecedência devida e de forma motivada, a sua dilação.

CAPÍTULO VI - DA REQUISIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA DEFESA JUDICIAL DOS DIREITOS E INTERESSES DO INSTITUTO CHICO MENDES

Art. 17 Os elementos de fato necessários para subsidiar a defesa judicial dos direitos e interesses do Instituto Chico Mendes serão prestados direta e exclusivamente pelas assessorias das seguintes Diretorias:

I - Criação e Manejo de Unidades de Conservação - DIMAN;

II - Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação - DISAT;

III - Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - DIBIO;

IV - Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN.

§1º Nas ações que envolvam questões relativas a pessoal, os elementos de fatos necessários para subsidiar a defesa do ICMBio serão prestados direta e exclusivamente pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP.

§2º No âmbito das unidades descentralizadas do Instituto Chico Mendes (Gerências Regionais), os elementos de fato necessários para subsidiar a defesa judicial do ICMBio serão prestados direta e exclusivamente pelos Gerentes Regionais Substitutos.

Art. 18 Incumbe às assessorias das Diretorias e aos Gerentes Regionais Substitutos, os quais atuarão como pontos focais:

I - receber e triar as requisições de elementos de fato necessários para subsidiar a defesa judicial do ICMBio;

II - dialogar e articular com as áreas técnicas competentes a fim de produzir os elementos de fato objeto da requisição;

III - controlar, supervisionar e monitorar a produção tempestiva dos elementos de fato objeto da requisição;

IV - organizar, compilar e consolidar os elementos de fato objeto da requisição;

V - encaminhar no prazo fixado pelo procurador oficiante os elementos de fato objeto da requisição à PFE/ICMBio através do Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS).

Art. 19 Consideram-se elementos de fato aqueles constituídos pelos fatos e atos jurídicos relacionados à pretensão deduzida em juízo, tais como:

I - documentos físicos ou eletrônicos referentes à pretensão deduzida em juízo que contenham, entre outros dados: cálculos e planilhas de pagamentos realizados, indicação de valores atrasados ou administrativamente reconhecidos, registros de restituições implantadas em folha de pagamento ou quaisquer outros lançamentos;

II - originais ou cópias, autenticadas ou não, de processos administrativos, contratos, fichas financeiras, requerimentos administrativos, documento que contenha qualificação funcional de servidor ou quaisquer outros registros, inclusive gráficos;

III - informações e esclarecimentos sobre procedimentos adotados pelo administrador em processo administrativo, motivação e fundamento legal da adoção de determinado enquadramento jurídico na situação em litígio e quaisquer outros elementos, atos, fatos ou circunstâncias que mereçam registro;

IV - notas técnicas, pareceres técnicos, laudos periciais.

§1º Entre os elementos de fato incluem-se as provas que puderem ser produzidas, inclusive a pericial.

§2º Os subsídios prestados pelas áreas técnicas serão enviados à PFE/ICMBio após expressa decisão da respectiva autoridade superior, aprovando-os, no todo ou em parte, com ou sem complementação, ou deixando de aprová- los, caso em que deverá apresentar as informações substitutivas.

Art. 20 Os elementos de fato objeto da requisição deverão ser prestados no prazo fixado pelo procurador oficiante, levando em conta o prazo estabelecido pelo órgão de representação judicial do ICMBio.

§1º Na hipótese de o servidor responsável (ponto focal) ao qual for distribuída a requisição reputar indispensável, previamente à prestação dos elementos de fato objeto da requisição, a realização de diligências, deverá propô-las no prazo de até 3 (três) dias do recebimento da requisição, por meio de despacho administrativo motivado e fundamentado.

§2º Em situações excepcionais, quando não for possível atender a requisição dentro do prazo fixado pelo procurador oficiante, o servidor responsável (ponto focal) poderá requerer dilação de prazo, desde que mediante despacho formal e fundamentado nos autos administrativos.

Art. 21 A requisição e a prestação de subsídios aludidos no artigo 19 visando à defesa judicial dos direitos e interesses do Instituto Chico Mendes dar-se-ão direta e exclusivamente através do Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS), sem prejuízo da utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito interna corporis dos órgãos do ICMBio.

Parágrafo único. Os servidores referidos no artigo 17 deverão ser cadastrados no Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS) para viabilizar o trânsito/fluxo de informações entre a PFE/ICMBio e os correspectivos pontos focais.

CAPÍTULO VII - DO CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS

Art. 22 As providências administrativas para o cumprimento tempestivo de decisões judiciais favoráveis ou desfavoráveis ao Instituto Chico Mendes serão adotadas direta e exclusivamente pelas assessorias das seguintes Diretorias:

I - Criação e Manejo de Unidades de Conservação - DIMAN;

II - Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação - DISAT;

III - Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - DIBIO;

IV - Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN.

§1º Nas ações que envolvam questões relativas a pessoal, as providências administrativas referidas no caput serão adotadas direta e exclusivamente pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP.

§2º No âmbito das unidades descentralizadas do Instituto Chico Mendes (Gerências Regionais), as providências administrativas referidas no caput serão adotadas direta e exclusivamente pelos Gerentes Regionais Substitutos.

Art. 23 A comunicação entre a PFE/ICMBio e as autoridades administrativas referidas no artigo anterior para adoção das providências administrativas visando o cumprimento tempestivo de decisões judiciais dar-se-á direta e exclusivamente através do Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS), sem prejuízo da utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito interna corporis dos órgãos do ICMBio.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no artigo 22 deverão ser cadastrados no Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS) para viabilizar o trânsito/fluxo de informações entre a PFE/ICMBio e os correspectivos pontos focais.

Art. 24 A comunicação de que trata o artigo 23 deverá vir acompanhada de cópias da decisão judicial, parecer de força executória e dos documentos necessários para o seu cumprimento, e conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - número do processo judicial;

II - órgão do Poder Judiciário no qual o processo tramita e que proferiu a decisão;

III - Exequibilidade da decisão judicial; e

IV - prazo ou termo final estipulado para cumprimento da decisão judicial ou se deve ser cumprida imediatamente.

§1º Para fins desta portaria conjunta, é dotada de exequibilidade a decisão judicial, desfavorável ou favorável ao ICMBio, que determine a adoção de providência administrativa para o seu cumprimento, inclusive em face da suspensão de execução, revogação, cassação ou alteração de decisão anterior, desde que não exista medida ou recurso judicial que suspenda o seu cumprimento.

§2º A exequibilidade da decisão judicial deverá ser atestada por meio de parecer de força executória, elaborado pelo órgão de representação judicial do Instituto Chico Mendes, ainda que o ICMBio não seja parte no processo judicial, e deverá conter no mínimo as informações elencadas nos incisos do caput deste artigo.

§3º Havendo necessidade de esclarecimento acerca da interpretação da decisão judicial, a pedido da autoridade administrativa responsável pelo seu cumprimento, a PFE/ICMBio solicitará ao órgão de representação judicial do Instituto Chico Mendes a elaboração de manifestação complementar sobre a sua exequibilidade.

§4º Nas ações judiciais que envolvam questão relativa à matéria de pessoal, além das informações e dos documentos referidos nos incisos do caput deste artigo, é necessária a remessa dos seguintes documentos:

I - mandado de intimação, notificação ou citação;

II - cópia da petição inicial;

III - recursos interpostos, se houver; e

IV - certidão de trânsito em julgado, se houver.

§5º A comunicação acerca de decisões judiciais que impliquem pagamento ou inclusão em folha será acompanhada, quando constar dos autos, dos elementos que possibilitem a inclusão do beneficiado no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), notadamente:

I - relação dos beneficiários e respectivos número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) válido;

II - número de conta-corrente ativa em nome do beneficiado;

III - cópia de documento de identidade, da certidão de casamento, do atestado de óbito ou de certidão de nascimento; e

IV - outros documentos necessários relacionados especificamente à demanda.

§6º Se o interessado deixar de atender solicitação do ICMBio na via administrativa para apresentar os documentos aludidos no §5º, a PFE/ICMBio solicitará ao órgão de representação judicial do Instituto Chico Mendes que requeira a sua apresentação em juízo.

Art. 25 O procurador oficiante fixará o prazo para cumprimento da decisão judicial favorável ou desfavorável ao Instituto Chico Mendes, levando em conta o prazo constante da decisão judicial e/ou o prazo estabelecido pelo órgão de representação judicial do ICMBio.

§1º Caso o prazo fixado seja insuficiente para o efetivo e tempestivo cumprimento da decisão judicial, a autoridade administrava responsável pela adoção das providências deverá solicitar dilação do prazo, por meio de despacho administrativo motivado e fundamentado, em até 3 (três) dias a contar do recebimento da comunicação.

§2º Em situações excepcionais, quando não for possível o cumprimento da decisão judicial no prazo fixado pela PFE/ICMBio, o servidor responsável (ponto focal) deverá indicar os motivos que levaram à necessidade de extrapolação do prazo para cumprimento da decisão judicial.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a PORTARIA PRESI Nº 07, de 31 de janeiro de 2014, publicada no DOU nº 25, Seção 1, págs. 54/55, de 05/02/2014, exceto o capítulo IV (artigos 18, 19, 20 e 21) que permanecerão em vigor até que ato normativo específico venha a regulamentar a matéria.

Art. 27 Esta portaria conjunta entre em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

FERNANDO CESAR LORENCINI
Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

DILERMANDO GOMES DE ALENCAR
Procurador-Chefe Nacional da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA CONSULTA JURÍDICA FACULTATIVA
Número do Processo Administrativo: Assunto:
Interessado(s):
Relato dos Fatos:
Fundamentação:
Os servidores envolvidos na formulação e envio da consulta têm conhecimento dos fatos, circunstâncias, entendimentos jurídicos ou técnicos ou documentos e processos administrativos ou judiciais relevantes ao exame jurídico solicitado? Se sim, explicitar.
Sim ( )
Não ( )
Se sim, especificar:
Quesitos da consulta:
Responsáveis pela consulta: Formuladores da consulta:
Data:
Assinaturas
Manifesto concordância com os termos da consulta.
Data:
Assinatura

# Ministério de Minas e Energia

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 513, DE 14 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 3º-A, inciso II, e 26, inciso III, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 21, § 2º, do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, nas Portarias nº 596, de 19 de outubro de 2011, nº 339, de 15 de agosto de 2018, e nº 418, de 19 de novembro de 2019, e o que consta no Processo nº 48340.000136/2021-28, resolve:

Art. 1º Autorizar a Czarnikow Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.794.616/0001-20, com Sede na Rua Fidêncio Ramos, nº 308, Conjunto 64, Torre A, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, doravante denominada Autorizada, a importar e a exportar energia elétrica interruptível com a República Argentina e com a República Oriental do Uruguai, devendo observar as Diretrizes estabelecidas nas Portarias nº 339, de 15 de agosto de 2018, e nº 418, de 19 de novembro de 2019.

§ 1º A importação e a exportação com a República Argentina deverão ocorrer por meio das Estações Conversoras de Frequência de Garabi I e II, até 2.200 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizadas no Município de Garruchos, e da Conversora de Frequência de Uruguaiana, até 50 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina.

§ 2º A importação e a exportação com a República Oriental do Uruguai deverão ocorrer por meio da Estação Conversora de Frequência de Rivera, até 70 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada na fronteira dos Municípios de Rivera, Uruguai, e Santana do Livramento, Brasil, e da Estação Conversora de Frequência de Melo, até 500 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada no Município de Melo, Uruguai, próximo da fronteira com o Município de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

§ 3º A importação e a exportação com a República Oriental do Uruguai por meio das Estações Conversoras de Frequência de Rivera e de Melo deverão ser precedidas de Autorização ou Contrato para utilizar as respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito de que tratam a Resolução ANEEL nº 153, de 23 de maio de 2000, e a Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.280, de 23 de fevereiro de 2010.

§ 4º A Autorização de que trata o caput terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º A importação e a exportação de energia elétrica de que trata esta Autorização não deverão afetar a segurança eletroenergética do Sistema Interligado Nacional - SIN, segundo os critérios utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Parágrafo único. A energia importada será destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos e condições estabelecidos na Portaria nº 339, de 2018.

Art. 3º As transações decorrentes da importação e da exportação de energia elétrica, objetos desta Autorização, deverão atender as seguintes condições:

I - as estabelecidas nas Portarias nº 339, de 2018, e nº 418, de 2019;

II - as definidas pelo Poder Concedente, nos termos do art. 4º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

III - a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004;

IV - as disposições contidas nas Regras e Procedimentos de Comercialização; e

V - o disposto nas Resoluções Normativas ANEEL nº 225, de 18 de julho de 2006, e nº 783, de 26 de setembro de 2017.

Parágrafo único. A exportação de energia elétrica não poderá produzir majoração dos custos do setor elétrico brasileiro.

Art. 4º Sem prejuízo de outras obrigações e encargos estabelecidos, a Autorizada fica obrigada a cumprir os seguintes requisitos:

I - pagar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, nos prazos e nas condições estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - submeter-se à fiscalização da ANEEL;

III - submeter-se a toda e qualquer regulamentação de caráter geral que venha a ser estabelecida, especialmente àquelas relativas à importação, exportação e comercialização de energia elétrica;

IV - ingressar com pedido de adesão à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, no prazo de dez dias úteis após a publicação da Autorização de importação e exportação;

V - informar mensalmente à ANEEL no prazo de quinze dias após a contabilização da CCEE, todas as transações de importações e exportação realizadas, indicando os montantes, a origem da energia vendida e a identificação dos compradores;

VI - cumprir os procedimentos administrativos previstos na legislação que regem a importação e a exportação de energia elétrica;

VII - honrar os encargos decorrentes das operações de importação e exportação de energia elétrica de que trata esta Portaria;

VIII - contabilizar, em separado, as receitas, as despesas e os custos incorridos com as atividades de importação e exportação Autorizadas, de acordo com os princípios contábeis praticados pelo Setor;

IX - efetuar o pagamento dos encargos de Acesso e Uso dos Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica decorrentes da Autorização, nos termos da regulamentação específica, quando couber;

X - atender, no que couber, às obrigações tributárias, aduaneiras e de natureza cambial, relativas às atividades de importação e exportação de energia elétrica; e

XI - manter regularidade fiscal durante todo o período da Autorização, estando sujeita às penalidades previstas na regulamentação.

Art. 5º A importação e a exportação de energia elétrica, de que trata esta Portaria, deverão ser suportadas pelos seguintes Contratos:

I - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST;

II - Autorização ou Contrato para utilizar as Instalações de Transmissão de Interesse Restrito de que tratam a Resolução ANEEL nº 153, de 23 de maio de 2000, e a Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.280, de 23 de fevereiro de 2010;

III - para atendimento à importação, quando aplicável:

a) Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com os Geradores da República Argentina; e

b) Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com os Geradores da República Oriental do Uruguai;

IV - para atendimento à exportação, quando aplicável:

a) Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com os agentes termoelétricos para estar apto a apresentar oferta às partes importadoras; e

b) Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com os compradores da energia elétrica exportada.

§ 1º A Autorizada deverá apresentar à ANEEL os Contratos referidos nos incisos I e II até trinta dias após sua celebração.

§ 2º Os Contratos referidos nos incisos III e IV deverão ser registrados na ANEEL e na CCEE, em conformidade com a regulamentação.

Art. 6º A presente Autorização poderá ser revogada na ocorrência de qualquer uma das seguintes situações:

I - comercialização de energia elétrica em desacordo com a legislação ou regulamentação aplicável;

II - descumprimento das obrigações decorrentes da Autorização;

III - transferência, a terceiros, de bens e instalações utilizados no intercâmbio de energia elétrica, necessários ao cumprimento dos Contratos celebrados, sem prévia e expressa Autorização; e

IV - a qualquer momento, no interesse da Administração Pública.

Parágrafo único. A revogação da Autorização não acarretará para o Poder Concedente ou para a ANEEL, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade com relação a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela Autorizada com terceiros, inclusive os relativos aos seus empregados.

Art. 7º A CCEE e o ONS deverão disponibilizar, respectivamente, as regras e procedimentos de comercialização específicos para a contabilização e liquidação da energia a ser importada e exportada, os procedimentos operativos específicos, bem como celebrar acordos operacionais aderentes que permitam a importação e exportação de energia elétrica, conforme disposto nesta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria Normativa nº 1/GM/MME, de 7 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 6, de 11 de janeiro de 2021, Seção 1, páginas 39 a 43, no art. 11, § 1º, inciso II, alínea "d", onde se lê: "d) na modalidade disponibilidade, para empreendimentos termelétricos a biomassa, com período de suprimento entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2044.", leia-se: "d) na modalidade disponibilidade, para empreendimentos termelétricos a biomassa, com período de suprimento entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2044.".

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

### DESPACHO N° 1.386, DE 18 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003681/2020-13, decide (i) declarar, por exaurimento da finalidade, a perda de objeto do Requerimento Administrativo, interposto pela CEB Distribuição S.A. ("CEB-D"), nos termos do art. 14 da Norma de Organização ANEEL n° 001, aprovada pela Resolução Normativa n° 273, de 2007, e (ii) arquivar o referido Processo Administrativo.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

### RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Autorizativa nº 9.828, de 30 de março de 2021, constante do Processo nº 48500.006373/2019-06, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, cujo resumo foi publicado no DOU de 8 de abril de 2021, seção 1, p. 105, v. 159, n. 65, onde se lê: "Art. 2º (...) e 01 de 230 kV e 930 MVA (...)", leia-se: "Art. 2º (...) e 01 (um) de 230/500 kV e 930 MVA (...)".

### RETIFICAÇÃO

Na íntegra das Resoluções Autorizativas nº 9.829 a nº 9.842, de 30 de março de 2021, constante dos Processos nº 48500.006372/2019-53, 48500.006371/2019-17, 48500.006374/2019-42, 48500.006360/2019-29, 48500.006362/2019-18, 48500.006370/2019-64, 48500.006369/2019-30, 48500.006368/2019-95, 48500.006367/2019-41, 48500.006366/2019-04, 48500.006365/2019-51, 48500.006364/2019-15, 48500.006363/2019-62, 48500.006361/2019-73, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, cujo resumo foi publicado no DOU de 8 de abril de 2021, seção 1, p. 105, v. 159, n. 65, onde se lê: "Art. 2º (...) e 01 (um) de 230 kV e 930 MVA (...)", leia-se: "Art. 2º (...) e 01 (um) de 230/500 kV e 930 MVA (...)".

### RETIFICAÇÃO

Na íntegra das Resoluções Autorizativas nº 9.843 a nº 9.847, de 30 de março de 2021, constante dos Processos nº 48500.005358/2019-32, 48500.006258/2019-23, 48500.006259/2019-78, 48500.006260/2019-01, 48500.006261/2019-47, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, cujo resumo foi publicado no DOU de 8 de abril de 2021, seção 1, p. 105, v. 159, n. 65, onde se lê: "Art. 2º (...) e 01 (um) de 230 kV e 930 MVA (...)", leia-se: "Art. 2º (...) e 01 (um) de 230/500 kV e 930 MVA (...)".

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

### DESPACHO Nº 1.383, DE 19 DE MAIO DE 2021

Processo nº: 48500.007834/2008-05. Interessado: Riu Chapecó Energia S.A. Decisão: registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de DRS-PCH da alteração do projeto básico da PCH Nova Erechim, com 24.001 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.SC.037124-6.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

### DESPACHO Nº 1.384, DE 18 DE MAIO DE 2021

Processo nº: 48500.002364/2001-83. Interessado: Saltinho Energética S.A Decisão: registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de DRS-PCH da alteração do projeto básico da PCH Saltinho, com 27.270 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.RS.037249-8.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

### DESPACHO Nº 1.388, DE 18 DE MAIO DE 2021

Processos nºs 48500.000939/2021-01. Interessado: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Pedra Pintada XVII, localizadas no município de Ourolândia, no estado da Bahia. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

### DESPACHO Nº 1.390, DE 18 DE MAIO DE 2021

Processo nº 48500.001563/2018-48. Interessado: Asja Pernambuco Serviços Ambientais Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da Central Geradora Termelétrica UTE Asja Jaboatão, cadastrada no CEG sob o nº UTE.RU.PE.040643-0.01. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.403, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Processo nº: 48500.001161/2021-49. Interessado: Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo I deste Despacho, visando à Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas no município de Ipupiara, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.404, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Processos nº 48500.001485/2014-58, 48500.001496/2014-38, 48500.001489/2014-36, 48500.001490/2014-61, 48500.001480/2014-25, 48500.001487/2014-47, 48500.001491/2014-13, 48500.001494/2014-49, 48500.001486/2014-01, 48500.001497/2014-82, 48500.001493/2014-02, 48500.001484/2014-11, 48500.003017/2014-18 e 48500.003016/2014-73. Interessados: Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A., Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A., Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A., Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A., Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A., Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A., Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A., Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A., Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A., Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A., Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A., Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A., Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. Decisão: indeferir o pleito de retificação do sistema de transmissão de interesse restrito das centrais localizadas nos municípios de Xique-Xique, Gentio do Oro e Itaguaçu, estado da Bahia, mencionadas no Anexo I. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.412, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Processos nº: 48500.001423/2021-75. Interessado: Graúna Geradora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo I deste Despacho, visando à Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas no município de Açu, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

**DESPACHO Nº 1.413, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.006996/2013-85, decide: liberar a unidade geradora UG1, de 419,30 kW de capacidade instalada, da UFV Indústria Becker I, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.031399-8.01, localizada no município de São José de Mipibu, estado do Rio Grande do Norte, de titularidade da empresa Indústria Becker Ltda., para início da operação comercial a partir de 20 de maio de 2021, para fins de contabilização de sua energia, nos termos do §2º do Art. 3º da Resolução Normativa nº 583, de 22 de outubro de 2013.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

**DESPACHO Nº 1.414, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.006996/2013-85, decide liberar as unidades geradoras UG1 a UG2, de 1.080,00 kW cada, totalizando 2.160,00 kW de capacidade instalada, da CGH Bandiera Ronfim, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG CGH.PH.PR.040813-1.01, localizada no Município de Corbélia, no Estado de Paraná, de titularidade da CGH Bandiera Ronfim Geração de Energia LTDA., para início da operação em teste a partir de 20 de maio de 2021.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

**DESPACHO Nº 1.374, DE 17 DE MAIO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016; e o que consta do Processo nº 48500.002273/2021-17, decide anuir previamente à celebração do Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura a ser firmado entre as partes relacionadas CPFL Energias Renováveis S.A.- CPFL Renováveis, SPEs CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda.- CPFL Piracicaba, CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda.- CPFL Morro Agudo, CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda.- CPFL Maracanaú, CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. - CPFL Sul I e CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. - CPFL Sul II, Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. - Campos dos Ventos I, Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. - Campos dos Ventos II, Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. - Campos dos Ventos III, Campos dos Ventos V Energias Renováveis Ltda. - Campos dos Ventos V, SPE Costa Branca Energia S.A. - Costa Branca, SPE Costa das Dunas Energia S.A. - Costa das Dunas, DESA Eurus I S.A. - Eurus I, DESA Eurus III S.A. - Eurus III, Eurus VI Energias Renováveis Ltda. -Eurus IV, SPE Farol de Touros Energia S.A. - Farol de Touros, SPE Figueira Branca Energia S.A. - Figueira Branca, SPE Gameleira Energia S.A. - Gameleira, SPE Juremas Energia S.A. - Juremas, SPE Macacos Energia S.A. - Macacos, Desa Morro dos Ventos I S.A. - Morro dos Ventos I, Desa Morro dos Ventos II S.A. - Morro dos Ventos II, Desa Morro dos Ventos III S.A. - Morro dos Ventos III, Desa Morro dos Ventos IV S.A. - Morro dos Ventos IV, Desa Morro dos Ventos IX S.A. - Morro dos Ventos IX, Desa Morro dos Ventos VI S.A. - Morro dos Ventos VI, SPE Pedra Preta Energia S.A. - Pedra Preta, Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. - Santa Clara I, Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. - Santa Clara II, Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. - Santa Clara III, Santa Clara IV nergias Renováveis Ltda. - Santa Clara IV, Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. - Santa Clara V, Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. - Santa Clara VI, Santa Mônica Energias Renováveis S.A. - Santa Mônica, Santa Úrsula Energias Renováveis S.A. - Santa Úrsula, Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A. - Ventos de Santo Dimas, São Benedito Energias Renováveis S.A. -Ventos de São Benedito, São Domingos Energias Renováveis S.A. - São Domingos, Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A. - Ventos de São Martinho, nos termos da proposta apresentada.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

**DESPACHO N° 1.385, DE 18 DE MAIO DE 2021**

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 4.659, de 18 de julho de 2017; considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016; e o que consta do Processo nº 48500.001688/2021-73, decide: anuir previamente ao Contrato de Prestação de Serviços a ser firmado entre a Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE (contratante) e a sua parte relacionada, a Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira (contratada), conforme proposta apresentada.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

**DESPACHO Nº 1.410, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foi delegada pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002060/2021-95, decide indeferir o pleito da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT de revisão da aplicação de Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI aplicada na indisponibilidade do disjuntor 10U4, da FT LT 500 kV Bom Despacho 3 / Jaguara - C2, ocorrida no dia 2 de agosto de 2020.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

**DESPACHO N° 1.411, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002295/2021-87, decide indeferir os pleitos da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern no sentido de: (i) não autorizar o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a reduzir o Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST a ser recontratado, para o ponto de conexão Açu II, em 138 kV, para o patamar do Montante de Uso do Sistema de Distribuição - MUSD contratado pelo cliente, de forma não onerosa; (ii) não autorizar a aplicação de redução de MUST em valores superiores a 10% (dez por cento) de forma não onerosa, para esses pontos de conexão; e (iii) não aprovar previamente a aplicação da Parcela de Ineficiência de Sobrecontratação - PIS, na proporção da diferença entre os valores de MUST contratados junto ao ONS e o MUSD contratados pela distribuidora com seus clientes.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

# AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

## GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

**DESPACHO**
Relação nº 56/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Deixar de comunicar prontamente o início ou reinício ou as interrupções dos trabalhos de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Cerâmica Zeni Ltda - 866642/15 - A.I. 1625/21
Chamiski Maquinas e Projetos e Obra Ltda me - 866489/15 - A.I. 1622/21
Giongo Imoveis Ltda - 866484/15 - A.I. 1620/21, 866485/15 - A.I. 1621/21
Laércio Rafael Ramalho - 866495/15 - A.I. 1623/21
n Dalpiaz me - 866168/16 - A.I. 1626/21
Persio Domingos Briante - 866607/15 - A.I. 1624/21

ROBERTO DA SILVA VARGAS
Gerente Regional

## GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DESPACHO**
Relação nº 14/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
896.062/2018-JOSE ELIAS GAVA- Cessionário:DANA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 04.769.029/0001-93- Alvará n°4.702/2018
896.456/2003-J.R. DONNA MECANICA LTDA.- Cessionário:R. C. FARDIN PEDRAS EIRELI- CPF ou CNPJ 39.347.943/0001-20- Alvará n°12.950/2005
896.059/2008-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA- Cessionário:AVANTI COMERCIAL EXPORTADORA S.A.- CPF ou CNPJ 23.920.889/0001-20- Alvará n°6.371/2009
896.093/2015-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA- Cessionário:AVANTI COMERCIAL EXPORTADORA S.A.- CPF ou CNPJ 23.920.889/0001-20- Alvará n°15.733/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.062/2018-JOSE ELIAS GAVA-OF. N°13400/2021-SEREM-ANM/ES
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
896.034/2018-CERÂMICA BELLACER EIRELI- Alvará n°3.930/2018 - Cessionario:896.217/2020-CERÂMICA BOA ESPERANÇA LTDA- CPF ou CNPJ 11.087.571/0001-21.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
896.117/2019-MINERACAO MONTE ALEGRE LTDA-BAIXO GUANDU/ES - Guia n° 23/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/ES-16.000t/ano-charnoquito- Vigência da Guia:Três anos a partir da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU)
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
896.156/2014-MARCOS KUSTER-OF. N°14814/2021-SEFAM-ANM/ES
896.161/2015-DELFINO PLASTER-OF. N°15037/2021-SEFAM-ANM/ES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
896.013/2013-EXTRACAO DE AREIAS ACHILLES LTDA ME-OF. N°15085/2021-SEFAM-ANM/ES
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
890.256/1987-CALEGARI GRANITOS LTDA-"Indeferimento do requerimento de pesquisa complementar protocolizado em 24/08/2016".
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
890.256/1987-CALEGARI GRANITOS LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
890.542/1989-EMPRESA DE MINERACAO LAMBARI MARMORES E GRANITOS LTDA- ALVARÁ n° 8.483/2005 - Cessionário: ZEUS MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 35.948.557/0001-33.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
896.246/2016-VISTA MAR EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA-Registro de Licença N° 9/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/ES - Vencimento em 17/09/2023.
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
896.178/2020-OCEANA MINERAIS MARINHOS LTDA
896.177/2020-OCEANA MINERAIS MARINHOS LTDA
896.175/2020-OCEANA MINERAIS MARINHOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.024/2019-GRAN CANYON MINERAÇÃO EIRELI-OF. N°15060/2021-SEREM-ANM/ES

VIRGILIO CEZAR DE MACEDO MOTA
Gerente Regional

## GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DESPACHO**
Relação nº 55/2021

Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
810.815/2018-ANELIRIA LEMKE MELZ ME
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
811.146/2016-SIDINEI LUCAS DE OLIVEIRA ME- Registro de Licença N° 006/2017 - Vencimento em 05/05/2025
810.065/1993-CENTRAL DE BRITAGEM ITAÚNA LTDA- Registro de Licença N° 921/2008 - Vencimento em 19/04/2025
810.741/2006-MINERADORA K9 EIRELI- Registro de Licença N° 59/2007 - Vencimento em 31/10/2023
810.601/2016-N DRESCH- Registro de Licença N° 218/2016 - Vencimento em 07/04/2025
810.493/2013-COMERCIAL DE AREIA PASSO DO VERDE LTDA- Registro de Licença N° 143/2013 - Vencimento em 10/05/2025
810.046/2020-JAZIDA CRISTAL EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 106/2020 - Vencimento em 04/12/2027
810.447/2017-RL MINERADORA LTDA ME- Registro de Licença N° 056/2019 - Vencimento em 26/04/2023
Instaura processo administrativo de cassação do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias.(1287)
810.719/2015-E SARTORI E CIA LTDA- NOT Nº14964/2021
Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)
810.406/2001-CONPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA - Registro de Licença N° 2219/2002 - Publicado no DOU de 26/08/2002
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
811.028/2014-SERPLAN SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA- Processo englobado:810.884/2018
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
810.884/2018-SERPLAN SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA
Determina arquivamento processo adm. cassação do Registro de Licença(1291)
810.790/2016-AG LOCAÇÃO DE MÁQUINAS EIRELI-Notificação nº 290/2020
Fase de Registro de Extração
Determina arquivamento definitivo do processo(951)
811.441/2015-MUNICIPIO DE JAGUARAO
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 03 anos(941)
810.794/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DECAPÃO DO CIPÓ-Registro de Extração N°147/2015 de 01/12/2015
810.086/2018-MUNICIPIO DE DOUTOR RICARDO-Registro de Extração N°76/2018 de 26/04/2018
811.239/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIRO BAIXO-Registro de Extração N°18/2017 de 26/04/2017
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 02 anos(940)
810.314/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO-Registro de Extração N°110/2018 de 06/08/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.301/2010-CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA PAVICON LTDA-OF. N°15268/2021
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.062/2021-CONSTRUSUL CONSTRUCOES E PAVIMENTACOES LTDA-Registro de Licença N° 77/2021 - Vencimento em 18/01/2026
810.660/2020-OSCAR VIEIRA FERREIRA EIRELI ME-Registro de Licença N° 78/2021 - Vencimento em 13/10/2023
810.080/2021-CERÂMICA RIGON LTDA ME-Registro de Licença N° 79/2021 - Vencimento em 01/02/2026
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
810.108/2020-SULMIN MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO EIRELI
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento.(165)
810.056/2020-SULMIN MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO EIRELI
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
810.157/2021-MUNICIPIO DE UNIÃO DA SERRA- Registro de Extração N°48/2021 de 18/05/2021
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
810.291/2021-MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE- Registro de Extração N°49/2021 de 18/05/2021
Outorga o Registro de Extração, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação(921)
810.293/2021-PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE- Registro de Extração N°50/2021 de 18/05/2021
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
810.290/2021-MUNICIPIO DE JAGUARAO-OF. N°15302/2021
810.309/2021-MUNICIPIO DE GRAMADO-OF. N°15309/2021

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente Regional Interino

## GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**DESPACHO**
Relação nº 42/2021

Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
848.097/2017-GMC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP-Cessionário:DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.- CNPJ 03.092.799/0001- 81-Registro de Licença N° 27/2017- Vencimento da Licença: INDETERMINADO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.079/2021-JOAO BATISTA NOGUEIRA-OF. N°14967/2021/SEFAM-RN/ANM
848.078/2021-LAUDENRIQUE DO NASCIMENTO SILVA-OF. N°15329/2021/SEFAM-RN/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.144/2020-ERICO SOARES FERNANDES-OF. N°13965/2021/SEREM-RN/ANM

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente Regional

## SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO
## DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 3 (MT, MS, GO, TO)

**DESPACHO**
Relação nº 154/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Agnaldo Raiol de Brito Moraes - 860287/19 - A.I. 1429/21
Alfa e Omega Mineração Ltda me - 860812/18 - A.I. 1438/21
Ambiental Serviço de Coleta de Resíduos Eireli - 860584/19 - A.I. 1463/21
Antonio Miguel Oliveira de Moraes - 860590/19 - A.I. 1471/21
Brasil Manganes LTDA. - 860357/19 - A.I. 1449/21, 860329/19 - A.I. 1446/21, 860307/19 - A.I. 1445/21
Construtora e Incorporadora Betel Ltda - 860016/19 - A.I. 1421/21, 860025/19 - A.I. 1424/21, 860427/19 - A.I. 1455/21
Domingos Donizete de Carvalho - 860568/19 - A.I. 1462/21
Edgar Cavalcante Medrado - 860620/19 - A.I. 1468/21
Edson da Silva - 860288/19 - A.I. 1430/21
Erivaldo Xavier Mendes - 860461/19 - A.I. 1457/21
Fabio de Castro Moura - 860326/19 - A.I. 1433/21, 860310/19 - A.I. 1432/21
Fabio Gomes Nunes - 860099/19 - A.I. 1426/21
Fabio Neves Guimaraes Filho - 860483/19 - A.I. 1459/21
Geisel Ferreira Borges - 860564/19 - A.I. 1461/21
Gilvaneto Francisco de Sales - 860160/19 - A.I. 1427/21
Italo Gouveia de Lima - 860301/19 - A.I. 1444/21
Jose Cirilo de Almeida - 860335/19 - A.I. 1447/21
Lucas Marques Ferreira - 860375/19 - A.I. 1454/21, 860437/19 - A.I. 1456/21
Luiz Antônio Monteiro - 860542/19 - A.I. 1460/21
Max Nei Nunes - 860256/19 - A.I. 1443/21, 860233/19 - A.I. 1441/21
Michel Rodrigo Rambo - 860587/19 - A.I. 1464/21, 860588/19 - A.I. 1465/21
Mineradora Estrela Ltda - 860820/18 - A.I. 1439/21
Noral Nordeste Aluminio - 860224/19 - A.I. 1440/21
Pedreira Britaminas Fortaleza Ltda - 860339/19 - A.I. 1448/21
Ranier Alves da Rocha - 860328/19 - A.I. 1434/21
Sergio Henrique Canuto de Oliveira - 860358/19 - A.I. 1435/21, 860359/19 - A.I. 1436/21, 860360/19 - A.I. 1437/21, 860361/19 - A.I. 1450/21, 860362/19 - A.I. 1451/21, 860363/19 - A.I. 1452/21
Sergio Jose Ferreira - 860092/19 - A.I. 1425/21
Seta Mineracao Ltda - 860208/19 - A.I. 1428/21
Tiago Roberto Wehr - 860462/19 - A.I. 1458/21
Uarian Ferreira da Silva - 860317/19 - A.I. 1469/21
w b s Mineração Eireli - 860589/19 - A.I. 1466/21

JANDUCI DUTRA FERNANDES
Divisão Regional

**DESPACHO**
Relação nº 157/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Adalberto Alves Moreira - 860413/18 - A.I. 1584/21, 860414/18 - A.I. 1585/21
Ama Gold Ltda - 860055/18 - A.I. 1545/21, 860056/18 - A.I. 1546/21
Antonio Eduardo Monteiro de Castro - 860634/18 - A.I. 1599/21
Areal Minas Goiás Ltda - 860132/94 - A.I. 1535/21
Atlanta Transportes Ltda - 860449/18 - A.I. 1590/21
Cicero Romão Rodrigues - 860140/18 - A.I. 1549/21
Falcon Metais Ltda - 860836/14 - A.I. 1537/21
Francisca Leila Martins Dos Santos Silva - 860075/18 - A.I. 1548/21
Hanuman Minas Ltda - 860360/17 - A.I. 1540/21
Herminea Duarte da Silva - 860433/18 - A.I. 1587/21
Jja Agropecuaria Ltda me - 861293/16 - A.I. 1539/21
José Dos Passos Lima - 860465/18 - A.I. 1592/21
Josivan Soares Pereira - 860428/18 - A.I. 1586/0
Juliano Xavier Frausino Barnabe - 860342/18 - A.I. 1583/21
Julimar Oliveira França - 860239/18 - A.I. 1580/21
Luiz Severiano Cardoso - 860571/18 - A.I. 1593/21
Mineracao Goianesia Ltda - 860722/17 - A.I. 1541/21
Mineradora Vale do Cerrado Ltda - 860943/17 - A.I. 1544/21
Prime Diamonds Mineração Ltda - 860191/15 - A.I. 1538/21
Rio Claro Mineracao e Empreendimentos Ltda - 860180/18 - A.I. 1550/21
Silvia Vaz de Almeida - 860787/17 - A.I. 1543/21
Uarian Ferreira da Silva - 861605/12 - A.I. 1536/21, 860072/18 - A.I. 1547/21
Valtenio Leonel de Souza - 860451/18 - A.I. 1591/21
Vectore Exploração Mineral Ltda - 860284/18 - A.I. 1581/21, 860285/18 - A.I. 1582/21, 860448/18 - A.I. 1589/21, 860618/18 - A.I. 1594/21
Washington Mineração LTDA. me - 860226/18 - A.I. 1579/21

JANDUCI DUTRA FERNANDES
Divisão Regional

**DESPACHO**
Relação nº 158/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Helio Antonio de Sousa me - 860732/18 - A.I. 1602/21, 860733/18 - A.I. 1603/21
Impart Consultoria e Participacoes Ltda - 860734/18 - A.I. 1604/21, 860735/18 - A.I. 1605/21, 860737/18 - A.I. 1606/21, 860738/18 - A.I. 1607/21
Lucas Marques Ferreira - 860656/18 - A.I. 1600/21
Patrícia Linhares Mendes - 860690/18 - A.I. 1601/21
Washington Mineração LTDA. me - 860486/19 - A.I. 1608/21, 860487/19 - A.I. 1609/21, 860488/19 - A.I. 1610/21, 860490/19 - A.I. 1611/21, 860491/19 - A.I. 1612/21, 860492/19 - A.I. 1613/21, 860493/19 - A.I. 1614/21, 860494/19 - A.I. 1615/21, 860495/19 - A.I. 1616/21, 860497/19 - A.I. 1617/21, 860499/19 - A.I. 1618/21, 860500/19 - A.I. 1638/21, 860501/19 - A.I. 1639/21, 860502/19 - A.I. 1640/21, 860503/19 - A.I. 1641/21, 860504/19 - A.I. 1642/21, 860505/19 - A.I. 1643/21, 860507/19 - A.I. 1644/21, 860508/19 - A.I. 1645/21, 860509/19 - A.I. 1646/21, 860510/19 - A.I. 1647/21, 860511/19 - A.I. 1648/21, 860516/19 - A.I. 1649/21

JANDUCI DUTRA FERNANDES
Divisão Regional

**DESPACHO**
Relação nº 159/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Washington Mineração LTDA. me - 860517/19 - A.I. 1650/21, 860518/19 - A.I. 1651/21, 860519/19 - A.I. 1652/21, 860520/19 - A.I. 1653/21, 860524/19 - A.I. 1654/21, 860525/19 - A.I. 1655/21, 860526/19 - A.I. 1656/21, 860529/19 - A.I. 1657/21, 860533/19 - A.I. 1658/21, 860540/19 - A.I. 1659/21, 860541/19 - A.I. 1677/21, 860633/19 - A.I. 1678/21, 860636/19 - A.I. 1679/21, 860637/19 - A.I. 1680/21, 860638/19 - A.I. 1681/21, 860639/19 - A.I. 1682/21, 860640/19 - A.I. 1683/21, 860641/19 - A.I. 1684/21, 860642/19 - A.I. 1685/21, 860643/19 - A.I. 1686/21, 860644/19 - A.I. 1687/21, 860645/19 - A.I. 1688/21, 860646/19 - A.I. 1689/21, 860647/19 - A.I. 1690/21, 860648/19 - A.I. 1691/21, 860649/19 - A.I. 1692/21, 860650/19 - A.I. 1693/21, 860651/19 - A.I. 1694/21, 860652/19 - A.I. 1695/21, 860653/19 - A.I. 1696/21, 860657/19 - A.I. 1697/21

JANDUCI DUTRA FERNANDES
Divisão Regional

## SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

**ALVARÁ Nº 3.497, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830577/2021-82-MINERACAO RIO PRETO EIRELI (Documento SEI: 2524382)

JOTÁVIO BORGES GOMES

**ALVARÁ Nº 3.498, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830580/2021-04-DEPOSITO DE AREIA DO NENE LTDA (Documento SEI: 2524384)

JOTÁVIO BORGES GOMES

**ALVARÁ Nº 3.500, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830582/2021-95-DEPOSITO DE AREIA DO NENE LTDA (Documento SEI: 2524394)

JOTÁVIO BORGES GOMES

**ALVARÁ Nº 3.499, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830579/2021-71-DEPOSITO DE AREIA DO NENE LTDA (Documento SEI: 2524392)

JOTÁVIO BORGES GOMES

**ALVARÁ Nº 3.501, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870423/2021-24-AZZURRA GRANITI EIRELI (Documento SEI: 2525117)

JOTÁVIO BORGES GOMES

**ALVARÁ Nº 3.502, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48069.826167/2021-78-APACHE MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2525469)

JOTÁVIO BORGES GOMES

**ALVARÁ Nº 3.503, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48053.820130/2021-13-CERAMICA NOVA CONQUISTA DE TATUI EIRELI (Documento SEI: 2525957)

JOTÁVIO BORGES GOMES

**ALVARÁ Nº 3.504, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810255/2021-37-ARGISUL MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2527558)

JOTÁVIO BORGES GOMES

# AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

## DIRETORIA I

## SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

## CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

**AUTORIZAÇÃO CPT-ANP Nº 276, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O COORDENADOR GERAL do CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e com base no disposto na Resolução ANP nº 804, de 20 de Dezembro de 2019, concede os registros aos produtos discriminados a seguir:

| Nº DESPACHO | RAZÃO SOCIAL DO DETENTOR | CNPJ DO DETENTOR | MARCA COMERCIAL | PROCESSO | REGISTRO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1311265 | COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S A | 33.000.092/0038-50 | MOBILTRANS HD | 48600.201215/2021-46 | 959 |
| 1320587 | YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA | 03.972.433/0001-05 | HELICOIDAL R | 48600.201183/2021-89 | 2526 |
| 1311176 | PETROS-INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA | 34.883.214/0001-75 | GULF ATF DX III | 48600.201080/2021-19 | 2660 |
| 1315559 | COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S A | 33.000.092/0038-50 | NISSAN MOTOR OIL 5W30 SN GF-5 | 48600.200804/2021-15 | 18443 |
| 1325968 | INTERLUB ESPECIALIDADES LUBRIFICANTES LTDA | 05.777.410/0001-67 | ALIPLEX EX 2 | 48600.201026/2021-73 | 19007 |
| 1317054 | PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S A | 03.613.421/0001-86 | PETRONAS TUTELA 100 EP | 48600.200239/2018-82 | 19141 |
| 1315441 | PDV BRASIL COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA | 04.780.146/0001-58 | TRANSFLUIDO DVI | 48600.200200/2019-46 | 19459 |
| 1325925 | MERITOR DO BRASIL SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA | 56.669.187/0011-47 | MERITOR 85W140 MINERAL | 48600.201243/2021-63 | 20042 |
| 1315194 | ZARABOXTER PARTICIPAÇÕES LTDA | 29.575.252/0001-20 | BOXTER ATF DEXRON III | 48600.200947/2021-19 | 20327 |
| 1313260 | FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA | 43.995.646/0001-69 | CASSIDA FLUID GL 220 | 43.995.646/0001-69 | 20605 |
| 1311691 | PAX LUBRIFICANTES LTDA | 51.866.804/0001-09 | EVORA 2T | 48600.201161/2021-19 | 20927 |
| 1309792 | INTERLUB ESPECIALIDADES LUBRIFICANTES LTDA | 05.777.410/0001-67 | ALIPLEX LT 00 | 48600.201027/2021-18 | 20949 |
| 1310750 | ZARABOXTER PARTICIPAÇÕES LTDA | 29.575.252/0001-20 | BOXTER ULTRA SINTÉTICO C-3 | 48600.200946/2021-74 | 20950 |
| 1310810 | SOUZA VAREJISTA DE LUBRIFICANTES LTDA | 34.788.415/0002-74 | STARLUB FÊNIX PLUS SEMISSINTÉTICO | 48600.200966/2021-45 | 20951 |
| 1311571 | FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA | 43.995.646/0001-69 | CASSIDA FLUID DCE 15 SPRAY | 48600.201184/2021-23 | 20952 |
| 1312220 | PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S A | 03.613.421/0001-86 | KUHN TRANSMISSION | 48600.200824/2021-88 | 20953 |
| 1315677 | PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S A | 03.613.421/0001-86 | KUHN TRANSMISSION | 48600.201097/2021-76 | 20953 |
| 1301821 | INTERLUB ESPECIALIDADES LUBRIFICANTES LTDA | 05.777.410/0001-67 | ALIPLEX LT 2 | 48600.201029/2021-15 | 20954 |
| 1308795 | SCANIA LATIN AMERICA LTDA | 59.104.901/0001-76 | SCANIA ENGINE OIL LDF-4 | 48600.201166/2021-41 | 20955 |
| 1308797 | FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA | 43.995.646/0001-69 | TITAN GT1 LL-12 FE SAE 0W-30 | 48600.201046/2021-44 | 20956 |
| 1314622 | MANOEL RENATO LOPES COSTA-ME | 30.678.739/0001-18 | THOR DEXRON III | 48600.200868/2021-16 | 20957 |
| 1315421 | ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA | 05.131.638/0001-85 | MOTORFIX FORMULA PRO 508 | 48600.201000/2021-25 | 20958 |
| 1315491 | QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA | 00.999.042/0001-88 | COMPOUND FG - 150 | 48600.200618/2021-78 | 20959 |
| 1315783 | PETROS-INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA | 34.883.214/0001-75 | GULF FDH TIPO A | 48600.201114/2021-75 | 20961 |
| 1316356 | DUNAX LUBRIFICANTES LTDA | 05.092.901/0009-21 | DULUB ULTRA TECH 5W20 | 48600.201252/2021-54 | 20962 |
| 1317515 | GOLD INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS INDUSTRIAIS EIRELI - ME | 23.342.706/0001-37 | GOLD LUBRIFICANTES 5W40 SINTETICO | 48600.201221/2021-01 | 20963 |
| 1319298 | GTOIL DO BRASIL- EIRELI | 25.080.233/0001-72 | GT OIL CVT MULTIVEHICLE | 48600.201033/2021-75 | 20964 |
| 1319576 | ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA | 05.131.638/0001-85 | MOTORFIX TRACTOR FLUID 10W30 | 48600.201139/2021-79 | 20965 |
| 1321948 | FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA | 03.470.727/0004-73 | FLUIDO MOTORCRAFT ATF MERCON ULV | 48600.201087/2021-31 | 20966 |
| 1323458 | MENZOIL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA | 06.160.091/0001-09 | DR!VE+ DEXRON III | 48600.201045/2021-08 | 20967 |
| 1323542 | ATRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA | 37.919.964/0001-48 | ATRON TURBO 15W40 CI-4 | 48600.201032/2021-21 | 20968 |
| 1323957 | FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA | 43.995.646/0001-69 | TITAN GT1 LONGLIFE IV SAE 0W-20 | 48600.201152/2021-28 | 20969 |
| 1323962 | PAX LUBRIFICANTES LTDA | 51.866.804/0001-09 | EVORA MARINE | 48600.201276/2021-11 | 20970 |
| 1324163 | PEC LUB COMERCIAL IMPORTADORA - EIRELI | 06.001.076/0001-18 | GEAR SYNTH LS | 48600.201182/2021-34 | 20971 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1324555 | MENZOIL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA | 06.160.091/0001-09 | DRIVE+ SAE 10W30 | 48600.201058/2021-79 | 20972 |
| 1324661 | MENZOIL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA | 06.160.091/0001-09 | DRIVE+ SAE 20W50 | 48600.201040/2021-77 | 20973 |
| 1326547 | LUBRI-MOTOR'S INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA | 03.324.374/0001-50 | LION FLUID MULTI ATF | 48600.201231/2021-39 | 20974 |

ALEX RODRIGUES BRITO DE MEDEIROS

## DIRETORIA II
## SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

### AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 277, DE 19 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista os documentos que constam do processos ANP nº 48610.202607/2021-11, e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a CPA Terminal Paranaguá S/A, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 24.093.861/0001-20, autorizada a construir a expansão de seu Terminal Aquaviário para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis Classes I a III (Norma ABNT NBR 17.505) localizado no município de Paranaguá, Estado do Paraná, composto pelas seguintes instalações e demais instalações complementares:

a) Tanques de armazenamento

09 (nove) Tanques na Área 2

| TAG | DIÂMETRO - m | ALTURA - m | MATERIAL | CAPACIDADE NOMINAL - m³ |
|---|---|---|---|---|
| TQ-2001 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-2002 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-2003 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-2004 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-2005 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-2006 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-2007 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-2008 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-2009 | 14,30 | 21,96 | Aço Carbono | 3.525 |

14 (onze) Tanques verticais Área 3 - Bacia 1

| TAG | DIÂMETRO - m | ALTURA - m | MATERIAL | CAPACIDADE NOMINAL - m³ |
|---|---|---|---|---|
| TQ-3001 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-3002 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-3003 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-3004 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-3005 | 14,30 | 21,96 | Aço Carbono | 3.525 |
| TQ-3006 | 10,49 | 18,00 | Aço Inoxidável | 1.550 |
| TQ-3007 | 14,30 | 21,96 | Aço Carbono | 3.525 |
| TQ-3008 | 10,49 | 18,00 | Aço Inoxidável | 1.550 |
| TQ-3009 | 20,03 | 26,90 | Aço Carbono | 8.400 |
| TQ-3010 | 21,94 | 26,90 | Aço Carbono | 10.200 |
| TQ-3011 | 20,03 | 26,90 | Aço Carbono | 8.400 |
| TQ-3012 | 21,94 | 26,90 | Aço Carbono | 10.200 |
| TQ-3013 | 20,03 | 26,90 | Aço Carbono | 8.400 |
| TQ-3014 | 21,94 | 26,90 | Aço Carbono | 10.200 |

11 (onze) Tanques verticais Área 3 - Bacia 2

| TAG | DIÂMETRO - m | ALTURA - m | MATERIAL | CAPACIDADE NOMINAL - m³ |
|---|---|---|---|---|
| TQ-3015 | 10,49 | 18,00 | Aço Inoxidável | 1.550 |
| TQ-3016 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-3017 | 21,94 | 26,90 | Aço Carbono | 10.200 |
| TQ-3018 | 10,49 | 18,00 | Aço Inoxidável | 1.550 |
| TQ-3019 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-3020 | 21,94 | 26,90 | Aço Carbono | 10.200 |
| TQ-3021 | 10,49 | 18,00 | Aço Inoxidável | 1.550 |
| TQ-3022 | 15,25 | 26,84 | Aço Carbono | 4.900 |
| TQ-3023 | 21,94 | 26,90 | Aço Carbono | 10.200 |
| TQ-3024 | 10,49 | 18,00 | Aço Inoxidável | 1.550 |
| TQ-3025 | 21,94 | 26,90 | Aço Carbono | 10.200 |

b) Plataforma Rodoviária:

Uma Plataforma Rodoviária, composta de 04 (quatro) Ilhas com 02 (duas) Baias cada, podendo ser atendidos até 08 (oito) veículos simultaneamente, na Área 3.

Art.2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art.3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

## DIRETORIA III
## SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

### DESPACHO SPC-ANP Nº 522, DE 19 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, o que consta dos Processos ANP nº 48610.000503/2013-56 e 48610.207756/2021-69, e a decisão proferida pela 2ª Vara Cível do Foro de Pirajuí da Comarca de Pirajuí do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos nº 0007190-67.2010.8.26.0453, resolve:

Fica RESTABELECIDA a Autorização ANP nº 662, de 20/08/2013, publicada no DOU em 21/08/2013, que havia ratificado a titularidade e os direitos da DESTILARIA GUARICANGA LTDA., CNPJ nº 47.807.797/0001-05, referentes à instalação produtora de etanol, com capacidade de produção de 780 m³/d de etanol hidratado e de 240 m³/d de etanol anidro, localizada na Rodovia Marechal Rondon, km 383, Fazenda Guaricanga II, São Luiz Guaricanga - SP.

HELOISA HELENA MOREIRA PARAQUETTI

## CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
## ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S/A

CNPJ nº. 42.540.211/0001-67 - NIRE nº. 33300158006

### ATA DA 45ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2021

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, às quatorze horas, na sede da Sociedade, na Rua da Candelária nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária da ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, companhia fechada, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 42.540.211/0001-67, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, representando 99,91% do seu capital social, conforme assinaturas lançadas no "Livro n.º 03 de Presença de Acionistas", folha 37 Verificada a existência de "quorum", foi eleito entre os presentes, para a presidência dos trabalhos, na forma do artigo 10 § 1º do Estatuto Social o acionista Norman Victor Walter Hime, em substituição ao Presidente do Conselho de Administração, Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira, bem como a mim, Augusto Parente Martins dos Santos, para secretário. Constituída a mesa diretora dos trabalhos, o presidente declarou instalada a 45ª Assembleia Geral Ordinária, registrando a presença do representante da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, nos termos do substabelecimento datado de 22 de abril de 2021, da Dra. Anne Margarita Cunha Baptista, OAB/RJ 81.244, à procuração lavrada no livro 4217, folha 075, ato 027, no 15º Ofício de Notas, datada de 06/04/2021, cuja cópia fica como parte integrante da presente ata, o Dr. Norman Victor Walter Hime, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 55608, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF sob nº 344.XXX.527-91, do Conselheiro Fiscal, Marcos José Lopes, e do representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PWC, Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira. Em prosseguimento, o presidente comunicou que a Assembleia foi regularmente convocada, conforme anúncios publicados no Diário Oficial da União - DOU (seção 3) nos dias 14, 15 e 16 de abril de 2021, respectivamente às folhas números 91, 100 e 113, e nas edições dos dias 14, 15 e 16 de abril de 2021 do Jornal Valor Econômico, respectivamente às páginas C5, C7 e B3, anúncios esses do seguinte teor: "EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Ficam convidados os Senhores Acionistas da Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 26 de abril de 2021, às 14 horas, na sede da Companhia, na Rua da Candelária n.º 65, 10º andar, Rio de Janeiro - RJ, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração Controles Internos e das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; 2) Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; 3) Fixação da remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva; 4) Eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e fixação da remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, observada a legislação aplicável, nos termos do inciso III do artigo 10 do Estatuto Social da Eletronuclear. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2021. Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira - Presidente do Conselho de Administração." Feita a leitura do edital de convocação, passou-se à deliberação da "ordem do dia", tendo o presidente comunicado que o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis completas com as respectivas Notas Explicativas e os pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes, relativos ao exercício de 2020, foram publicados no Diário Oficial da União - DOU (seção 1) no dia 16 de abril de 2021, às páginas 218, 219, 220, 221, 222,223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 236, 238 e 239 e, no Valor Econômico, edição do dia 16 de abril de 2021, às páginas E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17.E18, E19, E20, E21, E22, E23, E24, E25 e E26, conforme o § 3º do artigo 289 da Lei 6.404/1976. Logo após, o presidente submeteu à deliberação da Assembleia Geral os documentos relativos ao primeiro item da ordem do dia, Exame, discussão e votação do Relatório da Administração Controles Internos e das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, propondo a dispensa da leitura dos mesmos, pelo fato de serem do conhecimento dos presentes. Aprovada a proposta, a Assembleia Geral decidiu, ainda, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76, por dispensar a transcrição em ata dos referidos documentos que, então, foram identificados e autenticados para permanecerem nos arquivos da Empresa. A seguir, o representante da ELETROBRAS, acionista controlador, Norman Victor Walter Hime, votou pela aprovação do Relatório da Administração Controles Internos e as demonstrações financeiras acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nos termos da orientação da Resolução da Diretoria Executiva da Eletrobras - RES 262/2021, de 22/04/2021, cuja cópia fica anexa como parte integrante da ata. Os demais acionistas presentes acompanharam o voto do acionista controlador, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. Considerado aprovado o primeiro item, o presidente passou ao segundo item da ordem do dia, submetendo à consideração da Assembleia Geral a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com a palavra, o representante da ELETROBRAS, acionista controlador, votou pela aprovação da proposta da Companhia, conforme orientação da Resolução da Diretoria Executiva da Eletrobras - RES 262/2021, de 22/04/2021. Os demais acionistas presentes acompanharam o voto do acionista controlador, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. Em sequência, o presidente passou ao terceiro item da ordem do dia, relativo à fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. Com a palavra, o representante da ELETROBRAS, acionista controlador, votou pela aprovação da proposta da Companhia, conforme orientação da Resolução da Diretoria Executiva da Eletrobras - RES 262/2021, de 22/04/2021, a seguir transcrita. "Propor e votar na remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, conforme o Ofício SEI nº 97692/2021/ME, de 19 de abril de 2021, e a Nota Técnica SEI nº 15947/2021/ME, nos termos constantes do parágrafo 15: a. fixar em até R$ 5.494.510,04 o montante global a ser pago aos administradores, no período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022; b. fixar em até R$ 179.124,95 a remuneração total a ser paga ao Conselho Fiscal, no período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022; c. fixar os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e

benefícios; d. recomendar a observância dos limites individuais definidos pela SEST, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses, por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela anexa, atendo-se aos limites definidos na alínea "a" e "b"; e. vedar expressamente o repasse aos administradores de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT na sua respectiva data-base; f. vedar o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta Assembleia para os membros estatutários, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos da Lei nº 6.404/1976, art. 152; g. caso haja algum Diretor na situação de cedido (servidor público ou empregado de outra estatal), deverão ser observadas as disposições do Decreto nº 9.144/2017, devendo o reembolso ao cedente limitar-se ao montante individual aprovado para esse membro em Assembleia Geral; h. esclarecer que a responsabilidade sobre a regularidade do pagamento de INSS e FGTS é das empresas estatais, por tratar-se de matéria que requer análise jurídica de cada empresa; i. caso algum Diretor seja empregado da empresa, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso, nos termos da Súmula nº 269 do TST; j. condicionar o pagamento da rubrica "Quarentena" à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, nos termos da legislação vigente; k. esclarecer que é competência do Conselho de Administração, com apoio da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria Estatutário, garantir o cumprimento dos limites global e individual da remuneração dos membros estatutários definidos na presente Assembleia Geral; l. condicionar o pagamento da Remuneração Variável Anual - RVA dos Diretores à rigorosa observância dos termos e condições constantes dos Programas de RVA aprovados previamente pela SEST; m. aplicar, se for o caso, reversão sobre parcelas diferidas ainda não pagas de Programas de RVA de exercícios anteriores em que, considerando o lucro líquido do exercício de 2020, houver queda superior a 20% quando comparado aos anos-base dos Programas, nos termos da legislação vigente; n. condicionar o pagamento da rubrica "Previdência Complementar" ao disposto no artigo nº 202, §3º da CF/1988 e no artigo nº 16 da Lei Complementar nº 109/2001; Os demais acionistas presentes acompanharam o voto do acionista controlador, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. Em sequência, o presidente passou ao quarto item da ordem do dia, relativo à Eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Com a palavra, o representante da ELETROBRAS, acionista controlador, votou pela aprovação da proposta da Companhia, conforme orientação da Resolução da Diretoria Executiva da Eletrobras - RES 262/2021, de 22/04/2021. " 4.1. Propor e neles votar para compor o Conselho de Administração, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, AGO/2021 até AGO/2023: a. indicados da Eletrobras: votar pela extensão do prazo de gestão do Sr. Leonam dos Santos Guimarães, brasileiro, casado, graduado em Ciências Navais e em Engenharia Naval e Oceânica, portador da carteira de identidade nº 05.428.XXX-2, expedida pelo Detran/RJ data da expedição 11/10/2011, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 466.XXX.367-91, residente e domiciliado na Av. Portugal 64, apto 601, Urca, CEP 22 2910-50 - Rio de Janeiro/ RJ; Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira, brasileiro, casado, bacharel em matemática, portador da carteira de identidade nº 06.241.XXX-2, expedida pela SSP/RJ data da expedição 12/12/1983, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)sob o nº 844.XX.897-91, residente e domiciliado na Rua Honório de Barros, 41 apto. 303, Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.250-12 e o Sr. Pedro Luiz de Oliveira Jatobá, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 84XX51, expedida pela SSP/Bahia, data da expedição 13/03/1984, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 116.XXX.435-68, residente e domiciliado na Praça Eugênio Jardim, 15, apto. 302, Copacabana, CEP 22.061-040 - Rio de Janeiro / RJ, tendo em vista que o processo de indicação está em andamento; b. aprovar a indicação para presidente do Conselho de Administração e o Sr. Fabio Malina Losso brasileiro para substituto do Presidente do Conselho de Administração, conforme art. 20, § 11 do Estatuto Social da Eletronuclear; c. membros independentes: votar pela extensão do prazo de gestão do Sr. Fabio Malina Losso, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 5.xxx.964-0, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 015.xxx.439-38, residente e domiciliado, na rua Barão do Serro Azul, 395, 3º andar, Curitiba, Paraná, CEP 80.020-18 e do Sr. Leonardo de Paiva Rocha, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 201.xxx.863-3, expedida pelo CREA/RJ data da expedição 18/04/2017, inscrito no CPF/MF sob o nº 598.XXX.797-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, na rua Professor Eduardo Monteiro, nº 65, bairro Jardim Leonor, CEP 05614-120, como Conselheiro independente , tendo em vista que o processo de indicação está em andamento; d. indicado do Ministério da Economia - ME: votar pela extensão do prazo de gestão do Sr. Pedro de Abreu e Lima Florencio, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 1.xxx.035, expedida pela DF/IFP, data da expedição 11/02/1993, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 584.xxx.631-72, residente e domiciliado Condomínio Jardins do Lago Quadra 9, Rua das Acácias nº. 14, Jardim Botânico - Lago Sul, Brasília-DF, CEP: 71.680-614, tendo em vista que o processo de indicação está em andamento; e representante dos empregados: designar o Sr. Paulo Artur Pimentel Tavares da Silva, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 06.xxx.495-9, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º 002.xxx.417-67, residente e domiciliado na Rua Pernambuco nº 12, Vila Residencial de Mambucaba, Paraty, Rio de Janeiro, CEP 23.970-000, escolhido dentre os empregados ativos da Companhia, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, conforme a Lei nº 12.353, de 28/12/2010 e Circular Geral - CGE 009/2021, de 12 de abril de 2021, para o mandato de 2 (dois) anos, com vigência até a Assembleia Geral Ordinária de 2023. Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR fica assim constituído até a conclusão do processo de indicação que será confirmado em Assembleia Geral Extraordinária a ser agendada: Pedro Luiz de Oliveira jatobá, Fábio Malina Losso, Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira, Leonam dos Santos Guimarães, Leonardo de Paiva Rocha, Pedro de Abreu e Lima Florencio, representante do Ministério da Economia, e Paulo Artur Pimentel Tavares da Silva, representante dos empregados da ELETRONUCLEAR. 4.2. Propor e neles votar para compor o Conselho Fiscal, com prazo de atuação de 2 (dois) anos, AGO/2021 até AGO/2023: a. indicado pela Eletrobras: votar pela eleição do Sr. Pablo Saint Just Lopes (suplente), brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 10.xxx.057-8, expedida pelo DETRAN/RJ, data da expedição 23/07/2010, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 025.xxx.167-00, residente e domiciliado Rua Doutor Miguel Vieira Ferreira nº 458 casa 03, Ramos, CEP: 21.060-090, votar pela extensão do prazo de atuação dos Srs. Marcos José Lopes, brasileiro, casado, graduado em Ciências Contábeis, portador da carteira de identidade nº 11.xxx.959-0, expedida pelo IFP/RJ, data de expedição 18/10/1995, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º 089.xxx.327-89, residente e domiciliado na Rua Leopoldo Miguez nº 61 apto 202, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.060-021 (titular) e Pedro Paulo da Cunha (suplente), brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, portador da carteira de identidade n.º 055.xxx/O-5, expedida pelo CRC/RJ, data da expedição 04/11/2005, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º 813.xxx.957-87, residente e domiciliado na Rua Dona Mariana, nº 53, apto. 1302 - Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.280-020; b. indicados pelo Ministério de Minas e Energia - MME: votar pela extensão do prazo de atuação da Sra. Luciana Cortez Roriz Pontes (titular), brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 1xxx.182, expedida pelo SSP/DF, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º 012.xxx.207-13, residente e domiciliada SHTQ, Trecho 01, Quadra 2, Conjunto 13, casa 07, Lago Norte, Brasília, DF - CEP 71.551.256; c. indicado do Ministério da Economia - ME: votar pela extensão do prazo de gestão do Sr. Abdsandryk Cunha de Souza (titular) brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 207.xx0-0, expedida pela DGPC/GO, data da expedição 17/01/1996, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º 887.xxx.011-34, residente e domiciliado na SQNW 0 QD 309 BL A, apto 202, Setor Noroeste, Brasília - DF, CEP 70.687-105 e Bruno Batista Melin (suplente) brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº M22xx097/SSP/MG, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º 921.964.xxx.626-91, residente e domiciliado Condomínio Ville de Montagne, Quadra 31, Casa 7, Jardim Botânico, Brasilia/DF, CEP 71680-357, tendo em vista que o processo de indicação está em andamento. O Conselho Fiscal da ELETRONUCLEAR fica assim constituído até a conclusão do processo de indicação que será confirmado em Assembleia Geral Extraordinária a ser agendada. Membros Titulares: Marcos José Lopes (Representante da Eletrobras), Luciana Cortez Roriz Pontes (Representante do Ministério de Minas e Energia) e Abdsandryk Cunha de Souza (Representante do Ministério da Economia - Tesouro Nacional); Membros Suplentes: Pedro Paulo da Cunha e Pablo Saint Just Lopes (Representantes da Eletrobras), e Bruno Batista Melin (Representante do Ministério da Economia - Tesouro Nacional). Os demais acionistas presentes acompanharam o voto do acionista controlador, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata em computador, após o que foi a mesma lida, aprovada e assinada pelo Presidente da Assembleia, pelo representante da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, e por mim Augusto Parente Martins dos Santos, Secretário da Assembleia, encerrando-se os trabalhos na presente data, às 17h10min. Rio de Janeiro 26 de abril de 2021. Declaro na qualidade de Secretário da 45ª Assembleia Geral Ordinária da Eletrobras Termonuclear S.A - ELETRONUCLEAR, que o texto acima é transcrição integral e fiel da ata, lavrada em computador, que constituirá as folhas de números 128 (cento e vinte e oito) a 132 (cento e trinta e dois) do livro próprio. a) Augusto Parente Martins dos Santos, Secretário da Assembleia. JUNTA COMERCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CERTIFICA O ARQUIVAMENTO em 14/05/2021 sob o número 00004067082 e demais constantes do termo de autenticação: Autenticação: E3D492F8DD547240C94E3E63387E438AECF858672435E8EEA1F7796632D2DF9C.

# Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

## GABINETE DA MINISTRA

### PORTARIA Nº 1.628, DE 18 DE MAIO DE 2021

Aloca Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE e cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, aprovado pelo Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e, tendo em vista o disposto nos arts. 17 e 18 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020, e o que consta do Processo nº 00135.208771/2021-51, resolve:

Art. 1º Ficam alocados na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos o cargo de Assessor Técnico, código DAS 102.3, da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e a função de Assessor, código FCPE 102.4, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres constantes do Anexo II do Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º As alterações de que trata o art. 1º, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, serão refletidas no Regimento Interno e nas futuras alterações do decreto de aprovação de estrutura regimental do Ministério.

Art. 3º Nos termos do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 3.136, de 26 de dezembro de 2019, a Diretoria de Projetos, Parcerias e Integração Institucional - DPPII - manterá o controle das permutas e das alterações delas decorrentes, e a Subsecretaria de Orçamento e Administração adotará as providências necessárias aos apostilamentos dos atuais ocupantes dos cargos e funções permutados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAMARES REGINA ALVES

ANEXO I

Estrutura Atual

| | | | |
|---|---|---|---|
| SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES | 1 | Secretário | DAS 101.6 |
| | 1 | Secretário Adjunto | DAS 101.5 |
| | 5 | Assessor | DAS 102.4 |
| | 1 | Assessor | FCPE 102.4 |
| | 1 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
| --- | --- | --- | --- |

| | | | |
|---|---|---|---|
| SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL | 1 | Secretário | DAS 101.6 |
| | 1 | Secretário Adjunto | DAS 101.5 |
| | 2 | Assessor | DAS 102.4 |
| | 1 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
| | 1 | Assistente | FCPE 102.2 |
| --- | --- | --- | --- |

| | | | |
|---|---|---|---|
| OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS | 1 | Ouvidor | DAS 101.5 |
| | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
| --- | --- | --- | --- |

ANEXO II

Estrutura Proposta

| | | | |
|---|---|---|---|
| SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES | 1 | Secretário | DAS 101.6 |
| | 1 | Secretário Adjunto | DAS 101.5 |
| | 5 | Assessor | DAS 102.4 |
| | 1 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
| --- | --- | --- | --- |

| | | | |
|---|---|---|---|
| SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL | 1 | Secretário | DAS 101.6 |
| | 1 | Secretário Adjunto | DAS 101.5 |
| | 2 | Assessor | DAS 102.4 |
| | 1 | Assistente | FCPE 102.2 |
| --- | --- | --- | --- |

| | | | |
|---|---|---|---|
| OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS | 1 | Ouvidor | DAS 101.5 |
| | 1 | Assessor | FCPE 102.4 |
| | 1 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
| | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
| --- | --- | --- | --- |

**PORTARIA Nº 1.629, DE 19 DE MAIO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, em cumprimento à decisão judicial proferida pela 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação nº 0041170-20.2010.4.01.3400, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 00017/2021/CORESEXEC/PRU1R/PGU/AGU, referente ao Requerimento de Anistia nº 2003.01.27347, resolve:

Complementar a Portaria nº 0234, de 9 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2010, para incorporar aos vencimentos de TEOMAR RODRIGUES ALVES, o percentual de 20% a título de adicional de insalubridade.

DAMARES REGINA ALVES

# Ministério das Relações Exteriores

## FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

**PORTARIA FUNAG Nº 64, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Estabelece a política de preços das obras publicadas e vendidas pela Fundação Alexandre de Gusmão.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - FUNAG, no exercício das atribuições que lhe conferem o artigo 16, anexo I do Decreto nº 10.099, de 6 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Reajustar os preços a serem praticados para as publicações impressas vendidas pela Fundação Alexandre de Gusmão, da seguinte forma:

a) livros com até 150 páginas: preço direto ao consumidor de R$ 9,00 (nove reais);

b) livros com 151 a 300 páginas: preço direto ao consumidor de R$ 15,00 (quinze reais);

c) livros com 301 a 450 páginas: preço direto ao consumidor de R$ 21,00 (vinte e um reais);

d) livros com 451 até 600 páginas: preço direto ao consumidor de R$ 26,00 (vinte e seis reais); e

e) livros com mais de 601 páginas: preço direto ao consumidor de R$ 32,00 (trinta e dois reais).

Art. 2º Para as obras com mais de um volume, que só podem ser vendidas em conjunto, será considerada a soma dos valores de cada volume em seu valor total.

Art. 3º Fica revogada a Portaria FUNAG nº 59, de 20 de novembro de 2020.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor no dia 1º de junho de 2021.

ROBERTO GOIDANICH

# Ministério da Saúde

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA GM/MS Nº 989, DE 17 DE MAIO DE 2021**

Cancela a autorizações de leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI - COVID-19 Adulto, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID- 19, no Estado do Rio Grande do Sul e Município de Gravataí.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 499, de 19 de março de 2021, que autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário, para o atendimento exclusivo de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG/COVID-19;

Considerando o Ofício nº 33.890/2021, de 3 de maio de 2021, da Secretaria Municipal de Saúde de Gravataí/RS; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.069356/2021-21, resolve:

Art. 1º Ficam canceladas as autorizações de leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI - COVID-19 Adulto, do estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria

Parágrafo único. O cancelamento da autorização será a partir do mês de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | ESTABELECIMENTO | CNES | GESTÃO | PORTARIA GM/MS DE AUTORIZAÇÃO | Nº PROPOSTA SAIPS | LEITOS UTI ADULTO COVID-19 AUTORIZADOS - Cód 2612 | LEITOS NOVOS UTI ADULTO COVID-19 CANCELADOS - Cód 2612 | MÊS DE COMPETÊNCIA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | 430920 | GRAVATAÍ | HOSPITAL DOM JOÃO BECKER | 2232049 | MUNICIPAL | PORTARIA GM/MS Nº 499, DE 19/03/2021 | 139876 | 10 | 4 | MAIO/21 |

**PORTARIA GM/MS Nº 994, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Cancela a autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico clínico de COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Covid-19, em caráter excepcional e temporário, para o atendimento exclusivo de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG/Covid-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 839, de 29 de abril de 2021, que autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios;

Considerando o Oficio GAB/SES nº 884/2021, de 6 de maio de 2021, que solicita o cancelamento da autorização de leitos número de leitos UTI Covid-19; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25014.000676/2021-16, resolve:

Art. 1º Fica cancelada a autorização de leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto - COVID-19, do estabelecimento de saúde descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O cancelamento da autorização será a partir do mês de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | ESTABELECIMENTO | CNES | GESTÃO | PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO | Nº PROPOSTA SAIPS | LEITOS UTI ADULTO COVID-19 AUTORIZADOS - Cód 2612 | LEITOS NOVOS UTI ADULTO COVID-19 CANCELADOS - Cód 2612 | MÊS DE COMPETÊNCIA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MA | 211130 | SÃO LUÍS | HOSPITAL DE TRAUMA E ORTOPEDIA HTO | 9364439 | ESTADUAL | GM/MS Nº 839, DE 29/04/2021 | 142762 | 10 | 10 | MAIO/2021 |

## PORTARIA GM/MS Nº 995, DE 18 DE MAIO DE 2021

Renova a qualificação e especifica a composição do incentivo da Central de Regulação das Urgências (CRU) Nova Iguaçu e das Unidades Móveis destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e mantém os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Rio de Janeiro e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.564, de 30 de novembro de 2004, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), de municípios do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.981, de 25 de agosto de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Nova Iguaçu (RJ);

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.083, de 12 de dezembro de 2013, que habilita a Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) de Nova Iguaçu (RJ) como regional e redefine o custeio mensal ao Município;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.179, de 29 de dezembro de 2016, que qualifica a Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA), Bases Descentralizadas de Nova Iguaçu (RJ) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Regional da Baixada Fluminense, e autoriza a transferência de incentivo de custeio aos municípios;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.074, de 16 de agosto de 2017, que qualifica 1 (uma) Unidade de Suporte Básico e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado para a Base Descentralizada do Município de Itaguaí (RJ), pertencente à Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional da Baixada Fluminense (RJ), e autoriza a transferência de incentivo de custeio ao Município;

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.044, de 5 de julho de 2018 que suspende o repasse do recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192);

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.571, de 20 de agosto de 2018, que suspende o repasse do recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192);

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.154, de 3 de outubro de 2018, que suspende o repasse do recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192);

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.391, de 19 de outubro de 2018, que restabelece a transferência mensal de recursos financeiros para o custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192);

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.709, de 19 de novembro de 2018, que restabelece a transferência mensal de recursos financeiros para o custeio mensal de Unidades destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192); e

Considerando a documentação apresentada pelos Municípios do Rio de Janeiro através da Proposta SAIPS, a correspondente avaliação e aprovação da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS por meio do Parecer Técnico nº 814/2020-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.069447/2016-08, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU) de Nova Iguaçu e Unidades Móveis destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), dos Municípios conforme Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. A renovação da qualificação será válida por dois anos, conforme art. 928, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica especificada a composição do incentivo da Central de Regulação das Urgências e Unidades Móveis, conforme Anexo II desta Portaria.

Parágrafo único. O desmembramento do incentivo em valores específicos para a habilitação e para a qualificação das mencionadas unidades, não acarreta impacto nos limites financeiros de Média e Alta Complexidade dos estados e municípios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

| IBGE | UF | MUNICÍPIO | CNES | DESCRIÇÃO | Nº PROPOSTA SAIPS | GESTÃO | PORTARIA DE QUALIFICAÇÃO | CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO | INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO ANUAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 330350 | RJ | NOVA IGUAÇU | 6955606 | CRU | 126174 | MUNICIPAL | PORTARIA GM/MS Nº 3.179, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016 | 82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS | 526.008,00 |
| | | | 6978029 | USA | 126177 | | | | 116.652,00 |
| | | | 6726143 | | 126175 | | | | 116.652,00 |
| | | | 7623852 | USB | 126185 | | | | 105.528,00 |
| | | | 7775105 | | 126183 | | | | 105.528,00 |
| | | | 7878095 | | 126184 | | | | 105.528,00 |
| | | | 7878125 | | 126182 | | | | 105.528,00 |
| | | | 6978061 | | 126180 | | | | 105.528,00 |
| | | | 6978053 | | 126181 | | | | 105.528,00 |
| | | | 6978045 | | 126179 | | | | 105.528,00 |
| | | | 6978037 | | 126178 | | | | 105.528,00 |
| 330200 | | ITAGUAÍ | 6930565 | USA | 118055 | | PORTARIA GM/MS Nº 2.074, DE 16 DE AGOSTO DE 2017 | | 116.652,00 |
| | | | 6994377 | USB | 118055 | | | | 105.528,00 |
| TOTAL | | | | | | | | | 1.825.716,00 |

ANEXO II

| IBGE | UF | MUNICÍPIO | CNES | DESCRIÇÃO | Nº PROPOSTA SAIPS | GESTÃO | CÓDIGO DE INCENTIVO HABILITAÇÃO | CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO | INCENTIVO FINANCEIRO DE HABILITAÇÃO ANUAL (R$) | INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO ANUAL (R$) | INCENTIVO FINALCEIRO TOTAL ANUAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 330350 | RJ | NOVA IGUAÇU | 6955606 | CRU | 126174 | MUNICIPAL | 82.45 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGENCIAS SAMU 192 | 82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS | 2.083.200,00 | 526.008,00 | 2.609.208,00 |
| | | | 6978029 | USA | 126177 | | 82.49 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USA SAMU 192 | | 462.000,00 | 116.652,00 | 578.652,00 |
| | | | 6726143 | | 126175 | | | | 462.000,00 | 116.652,00 | 578.652,00 |
| | | | 7623852 | USB | 126185 | | 82.50 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USB 192 | | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| | | | 7775105 | | 126183 | | | | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| | | | 7878095 | | 126184 | | | | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| | | | 7878125 | | 126182 | | | | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| | | | 6978061 | | 126180 | | | | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| | | | 6978053 | | 126181 | | | | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| | | | 6978045 | | 126179 | | | | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| | | | 6978037 | | 126178 | | | | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 330200 | | ITAGUAÍ | 6930565 | USA | 118055 | | 82.49 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USA SAMU 192 | | 462.000,00 | 116.652,00 | 578.652,00 |
| | | | 6994377 | USB | 118055 | | 82.50 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USB 192 | | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| TOTAL | | | | | | | | | 4.886.700,00 | 1.825.716,00 | 6.712.416,00 |

**PORTARIA GM/MS Nº 996, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Renova a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU) Joinville (Norte-Nordeste) e Unidades de Suporte Avançado (USA) destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e mantém os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Santa Catarina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.481, de 23 de outubro de 2013, que qualifica a Central de Regulação das Urgências e Unidades de Suporte Básico e Avançado do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Estado de Santa Catarina, com sede em Joinville (SC), a receber incentivo de custeio redefinido;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.198, de 3 de outubro de 2014, que qualifica 3 (três) Unidades de Suporte Avançado (USA) e 7 (sete) Unidades de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Central de Regulação de Urgências de Joinville (SC), a receber incentivo de custeio redefinido, e autoriza o Fundo Nacional de Saúde a realizar transferência de custeio mensal ao Fundo Estadual de Santa Catarina e aos Fundos Municipais de Saúde;

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando a documentação apresentada pelo Estado de Santa Catarina em Propostas SAIPS, a correspondente avaliação e aprovação da Coordenação-Geral de Urgência por meio do Parecer Técnico nº 807/2020-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.172275/2013-06, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU) Joinville (Norte-Nordeste) e das Unidades de Suporte Avançado (USA) destinadas ao Serviço e Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), dos Municípios descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A renovação da qualificação será válida por dois anos, de acordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Ficam mantidos os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Santa Catarina, no montante anual de R$ 738.096,00 (setecentos e trinta e oito mil e noventa e seis reais).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

| **IBGE** | UF | MUNICÍPIO | CNES | GESTÃO | Nº PROPOSTA SAIPS | DESCRIÇÃO | AMAZÔNIA LEGAL | CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO | INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO ANUAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 420380 | SC | CANOINHAS | 7011873 | ESTADUAL | 102466 | USA | NÃO | 82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS | 116.652,00 |
| 420890 | SC | JARAGUÁ DO SUL | 7229828 | | 99714 | USA | | | 116.652,00 |
| 420910 | SC | JOINVILLE | 6978606 | | 99566 | CRU | | | 271.488,00 |
| 420910 | SC | JOINVILLE | 7229801 | | 99567 | USA | | | 116.652,00 |
| 421010 | SC | MAFRA | 6999174 | | 102463 | USA | | | 116.652,00 |
| TOTAL (R$) | | | | | | | | | 738.096,00 |

**PORTARIA GM/MS Nº 997, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Renova a qualificação e especifica a composição do incentivo de custeio das Unidades de Suporte Básico (USB) destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e mantém os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Santa Catarina e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 10, de 6 de janeiro de 2006, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 do Estado de Santa Catarina, com sede em Joinville;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.928, de 14 de novembro de 2007, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 Regional de Joinville - SC;

Considerando a Portaria GM/MS nº 304, de 25 de fevereiro de 2011, que habilita o Município de Itapoá (SC), a receber o quantitativo referente à Unidade de Suporte Básico destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 da Central de Regulação Médica Regional de Joinville (SC);

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.198, de 3 de outubro de 2014, que qualifica 3 (três) Unidades de Suporte Avançado (USA) e 7 (sete) Unidades de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Central de Regulação de Urgências de Joinville (SC), a receber incentivo de custeio redefinido, e autoriza o Fundo Nacional de Saúde a realizar transferência de custeio mensal ao Fundo Estadual de Santa Catarina e aos Fundos Municipais de Saúde;

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 832, de 9 de maio de 2019, que suspende o repasse do recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU192);

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.403, de 18 de junho de 2019, que restabelece a transferência mensal de recursos financeiros para o custeio mensal de Unidades destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192); e

Considerando documentação apresentada pelo Municípios de Santa Catarina através de Propostas SAIPS, a correspondente avaliação e aprovação da Coordenação-Geral de Urgência por meio do Parecer Técnico nº 807//2020-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.172275/2013-06, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação das Unidades de Suporte Básico (USB) destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), vinculadas à Central de Regulação (CRU) Joinville (Norte-Nordeste), dos Municípios descritos no Anexo I a esta Portaria.

Parágrafo único. A renovação da qualificação será válida por dois anos, conforme a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica especificada a composição do incentivo de custeio das Unidades Móveis, conforme Anexo II a esta Portaria.

Parágrafo único. O desmembramento do incentivo em valores específicos para a habilitação e para a qualificação das mencionadas unidades, não acarreta impacto nos limites financeiros de Média e Alta Complexidade dos estados e municípios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

| IBGE | UF | MUNICÍPIO | CNES | DESCRIÇÃO | Nº PROPOSTA SAIPS | GESTÃO | PORTARIA DE QUALIFICAÇÃO | CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO | INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO ANUAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 420380 | SC | CANOINHAS | 3874230 | USB | 12619 | MUNICIPAL | PORTARIA Nº 2.198/GM/MS, DE 3 DE OUTUBRO DE 2014 | 82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS | 105.528,00 |
| 420845 | SC | ITAPOÁ | 7055021 | USB | 99430 | | | | 105.528,00 |
| 420890 | SC | JARAGUÁ DO SUL | 5077346 | USB | 102799 | | | | 105.528,00 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 421500 | SC | RIO NEGRINHO | 7077629 | USB | 102757 | | | | | 105.528,00 |
| 421580 | SC | SÃO BENTO DO SUL | 5397669 | USB | 81654 | | | | | 105.528,00 |
| 421620 | SC | SÃO FRANCISCO DO SUL | 6462308 | USB | 11305 | | | | | 105.528,00 |
| TOTAL (R$) | | | | | | | | | | 633.168,00 |

ANEXO II

| IBGE | UF | MUNICÍPIO | CNES | DESCRIÇÃO | Nº PROPOSTA SAIPS | GESTÃO | CÓDIGO DE INCENTIVO HABILITAÇÃO | CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO | INCENTIVO FINANCEIRO DE HABILITAÇÃO ANUAL (R$) | INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO ANUAL (R$) | CUSTEIO TOTAL ANUAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 420380 | SC | CANOINHAS | 3874230 | USB | 12619 | MUNICIPAL | 82.50 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USB 192 | | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| 420845 | SC | ITAPOÁ | 7055021 | USB | 99430 | | | | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| 420890 | SC | JARAGUÁ DO SUL | 5077346 | USB | 102799 | | | 82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| 421500 | SC | RIO NEGRINHO | 7077629 | USB | 102757 | | | | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| 421580 | SC | SÃO BENTO DO SUL | 5397669 | USB | 81654 | | | | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| 421620 | SC | SÃO FRANCISCO DO SUL | 6462308 | USB | 11305 | | | SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |
| TOTAL (R$) | | | | | | | | | 945.000,00 | 633.168,00 | 1.578.168,00 |

## PORTARIA GM/MS Nº 999, DE 18 DE MAIO DE 2021

Restabelece o repasse de recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal da Unidade de Pronto de Atendimento (UPA 24h, Dr. Fernando Vieira Chaves), deduz recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Maranhão e Município de Caxias e estabelece devolução de recursos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.248, de 5 de setembro de 2017, que habilita Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e estabelece recursos a serem destinados ao Estado do Maranhão e Município de Caxias (MA);

Considerando o Título IV - Do Componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.050, de 9 de novembro de 2020, que suspende o repasse de recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal da Unidade de Pronto de Atendimento (UPA 24h, Dr. Fernando Vieira Chaves) localizada no Município de Caxias (MA);

Considerando que o Município de Caxias (MA) não faz parte da Amazônia Legal; e

Considerando que as adequações apontadas no Relatório de Visita Técnica 016/2019/CGURG/DAHU/SAES foram sanadas, conforme o Parecer Técnico nº 226/2021-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.095509/2017-18, resolve:

Art. 1º Fica restabelecido o repasse de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), no montante anual de R$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais), relativo à habilitação em custeio da Unidade de Pronto Atendimento, conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Fica deduzido do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada o recurso incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), referente a 30% (trinta por cento) do valor da habilitação para Municípios da Amazônia Legal, no montante de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), conforme Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Fica estabelecida a devolução dos recursos financeiros repassados indevidamente ao Fundo Municipal de Saúde de Caxias (MA) referente à habilitação em custeio da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), conforme anexo III a esta Portaria.

Art. 4º A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde adotará as medidas necessárias junto ao Fundo Municipal de Saúde de Caxias (MA), para a devolução do recurso financeiro de custeio repassado, acrescido da correção monetária prevista em lei.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido por esta Portaria, ao Fundo Municipal de Saúde de Caxias (MA), IBGE 210300, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 6º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.518.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | CNES | OPÇÃO DE CUSTEIO | GESTÃO | PORTARIA DE HABILITAÇÃO | PORTARIA DE SUSPENSÃO | VALOR DO REPASSE A SER RESTABELECIDO ANUAL( R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MA | 210300 | CAXIAS | 9037780 | OPÇÃO VIII | MUNICIPAL | PORTARIA Nº 2.248/GM/MS, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017 | PORTARIA Nº 3.050/GM/MS, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020 | 3.900.000,00 |

ANEXO II

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | CNES | ESTABELECIMENTO | GESTÃO | PORTARIA DE HABILITAÇÃO | VALOR DA HABILITAÇÃO ANUAL (R$) | VALOR DA AMAZÔNIA LEGAL (30%) ANUAL (R$) | CÓDIGO DE INCENTIVO | NOVO VALOR DA HABILITAÇÃO ANUAL (R$) | VALOR A SER DEDUZIDO ANUAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MA | 210300 | CAXIAS | 9037780 | UPA 24H, DR. FERNANDO VIEIRA CHAVES | MUNICIPAL | PORTARIA Nº 2.248/GM/MS, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017 | 3.900.000,00 | 900.000,00 | 82.43 - UPA 24H NOVA - HABILITADA OPÇÃO VIII | 3.000.000,00 | 900.000,00 |

ANEXO III

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | CNES | OPÇÃO DE CUSTEIO | GESTÃO | PORTARIA DE HABILITAÇÃO | PORTARIA DE SUSPENSÃO | VALOR MENSAL PARA DEVOLUÇÃO (R$) | PARCELAS PARA DEVOLUÇÃO | VALOR A SER DEVOLVIDO (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MA | 210300 | CAXIAS | 9037780 | OPÇÃO VIII | MUNICIPAL | PORTARIA Nº 2.248/GM/MS, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017 | PORTARIA Nº 3.050/GM/MS, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020 | 75.000,00 | 39 (TRINTA E NOVE) PARCELAS (DE SET/2017 A NOV/2020) | 2.925.000,00 |

**PORTARIA GM/MS Nº 1002, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Renova a qualificação e especifica a composição do incentivo de custeio da Unidade de Suporte Básico (USB) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e mantém os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Goiás e Município de Caçu.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.523, de 27 de outubro de 2011, que habilita município a receber o quantitativo referente à Unidade de Suporte Básico destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Central de Regulação Médica Regional de Rio Verde (GO);

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.315, de 25 de maio de 2017, que qualifica a Central de Regulação das Urgências, Unidades de Suporte Básico e Unidades de Suporte Avançado do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Regional de Rio Verde (GO), e as Bases Descentralizadas, e autoriza a transferência de incentivo de custeio aos municípios;

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando documentação apresentada pelo Município de Caçu (GO) na Proposta SAIPS 117545, a correspondente avaliação e aprovação da Coordenação-Geral de Urgência no Parecer Técnico nº 722/2020- CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.209948/2015-44, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Unidade de Suporte Básico (USB) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Caçu (GO), vinculada à Central de Regulação das Urgências (CRU) Rio Verde (Sudoeste I e II), conforme Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. A renovação da qualificação será válida por dois anos, conforme art. 928, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica especificada a composição do incentivo de habilitação e qualificação da Unidade de Suporte Básico (USB), conforme Anexo II desta Portaria.

Parágrafo único. O desmembramento do incentivo em valores específicos para a habilitação e para a qualificação das mencionadas unidades, não acarreta impacto nos limites financeiros de Média e Alta Complexidade dos estados e municípios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | CNES | DESCRIÇÃO | Nº PROPOSTA SAIPS | GESTÃO | PORTARIA DE QUALIFICAÇÃO | CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO | INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO ANUAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| GO | 520430 | CAÇU | 6833977 | USB | 117545 | MUNICIPAL | PORTARIA Nº 1.315/GM/MS, DE 25 DE MAIO DE 2017 | 82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS | 105.528,00 |

ANEXO II

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | CNES | DESCRIÇÃO | Nº PROPOSTA SAIPS | GESTÃO | CÓDIGO DE INCENTIVO HABILITAÇÃO | CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO | INCENTIVO FINANCEIRO DE HABILITAÇÃO ANUAL (R$) | INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO ANUAL (R$) | TOTAL ANUAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| GO | 520430 | CAÇU | 6833977 | USB | 117545 | MUNICIPAL | 82.50 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USB 192 | 82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |

**PORTARIA GM/MS Nº 1.004, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Renova a qualificação e especifica a composição do incentivo de custeio da Unidade de Suporte Básico (USB) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e mantém os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado do Paraná e Município de Rio Negro.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.456, de 26 de outubro de 2012, que redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências e habilita Unidades de Suporte Básico e Avançado a receberem recursos de custeio destinados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional Curitiba (PR) e autoriza a transferência de custeio aos Fundos Municipais de Saúde;

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.614, de 9 de novembro de 2018, que renova a qualificação da Unidade de Suporte Básico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Base Descentralizada de Rio Negro (PR) e autoriza a transferência de incentivo financeiro de custeio ao Município; e

Considerando documentação apresentada pelo Município de Rio Negro (PR) através de Proposta SAIPS 122414, a correspondente avaliação e aprovação da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS através do Parecer Técnico nº 769/2020, constante do NUP-SEI nº 25000.188437/2018-24, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Unidade de Suporte Básico (USB) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Rio Negro (PR), vinculada à Central de Regulação (CRU) Curitiba (Metropolitano), conforme Anexo I a esta Portaria.

Parágrafo único. A renovação de qualificação será válida por dois anos, conforme Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica especificada a composição do incentivo de custeio de habilitação e qualificação da Unidade de Suporte Básico (USB), conforme Anexo II a esta Portaria.

Parágrafo único. O desmembramento do incentivo em valores específicos para a habilitação e para a qualificação das mencionadas unidades, não acarreta impacto nos limites financeiros de Média e Alta Complexidade dos estados e municípios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | CNES | DESCRIÇÃO | Nº PROPOSTA SAIPS | GESTÃO | PORTARIA DE QUALIFICAÇÃO | CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO | INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO (ANUAL R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | 412230 | RIO NEGRO | 7130554 | USB | 122414 | MUNICIPAL | PORTARIA Nº 3.614/GM/MS, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018 | 82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS | 105.528,00 |

ANEXO II

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | CNES | DESCRIÇÃO | Nº PROPOSTA SAIPS | GESTÃO | CÓDIGO DE INCENTIVO HABILITAÇÃO | CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO | INCENTIVO FINANCEIRO DE HABILITAÇÃO (ANUAL R$) | INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO (ANUAL R$) | TOTAL (ANUAL R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | 412230 | RIO NEGRO | 7130554 | USB | 122414 | MUNICIPAL | 82.50 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USB 192 | 82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS | 157.500,00 | 105.528,00 | 263.028,00 |

**DESPACHO Nº 157, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Processo nº 25000.097704/2019-36

Interessada: Rede Feminina Regional de Combate ao Câncer , CNPJ 51.389.138/0001-65.

Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na Nota Técnica nº 278/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro de Estado

## SECRETARIA EXECUTIVA

### DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO

**DESPACHO Nº 25, DE 18 DE MAIO DE 2021**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 21 de agosto de 2019, e em cumprimento ao disposto no Decreto nº 9.380, de 22 de maio de 2018, resolve:

1. Conheço e, no mérito, defiro o recurso administrativo apresentado pelo Município de Álvares Machado/SP através do Ofício s/n 0020193072 em face do Despacho nº 17, de 08 de abril de 2021, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 68, de 13 de abril de 2021, Seção 1, p. 73. Para tanto, adoto os mesmos fundamentos e conclusões apresentadas no Despacho CGES 0020239387.

2. Fica aprovada, a partir da publicação deste Despacho, a seguinte solicitação de readequação da rede física do SUS:

PROCESSO NUP: 25004.002441/2019-55
MUNICÍPIO: Álvares Machado/SP
ESTABELECIMENTO ORIGINALMENTE PACTUADO: Unidade Básica de Saúde - UBS Primavera (Proposta SISMOB N° 43206.4240001/10-004)
READEQUAÇÃO SOLICITADA: Policlínica
DECISÃO: READEQUAÇÃO APROVADA.
EMBASAMENTO: NOTA TÉCNICA Nº 60/2021-CQIS/CGES/DESID/SE/MS

PEDRO GERALDO PINHEIRO DOS SANTOS

## SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

**PORTARIA Nº 32, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Altera a Portaria SAPS/MS nº 60, de 26 de novembro de 2020, que define as regras de validação das equipes e serviços da Atenção Primária à Saúde, para fins da transferência dos incentivos financeiros federais de custeio, e o seu Anexo I.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Decreto n° 9.795, de 17 de maio de 2019, resolve:

Art. 1º O preâmbulo da Portaria SAPS/MS nº 60, de 26 de novembro de 2020 passa a vigorar com a seguinte alteração:

"O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 18 do Decreto n° 9.795, de 17 de maio de 2019, e

.....

Considerando a Portaria SAES/MS nº 37, de 18 de janeiro de 2021, que redefine registro das Equipes de Atenção Primária e Saúde Mental no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:" (NR)

Art. 2º A Portaria SAPS/MS nº 60, de 26 de novembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º.....

I - credenciamento, pelo Ministério da Saúde, por meio de portaria específica, dos tipos de equipes, Agentes Comunitários de Saúde e serviços ofertados na APS.

.....

§1º Após a publicação de Portaria de credenciamento das novas equipes e serviços no Diário Oficial da União, a gestão municipal, distrital ou estadual deverá cadastrar a(s) equipe(s) e o(s) serviços(s) no SCNES, observando os critérios exigidos para homologação dos códigos referentes à Identificação Nacional de Equipe (INE) e ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), num prazo máximo de 6 (seis) competências, a contar da data de publicação da referida Portaria, sob pena de descredenciamento da(s) equipe(s) e serviço(s) caso esse prazo não seja cumprido, conforme estabelecido na Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que reúne as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

§ 2º .....

I - cadastro em estabelecimento de saúde da APS, de acordo as regras de cada equipe e serviço;

II - registro do código da Identificação Nacional de Equipe (INE) da equipe e/ou do código CNES do serviço no SCNES;

III - presença de composição profissional mínima exigida, de acordo as regras de cada equipe e serviço;

IV - presença de carga horária mínima exigida por categoria profissional, de acordo as regras de cada equipe e serviço; e

V - vinculação ao código INE de equipe de Saúde da Família (eSF) ou equipe de Atenção Primária(eAP), para homologação das equipes de Saúde Bucal (eSB).

§ 3º.....

I- equipes e serviços da APS credenciados: equipes e serviços com previsão de despesa orçamentária do Ministério da Saúde, publicados em portaria de credenciamento, com programação para início da transferência do incentivo financeiro federal caso ocorra o cumprimento do disposto nos incisos II, III e IV deste parágrafo;

II - equipes e serviços da APS cadastrados no SCNES: equipes e serviços com registro de informações sobre composição e carga horária profissional no SCNES pela gestão municipal, distrital ou estadual;

III - equipes e serviços da APS homologados: equipes e serviços credenciados e cadastrados, no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, com os códigos INE e CNES publicados pelo Ministério da Saúde em portaria de homologação para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação;

IV - equipes e serviços da APS válidos: equipes e serviços credenciados pelo Ministério da Saúde, cadastrados no SCNES pela gestão municipal, distrital ou estadual, homologados pelo Ministério da Saúde e com ausência de irregularidades que justifiquem a suspensão de 100% (cem por cento) dos incentivos financeiros, estando aptos para a transferência dos incentivos financeiros federais de custeio;

V - equipes e serviços da APS inválidos: equipes e serviços credenciados e homologados que não estejam cadastrados no SCNES;

VI - equipes e serviços da APS descredenciados: equipes e serviços publicados em portaria de descredenciamento pelo Ministério da Saúde, por não cumprirem o prazo estabelecido no § 1º deste artigo após a publicação de portaria de credenciamento, ou por permanecerem por mais de 12 competências consecutivas com ocorrência de suspensão total dos incentivos financeiros federais de custeio;

VII - equipes e serviços com adesão a programa: equipes e serviços publicados pelo Ministério da Saúde em portaria de homologação de adesão a programas específicos, para fins da transferência dos incentivos financeiros federais de custeio, desde que atendam aos critérios mínimos estabelecidos pelos programas aos quais estão aderidos; e

VIII - equipes e serviços com adesão a programa cancelada: equipes e serviços publicados em portaria de cancelamento de adesão pelo Ministério da Saúde, por não atenderem aos requisitos mínimos estabelecido pelo programa no prazo de até 6 (seis) competências consecutivas do SCNES a contar da data de publicação da portaria de homologação da adesão; ou por permanecerem com suspensão da transferência do incentivo federal de custeio do programa por 6 (seis) competências consecutivas

....." (NR)

"Art. 3º .....

.....

§ 1º .....

I - referente a ocorrência de duplicidade de profissionais: após um período superior a 2 (duas)competências consecutivas do SCNES;

II - referente a ocorrência de equipes incompletas: após um período superior a 2 (duas)competências consecutivas do SCNES;

III - referente à ocorrência de ausência de envio de informação à base de dados nacional: após um período superior a 3 (três) competências consecutivas do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab), aplicando-se somente ao incentivo para ações estratégicas;

IV - referente ao descumprimento do disposto na Portaria nº 3.566/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, que fixa o quantitativo de equipes de Saúde de Família (eSF) e equipe Saúde Bucal 40 horas semanais, vedadas à substituição por equipe de Atenção Primária (eAP) e equipe de Saúde Bucal (eSB)com carga horária diferenciada: de forma imediata à competência financeira da ocorrência do descumprimento, considerando a suspensão de 1 (uma) eAP ou 1 (uma) eSB com carga horária diferenciada para cada eSF e eSB 40 horas semanais; e

V - referente a irregularidade identificada por meio de órgãos de controle ou auditoria federal, estadual e municipal: de forma imediata à competência financeira da ocorrência de suspensão.

§ 2º É considerada inconsistência por duplicidade de profissional, para fins de transferência dos incentivos financeiros federais de custeio, cadastro no SCNES de um mesmo profissional em mais de uma equipe (eSF, eSF caracterizada como ribeirinha, eSF de Unidade Básica de Saúde Fluvial e eSB), exceto para equipes que permitem profissionais com carga horária flexibilizada (eSB modalidade I com carga horária diferenciada, eAP, eCR,eAPP, UOM), para profissional microscopista e para eSF e eSB que participem do Programa Saúde na Hora, podendo referida inconsistência acarretar na suspensão da transferência dos incentivos financeiros, nos seguintes termos:

I - verificada a situação de duplicidade de profissional, será aplicada a suspensão da transferência dos incentivos financeiros federais referentes ao custeio da equipe ou serviço em que o profissional está cadastrado com data mais antiga, sendo mantida a transferência de custeio da equipe ou serviço em que o profissional está cadastrado com data mais recente; e

II - no caso de situação de duplicidade de profissional em que a data de cadastro do profissional na equipe ou serviço seja idêntica, será aplicada a suspensão da transferência dos incentivos financeiros federais referente ao custeio de todas as equipes ou serviços em que o profissional está cadastrado.

§ 3º É vedada a acumulação de carga horária superior a 60 horas semanais ao profissional cadastrado em equipes ou serviços da APS, sob pena de suspensão da transferência do incentivo financeiro, que se dará nos seguintes termos:

I - verificada a situação de acumulação de carga horária superior a 60 horas semanais, será aplicada a suspensão da transferência dos incentivos financeiros federais referentes ao custeio da(s) equipe(s) ou serviço(s) em que o profissional está cadastrado com data mais antiga, sendo mantida a transferência de custeio da equipe ou serviço em que o profissional está cadastrado com data mais recente; e

II - no caso de acumulação de carga horária superior a 60 horas semanais em que a data de cadastro do profissional na(s) equipe(s) ou serviço(s) seja(m) idêntica(s), será aplicada a suspensão da transferência dos incentivos financeiros federais referentes ao custeio de todas as equipes ou serviços em questão.

.....

§5º Será aplicada a suspensão de 100% (cem por cento) da transferência dos incentivos financeiros federais referentes ao custeio da equipe ou serviço com ocorrência das inconsistências de que tratam os incisos I, III, IV e V do caput do § 1º deste art. 3º.

§ 6º Regularizada a informação dos dados no Sisab e do profissional no SCNES, sanando a ausência de informação no Sisab e inconsistência por duplicidade de profissional, de que tratam, respectivamente, o inciso III do § 1º e o § 2º deste art. 3º, o custeio do incentivo financeiro é reestabelecido automaticamente, a partir da regularização." (NR)

"Art. 6º Será considerada válida para transferência dos incentivos financeiros federais de custeio a equipe de Saúde da Família (eSF) que cumprir os critérios estabelecidos no art. 2º e nos Anexos I e III a esta Portaria, desde que cadastrada no SCNES com o código 70." (NR)

"Art. 9º Será considerada válida para transferência dos incentivos financeiros federais de custeio a equipe de Saúde da Família caracterizada como Ribeirinha (eSFR) que cumprir os critérios estabelecidos no art. 2º e nos Anexos I e III a esta Portaria, desde que cadastrada no SCNES com o código 70." (NR)

"Art. 10. Na composição da eSFR não existe a obrigatoriedade do ACS na equipe mínima, conforme o estabelecido no art. 18, da Seção III, do Capítulo II, do Anexo XXII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017." (NR)

"Art. 13. Será considerada válida para transferência dos incentivos financeiros federais de custeio a equipe de Saúde Bucal (eSB) que estiver vinculada a uma eSF ou eAP no SCNES e que cumprir os critérios estabelecidos no art. 2º e nos Anexos I e III a esta Portaria, desde que cadastrada no SCNES com o código 71.

....."(NR)

"Art. 21. Será considerada válida para transferência dos incentivos financeiros federais de custeio a equipe de Consultório na Rua (eCR) que cumprir os critérios estabelecidos no art. 2º e nos Anexos I e III a esta Portaria, desde que cadastrada no SCNES com o código 73." (NR)

"Art. 25. Será considerada válida para transferência dos incentivos financeiros federais de custeio a equipe de Atenção Primária Prisional (eAPP) que cumprir os critérios estabelecidos no art. 2º e nos Anexos I e IV a esta Portaria, desde que cadastrada no SCNES com o código 74." (NR)

"Art. 27. Os profissionais das eAPP com carga horária profissional de 6 (seis) horas semanais poderão compartilhar carga horária com equipe de Saúde da Família (eSF) ou equipe de Saúde Bucal (eSB), sendo agregadas a carga horária registrada no SCNES em ambas as equipes em que estejam vinculados, totalizando o cumprimento das 40 (quarenta) horas semanais." (NR)

"Art. 29. Todo ato específico de habilitação de eABP deve ser interpretado como equivalente a ato de credenciamento de eAPP." (NR)

"Art. 30. Será considerada válida para transferência dos incentivos financeiros federais de custeio a equipe de Atenção Primária (eAP) que cumprir os critérios estabelecidos no art. 2º e nos Anexos I e III a esta Portaria, desde que cadastrada no SCNES com o código 76." (NR)

"Art. 34. Serão considerados válidos para transferência dos incentivos financeiros federais de custeio os profissionais Agentes Comunitários de Saúde (ACS) credenciados pelo Ministério da Saúde e cadastrados no SCNES pela gestão municipal e do Distrito Federal e vinculados à eSF, eAP, eCR, eSFR, eSF da UBSF, ou vinculados como profissionais acrescidos às eSFR e UBSF, desde que essas equipes a que estejam vinculados cumpram os critérios estabelecidos no Anexo III a esta Portaria.

Parágrafo único. Em caso de suspensão de 100% do incentivo financeiro da equipe a qual o ACS esteja vinculado, suspende-se o incentivo financeiro do componente de Ações Estratégicas referente ao custeio do ACS, conforme Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019." (NR)

"Art. 36.....

§ 1º Serão custeados os profissionais microscopistas cadastrados no SCNES pela gestão municipal, considerando o cronograma da competência SCNES, que subsidiará a competência financeira subsequente.

....."(NR)

"Art. 38. Será considerada válida para transferência dos incentivos financeiros federais de custeio a Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) que cumprir os critérios estabelecidos no art. 2º e no Anexo III a esta Portaria, desde que cadastrada no SCNES com código 32 - Unidade Móvel Fluvial." (NR)

"Art. 43. Será considerado válido para transferência dos incentivos financeiros federais de custeio o Polo da Academia da Saúde que cumprir os critérios estabelecidos no art. 2º e no Anexo II a esta Portaria." (NR)

"Art. 48.....

Parágrafo único. O custeio de que trata o caput será realizado por cada CNES de USF ou UBS participante do Saúde na Hora, com o cadastro de eSF, eAP e eSB credenciada, cadastrada e homologada, que cumprirem o estabelecido nos Anexos I e III a esta Portaria." (NR)

"Art. 54. Será considerada válida para transferência do incentivo financeiro federal de custeio adicional ao município pela equipe de Saúde da Família (eSF) ou equipe de Saúde Bucal (eSB) integrada a programa de formação profissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde, que cumprir os critérios estabelecidos no art. 2º e nos Anexos I e III a esta Portaria." (NR)

"Art. 59. Será considerada válida para transferência do incentivo financeiro federal de custeio adicional a equipe de Saúde da Família (eSF) ou equipe de Atenção Primária (eAP) informatizada, dos municípios e do Distrito Federal, que aderirem ao Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde - Informatiza APS, e que cumprir os critérios estabelecidos no art. 2º e nos Anexos I e III a esta Portaria.

§ 1º Serão consideradas eSF ou eAP informatizadas aquelas que, em pelo menos uma das três competências anteriores à solicitação de adesão ao Programa Informatiza APS, tiverem enviado informações ao Ministério da Saúde provenientes de sistema de prontuário eletrônico.

§ 2º No caso das UBSF com adesão ao Programa Informatiza APS será considerada a eSF cadastrada no CNES da UBSF credenciada e homologada pelo Ministério da Saúde." (NR)

"Art. 60. O incentivo financeiro será transferido de acordo com o INE de eSF e/ou eAP informatizada(s), aderida(s) ao Programa, que tiver(em) enviado dados à base nacional de dados do sistema de informação da Atenção Primária à Saúde por meio de sistema de prontuário eletrônico, de acordo com os requisitos e parâmetros mínimos do Programa Informatiza APS.

....." (NR)

"Art. 62. Somente serão custeados os municípios aderidos ao Programa Saúde na Escola (PSE) que cumpram os critérios estabelecidos no Termo de Compromisso do Programa, conforme Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.055, de 26 de abril de 2017, que define as ações a serem realizadas no PSE e os critérios para cálculo do incentivo financeiro.

Parágrafo único. O monitoramento das ações realizadas fica condicionado ao registro das ações em sistemas de informação do Ministério da Saúde." (NR)

"Art. 63. As ações realizadas durante a Semana Saúde na Escola pelos municípios aderidos ao Programa Saúde na Escola, monitoradas pelo Ministério da Saúde, nos termos estabelecidos no Capítulo IX, do Título I, da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, serão contabilizadas para o alcance das metas pactuadas no Termo de Compromisso do Programa."(NR)

"Art. 64. Os municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola e que cumprirem os critérios estabelecidos no Termo de Compromisso do Programa terão seus nomes publicados em portaria específica do Ministério da Saúde, que condiciona a transferência do incentivo financeiro federal de custeio." (NR)

"Art. 65. Será considerada válida para transferência dos incentivos financeiros federais de custeio referente à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), a equipe de Saúde da Família (eSF) ou equipe de Atenção Primária em Saúde (eAP) que cumprir os critérios estabelecidos no art. 2º e nos Anexos I e III a esta Portaria, desde que cadastrada no SCNES com o código 70 e código 76.

Parágrafo único. É obrigatória a indicação no módulo de equipes do CNES da população assistida - adolescentes em conflito com a lei." (NR)

"Art. 66. Somente serão custeados com os incentivos financeiros descritos no art. 65 desta Portaria, as eSF ou eAP de referência para o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, que possuam pelo menos 1 (um) profissional de Saúde Mental acrescido a sua composição mínima.

....."(NR)

Art. 3º O título da Seção IV do Capítulo IV da Portaria SAPS/MS nº 60, de 26 de novembro de 2020 passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Seção IV - Do Programa Saúde na Escola." (NR)

Art. 4º O Anexo I da Portaria SAPS/MS nº 60, de 26 de novembro de 2020, passa a vigorar com as alterações na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 5º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Portaria SAPS/MS nº 60, de 26 de novembro de 2020:

I - alínea "c" do inciso II do caput do art. 13; e

II - parágrafo único do art. 63.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

"ANEXO I

INFORMAÇÕES PARA CADASTRAMENTO NO SCNES DAS EQUIPES QUE ATUAM NA APS PARA FINS DA TRANSFERÊNCIA DOS INCENTIVOS FINANCEIROS FEDERAIS DE CUSTEIO

| TIPO DE EQUIPE | COMPOSIÇÃO MÍNIMA | CBO | CARGA HORÁRIA INDIVIDUAL MÍNIMA EXIGIDA | | | CARGA HORÁRIA INDIVIDUAL MÁXIMA CONSIDERADA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 70 - Equipe de Saúde da Família (eSF) e equipe de Saúde da Família Ribeirinha | 1 Médico | 2251-42 - Médico da Estratégia de Saúde da Família; ou | 40hs semanais*<br>*Para eSFR: - profissional médico, enfermeiro e técnico ou auxiliar de enfermagem: 32h semanais; e | | | 60hs semanais |
| | | 2251-70 - Médico Generalista; ou | | | | |
| | | 2251-30 - Médico de Família e Comunidade. | | | | |
| | 1 Enfermeiro | 2235-65 - Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família; ou | | | | |
| | | 2235-05 - Enfermeiro. | - Agentes Comunitários de Saúde (ACS), técnico ou auxiliar de enfermagem extras e os demais profissionais acrescidos a composição mínima: 40h semanais. | | | |
| | 1 Técnico ou Auxiliar de enfermagem | 3222-05 - Técnico de Enfermagem; ou | | | | |
| | | 3222-45 - Técnico de Enfermagem da Estratégia de Saúde da Família; ou | (A carga horária dos profissionais referentes a eSFR deverá observar as demais especificidades dispostas nos artigos 16 a 23 do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/ GM/MS de 28 de setembro de 2017) | | | |
| | | 3222-30 - Auxiliar de Enfermagem; ou | | | | |
| | | 3222-50 - Auxiliar de Enfermagem da Estratégia de Saúde da Família. | | | | |
| | 1 Agente Comunitário de Saúde*<br>*Esta categoria profissional é opcional para equipe de Saúde da Família Ribeirinha e para ESF cadastrada em UBSF. | 5151-05 - Agente Comunitário de Saúde. | | | | |
| 71 - equipe de Saúde Bucal (eSB)*<br>*Respeitar a composição de CBO por modalidade. | 1 cirurgião-dentista | 2232-08 - Cirurgião-Dentista Clínico Geral; ou | 20hs semanais | 30hs semanais | 40hs semanais*<br>*Com exceção para o Cirurgião-Dentista Clínico Geral ou Cirurgião-Dentista da Estratégia de Saúde da Família ou | 60hs semanais |
| | | 2232-93 - Cirurgião-Dentista da Estratégia de Saúde da Família; ou | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2232-72 - Cirurgião-Dentista de Saúde Coletiva. | | | | |
| | 1 auxiliar ou técnico em saúde bucal | 3224-05 - Técnico em Saúde Bucal; ou | | | | |
| | | 3224-25 - Técnico em saúde bucal da estratégia de saúde da família; ou | | | Cirurgião Dentista de Saúde Coletiva participante do Programa Saúde na Hora, para o qual há a possibilidade de cumprir carga horária mínima de 20 horas semanais | |
| | | 3224-15 - Auxiliar em Saúde Bucal; ou | | | | |
| | | 3224-30 - Auxiliar em saúde bucal da estratégia de saúde da família. | | | | |
| 73 - equipe de Consultório na Rua (eCR) | Respeitar a composição de CBO por modalidade, conforme definido no Anexo XVI, capítulo I (das diretrizes de organização e funcionamento das equipes de consultório na rua) da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 | 2235-05 - Enfermeiro ou; | 30hs semanais* *Ressalvada a possibilidade das equipes enquadradas na Modalidade III optarem por profissional médico com carga horária semanal de 30 (trinta) horas ou por 2 (dois) médicos com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. | | | 60hs semanais |
| | | 2515* - Psicólogos e psicanalistas; | | | | |
| | | 2516-05 Assistente Social ou; | | | | |
| | | 2239-05 Terapeuta Ocupacional ou; | | | | |
| | | 5153-10 Agente de Ação Social ou; | | | | |
| | | 3222-05 - Técnico de Enfermagem ou; | | | | |
| | | 3222-30 - Auxiliar de Enfermagem ou; | | | | |
| | | 3224-05 - Técnico em Saúde Bucal ou; | | | | |
| | | 2232* - Cirurgiões-dentistas ou; | | | | |
| | | 2241* - Profissionais da educação física ou; | | | | |
| | | 2251* - Médicos Clínicos. | | | | |
| 74 - equipe de Atenção Primária Prisional (eAPP) | Respeitar a composição de CBO por modalidade, conforme definido no Anexo XVIII, Capítulo I (Das normas para operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP, no âmbito do sistema único de saúde - SUS), da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 | 2235* - Enfermeiros e Afins | 6hs semanais Definido no Anexo XVIII, Capítulo I (Das normas para operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP, no âmbito do sistema único de saúde - SUS), da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. | | | 60hs semanais |
| | | 2251* - Médicos clínicos | | | | |
| | | 3222* - Técnicos e Auxiliares de Enfermagem | | | | |
| | | 2232* - Cirurgiões-dentistas; | | | | |
| | | 3224* - Técnicos de odontologia; | | | | |
| | | 2239-05 - Terapeuta Ocupacional | | | | |
| | | 2236* - Fisioterapeutas | | | | |
| | | 2515* - Psicólogos e psicanalistas | | | | |
| | | 2516-05 - Assistente Social | | | | |
| | | 2234* - Farmacêuticos | | | | |
| | | 2237* - Nutricionistas | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 76 - Equipe de Atenção Primária (eAP) | 1 Médico | 2251-42 - Médico da Estratégia de Saúde da Família; ou | 20hs semanais | 30hs semanais | 60hs semanais |
| | | 2251-70 - Médico Generalista; ou | | | |
| | | 2251-30 - Médico de Família e Comunidade; ou | | | |
| | | 2251-25 - Médico Clínico. | | | |
| | 1 Enfermeiro | 2235-65 - Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família; ou | | | |
| | | 2235-05 - Enfermeiro. | | | |
| Da atenção integral à saúde de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa | Composição mínima prevista para: 70 - equipe de Saúde da Família (eSF) Ou 76 - Equipe de Atenção Primária (eAP) | 2251-33 - Médico psiquiatra | 4hs semanais | | 60hs semanais |
| | | 2515* - Psicólogos e psicanalistas | | | |
| | | 2516-05 - Assistente Social** **necessário que tenha especialização em saúde mental. | | | |
| | | 2235* - Enfermeiros e Afins** **necessário que tenha especialização em saúde mental. | | | |
| | | 2239-05 - Terapeuta Ocupacional** **necessário que tenha especialização em saúde mental. | | | |

* Poderá ser utilizado qualquer CBO desta família de ocupações. (NR)"

## AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

### RESOLUÇÃO RO Nº 2.666, DE 18 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora AMP Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 18 de maio de 2021, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.007774/2021-91, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora AMP Saúde Ltda., registro ANS nº 41.375-5 e CNPJ nº 04.388.452/0001-43, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da Resolução Normativa - RN nº 112, de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora AMP Saúde Ltda. com base no art. 9º, § 4º, da Lei nº 9.656, de 1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO SCARABEL

**RESOLUÇÃO RO Nº 2.667, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora Planodont Serviços Odontológicos Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, e na forma do disposto no art. 12, da Resolução Normativa nº 438, de 3 de dezembro de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.031296/2019-15, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo de até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora Planodont Serviços Odontológicos Ltda, CNPJ nº 08.375.051/0001-00, registro ANS nº 41.836-6, exerçam a portabilidade especial de carências para plano de saúde da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - a portabilidade especial de carências pode ser exercida pelos beneficiários cujo vínculo tenha sido extinto em até 60 (sessenta) dias antes da data inicial do prazo para a portabilidade especial de carências estabelecido por esta Resolução Operacional, não se aplicando o requisito do vínculo ativo para o exercício do direito;

III - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na operadora Planodont Serviços Odontológicos Ltda pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se ao cumprimento dos respectivos períodos remanescentes no plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem;

IV - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo, caso seja ofertado, a ser negociado com a operadora do plano de destino;

V - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos de prazo de permanência e de compatibilidade por faixa de preço, previstos, respectivamente, nos incisos III e V do caput do artigo 3º da RN nº 438, de 2019.

§ 2º O beneficiário que esteja vinculado ao plano de origem há menos de 300 (trezentos) dias, pode exercer a portabilidade de carências tratada neste artigo, sujeitando-se, quando cabíveis, aos períodos de carências do plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem, ressalvados os casos previstos no § 8º do artigo 3º da RN nº 438, de 2019.

§ 3º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 3 (três) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

§ 4º O beneficiário da Planodont Serviços Odontológicos Ltda exercerá a portabilidade especial de carências, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher plano, diretamente na operadora de destino ou administradora de benefícios responsável pelo plano de destino, em qualquer faixa de preço, não se aplicando o requisito previsto no inciso V do artigo 3º da RN nº 438, de 2019;

II - poderá escolher plano de destino com cobertura (segmentação) não prevista no plano de origem, podendo ser exigido o cumprimento de carência para as coberturas não previstas;

III - deverá apresentar documentos para fins de comprovação do atendimento aos requisitos disciplinados nesta Resolução Operacional;

IV - quando o plano de destino for de contratação coletiva, apresentar comprovação de vínculo com a pessoa jurídica contratante do plano, nos termos dos artigos 5º e 9º da RN nº 195, de 2009, ou comprovação referente ao empresário individual, nos termos da RN nº 432, de 27 de dezembro de 2017.

§ 5º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após análise que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou imediatamente após pagamento da primeira mensalidade, o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta Resolução, não se aplicando o disposto nos artigos 18 e 19 da RN nº 438, de 2019;

II - divulgar, em seus postos de venda, a listagem dos planos disponíveis para contratação, com os respectivos preços máximos dos produtos;

III - no caso de o beneficiário da Planodont Serviços Odontológicos Ltda estar internado, a solicitação de portabilidade especial poderá ser requerida por seu representante legal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO SCARABEL

**RESOLUÇÃO RO Nº 2.668, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na operadora Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 18 de maio de 2021, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.013051/2020-40, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o regime de direção fiscal na operadora Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro, registro ANS nº 39.332-1 e CNPJ nº 42.163.881/0001-01.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO SCARABEL

**RESOLUÇÃO RO Nº 2.669, DE 19 DE MAIO DE 2021**

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários do estado da Bahia da operadora UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, e na forma do disposto no art. 13, da Resolução Normativa nº 438, de 3 de dezembro de 2018, considerando as anormalidades administrativas graves de natureza assistencial constantes do processo administrativo nº 33910.024106/2020-47, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo de até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários do estado da Bahia da operadora UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO, registro ANS nº 32.421-3, inscrita no CNPJ sob o nº 09.237.009/0001-95, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano de saúde da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida pelos beneficiários da operadora, residentes no estado da Bahia, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida pelos beneficiários cujo vínculo tenha sido extinto em até 60 (sessenta) dias antes da data inicial do prazo para a portabilidade extraordinária de carências estabelecido por esta Resolução Operacional, não se aplicando o requisito do vínculo ativo para o exercício do direito;

III - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na operadora UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se ao cumprimento dos respectivos períodos remanescentes no plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem;

IV - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo, caso seja ofertado, a ser negociado com a operadora do plano de destino;

V - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada nesse artigo os requisitos de prazo de permanência e de compatibilidade por faixa de preço, previstos, respectivamente, nos incisos III e V do caput do artigo 3º da RN nº 438, de 2018.

§ 2º O beneficiário que esteja vinculado ao plano de origem há menos de 300 (trezentos) dias, pode exercer a portabilidade de carências tratada neste artigo, sujeitando-se, quando cabíveis, aos períodos de carências do plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem, ressalvados os casos previstos no § 8º, do artigo 3º da RN nº 438, de 2018.

§ 3º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 3 (três) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

§ 4º O beneficiário da UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO exercerá a portabilidade extraordinária de carências, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher plano, diretamente na operadora de destino ou administradora de benefícios responsável pelo plano de destino, em qualquer faixa de preço, não se aplicando o requisito previsto no inciso V, do artigo 3º, da RN nº 438;

II - poderá escolher plano de destino com cobertura (segmentação) não prevista no plano de origem, podendo ser exigido o cumprimento de carência para as coberturas não previstas;

III - deverá apresentar documentos para fins de comprovação do atendimento aos requisitos disciplinados nesta Resolução Operacional;

IV - quando o plano de destino for de contratação coletiva, deverá apresentar comprovação de vínculo com a pessoa jurídica contratante do plano, nos termos dos artigos 5º e 9º da RN nº 195, de 2009, ou comprovação referente ao empresário individual, nos termos da RN nº 432, de 27 de dezembro de 2017.

§ 5º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após análise que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou imediatamente após pagamento da primeira mensalidade, o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta Resolução, não se aplicando o disposto nos artigos 18 e 19, da RN nº 438, de 2018;

II - divulgar, em seus postos de venda, a listagem dos planos disponíveis para contratação, com os respectivos preços máximos dos produtos;

III - no caso de o beneficiário da operadora UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO estar internado, a solicitação de portabilidade extraordinária poderá ser requerida por seu representante legal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SCARABEL

**CONSULTA PÚBLICA Nº 87, DE 19 DE MAIO DE 2021**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 10° da Lei n° 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e art. 35 do Regulamento aprovado pelo Decreto n° 3.327, de 05 de janeiro de 2000, deliberou, por ocasião da 549ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 18 de maio de 2021, a realização da seguinte Consulta Pública e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1° - Fica aberta, a partir de 7 (sete) dias após a data da publicação deste ato, Consulta Pública com prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução Normativa que dispõe sobre a classificação das operadoras de plano de assistência à saúde para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Art. 2° - As propostas de Resolução Normativa, bem como todos os documentos que a subsidiam estarão disponíveis na íntegra durante o período de consulta na página da ANS, www.ans.gov.br, em "Participação da Sociedade", no item "Consultas e Participações Públicas".

Art. 3° - As sugestões e comentários poderão ser encaminhados, por meio do endereço eletrônico mencionado no artigo anterior, pelo preenchimento de formulário disponível na página da ANS.

Art. 4° - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SCARABEL
Diretor Presidente
Substituto

**DECISÃO DE 19 DE MAIO DE 2021**

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei 9.961 de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 549ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 18 de maio de 2021, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo: 33902.357925/2015-18

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto nº 2/2021/COAJU/ASSNT-DIFIS/DIRAD-DIFIS/DIFIS, pela declaração do cumprimento do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta - TCAC nº 001/2020 celebrado com a HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA e, por via de consequência, pela extinção do ato objeto de apuração que estava nele expressamente elencado, os Processos Administrativos Sancionadores 25783.028017/2014-04; 33910.032233/2018-03; 33910.013047/2018-67; 33910.023818/2018- 24; 33910.006475/2019-14; 33910.003301/2019-08; 33910.005484/2019-98; 33910.005611/2019-59; 33910.002913/2019-75, em relação às condutas objeto de ajuste, tipificada no artigo 78, da RN nº 124/06.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGÉRIO SCARABEL
Diretor-Presidente
Substituto

## DIRETORIA COLEGIADA

### DECISÃO DE 19 DE MAIO DE 2021

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 549ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 18 de maio de 2021, julgou o seguinte processo administrativo:

| Processo ANS n.º | Nome da Operadora | Relator | Decisão |
|---|---|---|---|
| 33910.004786/2021-63 | Santo André Planos de Assistência Médica Ltda; | DIPRO | Aprovado por unanimidade o conhecimento e não provimento do recurso da operadora, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias, da alteração de seu ato constitutivo, arquivada pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, documentando a reversão da assunção do seu controle societário por Marcelo José Issa, efetivada sem autorização da ANS, ou a apresentação de pedido de regularização instruído com a documentação exigida pela Resolução Normativa nº 270, de 2011, e pela Instrução Normativa DIOPE nº 49, de 2012, sob pena de manutenção de sua Direção Fiscal, ainda que todas as outras anormalidades de natureza grave sejam afastadas, e de aplicação das sanções previstas no artigo 28 da RN nº 124, de 2006. |

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor - Presidente
Substituto

### DECISÃO DE 19 DE MAIO DE 2021

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 549ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 18 de maio de 2021, julgou o seguinte processo administrativo:

| Processo ANS n.º | Nome da Operadora | Relator | Decisão |
|---|---|---|---|
| 33910.036557/2020-27 | Dentalplan Planos de Assistência Odontológica Ltda. | DIOPE | Aprovado por unanimidade o indeferimento do recurso administrativo interposto pela operadora em 29/03/2021 e a publicação de edital para oferta pública das referências operacionais e do cadastro de beneficiários da operadora, com fundamento no art. 2º da Resolução Normativa (RN) nº 384, de 2015. |
| 33910.036728/2020-18 | Healthcare Trust Service - Consultoria em Negócios de Saúde | DIOPE | Aprovado por unanimidade o indeferimento do recurso administrativo protocolado pela operadora em 30/03/2021 e a manutenção do cancelamento compulsório do registro ANS nº 41.444-1 e da autorização de funcionamento da operadora, como medida alternativa à decretação de liquidação extrajudicial, com base no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998, c/c o inciso VIII do art. 24 da Resolução Normativa (RN) nº 85, de 2004, e o inciso I do art. 19 da RN nº 316, de 2012, conforme deliberado na 543ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada da ANS realizada em 10/02/2021. |

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor - Presidente
Substituto

### DECISÃO DE 19 DE MAIO DE 2021

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 549ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 18 de maio de 2021, julgou o seguinte processo administrativo:

| Processo ANS n.º | Nome da Operadora | Relator | Decisão |
|---|---|---|---|
| 33910.009823/2021-20 | Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico | DIGES | Aprovado por unanimidade o indeferimento do pedido de reconsideração do resultado do monitoramento da garantia de atendimento referente ao 4º trimestre de 2020, mantendo a classificação da operadora na faixa 2. |

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor - Presidente
Substituto

### RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 18 de maio de 2021, publicada no DOU nº 93, em 19 de maio de 2021, seção 1, página 135, onde se lê: "33902.253805/2014-53" leia-se: "33902.250805/2014-53".

## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

## GERÊNCIA-GERAL DE RECURSOS

### ARESTO Nº 1.429, DE 19 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Recursos, Substituta, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Sessão de Julgamento Ordinária - SJO n° 16 realizada no dia 19 de maio de 2021, com fundamento no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 86, inciso I, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e em conformidade com o art. 22 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

SIMONE DE OLIVEIRA REIS RODERO

ANEXO

Recorrente: BRACCO IMAGING DO BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 10.742.412/0004-01
Número do Processo: 25351.041561/2011-05
Expediente: 0766287/15-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 67/2021 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: VALEANT FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 61.186.136/0001-22
Número do Processo: 25351.465081/2012-89
Expediente: 0993797/15-8
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso por PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 78/2021 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 82.277.955/0001-55
Número do Processo: 25000.000498/97-74
Expediente: 0618800/14-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 36/2021 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: BELFAR LTDA.
CNPJ: 18.324.343/0001-77
Número do Processo: 25000.006736/90-05
Expediente: 0946564/13-2
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 83/2021 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Número do Processo: 25351.222724/2002-23
Expedientes: 0115093/13-6, 0115119/13-3, 0115132/13-1, 0116769/13-3, 0116661/13-1, 0116673/13-5 e 0175273/13-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 110/2021 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: FARMOQUÍMICA S.A.
CNPJ: 33.349.473/0001-58
Número do Processo: 25351.241138/2010-17
Expediente: 0178605/14-9
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 14/2021 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: ELI LILLY DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 43.940.618/0001-44
Número do Processo: 25351.473510/2010-39
Expediente: 0978967/15-7
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 259/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Número do Processo: 25351.042220/2003-11
Expediente: 0968906/15-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, declarando a INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 260/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: TAM LINHAS AÉREAS S.A.
CNPJ: 02.012.862/0001-60
Número do Processo: 25351.620354/2011-40
Expediente: 1098501/15-8
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 256/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: AGE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 04.845.059/0003-01
Número do Processo: 25759.536819/2008-34
Expediente: 0482415/13-6
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por ILEGITIMIDADE, com REVISÃO DE OFÍCIO para tornar insubsistente o auto de infração, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 257/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: IGT ALIMENTOS LTDA.
CNPJ: 11.140.507/0011-39
Número do Processo: 25759.412591/2013-21
Expediente: 0159573/17-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 261/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0001-15
Número do Processo: 25351.003836/2010-06
Expediente: 0942190/15-4

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 262/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A.

CNPJ: 17.314.329/0032-26

Número do Processo: 25759.254191/2014-51

Expediente: 1113089/15-0

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 263/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: SVP COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

CNPJ: 06.002.532/0001-44

Número do Processo: 25759.342232/2013-10

Expediente: 0021412/17-4

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 361/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.

CNPJ: 02.427.026/0001-46

Número do Processo: 25757.010717/2013-94

Expediente: 1270420/16-2

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 362/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: ALLIAGE S.A. INDÚSTRIAS MÉDICO ODONTOLÓGICA

CNPJ: 55.979.736/0001-45

Número do Processo: 25759.762680/2011-67

Expediente: 1085463/15-1

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 363/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: CRM COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

CNPJ: 01.314.984/0001-48

Número do Processo: 25351.638941/2010-53

Expediente: 0929524/15-1

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 364/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: INTERMARITIMA PORTOS E LOGÍSTICA S.A.

CNPJ: 96.825.575/0001-12

Número do Processo: 25742.128303/2013-73

Expediente: 1297811/16-6

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, com arquivamento do processo por insubsistência do auto de infração, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 365/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: RABELLO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 35.436.435/0001-68

Número do Processo: 25351.550199/2010-62

Expediente: 0984295/15-1

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 366/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: EMS S.A.

CNPJ: 57.507.378/0001-01

Número do Processo: 25351.506332/2014-83

Expediente: 2315796/17-6

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 81/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: BIOCARDIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES E CORRELATOS LTDA.

CNPJ: 59.341.289/0001-55

Número do Processo: 25351.502823/2017-72

Expediente: 2407262/19-1

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por EXAURIMENTO DA ESFERA ADMINISTRATIVA, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 411/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: FUNDAÇÃO PIO XII

CNPJ: 49.150.352/0002-01

Números dos Processos: 25759.233695/2018-18, 25759.233694/2018-65 e 25759.233690/2018-87

Expedientes: 0340922/18-8, 0340923/18-6 e 0340924/18-4

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 776/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 777/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 778/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: CENTER OF MOLECULAR RESEARCH BRASIL LTDA.

CNPJ: 17.655.359/0001-08

Número do Processo: 25351.809326/2021-89

Expediente: 1356936/21-1

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 148/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: FRATA EVERGREENLIFE DO BRASIL EIRELI

CNPJ: 28.788.808/0001-02

Número do Processo: 25351.642911/2019-78

Expediente: 0069328/21-8

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 149/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: BIOTECH LOGÍSTICA LTDA.

CNPJ: 21.382.943/0001-04

Números dos Processos: 25351.732835/2020-25, 25351.732836/2020-70, 25351.732837/2020-14, 25351.732838/2020-69, 25351.732846/2020-13, 25351.732847/2020-50, 25351.732849/2020-49, 25351.732851/2020-18, 25351.732852/2020-62, 25351.732853/2020-15, 25351.732860/2020-17, 25351.732861/2020-53, 25351.732865/2020-31, 25351.732866/2020-86 e 25351.732867/2020-21

Expedientes: 0092284/21-3, 0092066/21-6, 0091944/21-0, 0092160/21-2, 0092033/21-1, 0091418/21-6, 0092368/21-2, 0092074/21-9, 0092275/21-4, 0092265/21-9, 0091939/21-6, 0091415/21-7, 0091847/21-4, 0092046/21-5 e 0091951/21-6

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 150/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 151/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 152/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 153/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 154/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 155/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 156/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 157/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 158/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 159/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 160/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 161/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 162/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 163/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 164/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: FARMANDALA COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 27.381.655/0001-03

Número do Processo: 25351.643942/2020-80

Expediente: 0078615/21-6

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 165/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: HERVAL INDÚSTRIA DE MÓVEIS COLCHÕES E ESPUMAS LTDA.

CNPJ: 16.670.753/0001-44

Número do Processo: 25351.643931/2020-08

Expediente: 0039128/21-1

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 166/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA.

CNPJ: 12.255.403/0001-60

Número do Processo: 25351.732855/2020-04

Expediente: 0124257/21-6

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 167/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: J T FREIRE ME

CNPJ: 19.147.463/0001-09

Número do Processo: 25351.751647/2020-04

Expediente: 0071929/21-5

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 168/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: MEDARTIS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

CNPJ: 07.021.336/0001-80

Número do Processo: 25351.368606/2018-28

Expediente: 0065598/21-1

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 169/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: ELS SOLUTIONS DO BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.

CNPJ: 13.219.337/0001-36

Número do Processo: 25351.005823/2020-24

Expediente: 0144893/21-5

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 170/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: FERNANDO UNIFORMES EIRELI EPP

CNPJ: 21.008.058/0001-51

Número do Processo: 25351.609742/2020-06

Expediente: 0144890/21-6

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 171/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: BIOCLEAN - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.

CNPJ: 09.228.004/0001-04

Número do Processo: 25351.121700/2020-30

Expediente: 0182601/21-8

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER DO RECURSO por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 172/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: ITW FLUIDS & HYGIENE SOLUTIONS LTDA.

CNPJ: 07.125.955/0001-14

Número do Processo: 25351.746063/2020-17

Expediente: 0145851/21-4

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso por LITISPENDÊNCIA, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 173/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: KEVENOLL DO BRASIL PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 12.936.659/0001-33

Número do Processo: 25351.809123/2021-92

Expediente: 0263848/21-3

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 174/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: DOC MED COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

CNPJ: 66.877.184/0001-80

Número do Processo: 25351.040733/2020-80

Expediente: 0411160/21-4

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 175/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: CIM EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

CNPJ: 34.235.138/0001-91

Número do Processo: 25743.924213/2020-18

Expediente: 1356018

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 14/2021 - SEI/CPROC/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: CENTRO OESTE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS E UTILIDADES EIRELI

CNPJ: 29.973.676/0001-56

Número do Processo: 25351.931438/2020-34

Expediente: 1383923

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 15/2021 - SEI/CPROC/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: FELIPE AUGUSTO GOMES SALES

CNPJ: 15***11

Número do Processo: 25351.931365/2018-66

Expediente: 1235890

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 17/2021 - SEI/CPROC/GGREC/GADIP/ANVISA.

## 4ª DIRETORIA
## GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

### RESOLUÇÃO RE Nº 1.995, DE 19 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

Fabricante: Mylan Laboratories Ltd. - Unit VII
Endereço: Plot No. 14, 99 &100, IDA, Pashamylaram, Phase II, Patancheru, Sangareddy District, Telangana - 502307
País: Índia Código único: B.0048
Solicitante: Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. CNPJ: 05.161.069/0001-10
Autorização de Funcionamento: 1.05.584-9 Expediente(s): 4158999/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: aciclovir

---

Fabricante: North China Pharmaceutical Corporation Group Semisyntech Co., Ltd.
Endereço: No. 8 Xingye Street, Shijiazhuang Economic &Technical Development Zone, Hebei - 052165
País: República Popular da China Código único: B.0124
Solicitante: Eurofarma Laboratórios S.A. CNPJ: 61.190.096/0001-92
Autorização de Funcionamento: 1.00.043-8 Expediente(s): 4174657/20-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por semissíntese (classe penicilínicos):
benzilpenicilina benzatina tetraidratada (etapa de síntese química e esterilização)

---

Fabricante: North China Pharmaceutical Corporation Group Semisyntech Co., Ltd.
Endereço: No. 8 Xingye Street, Shijiazhuang Economic &Technological Development Zone, Hebei - 052165
País: República Popular da China Código único: B.0124
Solicitante: Fundação para o Remédio Popular - FURP CNPJ: 43.640.754/0001-19
Autorização de Funcionamento: 1.01.039-1 Expediente(s): 3861714/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por semissíntese (classe penicilínicos):
benzilpenicilina benzatina tetraidratada (etapa de síntese química e esterilização)

### RESOLUÇÃO RE Nº 1.996, DE 19 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

Fabricante: N.V. Organon
Endereço: Veersemeer 4, 5347 JN, Oss
País: Holanda (Países Baixos) Código Único: A.0423
Solicitante: Schering-Plough Indústria Farmacêutica Ltda. CNPJ: 03.560.974/0001-18
Autorização de Funcionamento: 1.00.171-1 Expediente: 3863052/20-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumo farmacêutico biológico: alfacorifolitropina e betafolitropina

### RESOLUÇÃO RE Nº 1.997, DE 19 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: LUSOMEDICAMENTA SOCIEDADE TÉCNICA FARMACÊUTICA S.A.
ENDEREÇO: ESTRADA CONSIGLIERI PEDROSO, 69-B, QUELUZ DE BAIXO, 2730-055 BARCARENA - PAÍS: PORTUGAL - CÓDIGO ÚNICO: A.0386
EMPRESA SOLICITANTE: JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 51.780.468/0001-87
AUTORIZ/MS: 1012361 - EXPEDIENTE(s): 3533483/20-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Comprimidos

### RESOLUÇÃO RE Nº 1.998, DE 19 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: ISTITUTO DE ANGELI S.R.L.
ENDEREÇO: LOCALITÀ PRULLI, 103/C - 50066 REGGELLO (FI) - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0732
EMPRESA SOLICITANTE: SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 10.588.595/0010-92
AUTORIZ/MS: 1083267 - EXPEDIENTE(s): 3042532/20-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Soluções; Xaropes

.....

EMPRESA FABRICANTE: FRESENIUS KABI AUSTRIA GMBH
ENDEREÇO: AM GEWERBEPARK 6 - 8402 - WERNDORF - PAÍS: ÁUSTRIA - CÓDIGO ÚNICO: A.1076
EMPRESA SOLICITANTE: CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - CNPJ: 62.969.589/0001-98
AUTORIZ/MS: 1001510 - EXPEDIENTE(s): 3723952/20-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem secundária)

.....

EMPRESA FABRICANTE: ATDIS PHARMA, S.L.
ENDEREÇO: C/ CARRAQUER, S/N - POL. IND. LA QUINTA R2, CABANILLAS DEL CAMPO, 19171, GUADALAJARA, ESPANHA - PAÍS: ESPANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.1271
EMPRESA SOLICITANTE: EXELTIS LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA - CNPJ: 19.136.432/0001-52
AUTORIZ/MS: 1135644 - EXPEDIENTE(s): 4354065/20-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem secundária)

### RESOLUÇÃO RE Nº 1.999, DE 19 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 13 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: BIOLOGICAL E. LIMITED
ENDEREÇO: PLOT NO.4, SURVEY NO. 542/P, BIOTECH PARK, PHASE-II, KOLTHUR VILLAGE - 500 078, SHAMEERRPET MANDAL, MEDCHAL-MALKAJGIRI - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.1424
EMPRESA SOLICITANTE: CIPLA BRASIL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 18.268.051/0001-64
AUTORIZ/MS: 1115411 - EXPEDIENTE(s): 3181434/20-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados

### RESOLUÇÃO RE Nº 2.000, DE 19 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando a necessidade de atualização na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, prevista no art. 12, caput, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa fabricante FAES FARMA, S.A., publicada pela Resolução-RE nº 1.901, de 17 de julho de 2019, no Diário Oficial da União nº 139, de 22 de julho de 2019, Seção 1, pág. 60, e em em Suplemento da Seção 1, pág. 32, DE TAKEDA PHARMA LTDA., CNPJ: 60.397.775/0001-74, Autorização de Funcionamento: 1006398; PARA COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.., CNPJ: 61.082.426/0002-07, Autorização de Funcionamento: 1078177; conforme expedientes nº 0409407/18-7 e 1609700/21-0.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

### RESOLUÇÃO RE Nº 2.009, DE 19 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução dE Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: VIRCHOW BIOTECH PVT LTD.
ENDEREÇO: SY.NO. 172 PART, GAGILLAPUR VILLAGE, RANGA REDDY DISTRICT, ANDHRA PRADESH. - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0669
EMPRESA SOLICITANTE: AMH FARMA LTDA - CNPJ: 18.173.548/0001-07
AUTORIZ/MS: 1242638 - EXPEDIENTE(s): 4144178/20-0
ASSUNTO: 70224 - INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS BIOLÓGICOS - Certificação de BPF de INDÚSTRIA INTERNACIONAL exceto MERCOSUL
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em atendimento ao artigo 375 da RDC 301/2019, pelo descumprimento das Boas Práticas de Fabricação com relação ao artigo 219 da RDC 69/2014; artigo 14 da RDC 301/2019; artigo 40 da IN 40/2019; artigos 20, 26, 28, 39, 48 e 57 da IN 46/2019; artigos 91 e 113 da IN 35/2019 e artigo 110 da IN 47/2019.

.....

EMPRESA FABRICANTE: VIRCHOW BIOTECH PVT LTD.
ENDEREÇO: SY.NO. 172 PART, GAGILLAPUR VILLAGE, RANGA REDDY DISTRICT, ANDHRA PRADESH. - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0669
EMPRESA SOLICITANTE: AMH FARMA LTDA - CNPJ: 18.173.548/0001-07
AUTORIZ/MS: 1242638 - EXPEDIENTE(s): 4144134/20-2
ASSUNTO: 7326 - MEDICAMENTOS - (Certificação de BPF) de INDÚSTRIA INTERNACIONAL de PRODUTOS ESTÉREIS exceto MERCOSUL
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em atendimento ao artigo 375 da RDC 301/2019, pelo descumprimento das Boas Práticas de Fabricação com relação ao artigo 219 da RDC 69/2014; artigo 14 da RDC 301/2019; artigo 40 da IN 40/2019; artigos 20, 26, 28, 39, 48 e 57 da IN 46/2019; artigos 91 e 113 da IN 35/2019 e artigo 110 da IN 47/2019.

## COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

### RESOLUÇÃO-RE Nº 2.664, DE 24 DE JULHO DE 2020(*)

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Veloex Logistica e Transporte de Cargas Ltda / 018.485.555/0001-36
25351.659105/2014-56 / 1125404
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 2023468205
---
CIRÚCIRURGICA RECIFE COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA / 000.236.193/0001-84
25351.602207/2014-68 / 1121203
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 2037587201
---
FEDEX BRASIL LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA / 010.970.887/0042-72
25351.265321/2016-99 / 1157300
7013 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 1907351208

(*) Republicado por ter saído com incorreção no original, publicado no DOU nº 142, de 27 de julho de 2020, Seção 1, pág. 57.

### RESOLUÇÃO RE Nº 2.006, DE 19 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

TEIXO TRANSPORTES EIRELI / 33.682.143/0001-80
25351.440447/2021-00 / 1255051
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1759681211
---
CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0607-49
25351.457139/2021-13 / 1255281
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 1811831213
---
start med distribuidora ltda / 16.776.949/0001-18
25351.451754/2021-16 / 1255078
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1795919213
---
BIOTECH IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI / 29.458.690/0001-09
25351.463102/2021-16 / 1255190
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1828077216
---
ONCONORTE LTDA - EPP / 14.497.468/0001-48
25351.463187/2021-32 / 1255229
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1828175218
---
ITAFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. / 06.330.292/0001-07
25351.406072/2021-41 / 1255107
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1658434218
---
MPM COMERCIO ATACADISTA EIRELI / 27.499.507/0001-98
25351.305569/2021-42 / 1255246
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1762438216
---
TNT MERCURIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA / 95.591.723/0167-08
25351.451586/2021-51 / 1255064
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1795671211
---
STAR PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 41.622.520/0001-13
25351.463169/2021-51 / 1255155
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1828157210
---
DE SANTA TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA / 09.185.434/0002-69
25351.463183/2021-54 / 1255215
761 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1828171212
---
Transportadora Gobor Ltda. / 77.505.550/0014-01
25351.440412/2021-62 / 1255047
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1759641219
---
GEORGINI PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 10.596.721/0003-21
25351.440268/2021-64 / 1255020
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1759479217
---
J &A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 40.289.223/0001-35
25351.417708/2021-80 / 1254991
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1695069218
---
SELETIVA-EXPRESS TRANSPORTE E LOGISTICA - EIRELI / 05.292.433/0001-81
25351.457397/2021-91 / 1255138
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1812279213
---
ASER COMERCIO ASSESSORIA REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 40.932.267/0001-31
25351.462792/2021-96 / 1255169
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1827725214
---
ZEN PHARMA BAURU MANIPULAÇÃO LTDA / 36.408.558/0001-58
25351.430045/2021-99 / 1255095
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 1729040216

### RESOLUÇÃO RE Nº 2.007, DE 19 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

WN TRANSPORTES LTDA / 21.098.604/0001-92
25351.187697/2018-01 / 1175835
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 1658425219
---
FRITZ EXPRESS LTDA / 97.360.549/0001-29
25025.020682/2007-02 / 1219745
7065 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 1695211219
---
F &F DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 10.854.165/0005-08
25351.438359/2016-05 / 1159882
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 1695382218
---
ARC TRANSPORTES E LOGISTICA DO TRANSPORTE - EIRELLE - ME - ME / 21.160.941/0001-62
25351.927768/2016-08 / 1153126
7254 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1606004212
---
I 9 DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO LTDA / 21.152.532/0001-14
25351.188404/2021-08 / 1252621
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1589233212
---
AR FARMA MEDICAMENTOS FARMACEUTICOS - EIRELI / 21.573.700/0001-45
25351.594599/2015-12 / 1146481
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 1710796219
25351.594599/2015-12 / 1146481
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 1710683210
---
PONTUAL FARMACEUTICA NR 2006 LTDA / 07.724.173/0001-00
25351.427720/2012-45 / 1232450
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 1658586212
---
CPS COMERCIO E SERVICO EIRELI / 39.781.556/0001-06
25351.188562/2021-50 / 1252708
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1727622219
---
HOSPVIDA LTDA - EPP / 12.057.503/0001-82
25351.864179/2016-71 / 1151599
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 1647122210
---
T.R.D.L. TRANSPORTES LTDA - EPP / 05.305.623/0001-96
25351.039831/2020-74 / 1199371
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 1710416211
---
COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0715-46
25351.199227/2018-81 / 1175988
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 1641498218
---
VTC OPERADORA LOGISTICA LTDA / 24.893.687/0005-23
25351.469542/2012-82 / 1231912
7021 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 1605886211
---
Indukern do Brasil Química LTDA / 72.923.113/0016-56
25351.006727/2021-84 / 1253245
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1550809211
---
WILSON SONS LOGÍSTICA LTDA / 03.852.972/0006-07
25351.313441/2008-85 / 1220787

7017 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 1695013212

---

TECNOFARMA TECNOLOGIA FARMACEUTICA LTDA / 05.334.483/0001-84

25351.744018/2019-86 / 1198635

7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1589303211

---

ACL CARGO TRANSPORTES LTDA EPP / 06.695.952/0001-53

25351.154042/2015-90 / 1137523

7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 1695081218

---

ROSASFARMA LTDA / 03.426.738/0001-03

25011.000008/00-88 / 1352278

7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 1813346211

---

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MEDICAS / 01.559.455/0002-95

25000.012679/99-88 / 1209081

7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1658370210

**RESOLUÇÃO RE Nº 2.008, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FARMACIA VITARTIS EIRELI - ME / 23.774.322/0001-93

25351.400670/2021-14 /

705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 1643085219

MOTIVO DO INDEFERIMENTO:

Não apresentação da declaração assinada do Anexo I e II da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

---

DC MEDIC DISTRIBUIDORA LTDA / 39.718.543/0001-84

25351.211076/2021-42 /

761 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1068209216

MOTIVO DO INDEFERIMENTO:

Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

---

QLS - QUALITY LIFE SCIENCES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 37.182.605/0001-50

25351.451640/2021-68 /

706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1795788216

MOTIVO DO INDEFERIMENTO:

Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76.

---

DMR Distribuidora de Medicamentos Ltda / 20.929.801/0001-43

25351.451656/2021-71 /

704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1795814217

MOTIVO DO INDEFERIMENTO:

Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76. Adicionalmente, a empresa não solicitou concessão de AFE para distribuidora de medicamentos.

**RESOLUÇÃO RE Nº 2.001, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

IANEGLECY GARCIA BORGES / 40.876.177/0001-70 25351.430050/2021-00 / 7805108 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1729066210 ---------- BARRETO FERREIRA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 41.559.169/0001-63 25351.429397/2021-00 / 7804698 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1727311211 ---------- DROGARIA SANTE LTDA / 37.818.418/0001-10 25351.435362/2021-00 / 7805341 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744564217 ---------- WADT E CEZARINO FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 35.049.064/0001-61 25351.365135/2021-00 / 7806026 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1538796218 ---------- DENTAL PHARMA EIRELI ME / 24.104.892/0001-39 25351.177222/2021-01 / 1255232 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1736218212 ---------- CBUP GLOBAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA / 37.427.389/0001-66 25351.457268/2021-01 / 4033302 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1812122217 ---------- SONELTA MASTERPHARMA LTDA / 38.351.833/0002-50 25351.418225/2021-01 / 7804485 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696107212 ---------- ERIC NICOLAS CASTRO SILVA EIRELI / 40.673.620/0001-06 25351.428675/2021-01 / 7804667 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1726306219 ---------- RT COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.511.952/0001-57 25351.452206/2021-03 / 7806121 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797274214 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0108-09 25351.430029/2021-04 / 7804988 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728940218 ---------- DROGARIA L.A. LTDA / 40.630.648/0001-66 25351.394987/2021-04 / 7803689 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1626753212 ---------- ROTA DISTRIBUIDORA LTDA / 36.731.457/0001-13 25351.440415/2021-04 / 8223230 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1759645214 ---------- HON FU COMERCIO DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA / 12.802.160/0001-33 25351.406314/2021-04 / 4033134 722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1658726219 ---------- DROGATIM DROGARIAS LTDA / 06.198.619/0084-66 25351.400545/2021-04 / 7804835 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642600212 ---------- ROSIMAR DA SILVA RAMOS FARMACIA / 33.862.439/0001-82 25351.400552/2021-06 / 7804883 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642621215 ---------- JOSE DONIZETE DE OLIVEIRA &CIA LTDA / 08.632.914/0002-68 25351.430036/2021-06 / 7805048 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728968218 ---------- csp comercio de medicamentos ltda epp / 06.223.578/0003-55 25351.440775/2021-06 / 7805875 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760857211 ---------- DROGARIA 4B DE SAPUCAIA LTDA / 23.226.366/0001-89 25351.439399/2021-07 / 7805585 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1758011211 ---------- F T DE OLIVEIRA SILVA / 41.238.909/0001-60 25351.435355/2021-08 / 7805202 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744541218 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1014-70 25351.438885/2021-08 / 7805571 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1757420210 ---------- JOSÉ ADEILSON DE MACEDO ME / 40.775.815/0001-67 25351.440736/2021-09 / 7805432 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760656210 ---------- Brilharte Industrial Ltda / 17.309.728/0001-00 25351.463191/2021-09 / 3103884 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1828181218 ---------- ACIJ FARMA LTDA / 40.709.876/0001-26 25351.452192/2021-10 / 7806182 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797205211 ---------- FARMACIA NAVEGANTES LTDA / 14.341.502/0001-90 25351.430032/2021-10 / 7805017 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728952211 ---------- MEDLAR HOME CARE &AID HOME SERVICOS MEDICOS LTDA / 38.309.434/0001-40 25351.457232/2021-10 / 8223317 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1812082215 ---------- Drogaria e Perfumaria Vida e Farma Ltda / 18.061.086/0004-70 25351.400559/2021-10 / 7804909 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642667213 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2705-31 25351.433139/2021-10 / 7805278 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1740025212 ---------- DROGARIA RA LTDA-M.E.FILIAL / 11.231.074/0002-36 25351.418216/2021-10 / 7804437 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696089211 ---------- M P DE A SANTOS / 41.012.078/0001-03 25351.440789/2021-11 / 7805935 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760916210 ---------- DENTAL.COM COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 24.999.196/0001-38 25351.457474/2021-11 / 8223365 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 1812359217 ---------- ARTHIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 33.745.478/0001-08 25351.457555/2021-11 / 8223396 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 1812447213 ---------- T L R DUARTE - ME / 12.057.051/0001-39 25351.430059/2021-11 / 7805247 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1729120218 ---------- APAM FARMA EIRELI / 36.733.825/0001-62 25351.418223/2021-11 / 7804468 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696101213 ---------- W S CARMINO LTDA / 36.106.802/0001-28 25351.435360/2021-11 / 7805324 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744558212 ---------- SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA / 61.064.838/0001-33 25351.406092/2021-11 / 8222984 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 1658458214 ---------- A T DA CRUZ NETO / 14.251.326/0001-04 25351.440741/2021-11 / 7805481 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760672211 ---------- LGL FARMA LTDA / 41.726.056/0001-05 25351.438881/2021-11 / 7805568 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1757386216 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1018-01 25351.435351/2021-11 / 7805156 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744529219 ---------- F &F DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 10.854.165/0007-70 25351.406039/2021-11 / 8223274 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1658401212 ---------- DROGARIA REIF LTDA / 41.051.329/0001-69 25351.424028/2021-12 / 7804576 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711808215 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2686-34 25351.452234/2021-12 / 7806030 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797395213 ---------- GIGANTE FARMA EIRELI / 10.431.817/0002-59 25351.429998/2021-12 / 7804731 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728790211 ---------- LOPES E SOARES COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 40.855.624/0001-05 25351.424109/2021-12 / 7804640 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1712174214 ---------- CUNHA &PRACZUM LTDA / 10.692.055/0001-63 25351.571470/2019-12 / 8223473 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2320789192 ---------- CASTRO JAROCHYNSKI &CIA LTDA ME / 09.812.822/0002-22 25351.435378/2021-12 / 7805386 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744615215 ---------- PATRIOTA COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA / 10.518.692/0001-18 25351.462774/2021-12 / 8223425 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1827682213 ---------- EUNUBIA SILVA DAS NEVES / 34.230.283/0001-80 25351.418214/2021-12 / 7804410 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696083211 ---------- EWYO C DA COSTA DROGARIA / 33.860.886/0001-00 25351.435369/2021-13 / 7805676 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744587216 ---------- IOD LOG SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS EIRELLI / 32.051.694/0001-82 25351.459462/2021-13 / 3103805 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1819219216 ---------- FARMA + SAUDE LTDa / 41.325.837/0001-98 25351.435385/2021-14 / 7805494 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744653218 ---------- SÃO CONRADO FARMACIA LTDA / 37.536.438/0001-07 25351.398676/2021-14 / 7804775 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1639365211 ---------- M COSTA CARDOSO / 40.790.994/0001-01 25351.400543/2021-15 / 7804818 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642594214 ---------- Concept Farmácia de Manipulação e Drogaria LTDA / 26.747.392/0005-74 25351.435376/2021-15 / 7805369 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744608212 ---------- DIEGO MOREIRA ROSA ME / 26.153.747/0001-73 25351.435258/2021-15 / 7805139 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744167216 ---------- LOGIC SOLUÇÕES LOGISTICAS LTDA - EPP / 15.101.228/0002-26 25351.295072/2021-17 / 3103898 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1802327215 ---------- WGN PELLIZZON DROGARIA / 33.374.023/0001-15 25351.452202/2021-17 / 7806151 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797257214 ---------- FERNANDEZ COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS S.A / 93.641.710/0066-27 25351.435383/2021-17 / 7805450 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744647213 ---------- STAR PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 41.622.520/0001-13 25351.462941/2021-17 / 3103819 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1827900211 ------

---------- BRENDA OLIVEIRA DA SILVA FARMACIA / 40.694.083/0001-80 25351.400550/2021-17 / 7804870 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642615211 ---------- DROGARIA ARTUR RIOS LTDA / 41.482.335/0001-70 25351.430034/2021-17 / 7805021 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728962219 ---------- NOVO TEMPO COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA / 29.720.540/0003-93 25351.424012/2021-18 / 7804545 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711752216 ---------- ---------- SISTEMA HDR COMERCIAL LTDA / 03.661.456/0001-90 25351.463039/2021-18 / 3103853 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1828007218 ---------- ---------- TTP COMERCIO DE MEDICAMENTOS E VARIEDADES LTDA / 36.359.823/0002-36 25351.433202/2021-18 / 7805295 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1740326210 ---------- DROGARIA NOVA ESPERANÇA EIRELI / 43.575.877/0005-47 25351.440727/2021-18 / 7805415 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760610211 ---------- DROGARIA IRAMAR LTDA / 41.046.747/0001-68 25351.440764/2021-18 / 7805771 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760807214 ---------- DROGARIA CHAVANTES LTDA. / 35.579.738/0001-30 25351.418209/2021-18 / 7804377 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696068218 ---------- FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA FILHO DROGARIA / 20.209.548/0001-53 25351.440780/2021-19 / 7805904 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760882211 ---------- SKYLINE CARGAS EXPRESS LTDA / 18.940.009/0001-48 25351.440195/2021-19 / 1255016 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1759332216 ---------- GLEITON &SABRINA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 29.111.799/0001-75 25351.424003/2021-19 / 7804531 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711729211 ---------- TROVA &BARBOSA DROGARIAS LTDA / 41.299.151/0001-70 25351.435353/2021-19 / 7805173 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744535213 ---------- ---------- Transportadora Gobor Ltda. / 77.505.550/0014-01 25351.440276/2021-19 / 8223170 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 1759489212 ---------- D.L. VASCONCELOS-ME / 07.935.612/0001-15 25351.462957/2021-20 / 3103836 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1827916214 ---------- ---------- MAX DIAGNÓSTICA COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS EIRELI / 36.758.240/0001-05 25351.567483/2020-21 / 8219236 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1044782218 ---------- A. C. ANDRE / 11.675.815/0003-59 25351.430030/2021-21 / 7804991 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728945219 ---------- PHARMA + COMERCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA. / 38.386.550/0001-63 25351.440723/2021-21 / 7805767 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760595214 ---------- STAR PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 41.622.520/0001-13 25351.462900/2021-21 / 4033333 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1827854219 ---------- ---------- ACR FARMACIAS DE SERGIPE EIRELE / 33.758.676/0001-06 25351.418205/2021-21 / 7804346 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696056214 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2687-15 25351.434620/2021-22 / 7805311 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1742468212 ---------- Maria Gomes Nobre / 39.694.304/0001-31 25351.438618/2021-22 / 7805541 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1756540215 ---------- maverson o barra / 39.991.535/0001-07 25351.356519/2021-23 / 7805997 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1799987211 ---------- BARATÃO DA GENTE COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 35.679.001/0001-99 25351.440730/2021-23 / 7805429 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760622215 ---------- DROGARIA MCF LTDA / 41.749.611/0001-14 25351.418212/2021-23 / 7804406 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696077217 ---------- ANNE MICHELLE DE SOUSA SILVA / 40.551.537/0001-64 25351.452232/2021-23 / 7806057 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797385216 ---------- Charlene dos Passos Drogaria Mais Saude ltda / 35.307.658/0001-25 25351.435367/2021-24 / 7805645 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744581217 ---------- --- FARMACIA VIVER BEM EIRELI / 40.777.280/0001-63 25351.440794/2021-24 / 7805966 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760943217 ---------- ---------- DROGARIA TEIXEIRA &VAZARIN LTDA / 39.977.305/0001-93 25351.435374/2021-26 / 7805736 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744602213 ---------- ---------- BARROS E SARTI LTDA / 41.423.092/0001-08 25351.430062/2021-26 / 7805264 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1729128213 ---------- ---------- THIAGO C DA SILVA EIRELI / 19.583.956/0001-91 25351.424040/2021-27 / 7804580 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711869217 ---------- ASER COMERCIO ASSESSORIA REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 40.932.267/0001-31 25351.440402/2021-27 / 8223212 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1759631213 ---------- CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA / 45.543.915/0882-59 25351.435166/2021-27 / 7805111 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1743784219 ---------- J A LIMA FARMACIA EIRELI / 41.763.643/0001-74 25351.435381/2021-28 / 7805401 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744641214 ---------- P. HENRIQUE FERREIRA DE SOUSA / 34.894.066/0001-94 25351.584344/2019-28 / 7804619 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2403405193 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0111-04 25351.430023/2021-29 / 7804961 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728904211 ---------- BF COMERCIOS E SERVIÇOS EIRELI / 30.460.165/0001-07 25351.457302/2021-30 / 3103780 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1812180217 ---------- ---------- DANIEL BRANDAO OLIVEIRA / 40.211.657/0001-12 25351.435252/2021-30 / 7805125 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744142211 ---------- K.T.DE MENDONÇA / 40.784.030/0001-50 25351.430021/2021-30 / 7804943 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728896217 ---------- VITOR F CANETTIERI &CIA LTDA ME / 40.378.122/0001-30 25351.424056/2021-30 / 7804605 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711965211 ---------- DROGARIA YHWH LTDA / 41.163.339/0001-96 25351.424063/2021-31 / 7804622 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711994214 ---------- HUIXIANG &WEN LTDA / 14.565.281/0001-34 25351.406324/2021-31 / 4033165 722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1658738217 ---------- J F A DROGARIA LTDA / 41.372.168/0001-05 25351.452199/2021-31 / 7806165 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797241218 ---------- ELOX TRADE COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI / 23.962.744/0001-92 25351.457581/2021-31 / 4033316 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1812474211 ---------- ROQUE DE JESUS SILVA DE CRUZ DAS ALMAS / 28.377.062/0001-36 25351.424017/2021-32 / 7804559 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711770214 ---------- NEUROSPINE COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 39.983.732/0001-84 25351.457408/2021-33 / 8223348 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1812290217 ---------- FARMACIA NOSSO LAR EIRELI / 41.483.060/0001-90 25351.435358/2021-33 / 7805281 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744552213 ---------- ---------- MILKA PEREIRA DOS SANTOS FIGUEIROA / 40.802.773/0001-06 25351.430046/2021-33 / 7805079 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1729043211 ---------- VITTAFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E COLCHOES LTDA / 09.174.668/0001-20 25351.462916/2021-33 / 8223442 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 1827872217 ---------- --------- D P LEITE / 29.716.661/0001-08 25351.452230/2021-34 / 7806061 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797372214 ---------- REAL FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 40.650.311/0001-10 25351.418210/2021-34 / 7804381 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696071218 ---------- ---------- RENOVACAO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DOMISSANITARIOS LTDA / 12.290.996/0001-04 25351.462899/2021-34 / 3103822 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1827853212 ---------- ---------- start med distribuidora ltda / 16.776.949/0001-18 25351.451773/2021-34 / 8223257 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1795940212 ---------- A PHARMACEUTICA FARMACIA DE MANIPULACAO EIRELI / 30.467.035/0001-04 25351.430053/2021-35 / 7805216 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1729076217 ---------- - ANA DAVILA LINHARES ME / 37.777.291/0001-39 25351.434636/2021-35 / 7805082 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1742739218 ---------- ---- start med distribuidora ltda / 16.776.949/0001-18 25351.451942/2021-36 / 1255081 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1796123218 ---------- DROGARIA E PERFUMARIA METRO LTDA / 12.057.677/0001-45 25351.430007/2021-36 / 7804912 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728825218 ---------- ana gloria g da silva / 37.929.732/0001-70 25351.440584/2021-36 / 7805628 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760072213 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1002-36 25351.435372/2021-37 / 7805719 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744596215 ---------- ---------- CBUP GLOBAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA / 37.427.389/0001-66 25351.457567/2021-38 / 8223291 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1812459211 ---------- DROGARIA NOVA BIENAL MORUMBI LTDA / 41.603.944/0001-30 25351.424049/2021-38 / 7804593 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711909210 ---------- AMPLO EXPRESS LTDA - ME / 07.778.029/0001-48 25351.462786/2021-39 / 8223439 855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 1827711213 ---------- ---------- S BOVO DROGARIA LTDA / 38.300.120/0001-87 25351.440707/2021-39 / 7805659 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760529216 ---------- ---------- COOP - COOPERATIVA DE CONSUMO / 57.508.426/0095-58 25351.334192/2021-39 / 7805800 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1749395211 ---------- MF SILVEIRA SANTOS LTDA / 40.220.852/0001-09 25351.435388/2021-40 / 7805537 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744662217 ---------- Madri Express Logística LTDA / 05.882.643/0004-72 25351.429736/2021-40 / 8223166 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 1727932218 ---------- ---------- MMF COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 40.911.092/0001-86 25351.400546/2021-41 / 7804849 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642603217 ---------- ROTA DISTRIBUIDORA LTDA / 36.731.457/0001-13 25351.440416/2021-41 / 3103762 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1759646211 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2685-53 25351.394988/2021-41 / 7803721 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1626756217 ---------- FERNANDEZ COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS S.A / 93.641.710/0067-08 25351.440769/2021-41 / 7805858 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760826211 ---------- FARMA RODRIGUES E COSTA EIRELI / 40.294.384/0001-17 25351.440712/2021-41 / 7805705 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760545218 ---------- FARMACIA MELHOR PRECO DE PARIPIRANGA LTDA / 41.037.036/0001-27 25351.400553/2021-42 / 7804897 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642625218 ---------- FA MARINGA LTDA / 79.124.079/0001-12 25351.440342/2021-42 / 8223183 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 1759565211 ---------- COOP - COOPERATIVA DE CONSUMO / 57.508.426/0093-96 25351.440776/2021-42 / 7805889 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760869214 ---------- SOAVE &LIMA ODONTO-MEDICO LTDA / 36.980.602/0001-08 25351.417744/2021-43 / 8223121 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 1695147219 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2658-80 25351.452221/2021-43 / 7806074 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797354216 ---------- COMERCIAL AMAZONENSE LTDA / 69.392.488/0001-46 25351.406259/2021-44 / 1254925 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1658646215 ---------- J P E S PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 31.899.367/0004-65 25351.430044/2021-44 / 7805065 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1729033213 ---------- FERNANDEZ COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS S.A / 93.641.710/0062-01 25351.435356/2021-44 / 7805233 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744546219 ---------- ---------- CRISTIANE MARCELIA RAMOS CAVALCANTE / 11.207.969/0003-16 25351.440783/2021-44 / 7805918 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760897210 ---------- PEG PAG FARMA LTDA / 41.498.851/0001-93 25351.424022/2021-45 / 7804562 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711784214 ---------- T&P PERIPERI FARMACIAS LTDA / 40.115.526/0001-31 25351.418219/2021-45 / 7804441 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696095215 ---------- Wapa Cosméticos Ltda / 01.674.616/0001-00 25351.406266/2021-46 / 4033074 722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1658655214 ---------- WHITE MARTINS GASES INDUSTRAIS DO NORTE LTDA / 34.597.955/0004-32 25351.540032/2020-46 / 8223491 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4190766208 ---------- ---------- DROGARIA LAMEIRO DE NI 2 LTDA / 37.995.304/0002-27 25351.440790/2021-46 / 7805952 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760925219 ---------- A DE FREITAS S DROGARIA / 39.917.510/0001-63 25351.435363/2021-46 / 7805355 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744567211 ---------- DROGARIA SILVA DE ITAGUAI LTDA EPP FILIAL III / 11.884.885/0004-06 25351.400521/2021-47 / 7804792 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642516212 ---------- SELETIVA-EXPRESS TRANSPORTE E LOGISTICA - EIRELI / 05.292.433/0001-81 25351.457396/2021-47 / 1255124 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1812278217 ---------- L A X IACK IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 38.252.493/0001-20 25351.463019/2021-47 / 8223460 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1827983213 ---------- L. A MIRANDA DROGARIA LTDA / 40.881.545/0001-79 25351.435370/2021-48 / 7805680 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744590216 ---------- --- S. G. DA SILVA-FARMACIA / 03.223.744/0001-63 25351.440751/2021-49 / 7805510 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760726214 ---------- ---- LIFE CARE MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 37.336.738/0001-34 25351.406306/2021-50 / 8223075 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1658717210 ---------- ADRIANA B DE SOUSA / 41.217.971/0001-75 25351.317206/2021-50 / 7799786 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1393883215 ---------- LUCENA LUCENA EIRELI - EPP / 21.206.040/0009-11 25351.435160/2021-50 / 7805096 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1743746216 ---------- RONILDO GARRETO SILVA / 17.795.242/0001-11 25351.440767/2021-51 / 7805798 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760818210 ---------- D.L. VASCONCELOS-ME / 07.935.612/0001-15 25351.440414/2021-51 / 8223226 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1759644218 ---------- GEFERSON DE ASSIS MACHADO / 40.818.065/0001-63 25351.435386/2021-51 / 7805506 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744656212 ---------- ---------- OLIVEIRA APOIO E SOLUCOES ADMINISTRATIVAS LTDA / 37.228.544/0001-15 25351.457570/2021-51 / 8223408 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 1812463219 ---------- Robson Rodrigues de Oliveira Ltda / 54.120.324/0004-35 25351.452205/2021-51 / 7806134 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797271210 ---------- M A DE ALMEIDA ALEXANDRE SILVA / 40.444.990/0001-71 25351.430028/2021-51 / 7804974 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728932217 ----------

BIOTECH IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI / 29.458.690/0001-09 25351.463088/2021-51 / 1255186 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1828060216 ---------- saude mais farma ltda / 40.458.171/0001-83 25351.400544/2021-51 / 7804821 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642597219 ---------- FKS COMERCIO DE DISTRIBUIÇÃO EIRELI / 28.089.208/0001-48 25351.339292/2021-51 / 8223516 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1762340216 ---------- GENOMMA LABORATORIES DO BRASIL LTDA / 09.080.907/0005-06 25351.365543/2021-53 / 8222971 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1539996212 ---------- ELOX TRADE COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI / 23.962.744/0001-92 25351.457316/2021-53 / 8223334 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1812197217 ---------- FARMACIA NAIFF REIS LTDA / 41.679.934/0001-89 25351.430035/2021-53 / 7805034 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728965213 ---------- ML COMERCIO PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 39.283.714/0001-90 25351.395242/2021-54 / 7803749 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1627824211 ---------- DROGARIA PROMISSAO FARMA LTDA / 41.545.495/0001-11 25351.435354/2021-55 / 7805187 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744538218 ---------- FARMACIA SANTOS BEM ESTAR LTDA / 36.297.930/0001-04 25351.434625/2021-55 / 7805051 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1742707210 ---------- ULTRAMEDI COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA ME / 38.312.083/0001-27 25351.463137/2021-55 / 1255201 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1828122211 ---------- Farmacia Elizabete LTDA / 40.827.591/0001-90 25351.383081/2021-56 / 7803169 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1593015217 ---------- P. ROOSEVELT DOS REIS CAVALCANTE / 30.668.320/0001-85 25351.462976/2021-56 / 1255172 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1827938218 ---------- P C H XAVIER DROGARIA LTDA / 40.104.123/0001-97 25351.398652/2021-57 / 7804761 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1639269218 ---------- IOD LOG SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS EIRELLI / 32.051.694/0001-82 25351.459465/2021-57 / 4033320 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1819222217 ---------- DROGARIA MUTANS LTDA / 40.882.008/0001-43 25351.435361/2021-57 / 7805338 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744561212 ---------- EDHMED EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA. / 37.955.443/0001-46 25351.457411/2021-57 / 8223351 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1812293216 ---------- JP COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.111.605/0001-37 25351.418224/2021-58 / 7804471 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696104218 ---------- ASER COMERCIO ASSESSORIA REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 40.932.267/0001-31 25351.440370/2021-60 / 1255033 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1759595217 ---------- EDVANIA MARIA SOARES DA SILVA - FARMACIA / 41.600.801/0001-75 25351.435377/2021-60 / 7805372 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744611212 ---------- ULANI OLIVEIRA DE ALMEIDA DE CORRENTINA / 36.306.880/0001-76 25351.429997/2021-60 / 7804727 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728785215 ---------- RODRIGO AUGUSTO NESPOLO EIRELI / 38.821.416/0001-43 25351.440532/2021-60 / 7805599 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1759899211 ---------- DROGARIA DROGAMAR LTDA / 08.121.113/0002-38 25351.440758/2021-61 / 7805523 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760754210 ---------- LIZANDRA CHAVES FARMACIA / 39.539.963/0001-01 25351.435384/2021-61 / 7805463 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744650213 ---------- Marilya Palmeira Galdino da Silva / 35.930.461/0002-29 25351.452203/2021-61 / 7806148 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797264217 ---------- LR COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 38.098.006/0001-16 25351.430019/2021-61 / 7804930 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728877211 ---------- Drogaria Trombetta LTDA / 40.046.817/0001-15 25351.440765/2021-62 / 7805784 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760810214 ---------- FARMACLEAN LTDA / 34.278.340/0002-81 25351.400542/2021-62 / 7804804 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642591210 ---------- MAGALY SIMONE QUIXABEIRA ALVES FARMACIA - ME / 69.896.850/0001-16 25351.452210/2021-63 / 7806103 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797299210 ---------- LUCAS SIMÕES DE SOUZA ARRUDA / 40.936.508/0001-10 25351.406248/2021-64 / 8223013 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1658634217 ---------- DROGARIA DROGACENTER EXPRESS LTDA / 18.824.134/0016-79 25351.418208/2021-65 / 7804363 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696065213 ---------- FARMACIA DO TRABALHADOR SULAMERICANA LTDA / 19.325.969/0028-80 25351.435352/2021-66 / 7805160 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744532219 ---------- DROGARIA MIRANDA DE SANTO ANTONIO DO RETIRO LTDA / 39.821.779/0001-41 25351.418215/2021-67 / 7804423 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696086216 ---------- INTERATIVE COMERCIO ODONTOLOGICOS E MEDICOS LTDA / 40.771.467/0001-50 25351.406262/2021-68 / 8223027 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1658650212 ---------- RAPIDO WELL TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA / 26.609.430/0001-07 25351.457258/2021-68 / 8223321 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 1812109211 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0115-20 25351.430001/2021-69 / 7804744 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728804215 ---------- DROGARIA A&J LTDA / 40.223.180/0001-95 25351.418222/2021-69 / 7804454 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696098210 ---------- DESTRO &ANDRADE DROGARIA LTDA / 10.906.122/0002-86 25351.399927/2021-70 / 7804789 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1641144217 ---------- NICLOS COMERCIAL LTDA / 43.372.119/0001-06 25351.440298/2021-71 / 4033242 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1759512214 ---------- EDUARDO JORGE BARBOSA DE MELO EIRELI / 37.359.390/0001-09 25351.435375/2021-71 / 7805740 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744605218 ---------- start med distribuidora ltda / 16.776.949/0001-18 25351.451818/2021-71 / 3103776 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1795991216 ---------- AMBAR FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 40.075.419/0001-27 25351.429995/2021-71 / 7804713 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728753217 ---------- ECO BIOTECH TECNOLOGIA EM MANUTENCAO LTDA / 23.181.367/0001-54 25351.463077/2021-71 / 3103867 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1828049212 ---------- DROGARIA POPULAR DO JACARE LTDA / 39.618.737/0001-08 25351.435382/2021-72 / 7805446 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744644219 ---------- DROGA PLUS EIRELI / 23.478.690/0002-75 25351.423880/2021-72 / 7804501 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711289213 ---------- HPLACE PRODUTOS MEDICOS EIRELI / 22.264.876/0001-88 25351.457496/2021-73 / 8223379 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1812384211 ---------- SR LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA / 06.013.646/0001-90 25351.405997/2021-74 / 8223261 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 1658299213 ---------- FRANCISCA DANYELLE MOURA DO VALE / 34.894.833/0002-46 25351.440717/2021-74 / 7805753 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760571217 ---------- STELVIO COMERCIO IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 37.763.842/0001-05 25351.457520/2021-74 / 8223382 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1812408218 ---------- SUENNIA FERREIRA DE ARAUJO / 41.008.495/0001-82 25351.452219/2021-74 / 7806088 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797345217 ---------- DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0557-45 25351.440770/2021-75 / 7805861 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760829215 ---------- RAAZ COSMÉTICOS EIRELI / 28.368.536/0001-83 25351.440428/2021-75 / 4033260 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1759659215 ---------- DROGARIA PRESIDENTE LTDA / 27.351.282/0001-28 25351.424066/2021-75 / 7804636 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1712005215 ---------- D.F. Lins Farma Produtos Farmaceuticos Eireli / 40.856.167/0001-73 25351.452191/2021-75 / 7806196 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797202217 ---------- FARMACIA LMC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 36.411.756/0001-70 25351.430031/2021-75 / 7805003 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728949211 ---------- FARMACIA SANTOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E COSMETICOS LTDA / 39.490.322/0001-00 25351.433434/2021-76 / 7805307 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1741217210 ---------- COOP - COOPERATIVA DE CONSUMO / 57.508.426/0084-03 25351.440805/2021-76 / 7805970 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760998214 ---------- DROGARIA 5 ESTRRELAS DE MESQUITA LTDA / 37.681.711/0001-89 25351.418206/2021-76 / 7804350 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696059219 ---------- REGINALDO DA COSTA RIBEIRO / 37.082.576/0001-55 25351.438619/2021-77 / 7805554 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1756546214 ---------- VTO DROGARIA LTDA / 40.351.640/0001-60 25351.435350/2021-77 / 7805142 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744525216 ---------- S S DE FARIAS DROGARIA / 41.435.614/0001-83 25351.440788/2021-77 / 7805813 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760913215 ---------- drogaria lifepharma ltda / 40.394.248/0001-07 25351.356485/2021-77 / 7805983 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797316213 ---------- FIORELLO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA / 26.589.141/0001-85 25351.451938/2021-78 / 4033273 722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1796119211 ---------- farma mais saude comercio de produtos farmaceuticos ltda / 40.581.185/0001-90 25351.423993/2021-78 / 7804528 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711676217 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2688-04 25351.452233/2021-78 / 7806043 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797390212 ---------- HOSPITALAR GALVAO COMERCIO E SERVIÇO LTDA / 41.373.443/0001-05 25351.463006/2021-78 / 8223456 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1827968214 ---------- MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS PINTO - ME / 41.025.103/0001-93 25351.430056/2021-79 / 7805220 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1729098218 ---------- EDISON MAIA DE CARVALHO / 40.550.675/0001-29 25351.429392/2021-79 / 7804684 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1727305216 ---------- GALVAO E FERREIRA PROD FARMACEUTICOS LTDA / 41.803.340/0001-38 25351.435368/2021-79 / 7805662 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744584211 ---------- Corbelli Transportes Ltda / 03.627.516/0001-59 25351.457337/2021-79 / 1255111 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1812217218 ---------- RITA DE CASSIA COSTA BAZHUNI LISBOA - DROGARIA LISBOA LTDA / 40.248.484/0001-07 25351.365058/2021-80 / 7804758 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1538454213 ---------- FARMACIA LIBERDADE LTDA / 39.645.150/0001-98 25351.435366/2021-80 / 7805614 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744578217 ---------- A. R. MONTEIRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 41.095.146/0001-45 25351.435373/2021-81 / 7805722 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744599210 ---------- Ariane Kelley Passos Linhares - EIRELI-ME / 39.912.335/0001-11 25351.427869/2021-81 / 7804653 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1725204211 ---------- ORTHOMEDIC COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 10.888.866/0001-34 25351.457180/2021-81 / 8223303 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1811996213 ---------- R. LOURENÇO DA SILVA / 39.587.398/0001-40 25351.429993/2021-81 / 7804700 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728747212 ---------- BUFALO IND. COM. DE PRODS. QUIMICOS LTDA / 53.346.524/0001-03 25351.457215/2021-82 / 4033291 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1812064217 ---------- LP DROGARIA DA AREIA BRANCA LTDA / 40.562.564/0001-32 25351.430015/2021-82 / 7804926 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728851217 ---------- Novello E Eichelberger / 39.387.230/0001-90 25351.394973/2021-82 / 7806012 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1626713213 ---------- R P ELVAS MARTINS / 07.219.651/0006-20 25351.435380/2021-83 / 7805390 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744638214 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1010-46 25351.421673/2021-83 / 7804499 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1707603210 ---------- VALDEMAR BOVO ME / 53.918.603/0001-33 25351.440680/2021-84 / 7805631 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760426215 ---------- RAY PRODUTOS FARMACEUTICOS DE MANIPULACAO LTDA / 35.156.925/0001-00 25351.430022/2021-84 / 7804957 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728901217 ---------- AMPLO EXPRESS LTDA - ME / 07.778.029/0001-48 25351.462811/2021-84 / 4033351 746 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1827755211 ---------- LUZIMEIRE DE OLIVEIRA FARMACIA / 40.116.119/0001-49 25351.400549/2021-84 / 7804866 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642612216 ---------- STAR PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 41.622.520/0001-13 25351.463170/2021-85 / 1255141 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1828158216 ---------- COMERCIAL AMAZONENSE LTDA / 69.392.488/0001-46 25351.406325/2021-86 / 8223104 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1658739213 ---------- J &A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 40.289.223/0001-35 25351.429457/2021-86 / 1254973 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1727605217 ---------- ELOX TRADE COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI / 23.962.744/0001-92 25351.457582/2021-86 / 3103793 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1812475217 ---------- LEMOS RODRIGUES DROGARIA LTDA / 36.233.304/0002-27 25351.440779/2021-86 / 7805892 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760879211 ---------- LINO &SILVA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 40.310.136/0001-12 25351.418204/2021-87 / 7804332 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696053210 ---------- Wellington Angelo da Silva - Drogaria / 40.776.471/0001-00 25351.440786/2021-88 / 7805921 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760907211 ---------- ALLIANCE COMERCIO E SERVICOS LTDA / 29.269.050/0001-50 25351.406043/2021-89 / 8223288 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1658403215 ---------- C. M. DA C. DE ANDRADE EIRELI / 37.740.391/0001-90 25351.418211/2021-89 / 7804394 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696074212 ---------- DROGARIA E PERFUMARIA MARIANO SILVA LTDA / 40.731.070/0001-34 25351.383086/2021-89 / 7805844 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1848315211 ---------- BRUMADINHO PAPEL E COMERCIO LTDA - ME / 18.285.097/0001-91 25351.406041/2021-90 / 4033287 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1658402219 ---------- Orgafarma Organização Farmacêutica LTDA / 17.291.576/0005-81 25351.406122/2021-90 / 8223000 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1658491211 ---------- BIOIN FARMACIA DE MANIPULAÇÃO EIRELI EPP /

03.434.281/0003-40 25351.440738/2021-90 / 7805477 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760663212 ---------- BRITO E LAGO DROGARIA LTDA / 21.128.100/0001-78 25351.356516/2021-90 / 7806009 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1850509211 ---------- PHARMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME / 08.939.895/0001-36 25351.406186/2021-91 / 3103714 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1658561210 ---------- Drogaria Drugstore João Pinheiro Eireli / 40.910.053/0001-64 25351.430052/2021-91 / 7805191 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1729071216 ---------- CAETANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME / 09.372.144/0002-24 25351.435364/2021-91 / 7805601 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744571210 ---------- STAR PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 41.622.520/0001-13 25351.462760/2021-91 / 8223411 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1827646217 ---------- A K DUARTE SILVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 40.726.146/0001-33 25351.429342/2021-91 / 7804671 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1727267210 ---------- NUTRASIX INDUSTRIA E COMERCIO DE NUTRACEUTICOS E COSMETICOS LTDA / 36.424.267/0001-53 25351.400307/2021-91 / 4033148 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1641737212 ---------- OESTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI / 31.554.188/0001-43 25351.125122/2021-91 / 1255250 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1150800216 ---------- PATRICIA LOBO INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS IMP. &EXP. LTDA. / 08.298.082/0001-04 25351.440294/2021-92 / 4033225 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1759508217 ---------- THAISE FERREIRA DA SILVA NOGUEIRA / 40.626.480/0001-15 25351.435371/2021-92 / 7805693 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744593211 ---------- RODOBORGES TRANSPORTES LTDA / 64.232.499/0001-45 25351.463154/2021-92 / 3103871 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1828142212 ---------- MAGNO M. BONFADA E CIA LTDA - FILIAL / 06.090.134/0002-08 25351.334184/2021-92 / 7805831 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1828658215 ---------- ASER COMERCIO ASSESSORIA REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 40.932.267/0001-31 25351.440248/2021-93 / 4033211 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1759458210 ---------- PREVEMAX INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS E DISTRIBUIDORA DE EPI S LTDA / 15.091.827/0001-25 25351.440382/2021-94 / 8223209 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 1759609218 ---------- CAMILA A. DA SILVA / 39.255.680/0001-20 25351.423968/2021-94 / 7804514 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711602213 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2597-24 25351.452208/2021-94 / 7806117 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797280219 ---------- HABITA FARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA / 41.223.291/0001-64 25351.334191/2021-94 / 7805827 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1767984212 ---------- LIMA TEM FARMACIA E DROGARIA LTDA / 38.023.911/0001-07 25351.394989/2021-95 / 7803735 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1626779216 ---------- HELIENE BATISTA DE ANDRADE ME / 08.620.646/0002-64 25351.400547/2021-95 / 7804852 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642606211 ---------- A F R DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA / 34.813.172/0001-04 25351.322139/2021-95 / 8223487 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1752690214 ---------- DROGAS RIO DROGARIA LTDA / 32.149.468/0001-39 25351.452215/2021-96 / 7806091 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797325212 ---------- STELLA ALPINA COMERCIAL E SERVICO LTDA / 26.263.650/0001-13 25351.440343/2021-97 / 8223197 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1759566217 ---------- GEORGINI PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 10.596.721/0003-21 25351.440424/2021-97 / 8223243 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1759655210 ---------- T DO NASCIMENTO C DOS SANTOS / 39.971.591/0001-80 25351.452198/2021-97 / 7806179 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797232219 ---------- PROSURG PRODUTOS MEDICOS LTDA / 04.907.399/0003-01 25351.406115/2021-98 / 8222998 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1658484215 ---------- MGIndustria e Comércio de Produtos Químicos / 10.496.597/0001-60 25351.462961/2021-98 / 3103840 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1827921218 ---------- ERILANE DA COSTA LIMA LTDA / 41.582.845/0001-10 25351.435357/2021-99 / 7805251 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744549213

**RESOLUÇÃO RE Nº 2.002, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

STROBINO E MELLO FARMÁCIA LTDA / 30.306.663/0001-08
25351.355020/2018-01 / 7593514
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1717739211
---
T.R.D.L. TRANSPORTES LTDA - EPP / 05.305.623/0001-96
25351.672986/2018-01 / 3082453
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1710479213
---
OLIVEIRA &NETTO DROGARIA LTDA / 22.520.189/0001-86
25351.552799/2018-01 / 7602047
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1817587212
25351.552799/2018-01 / 7602047
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1817576217
---
JET CLASS TRANSPORTES NACIONAIS LTDA / 03.340.856/0001-02
25351.471298/2012-01 / 8088335
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1727980212
---
MUNARETO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 10.563.318/0001-34
25351.654709/2013-01 / 7025562
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1797337216
---
BERNARDETE AMARAL BENINI / 04.948.773/0001-55
25351.470908/2016-01 / 7486579
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1728866215
---
JF + SAÚDE DROGARIA LTDA - EPP / 11.338.560/0001-77
25351.335818/2014-03 / 7206877
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1760759211
---
LUCIANA L DA SILVA EIRELI / 00.836.359/0001-01
25351.560420/2014-03 / 7294765
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1814120210
---
T.R.D.L. TRANSPORTES LTDA - EPP / 05.305.623/0001-96
25351.068421/2019-05 / 4004508
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1710524219
---
TIDIMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP / 25.296.849/0001-85
25351.078555/2017-05 / 3072534
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1727817214
---
M3 INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA / 29.244.453/0001-45
25351.248397/2018-05 / 3079975
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1641593211
---
WILSON SONS TERMINAIS E LOGISTICA LTDA / 03.852.972/0001-00
25351.453273/2006-06 / 8034380
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1695114213
---
PURIGEL COMERCIAL EIRELI / 30.521.289/0001-55
25351.756419/2018-06 / 8174502
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1606060210
---
BIOFARM LIFE MARKETING TREINAMENTOS E COMÉRCIO LTDA / 34.024.213/0001-75
25351.333936/2021-06 / 4032571
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1606125214
---
G. H. A. DOS SANTOS / 07.610.618/0001-12
25004.000373/2009-07 / 8053356
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1658661214
---
AMGS COMERCIO E REPRESENTAÇOES LTDA / 20.858.411/0002-00
25351.078373/2017-07 / 8147328
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1641667214
---
WILSON SONS TERMINAIS E LOGISTICA LTDA / 03.852.972/0001-00
25351.005371/2002-07 / 1052951
7123 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA - RAZÃO SOCIAL / 1695042212
---
R. O. CARVALHO DO NASCIMENTO / 05.577.401/0001-22
25351.159579/2021-08 / 4031025
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1727867211
---
PHD COSMETICOS LTDA - ME / 35.676.371/0001-72
25351.750854/2019-08 / 8194480
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1605991210
---
OLTRAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 14.829.987/0003-28
25351.564343/2020-09 / 8202856
70144 - AFE - ALTERAÇÃO - MODIFICAÇÃO NA EXTENSÃO DO CNPJ DA MATRIZ, EXCLUSIVAMENTE EM VIRTUDE DO ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34/2007 DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (EXCETO AFE PRODUTOS PARA SAÚDE - POR ESTABELECIMENTO) / 0559473214
---
T.R.D.L. TRANSPORTES LTDA - EPP / 05.305.623/0001-96
25351.672979/2018-09 / 8172641
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1710525215
---
FARMÁCIA ART´ERVAS ltda / 61.352.845/0001-30
25351.210551/2002-09 / 0159151
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1829853212
---
G&G TELES TRANSPORTES - EIRELI - ME / 22.543.997/0001-69
25351.203327/2018-10 / 8164949
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1588933211
---
SR - MEDITECH COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS DE PRECISAO LTDA / 11.434.970/0001-11
25351.654283/2017-10 / 8159402
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1658535219
---
cyclobras industria Comercio e serviços laboratoriais ltda / 08.820.007/0001-61
25351.468313/2010-10 / 1085129
7317 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0238199215
---
WN TRANSPORTES LTDA / 21.098.604/0001-92
25351.187703/2018-11 / 2044880
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1658553217
---
INOVAÇÃO LOGÍSTICA E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA / 24.760.836/0001-52
25351.205356/2021-11 / 4031485
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1589116216
---
T.R.D.L. TRANSPORTES LTDA - EPP / 05.305.623/0001-96
25351.672984/2018-11 / 1181431
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1710477211
---
ITC COSMÉTICOS LTDA - EPP / 21.752.748/0001-10
25351.894776/2016-11 / 2085633
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1727922212
---
ARC TRANSPORTES E LOGISTICA DO TRANSPORTE - EIRELLE - ME - ME / 21.160.941/0001-62
25351.232351/2015-11 / 8120041
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1710870214

---
FARMÁCIA PROVIDÊNCIA LTDA / 33.081.159/0001-37
25351.187420/2002-11 / 0213761
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1758493211
---
DROGARIA CARVALHO E SOUZA LTDA / 17.390.113/0001-43
25351.082909/2015-11 / 7364365
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1760751215
25351.082909/2015-11 / 7364365
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1760742216
---
GALDERMA BRASIL LTDA / 00.317.372/0001-46
25351.193369/2005-11 / 8025176
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1658326211
---
GRADUAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA / 12.040.718/0001-90
25351.754817/2013-12 / 8101424
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1658737211
---
COTEMINAS S.A / 07.663.140/0008-65
25351.160200/2020-13 / 8209491
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1641713216
---
CPS COMERCIO E SERVICO EIRELI / 39.781.556/0001-06
25351.188561/2021-13 / 1252696
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1727751213
---
Fiorde Transportes e Armazéns Gerais Ltda / 61.102.778/0008-72
25351.191060/2004-13 / 2038303
70144 - AFE - ALTERAÇÃO - MODIFICAÇÃO NA EXTENSÃO DO CNPJ DA MATRIZ, EXCLUSIVAMENTE EM VIRTUDE DO ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34/2007 DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (EXCETO AFE PRODUTOS PARA SAÚDE - POR ESTABELECIMENTO) / 1436980200
---
MC MEDICALL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI ME / 27.330.244/0001-99
25351.491307/2017-13 / 1169401
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1589220218
---
Comercio de Medicamentos Popular Ltda / 18.231.855/0003-50
25351.464365/2014-13 / 7282893
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1797293211
---
DROGARIA USIMED LUZIANIA LTDA - ME / 28.861.472/0001-58
25351.145850/2018-14 / 7572931
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1643126210
---
OPME LOG LOGÍSTICA INTEGRADA LTDA / 26.643.869/0001-48
25351.263902/2019-14 / 8180768
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1641464216
25351.263902/2019-14 / 8180768
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1641352213
---
FRITZ EXPRESS LTDA / 97.360.549/0001-29
25025.202109/2007-15 / 1069300
7058 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 1695210212
---
YUZI INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA / 13.239.832/0001-07
25351.154288/2021-15 / 4030934
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 1727628217
---
D.M.I. MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA / 37.109.097/0004-28
25351.860743/2016-15 / 8133347
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1743283211
---
VALDEIR JOSÉ DA SILVA ME / 02.883.090/0001-31
25351.216512/2002-15 / 0240582
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1760539213
---
UP MED COMERCIO DE INSTRUMENTOS MEDICO-HOSPITALARES EIRELI / 24.215.861/0001-55
25351.049816/2016-15 / 8136985
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1589133218
---
LARISSA V.S. FREITAS FARMACIA EIRELI / 40.159.847/0001-38
25351.254339/2021-16 / 7796211
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1829833218
---
GROUP NASIF LOGISTICA E TRANSPORTE EIRELI / 08.988.083/0001-80
25351.716843/2015-16 / 1148647
7119 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - RAZÃO SOCIAL / 1641714212
---
RCP FARMACIA LTDA / 36.535.917/0002-19
25351.363429/2020-16 / 7721011
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1810631215
---
LUSINE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI ME / 13.324.317/0001-25
25351.705359/2011-16 / 2062418
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 1759335215
---
DROGARIA AREDES AMORIM LTDA / 38.276.272/0001-91
25351.242620/2020-17 / 7757762
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1793624211
---
MILLENNIUM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS E CORRELATOS LTDA / 41.280.582/0001-94
25351.295107/2021-18 / 8221121
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1606168215
---
CHARLES RIVER DETECÇÃO MICROBIANA E DE ENDOTOXINA PARTICIPAÇÕES LTDA / 22.480.963/0002-53
25351.369032/2021-19 / 8222161
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1589079213
---
T.A. DE OLIVEIRA SILVA ME / 09.660.445/0001-72
25351.623027/2014-20 / 7350371
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1829845211
---
ARAUJO &SPAOLONZI TRANSPORTES LTDA-ME / 20.981.234/0001-74
25351.589924/2018-21 / 8170883
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1658540212
---
WILSON SONS LOGÍSTICA LTDA / 03.852.972/0006-07
25351.553292/2015-21 / 8137227
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1695011210
---
BRUMADINHO PAPEL E COMERCIO LTDA - ME / 18.285.097/0001-91
25351.539777/2014-21 / 3060429
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1658374215
---
LAMBERG &CIA LTDA / 29.719.466/0001-23
25351.383129/2018-21 / 7596296
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1760686211
---
PRO-SAUDE DISTRIBUIDORA EIRELI / 34.849.278/0001-50
25351.660272/2019-22 / 8192081
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1605992216
---
FARMACIA DOSE CERTA LTDA ME / 04.658.939/0001-07
25351.576010/2011-23 / 0803695
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1760730212
---
FARMACIAS MS LTDA / 30.848.372/0001-33
25351.813623/2018-23 / 7625751
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1760710218
25351.813623/2018-23 / 7625751
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1760549211
---
Drogaria e Farma Queiroz Eireli / 40.046.239/0001-17
25351.920279/2021-23 / 7788247
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1829825217
---
S. R. M. MARQUES LUIZ &CIA LTDA / 36.876.993/0001-07
25351.135548/2014-24 / 7128050
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 1698878214
---
lima rosa 2 me / 15.320.010/0001-81
25351.172907/2014-24 / 7144169
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1627223214
---
AR FARMA MEDICAMENTOS FARMACEUTICOS - EIRELI / 21.573.700/0001-45
25351.594608/2015-25 / 8128212
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1710867213
25351.594608/2015-25 / 8128212
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1710706210
---
SOUSAM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 03.616.432/0003-81
25351.316575/2021-25 / 8221438
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1641733217
---
FARMACOTECNICA - FARMACIA DE MANIPULACAO DE FORMULAS MEDICAS LTDA - EPP / 06.257.978/0001-10
25351.200009/2008-25 / 0538261
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1760757214
---
MAGNA COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - ME / 21.310.571/0001-00
25351.650370/2015-25 / 8129067
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1727883217
25351.650370/2015-25 / 8129067
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1727868218
---
RESTITUI LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI / 07.782.318/0001-10
25351.875052/2016-26 / 2085421
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1589153219
---
Dinnamo Diagnóstico Ltda / 21.493.338/0001-00
25351.238875/2017-27 / 8150678
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1606161211
25351.238875/2017-27 / 8150678
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1606013211
---
ASER COMERCIO ASSESSORIA REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 40.932.267/0001-31
25351.440402/2021-27 / 8223212
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1828176214
---
DROGARIA DO LILI LTDA / 05.282.076/0001-70
25351.527134/2014-28 / 7294280
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1745347210
---
AMATUSA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS-HOSPITALARES LTDA / 10.979.028/0001-76
25351.588099/2019-28 / 8189918

829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1641268212

---

CERTA MEDICAMENTOS COMERCIAL LTDA / 11.367.967/0001-22
25351.736959/2014-29 / 1130863
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1622777212

---

MSC - Tecnologia Industrial Eireli - ME / 08.875.513/0001-58
25351.262647/2010-30 / 8064271
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1622497210

---

M3 INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA / 29.244.453/0001-45
25351.248417/2018-30 / 2083402
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1641594217

---

ROBSON DA SILVA OLIVEIRA &CIA LTDA - ME / 01.801.111/0001-60
25351.096526/2014-31 / 7114659
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1745344215

---

ITS DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI / 36.357.818/0001-03
25351.532505/2020-31 / 8213051
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4174975205

---

DE SANTA TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA LTDA / 09.185.434/0001-88
25351.663070/2019-32 / 1197475
7317 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1827877219

---

RIBEIRO E OLIVEIRA COM ATACADISTA LTDA ME / 17.051.389/0001-05
25351.576951/2018-33 / 4002402
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1710427213

---

VIDE BULA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA / 00.941.019/0001-32
25351.202523/2006-33 / 8031198
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1759371211

---

FOKUS QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 07.526.451/0001-06
25351.817104/2018-34 / 3086745
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 1622616219

---

M. L. C. DE SOUSA MEDICAMENTOS - ME / 21.613.076/0003-24
25351.580405/2016-35 / 7493929
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1760648219
25351.580405/2016-35 / 7493929
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1760861219

---

MBO CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA / 04.475.917/0001-01
25351.356317/2013-37 / 8095981
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1641382210

---

FARMACIA CHICONELLI EIRELI / 12.744.205/0001-60
25351.070881/2011-38 / 0742988
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1829810219

---

MATANOECHI E GOMES DROGARIA LTDA / 03.000.622/0001-08
25351.210498/2002-38 / 0098245
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1817578213

---

L N DE FARIAS &CIA LTDA - ME / 24.187.678/0001-93
25351.332876/2016-39 / 7476130
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1627231215

---

ZPM COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 18.463.493/0001-61
25351.303378/2018-41 / 7587523
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1728853213

---

DROGARIA WL COSTA EIRELI / 09.022.284/0001-91
25351.058606/2008-41 / 0529989
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1800998211

---

DROGARIA CANTEIRO LTDA ME / 00.017.505/0001-69
25351.618904/2014-41 / 7314073
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1814141212

---

TERAMED PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 35.797.782/0001-16
25351.703389/2020-41 / 8205178
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1658566211

---

RJ PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 28.812.165/0001-87
25351.296357/2019-42 / 7655811
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1760547214

---

NEUROSPINE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA-ME / 23.706.582/0001-21
25351.958143/2016-42 / 8135135
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1622652215

---

CPS COMERCIO E SERVICO EIRELI / 39.781.556/0001-06
25351.188740/2021-42 / 8219696
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1727694210

---

EMPROMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 73.416.497/0001-05
25351.573224/2008-42 / 8046615
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1658443217

---

GROUP NASIF LOGISTICA E TRANSPORTE EIRELI / 08.988.083/0001-80
25351.739318/2019-43 / 1198055
7119 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - RAZÃO SOCIAL / 1641762217

---

ARC TRANSPORTES E LOGISTICA DO TRANSPORTE - EIRELLE - ME - ME / 21.160.941/0001-62
25351.232315/2015-43 / 2080241
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1710746211

---

VICENTE COSTA PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME / 26.082.710/0001-00
25351.093776/2018-43 / 8162874
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1589318218

---

H3 FULL SERVICE EIRELI / 36.487.958/0001-04
25351.520261/2020-44 / 4021228
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 1589067215

---

farmacia pizzolotto ltda me / 73.259.483/0001-17
25351.272283/2014-44 / 7181489
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1745353214

---

D B RAMOS DROGARIA - ME / 26.609.702/0001-60
25351.322427/2018-44 / 7589919
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1760576218

---

DROGARIA FRANZ LTDA / 36.932.875/0001-79
25351.631411/2020-44 / 7733191
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1829808217

---

SURE TRADING IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA / 38.000.403/0001-03
25351.177181/2021-45 / 8222143
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1743684215

---

Wapa Cosméticos Ltda / 01.674.616/0001-00
25351.406266/2021-46 / 4033074
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1710702214

---

ARAFARMA FARMACIA EIRELI / 94.635.216/0001-77
25351.122358/2014-47 / 7130391
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1814162215
25351.122358/2014-47 / 7130391
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1814115213

---

cs tavares da costa / 22.023.749/0001-97
25351.452800/2015-48 / 7404121
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1829849214

---

PAGIO TRANSPORTES EIRELI EPP / 29.016.974/0001-45
25351.049987/2018-49 / 1174476
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1710538210

---

NEOSINTESE DISTRIB. COM. E IMPORTAÇÃO DE IMPLANTES MEDICOS LTDA / 26.251.681/0001-54
25351.378466/2017-49 / 8153319
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1743658214

---

FARMANUNES MEDICAMENTOS LTDA - me / 02.377.060/0001-53
25351.531530/2014-50 / 7285608
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1796943213

---

I 9 DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO LTDA / 21.152.532/0001-14
25351.188499/2021-51 / 4031636
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1589265211

---

MED CARE PRODUTOS MEDICOS EIRELI / 28.931.422/0001-08
25351.594464/2018-52 / 8170930
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1727742214

---

Aurealliance comércio, representação e projetos Ltda / 37.983.062/0001-70
25351.368992/2021-53 / 8222126
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1710634219

---

DROGARIA FARMA VIP EIRELI / 07.789.802/0001-71
25351.368648/2013-54 / 0956001
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1829806211

---

OM BOAT LOGISTICA LTDA / 17.026.052/0001-30
25351.813540/2016-54 / 1150684
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0804047219

---

INTER-CTI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA / 71.631.238/0001-63
25351.536691/2009-54 / 8056366
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1605843211

---

I 9 DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO LTDA / 21.152.532/0001-14
25351.188403/2021-55 / 8220173
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1589057210

---

ROSASFARMA LTDA / 03.426.738/0001-03
25351.178180/2002-55 / 0008279
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1796185218

---

NOVO MUNDO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 26.718.221/0001-93
25351.184967/2002-56 / 0216771
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1760922214
25351.184967/2002-56 / 0216771
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1760918216

---
DROGARIAS ULTRA POPULAR IPORA EIRELI / 33.223.520/0001-12
25351.258593/2014-56 / 7173530
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1761028211
---
MAPMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 33.375.370/0001-62
25351.023694/2020-56 / 8194951
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1658500211
25351.023694/2020-56 / 8194951
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1622931211
25351.023694/2020-56 / 8194951
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1622720211
---
WN TRANSPORTES LTDA / 21.098.604/0001-92
25351.187713/2018-57 / 1175821
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1658653211
---
ALIVIO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI / 24.652.465/0001-95
25351.191583/2018-57 / 8164429
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1606045211
---
novo horizonte comercio de medicamentos ltda / 29.883.768/0001-32
25351.750021/2018-58 / 7620402
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1627221218
---
BONELINK COMERCIO, SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 34.576.368/0001-14
25351.330790/2020-58 / 8198953
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1727720211
---
R. DAS DORES MATERIAL CIRURGICO E HOSPITALAR / 28.995.382/0001-50
25351.809152/2018-59 / 8175560
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1743293216
---
FARMÁCIA OFICINAL LTDA / 57.702.813/0001-40
25351.217958/2002-59 / 0125120
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1829804214
---
ARC TRANSPORTES E LOGISTICA DO TRANSPORTE - EIRELLE - ME - ME / 21.160.941/0001-62
25351.232321/2015-59 / 1139203
7317 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1605989215
---
C &C DROGARIA POPULAR LTDA / 22.965.811/0002-40
25351.207622/2020-60 / 7715571
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1814166218
25351.207622/2020-60 / 7715571
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1814132213
---
GILDA A. SILVA &CIA LTDA - EPP / 04.561.208/0001-30
25351.685638/2014-61 / 7329262
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1829831211
25351.685638/2014-61 / 7329262
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1829815210
---
HNS DROGARIA E PERFUMARIA EIRELI EPP / 28.982.115/0001-48
25351.714849/2017-61 / 7569106
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1814143219
---
RR Medical Comercio Atacadista e Servicos de Manutencao em Equipamentos Medicos Ltda / 30.923.766/0001-09
25351.039748/2019-61 / 8177530
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1622624211
---
DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0542-69
25351.143621/2021-61 / 7790128
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1829841219
---
químio indústria e comércio ltda / 04.251.819/0001-82
25351.189102/2016-61 / 3069584
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1589113217
---
PODALY PALMILHAS LTDA / 06.933.215/0001-41
25351.225756/2013-63 / 8099540
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1589235215
---
FMS DROGARIAS LTDA ME / 19.374.162/0001-18
25351.105538/2014-64 / 7124871
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1627233211
---
MIZZA COMERCIO DE VARIEDADES EIRELI - ME / 09.103.344/0001-09
25351.177117/2021-64 / 8219621
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1710465212
---
DROGARIA SANTA LUZIA E DRUGSTORE LTDA. / 35.855.961/0001-62
25351.484062/2020-65 / 7777856
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1760700211
---
WILSON SONS TERMINAIS E LOGISTICA LTDA / 03.852.972/0001-00
25351.168243/2002-65 / 2033843
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 1695086210
---
PHD COSMETICOS LTDA - ME / 35.676.371/0001-72
25351.750851/2019-66 / 4017102
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1606178211
---
IKRAN COMERCIO EXTERIOR LTDA / 16.542.787/0001-53
25351.551868/2013-67 / 8099354
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1658530217
---
ADRIANA DIAS RIBEIRO - EPP / 10.341.118/0001-37
25351.170654/2019-69 / 7643187
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1715086218
---
REDE GOMES MEDICAMENTOS LTDA / 20.720.877/0001-64
25351.689230/2014-69 / 7326539
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1760652217
---
DROGARIA CARAMANTI LTDA / 10.701.510/0005-73
25351.129197/2011-70 / 0754252
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1796962210
---
A R MOREIRA / 27.590.912/0001-17
25351.520555/2017-71 / 7542625
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1814139211
---
EKONOVA QUIMICA DO BRASIL LTDA / 00.425.457/0001-48
25024.000742/2007-72 / 3038514
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 1743437218
---
farmacia popular de belem ltda / 14.534.212/0017-20
25351.052335/2019-72 / 7634476
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1825978212
---
JESUS FARMA LTDA / 40.809.893/0001-35
25351.225581/2021-74 / 7794207
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1814134210
---
VIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 07.073.210/0001-59
25009.005301/2006-74 / 8035095
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1641637218
---
FARMACIA BOTUCARAÍ LTDA / 91.200.071/0001-93
25351.187241/2002-75 / 0042393
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1812856214
---
WILSON SONS TERMINAIS E LOGISTICA LTDA / 03.852.972/0001-00
25351.342324/2016-77 / 3070641
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 1695040210
---
EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1062-27
25351.009310/2018-78 / 7562800
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1829835214
---
drogaria e perfumaria fwe ltda / 09.237.607/0001-64
25351.759917/2014-79 / 7348043
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1801907212
---
FW INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE S.A. / 10.339.739/0001-86
25351.292260/2018-80 / 8166880
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1743392214
---
WN TRANSPORTES LTDA / 21.098.604/0001-92
25351.187718/2018-80 / 8164369
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1658357213
---
MEDHTEC PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI / 30.229.895/0001-00
25351.698142/2018-81 / 8173248
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1622814215
---
EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0033-39
25351.054401/2014-81 / 7121952
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1829829210
---
LUCIANA MARCIA DE LIRA / 10.353.880/0001-33
25351.477005/2014-81 / 7262947
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1627225211
---
NERY REBOUÇAS PRODUTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI / 01.713.259/0001-42
25351.290644/2020-82 / 8210882
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1622788214
---
INOVAÇÃO LOGÍSTICA E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA / 24.760.836/0001-52
25351.205240/2021-82 / 8219969
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1589117212
---
MC MEDICAL DEVICES LTDA / 28.370.715/0001-55
25351.604360/2017-82 / 8158273
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1589261216
---
COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0102-45
25351.820899/2008-82 / 0577487
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1829817216
---
TRANSPORTES BIRDAY COMÉRCIO LTDA / 00.343.915/0001-08
25351.635755/2009-83 / 2052806

751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1605949213

---

LA VIE HOSPITALAR EIRELI / 28.883.531/0001-99
25351.324007/2019-83 / 8182560
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1710639211

---

TRANSPORTES BIRDAY COMÉRCIO LTDA / 00.343.915/0001-08
25351.288932/2013-84 / 3054793
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1606225219

---

ARAUJO &SPAOLONZI TRANSPORTES LTDA-ME / 20.981.234/0001-74
25351.589899/2018-85 / 4002650
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1658592212

---

NDS IMPORTADORA &DISTRIBUIDORA DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP / 10.278.031/0001-62
25351.717372/2010-86 / 8069966
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1743512210

---

Fujifilm do Brasil Ltda / 60.397.874/0008-22
25351.368997/2021-86 / 8222157
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1606252216
25351.368997/2021-86 / 8222157
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1605904210

---

DSP EXPRESS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 09.528.735/0001-67
25351.501967/2013-88 / 0697092
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1796926213
25351.501967/2013-88 / 0697092
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1796913211

---

DELLY DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA / 10.601.315/0001-48
25351.597708/2011-89 / 2062010
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1710761211

---

AR FARMA MEDICAMENTOS FARMACEUTICOS - EIRELI / 21.573.700/0001-45
25351.594603/2015-90 / 1146478
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1710866217
25351.594603/2015-90 / 1146478
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 1710619210

---

P A FERREIRA EIRELI / 32.352.041/0001-33
25351.223442/2019-91 / 7648461
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1796945210

---

DROGARIA SABIN LTDA / 01.711.296/0001-11
25351.172911/2014-92 / 7144857
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1627229213

---

HOSPVIDA LTDA - EPP / 12.057.503/0001-82
25351.864189/2016-92 / 1151585
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1647004217

---

ASER COMERCIO ASSESSORIA REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 40.932.267/0001-31
25351.440248/2021-93 / 4033211
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1828177211

---

TOMIPLAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP / 32.662.020/0001-14
25351.087402/2021-94 / 8218001
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1658648218
25351.087402/2021-94 / 8218001
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1658406214

---

FARMACIA SAO MATHEUS CATALAO LTDA / 10.469.184/0001-97
25351.616179/2013-95 / 7012829
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1797295217
25351.616179/2013-95 / 7012829
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1797259211

---

HOSPVIDA LTDA - EPP / 12.057.503/0001-82
25351.356209/2011-95 / 8081462
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1647208211

---

DROGARIA FARMAXXI IMPERADOR LTDA / 09.297.959/0001-05
25351.012878/2017-95 / 7496301
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1759114217

---

A.P BRITO &CIA LTDA ME / 22.005.670/0001-33
25351.300562/2015-96 / 7391584
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1761026215

---

STELLA ALPINA COMERCIAL E SERVICO LTDA / 26.263.650/0001-13
25351.440343/2021-97 / 8223197
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1812334214

---

PONTUAL FARMACEUTICA NR 2006 LTDA / 07.724.173/0001-00
25351.469028/2014-97 / 1113208
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1658585216

---

GILBERTO PONCIO LTDA / 19.797.575/0001-05
25351.369143/2014-98 / 7226866
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1829813213

---

FARMACIA CENTRAL ENCANTADO LTDA - ME / 07.663.797/0001-56
25351.573055/2014-99 / 7299441
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1796960213

---

GALDERMA BRASIL LTDA / 00.317.372/0001-46
25000.001028/95 / 2022625
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1658415213
25004.001029/95 / 1029167
7148 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - INDÚSTRIA - ENDEREÇO MATRIZ / 1658324218

---

APOGEU CENTER COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA / 02.911.193/0001-68
25351.027180/00-37 / 1049432
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1641621214
25019.004523/00-11 / 8004931
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1641619210

---

BAXTER HOSPITALAR LTDA / 49.351.786/0002-61
25991.006020/78 / 1006839
70144 - AFE - ALTERAÇÃO - MODIFICAÇÃO NA EXTENSÃO DO CNPJ DA MATRIZ, EXCLUSIVAMENTE EM VIRTUDE DO ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34/2007 DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (EXCETO AFE PRODUTOS PARA SAÚDE - POR ESTABELECIMENTO) / 3313832202

---

RIOQUIMICA S.A. / 55.643.555/0001-43
25004.002350/93 / 2018697
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1695016211

**RESOLUÇÃO RE Nº 2.003, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DENTAL PHARMA EIRELI ME / 24.104.892/0001-39
25351.160404/2021-35 / 7790418
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1735787210

**RESOLUÇÃO RE Nº 2.004, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

G. XAVIER DA SILVA - FARMACIA / 11.346.039/0001-81
25351.430011/2021-02 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728835215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, nº 7.30113-1, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99.

---

jpws ferreira drogaria ltda me / 40.541.321/0001-18
25351.440750/2021-02 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760723210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

---

AURELIO JOSÉ PITON-farmacia / 12.031.280/0001-84
25351.435387/2021-03 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744659217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui autorização vigente, Nº 7.19194-3, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, Resolução RDC nº 17/2013 e Lei 9.782/99. Ela pode solicitar o cancelamento da AFE anterior e entrar com recurso.

---

RODRIGO SILVA CUSTODIO - COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS / 36.171.546/0001-52
25351.451668/2021-03 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1795826215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76. Adicionalmente, o documento referia-se somente ao comércio varejista de produtos para saúde, e não distribuição.

---

ATITUDE RIO DISTRIBUIDORA LTDA / 17.472.533/0001-79
25351.457229/2021-04 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1812079214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:

Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76.

---

KELLY REJANE MOREIRA CARVALHO SANTOS / 40.173.467/0001-58
25351.440768/2021-04 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760823216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

---

CAVS FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 36.491.817/0001-57
25351.430043/2021-08 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1729030219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

---

BELA INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES EIRELI / 37.351.602/0002-84
25351.440302/2021-09 /
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1759518212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76.

---

Farmácia Lumertz Ltda / 39.913.578/0001-74
25351.418207/2021-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696062219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

---

farmacia rnd ltda / 34.704.570/0001-84
25351.423994/2021-12 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711679211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

---

eliseu pires de souza drogaria / 28.387.372/0002-12
25351.440732/2021-12 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760628214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

---

EXCLUSIVE ESSENCE COSMETICOS E ACESSORIOS EIRELI / 26.216.779/0001-70
25351.406007/2021-15 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1658328213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76.

---

PEDRO MUFFATO E CIA LTDA / 81.433.765/0001-17
25351.434889/2021-17 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1743447213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O Relatório de Inspeção da filial não é satisfatório para a distribuição de cosméticos, perfumes e/ou produtos de higiene, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

---

FARMACIA F&R BARTOLOMEU LTDA / 41.358.731/0001-90
25351.430025/2021-18 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728911214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

---

FARMA VIDA E SAUDE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 35.712.705/0002-05
25351.430041/2021-19 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1729021210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

---

D.L. VASCONCELOS-ME / 07.935.612/0001-15
25351.393108/2021-19 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 1622892216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, nº 8.22322-6, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99.

---

F S DOS R CARNEIRO / 38.395.561/0001-00
25351.430055/2021-24 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1729093217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

---

TERAMED PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 35.797.782/0001-16
25351.406236/2021-30 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1658620216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

---

COOP - COOPERATIVA DE CONSUMO / 57.508.426/0096-39
25351.400548/2021-30 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642609216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

---

DELAI &ESTEBON LTDA / 38.201.092/0001-40
25351.440344/2021-31 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1759567213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76.

---

Drogaria Iguaçu Ltda / 13.291.015/0002-89
25351.418203/2021-32 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696050215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

---

FARMACIA VIEIRA LTDA / 41.364.120/0001-55
25351.435365/2021-35 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1744575212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

---

G XAVIER DA SILVA - FARMACIA -ME / 11.346.039/0002-62
25351.430014/2021-38 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728845212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

---

NEO PRODUTOS MÉDICOS PARA SAÚDE EIRELI / 40.176.222/0001-84
25351.400551/2021-53 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642618215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

---

VALE E MEDEIROS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 36.924.624/0001-42
25351.452195/2021-53 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1797219211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

---

STM TRANSPORTES EIRELI / 13.552.308/0001-91
25351.463049/2021-53 /
70189 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS - INDÚSTRIA DE GASES MEDICINAIS (SOMENTE MATRIZ) / 1828018210

---

WELLINGTON RODRIGUES DO VALE / 37.760.962/0001-59
25351.418217/2021-56 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696092211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

---

REINALDO VASCONCELOS PEREIRA / 10.894.024/0002-76
25351.429999/2021-59 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728793216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011. O documento encaminhado não está legível.

---

ABC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI / 40.014.621/0001-49
25351.125183/2021-59 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0818019212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, nº 8.21714-4, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99.

---

FARMACIA ARAUJO E NEVES LTDA / 36.728.406/0001-32
25351.440719/2021-63 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1760579212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

---

INFINITY COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 39.559.498/0001-62
25351.365485/2021-68 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1539913210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

---

Hoeber Carrera 14072617890 / 38.070.600/0001-07
25351.113712/2021-71 /
734 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0782470211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

---

GREENSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. - ME / 39.708.888/0001-57
25351.457217/2021-71 /
70383 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - INDÚSTRIA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS (SOMENTE MATRIZ) / 1812066210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente para a atividade e classe de produtos solicitada, nº 3.03568-8, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99. Adicionalmente, não apresentação da declaração da operação societária praticada, conforme disposto no art. 11, da RDC 102/2016.

---

Marcelo dos Santos 08034837911 / 37.364.519/0001-69
25351.400886/2021-71 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 1643920219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
FRONTMED EDUCAÇÃO CONTINUADA LTDA / 35.139.152/0001-54
25351.462940/2021-72 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1827899212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76.
---
MELANI LUCIA SANTANA E SANTOS 10850274656 / 32.108.727/0001-83
25351.452346/2021-73 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1797877216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014
---
DROGARIA SAO JOAO / 37.308.429/0001-50
25351.399532/2021-77 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1640505216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.
---
R.L.P. DIAS FARMACIA / 40.513.951/0001-89
25351.418213/2021-78 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696080217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.
---
BELA INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES EIRELI / 37.351.602/0002-84
25351.440227/2021-78 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1759407216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76.
---
FARMÁCIA SUA SAÚDE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS LTDA / 39.845.411/0001-13
25351.424027/2021-78 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1711801218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.
---
MHE9 LOGISTICA LTDA / 28.736.063/0001-20
25351.451816/2021-81 /
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 1795989211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76.
---
RAFAEL REIS GOMES DROGARIA / 38.924.406/0001-33
25351.430006/2021-91 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728822213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.
---
EXPRESSO RODOMINAS LTDA / 04.799.398/0006-33
25351.451758/2021-96 /
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 1795923211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76.
---
CARDIONORTH LTDA / 26.711.149/0001-72
25351.434970/2021-99 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1743533217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. . A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76. Ademais, o documento apresentado não possui valor sanitário.

**RESOLUÇÃO RE Nº 2.005, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGARIA DE BOM JESUS FERREIRA E ZANON LTDA / 10.789.886/0001-58
25351.335839/2014-11 / 7211391
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1814122216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.
---
MAURILIO SILVA PROTO E CIA LTDA / 12.939.728/0001-62
25351.011833/2011-16 / 0737490
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1829827213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa não foi emitido por autoridade sanitária competente e não houve apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.
---
LATSCH &BOCHI LTDA / 94.963.576/0012-50
25351.066522/2014-29 / 7103398
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1760558210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.
---
COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0715-46
25351.812624/2018-51 / 8175711
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1641472219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O alvará sanitário apresentado é satisfatório para o comércio varejista de produtos para saúde, e não para o comércio atacadista, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
ana derme farmacia de manipulacao e dispensacao ltda / 03.776.905/0002-27
25351.281302/2004-51 / 0442240
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1814127217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011. O documento apresentado não autoriza todas as atividades solicitadas.
---
FARMACIA MAJESTIC LTDA-ME / 71.669.766/0001-01
25351.211515/2002-54 / 0133003
7260 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1606162217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não é possível a ampliação de atividade de importadora na AFE de farmácia e drogaria, conforme RDC nº 76/08, sendo necessário que a empresa solicite concessão de AFE para importação. Vale ressaltar que a atividade desse ser exercida em estabelecimentos distintos, conforme RDC nº 17/12.
---
RB DROGARIA LTDA ME ME / 17.301.867/0001-80
25351.654791/2013-66 / 7030498
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1627227217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.
---
KARINA TAYLIS MELO SILVA MACEDO E CIA LTDA / 32.553.066/0001-03
25351.098969/2019-71 / 7637958
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1814125211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.
---
PROTEGE IND &COM DE COSMÉTICOS LTDA-ME. / 05.119.197/0001-04
25351.557428/2015-81 / 2083203
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1727851218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014.
---
SANTA FARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME / 22.997.933/0003-08
25351.284876/2021-82 /
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 1645575217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração, conforme o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
A B BEZERRA FARMÁCIA / 29.950.776/0001-54
25351.144752/2020-84 / 7711795
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1605917214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
MARIANA MARIA DA SILVA ME / 10.677.547/0001-80
25351.359841/2014-85 / 7216106
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1829819212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa não foi emitido por autoridade sanitária competente e não houve apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.
---
TOMIPLAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP / 32.662.020/0001-14
25351.087402/2021-94 / 8218001
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1658440218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não há previsão para a ampliação solicitada, visto que a ampliação e redução de classe de produtos somente é permitida entre cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes e entre medicamentos e insumos farmacêuticos, conforme art. 22, parágrafo único da RDC 16/2014.
25351.087402/2021-94 / 8218001
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1658405218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não há previsão para a ampliação solicitada, visto que a ampliação e redução de classe de produtos somente é permitida entre cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes e entre medicamentos e insumos farmacêuticos, conforme art. 22, parágrafo único da RDC 16/2014.

## Ministério do Turismo

### SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
### SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

**PORTARIA Nº 280, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 96, de 9 de março de 2021 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO RICARDO DA CRUZ DUARTE

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
204992 - CANTO CORAL ALEMÃO 2
Karla Cristina Ziemer Huch
CNPJ/CPF: 064.196.459-56
Processo: 01400004983202065
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 128.337,00
Prazo de Captação: 20/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto visa oferecer aulas/ensaios gratuitas de canto coral, nos idiomas alemão e português. Também estão previstas apresentações gratuitas de contrapartida social de caráter didático e performático, e uma palestra com apresentação musical em uma escola da rede pública de ensino.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º )
205084 - Ocupação Usina de Artes Visuais 2021-2022
Diogenes Chaves Gomes
CNPJ/CPF: 219.863.204-72
Processo: 01400005075202099
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 325.699,00
Prazo de Captação: 20/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realizar exposições de artes visuais - individuais e coletivas –na galeria da Usina Cultural Energisa com a participação de artistas paraibanos (ou radicados no Estado da Paraíba), selecionados a partir de edital e/ou portfólio, para estimular a produção local e revelar, ao mesmo tempo, reflexões sobre a produção contemporânea, novas diretrizes para políticas públicas na área e apoio aos novos artistas visuais paraibanos. Todas as atividades serão documentadas em material gráfico (folders e catálogo) e seguidas de mediação (visitas guiadas), seminários, debates e palestras abertas ao público.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º )
210870 - ATLAS DA COZINHA TRADICIONAL DE MINAS GERAIS
Associação de Amigos do Centro de Cultura Belo Horizonte - AMICULT
CNPJ/CPF: 04.784.704/0001-53
Processo: 01400000870202171
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.690.562,88
Prazo de Captação: 20/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Desenvolvimento de PESQUISA E DOSSIÊ (BEM IMATERIAL - REGISTRO) para reconhecimento da Cozinha Mineira como patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais; produção e impressão de CATÁLAGO sobre o tema; desenvolvimento de SÍTIO DE INTERNET intitulado Atlas Digital da Cozinha Tradicional Mineira e edição e veiculação de VÍDEOS; abrangendo as diversas regiões do estado, com objetivo de valorizar, proteger, promover esse importante bem cultural e as técnicas tradicionais a ele relacionadas.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )
210394 - Projeto de Ampliação e Renovação do Acervo da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais
ASSOCIACAO DE AMIGOS DA BIBLIOTECA PUBLICA ESTADUAL LUIZ DE BESSA - SABE
CNPJ/CPF: 00.896.229/0001-56
Processo: 01400000394202199
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 341.352,00
Prazo de Captação: 20/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O Projeto tem como objetivo atualizar e renovar o acervo da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais por meio da ampliação de sua infraestrutura de processamento técnico e tratamento de acervos. Serão catalogados e disponibilizados para o público, para consulta local e empréstimos domiciliares, 20.000 (vinte mil) novos títulos ou exemplares de livros, livros em Braille, audiolivros, periódicos e acervos audiovisuais, já selecionados e adquiridos pela Biblioteca. O projeto também prevê, como contrapartida social, a aquisição de livros em Braille para atualização e renovação do acervo do Setor Braille da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.

210545 - Acervo Henry Sobel (Título Provisório)
EX-LIBRIS LTDA
CNPJ/CPF: 02.575.714/0001-53
Processo: 01400000545202117
Cidade: Santana de Parnaíba - SP;
Valor Aprovado: R$ 698.317,54
Prazo de Captação: 20/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Acervo Bibliográfico e Documental do rabino Henry Sobel: organização, catalogação, digitalização e divulgação do acervo, que é composto por cartas, documentos, roteiros de palestras, filmes e fotografias. Realização de palestras, em formato de live, como medida de Contrapartida Siocial sobre a importância da preservação da história e da memória.

210729 - Cantinho da Leitura
Bruno Wellington Domingues - EPP
CNPJ/CPF: 09.402.853/0001-24
Processo: 01400000729202179
Cidade: Paulínia - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.499.410,00
Prazo de Captação: 20/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Cantinho da Leitura é um projeto criativo e inovador na maneira de organizar espaços que estimulem a leitura, em especial aos jovens. Serão criados 4 (quatro) espaços com mobiliário especial, acervo bibliográfico e atividades artísticas para estímulo, entretenimento e aprendizado.O acesso aos espaços será gratuito e aberto ao público.

211174 - Prato Firmeza 5: diálogo campo e cidade
ENOIS AGENCIA DE JORNALISMO LTDA
CNPJ/CPF: 15.001.379/0001-21
Processo: 01400001174202182
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 998.413,90
Prazo de Captação: 20/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: "Prato Firmeza 5: diálogo campo e cidade" é uma continuidade e um aprofundamento do projeto Prato Firmeza, o guia gastronômico das quebradas de São Paulo e RJ. Nossa missão agora é entender o caminho do alimento, desde o plantio até o prato das pessoas que vivem nas periferias e favelas de grandes cidades do Brasil. Um diálogo entre campo e favela. Teremos como produtos culturais: um livro impresso (formato de guia), com 40 histórias de produtores rurais e restaurantes brasileiros que se preocupam com a cadeia produtiva da alimentação; série de 10 episódios de podcast para trazer a mesma temática para a linguagem oral e atingir mais pessoas; 10 vídeos para distribuição do livro e da série de podcast e uma atualização no nosso site para inserir as novas produções sobre a relação campo e favela. E, nesta edição, formaremos cerca de 410 jovens para a produção de jornalismo cultural, podcast e audiovisual como contrapartida social

211320 - Ler é Viver
INSTITUTO GIL NOGUEIRA
CNPJ/CPF: 08.218.215/0001-95
Processo: 01400001320202170
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.001.142,45
Prazo de Captação: 20/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realizar a circulação das atividades do projeto Ler é Viver em Belo Horizonte e em 3 cidades da região Metropolitana. Serão atendidas 15 escolas públicas, e um total de 4500 alunos. Democratizando o acesso à literatura infanto-juvenil de qualidade, contribuindo de forma significativa com a redução no analfabetismo funcional entre crianças e jovens matriculados no 1º ao 5º ano do ensino fundamental I. Realizar 270 oficinas de contação de histórias,30 apresentações cênicas para a o evento de premiação dos alunos, 45.000 livros lidos e interpretados sendo todas as atividades gratuitas.

ANEXO II
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
210616 - Enya - Aurora de Ouro
ESTUDIO CASINHA ARTES GRAFICAS E ANIMACAO DIGITAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 17.164.300/0001-09
Processo: 01400000616202173
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 198.563,88
Prazo de Captação: 20/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O presente projeto busca realizar uma história em quadrinhos (HQ) digital que conta a jornada de aventura e amadurecimento de uma jovem após a perda de seu pai. A HQ será compartilhada gratuitamente e bimestralmente ao longo de oito meses - sempre via internet em um website a ser criado exclusivamente para veiculação da HQ e conteúdos relacionados à mesma. A intenção é popularizar as histórias em quadrinhos nacionais como expressão artística e levá-las ao máximo de pessoas, incluso, deficientes visuais, se valendo para isso dos recursos disponíveis no ambiente online (narrador de audiodescrição). Além disso, como forma de incentivar jovens artistas, serão realizadas palestras em escolas da rede pública sobre escrever, desenhar e colorir para HQs.

211177 - Hemeroteca/Coleção da Revista História Catarina
claudio rodrigues da silveira
CNPJ/CPF: 347.335.319-15
Processo: 01400001177202116
Cidade: Lages - SC;
Valor Aprovado: R$ 630.598,71
Prazo de Captação: 20/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: PRODUTO HEMEROTECA DA REVISTA HISTÓRIA CATARINA: Doação de Hemerotecas/Coleções da Revista História Catarina. Esta coleção para Hemeroteca será disponibilizada em diversos formatos (impresso, digital, áudio e libras), permitindo ampla acessibilidade ao público alvo. PRODUTO CONTRAPARTIDAS SOCIAIS (Seminários/Palestras): Realização de Seminários e Palestras sobre temáticas de cultura, história, artes e turismo para professores e alunos de escolas públicas estaduais de SC.

**PORTARIA Nº 281, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 96, de 9 de março de 2021 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO RICARDO DA CRUZ DUARTE

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
204385 - Plano Anual 2021 Teatro Oficina
Associação Teatro Oficina Uzyna Uzona
CNPJ/CPF: 53.255.451/0001-36
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º )
190123 - Reforma do Teatro Atiaia
CIA DE TEATRO KATARRISO
CNPJ/CPF: 06.052.705/0001-39
Cidade: Governador Valadares - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )
203493 - Livro - Como Ela Faz?
TOCHA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 19.291.237/0001-05
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/05/2021

**PORTARIA Nº 282, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 96, de 9 de março de 2021 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO RICARDO DA CRUZ DUARTE

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
185783 - Taiko - ZenshinDaiko III - 3ª Edição
Associação Cultural Esportiva de Cascavel
CNPJ/CPF: 76.428.598/0001-86
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Reduzido: R$ 319,00
Valor total atual: R$ 328.410,50

**PORTARIA Nº 283, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 96, de 9 de março de 2021 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 193348 - Escola de Teatro - Meninos de Luz - 2020, publicado na portaria nº 0678/19 de 21/11/2019, no D.O.U. de 22/11/2019, para Escola de Teatro - Meninos de Luz - 2020/2021.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO RICARDO DA CRUZ DUARTE

## SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

**PORTARIA Nº 31, DE 19 DE MAIO DE 2021**

O(A) SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 405, de 19 de agosto de 2020 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Alterar a(s) razão(ões) social(ais) do(s) proponente(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 194205 - EDUCAÇÃOO 4.0, publicado na portaria nº 0104/19 de 24/12/2019, publicada no D.O.U. em 26/12/2019.

Onde se lê: Prosa Press Consultoria de Imprensa Ltda

Leia-se: PROSA PRESS PRODUCOES LTDA

PRONAC: 203877 - INSPIRA, publicado na portaria nº 0060/20 de 01/10/2020, publicada no D.O.U. em 02/10/2020.

Onde se lê: Prosa Press Consultoria de Imprensa Ltda

Leia-se: PROSA PRESS PRODUCOES LTDA

Art. 2.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 203538 - MoV.Cidade & MoV.Lab 2021 - Mostra e Lab de Criatividade e Sustentabilidade Urbana do Espírito Santo, publicado na portaria nº 0052/20 de 27/08/2020, no D.O.U. em 28/08/2020, para MoV.Cidade 2021 .

Art. 3.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 203538 - MoV.Cidade & MoV.Lab 2021 - Mostra e Lab de Criatividade e Sustentabilidade Urbana do Espírito Santo, publicado na portaria nº 0052/20 de 27/08/2020, publicada no D.O.U. em 28/08/2020.

Onde se lê: O MoV.Cidade & o MoV.Lab são ações realizadas em conjunto e compreendem, respectivamente, uma mostra de cinema e um laboratório de produção de conteúdo audiovisual voltado prioritariamente para jovens das periferias urbanas da Grande Vitória. Realizado de forma virtual, presencial ou semipresencial, as atividades da mostra envolvem, ainda, ações paralelas de reflexão sobre criatividade urbana, novas tecnologias e movimentos preocupados com o bem da cidade como murais pintados na cidade. O laboratório é voltado para 20 jovens de 18 a 29 anos, com duração de 20h e dividido em módulos com entrega de um produto final que relacione o tema da sustentabilidade urbana. A mostra exibe pelo menos 08 títulos de curta metragem de ficção, animação ou documentário. O objetivo é capacitar jovens na produção audiovisual com apropriação de novas ferramentas para criação de conteúdos com foco nas suas próprias localidades. Shows nacionais ou regionais, além de painéis temáticos integram a programação.

Leia-se: O MoV.Cidade e a Mostra de Criatividade e Sustentabilidade Urbana da Grande Vitória (ES) e compreende a realização de Mostra Audiovisual (MoV.On), Laboratório de Produção de Conteúdo para jovens das periferias urbanas (MoV.Lab), bate-papos de reflexão sobre sustentabilidade (Altos Papos), intervenções de pinturas urbanas/exposição de arte (MoV.Arte) e Shows nacionais ou regionais que também integram a programação (MoV.Música). Realizado de forma virtual, presencial ou semipresencial, a mostra audiovisual exibe pelo menos 08 títulos de curta metragem de ficção, animação ou documentário que trazem um recorte contemporâneo sobre as nossas cidades. O objetivo é refletir sobre a sustentabilidade das nossas cidades através do audiovisual e da arte, aludindo a temas importantes do nosso tempo no contexto social, cultural e ambiental em três eixos: pensar, agir e curtir. Além disso, com a ação MoV.Lab de contrapartida cultural, o projeto busca capacitar jovens no audiovisual.

Art. 4.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 5.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GRAÇA MELO CORTES

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º )
190255 - O Silêncio dos Lobos
Thiago Luiz Soares
CNPJ/CPF: 065.131.039-32
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 04/03/2021 à 31/12/2021
191614 - CINEMA AQUI 2ª EDIÇÃO
AUI CULTURAL PRODUCAO CULTURAL E ARTES CENICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 22.038.413/0001-06
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/05/2021 à 31/12/2021
192749 - Uma Noite de Cinema na sua Cidade
INSTITUTO JOÃO AYRES
CNPJ/CPF: 08.215.473/0001-18
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/10/2021
194205 - EDUCAÇÃO 4.0
Prosa Press Consultoria de Imprensa Ltda
CNPJ/CPF: 07.606.096/0001-85
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021
201417 - Tente Sua Sorte Hoje!
GUENIA REICHMANN LEMOS - ME
CNPJ/CPF: 12.657.081/0001-86
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 12/05/2021 à 31/12/2021
201786 - Cinema no Parque
Sustentabilidade e Cultura Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 19.541.589/0001-63
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 10/05/2021 à 31/12/2021
202315 - Palestras profissionalizantes em jogos eletrônicos.
BURBURINHO CULTURAL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.422.837/0001-30
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021
202801 - 10º Festival Cinema com Farinha
DELEON SOUTO FREITAS DA SILVA
CNPJ/CPF: 038.415.394-16
Cidade: Patos - PB;
Prazo de Captação: 16/02/2021 à 31/12/2021
205008 - Cinema em Movimento Ano XVIII on-line e Presencial - Debates, capacitações, difusão nas comunidade e Escola.,
Meios de Produção e Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 27.920.016/0001-79
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 01/11/2021
205047 - Ciranda de Filmes
Aiuê Produtora e Editora Ltda. ME
CNPJ/CPF: 09.225.539/0001-13
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021
210678 - Ex-Condido
GUSTAVO HENRIQUE PIASKOSKI
CNPJ/CPF: 098.859.539-73
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 19/05/2021 à 31/12/2021

## INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

**PORTARIA Nº 382, DE 18 DE MAIO DE 2021**

Designa os membros do Comitê Correcional, em atenção ao que determina a Portaria IBRAM no 327, de 23 de abril de 2021.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM, no uso da atribuição que lhe confere os inciso II e IV do art. 20 do Anexo I ao Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, e o constante nos autos do Processo nº 01415.002377/2020-46, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo identificados como membros do Comitê Correicional de que trata a Portaria IBRAM no 327, de 23 de abril de 2021:

| Nome | Matrícula SIAPE | Lotação |
|---|---|---|
| Adna de Abreu Rodrigues Teixeira | 131469 | DDFEM |
| Paulo José de Souza | 1816064 | ER-MGES |
| Daniela Pinna de Souza | 181693 | DPGI |
| Sandro dos Santos Gomes | 1816390 | CGSIM |
| Susana Chaia Ribeiro | 1548037 | ER-RJ |

§ 1º Designar a servidora Adna de Abreu Rodrigues Teixeira, Matrícula SIAPE 131469, como Coordenadora.

§ 2º Designar o servidor Paulo José de Souza, Matrícula SIAPE 1816064, como Coordenador Substituto nos impedimentos legais, eventuais e temporários do titular.

Art. 2º Revogar a Portaria no 133, de 3 de abril de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO MACHADO MASTROBUONO

# Ministério Público da União

## MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
## CONSELHO SUPERIOR

**ATA DA 274ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Aos 14 dias do mês de abril de 2021, às 10 horas, por meio de videoconferência, esteve reunido o Conselho Superior do Ministério Público Militar, sob a presidência do Dr. Antônio Pereira Duarte, Procurador-Geral de Justiça Militar, até as 11h25, com a participação dos Conselheiros Carlos Frederico de Oliveira Pereira, a partir de 10h48, em virtude de problemas de acesso à sessão, Roberto Coutinho, Edmar Jorge de Almeida, Alexandre Concesi, Arilma Cunha da Silva, José Garcia de Freitas Junior, Herminia Celia Raymundo, Giovanni Rattacaso, Clauro Roberto de Bortolli, Cezar Luís Rangel Coutinho e Samuel Pereira. Primeira Parte - Expediente: 1. Aprovação da Ata da 273ª Sessão Ordinária: O Sr. Presidente informou aos Conselheiros que se não houvesse sugestões ao conteúdo da ata no decorrer da sessão essa seria considerada aprovada ao final. 2. Comunicações da Presidência e dos Conselheiros: Após os cumprimentos iniciais, o Sr. Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros em mais uma sessão virtual do Conselho Superior. A seguir, passou a fazer as seguintes comunicações: 1)Expediente da Secretaria-Geral do Ministério Público da União consultando o Ministério Público Militar sobre possível interesse na ocupação do prédio que sediava uma unidade do Ministério Público Federal na cidade de Belém/PA. O Sr. Presidente informou que solicitou ao Diretor-Geral da Secretaria do MPM que fizesse uma visita ao local, acompanhado da Diretora do Departamento de Engenharia e de Arquitetura e integrantes da PJM/Belém. 2) Portaria PGR/MPU Nº 29, de 11 de março de 2021, que dispõe sobre as adequações do Programa de Assistência Social do Ministério Público da União - Plan-Assiste ao art. 227, inciso VII e § 6º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e à Resolução CNMP nº 223, de 16 de dezembro de 2020, e dá outras providências. O Sr. Presidente esclareceu que a iniciativa visa a correção de distorções históricas no acesso à saúde integral dos Membros do Ministério Público brasileiro, conforme estabelece o Estatuto do Ministério Público da União. 3) Informações sobre a recuperação dos membros do MPM que foram acometidos pela Covid-19. O Sr. Presidente destacou que o Departamento de Assistência à Saúde tem acompanhado os casos e garantido o suporte necessário a membros e servidores do MPM. 4) Indicação de representante, pelo Conselho Superior do MPM, para integrar o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI). O Sr. Presidente sugeriu a indicação do Promotor de Justiça Militar, Adriano Alves Marreiros, que foi aprovada à unanimidade, conforme deliberação: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso da competência prevista no art. 131, inciso I, da Lei Complementar n° 75/1993, e o disposto na Resolução CNMP nº 171, de 17 de junho de 2017, que instituiu a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP), deliberou, à unanimidade, pela indicação do Promotor de Justiça Militar, ADRIANO ALVES MARREIROS, para compor o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério Público Militar (CETI), tendo em vista o término do mandato dos atuais integrantes.". A seguir, o Sr. Presidente concedeu a palavra aos Conselheiros. Na oportunidade, o Conselheiro Edmar Jorge de Almeida, na qualidade de presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar, apresentou informações de interesse dos associados. Na sequência, o Sr. Presidente sugeriu a inversão da pauta, conforme proposta do Conselheiro Alexandre Concesi, tendo em vista a apreciação de feitos disciplinares que requerem o caráter sigiloso da sessão. A proposta foi aprovada. Segunda Parte: Ordem do Dia: 1) Processo SEI nº 19.03.0000.0001018/2021-85. Proposta de Resolução versando sobre regulamentação da política editorial do Ministério Público Militar. Conselheiro-Relator: Dr. Alexandre Concesi. Inicialmente foi franqueada a palavra ao Conselheiro-Relator que apresentou seu relatório e voto. Após, o Sr. Presidente cumprimentou o Conselheiro Clauro Bortolli pela iniciativa, como também o relator, pela qualidade do voto, sugerindo o acréscimo de dispositivo à proposta, no sentido de ser criado um Conselho Editorial Honorário. Após o debate e com a inclusão do acréscimo sugerido, foi deliberado: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso da competência prevista no art. 131, inciso I, da Lei Complementar n° 75/1993, e o disposto no Processo SEI nº 19.03.0000.0001018/2021-85, deliberou, à unanimidade, pela aprovação de resolução do Conselho Superior do Ministério Público Militar versando sobre a regulamentação da política editoral do Ministério Público Militar." 2) Processo SEI nº 19.03.0000.0001603/2021-09. Lista de Antiguidade dos Membros da Carreira do Ministério Público Militar, atualizada até 31 de dezembro de 2020. Conselheiro-Relator: Dr. Cezar Luís Rangel Coutinho. Após a apresentação do relatório e voto, foi deliberado:

"O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso da competência prevista no art. 131, inciso VII, da Lei Complementar n° 75/1993, e o disposto no Processo SEI nº 19.03.0000.0001603/2021-09, deliberou, à unanimidade, pela aprovação da Lista de Antiguidade dos Membros da Carreira do Ministério Público Militar, atualizada até 31 de dezembro de 2020." Às 10h36 o Sr. Presidente solicitou a interrupção da transmissão da sessão visando a apreciação de feitos disciplinares constantes em pauta. 3) Processo SEI nº 19.03.0000.000461/2021-66. Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria nº 2/CMPM, de 3 de fevereiro de 2021. Conselheira-Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva. Inicialmente a Conselheira-Relatora procedeu à leitura do relatório, votando pelo arquivamento do feito. Após, o Sr. Presidente deu início à fase de debates. O Conselheiro Clauro Roberto de Bortolli apresentou divergência quanto ao voto da relatora, entendendo haver indícios, na conduta do indiciado, que justificam a instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Antecipa o voto no sentido de que o Conselho Superior instaure o PAD e encaminhe o feito à Corregedoria do Ministério Público Militar para a formulação da súmula de acusação. Em votação, os Conselheiros Carlos Frederico de Oliveira Pereira, Herminia Celia Raymundo, Giovanni Rattacaso e Cezar Luís Rangel Coutinho acompanharam o voto da relatora. Já os Conselheiros Roberto Coutinho, Edmar Jorge de Almeida, Alexandre Concesi, José Garcia de Freitas Junior, Samuel Pereira e o Sr. Presidente votaram acompanhando a divergência apresentada pelo Conselheiro Clauro Roberto de Bortolli, sendo, ao final, deliberado: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, conforme estabelece o art. 251, § 2º, da Lei Complementar nº 75/1993, após apreciar o Processo SEI Nº 19.03.0000.000461/2021-66, deliberou, por maioria de votos (7x5), pela instauração do Processo Administrativo Disciplinar, com o encaminhamento do feito à Corregedoria do Ministério Público Militar para a formulação da súmula de acusação. Entretanto, não sendo alcançada a votação favorável de dois terços dos Membros do Colegiado, conforme preceitua o art. 131, inciso XIII, do mesmo dispositivo legal, o Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria nº 2/CMPM, de 3 de fevereiro de 2021, foi arquivado." A seguir, o Sr. Presidente informou ao Colegiado que a partir daquele instante se retiraria da sessão, tendo em vista seu impedimento para participar da apreciação do último item da pauta, passando, em razão disso, a presidência ao Vice-Presidente do Conselho Superior do MPM, Conselheiro Edmar Jorge de Almeida. 4) Processo SEI nº 19.03.0000.0004703/2020-78. Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria nº 11/CMPM, de 27 de outubro de 2020. Conselheiro-Relator: Dr. Carlos Frederico de Oliveira Pereira. Inicialmente o Sr. Presidente cumprimentou os Conselheiros e a advogada de defesa. A seguir, confirmou o quórum necessário para a apreciação do feito, consoante o disposto no art. 5º da Resolução nº 62/CSMPM, passando a palavra ao Conselheiro-Relator para a leitura do relatório. O Conselheiro Carlos Frederico de Oliveira Pereira consultou o Colegiado sobre a necessidade da leitura pontual do relato, uma vez que já houve a sua inclusão nos autos. O Sr. Presidente submeteu a questão à deliberação do Conselho que confirmou ser necessária a leitura. Inicialmente o relator apresentou suas considerações acerca de seu pronunciamento nos autos diante de requerimento apresentado pela defesa quanto à suspeição de integrantes do Conselho, o pedido de sustentação oral pela defesa e a publicidade do julgamento. A seguir, o Sr. Presidente informou ter sido deferido, em homenagem ao princípio da ampla defesa, o pedido de sustentação oral requerido pelo ofendido, a quem foi concedida a palavra inicialmente. Nesse momento, o Conselheiro Carlos Frederico indagou o Sr. Presidente sobre a suspeição a ele atribuída pela defesa. Pela ordem, a advogada de defesa solicitou que fosse consignado o seu inconformismo diante do indeferimento da suspeição arguida contra a Dra. Arilma Cunha da Silva em razão dos fatos objetivos já constituídos nos autos. Requereu o indeferimento da sustentação oral pelo ofendido a fim de que não funcione em sua própria defesa. O Sr. Presidente esclareceu que o Regimento Interno do Conselho Superior do MPM prevê a manifestação de qualquer interessado no processo. Considerou, ainda, que o caso envolve interesse público e que o ofendido recebe repercussões do processo. Nesse instante foi concedida a palavra ao ofendido, pelo prazo regimental, com a concessão de idêntica oportunidade à defesa. Após, o Sr. Presidente agradeceu as participações e indagou o Conselheiro-Relator sobre o interesse em acrescentar alguma observação. Não havendo observações, o Sr. Presidente consultou a defesa sobre a ratificação do requerimento de suspeições apresentadas, no que diz respeito à sua participação no julgamento do feito como, também, a participação da Conselheira Arilma Cunha da Silva. Com a palavra, a defesa ratificou os pedidos. Passou-se, então, a apreciação das suspeições pelo Colegiado, inicialmente com a análise das considerações juntadas aos autos pela Conselheira Arilma Cunha da Silva. Após o debate, foi deliberado, por maioria de votos (7x4), pelo não reconhecimento da suspeição da referida Conselheira. A seguir, o Sr. Presidente apresentou suas considerações no sentido de que não se dava por suspeito, visto que a queixa-crime por ele manejada foi provocada por ofensa produzida pela arguente durante sessão do CSMPM, não podendo ser invocada suspeição por quem a provoca, conforme previsão da Lei Processual Penal. Após o debate, o Conselho deliberou, por maioria de votos (6x5), pelo reconhecimento da suspeição do Conselheiro Edmar Jorge de Almeida. Diante do resultado, não havendo disposição regimental que ampare tal circunstância extraordinária, o Conselheiro Roberto Coutinho, por ordem de antiguidade, assumiu a presidência da sessão após a aprovação do Colegiado. Verificado o quorum, o Sr. Presidente passou a palavra ao Conselheiro-Relator para proferir seu voto. Como preliminar, invocando o art. 18 do Código de Processo Civil, entendeu ser ilegítima a representação do Procurador-Geral de Justiça Militar em favor do ofendido, o que fere o transcurso regular do processo. Em votação, o Conselho Superior, por maioria de votos (8x2), rejeitou a preliminar. Passou-se, então, a apreciação do mérito. O Conselheiro-Relator votou pelo arquivamento do feito, conforme posicionamento da Comissão de Inquérito. Acompanharam o relator os Conselheiros Alexandre Concesi, José Garcia de Freitas Júnior, Herminia Celia Raymundo, Cezar Luís Rangel Coutinho e Samuel Pereira. Os Conselheiros Arilma Cunha da Silva, Giovanni Rattacaso, Clauro Roberto de Bortolli e o Sr. Presidente votaram pela instauração do Processo Administrativo Disciplinar, sendo deliberado: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, conforme estabelece o art. 251, § 2º, da Lei Complementar nº 75/1993, após apreciar o Processo SEI Nº 19.03.0000.0004703/2020-78, deliberou, por maioria de votos (6x4), pelo arquivamento do Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria nº 11/CMPM, de 27 de outubro de 2020." Ao final, para fins de registro, o Sr. Presidente fez a leitura de seu voto. Não havendo outros assuntos a serem deliberados, a sessão foi encerrada às 14h54.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Procurador-Geral de Justiça Militar
Presidente

GABRIELA DANTAS TREZI DE ARAUJO
Secretária

## Tribunal de Contas da União

### PORTARIA-TCU Nº 65, DE 18 DE MAIO DE 2021.

Delega competência à Diretora-Geral do Instituto Serzedello Corrêa para assinar Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Tellus, com vistas a desenvolver proposta de plataforma sem fins lucrativos.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, e considerando as informações constantes do processo nº TC-013.027/2021-2, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência à Diretora-Geral do Instituto Serzedello Corrêa para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Tellus, com vistas a estabelecer cooperação técnica para a troca de experiências, conhecimentos e tecnologias, visando ao desenvolvimento de proposta de plataforma sem fins lucrativos, para intercâmbio e sistematização de informações sobre inovação e compras públicas de inovação na administração pública, para capacitação de servidores públicos, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum.

Art. 2º O referido Acordo é celebrado a título gratuito, não implicando, portanto, compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os partícipes.

Art. 3º Fica designada a Diretora-Geral do Instituto Serzedello Corrêa para zelar pelo acompanhamento da execução do Acordo a que se refere o artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA ARRAES

## Poder Legislativo

### SENADO FEDERAL
### DIRETORIA-GERAL

### ATO Nº 10, DE 18 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Senado Federal para o exercício de 2021.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o Ato da Comissão Diretora nº 29, de 2006, e tendo em vista o disposto no art. 63 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021- LDO/2021), resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo deste Ato, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Senado Federal com os Grupos de Natureza de Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos, constantes da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021 (Lei Orçamentária Anual para 2021 - LOA/2021).

Art. 2º O Cronograma Anual de Desembolso Mensal será atualizado de forma a refletir eventuais alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais ou da necessidade de contingenciamento ou de restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira, consoante disposto no art. 64 da LDO/2021.

Parágrafo único. O demonstrativo com os valores dos desembolsos mensais e acumulados será mantido atualizado no sítio do Portal da Transparência do Senado Federal.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ILANA TROMBKA

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2021
(Art. 63 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021)

| Mês | Pessoal e Encargos Sociais | | Outras Despesas Correntes e Investimentos | | Valor mensal | Valor acumulado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor mensal | Valor acumulado | Valor mensal | Valor acumulado | | |
| Janeiro | 315.000.000,00 | - | 68.200.000,00 | - | 383.200.000,00 | --- |
| Fevereiro | 315.000.000,00 | 630.000.000,00 | 33.171.866,76 | 101.371.866,76 | 348.171.866,76 | 731.371.866,76 |
| Março | 315.000.000,00 | 945.000.000,00 | 21.400.000,00 | 122.771.866,76 | 336.400.000,00 | 1.067.771.866,76 |
| Abril | 315.000.000,00 | 1.260.000.000,00 | 36.941.522,00 | 159.713.388,76 | 351.941.522,00 | 1.419.713.388,76 |
| Maio | 422.000.000,00 | 1.682.000.000,00 | 86.000.000,00 | 245.713.388,76 | 508.000.000,00 | 1.927.713.388,76 |
| Junho | 315.000.000,00 | 1.997.000.000,00 | 86.000.000,00 | 331.713.388,76 | 401.000.000,00 | 2.328.713.388,76 |
| Julho | 315.000.000,00 | 2.312.000.000,00 | 86.000.000,00 | 417.713.388,76 | 401.000.000,00 | 2.729.713.388,76 |
| Agosto | 315.000.000,00 | 2.627.000.000,00 | 86.000.000,00 | 503.713.388,76 | 401.000.000,00 | 3.130.713.388,76 |
| Setembro | 315.000.000,00 | 2.942.000.000,00 | 86.000.000,00 | 589.713.388,76 | 401.000.000,00 | 3.531.713.388,76 |
| Outubro | 315.000.000,00 | 3.257.000.000,00 | 86.000.000,00 | 675.713.388,76 | 401.000.000,00 | 3.932.713.388,76 |
| Novembro | 315.000.000,00 | 3.572.000.000,00 | 86.000.000,00 | 761.713.388,76 | 401.000.000,00 | 4.333.713.388,76 |
| Dezembro | 313.898.264,00 | 3.885.898.264,00 | 87.988.950,24 | 849.702.339,00 | 401.887.214,24 | 4.735.600.603,00 |
| Total 2021 | 3.885.898.264,00 | - | 849.702.339,00 | - | 4.735.600.603,00 | --- |

FERNANDO ÁLVARO LEÃ RINCON
Diretor da SAFIN

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

## Poder Judiciário

### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

#### CERTIDÕES DE JULGAMENTO

Certidão de julgamento - 0222809
Processo:
0000435-61.2020.4.90.8000 - 02 - Pedido de providência
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
17/05/2021 09:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a Resolução CJF n. 706, de 28 de abril de 2021, que dispõe sobre a alteração do art. 2º da Resolução CJF n. 705, de 27 de abril de 2021, nos termos do voto do relator. O Conselheiro Victor Luiz dos Santos Laus acompanhou o relator, com ressalva de entendimento pessoal. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 17 a 19 de maio de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO BUZZI, FRANCISCO DE ASSIS BETTI (Suplente), MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0222810
Processo:
0001291-14.2021.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
17/05/2021 09:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a Resolução CJF n. 707, de 4 de maio de 2021, que dispõe sobre os prazos de abertura dos créditos adicionais autorizados pela Lei n. 14.144, de 22 de abril de 2021, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 17 a 19 de maio de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO BUZZI, FRANCISCO DE ASSIS BETTI (Suplente), MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0222811
Processo:
0000722-52.2021.4.90.8000 - 09 - Processo Administrativo Comum
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
17/05/2021 09:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a Portaria CJF n. 200/2021, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 17 a 19 de maio de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO BUZZI, FRANCISCO DE ASSIS BETTI (Suplente), MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0222812
Processo:
0001088-76.2020.4.90.8000 - CGE - Procedimento de controle administrativo - magistrado
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
17/05/2021 09:00:00
Relator:
Ministro JORGE MUSSI
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU JULGAR IMPROCEDENTE o procedimento de controle administrativo, devendo ser retomado o processamento do PAD n. 2005.02.01.006007-2 na origem, nos termos do voto do relator. Declararam suspeição, por motivo de foro íntimo, os Conselheiros MESSOD AZULAY e MAIRAN MAIA. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 17 a 19 de maio de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO BUZZI, FRANCISCO DE ASSIS BETTI (Suplente), VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0222813
Processo:
0003912-50.2020.4.90.8000 - CGE - Procedimento de controle administrativo - magistrado
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
17/05/2021 09:00:00
Relator:
Ministro JORGE MUSSI
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU JULGAR PROCEDENTE o procedimento de controle administrativo, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 17 a 19 de maio de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO BUZZI, FRANCISCO DE ASSIS BETTI (Suplente), MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0222814
Processo:
0007192-02.2019.4.90.8000 - SPO - Programação orçamentária
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
17/05/2021 09:00:00
Relator:
Desembargador Federal VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU DEFERIR o pedido de prorrogação para: a) estender a suspensão da vigência do artigo 28, § 3º, da Resolução CJF nº 305/2014 até 22/9/2021; b) atribuir às áreas técnicas do Conselho da Justiça Federal a promoção de acompanhamento quanto ao escoamento das perícias judiciais pendentes de realização nos Tribunais Regionais Federais, durante o novo período de prorrogação, bem assim de levantamento quanto à persistência, ou não, de intercorrências no gerenciamento do aprazamento e efetivação dos exames periciais por região e c) informar da presente deliberação a Conselheira Tânia Reckziegel, Relatora do Pedido de Providências nº 0002525-81.2020.2.00.0000, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 17 a 19 de maio de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO BUZZI, FRANCISCO DE ASSIS BETTI (Suplente), MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### PORTARIA STJ/GP Nº 163, DE 17 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a publicação do cronograma anual de desembolso mensal do Superior Tribunal de Justiça

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 63 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, e considerando o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as descentralizações de créditos automáticas da SOF/ME para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor e o que consta no Processo STJ 012483/2021, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, com base na dotação orçamentária autorizada ao Superior Tribunal de Justiça pela Lei n° 14.144, de 22 de abril de 2021, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal relativo ao exercício financeiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro HUMBERTO MARTINS

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
ÓRGÃO: 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| ATÉ O MÊS | CATEGORIA A | | CATEGORIAS C e D | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Pessoal e Encargos Sociais | Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (Art. 100, CF) - Precatório e RPV | Outras Despesas Correntes, de Capital e Reserva de Contingência | Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (Art. 100, CF) - Precatório e RPV | Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais |
| JANEIRO | 144.880.419,81 | 377.729.980,57 | 35.724.689,42 | 34.691.749,84 | 4.062,00 |
| FEVEREIRO | 241.467.366,35 | 377.729.980,57 | 71.449.378,83 | 34.691.749,84 | 8.124,00 |
| MARÇO | 338.054.312,88 | 377.729.980,57 | 107.174.068,25 | 34.691.749,84 | 12.186,00 |
| ABRIL | 434.641.259,42 | 377.729.980,57 | 142.898.757,67 | 34.691.749,84 | 16.248,00 |
| MAIO | 531.228.205,96 | 377.729.980,57 | 178.623.447,08 | 34.691.749,84 | 20.310,00 |
| JUNHO | 627.815.152,50 | 377.729.980,57 | 214.348.136,50 | 34.691.749,84 | 24.372,00 |
| JULHO | 724.402.099,04 | 377.729.980,57 | 250.072.825,92 | 34.691.749,84 | 28.434,00 |
| AGOSTO | 820.989.045,58 | 377.729.980,57 | 285.797.515,33 | 34.691.749,84 | 32.496,00 |
| SETEMBRO | 917.575.992,12 | 377.729.980,57 | 321.522.204,75 | 34.691.749,84 | 36.558,00 |
| OUTUBRO | 1.014.162.938,65 | 377.729.980,57 | 357.246.894,17 | 34.691.749,84 | 40.620,00 |
| NOVEMBRO | 1.159.043.358,46 | 377.729.980,57 | 392.971.583,58 | 34.691.749,84 | 44.682,00 |
| DEZEMBRO | 1.255.630.305,00 | 377.729.980,57 | 428.696.273,00 | 34.691.749,84 | 48.744,00 |

# Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

### RESOLUÇÃO Nº 692, DE 19 DE MAIO DE 2021

Altera a Resolução CFN nº 533, de 22 de setembro de 2013, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no exercício das competências previstas na Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, no Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno aprovado pela Resolução CFN n° 621, de 18 de fevereiro de 2019, nos termos em que deliberado nas Reuniões Plenárias do CFN por videoconferência nº 418ª, do dia 12 de abril de 2021, e nº 425ª, do dia 14 de maio de 2021, , resolve:

Art. 1º A Resolução CFN nº 533, de 22 de setembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1° .....

.....

Parágrafo único.

.....

I. desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade aos recém-formados que requererem a inscrição profissional até 90 (noventa) dias após a data de colação de grau;

.....

V. Em caráter excepcional decorrente da pandemia do novo coronavírus, a partir da publicação desta resolução e até o dia 31 de dezembro de 2021, o desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade aos recém-formados a se refere o Inciso I deste parágrafo único será concedido aos que requererem a inscrição profissional até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após a data de colação de grau." (NR)

"Art. 2° .....

.....

Parágrafo único-A. No caso de pessoas físicas, a dispensa do pagamento da anuidade do exercício em curso a que se refere o inciso I requer que o profissional possua inscrição no CRN ativa nos 6 (seis) meses anteriores ao protocolo do requerimento de baixa ou cancelamento, enquanto para os que não cumprirem este requisito a anuidade será devida no valor proporcional.

Parágrafo único-B. Em caráter excepcional decorrente da pandemia da Covid-19, para o exercício de 2021, o prazo de dispensa do pagamento de anuidade a que se refere o inciso I será até dia 31 de maio para as pessoas físicas, desde que o profissional possua inscrição ativa nos 6 (seis) meses anteriores ao protocolo do requerimento de baixa ou cancelamento, enquanto para os que não cumprirem este requisito a anuidade será devida no valor proporcional." (NR)

Art. 2º Ficam revogadas:

I - o artigo 24 da Resolução CFN nº 466, de 12 de novembro de 2010;

II - a Resolução CFN nº 546, de 19 de outubro de 2014;

III - o artigo 26 da Resolução CFN nº 604, de 22 de abril de 2018;

IV - a Resolução CFN nº 645, de 18 de março de 2020;

V - a Resolução CFN nº 647, de 20 de março de 2020; e

VI - a Resolução CFN nº 686, de 22 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RITA DE CÁSSIA FERREIRA FRUMENTO
Presidente do Conselho

## CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

### DECISÃO Nº CFO-22, DE 19 DE MAIO DE 2021

Autoriza baixa, por doação, de bens móveis de propriedade do Conselho Federal de Odontologia.

O Presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, cumprindo deliberação do Plenário na CCCIX Reunião Ordinária do Plenário, realizada em 30 de abril de 2021; decide:

Art. 1º. Autorizar a baixa, por doação, dos bens móveis relacionados, no anexo I, para os Conselhos Regionais de Odontologia do Distrito Federal e do Rio de Janeiro.

Art. 2º. Autoriza o lançamento de edital para doação dos demais itens relacionados no anexo II a entidades dispostas no Decreto nº 9373/2018.

Art. 3º. Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial.

CLAUDIO YUKIO MIYAKE, CD
Secretário-Geral

JULIANO DO VALE, CD
Presidente do Conselho

## CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 18ª REGIÃO

### RESOLUÇÃO CREF18/PA-AP Nº 32, DE 7 DE MAIO DE 2021

Aprova o Regimento Eleitoral a ser utilizado pelo Conselho Regional de Educação Física da 18ª Região - CREF18/PA-AP na eleição de seus membros em 2021.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF18/PA-AP, e;

CONSIDERANDO o disposto do Art. 70, parágrafo único do Estatuto do CREF18/PA-AP que versa sobre a competência do Plenário de elaborar e aprovar o Regimento Eleitoral de acordo com as diretrizes emanadas do CONFEF;

CONSIDERANDO o disposto no art. 120 do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF;

CONSIDERANDO o fim do mandato de parte dos Membros do Conselho Regional de Educação Física da 18ª Região - CREF18/PA-AP, no ano de 2021;

CONSIDERANDO a efetiva transparência e a democratização das eleições do CREF18/PA-AP;

CONSIDERANDO a deliberação em reunião do Plenário realizada em 07 de maio de 2021, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I

DA ELEIÇÃO

Art. 1º - O presente Regimento Eleitoral contém as normas destinadas à organização e normatização dos procedimentos e do processo eleitoral no Conselhos Regional de Educação Física da 18ª Região - CREF18/PA-AP, cujo pleito ocorrerá no dia 27 de setembro de 2021, de 10 horas às 17 horas, conforme dispõe o Edital de Convocação da Eleição.

§ 1º - As eleições reger-se-ão pelos dispositivos estabelecidos neste Regimento Eleitoral, aprovado em Reunião do Plenário deste CREF18/PA-AP, sendo o mesmo complementar ao seu Estatuto e as Instruções Disciplinadoras do processo eleitoral dos CREFs expedida pelo CONFEF (Resolução CONFEF nº 402/2021).

§ 2º - A abertura das eleições e os demais eventos de divulgação necessários, far-se-ão com a publicação obrigatória deste Regimento Eleitoral e do Edital de Convocação das Eleições no Diário Oficial da União ou do Estado, bem como com a veiculação na página eletrônica deste CREF.

§ 3º - A votação não sofrerá interrupção, salvo, por caso fortuito ou força maior.

§ 4º - Nesse pleito serão eleitos, para mandato até 31 de dezembro de 2024, 14 (quatorze) Membros do Conselho Regional de Educação Física da 18ª Região - CREF18/PA-AP, sendo 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes, para mandato de 03 (três) anos.

Art. 2 - Os Membros do CREF18/PA-AP serão eleitos pelo sistema de eleição direta, através de voto facultativo pessoal e secreto dos Profissionais registrados em sua área de abrangência, e em pleno gozo de seus direitos estatutários e com mais de 01 (um) ano de registro ininterrupto, conforme o art. 115 do Estatuto do CONFEF.

§ 1º - Somente poderão votar os Profissionais de Educação Física que estiverem em situação regular e em dia com suas anuidades e obrigações estatutárias.

§ 2º - Serão aceitos como justificativa do não exercício do direito ao voto, os seguintes fatos:

I- Impedimento legal ou força maior;

II - Enfermidade comprovada;

III - ausência da abrangência territorial;

IV - Ter o Profissional de Educação Física completado 70 (setenta) anos de idade;

V - Outros que venham a ser aceitos pela Diretoria do CREF18/PA-AP

§ 3º - A justificativa de que trata o parágrafo anterior, exceto no caso do inciso IV, que é automática, deverá ser apresentada ao CREF18/PA-AP até 30 (trinta) dias após a data da eleição, na forma presencial ou digital.

§ 4º - O CREF18/PA-AP veiculará em sua página eletrônica a relação dos Profissionais de Educação Física que exerceram o direito ao voto, com base na relação fornecida pela Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a eleição; sendo tal relação o comprovante de votação.

§ 5º - Será veiculado também na página eletrônica do CREF18/PA-AP a relação dos Profissionais de Educação Física que justificaram a ausência do voto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a eleição; sendo tal relação o comprovante de votação.

Art. 3 - O CREF18/PA-AP deverá enviar ao CONFEF a comprovação das publicações abaixo relacionadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a referida publicação:

I - Regimento Eleitoral, devidamente aprovado pelo Plenário;

II - Resolução indicando o nome de todos os integrantes da Comissão Eleitoral e da Secretaria da Comissão Eleitoral;

III - Edital de Convocação das Eleições;

IV - A primeira nominata dos Profissionais de Educação Física em dia com suas obrigações estatutárias, por conseguinte, aptos a votar.

Parágrafo único - A publicação do extrato dos documentos referidos nos incisos I e II, e o documento de que trata o inciso III, ambos do caput deste artigo, será realizada, obrigatoriamente, no Diário Oficial da União ou do Estado, bem como será veiculada, na íntegra, na página eletrônica do CREF18/PA-AP.

Art. 4 - Ficará a encargo do CONFEF, em atendimento ao princípio da ampla divulgação, o envio de correspondência, até o dia 28 de maio de 2021, contendo informação sobre a realização da eleição a todos os Profissionais de Educação Física registrados no CREF18/PA-AP, com mais de 01 (um) ano de registro ininterrupto.

Art. 5 - O CREF18/PA-AP encaminhará ao CONFEF, até o dia 15 de maio de 2021, cadastro atualizado de todos os Profissionais registrados em sua área de abrangência.

SEÇÃO II

DO VOTO

Art. 6º - O CREF18/PA-AP adotará eleição por votação em cédula de papel

Art. 7º - A eleição por votação em cédula de papel dar-se-á por dois meios:

I - por correspondência;

II - por comparecimento pessoal do Profissional de Educação Física, na Sede do CREF18/PA-AP situada na Av. Generalíssimo Deodoro, 877, sala 09 - Nazaré - Belém - Pará e na Seccional de Macapá - AP, situado a Av. Ataíde Teive, 1081 - Térreo - Central, Macapá - AP, das 10h às 17h, na data determinada para eleição.

§ 1º - Nos casos de votação em cédula de papel por correspondência, os envelopes com o material de votação (envelopes pré-endereçados) conterão código de barras identificador do Profissional de Educação Física votante para efetivo controle da votação e a cédula de votação desta modalidade constará a grafia voto por correspondência.

§ 2º - No caso de votação em cédula de papel por comparecimento pessoal, este só poderá ocorrer na Sede e na Seccional de Macapá-AP no dia da eleição e durante o horário estabelecido neste Regimento Eleitoral, devendo o Profissional de Educação Física apresentar, no momento da votação, um dos seguintes documentos: a Cédula de Identidade Profissional, Carteira de Identidade expedida por Órgão Público ou Carteira Nacional de Habilitação.

§ 3º - Dentre os meios de votação por cédula em papel, o votante poderá escolher a que melhor lhe convier.

§ 4º - O CREF18/PA-AP providenciará urnas lacradas distintas, para o recebimento, em separado, dos votos em cédula de papel por correspondência e por comparecimento pessoal do Profissional de Educação Física.

§ 5º - Nos casos de votação em cédula de papel por correspondência, os mesmos serão armazenados na Sede do CREF18/PA-AP, em urna própria, lacrada e fiscalizada pela comissão eleitoral, sendo o material de votação acondicionado em caixa lacrada e devidamente rubricada pela Comissão Eleitoral, com fenda na parte superior a fim de que seja inserido o material de votação recebido.

SEÇÃO III DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Art. 8º - O Edital de Convocação da eleição será publicado no Diário Oficial da União ou do Estado e veiculado na página eletrônica do CREF18/PA-AP no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para a eleição, e deverá indicar:

I - Data, horário de início e de encerramento da eleição, bem como endereços dos locais de votação;

II - Endereços dos locais onde ocorrera a eleição de forma presencial, quais sejam, na Sede do CREF18/PA-AP situada na Av. Generalíssimo Deodoro, 877, sala 9 - Nazaré - Belém - Pará, e na seccional de Macapá - AP, situado a Av. Ataíde Teive, 1081 - Térreo - Central, Macapá - AP;

III - Obrigatoriedade dos Profissionais atenderem aos requisitos exigidos para o exercício do direito de voto, nos termos do Estatuto do CONFEF e do Estatuto e Regimento Eleitoral deste CREF;

IV - indicação do local onde será divulgada a relação das chapas registradas.

SEÇÃO IV DA NOMINATA DOS PROFISSIONAIS APTOS A VOTAR

Art. 9 - A nominata dos Profissionais aptos a votar deverá ser atualizada a cada 30 (trinta) dias, sendo a última atualização realizada no dia da eleição.

Art. 10 - A nominata atualizada no dia da eleição, conterá a relação dos Profissionais de Educação Física aptos a votar em sua área de abrangência.

§1º - A nominata de que trata o caput deste artigo não sofrerá alteração e constará na página eletrônica do CREF18/PA-AP e será enviada à Comissão Eleitoral do CREF18/PA-AP dentro do prazo descrito no caput deste artigo, ressalvados débitos referentes a parcelas vincendas.

§2º- A partir da data da publicação deste Regimento no Diário Oficial da União, estará disponível ao profissional, no sítio eletrônico do CREF18/PA-AP (http://www.cref18.org.br), a possibilidade de verificação da situação eleitoral, podendo o mesmo consultar se está apto a votar no pleito eleitoral do CREF18/ PA-AP do ano de 2021, garantindo, assim, a proteção de dados previstos na Lei de Proteção de Dados nº 13.709/2018.

SEÇÃO V DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 11 - Para a execução do procedimento eleitoral, o CREF18/PA-AP nomeará, através de Resolução, a Comissão Eleitoral composta por 05 (cinco) Membros, dos quais 01 (um) será o Presidente, 02 (dois) serão Membros Efetivos e 02 (dois) serão Membros Suplentes.

Parágrafo único - É vedado participar da Comissão Eleitoral os candidatos, seus parentes, consanguíneos e afins até o 2º grau, inclusive, os respectivos cônjuges, bem como os Conselheiros Regionais Efetivos e Suplentes do respectivo CREF e os empregados do Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 12 - Poderá ser arguida no formato escrito, fundamentado e contendo provas, ao Plenário do CREF, a suspeição de membro da Comissão Eleitoral que tenha amizade íntima ou inimizade notória com qualquer dos componentes das chapas ou com os respectivos cônjuges ou companheiros, parentes e afins até o segundo grau.

Art. 13 - A suspeição de que trata o art. 12 desta Resolução será analisada e julgada pelo Plenário do CREF18/PA-AP no prazo de 15 (quinze) dias a contar do protocolo.

Art. 14 - O indeferimento de alegação de impedimento ou suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo direcionado ao Plenário do CREF18/PA-AP que o julgará no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 15 - À Comissão Eleitoral compete:

I - acompanhar todos os prazos estabelecidos neste Regimento Eleitoral;

II - analisar os requerimentos de registro das chapas, deliberando sobre o deferimento ou indeferimento dos mesmos;

III - apreciar e julgar as impugnações que forem oferecidas no curso de todo o processo eleitoral;

IV - aprovar o modelo de Cédula Eleitoral;

V - elaborar a carta de instrução de voto a ser encaminhada aos Profissionais de Educação Física, aptos a votar, juntamente com o material de votação, onde deverá constar orientação sobre o procedimento de votação, data da eleição e horário limite para recebimento do voto, casos de nulidade do voto, hipóteses e data para justificativa de ausência à eleição;

V - disciplinar, fiscalizar e acompanhar o envio do material de votação;

VI - deliberar em reunião, com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias da data de eleição, o número de mesas apuradoras;

VII - responsabilizar-se pelo horário do início e término da eleição, no dia marcado para o pleito;

VIII - compor a mesa de votação desde o início até a proclamação do resultado do pleito;

IX - declarar a abertura e o encerramento do processo de votação;

X - atuar no processo de eleição em cédula de papel, procedendo à:

XI - inserção do lacre na urna receptora das cédulas de papel referentes à eleição por correspondência, que será mantida na Sede do CREF18/PA-AP, até o dia da eleição;

a)inserção, no dia da eleição, do lacre na urna receptora das cédulas de papel por comparecimento pessoal;

confrontação da lista de votantes por eleição em cédula de papel por correspondência com a lista de votantes por eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, antes da abertura das urnas;

elaboração da ata do cômputo geral dos votos, declarando o montante dos votos por correspondência com os votos por comparecimento pessoal;

XIII - referente à eleição em cédula de papel por correspondência, deverá proceder:

b)c)a)abertura da urna, verificando em cada um dos envelopes pré-endereçados, devidamente fechados, se o nome do eleitor consta da lista de votantes, rubricando ao lado do mesmo;

análise de ocorrência do disposto no art. 57 e parágrafos deste Regimento Eleitoral e adoção das medidas cabíveis;

c)abertura dos envelopes pré-endereçados fechados, deles retirando os envelopes pardos, que deverão conter as cédulas em papel, colocando-os em uma urna;

d) contagem dos envelopes pardos confrontando-os com o número de presença na lista de votantes da eleição em cédula de papel por correspondência;

e) abertura dos envelopes pardos fechados na presença dos fiscais presentes das chapas, procedendo-se à retirada das cédulas em papel dos mesmos;

f) leitura das cédulas em papel, cédula por cédula, verificando, inclusive, a autenticidade das mesmas;

g) contagem das cédulas em papel;

h) proclamação do resultado da urna;

i) lavratura da ata de apuração da eleição em cédula de papel por correspondência.

XIV - concernente à eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, deverá proceder:

a) identificação dos votantes;

b) verificação das assinaturas na lista de votantes por comparecimento pessoal;

c) verificação da autenticidade das cédulas de papel através selo de segurança, quando da inserção, pelos eleitores, das cédulas nas urnas lacradas;

d) abertura da urna lacrada, confrontando os números de cédulas de papel com a lista de votantes, após o término do horário de votação;

e) leitura das cédulas de papel, cédula por cédula, verificando, inclusive, a autenticidade das mesmas;

f) contagem das cédulas de papel depositadas na referida urna;

g) lavratura de ata de apuração da eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal;

XV- declarar a chapa vencedora;

XVI- confeccionar o relatório, caso haja necessidade;

XVII- encaminhar ao Presidente do CREF18/PA-AP o resultado do pleito, através de carta da Comissão Eleitoral, com protocolo, onde estejam anexados os relatórios e as atas da eleição, após o prazo estipulado no artigo 63 desta Resolução.

Art. 16 - A respectiva Comissão Eleitoral será responsável por acompanhar todos os prazos estabelecidos neste Regimento Eleitoral, bem como pelo horário do início e término da eleição, no dia marcado para o pleito.

Art. 17 - A Comissão Eleitoral poderá ainda advertir, suspender cautelarmente ou cancelar o registro de chapa concorrente ao pleito eleitoral, caso não sejam respeitadas as normas desta resolução.

Parágrafo único - A Comissão deverá fundamentar sua decisão e justificar a necessidade de aplicar a pena, assegurando a ampla defesa e o contraditório, com a possibilidade de interpor recurso junto ao Plenário do CREF18/PA-AP, no prazo de 48 (quarenta e horas) horas contado a partir de sua notificação.

Art. 18 - Após, a publicação da homologação da eleição pelo Plenário do CREF18/PA-AP, por maioria simples, e a publicação da validação do resultado da eleição pelo Plenário do CONFEF, a Comissão Eleitoral será automaticamente extinta.

SUB-SEÇÃO I DA SECRETARIA DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 19 - Para auxiliar a Comissão Eleitoral nas funções administrativas relativas à eleição, o CREF18/PA-AP nomeará, através de Portaria do Presidente do CREF18/ PA-AP, uma Secretaria da Comissão Eleitoral composta por 03 (três) Membros, todos funcionários deste CREF.

§ 1º - À Secretaria da Comissão Eleitoral do CREF18/PA-AP compete organizar o processo eleitoral, em duas vias, uma das quais será enviada ao CONFEF e a outra arquivada neste CREF, cujas peças essenciais são as seguintes:

b)a)ato de instituição dos integrantes da Comissão Eleitoral e da Secretaria da Comissão Eleitoral;

Regimento Eleitoral;

publicações do Diário Oficial onde foram publicados o Edital de Convocação para eleição, o Regimento Eleitoral, a indicação do endereço eletrônico onde consta a lista dos Profissionais aptos a votar, as chapas registradas, a chapa vencedora, dentre outras publicações pertinentes à eleição ocorridas;

carta enviada, pelo CONFEF, aos Profissionais de Educação Física de que trata o artigo 3º deste Regimento;

todos os documentos veiculados na página eletrônica do CREF18/PA-AP concernentes à eleição;

documentos referentes aos requerimentos de registro de chapas;

deliberações aprovando os registros de chapas;

lista dos votantes;

exemplar original da cédula de papel e dos envelopes utilizados no pleito;

carta de instrução de voto;

propostas eleitorais entregues pelas chapas, quando houver;

relatórios e atas dos trabalhos eleitorais;

b)c)d)e)f)g)h)i)j)k)l)m)recursos apresentados;

resultado do julgamento dos recursos;

carta da Comissão Eleitoral enviada ao Presidente do CREF18/PA-AP informando a chapa vencedora, devidamente protocolada;

Ofício do CREF18/PA-AP enviando ao CONFEF a homologação do pleito pelo respectivo Plenário, a fim de validação do Plenário do CONFEF.

§ 2º - Os documentos originais elencados no § 1º deste artigo deverão integrar o processo eleitoral do CREF.

§ 3º - O processo eleitoral que será encaminhado ao CONFEF deverá ser instruído com as cópias dos documentos relacionados neste artigo, com exceção do documento disposto na alínea "I", que deverá ser original.

CAPÍTULO II DAS CHAPAS

SEÇÃO I DOS REQUISITOS PARA EXERCER O MANDATO DE CONSELHEIRO NO CREF18/PA-AP

Art. 20 - É elegível para exercer o mandato de Conselheiro do CREF18/PA-AP, inclusive para Suplente, somente o Profissional de Educação Física que, além de outras exigências legais, preencher todos os requisitos e condições básicas elencados no art. 124 c/c art. 125 do Estatuto do CONFEF, a seguir relacionados:

I - ser cidadão brasileiro ou naturalizado;

II - possuir curso superior de Educação Física;

III - estar em pleno gozo dos direitos profissionais;

IV - ter votado ou justificado o voto na última eleição do Sistema CONFEF/CREFs para a qual tenha tido o direito e/ou obrigação de voto;

V - não ter realizado administração danosa no Sistema CONFEF/CREFs, segundo apuração em inquérito, cuja decisão tenha transitado em julgado na instância administrativa;

VI - não ter sido condenado por crime doloso, ao qual se aplica pena de reclusão, transitado em julgado, enquanto persistirem os efeitos da pena;

VII - não ter sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato de improbidade na administração pública ou privada ou no exercício de representação de entidade de classe, decorrente de sentença transitada em julgado;

VIII - não estiver cumprindo pena imposta pelo Sistema CONFEF/CREFs;

IX - não for inadimplente em quaisquer prestações de contas, do Sistema CONFEF/CREFs, em decisão administrativa definitiva;

X - não for inadimplente com os pagamentos de anuidades, contribuições, taxas e multas do Sistema CONFEF/CREFs;

XI - não ser funcionário efetivo e/ou comissionado do Sistema CONFEF/CREFs há pelo menos 3 (três) anos da data da eleição.

§ 1º - O atendimento aos requisitos e exigências de que trata este artigo, será feito através de declaração do candidato, devidamente assinada de punho próprio, que responderá por sua veracidade, sob as penas da lei.

§ 2º - A inclusão ou omissão de dados de forma inidônea, na declaração a ser prestada à Comissão Eleitoral do CREF para registro no pleito, resultará em instauração de processo ético e disciplinar, podendo resultar em aplicação de penalidade prevista no Código de Ética do Profissional de Educação Física, no Estatuto do CONFEF e dos CREFs e/ou na declaração da perda de condição de concorrer a qualquer vaga no âmbito do Sistema CONFEF/CREFs, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além das cominações legais pertinentes.

§ 3º - O CREF18/PA-AP poderá, através de decisão motivada da Comissão Eleitoral, tomar diligências necessárias à apuração da veracidade do conteúdo inserido pelos candidatos na declaração de que trata o parágrafo primeiro acima.

§ 4º- É vedada a entrega de qualquer documento constante neste Capítulo com assinatura digitalizada ou escaneada.

SEÇÃO II

DA FORMA DO REGISTRO

Art. 21 - O prazo para registro das chapas concorrentes será aberto pelo CREF18/PA-AP 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para a eleição, encerrando-se 60 (sessenta) dias antes da mesma.

Art. 22 - O requerimento de registro das chapas dar-se-á de forma presencial na sede do CREF18/PA-AP, durante o período estatutário e no horário deliberado no Edital de Convocação, qual seja, das 10h às 17h.

§ 1º - As chapas ao registrarem suas candidaturas receberão todas as informações sobre o procedimento eleitoral e deverão assinar, através do representante da chapa, termo de recebimento da documentação e concordância com os procedimentos para o respectivo Pleito eleitoral a ser realizado através das decisões do Plenário do CREF18/PA-AP e da Comissão Eleitoral.

§ 2º - Cada chapa, ao apresentar a documentação à Secretaria da Comissão Eleitoral, receberá um protocolo de registro, e será numerada de acordo com a ordem de recebimento da documentação pela Secretaria da Comissão Eleitoral.

§ 3º - Após, o recebimento do registro das chapas, a Secretaria da Comissão Eleitoral os remeterá a Comissão Eleitoral que os analisará e os deferirá ou não.

SEÇÃO III

DA DOCUMENTAÇÃO PARA O REGISTRO

Art. 23 - O requerimento de registro das chapas será composto dos seguintes documentos:

I - Petição, devidamente assinada pelo representante da chapa, direcionada ao Presidente da Comissão Eleitoral requerendo o registro da chapa, onde deverá mencionar o nome fantasia da chapa, a indicação do candidato representante da chapa junto ao CREF18/PA-AP e o endereço eletrônico para contato;

II - Nominata completa dos candidatos a Conselheiros, observando:

n)o)p)a)A nominata completa dos 14 (quatorze) candidatos a Conselheiros, sendo indicado o nome dos 10 (dez) Membros Efetivos e os 04 (quatro) Membros Suplentes, com seus respectivos números de registro no CREF e assinaturas, bem como a indicação do candidato representante da chapa junto ao CREF e o nome fantasia da mesma, nos termos do Estatuto do respectivo CREF

III - declaração individual mencionada no § 1º do art. 20 deste Regimento, devidamente assinada de próprio punho pelo candidato.

§ 1º - O candidato a Conselheiro poderá registrar-se em, apenas, uma chapa.

§ 2º - A documentação integral que compõe o requerimento de que trata o caput deste artigo não poderá apresentar rasuras.

§ 3º - As chapas que cometerem quaisquer irregularidades com referência ao registro de candidatos não habilitados serão automaticamente desqualificadas para concorrerem à eleição.

SEÇÃO IV

DA ANÁLISE DO REGISTRO

Art. 24 - A Comissão Eleitoral analisará o registro das chapas, deferindo-o ou indeferindo-o, no primeiro dia Útil após o final do prazo de registro.

§ 1º - Do despacho que indeferir o registro das chapas caberá recurso a ser interposto pelo representante da chapa ao Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo de 01 (um) dia Útil a contar da decisão do mesmo.

§ 2º - Os recursos referidos no parágrafo anterior deste artigo serão julgados pela Comissão Eleitoral dentro do prazo de 03 (três) dias Úteis a contar da data do protocolo dos mesmos.

§ 3° - Após o julgamento de que trata o § 2º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência às chapas registradas da decisão do recurso, mediante veiculação na página eletrônica do CREF18/PA-AP e envio de mensagem eletrônica ao representante da chapa, em até 02 (dois) dias Úteis a contar da decisão.

§ 4º - Os recursos oriundos de indeferimento de chapas terão efeito somente devolutivo.

§ 5º - São preclusivos os prazos para interposição dos recursos.

Art. 25 - O prazo para apresentação, por terceiros que não integrem a relação eleitoral, de impugnação das chapas concorrentes será de 02 (dois) dias Úteis, após a publicidade do deferimento registro das mesmas, através da veiculação no portal do CREF18/PA-AP.

§ 1º - A impugnação a que se refere o caput deste artigo será julgada pela Comissão Eleitoral dentro do prazo de 03 (três) dias Úteis a contar da data do protocolo da mesma.

§ 2° - Após o julgamento de que trata o § 1º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência da decisão através de veiculação na página eletrônica do CREF .

§ 3º - As impugnações de que trata o caput deste artigo terão efeito somente devolutivo.

§ 4º - São preclusivos os prazos para/ interposição da impugnação.

Art. 26 - No prazo de até 05 (cinco) dias Úteis, após, o deferimento das chapas ou da data da decisão que julgar o Último recurso/impugnação interposto, o CREF18/PA-AP encaminhará para publicação no Diário Oficial da União OU do Estado, bem como veiculará em sua página eletrônica, a relação das chapas registradas pela ordem de registro, com os nomes fantasias, indicando os nomes e números de registro no CREF18/PA-AP dos seus respectivos integrantes.

SEÇÃO V

DO CREDENCIAMENTO DE FISCAIS

Art. 27 - Caso devidamente requerido pela parte interessada, a Comissão Eleitoral do CREF18/PA-AP credenciará até 01 (um) fiscal por chapa registrada para permanecerem na Sede do Conselho e 01 (um) fiscal por chapa para permanecerem em cada Seccional junto à urna eleitoral, no dia do pleito eleitoral, bem como para o local onde serão instaladas as mesas apuradoras.

Art. 28 - O requerimento para o credenciamento dos fiscais deverá ser encaminhado a Comissão Eleitoral, no prazo de até 10 (dez) dias antes da data da eleição.

Parágrafo único - A credencial fornecida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, a requerimento dos representantes das chapas, autorizará a fiscalização unicamente perante o local, ato e dia para qual for solicitada.

CAPÍTULO III

DA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 29 - A campanha eleitoral tem como finalidade apresentar e debater propostas e ideias relacionadas às finalidades e aos interesses do CREF.

§1º - A Campanha eleitoral iniciará após a homologação da chapa.

§2º- Será vedada a campanha eleitoral antecipada, sob pena de exclusão do pleito eleitoral, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação, nos termos do art. 17 desta Resolução.

Art. 30 - A chapa cujo registro esteja sub judice poderá efetuar e deverá cumprir todos os atos de campanha eleitoral descritos neste Regimento.

Art. 31 - A campanha eleitoral, qualquer que seja a sua forma ou modalidade, será realizada sob responsabilidade da chapa e não poderá empregar meios publicitários destinados a divulgar notícia falsa visando à obtenção de vantagem para si ou para outrem.

Art. 32 - Ninguém poderá impedir a campanha eleitoral nem inutilizar, alterar ou perturbar os meios lícitos nela empregados, bem como realizar propaganda eleitoral vedada pelo Regimento Eleitoral.

SEÇÃO I

DA DISPONIBILIZAÇÃO DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 33 - O CREF18/PA-AP se compromete, mediante solicitação escrita das chapas, possibilitar a divulgação das propostas no sítio eletrônico deste conselho, em aba destinada ao pleito eleitoral, em espaço de igual tamanho e notoriedade para todos as chapas.

Parágrafo ÚNICO- a entrega das propostas das chapas devem ser entregues no ato do registro da chapa, em arquivo físico e digital em formato PDF, por meio de Pen drive, sob pena de preclusão consumativa.

Art. 34 - Todo material impresso de campanha eleitoral deverá conter o número e o nome fantasia da chapa.

Art. 35 - Serão disponibilizadas na página eletrônica do CREF18/PA-AP no espaço reservado para eleição, as propostas eleitorais das chapas registradas encaminhadas ao Conselho, no prazo previsto no Art. 33 desta resolução.

Art. 36 - A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

I - em sítio da chapa eleitoral ou do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no Brasil;

II - por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidato ou pela chapa eleitoral.

Art. 37 - Será livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral, por meio da rede mundial de computadores (internet), assegurando o direito de resposta nos termos das alíneas "a", "b" e "c" do inciso IV do § 3º do art. 58 e do art. 58-A da Lei nº 9.504/1997, e por outros meios de comunicação interpessoal mediante mensagem eletrônica (Lei nº 9.504/1997, art. 57- D, caput).

Parágrafo ÚNICO - A violação do disposto neste artigo sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, seja a chapa eleitoral ou seus membros, à exclusão do pleito eleitoral, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação, nos termos do art. 17 desta Resolução.

SEÇÃO II

DAS VEDAÇÕES NA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 38 - Será vedada a distribuição e veiculação de proposta/propaganda eleitoral pelos meios de comunicação do CREF18/PA-AP que contenha:

I - conteúdo calunioso, difamatório e injurioso à imagem do Sistema CONFEF/CREFs;

II - manifestações contrárias à legislação;

III - conteúdo discriminatório;

IV - conteúdo contrário ao Código de Ética do Profissional de Educação Física;

V - referência a patrocínios de qualquer espécie;

VI - divulgações de informações falsas (Fake News);

VII - quaisquer outras manifestações que sejam consideradas impróprias pela Comissão Eleitoral.

Art. 39 - Será vedada a proposta/propaganda eleitoral nos seguintes casos e condições:

I - manifestações nas dependências do CONFEF e/ou dos CREFs ou Seccionais, em suas delegacias ou unidades representativas, em seus meios de comunicação, bem como em locais de eventos realizados ou apoiados pelo Sistema CONFEF/CREFs;

II - utilização da logomarca ou das escritas do CONFEF e/ou do CREF18/PA-AP; CREF; e

III - distribuição de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes ou quaisquer outros bens ou materiais que possam caracterizar ou proporcionar vantagem ao eleitor.

Parágrafo ÚNICO - A violação do disposto neste artigo sujeitará a chapa ao cancelamento do seu registro, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação, nos termos do art. 17 deste Regimento Eleitoral.

Art. 40 - Na internet, será vedada a veiculação de qualquer tipo de proposta/propaganda eleitoral paga.

§ 1º - Será vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de proposta/propaganda eleitoral na internet, em sítios:

I - de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos;

II - oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e do terceiro setor.

§ 2º - A violação do disposto neste artigo sujeitará a chapa ao cancelamento do seu registro, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação, nos termos do art. 17 deste Regimento Eleitoral.

Art. 41 - É vedada a realização e a divulgação de enquetes e pesquisas eleitorais pelas chapas e seus integrantes.

Parágrafo ÚNICO - A divulgação de enquete ou de pesquisa eleitoral é punível, de acordo com as sanções previstas no art. 17 desta Resolução.

Art. 42 - Será proibida a realização de "showmício" e de evento assemelhado para a promoção de candidatos e de chapas eleitorais, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.

Parágrafo ÚNICO - A proibição se estenderá aos candidatos que também são artistas - cantores, atores, apresentadores e/ou pessoa pública -, durante todo o período de propaganda eleitoral autorizada.

Art. 43 - Será proibida a aquisição onerosa ou não de cadastro de endereços eletrônicos por chapas eleitorais ou seus integrantes.

SEÇÃO III

DO CONTROLE DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 44 - A representação relativa à proposta/propaganda irregular deverá ser instruída com prova da autoria ou do prévio conhecimento do beneficiário, caso este não seja por ela responsável.

§ 1º - São requisitos da representação:

I - a identificação de quem fizer a representação;

II - a identificação do representante da chapa ou do candidato;

III - endereço de correio eletrônico para comunicação com quem fizer a representação;

IV - a narração dos fatos que a motivam, indicando a data de ocorrência de cada fato;

V - os documentos comprobatórios e, se for o caso, o rol de testemunhas.

§ 2º - É vedada a apresentação de representação anônima.

Art. 45 - O Presidente da Comissão Eleitoral procederá ao juízo de admissibilidade da representação em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do protocolo, respeitado o prazo limite do dia posterior à data das eleições.

§ 1º - Admitida a representação, a Comissão Eleitoral intimará o representante, mediante comprovação de recebimento.

§ 2º - A ciência inequívoca do candidato ou da chapa eleitoral estará demonstrada se intimados sobre a existência da propaganda irregular, não providenciarem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após sua intimação, sua retirada ou regularização e, ainda, se as circunstâncias e peculiaridades do caso revelarem que o beneficiário teve conhecimento ou se beneficiou da propaganda.

§ 3º - A comprovação de que trata o caput poderá ser apresentada diretamente à Comissão Eleitoral.

§ 4º - A chapa que devidamente intimada para retirar a propaganda irregular no prazo de 24 (vinte e quatro) horas não a realizar, não comprovar sua impossibilidade ou benefício, poderá ter seu registro cancelado, nos termos do art. 17 desta Resolução.

Art. 46 - São vedadas aos Conselheiros, funcionários, assessorias externas ou prestadores de serviço do Sistema CONFEF/CREFs, incluindo os Profissionais que ocuparem posições a estas equiparadas, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos, no que couber:

I - autorizar ou tolerar que funcionários, assessorias externas ou prestadores de serviço promovam atos que configurem interferência indevida no processo eleitoral;

II - ceder ou usar, em benefício próprio ou de candidato ou chapa, bens móveis ou imóveis de propriedade ou em uso do Sistema CONFEF/CREFs;

III - usar materiais ou serviços custeados pelo Sistema CONFEF/CREFs que excedam as prerrogativas consignadas nos seus regimentos e normas, bem como neste Regimento;

IV - ceder funcionário ou prestador de serviço do Sistema CONFEF/CREFs, no exercício da função, ou usar de seus serviços para campanha eleitoral de candidato ou chapa;

V - fazer ou permitir uso promocional de bens, equipamentos e serviços, custeados ou subvencionados pelo Sistema CONFEF/CREFs, em favor de candidato ou chapa;

VI - a partir da data de divulgação dos pedidos de registros de chapa até o dia posterior à votação, conforme estabelecido no Calendário eleitoral:

a)nomear, contratar ou de qualquer forma admitir ou demitir, sem justa causa, funcionário do CREF18/PA-AP, ressalvadas:

1.a nomeação dos aprovados em seleção pública homologada até antes do início do prazo referido neste inciso;

a contratação do pessoal essencial à instalação e funcionamento do processo eleitoral de que trata este Regimento Eleitoral, com prévia e expressa autorização do Plenário do CREF18/PA-AP, conforme o caso;

§ 1º - A vedação de que trata o caput deste artigo dar-se-á quando da representação institucional e durante o horário de desempenho de suas atividades ligadas ao Conselho, sendo proibida a atuação em favor ou desfavor de chapa, por meio de atos que configurem interferência indevida no processo eleitoral.

§ 2º - A infração ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à responsabilização ética ou disciplinar, ou ambas.

Art. 47 - Não será permitida ao CREF a divulgação de dados de cadastro dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs.

CAPÍTULO IV

DAS CÉDULAS ELEITORAIS

Art. 48 - As cédulas de papel serão confeccionadas nos moldes aprovados pela respectiva Comissão Eleitoral e distribuídas, exclusivamente, pelo CREF18/PA-AP, devendo ser impressas em tinta preta, com tipos uniformes de letras e papel branco, opaco e pouco absorvente, contendo o número e nome fantasia de todas as chapas registradas, e de forma que os presentes no local e dia do pleito eleitoral não consigam visualizar o voto, quando da apresentação da cédula.

§ 1º - O número e o nome fantasia das chapas registradas deverão figurar de acordo com a ordem de registro das mesmas.

§ 2º - As cédulas de papel serão confeccionadas de maneira tal que ao estarem dobradas resguarde o sigilo do voto, sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-las.

§ 3º - As cédulas de papel deverão, obrigatoriamente, estar rubricadas por pelo menos por 2 (dois) Membros da Comissão Eleitoral OU conter selo de segurança.

§4 º- Nos casos de votação em cédula de papel por correspondência, os envelopes com o material de votação (envelopes pré-endereçados) conterão código de barras identificador do Profissional de Educação Física votante para efetivo controle da votação e a cédula de votação desta modalidade constará a grafia voto por correspondência.

§ 4º - As cédulas de papel utilizadas na eleição por correspondência e por comparecimento pessoal do Profissional poderão ser descartadas após a publicação da validação do resultado da eleição pelo Plenário do CONFEF.

CAPÍTULO V DA VOTAÇÃO

Art. 49 - A votação não sofrerá interrupção, salvo, por caso fortuito ou força maior.

SEÇÃO I

DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO

Art. 50 - Deverá ser enviado, aos Profissionais de Educação Física aptos a votar, o material necessário à prática do voto, com a antecedência de 45 (quarenta e cinco) a 40 (quarenta) dias da data marcada para eleição, contendo:

I - instruções para votação;

II - lista com a composição das chapas registradas;

Parágrafo único - Junto aos documentos elencados no caput deste artigo, nas eleições em cédulas de papel por correspondência, deverão ser enviados:

I - um exemplar da cédula de papel rubricada pela Comissão Eleitoral ou com selo de segurança;

II - um envelope pardo para a cédula de papel;

III - um envelope pré-endereçado (onde na parte frontal deverá constar o endereçamento ao Presidente da Comissão Eleitoral e o endereço da Sede do CREF18/PA-AP, e no verso constará o nome e número de registro do Profissional no respectivo CREF e o endereço do votante) para postagem, com código de barras identificador do Profissional de Educação Física para que o votante possa remeter o material de votação.

SEÇÃO II

DO VOTO NAS ELEIÇÕES EM CÉDULAS DE PAPEL

SUBSEÇÃO I

ELEIÇÕES EM CÉDULAS DE PAPEL POR CORRESPONDÊNCIA

Art. 51 - A eleição em cédula de papel por correspondência observará as seguintes normas:

I - o eleitor usará exclusivamente o material a ele remetido pela Comissão Eleitoral do CREF18/PA-AP, principalmente, no que diz respeito à cédula de papel;

II - o material de votação será encaminhado via postal pelo Profissional para a sede do CREF18/PA-AP;

III - somente serão válidos e computados os votos que forem recebidos na Sede CREF18/PA-AP até o dia e horário determinado neste Regimento Eleitoral e no Edital de Convocação, cabendo a cada Profissional de Educação Física remetê-lo com a antecedência devida.

§ 1º - É de inteira responsabilidade do Profissional de Educação Física o prazo do envio do material de votação a fim de que chegue a tempo de ser consignado pela Comissão Eleitoral.

§ 2º - Será aceito para fins de justificativa do não exercício do direito ao voto, contudo, sem ser contabilizado, o material de votação postado pelo Profissional em data anterior à da eleição, mas que não tenha atendido aos requisitos descritos no inciso III deste artigo.

§3º- As correspondências relativas ao pleito eleitoral serão encaminhadas aos endereços cadastrados pelo profissional no sistema do CREF18/PA-AP.

§ 4º - Os Profissionais que não receberem o material de votação até 20 (vinte) dias antes da data determinada para a realização da eleição, deverão informar ao CREF18/PA-AP, por meio de formulário disponibilizado no sítio eletrônico do CREF18/PA-AP, no prazo de 02 (dois) dias úteis o ocorrido, para que o CREF18/PA-AP encaminhe novo material ao local a ser indicado pelo mesmo, sob pena de não ser computado seu voto.

SUBSEÇÃO II

ELEIÇÕES EM CÉDULAS DE PAPEL POR COMPARECIMENTO PESSOAL

Art. 52 - Para eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, o Presidente do CREF18/PA-AP deverá entregar ao Presidente da Comissão Eleitoral, até o horário marcada para o início da eleição, o seguinte material:

I - cédulas de papel;

II - urna(s);

III - cabine(s) indevassável(ís) para ser(em) instalada(s) no local de votação e garantir a inviolabilidade do voto;

IV - relação das chapas concorrentes, a qual deverá ser afixada em lugar visível no recinto de votação;

V - listas de votantes;

VII - canetas de cor preta ou azul, exclusivamente, e papéis necessários aos trabalhos eleitorais;

VIII - uma cópia deste Regimento Eleitoral;

IX - qualquer outro material que a Diretoria do CREF18/PA-AP julgue conveniente ao regular funcionamento da eleição.

Art. 53 - O(s) local(is) de votação em cédula de papel por comparecimento pessoal terá(ão) cabines indevassáveis.

Art. 54 - Desde que o Profissional exerça o voto por eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, serão desconsiderados os votos exarados por eleição em cédula de papel por correspondência.

Art. 55 - No local de votação, a autoridade máxima será exercida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, sendo vedada a permanência de Conselheiros, empregados do CREF18/PA-AP, à exceção dos membros da Secretaria da Comissão Eleitoral, Profissionais ou quaisquer outras pessoas que não estejam exercendo o direito de voto ou trabalhando na eleição, salvo autorização expressa do Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 56 - O eleitor que optar pela eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, deverá se certificar do dia e horário de votação determinado neste Regimento e no Edital de Convocação da Eleição, e quanto ao ato de votar, observar as seguintes normas:

I - ao adentrar no recinto de votação, o eleitor apresentará documento elencado no parágrafo 2º do art. 7º desta Resolução, assinará a lista de votantes e receberá a cédula de papel com selo de segurança, passando, em seguida, à cabine indevassável;

II - na cabine indevassável, o eleitor assinalará a chapa de sua preferência e dobrará a cédula de papel;

III - ao sair da cabine, o eleitor depositará a cédula de papel na urna, após exibi-la à Comissão Eleitoral, para verificação da autenticidade.

IV - em virtude da pandemia de SARS-CoV-2 (COVID-19), somente será permitida a entrada ao local de votação com o uso de máscara de proteção individual.

CAPÍTULO VI

DA APURAÇÃO DOS VOTOS

SEÇÃO I

NAS ELEIÇÕES EM CÉDULAS DE PAPEL

Art. 57 - Na eleição em cédula de papel, antes de iniciar o cômputo dos votos, a Comissão Eleitoral confrontará a lista de votantes por correspondência, com as listas de votantes por comparecimento pessoal.

§ 1º - Havendo mais de um voto por correspondência emitido pelo mesmo Profissional, a Comissão Eleitoral decidirá o procedimento a ser adotado, assinalando na ata o critério adotado.

§ 2º - Desde que o Profissional exerça o voto de forma presencial será desconsiderado o voto exercido por correspondência.

Art. 58 - Para apuração dos votos referentes à eleição em cédula de papel, serão observadas as seguintes orientações:

I - No caso de eleição em cédula de papel por correspondência, o Presidente da Comissão procederá à apuração, observando os seguintes procedimentos:

2.a)abertura da urna, verificando em cada um dos envelopes pré-endereçados devidamente fechados se o nome do eleitor consta da lista de votantes por correspondência e rubricando ao lado;

análise de ocorrência do disposto no art. 57 e parágrafos desta Resolução e adoção das medidas cabíveis;

abertura dos envelopes pré-endereçados fechados, deles retirando os envelopes pardos, que deverão conter as cédulas de papel, colocando-os em uma urna;

contagem dos envelopes pardos confrontando-os com o número de presença na lista de votante;

se o número de envelopes pardos for igual ao de votantes verificado na respectiva lista, far-se-á a apuração;

abertura dos envelopes pardos fechados na presença dos fiscais presentes das chapas, procedendo-se à retirada dos votos dos mesmos;

leitura dos votos, cédula por cédula, verificando, inclusive, a autenticidade das mesmas;

h)contagem dos votos;

i) proclamação do resultado da urna;

j) lavratura da ata de apuração

II - No caso de eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, de posse das urnas lacradas com as cédulas de papel por comparecimento pessoal e da lista de votantes, o Presidente da Comissão Eleitoral convidará os demais Membros da mesma e os fiscais das chapas credenciados para tal fim a procederem à apuração observando o seguinte procedimento:

b)c)d)e)f)g)a)abertura da urna lacrada e contagem das cédulas de papel, confrontando-os com o número de presença na lista de votação;

leitura dos votos, cédula por cédula, verificando, inclusive, a autenticidade das mesmas;

contagem e proclamação do resultado da urna;

lavratura da ata de apuração.

Parágrafo ÚNICO - No momento em que o Presidente da Comissão verificar que o eleitor não está em pleno gozo de seus direitos estatutários ou seu nome não conste da lista de votação, o mesmo desconsiderará o voto, não procedendo assim em relação ao mesmo os atos do inciso II e seguintes deste artigo.

Art. 59 - O cômputo geral dos votos referente à eleição em cédula de papel dar-se-á da seguinte forma:

I - apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por comparecimento pessoal;

II - apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por correspondência;

III - se o número total de cédulas eleitorais não corresponder ao número de votantes e não for comprovada fraude, a Comissão Eleitoral, decidirá o procedimento a ser adotado, de modo que revele a maior transparência e isenção possível, assinalando na ata o critério adotado;

IV - soma do resultado apurado nas urnas dos votos por comparecimento pessoal dos Profissionais, com o resultado apurado nas urnas dos votos por correspondência.

Art. 60 - A Comissão Eleitoral, após proceder ao cômputo geral dos votos, elaborará ata que deverá ser assinada pelos integrantes da Comissão, fiscais das chapas e pelos presentes que desejarem, contendo:

b)c)d)a)nome e função de todos que assinarem a ata;

número dos Profissionais aptos a votar;

número dos Profissionais que votaram;

indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos por correspondência e indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos comparecimento pessoal;

indicação da totalidade dos votos válidos (registrando o quantitativo por chapa), brancos e nulos;

relatório sintético das ocorrências;

proclamação do resultado do pleito informando a chapa com maior número de votos válidos.

Parágrafo Único - Em caso de empate, será proclamada vencedora a chapa onde estiver o candidato com o número de registro mais antigo no CREF18/PA-AP.

Art. 61 - Após, a assinatura da ata de que trata o artigo 60 desta Resolução, a Comissão Eleitoral abrirá prazo de 02 (duas) horas a fim de que, caso ocorram, no entendimento de alguma chapa concorrente, irregularidades no decorrer da eleição ou na apuração dos votos, interponha recurso fundamentando as argumentações.

§ 1º - É preclusivo o prazo mencionado no caput deste artigo, para interposição de recursos.

§ 2º - O recurso a que alude o § 1º deste artigo será recebido pela Comissão Eleitoral no efeito suspensivo.

§ 3º - A Comissão Eleitoral julgará o recurso de que trata o caput deste artigo, no prazo máximo de 02 (dois) dias Úteis a contar da data de interposição do recurso.

§ 4° - Após o julgamento de que trata o § 3º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência as chapas registradas da decisão do recurso, através de publicação no Diário Oficial da União OU do Estado.

Art. 62 - Decorrido o prazo recursal, e não havendo interposição de recurso, o Presidente da Comissão Eleitoral declarará encerrada a eleição, ratificando o resultado proclamado anteriormente e lavrando ata contendo tais informações, que deverá ser assinada pelos integrantes da Comissão e fiscais das chapas, se ainda estiverem presentes.

Parágrafo ÚNICO - Havendo a intenção de renúncia ao direito de interposição do recurso de que trata o art. 61 desta Resolução, os representantes de todas as chapas deverão oficializa-la à Comissão Eleitoral, que elaborará ata nos moldes do caput deste artigo, declarando de imediato o encerramento da eleição e ratificando o resultado anteriormente proclamado.

CAPÍTULO VII

DA PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO

Art. 63 - O Presidente da Comissão Eleitoral, após declarar encerrada a eleição, informará ao Presidente do CREF18/PA-AP a chapa vencedora, mediante carta da Comissão a ser protocolizada até o primeiro dia útil após a proclamação do resultado do pleito.

Art. 64 - No prazo de 05 (cinco) dias Úteis, a contar da data do recebimento do resultado do pleito, o CREF18/PA-AP enviará ao respectivo Plenário para homologação, o resultado da eleição.

§ 1º - Após a homologação do resultado do pleito pelo Plenário, no prazo de 05 (cinco) dias, o Presidente do CREF18/PA-AP encaminhará ao CONFEF, por meio de ofício, uma via do processo eleitoral para a sua devida validação.

§ 2º - Após a oficialização pelo CONFEF ao CREF18/PA-AP da validação de que trata o parágrafo acima, o CREF18/PA-AP, em até 03 (três) dias Úteis, enviará ao Diário Oficial da União OU do Estado para publicação, bem como veiculará em sua página eletrônica, o nome da chapa vencedora, com o nome de seus respectivos Membros e número de registro.

Art. 65 - A chapa proclamada vencedora será empossada, na última plenária do ano, com efeitos a partir de 01/01/2022, após a validação do resultado da eleição pelo Plenário do CONFEF.

CAPÍTULO VIII DAS NULIDADES

Art. 66 - Considerar-se-á nulo o voto:

I - se o envelope pré-endereçado não estiver devidamente fechado e lacrado;

II - se o envelope padronizado não for o mesmo que a Comissão Eleitoral encaminhou ao eleitor;

III - se o eleitor assinalar ou riscar qualquer nome na cédula eleitoral;

IV - se a cédula eleitoral não estiver rubricada pela Comissão Eleitoral ou não contiver o selo de segurança;

V - se a cédula eleitoral contiver expressão, frase ou sinal que violem o sigilo, permitindo a identificação do eleitor;

VI - se o eleitor não utilizar caneta azul ou preta para assinalar a chapa escolhida;

VII - se o eleitor assinalar seu voto para mais de uma chapa;

VIII - se o envelope pardo não contiver a cédula eleitoral;

IX - se o envelope pardo não estiver devidamente fechado e lacrado e/ou estiver rubricado pelo eleitor ou identificado de alguma forma;

X - se o envelope pré-endereçado não contiver o envelope pardo;

XI - se o envelope pré-endereçado não contiver o código de barras identificador do Profissional de Educação Física votante.

Art. 67 - Considerar-se-á nula a eleição quando mais da metade dos votos forem nulos.

§ 1º - Considerar-se-á nula também a votação nos seguintes casos:

I - se for realizada em dia ou local diferente do designado;

II - se não forem observados os preceitos estabelecidos neste Regimento Eleitoral.

§ 2º - As nulidades serão pronunciadas pela Comissão Eleitoral quando a mesma tiver conhecimento dos atos e/ou de seus efeitos que se encontrarem provados, não lhe sendo lícito supri-las.

§ 3º - Ocorrendo as nulidades previstas no caput e no parágrafo primeiro deste artigo, o CREF18/PA-AP marcará, em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento do resultado do pleito, nova eleição a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da marcação.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 68 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 69 - Na hipótese de não homologação e/ou validação da eleição deste CREF e este não possuir quantidade qualificada de Membros Conselheiros para aprovação das pautas, nova eleição deverá ser realizada, impreterivelmente, até o dia 28 de fevereiro de 2022.

Art. 70 - Este Regimento Eleitoral foi aprovado em Reunião do Plenário do CREF18/PA-AP realizada no dia 07 de maio de 2021, entrando em vigor nesta data e perdendo sua validade imediatamente após a posse dos novos Membros do Conselho Regional de Educação Física da 18ª Região - CREF18/PA-AP.

CRISTIANO DE MIRANDA GOMES

## CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 19ª REGIÃO

### RESOLUÇÃO CREF19/AL Nº 034/2021, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a prorrogação do Teleatendimento realizado pelo Profissional de Educação Física no território de competência do Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região - CREF19/AL.

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 19ª REGIÃO - CREF19/AL, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, do artigo 40 do Estatuto do CREF19/AL, resolve:

Artigo 1°- Prorrogar o Teleatendimento, previsto na Resolução CREF19/AL nº 022/2021, de 22 de junho de 2020, publicada no DOU, Edição nº 121, Seção 1, página 111, em 26/06/2020, realizado pelo Profissional de Educação Física, no território de competência do Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região - CREF19/AL, até o dia 31 de dezembro de 2021. Artigo 2º - A presente Resolução entra em vigor na data 25 de março de 2021, com vigência até 31/12/2021. Parágrafo único - As orientações desta Resolução podem ser alteradas considerando decretos municipais, estaduais e/ou federais que venham a modificar as determinações vigentes em virtude da pandemia.

STANLEY MAGALHÃES NUNES DA SILVA

### RESOLUÇÃO CREF19/AL Nº 35, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a publicidade da prestação de contas do exercício de 2020 do Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região - CREF19/AL.

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 19ª REGIÃO - CREF19/AL, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, do artigo 40 do Estatuto do CREF19/AL, resolve:

Art. 1º - Dar publicidade a prestação de contas do Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região - CREF19/AL referente ao exercício financeiro de 2020, aprovada nos termos da ata da Reunião Ordinária do Plenário do CREF19/AL ocorrida em 25 de março de 2021. Art. 2º - A receita realizada foi de:

RECEITA VALOR

RECEITA TOTAL.....R$ 841.793,38

Art. 3º - A despesa empenhada apresentou o seguinte desdobramento sintético:

DESPESA VALOR

DESPESAS CORRENTES.....R$ 866.159,20

DESPESAS DE CAPITAL.....R$ 8.744,00

TOTAL DA DESPESA.....R$ 874.903,20

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor nesta data.

STANLEY MAGALHÃES NUNES DA SILVA

## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

### ACÓRDÃO Nº 477/2021

PED 74/2018; Relatora Dra. Marciane Maria Kulczycki; Data de julgamento 26 de abril de 2021; Representado(a): A.D.S. Profissional fisioterapeuta. Representação. Omitindo sua titulação profissional e se anunciando como "especialista", sem que conste no sistema do Crefito-8, não se atendo às regulamentações específicas editadas pelo Coffito sobre especialidades profissionais. Infrigência à Lei Federal nº 6316/75, art. 16, incisos I, e à Resolução Coffito nº 424/13, art. 30, inciso II. IMPROCEDENTE.

Curitiba, 19 de maio de 2021
MARCIANE MARIA KULCZYCKI
Relatora do Processo.

### ACÓRDÃO Nº 476/2021

PED 176/2016; Relatora Dra. Marciane Maria Kulczycki; Data de julgamento 26 de abril de 2021; Representado(a): D.Z. Profissional fisioterapeuta. Representação. Exercício de atividade própria do fisioterapeuta por outrem. Infrigência à Lei Federal nº 6316/75, art. 16, incisos I e II, e à Resolução Coffito nº 424/13, art. 25, inciso V. Procedente. Pena: multa no valor equivalente a 3 (três) anuidades, conforme inciso III do art. 17 da Lei Federal nº 6316/75.

Curitiba, 19 de maio de 2021
MARCIANE MARIA KULCZYCKI
Relatora do Processo.

## CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SANTA CATARINA

### ACORDÃO DE 8 DE JANEIRO DE 2021

PROCESSO ÉTICO N° 44/2017

O Plenário do CRO-SC, por unanimidade de votos, decidida pela CONDENAÇÃO do CD NEWMAN DA SILVA GOMES JÚNIOR, CRO-SC 10323, por infração aos artigos 8°; 9º incisos V e VII; 11º, inciso VIII; todos do Código de Ética Odontológica, aplicando-se a pena de CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL C / C PENA PECUNIÁRIA DE 05 (CINCO) VEZES O VALOR DA ANUIDADE DE CIRURGIÃO DENTISTA; tudo em consonância com que prevê o artigo 51, inciso III e art. 57 do Código de Ética Odontológica.

SANDRA REGINA PEREIRA SILVESTRE
Presidente do CRO/SC

### ACORDÃO DE 13 DE JANEIRO DE 2021

PROCESSO ÉTICO N° 103/2017

O Plenário do CRO-SC, por unanimidade de votos, decidiu pela CONDENAÇÃO da EPAO TAVANTI & OLIVEIRA ODONTOLOGIA, CRO-SC 960, sob responsabilidade técnica do CD TIAGO BATISTA DE ARAÚJO, CRO-SC 13859, por infração aos artigos 8°; 9º inciso XIII; e 44º, incisos I e VII; artigo 53, inciso VII e artigo 55, incisos I, II e III, todos do Código de Ética Odontológica aplicando a pena de CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL C / C PENA PECUNIÁRIA DE 15 (QUINZE) VEZES O VALOR DA ANUIDADE DE CIRURGIÃO DENTISTA, do RT CD TIAGO BATISTA DE ARAÚJO, CRO-SC 13859, por infração aos artigos 8 °; 9º inciso XIII; 13, artigo IV e IX; e 44, incisos I, VII; artigo 53, inciso VII e artigo 55, todos do Código de Ética Odontológica aplicando a pena de CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL C / C PENA PECUNIÁRIA DE 2 (DUAS) VEZES O VALOR DA ANUIDADE DE CIRURGIÃO DENTISTA, do CD FABIO YUDI KANASHIRO, CRO -SC 311336, por infração aos artigos 8°; 9º inciso XIII; 13, artigo IV e IX; e 44, incisos I, VII; artigo 53, inciso VII e artigo 55, todos do Código de Ética Odontológica aplicando a pena de CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL C / C PENA PECUNIÁRIA DE 5 (CINCO) VEZES O VALOR DA ANUIDADE DE CIRURGIÃO DENTISTA tudo em consonância com que prevê o artigo 51, inciso III e artigo 57 do Código de Ética Odontológica.

.

SANDRA REGINA PEREIRA SILVESTRE
Presidente do Conselho

